**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**

LUÍS OTÁVIO PAGANO TASSO

**CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS
SOBRE PORTUGAL
1808-1812**

SÃO PAULO

2010

VERSÃO CORRIGIDA

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**

**CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS
SOBRE PORTUGAL
1808-1812**

LUÍS OTÁVIO PAGANO TASSO

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

SÃO PAULO

2010

RESUMO

Entre o período de 1801-1820, Portugal sofreu diversas agitações políticas causadas pelas Invasões Napoleônicas (1807-1813). Tais agitações influenciaram os rumos de Portugal enquanto um Estado pois além de repartir seu território com tropas napoleônicas, inglesas e espanholas que compunham as duas forças ocupantes e conflitantes, e causar uma divisão entre seus ideais e por conseguinte uma ruptura entre parte de seus cidadãos ora favoráveis aos franceses ora aos ingleses, mudou ainda a configuração administrativa interna e externa do Império Português, pois a Família Real e parte da Corte foram transferidos ao Rio de Janeiro. Como consequência em Portugal houve a Revolução Liberal de 1820, e em 1822 o Brasil deixa de ser colônia portuguesa para ter sua Independência proclamada. Foi nessa situação conturbada que Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, um contemporâneo desses fatos, escreveu sua obra “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808”, que retrata essa época, e a Oclocracia que se estabeleceu em Portugal.

Palavras chave: Invasões Napoleônicas; Portugal; Vicente José Ferreira Cardoso da Costa; Política; Oclocracia.

ABSTRACT

Between the years 1801-1820, Portugal suffered several political disturbances caused by the Napoleonic War's (1807-1813). Such disturbances moved the directions of Portugal such as a State because the troops divided the territory full of french, british and spanish troops that served both conflicting sides, as well divided its citizens between two ideals (british and french), and at last changed the internal and external administrative setup, because the Royal Family and the Court left for Rio de Janeiro. As consequence to theses acts, there was a Liberal Revolution in Portugal 1820, and in 1822 Brazil declared independence. It was in this troubled situation that Vicente José Ferreira Cardoso da Costa a contemporary man of these facts wrote "Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808", that describes these time, and the Ochlocracy that's established in Portugal.

Key Words: Napoleonic War's; Portugal; Vicente José Ferreira Cardoso da Costa; Politics; Ochlocracy.

AGRADECIMENTOS

Espero nesse momento não esquecer de todas pessoas que me ajudaram participando de forma direta ou indireta na realização desta dissertação.

Agradeço desde já a querida Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini, que além de me orientar neste trabalho, tem ao longo dos últimos 8 anos realizado um exercício constante de ensino, demonstrando paciência e competência no que tange minha orientação, além do carinho e amizade que surgiu em nossa relação quase familiar, contando ainda com a participação de João Flávio Ferlini, um grande amigo não-acadêmico.

Aos amigos Rodrigo Ricupero, Bruno Vilagra, Natalia Tammone e a grande “colega” Manu pelo companheirismo, pela paciência em nossos encontros/discussões e pelo incentivo nesta empreitada, e por ouvir e dividir minhas angústias.

Aos “Catedráticos” da Jaime Cortesão: Paulo Cesar Gonçalves, Igor Lima, Pablo Mont Serrath, Rosangela Leite, Lucas Jannoni, José Evando , Joana Monteleone, Fernando Gasparetto, Patrícia Machado, Priscila Cardoso, Sonia Barbosa, Ana Luiza Marques pelas risadas e pelo papo de boteco.

Ao grupo dos banquinhos Cassiana, Letícia, Fernando, Anahy, Carol e Zé, pela amizade e projetos desde o início da graduação.

Aos Professores Ana Paula Megiani, Eni de Mesquita Samara, Iris Kantor, Leonor Freire Costa, Miriam Dolhnikoff, Monica Dantas, Pedro Puntoni e Raquel Glezer pelo auxílio.

Agradeço a atenção dos funcionários da Torre do Tombo em especial às funcionárias Maria do Céu e Beatriz e aos funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa, pela presteza nos atendimentos. Aos amigos da Universidade Autônoma de Lisboa Madalena, Hilda, Cristina, Prof. Dr. Miguel Faria.

Ao Prof Dr. Amado Mendes e ao Prof Dr. Nuno Monteiro, pelas orientações em minha estada em Portugal.

Ao Professor Joaquim Romero de Magalhães, pelo apoio e pelas indicações bibliográficas, quando ainda pensava em meu projeto de pesquisa.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa, que possibilitou minha dedicação na realização dessa dissertação.

À Cátedra Jaime Cortesão, pela bolsa de pesquisa em Portugal.

Ao IHGB, por disponibilizar o documento consultado tanto original, como digitalização e transcrição.

À minha mãe, meus avós e meu irmão pelo estímulo e por estar ao lado todos esses anos.

SUMÁRIO

Apresentação	08
1. O Contexto	15
1.1. Portugal no Início do Século XIX	
1.2. A economia portuguesa no período	
2. O Autor	43
2.1. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa: Vida	
2.2. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa : Obras	
3. O Texto	53
3.1. Os caminhos do documento	
3.2. Os principais temas	
Considerações Finais	82
Fontes e Bibliografia	86
Anexo	93
Considerações Políticas Sobre A Revolução Portuguesa de 1808 de Vicente José Ferreira Cardoso Da Costa	

APRESENTAÇÃO

As comemorações dos 200 anos da transferência da Família Real, em 2008, motivaram inúmeras reflexões. Foram enfocados, principalmente, os aspectos econômicos do evento, as implicações políticas no plano das relações coloniais, as transformações sociais e urbanas no Rio de Janeiro.

As reações políticas, no Portugal invadido e, ao mesmo tempo, órfão da Coroa em fuga, todavia, não têm sido contempladas.

Nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro repousa uma cópia de escrito de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, magistrado português nascido na Bahia, refletindo sobre as revoltas populares que se seguiram à partida da Corte.

A saída da Família Real, embora buscasse não causar pânico na população de Lisboa¹, ocorreu de forma confusa frente ao povo, incapaz de entender o que se passava diante de seus olhos, tomados por sentimento de orfandade política.

As incertezas e agitações aumentavam o receio de certos grupos tradicionais em relação ao perigo republicano, pois a Revolução Francesa era uma forte preocupação das monarquias européias e em Portugal, não mais havia um Regente ou mesmo uma alta nobreza.

O Príncipe Regente, porém, não deixou seus súditos completamente abandonados, e nomeou em 26 de novembro de 1807 um

¹ Veja-se Ana Cristina B. De Araújo. As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais, *In: Mattoso, José (dir). História de Portugal*, vol V. p. 21-40. [n. d.]: Editorial Estampa, [n. d.].p. De acordo com Francisco Bartolozzi de maneira muito discreta, enquanto segundo o diário de Eusébio Gomes, camareiro do palácio de Mafra, a mesma saída aconteceu em meio de lágrimas e suspiros, trajes descompostos, num caos com amontoados de caixas, caixotes e baús e de pessoas, e que nem sequer o beija-mão dava ordem ou sentido aquela situação.

Conselho de Regência que governaria em seu nome. Esse Conselho era composto por: Marquês de Abrantes, Francisco da Cunha Meneses, tenente-general do Exército, o principal Castro, regedor de Justiça, Pedro de Melo Breyner, presidente do Real Erário, D.Francisco de Noronha, presidente da Mesa da Consciência e das Ordens, o Conde de Castro Marim, o Conde de São Paio, D. Miguel Pereira Forjas, e João António Salter de Mendonça². Cabia a esse Conselho nomeações de vassalos para o exercício de cargos públicos, e a preservação da paz, com a colaboração dos exércitos a que Portugal se achava unido no continente. Isso tanto se deu, que o Conselho organizou uma deputação para recepcionar Junot.

Durante esse primeiro momento, entre novembro de 1807 e fevereiro de 1808, toda a administração portuguesa foi mantida. Ao Conselho de Regência foi acrescido Francisco António Herman. Os franceses não alteraram tais instituições, e os dirigentes portugueses participaram do governo. Tal situação era, de certa forma, paradoxal: pois a classe dirigente recebia os franceses de braços abertos, mas corações fechados: colaborar era um maneira de sobrevivência.

Já em Dezembro de 1807, uma primeira provocação ao sentimento nacional dos portugueses. Na manhã desse dia, após a revista às tropas por Junot, a bandeira portuguesa, que até então estava hasteada no Castelo de São Jorge foi substituída pela francesa. Um sentimento de indignação popular tomou conta do local, sendo necessária a intervenção militar para conter os protestos.

² Ana Cristina B. de Araújo, op.cit. p.26.

Como consequência dos atos de contenção pelas tropas francesas, um estado de exaltação popular tomou conta do país. Distribuíram-se panfletos, grupos de populares assaltavam sentinelas francesas, matavam soldados isolados.

A igreja buscou acalmar o povo através do púlpito, exaltando Napoleão, procurando manter sua posição e seu poderio perante os invasores.

Esses acontecimentos seguiram-se até fevereiro de 1808 quando o Conselho da Regência e a Casa Real de Bragança foram dissolvidos, por Junot e três secretários de Estado franceses foram nomeados para o Governo de Portugal. Nesse mesmo mês, foi lançado um imposto extraordinário, que levou a população portuguesa a maiores sacrifícios: os preços dos produtos já haviam subido, e deveriam agora, recolher valor maior de contribuição. O ouro e prata das igrejas de Lisboa foram recolhido e os bens dos nobres que haviam se ausentado, foram confiscados.

Napoleão aconselhou Junot a dissolver o exército, e enviar para a França boa parte dos soldados e seus oficiais, além de negociar uma saída diplomática com a nobreza que em Portugal permaneceu.

No entanto o restante da população, não enxergava com bons olhos as atitudes do Governo Francês em Portugal. A agitação e o descontentamento popular cresciam em meio a penúria que se instalava no reino. Havia queixas contra as tropas invasoras e seu comportamento desordeiro.

Os sinais de que as Revoltas Populares contra a Ocupação Francesa ocorreriam estavam postos e o Príncipe Regente declarou

guerra aos Franceses, em 9 de Maio de 1808. A situação alterava-se por completo. Em Espanha, ao ser deposta a Casa Real, eclodiram revoltas populares por todo o país. Chegara o momento de agir, também em Portugal.

Em 6 de Junho, a primeira revolta eclode no Porto. Nesse dia, o general Bellesta prendera o general François-Jean-Baptiste de Quesnel, governador do Porto em nome de Junot, bem como todos franceses que conseguiu apanhar. Com o incentivo do próprio general Bellesta, o príncipe regente de Portugal foi imediatamente aclamado e hasteou-se a bandeira nacional. Com a partida de Bellesta para Espanha, os franceses, com o auxílio do "partido francês" da cidade, ainda conseguiram controlar a situação.

As revoltas populares espalharam-se rapidamente por Lamego, Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Pombal, Figueira da Foz. Em poucos dias, todo o Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa retornavam a mãos de patriotas portugueses. Em 16 de Junho, as insurreições populares atingiam o Algarve, com a revolta de Olhão na dianteira. Em 19 de Junho, Vila Viçosa proclamou a revolta no coração do Alentejo. Seguiu-se Beja, em 24 de Junho; e Marvão em 26.

Com a insurreição popular a adquirir carácter nacional, os franceses passaram a fazer toda a espécie de pilhagens e profanações. A violência e a crueldade das forças francesas atingiram os extremos, em especial no Alentejo, sob o comando do general Maransin das forças de Kellerman, calculando-se que possam ter sido assassinadas cerca de mil e duzentas pessoas na cidade de Beja.

Por todo o lado, seguindo o exemplo do Porto, constituíram-se juntas governativas, reconhecendo a prioridade e a autoridade nacional à Junta do Porto como Junta Suprema do Reino. Sob a presidência do general Bernardim Freire de Andrade, foi constituída uma comissão militar e lançados impostos para fazer face às despesas de guerra. Uma comissão da Junta do Porto deslocou-se a Londres para obter auxílio militar.

Em 2 de Julho, Junot, vendo-se impotente para travar as revoltas populares, manda concentrar as suas forças à volta de Lisboa. No Alentejo ficaram ainda as forças francesas comandadas por Auril e Kellerman, até que Évora se libertou em 20 de Julho. Quatro dias depois, Loison ainda tentou esmagar a revolta de Évora. Sem qualquer possibilidade de êxito, deixou um rastro de morte e destruição à sua passagem, dirigindo-se para Estremoz e Elvas, onde recebe ordem de Junot para se dirigir a Abrantes. A expedição militar britânica comandada por Arthur Wellesley, 1º Duque de Wellington, tinha já desembarcado em Lavos, próximo de Buarcos (Figueira da Foz).

Esse momento de revoltas populares era contraditório. O povo rebelava-se contra as medidas da ocupação francesa, mas aspirava liberdades que a Revolução de 1789 havia implantado. Certos grupos da elite temiam o avanço do poder popular, mas entendiam que esse momento era parte do percurso para o liberalismo. Nesse grupo perfilavam-se intelectuais e políticos simpatizantes das idéias ilustradas e do fim do antigo Regime.

Em 1810, com o perigo de nova invasão francesa, esses homens

foram considerados agitadores e partidários das idéias francesas e exilados para os Açores.

A prisão e subsequente deportação de um grupo de personalidades, em boa parte ligadas à Maçonaria, jacobinos e adeptos conhecidos dos ideais da Revolução Francesa, acusadas de colaboracionismo com as forças de ocupação da Primeira Invasão Francesa, ficou conhecida como Setembrizada. A maioria das prisões realizou-se entre 10 e 13 de setembro de 1810, e foi feita em reação à entrada em Portugal das forças da Segunda Invasão Francesa, comandadas pelo general Nicolas Jean de Dieu Soult.

Os 48 indivíduos presos foram embarcados na fragata Amazona e enviados, sob escolta britânica, para a ilha Terceira, onde permaneceriam exilados até 1814, constituindo o núcleo dos deportados da Amazona que se revelaria instrumental na instauração do regime liberal nos Açores e nos acontecimentos subsequentes que levaram a ilha Terceira a ser um dos baluartes da luta contra as forças de D.Miguel I de Portugal.

Entre os presos encontravam-se intelectuais que muito contribuíram para a implantação do liberalismo em Portugal, entre as quais Domingos Vandelli, Manuel Ferreira Gordo, José Sebastião de Saldanha, Jácome Ratton e Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

A análise do “Tratado de Oclocracia” ou “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” objeto desta dissertação, toma esse momento e discute a figura de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa como afrancesado.

Era ele partidário dos franceses? Até que ponto sua posição era

revolucionária? Qual o papel da monarquia, e em especial, da Casa de Bragança na instauração de uma nova ordem?

Para responder essas questões, dividiu-se o trabalho em três partes.

Na primeira, **O Contexto**, analisa-se a situação de Portugal, sua política, sua sociedade e sua economia no início do século XIX.

O Autor, segunda parte da dissertação, apresenta elementos da vida e da obra de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.

Finalmente na terceira parte, **O Texto**, discute-se as características e os principais temas do documento e apresenta-se uma transcrição comentada do mesmo.

1. O Contexto

Esta dissertação tem por escopo comentar o documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808”, escrito pelo Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa.³

1.1. Portugal no início do século XIX⁴

A atitude da Coroa diante das Invasões Napoleônicas no início do século XIX foi contraditória. Para muitos autores, o príncipe-regente não saberia ao certo como agir e não possuía, no Tesouro, dinheiro suficiente para arcar com os custos de uma guerra. De certa forma, isso se mostra já a partir de 1801, durante a chamada Guerra das Laranjas, na qual Portugal perdeu a importante cidade de Olivença para a Espanha. Para outros, a diplomacia portuguesa tentava ter na França o contraponto da dominação inglesa.

A partir de 1802, com a chamada Paz de Amiens, Portugal obteve o reconhecimento de sua neutralidade nas guerras napoleônicas e as relações

³ O contato com o documento foi possibilitado através do intercâmbio com pesquisadores do IHGB, que em discussões comentaram a respeito deste documento e que posteriormente pude ter contato através de um convênio firmado entre a Cátedra Jaime Cortesão, na pessoa da Prof. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini, presidente da Comissão Gestora, e o IHGB, na pessoa do Prof. Dr. Arno Wehling, presidente deste Instituto. Além de ter contato com o manuscrito e depois com sua digitalização, também foi cedida uma transcrição realizada sob Coordenação da Profa. Dra. Regina Wanderley, a qual pude comparar e revisar junto a que realizei.

⁴ Para redigir esta parte introdutória sobre o contexto histórico entre 1801 e 1820, foram utilizadas as obras: *História de Portugal* de José Mattoso(dir) vol. V, Lisboa: Editorial Estampa,1998. *História de Portugal* de Damião Peres(dir.),Barcelos: Portucalense Editora, 1934, vol VI e VII e o *Dicionário de História de Portugal* de Joel Serrão (dir.) Dicionário de História de Portugal, Porto: Livraria Figueirinhas, março de 1992. Embora não tenha citado José Acursio das Neves, sua obra *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, assim como as supra citadas também serviu como fonte para comparação do período frente a obra analisada nesta dissertação, como também como bibliografia de referência para análise do período estudado.

Portugal-França evoluíram político e economicamente. Nesse mesmo ano, a chegada do novo embaixador francês em Portugal, o general Lannes, lançou novos rumos, com o crescimento da popularidade dos franceses. Dizem que a moda simples e despojada trazida pela Sra. Lannes foi vulgarizada, assim como as melodias francesas. Por outro lado, devido à sua imunidade diplomática, a bagagem do general Lannes não era vistoriada na alfândega e ele poderia introduzir mercadorias e livros proibidos.

O aumento da influência francesa não passava despercebido. Em Julho de 1803, ocorreu o chamado motim do Campo de Ourique, que parecia visar o enfraquecimento do grupo português que colaborava com a França. Tal pretensão foi assumida por Gomes Freire de Andrade e secundada pelo Duque de Sussex. Como pretexto para o surgimento da desordem foi usada a voz de prisão dada pelo general Gomes Freire de Andrade ao tenente Grossom ajudante do conde Novion.

Em 1805, Junot era o novo embaixador de Paris em Lisboa e embora sua estadia tenha sido breve, realizou sua missão. Levara consigo o prenúncio de uma guerra e uma carta de Napoleão destinada ao príncipe-regente que não deixava margens para outras interpretações.

No entanto, a Coroa conseguiu contornar a situação até 1807, quando Napoleão, já cansado pela espera do cumprimento de suas ordens de adesão ao Bloqueio Continental, acordou com a Espanha um plano para a invasão de Portugal. D. Manuel de Godoy, porém, adiantou-se ao restante, e ao mesmo tempo em que fez preparativos militares, procurou criar situações que pudessem levar a um conflito com Portugal.

Numa nota, em agosto de 1807, a França exigiu que Portugal cumprisse os termos de adesão ao Bloqueio Continental até o dia 01 de Setembro. No entanto, até o dia 30 de Setembro, Portugal não havia cumprido grande parte das exigências, pois seguia determinações da Inglaterra. Nesse período, Napoleão negociava com D. Manuel de Godoy o célebre Tratado de Fontainebleau que dividiria Portugal entre a França e a Espanha. Napoleão era tão confiante quanto a este tratado que dez dias antes de sua assinatura, ordenara ao general Andoche Junot a sua ida junto com a de 25000 homens para a Espanha e que lá se reuniria às tropas espanholas. Quando chegaram a Salamanca, porém, já tinham ordens para não esperar pelos espanhóis; Napoleão receava que tropas inglesas desembarcassem em Lisboa e ocupassem Portugal para garantir a saída da Família Real.

O príncipe-regente, ao saber que Napoleão ordenara a invasão de Portugal, numa tentativa desesperada, faz saber ao imperador que cumpriria as exigências.

Era tarde demais, no mesmo dia (30 de Outubro) que Portugal declarava guerra a Grã-Bretanha, um decreto pelo qual Napoleão I bania a Casa de Bragança do governo de Portugal era publicado no *Le Moniteur*. Junot seguiu suas ordens e a 19 de Novembro cruzou a fronteira (em condições deploráveis de abastecimento).

No dia 25 de Novembro o tenente-coronel Carlos Frederico Lecor noticiava que os franceses encontravam-se próximos. Numa acalorada reunião do Conselho de Estado, decidiu-se que a Família Real deveria

embarcar imediatamente para o Brasil. No dia 27, todos já haviam embarcado, porém, só em 29 de novembro de 1807, dia em que Junot era cumprimentado em Sacavém, os navios portugueses zarpavam sob a proteção da esquadra britânica. No dia seguinte, Junot chegava a Lisboa e pouco tempo depois o país estava todo ocupado.

Uma das principais providências tomada por Junot foi o engrossamento das tropas imperiais napoleônicas. É certo, porém, que a melhor parte dessas forças aliciadas, isto é, os oficiais de alta patente, emprestaram grande fervor revolucionário e sentido de solidariedade para com a causa napoleônica, estando entre eles o marquês de Alorna, grande amigo dos franceses, o brigadeiro Manuel Inácio Martins Pamplona e o tenente-coronel Gomes Freire de Andrade. Este último serviu como segundo-comandante da recém criada Legião Portuguesa, que Napoleão havia organizado com o que de mais apto encontrou no exército português, e foi nela que passou a maior fase de sua atividade guerreira. Em 1814 com a derrota de Napoleão, cessaram as suas andanças. Diante de seus companheiros decidiu regularizar sua situação perante o seu país embora pressentisse que não seria tão fácil.

Apesar da saída da corte ter sido rápida, D.João nomeou um Conselho de Regência e aconselhou o povo a receber os franceses como amigos, porém estes agiam como conquistadores o que gerou grande indignação na população levando a tumultos quando a bandeira portuguesa foi substituída pela francesa. Na Espanha a situação não era diferente, Napoleão ordenou ao general Dupont que ocupasse algumas cidades. Tal como em Portugal o povo se rebelou e em face a esta pressão, Carlos IV abdica. Fernando VII,

príncipe das Astúrias, ao invés de se dirigir para Madri para expulsar os intrusos, busca o reconhecimento dos Franceses. Além de não o conseguir, Napoleão o força a abdicar a favor dele mesmo.

O povo se revoltou e chacinou praticamente todos os soldados franceses que encontravam. Subseqüentemente foram esmagados pelas tropas de Murat que se encontravam em Madri e seus arredores. A revolta estava vencida mas a semente da guerra fora lançada e com sucesso pois só terminaria quando os invasores fossem expulsos.

Tais revoltas serviram como grande incentivo aos portugueses que logo conseguiram se organizar na região norte do território.

Junot tomou algumas providências para tentar manter a obediência no país, mas a revolta já havia se espalhado, chegava a Coimbra e se dirigia para o sul, assim como no sul a revolta surgia e se dirigia para o norte.

A igreja foi um dos principais instrumentos utilizado por Junot para a manutenção da ordem. Foi através dela que, no início, houve uma pequena ordem, e para aproveitar da situação a igreja deixou-se ser usada. Desde a Revolução Francesa a igreja pregava contra seus conceitos, a anarquia e a impiedade e naquele momento mostrava grande contradição pois dizia que os franceses e seus ideais eram o Real e Divino Poder.

Apesar disso, os portugueses reconheceram a Junta Governativa do Porto visto que Lisboa ainda era mantida pelos franceses pois Junot receava pela perda da capital e concentrou ali as tropas. Ordenou, depois, que alguns

de seus generais sufocassem os pontos revoltosos, o que veio a dar certo em algumas localidades.

Do Porto até Lisboa, o povo tomou em armas e começou a insurreição contra os invasores. Foi também a partir da quebra das tradicionais práticas litúrgicas que as revoltas se desencadearam.

A igreja não ficou de fora da luta armada. Reuniu batalhões, auto-denominou generais e outros oficiais, combateu as forças invasoras. Foi a igreja também que tentou dar um conteúdo ideológico à luta que era travada, a religião católica tornara elemento de coesão ideológica. A todo momento tentava-se exaltar um patriotismo em observância à realeza e à religião católica (fidelidade a uma monarquia de direito e de inspiração divina).

No mesmo dia, os ingleses entraram na guerra. A pedido dos revoltosos das Astúrias e depois pela Junta do Porto, Londres enviou os generais Hew Dalrymple, Henry Burrard, Arthur Wellesley e John Moore que seguiram a sugestão de desembarcarem na costa portuguesa e depois seguir para a Espanha.

Junot tentou impedir o desembarque mas perdeu as duas batalhas que se seguiram, sendo a segunda comandada e perdida por ele. Começaram as negociações de rendição e saída de Portugal, que gerou a Convenção de Sintra que permitiria não só que os franceses retornassem a França mas também levassem consigo o produto de seus saques.

Na Espanha o rei ainda era José, irmão primogênito de Napoleão, o que irritava os espanhóis. As revoltas também continuaram a acontecer,

sendo organizada em Sevilha uma Junta de Resistência. Para tentar contê-las, Napoleão enviou mais tropas e junto com estas, alguns de seus melhores generais como Ney, Mortier, Vítor e Soult. No entanto os ingleses também haviam enviado mais tropas para Portugal e com elas o general Beresford que tinha como missão reorganizar o exército português. Apesar do general John Moore não ter avançado em Leão, afastou o general Soult para aliviar as tropas inglesas que se encontravam no centro, já a Junta de Sevilha detinha as tropas francesas comandadas por Dupont.

Napoleão decidiu ir em pessoa a Península e o rei José decidiu deixar a capital onde logo se instituiu uma Junta, que rapidamente passou a ofensiva. Napoleão separou os exércitos de Blake, Castaños e Palafox, avançou sobre Burgos e depois Madri. Ali tomou providências que iam de encontro às aspirações dos liberais espanhóis o que fez com que alguns colaborassem. Depois destacou Soult para atacar Moore, que é seguido até morrer. Soult continuou sua campanha até conquistar a capital do norte de Portugal, Porto. Lá, já instalado, pensa em se tornar rei do norte. Tomado de surpresa pelas tropas de Wellesley foge assim como Moore havia fugido.

Em Espanha, Napoleão conseguiu o que queria e se retirou, deixando suas campanhas para seus generais, que embora fossem bons, eram grandes rivais.

Wellesley planejou avançar em direção de Madri e para isto correspondeu-se com o general Cuesta para coordenar as ações dos dois exércitos (anglo-português e espanhol). Concentraram na fronteira e atacaram o marechal Vítor que perdeu a batalha. Soult ao invés de auxiliar

Vítor, fez campanha própria e conseguiu ocupar a Andaluzia, o que acabou com os planos de Wellesley e forçou a Junta a refugiar-se em Cádiz que não se rendeu ao marechal Vítor e conseguiu ajuda do general inglês Stewart.

Sabendo que Napoleão tinha conseguido uma série de vitórias brilhantes na Europa Central, Wellesley reorganizou as suas forças para tentar defender Lisboa e iniciou suas famosas Linhas de Torres Vedras. Napoleão entregou o comando do novo exército ao marechal Massena que foi derrotado no Buçaco (região da Beira) mas que por meio de hábil manobra conseguiu avançar sobre a capital. Detido, porém, pelas Linhas de Torres se viu obrigado a retirar perseguido por tropas anglo-lusas e depois espanholas.

No sul de Portugal, Beresford também conseguiu expulsar os franceses e continuou sua campanha em que obteve as vitórias de Fuentes de Oñoro sobre Massena e depois de Albuera sobre Soult, embora tenha feito com que surgisse uma nova ameaça obrigando Wellesley, agora Lorde Wellington a retroceder para expulsar de vez todos os inimigos, terminando somente na França.

No dia 07 de Julho de 1811 na batalha dos Arapiles, fez com que os inimigos perdessem 7000 homens e avançaram para Madri após a fuga do rei José.

Dali se dirigiram a Burgos mas tiveram que levantar o cerco pois souberam que o rei José I e Soult avançavam para Madri.

Chegara o inverno e a campanha parou dando tempo para a reorganização do exército espanhol. Na primavera Wellington continuou sua ofensiva . No começo de Junho de 1813 chegou as margens do Ebro e no 21 ganhou a batalha de Vitória sobre as forças de José, prosseguiu assim até o dia 07 de Outubro quando finalmente atravessou a fronteira francesa, terminando a guerra.

Em Portugal desde Março de 1809, Beresford era o generalíssimo do exército português. Era um homem ríspido, disciplinador e que já havia participado de campanhas contra a França e desempenhado cargos no Egito, Cabo da Boa Esperança, Buenos Aires, sendo o mais recente na Madeira. Severo em suas punições não esquecia a justiça.

Conseguiu realizar o seu objetivo que era o de reorganizar o tumultuado exército português embora para que isto ocorresse tenha passado por cima do orgulho nacional português, o que causou grande oposição a sua pessoa.

Enquanto houve luta dentro de Portugal, Beresford acompanhou, chegando a entrar na Espanha na retirada de Soult e auxiliou Wellesley na campanha contra Massena na qual foi gravemente ferido. Após sua licença na Inglaterra voltou à Lisboa onde começou sua ação repressiva sobre os jacobinos e os conspiradores que queriam derrubar a Regência, expulsou Beresford e estabeleceu um regime constitucional.

Em Maio de 1815, o povo encarava com bons olhos a chegada do general Gomes Freire de Andrade que logo foi denunciada para Beresford. Muitos eram os boatos e, para organizar o país como havia organizado o

exército, precisava de apoio que só encontrou no Rio de Janeiro de onde regressou com poderes maiores do que os da Regência.

A partir daí deu ordens para que os suspeitos de conspiração fossem apanhados. Um de seus agentes descobriu os conspiradores o que levou a prisão de todos. Organizou-se um processo em que todos foram condenados a morte e por causa do curto espaço de tempo não houve defesa.

Efetuada a sentença, o povo revoltou-se ainda mais ao invés de aquietar-se.

Começaram então perseguições contra os afrancesados e/ou pedreiros-livres. Porém, estas perseguições, conhecidas como *Setembrizada*, eram de justiça suspeita e geraram muitos protestos pois pessoas sem culpa formada estavam sendo presas. Estas pessoas se utilizavam da opinião pública para desacreditar o governo de Lisboa.

Dado o quadro de incertezas frente as invasões francesas, e as ações agitadoras⁵ de afrancesados, pedreiros-livres e outros suspeitos de simpatia pelos franceses, foi acatada a proposta do adjunto do intendente-geral da Polícia, desembargador Jeronimo Franciso Lobo, de que estes agitadores fossem afastados da capital como medida preventiva, e que esta ação se desse de forma secreta.

Ao todo foram detidos 48 indivíduos entre os dias 10 e 11 de setembro de 1809, entre eles o ilustre jurisconsulto desembargador Vicente José

⁵ Nuno Daupias D'Alcochete, "Setembrizada" in: *SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, vol.5, p.554.

Ferreira Cardoso da Costa⁶, que no primeiro momento ficaram no Forte de São Julião da Barra e no do Limoeiro, e posteriormente foram embarcados na fragata Amazona desembarcando em Angra, na Ilha Terceira, Açores.

Wellington condenou a atitude dos governadores, tomada pelo secretario de Governo D. Miguel Pereira Forjaz, quando ordenou o “afastamento da capital” destes simpáticos com os inimigos e/ou seus sistemas (Liberal), e classificou-a como desnecessária, afinal não estavam prejudicando a ação do Exército defensor de Portugal. Sua opinião foi avalizada pelos ingleses de forma geral, tanto na Câmara dos Lordes, na figura de Lorde Grenville, assim como em alguns jornais ingleses. Houve até um “desmentido dos governadores”, publicado na Gazeta de Lisboa de 29 de outubro de 1810, no qual o Governo havia tomado a decisão de afastar estes indivíduos, “mas que nem Wellington, nem o ministro de S.M.B. em Lisboa, nem qualquer outro inglês havia tomado parte nesta resolução da Regência”, e até mesmo o próprio príncipe regente não pareceu não ter corroborado a ação completamente justificando-a como tendo sido “extraordinária e pouco conforme as leis criminais”⁷.

A troca de correspondência publicada em alguns jornais a partir de outubro de 1809 tanto em Lisboa como em Londres, acerca das prisões destes indivíduos fez surgir alguns boatos que levaram diversas suplicas ao príncipe regente pedindo a instituição de procesos, com denominação dos crimes cometidos e de acusadores, para que estes pudessem se defender.

⁶ Veja adiante biografia detalhada do autor da Obra.

⁷ Nuno Daupias D’Alcochete, op. cit. p. 555.

Dada posição do príncipe regente em favorecer a instituição de tais processos (28 de março de 1811) surgiram outros problemas, visto que quando solicitados os arquivos da polícia, o Intendente-geral teve de expor aos Governadores que os relatórios não poderiam constituir base legal para um processo criminal, uma vez que as medidas tomadas foram exigidas pela situação política de momento anterior, e que as suspeitas contra os deportados era baseada em inquéritos secretos, sendo esta situação não concordante com as bases legais, o que deixaria o caminho livre para o retorno dos deportados posto que não haveria culpabilidade criminal.

Beresford naquele momento precisava de maiores poderes e voltou ao Rio de Janeiro onde conseguiu no dia 29 de Julho se tornar marechal-general do exército português com poderes pró-cônsul. Mas em Agosto de 1820 estourou a revolução liberal na qual ficou decidida a proibição de seu desembarque. Voltou a Inglaterra onde agiu contra o regime liberal de Lisboa.

Em 1826, a regente D. Isabel Maria pediu apoio da Inglaterra para a manutenção do regime português. Foram então enviadas as tropas do general Clinton e junto com elas o general Beresford, mas este não foi autorizado a assumir o comando do exército português. Depois disso, desapareceu da cena política portuguesa.

A propaganda liberal teve uma ascensão constante e crescente a partir dos fatos descritos, dado que agora não mais ficava circumspecta a Portugal, onde era controlada pela polícia, mas era advinda tanto do foco liberal concentrado nos Açores, como também de Londres, além da própria propaganda interna, feita pela panfletagem tanto das tropas francesas em

suas invasões como também por indivíduos liberais. Este estímulo também causou o aparecimento de diversos jornais como *Correio Braziliense*, *Portuguez*, *Investigador Portuguez*, *Campeão Portuguez* assim como de diversas memórias escritas como *Recordações de Jacome Ratton*⁸.

A imprensa nunca teve tanta atividade como nesse período. Foram vários panfletos, folhas volantes, caricaturas e proclamações. Esta literatura se insere no movimento panfletário europeu contra a Revolução Francesa e Napoleão, porém sempre respeita a tradição de fidelidade a realeza e ao altar e exalta o espírito patriótico mesmo que resgatado pela força das armas britânicas.

Apesar de haver alguns estudos sobre o período tanto no Brasil como em Portugal, a questão sempre foi muito centrada na participação inglesa na vinda da família Real, as razões da vinda da família Real para o Brasil, as influências dos franceses com seus ideais.

Mas são raros os estudos sobre a situação política e/ou econômica que Portugal enfrentou com a vinda da família Real para o Brasil. Qual a situação em que ficou a maior parte da população, pois parte desta ora preferia os ingleses ora preferia os franceses. O que se vê pelo panorama geral apresentado baseado na bibliografia disponível é qual foi a participação desta população nas revoluções políticas, como esta população enxergava a própria questão da administração portuguesa, não mais centrada na metrópole.

⁸ Nuno Daupias D'Alcochete, op. cit. p.557.

A situação que Portugal enfrentava era paradoxal pois apesar de receber ajuda dos ingleses a situação não correspondia ao que o povo queria e apesar de alguns simpatizar com os ideais franceses não queriam estes no poder.

O documento “Considerações políticas sobre a revolução portuguesa de 1808” de autoria de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa torna-se o principal objeto para o estudo do tema e período ora indicados. O chamado Tratado de Oclocracia permite que se encontre uma resposta ou ao menos certa elucidação para o período, visto que seu autor nasceu na Bahia-Brasil em 5 de Abril de 1765 e morreu em Ponta Delgada em 14 de Agosto de 1834, era doutor em Leis pela Universidade de Coimbra; Correspondente do Numero da Academia Real das Sciencias de Lisboa; e Juiz de Fora da Civil da Cidade do Porto, com obras publicadas sobre os temas mais variados como por exemplo: Um deportado da “Amazonas”: monografia histórica: época liberal nos Açores (1810-1834), Correspondência oficial relativa à comissão de que foi encarregado sobre os melhoramentos da ilha de S. Miguel, em 1824-1828, Explicação da arvore que representa o prospecto do Codigo civil portuguez, o que se pode constatar é que este personagem era ou ao menos deveria ser um dos grandes conhecedores sobre o cotidiano legal-administrativo de Portugal.

Foi durante o período acima descrito que alguns dos ideais do conceito de Federação afluíram, senão pela primeira vez em Portugal, mas de modo a serem possivelmente atendidos.

Alguns dos princípios como o direito universal dos homens já era almejado por parte dos portugueses desde a Revolução Francesa, mas tais anseios não poderiam ser alcançados pelas mãos de outros senão a dos próprios portugueses, como se vê na breve descrição do período acima.

Sabe-se que Portugal não era uma Federação, porém o que parte de sua população e principalmente os ‘afrancesados’ almejavam, eram algumas das características que os arranjos federativos possuem. Ainda apontando para uma possível modernização das estruturas administrativas, judiciais e fiscais do aparelho de Estado; e uma preocupação com a instrução pública.

Neste caso, o objeto de desejo vai se traduzir em uma Constituição⁹, seguida de uma série de princípios, entre outros o respeito pelos direitos individuais e a universalidade das normas de direito público que deveriam ser seguidos pela população.

Na Constituição deveria haver a divisão tripartida dos poderes, no qual o legislativo seria dividido em duas câmaras: o senado e a assembleia de representantes, sendo o apuramento desta obtido não por sufrágio censitário, mas pelo voto dos municípios. A liberdade de imprensa, tolerância civil e religiosa e os direitos e garantias dos cidadãos seriam garantidos pela legislação francesa.

Havia ainda algumas outras preocupações como: “abolição dos vínculos (que oneravam a exploração da terra), reestruturação da magistratura, fusão da Universidade de Coimbra com a Academia das

⁹Ana Cristina B. de Araújo. op. cit. p.31.

Ciências, destruição do patriarcado e do monarquismo, supressão das ordens militares e publicação de todos os códigos franceses”¹⁰.

Mas o que seria uma Federação? Na concepção de Preston King as características de uma Federação são: um Estado constitucionalmente dividido entre um centro e dois ou mais governos regionais(estaduais/provinciais); a responsabilidade do governo central abrange toda a nação(territorialmente) enquanto que a dos governos regionais é local; o governo central não é soberano a ponto de excluir o envolvimento, mesmo que parcial, das unidades regionais. Enquanto que a unidade regional localmente pode governar de forma despótica, o governo no nível nacional, dada uma estrutura triádica minimamente, é consultivo entre as unidades que constituem o elemento soberano, o Estado/Nação¹¹. Uma Federação assegura o processo de decisão, não só levando em conta cada cidadão como também as unidades territoriais que a constitui, sendo o processo de decisão baseado na idéia de maioria e não de unanimidade¹². Para conceituar se um Estado é ou não Federação, ele precisa atender as seguintes características: “que sua base de representação seja territorial; que esta representação territorial tenha dois níveis (‘local’ e ‘regional’); que no mínimo as unidades regionais são eleitoralmente ou talvez de alguma outra maneira incluídas no processo de decisão do governo central; e que a base desta representação regional no governo central não seja de fácil mudança”.

¹⁰Ana Cristina B. de Araújo. op. cit. p.32.

¹¹Preston King. *Federalism and Federation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press,1982, pp.139-140.

¹²Preston King. op. cit. p142.

Uma vez que as particularidades que identificam um sistema como sendo Federativo já foram apresentadas assim como as de Portugal na época estudada, conclui-se como esperado, que o sistema de governo português não era de arranjo federativo, nem que o buscava como fim, o que, no entanto não significa que algumas das ambições da população portuguesa não passassem por algumas das características de uma Federação.

Nas palavras de Preston King talvez uma das principais características que identificam o que é Federação, mas que não é única, seja a “atribuição constitucional universal do entrelaçamento dos poderes no centro federal para unidades territoriais constituintes e não soberanas”¹³.

Ora quando se observa à desejada divisão dos poderes, vê-se uma tentativa de controlar e entrelaçar os poderes governantes portugueses, assim como a modernização do judiciário também poderia levar a um aumento nesse controle.

Aspectos territoriais também são de certa forma respeitados pois os municípios tinham voz no governo central.

O que se pode concluir é que durante este período no qual as Invasões Francesas se dão, as vontades da população portuguesa emergiram, mesmo esta população não representando a maioria e sendo muito instável do ponto de vista das escolhas ideológicas. A Igreja sendo uma sólida instituição não é combatida nestes anseios e ora torna a fé aspecto unificador entre a população, mesmo apoiando ou combatendo os

¹³Preston King. op. cit. p.146.

invasores; os militares que inicialmente combatem a Invasão depois são cooptados pelos invasores, mas posteriormente acabam por guerrear novamente estes, também são de certa forma respeitados, tendo sua imagem denegrida e depois limpa, assumindo papel de heróis.

O que se viu foi que o respeito pelas instituições foi mantido e os anseios desta população tentaram ser alcançados não pelas armas, mas pela argumentação e debate com seus invasores.

O que quer dizer que o modelo constitucional português não abrange todos os ideais/conceitos que condizem com o conceito de uma Federação, no entanto não se podem julgar os anseios desta população, que teve muitas características peculiares quando comparada ao restante do movimento na Europa.

Baseado na literatura sobre o assunto pôde-se colocar em perspectiva esses desejos, e o que se vê é uma tentativa, que embora possa ser considerada tardia se comparada com a Revolução Francesa, deu início a um processo de contestação que foi retomado na Revolução Liberal de 1820 e deu origem a um movimento chamado de Cartismo¹⁴ que desenvolveu-se ao longo da primeira metade do século XIX, mostrando que esta população estava atenta aos movimentos ideológicos daquela sociedade.

¹⁴Alberto Martins Carvalho, "Cartismo" in: *SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, vol. I, p.499-500.

1.2. A economia portuguesa no período

Ao final do século XVIII e início do XIX, a Economia portuguesa era baseada no sistema mercantil, que pode ser descrito como sendo um conjunto de práticas de um Estado intervencionista e que tinha como características principais: a idéia metalista, pela qual poderia se medir a riqueza de cada nação pelo quanto de metal nobre ela possuía em seu tesouro; a balança comercial favorável, na qual uma nação obtinha lucros em detrimento da outra, ligada diretamente a outra característica, a política protecionista; essa política protecionista tinha dupla função pois, garantia, o exclusivo colonial pelo qual os mercados coloniais, tanto para a compra como para a venda, deveriam negociar somente com a sua respectiva metrópole, o que assegurava o comércio das manufaturas metropolitanas, estimulando as indústrias nacionais¹⁵.

O comércio externo com as colônias foi muito prejudicado com o movimento das Invasões Francesas a partir de novembro de 1807. Primeiro porque foi imposto o Bloqueio Continental¹⁶, que de acordo com José Jobson de A. Arruda em sua obra “O Brasil no Comércio Colonial”¹⁷ definiu-o como a Guerra Marítima que desorganizou o Tráfico Marítimo, fechando os portos portugueses ao comércio com as nações inimigas, lê-se Inglaterra. Num momento de avanço das manufaturas inglesas com o desenvolvimento da Revolução Industrial, o aumento populacional europeu e a estruturação

¹⁵Sobre mercantilismo: Fernando A. Novais *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2001, 7ª Ed., p.57-92. Eli Heckscher *La Epoca Mercantilista*, México: Fondo de Cultura Económica, 1943

¹⁶Cf. Jorge Pedreira. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*. LINDA-A-VELHA: DIFEL, 1994. Jorge Borges de Macedo. *O Bloqueio Continental*. GRADIVA: Lisboa, 1990, p.38-49.

¹⁷José Jobson de A. Arruda. op. cit. p.631-674.

desse tráfico marítimo, a manutenção de um bloqueio continental em Portugal, impediu não só o acesso às mercadorias coloniais e seus mercados, como também as mercadorias da Inglaterra e seu crescente mercado de consumo (industrial e populacional). Segundo porque o próprio movimento da saída de Corte Portuguesa para o Brasil, paralisava setores da administração pública portuguesa, e cortava a fonte de renda de diversas famílias Nobres que dependiam do Erário Régio. O tesouro português dependia das receitas aduaneiras do comércio entre Metrópole e Colônia¹⁸, o que fazia de Portugal um grande entreposto na Europa, pois comerciava os produtos da Ásia em suas colônias e comerciava os dessas com as demais Nações, num sistema de redistribuição conhecido como reexportação¹⁹. Não bastando tais fatos, ainda somava-se a necessidade de importar diversos gêneros alimentares e cereais para a manutenção da capital, que nessa época já passava de 260.000 habitantes²⁰, o que a tornava a sétima cidade mais populosa da Europa, bem como o restante da população do país. A saída da Família Real ainda gerou outros custos como: a transferência da Corte para o Brasil, a manutenção da Família Real e das tropas que vieram guarnecer território para a proteção do mesmo²¹, e os custos da própria Guerra Peninsular. O apoio da Inglaterra, que posteriormente pode ser visto

¹⁸ Jorge Pedreira. op. cit. p.270.

¹⁹ José Jobson de A. Arruda. op. cit. pp. 604-674 . PEDREIRA, Jorge. op. cit. pp. 261-376.

²⁰ Adrien Balbi, *Essai Statistique sur Le Royaume de Portugal Et Algarve*. Edição em fac-símile, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004, tomo I, p.413, *apud*, Antonio Alves Caetano. *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão – Constantes e Linhas de Força*. Tribuna da História: Lisboa, 2008, p.14

²¹ Proteção da própria Família Real que no Brasil estabeleceu todo o aparato da Administração Pública, e a Guerra Cisplatina e levantes das capitânias, para maior discussão ver José Jobson de A. Arruda op.cit. Jorge Pedreira.op. cit.

como Protetorado Inglês²², gerou despesas diversas que esvaziavam o tesouro, ou mesmo o comércio dos produtos bélicos e de manutenção dos soldados, eram quase que em sua maioria comprados de Companias Inglesas, representadas pelo Governo Inglês, e as receitas e pagamentos feitos em sua maioria por Casas bancárias Inglesas²³. O que quer dizer que os lucros desse comércio não ficava totalmente em mãos portuguesas, era transferido quase que imediatamente para a mão dos ingleses²⁴.

Do total de importações entre os anos de 1796 e 1806, os gêneros alimentícios representaram cerca de 45% das importações feitas dos domínios e cerca de 43% das importações feitas do estrangeiro²⁵, o que representa cerca de 142,8 milhares de contos no período. O comércio anual durante esses 11 anos que precederam as Invasões Francesas ficou em torno dos 60 mil contos²⁶ entre importações e exportações. No entanto, o Bloqueio Continental derrubou esses números para cerca de 10,4 mil contos (3,4 mil importação e 7 mil exportação) que se alongou entre o final de novembro de 1807(saída da Família Real) e início de setembro de 1808 (retirada da esquadra britânica quando Junot, foi derrotado).

Durante esse período de Bloqueio Continental e ocupação do território português por tropas Francesas, o comércio como se mostrou diminuiu muito, o que também demonstra uma crise de abastecimento tanto de Lisboa como

²² Armando Castro, A dominação Inglesa em Portugal com 3 textos do séc. XIX em antologia, Porto:Afrontamento, 1974.

²³ Correspondências sobre as campanhas militares do exército anglo-luso (originais de Wellington, Hil, Crawford, Campbell, Hamilton, e outros para William Beresford Arquivo Nacional da Torre do Tombo. M.N.E. Cxs. 204-215.

²⁴ Além da documentação citada em nota acima - Documentação Guerra Peninsular, Arquivo Nacional Torre do Tombo. M.N.E. Cxs. 204-215. Cf. ARRUDA. op. cit. Jorge Pedreira. op. cit. p.275.

²⁵ Cf. Antonio Alves Caetano. op. cit. p.16-21.

²⁶ *Ibidem*.

do restante do território português²⁷, afinal se em tempos pacíficos, a produção da agricultura interna já não sustentava a manutenção do país, em tempos de Guerra essa manutenção ficava ainda mais comprometida. Mesmo a posição da frota comercial portuguesa ficou comprometida. O comércio reduzido nos portos da Europa continental, e a saída da Família Real também demonstram esse desagregado da frota²⁸, uma vez que uma grande parte dela, foi utilizada na própria saída e posteriormente não regressou a Portugal, e a outra parte, continuou o comércio, mas agora com a defesa Naval afetada, sofreram com a ação de pirataria. A falta de mão de obra também foi um problema para a produção interna portuguesa, uma vez que os braços eram levados para a Guerra.

Portugal sofreu três ondas de Invasões Francesas que se alongaram até 1811²⁹. Ao longo desses três anos, houve uma gradual recuperação comercial, na qual a Balança Comercial (soma importação e exportação) atingiu cerca de 36,2 mil contos em 1810³⁰, o que representava quase metade do comércio antes existente. O ano de 1811, foi extremamente prejudicial para a Balança Comercial Portuguesa, embora a Balança tenha apresentado números de outrora para o comércio, chegando a um total de 52,5 mil contos, 83% desse total representava importação número muito superior a media dos 11 anos anteriores. Muito embora essa importação fora

²⁷ José Jobson de A. Arruda. op. cit. p.639. Neste trecho o autor escreveu que o bloqueio dos portos foi prejudicial a Portugal, como mostrado no texto acima, à França e às demais Nações Européias, pois o bloqueio diminuiu a oferta de produtos coloniais, afetando inclusive a produção industrial francesa, que fora colocada em xeque, questionando sua capacidade de abastecer os mercados da Europa Continental.

²⁸ Antonio Alves Caetano. op. cit. p. 15 e 29.

²⁹ José Acúrsio das Neves, op. cit.

³⁰ Antonio Alves Caetano, op.cit. p. 33.

dividida com a Inglaterra, porque nela constava os artigos para a manutenção das Tropas Inglesas em solo português.

Desse modo, os principais fatores para decadência da Economia Portuguesa foram: o Bloqueio Continental e os tratados celebrados com a Grã-Bretanha em 1810. O Bloqueio como viu-se reduziu a frota que comercializava com a Europa continental, e somou-se a isso, a abertura dos Portos, em 1808, que deslocou o restante da frota, principalmente, para o eixo Brasil-Inglaterra; e os tratados de 1810, permitiram a inversão do papel de preponderância do Brasil, que foi substituído pela Inglaterra. Segundo a obra de Jorge Pedreira “Estrutura Industrial e Mercado Colonial – Portugal e Brasil (1780-1830), o autor pondera (critica) a visão de autores como José Jobson de A. Arruda e Fernando Novais, dando importância menor a esses dois fatores, e explicando como uma questão conjuntural para a crise, que se alongava desde o fim do século XVIII até o período e que teve nesses dois fatos seu ápice³¹, no entanto em outro trecho o autor também evidencia o momento de prosperidade³² vivido por Portugal até a saída da Família Real, mas esse fato, corrobora as teses apresentadas tanto por Fernando Novais como José Jobson de A. Arruda.

Como consequência direta da abertura dos Portos o papel do Brasil³³, antes como colônia de Portugal no sentido político e econômico da palavra não mais era assim representado, pelo menos economicamente³⁴, pois orbitava a área hegemônica da Inglaterra.

³¹ Jorge Pedreira, op. cit., p.295-306.

³² Idem, p.293-295.

³³ Cf. Jorge Pedreira, op.cit., p. 278, na qual o autor usa dados que quantificam o mercado do Brasil como consumidor de cerca de 97% das manufaturas portuguesas.

³⁴ José Jobson de A. Arruda, op. cit., p.638.

Em 1818, uma carta dos Governadores do Reino endereçada a D.João VI, expunha as razões da decadência de Portugal, dando uma idéia da situação do Reino. Tais razões foram divididas em 5 causas para essa decadência, sendo as quais: a Despovoação do Reino; a Separação dos rendimentos Reais; a queda do Comércio; a redução da produção da Indústria Portuguesa; a diminuição dos Investimentos privados.

Seguindo essas razões, pode-se agora desenvolver-las em separado. Quanto a despovoação³⁵ do Reino, os momentos que devem ser frisados são: a saída da Família Real, que consigo levou a Corte para o Brasil, as seguidas Invasões Francesas, que além de causar a saída de muitas pessoas incomodadas com a invasão, também levou parte da população como tropa para servir no exército francês em outras frentes européias e somou-se a isso as mortes trazidas pela própria Guerra. Isto fica evidenciado no seguinte trecho da carta:

“1º A despovoação do mesmo Reino, que principiou pela saudosa retirada de Vossa Magestade (VM), da Sua Real Família, e da Corte para o Rio de Janeiro, e da emigração dos que saíram no tempo do intruso governo. Pela saída das Tropas Portuguesas que Junot mandou marchar para a França em 1808; pela perda de Gente causada por uma guerra sanguinolenta de seis anos, em que houveram repetidas invasões de um inimigo bárbaro; devendo constar-se na dita perda não só os Indivíduos que morreram ou ficaram inválidos no Serviço Militar, mas os que foram vítimas

³⁵ Jorge Pedreira, op. cit., p.296.

das epidemias e pestes resultantes da mesma guerra, e aqueles que para se subtraírem ao recrutamento se ausentaram perpetuamente de seus lares;”³⁶

Com a mudança da Corte para o Brasil, o Erário Régio, antes concentrado totalmente em Portugal, também sofreu danos, uma vez que além dos custos da viagem, somou-se a manutenção da Família Real e da Corte no Rio de Janeiro, que levou a separação dos rendimentos Reais³⁷ provindos dos domínios entre os quais o Brasil. Essa queda na arrecadação causou o estrangulamento das receitas. O seguinte trecho da mesma carta evidencia tal:

“2º A separação de todos os rendimentos Reais do Reino Unido, que não pertencem já a Portugal...tem necessariamente produzido no Erário de Portugal uma falta considerável na receita...”³⁸

A queda do comércio tem como grande culpada a abertura dos portos do Brasil, uma vez que Portugal era um grande entreposto das mercadorias importadas e exportadas, tendo os negociante portugueses prejuízo pela falta desta intermediação. Os Governadores na carta ainda evidenciaram que o dano causado não se restringiu somente ao Comércio Colonial como também aos trabalhadores dessa rede, que não mais eram necessários, e a própria Marinha Comercial, parte deslocada para o Brasil. O trecho a seguir demonstra tal situação:

³⁶ Antonio Alves Caetano, op. cit., p.39.

³⁷ Jorge Pedreira, op. cit., p. 295.

³⁸ Antonio Alves Caetano, op. cit., p.39 e 40.

“3º A grande decadência do Comércio por efeito da abertura dos portos do Brasil aos navios de todas as Nações, que fazem agora directamente para ali as suas especulações... em grave prejuízo do nosso Comércio e Marinha, e de todos os braços que neles se empregavam.”³⁹

A redução da produção da Indústria portuguesa está ligada com dois fatores. O primeiro, já citado no próprio documento, foi a redução do mercado consumidor, perda do Comércio Colonial e a redução populacional de Portugal; o segundo fator está ligado com os Tratados de 1810⁴⁰, e com a conseqüente entrada das manufaturas inglesas. O item 4º da carta, pontua:

“4º A decadência da Indústria Nacional, não só pelo menor numero de consumidores, mas porque a livre introdução de todos os géneros de manufactura Britânica...tem paralisado os trabalhos dos Officiais que se empregavam nestas manufacturas.”⁴¹

Por fim, no 5º item, evidenciaram a queda dos investimentos privados ou entrada de capitais privados, pela própria ausência do Rei⁴² que gerava uma desconfiança⁴³ no mercado, e pelo decrescente entusiasmo que as especulações no Comércio propiciava. Os Governadores ressatarem ainda

³⁹ Antonio Alves Caetano, op. cit., p.40.

⁴⁰ Os principais aspectos desse Tratado foram: direito de preferência aos produtos ingleses, que no Brasil pagava menos imposto do que os produtos portugueses, e a extraterritorialidade, no qual os cidadãos ingleses que residissem em domínios portugueses, seriam julgados somente pela Leis britânicas. Somado a Abertura dos Portos pode ser visto como momento no qual o mercado do Brasil migrou do colonialismo mercantilista português para a dependência do capitalismo industrial inglês.

⁴¹ Antonio Alves Caetano, op. cit., p.40.

⁴² D.João VI, é coroado em 1818, e ainda estava no Brasil.

⁴³ Jorge Pedreira, op. cit., p. 299.

que os juros pagos pelos Portugueses seria maior, mas ainda assim não atraía os capitais necessários. O trecho a seguir corrobora a passagem:

“5º A extraordinária diminuição de capitais, sendo notório que a maior parte dos Homens ricos tem posto o seu dinheiro nos Fundos de Inglaterra; já pela dificuldade de os empregarem aqui ultimamente em especulações de Comércio, já pela desconfiança em que vivem, receando que a prolongada ausência de VM no Reino do Brasil produza algum transtorno, que lhes seja funesto.”⁴⁴

Por fim ainda concluem na carta que se a situação não se alterar, a Nação seria levada a bancarrota, e traria muitos outros males como: perda do Crédito Público, que geraria desconfiança nos mercados, causaria ruína dos Credores e colocaria a Administração Política toda em xeque.

Todo esse movimento que foi construído ao longo da década de 1810 a 1820, e teve como ápice a Revolução Liberal de 1820⁴⁵.

⁴⁴ Antonio Alves Caetano, op. cit., p.40.

⁴⁵ Cf. José Luis Cardoso, *História do Pensamento Económico Português*. Temas e Problemas, Temas de História de Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 2001. José Mattoso, op. cit..

2. O Autor

2.1. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa: vida

Deportados da Amazonas, assim vários indivíduos ficaram conhecidos quando foram exilados nos Açores “sob as acusações vagas de jacobinos, partidários franceses e de conspiradores contra a dinastia de Bragança”⁴⁶. Entre eles, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, “o mais ilustre da plêiade dos deportados perseguidos das tumultuárias pugnas políticas dos inquietadores dias do Cartismo”⁴⁷.

O Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, nasceu na Baía em 5 de Abril de 1765. Era filho do desembargador José Ferreira Cardoso da Costa, natural do Porto, e de D. Clara Joana Teixeira Coelho.

Concluídos seus estudos na Congregação do Oratório, matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1779, doutorando-se em Direito aos 22 de Julho de 1785. Apesar da pouca idade, assumiu a regência interina de algumas cadeiras abertas pela primeira vez na Universidade, entre as quais de Jurisprudência de Prazos dos Morgados e da Sucessão dos Bens da Coroa. Em pouco tempo suas aulas tornaram notáveis bem como sua figura, o que acabou levando-o a publicar seu primeiro trabalho “*Elementa Juris Emphyteuticii*”, impresso na oficina regia, e aprovada pela Congregação da Faculdade para “Uso dos Alumnos de Direito”⁴⁸.

⁴⁶ Francisco D’Athayde de Faria e Maia, *Um Deportado da “Amazonas” – Monografia histórica Época Liberal nos Açores (1810-1834)*, S.L. Comp. E Imp. na Secção de Tip. da casa Fernando d’Alcantara, Rgta, 1931, 2ª. Edição, p.15.

⁴⁷ *Idem*, p.12, e Cf. Joel Serrão (dir). op. cit., Vol.I, p.499.

⁴⁸ Francisco D’Athayde de Faria e Maia, op. cit., p.23, primeiro tratado, escrito em língua portuguesa que servia aos estudantes da Universidade de Coimbra.

Estes dotes intelectuais abriram as portas da Magistratura. Aos 11 de julho de 1791, o lugar de Juiz de Fora da Cidade do Porto foi elevado a graduação de Correição Ordinária, e em 4 de abril, Dr. Vicente passou a ocupar tal cargo. Desde cedo mostrava um grande respeito pela Família Real e seus membros sendo um grande defensor desta⁴⁹. Pode-se encontrar em sua obra, diversos volumes sobre os interesses do Estado Português⁵⁰. Seu desempenho nas funções tanto na Universidade como também neste novo cargo, levaram o Ministro de Estado, D.Rodrigo de Souza Coutinho, a encarregá-lo de diversas comissões de serviço público. Em 1799, ficou “incumbido de organizar projetos de lei sobre arrendamentos a longo prazo, remissão de encargos enfitêuticos e sobre a Organização das Alfandegas do Reino”⁵¹.

Neste mesmo ano, tornou-se desembargador da Relação do Porto e desde então até 1808, participou de diversas comissões e teve vários serviços solicitados pela administração pública, inclusive negociação de empréstimos para o Real Erário⁵².

Sua deportação originou numa dessas comissões, que causou a inimizade do Procurador da Coroa, Antonio Salter de Mendonça.

Num estudo sobre a legitimidade de vários padroados, a que algumas corporações religiosas se arrogavam o direito, demonstrou perante o

⁴⁹ Isabel Maria Banond Almeida, *Monografia sobre a vida e obra de um autor do século XIX: Vicente José Ferreira Cardoso da Costa* in: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva, edição da Faculda de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2001, p.896.

⁵⁰ Ver relação das obras adiante.

⁵¹ Francisco D'Athayde de Faria e Maia, *Op. Cit.*, p.24.

⁵² Francisco D'Athayde de Faria e Maia, *Op. Cit.*, p.24-25.

Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que tais bens pertenciam de direito a Coroa e que somente a incúria dos Procuradores Régios havia permitido a apropriação destes pelas corporações religiosas. Por pedido do Ministro, Dr. Vicente aceitou o encargo de defender os reais interesses numa ação de restituição desses bens, porém renunciou seu direito aos prêmios que a lei oferecia, para assim demonstrar que não era movido por interesses próprios.

Esta ação originou animosidade do Procurador da Coroa, Antonio Salter de Mendonça, que não tardou a manifestá-lo numa perseguição. Esta oportunidade surgiu com a saída da Família Real em 1808, que deixava o então Procurador como Secretário da Regência que ficou governando o Reino. Foi por obra de tal secretário que o Dr. Vicente foi envolvido na suposta conspiração, que levou a *Setembrizada*⁵³.

Preso entre o dia 10 e 11 de setembro de 1809, parte rumo aos Açores junto com outros 47 indivíduos suspeitos de simpatizar com idéias jacobinas e partidários da permanência francesa, na ação conhecida como Setembrizada. Inicialmente ficou preso na Ilha Terceira, no Convento de São Francisco, fixando-se posteriormente em São Miguel, onde se casou com D. Helena Victória Machado de Faria e Maia, senhora de família distinta e abastada daquela ilha, que faleceu em novembro de 1867, aos 90 anos de idade⁵⁴.

Mesmo depois de seu exílio Dr. Vicente nunca se afastou do debate político sobre os rumos do seria a Nação Portuguesa, e durante a Revolução de Liberal de 1820, assim como Palmela, Vicente José Ferreira Cardoso da

⁵³ Nuno Daupias D'Alcochete, "Setembrizada" in: Joel Serrão(dir.), op. cit., vol.V, p.554.

⁵⁴ Isabel Maria Banond Almeida, op. cit., p.898.

Costa e outros era um moderado⁵⁵, que jamais buscou o radicalismo democrático, a velha sociedade deveria ser demolida, mas a preponderância da Realeza seria mantida, afinal, o Rei seria mantido e ao lado desse, uma nova realeza surgiria, com outras regalias⁵⁶, menores do que a anterior, mas ainda assim uma nobreza.

Durante sua estada nos Açores, demonstrou ter tido influência uma vez que ocupou postos de responsabilidade e importância, sendo nomeado para diversas Comissões de Serviço em Ponta Delgada, como mostra a Carta Régia à Câmara de Ponta Delgada de 30 de outubro de 1824.

*CARTA RÉGIA À CAMARA DE PONTA DELGADA,
REFERIDA NO AVISO N. 1*

Juiz, Vereadores, Procuradores, e mais Officiaes da Camara da Cidade de Ponta Delgada, na Ilha de San Miguel: Eu El- Rey vos envio muito saudar: Não se havendo colligido as informações, que meu Augustíssimo Avô o Senhor Rey D. José I, de Saudosa Memoria, Havia Ordenado ao primeiro Governador e Capitão General da Capitania dos Açores, Dom Antão de Almada, fizesse subir à Sua Real Presença, à cerca de diversos objectos administrativos e econômicos das mesmas ilhas, em que se comprehendia essa de San Miguel, e que deviam servir de necessário subsidio ao projecto, que Havia concedido de regular definitivamente a dita Capitania então creada de novo, em beneficio dos seus fieis habitantes: E porque de umas mais exactas informações e mais certificados E porque de umas mais

⁵⁵ Cf. Lucia Maria Bastos das Neves, *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810)*, São Paulo: Alameda, 2008, p.226. Vicente José apresentou uma proposta de Código Civil às Cortes de Lisboa, mas foi contudo rejeitada pela sua moderação.

⁵⁶ Nuno Gonçalo Monteiro, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 2ª edição revista, Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

exactas informações e mais certificados carece hoje essa Ilha, tanto para determinar o que cumpre a seu governo, como ao aproveitamento dos seus terrenos ainda hoje incluídos em quase dois terços, substituindo-lhe mais profícuos objectos para a sua cultura, sendo estes animados pelo mais desempeçado andamento da publica administração econômica e administrativa da Ilha, pelo melhor emprego da industrias, protecção e socorro concedido à navegação e commercio não lhe permitindo a distancia em que se acha a Capital do Governo da Capitania que efficazmente sejam profícuas as providencias com que este respeito Fui Servido deferir aos habitantes das outras Ilhas: Houve por bem determinar que por Decreto dado em data desta Minha Carta Regia que se procedesse a uma tão necessária diligencia, de que muita vantagem resulta aos moradores desta Ilha, Nomeando para isso o Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, do Meu Desembargo, pela confiança, que Tenho da sua litteratura, e mais partes que concorrem na sua pessoa, de que em tudo se haverá com o mesmo zelo, e acerto com que tem desempenhado outras comissões de que tem sido encarregado; ajudando-o muito para esse fim o conhecimento que tem da Ilha. O que Me Pareceo participar-vos para que n'esta intelligencia, lhe presteis todos os auxílios que carecer, franqueando-lhes os Archivos, noções e quaesquer clarezas, que sejam a bem da sua diligencia. Escripta no Paço de Mafra aos trinta do mez de Outubro de 1824= Rel⁵⁷.

Se por um lado, estas nomeações em comissões, demonstraram que mesmo Vicente José tendo sido afastado de Portugal por causa de suspeitas de simpatizar com idéias jacobinas, seus méritos e virtudes ainda se destacaram e o mantiveram em certa relevância, sua participação direta na

⁵⁷ Apud. Isabel Maria Banond Almeida, op. cit., p.956.

política não obteve sucesso, nunca tendo conseguido ser nomeado deputado, mesmo tendo sugerido uma versão para a Constituição de 1820.

Pode-se dividir a vida de Vicente José em dois períodos, sendo o primeiro sua formação, suas ações dentro da Administração Portuguesa até a Revolução Liberal, e um segundo período de sua vida, que tem como divisor a morte de D.João VI.

Assim como antes sua pregação se manteve na Moderação. E isso pode ser visto e lido num de seus escritos sobre a Constituição Brasileira:

“A Natureza deve ser a nossa mestra e ela nada faz de salto, consumindo muito tempo naquilo a que destina maior duração... A cana do milho chega em poucas semanas à altura que o pinheiro, ou o sobreiro, só consegue no fim de anos. Os Estados Políticos são corpos, cuja vida se deve contar por séculos”⁵⁸.

Vicente José Ferreira Cardoso da Costa faleceu em Ponta Delgada, em 14 de agosto de 1834. Após ter sido “deportado” sem culpa formada, não voltou a residir em Portugal, tendo voltado esparsas vezes ao longo década de X e XX do século XIX, para resolver problemas pontuais das Comissões que foi encarregado nos Açores ou participar de reuniões e/ou discussões em encontros quando da Revolução de Liberal de 1820. Como já foi dito, o falecimento de D.João VI o afastou ainda mais da vida pública, não mais tendo publicado e nem participado de comissões do Estado Português.

Sua ação continuou moderadora mas tal falecimento trouxe novamente para o debate a luta entre liberais e absolutistas, e essa luta foi

⁵⁸ Francisco D'Athayde de Faria e Maia, *Op. Cit.*, p.34.

ainda mais efervescente nos Açores nesse segundo momento. A Carta de 1826 – mesmo que altamente conciliadora- afinal emanava da figura do Rei, supria as necessidades liberais sem cair no radicalismo democrático da Constituição de 1820. E sendo ela vinda do Rei, era ainda melhor aceita por ele e por outros moderados, afinal Dr. Vicente foi criado e estudou dentro das doutrinas do Direito Divino, e isto se contrapunha com sua figura intelectual, que lia os filósofos da Enciclopédia.

2.2. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa: obras

Por não ter conquistado um papel de representação política direta, voltou seus estudos ao Direito e a Jurisprudência sem perder o espírito patriótico, como pode-se ver nas obras seguintes:

- Explicação imparcial das observações do Dr. Vicente Joze Ferreira Cardoso da Costa sobre hum artigo da Gazeta de Lisboa de 22 d'Outubro de 1810;
- Correspondência oficial relativa à comissão de que foi encarregado o doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa: sobre os melhoramentos da ilha de S. Miguel, em 1824-1828;
- Resposta às notas criticas do doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa sobre um officio do General Stockler ao ill.mo e ex.mo sr. Conde dos Arcos;

- Explicação imparcial das observações do Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa sobre um artigo da Gazeta de Lisboa de 22 de Outubro de 1810;
- Explicação imparcial das observaçoens do Dr. Vicente Jozé Ferreira Cardozo da Costa sobre hum artigo da Gazeta de Lisboa de 22 d'Outubro de 1810;
- Um deportado do "Amazonas" : monografia histórica : época liberal nos Açores (1810-1834);
- Carta ao deputado J. B. Medeiros Mantua;
- Compilação systematica das leis extravagantes de Portugal offerecida ao serenissimo senhor Dom João Principe do Brasil;
- Explicação da arvore que representa o prospecto do Codigo civil portuguez;
- Compilação systematica das leys extravagantes de Portugal, offerecida ao Principe regente nosso senhor;
- O autor da explicação das observações à gazeta;
- Análise das teses de direito enfiteutico;
- Os bons desejos de hum portuguez, ou a sua receita para se animar a circulação paralisada acudindo-se aos males do papel-moeda e a miseria publica;
- Compilação systematica das leis extravagantes de Portugal;

- Observações sobre um artigo da Gazeta de Lisboa;
- Oração dirigida ao muito alto e muito poderoso Senhor D. João Príncipe Regente de Portugal;
- Elogio a S. M. o Senhor D. João VI;
- Resposta do Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa às perguntas feitas pelo senhor redactor do periodico intitulado O Fiscal dos Abusos;
- Elementa juris emphytentici commoda methodo juventuti academicae;
- Que he o codigo civil? : ao Ill.mo Sr. José Joaquim Rodrigues de Bastos;
- Notas criticas do Dr. Vicente Jose Ferreira Cardoso da Costa a huma carta attribuida a... o Sr. General Stockler para o... Sr. Conde dos Arcos, datada de 2 de Janeiro de 1821;

3. O Texto

3.1. Os caminhos do documento

Seu caminho

Este documento, que se encontra no IHGB⁵⁹, é uma cópia manuscrita de propriedade de Manuel Barata⁶⁰, seu último detentor, antes de ser incorporado ao acervo da instituição.

O manuscrito pertenceu, originalmente, ao Visconde de Cairu⁶¹, José da Silva Lisboa, passando, depois, para seu filho, Bento da Silva Lisboa, e sucessivamente ao neto, Nicolau da Silva Lisboa e ao bisneto, também José

⁵⁹ Códice. Arq.1.4.35. Parte integrante do Arquivo particular do Manuel Barata. ACP. Manuel Barata.

⁶⁰ Manuel de Melo Cardoso Barata (Belém, PA, 04.08.1841; 13.10.1916). Político e historiador; diplomado pela Faculdade de Direito do Recife (1872); vereador da Câmara Municipal de Belém (1879-82); membro da comissão de elaboração do estatuto do Clube Republicano do Pará (1888); membro do diretório do Partido Republicano do Pará (1890); signatário da Constituição Republicana de 24.02.1891; senador da República; vice-governador do estado do Pará (1889); membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos de São Paulo, Bahia e Ceará (<http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000021>).

⁶¹ José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, nasceu na Baía em 16 de Julho de 1756 e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de Agosto de 1835. Foi bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra. Era filho do arquitecto português Henrique da Silva Lisboa e de Helena Nunes de Jesus. Frequentou na Universidade de Coimbra os cursos jurídico e filosófico em 1774, formando-se na citada faculdade no ano de 1778. Lecionou até 1797, quando voltou a Portugal, e obteve a sua jubilação e a nomeação para o lugar de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Baía, para onde novamente partiu, tomando posse do seu cargo em 1798, conservando-se naquele exercício até 1808. Quando o príncipe regente, na sua retirada de Lisboa em 1807, chegou à Baía, ordenou a Silva Lisboa que o acompanhasse para o Rio de Janeiro, e viesse auxiliá-lo a levantar o império brasileiro. Distinguido desta forma pelo príncipe, foi nomeado desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Em 1821, foi incluído na lista dos membros da junta de cortes para o exame das leis constitucionais discutidas então em Lisboa. Tentou primeiro reconciliar Portugal e Brasil, e impedir a separação, e para isso fundou um jornal, *O Reconciliador do Reino Unido*, mas quando toda a esperança de conciliação desapareceu, quando o príncipe D. Pedro se pôs à frente do movimento revolucionário, José da Silva Lisboa não hesitou um momento, e principiou a combater com energia pela independência do Brasil. Depois da independência declarada, continuou a exercer cargos elevados, recebendo diversas distinções honoríficas, e a mercê do título de visconde de Cairu. Entre suas obras estão: *Curso de direito mercantil*, publicada em 1801; *Princípios de economia política*, de 1804, que foi o primeiro livro, sobre semelhante assunto, que se escrevia em português, e que era inspirado nos princípios da nova ciência, fundada por Adam Smith. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VI, pág. 931.

da Silva Lisboa. Sua viúva, Ignácia Luisa da Silva Lisboa, vendeu o documento a Manuel Barata, em novembro de 1903⁶².

Sua caracterização

A cópia, objeto deste trabalho, de “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” de autoria do Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa possui 541 páginas manuscritas,⁶³ possui emendas, aditamentos e entrelinhas feitas pelo próprio autor. O corpo do documento está dividido em 3 partes: Introdução; Primeira Época da Revolução – Seu Rompimento; Segunda Época – Desde o rompimento da Revolução até o restabelecimento do Governo Português em Lisboa. A divisão interna do corpo do documento está em 21 parágrafos.

Estrutura do texto

Na Introdução, o autor discorreu sobre os aspectos gerais que estavam em discussão quando posta a Revolução. Os assuntos elencados são: Revolução Política, Governo de um Estado, Pública Autoridade, Sociedade Civil, Soberania da Casa de Bragança, Povo ou Multidão,

⁶² Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Primeira página.

⁶³ No próprio documento, consta a observação “escrito com letra amanuense”, ou seja, copista, escrevente, escriturário.

Oclocracia. O autor fecha a introdução, referindo-se a seu texto como “Memórias para quem tratar de escrever a Sua História Filosófica”⁶⁴

Na segunda parte, além de desenvolver os assuntos citados, estabelece, por diversas vezes, comparativos com outros períodos históricos semelhantes ao que vivera Portugal, em 1808. Além de mostrar os acontecimentos políticos, também enumera as condições de a Revolução de 1808 poder ser ou não classificada como oclocrática.

Na terceira parte, volta a descrever a Revolução como Oclocrática, ressaltando ter ela como principal sentido a devolução(retorno) da Casa de Bragança ao trono. Destaca, ainda, alguns problemas que se seguem quando há Oclocracia, e a necessidade de corrigir os desvios que o Povo leva à Pública Administração. Pontuando diversos documentos e acontecimentos, afirma sua posição de definir a Revolução Portuguesa como Oclocrática. Conclui que a Oclocracia por si só não consegue se superar, sendo tarefa do Estado curar a doença.

Uma última informação importante sobre o documento é trazida, ao final do texto, no seguinte trecho: “Vamos pois examinar, se na 3ª Época da Revolução apareceu a Oclocracia com todos os seus caracteres”. Ora, embora o autor se remeta a um texto chamado a 3ª Época, esse não aparece no documento analisado nesta dissertação, talvez, pelo fato de se tratar de cópia, embora seja considerado original, como se vê em uma observação feita por Manuel Barata no início do documento.

⁶⁴ O autor se refere a História da Revolução Portuguesa de 1808, objeto dessas suas memórias.

3.2. Os principais temas

O tema principal das preocupações do autor, ao analisar o carácter da Revolução Portuguesa de 1808, é a participação do Povo, não só como mero figurante, mas como ator principal, classificando-a como Oclocrática⁶⁵.

Para ele, a sociedade civil deve estar presente em todas Revoluções Políticas que visam a mudança de um Governo. No entanto, a participação do Povo quase sempre é relegada a servir como massa de manobra⁶⁶. No caso da Aclamação Portuguesa de 1640, o Povo foi levado a participar como massa nos primeiros momentos uma vez que sua entrada legitima o movimento com carácter Revolucionário. Nesta Aclamação, no entanto, o Povo não é levado a apropriar-se da Pública Autoridade, tendo sido deixado de lado na translação do Governo.

Em uma Revolução como a Portuguesa de 1808 e a Espanhola no mesmo ano, esse papel secundário ora antes cabido ao Povo, não mais foi evidenciado. O que se viu foi o traço Oclocrático, numa revolta na qual as classes mais elevadas, embora estivessem descontentes e tivessem diversas

⁶⁵“A Multidão, isto é, a grande massa do povo entra sempre necessariamente em todas as Revoluções Políticas, que se dirigem a transferir o Governo de um Estado, por efeito do choque das suas mesmas forças internas, daquelas mãos, em que ele reside, para outras. É necessário inutilizar a força, que sustenta a Pública Autoridade nas mãos, que a exercitam, e só a massa do povo, que constituem a força real da Nação, é que pode desarmar a sua força moral, ou representada, que escuda o Governo” - Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35, *Op. cit.* Transcrição do documento em anexo, Parágrafo 1 – Introdução. NOTA EXPLICATIVA: O autor do documento considerado nesse trabalho divide-o em Parágrafos ao invés de Capítulos.

⁶⁶ “...e provocadas as suas agitações, no meio das quais ela (a dita Multidão) obra como Soberano, e sendo estas reprimidas por quem está à testa da Revolução, logo que se realiza a metamorfose da translação do Governo. O Povo pois figura nestas Revoluções, mas não as dirige: é um instrumento, de que se faz uso nelas...” Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo, Parágrafo 1 – Introdução.

razões para a condução do levante, não arriscariam suas posições e sua riqueza, o que naquelas circunstâncias não seria apropriado. Esse traço Oclocrático foi observado pela realização da revolta via Multidão, sem que houvesse um chefe. Somente no período após tomada de poder é que surgiram as primeiras idéias e a necessidade de uma organização do novo poder, então exercido diretamente pelo Povo. Seria necessário um ato de transferência e confiança desse Governo a um Cidadão ou a uma Junta, que mantivesse antigos aspectos de Soberania e do Soberano, dando a estabilidade necessária. Sendo assim, o autor define as Revoluções de Espanha e Portugal em 1808 como Oclocráticas.

Por isso, autor propõe que suas Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808, sirvam como “Memórias a quem tratar de escrever a Sua História Filosófica”⁶⁷.

Tomando como parâmetro histórico a “Revolução” de 1640, justifica a ação popular porque as classes sociais mais baixas ou camada popular, quase sempre sofreu privações, sendo motivada, portanto, com a idéia permanente de inveja ou desejo das camadas que ocupam o exercício da Pública Autoridade ou daqueles que possuem grandes riquezas. O surgimento da Oclocracia⁶⁸, que segundo o autor é o “Governo da Multidão”, e se dá quando o Governo ou a administração do poder da sociedade civil é ocupado e exercido por cada um do Povo, está diretamente ligado a este pensamento: o Povo espera que quando ascenda ao controle da Autoridade

⁶⁷ Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 1 – Introdução.

⁶⁸ Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Nota 1.

Pública, possa diminuir seu sofrimento, paradoxalmente fazendo parte de um desejo egoísta, como também de vontade coletiva desta classe social.

A Oclocracia, ou Governo da Multidão, surge quando, num dado momento, as privações, desejos e opressão sobre essa Multidão são levados aos limites máximos tornando-se ainda mais fortes, o que culmina na Revolução. Claro que tais privações e opressão são controlados por algum tipo de instituição em todos os períodos e algumas vezes este controlador pode fazer uso de um mecanismo que tente dirigir a mudança, que como o autor mesmo ressalta pode ser vislumbrado quando “Sérvio Túlio, em Roma, estendeu os privilégios do povo, ou mesmo quando Henrique VII de Inglaterra aumento o poder dos comuns para reprimir os grandes: ambos eles trabalharam por fazer orgulhoso o Povo, e este destruiu depois uma, e outra Monarquia”⁶⁹.

A Revolução Francesa, embora tivesse acontecido em 1789, teve por base princípios já antes epidemicamente transplantados para outros lugares fora da Europa, como o caso do apoio do Governo Francês à causa da Independência dos Estados Unidos da América. Com sua efetivação, ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, anunciaram mudança na forma como os Governos da diversas Nações européias e mundiais enxergavam as camadas populares. Soberania do Povo, os Direitos do Homem, a abolição dos tributos, dízimos, e distinções⁷⁰ foram difundidas pelos princípios revolucionários, o que levou, a partir desse movimento, ceder parte do poder

⁶⁹Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 2 – Tendência de Portugal para uma Revolução Oclocrática por causa de antecedentes da Revolução Francesa.

⁷⁰*Ibidem*.

acumulado antes somente nas classes sociais mais altas, que foi definida segundo o autor como “as primeiras classes da Nação, compostas dos Nobres, dos empregados da Administração Pública, e dos ricos”⁷¹. Em Portugal, pondera tal ação não foi diferente.

Na avaliação do autor, a Revolução Francesa teria sido conduzida pelas camadas populares para o benefício das mesmas, mas culminou com a substituição de uma monarquia por outra; o Povo levantou-se contra Luís XVI, Rei da França, mas levou ao trono a Napoleão Bonaparte. Em suma, pondera, após a conquista da Soberania do Povo, este curvava-se diante de um novo rei, aterrorizado pela crise desencadeada pelos princípios revolucionários, que haviam ameaçado todos os tronos do Mundo.

O novo Governo fruto da Revolução Francesa, pois tornara a França muito poderosa, uma vez que, como o autor expôs em nota explicativa⁷², após um período de Revolução, as forças que controlam um Governo tornaram-se mais fortes ou robustas, pois para controlar as partes do Corpo Político é preciso um esforço massivo para suplantar as forças antes existentes bem como atender as demandas que conduziram a Revolução, levando este sistema quase a perfeição. O Corpo recortado tem seu poder dividido num primeiro momento revolucionário, mas após este período faz-se

⁷¹Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 3 – A dita tendência foi estimulada pela ocupação do Reino pelo Exército do Imperador dos Franceses em 1807.

⁷²“O Império Frances, pois havia de gozar também deste resultado da sua Revolução, e formando um Estado mais formidável, um poder, do que nunca tinha sido, expunha ao maior perigo a Liberdade Política da Europa” Nota 3; “Uma nova Dinastia colocada no Trono mais poderoso da Europa, suposta a extensão do seu território, e população, suposta a sua localidade, e suposta a energia, de que gozava por efeito da precedente comoção Revolucionária” Nota 4. Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo.

necessário a reorganização deste Corpo e é nesse movimento reorganizacional (unificação das partes) que este Corpo ganha força, pois as partes embora estivessem divididas estavam fortificadas para poder dar ordem.

Nesta nova ordem surgiu a imagem de um novo Soberano, Napoleão Bonaparte, que embora estivesse fortificado não tinha vínculo com as demais monarquias que governavam a Europa. Era esse vínculo que era importante para Napoleão poder se manter no recém empossado trono da França, e para isso era “necessário destruir, ou pelo menos diminuir as forças das outras Dinastias antigas, enquanto o tempo lhe não dava lugar para de se enlaçar, e amalgamar com elas”⁷³.

Para que se mantivesse no poder, Napoleão deveria guerrear e vencer, pois suas vitórias garantiam a estabilidade de sua Dinastia e o triunfo da Nação Francesa. Sendo assim, o Imperador poderia estabelecer novas Dinastias nas demais Nações, ou ao menos forçá-las a aceitar a posição dominante da Nação Francesa, e ainda tinha um ganho extra: a cada derrota de uma Dinastia antiga, as demais se enfraqueciam, posto que estavam ligadas.

Passado o período Revolucionário francês, o movimento de unificação das partes do Corpo Político precisou da manutenção da ordem, tornando necessária, a obediência passiva dos Povos, categorizando a rebelião contra o Governo como crime em seu Código. A recuperação da liberdade dos Povos antes pregoada e defendida (inclusive no Decreto da Convenção de

⁷³C.f. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o códice Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Nota IV.

1793), passara a ser castigada e perseguida: as Regras da Moral tinham mudado.

Se os princípios revolucionários haviam sido esparramados pela Europa, era evidente que outras Revoluções Oclocráticas (na qual a multidão ocuparia o governo das funções da autoridade pública) surgiriam não só na Europa como no restante do mundo. Ora, disseminadas as sementes da Revolução, tornou-se difícil assumir a posição do Governo Francês de repulsar a Revolução dos Povos. Embora a Moral Social tivesse se alterado, as Armas (povo tendo conhecimento de seu poder na derrubada de um Governo estabelecido) não haviam mudado.

Como enunciado, o apoio da Nação Francesa aos movimentos de reorganização dos poderes na América, principalmente a Independência dos Estados Unidos, agora reverberava na Europa. A Revolução Francesa não representava em si própria um perigo, mas sim suas sementes e seus princípios.

O que emanava da Revolução era a substituição da vontade individual do Cidadão pela Vontade Geral. Não que a Vontade fosse de todos, mas era essa apresentada aos demais e o Povo (“efervescência de todos os sexos, e de todas as classes”⁷⁴) se convencia de sua necessidade. Lançadas as máximas Revolucionárias sobre os movimentos populares, não havia mais o controle sobre aquela informação, podendo aquelas caminharem junto com as vontades da Revolução Francesa ou mesmo ir contra seus princípios, pois existiam também os movimentos a favor das antigas Monarquias.

⁷⁴Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 2 – Tendência de Portugal para uma Revolução Oclocrática por causa de antecedentes da Revolução Francesa.

A Revolução Francesa foi o grande exemplo de Revolução no período entre fins do século XVIII e século XIX, portanto toda revolução que seguiu à primeira teve caminho muito semelhante, emprestando muitos das suas máximas, servindo à sua causa ou não. No caso de Portugal, não se necessitava de outras máximas para a Revolução Oclocrática.

A Revolução em Portugal também teve motivos semelhantes aos princípios franceses, no entanto, não foram os únicos motivos. Quando avançou na Península, o exército francês invasor já não bradava as máximas Revolucionárias, e ao povo português restou aceitar uma das causas que havia levado à retirada da Corte para o Brasil: a adesão à “Causa Continental⁷⁵”, que conhecemos como o Bloqueio Continental, que fechava os Portos e interrompia toda a Navegação e o Comércio Externo, separando-o de seu principal parceiro económico, a Grã-Bretanha, inimiga de Napoleão.

Portugal possuía importantes Colônias no Ultra-mar, que constituía de vastos territórios nos quais, além de vender seus produtos ou os produtos que comprados das demais Nações do mundo, deles também retirava matérias-primas.

Esse sistema de retirada de mercadorias (matéria prima ou não) de uma colônia e a venda de produtos portugueses ou “importados” pelos portugueses a estas colônias, através de um exclusivo comercial, é chamado pelo autor, de Sistema Mercantil⁷⁶. Foi adotado como o de maior

⁷⁵Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 3 – A dita tendência foi estimulada pela ocupação do Reino pelo Exército do Imperador dos Franceses em 1807.

⁷⁶Cf. Fernando Novais. op.cit. p.57-92.

conveniência para aumentar a riqueza, e a prosperidade das nações⁷⁷, permitia uma importante circulação de idéias⁷⁸ não só dentro da Metrópole (Portugal), como também pelo restante de suas Colônias, e demais Nações do mundo.

O principal produto de exportação de Portugal, segundo o autor, era o Vinho, fazendo a cultura vinária receber grande apoio e favores do Governo, como o próprio autor afirma: “ Uma grande parte da Nação subsistia desta cultura direta, ou indiretamente: do primeiro modo os Proprietários das Vinhas, e do segundo, os que trabalhavam nos seus amanhos, e na tanoaria, os que tinham devesas de Castanhos, ou vinhais que serviam para os arcos das Pipas, e todos os que traficavam no Comércio deste Género, e que serviam para a sua exportação, mediando entre o produtor, e o consumidor, que em grande parte se ia procurar fora do Reino, e por meio da Navegação.”⁷⁹.

O comércio desse gênero cessou praticamente, pois seus maiores consumidores encontravam-se fora do reino, com grande prejuízo, não só para seus produtores como para todo o restante da cadeia. E não foi o único gênero prejudicado. Outros produtos portugueses também sofreram grandes reduções no comércio, como o sal, as frutas, a cortiça, panos de linho, aumentando a miséria da Nação. Paralisado o Sistema Mercantil, o comércio e a navegação entre a Metrópole e as Colônias não poderia mais ser

⁷⁷Referência ao livro de Adam Smith Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas Riqueza das Nações.

⁷⁸Cf. Leonor Freire Costa, Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII). Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

⁷⁹Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 3 – A dita tendência foi estimulada pela ocupação do Reino pelo Exército do Imperador dos Franceses em 1807.

realizado. O que comprova que talvez, para nenhum outro país, a adesão à Causa Continental possa ter sido tão danosa quanto foi para Portugal, tendo reduzido até mesmo a produção de algumas fábricas que produziam para a Colônia. Outros fatores também contribuíram para o aumento da pobreza em Portugal como por exemplo a própria ausência da Casa Real, que não mais sustentava um grande número de famílias em Lisboa que recebiam pagamentos do Erário Régio e até mesmo o licenciamento das Tropas.

O movimento de insatisfação não esteve circunscrito somente a essas questões. Os portugueses não estavam satisfeitos com a ocupação estrangeira de sua Nação. O exército invasor (tropas francesas e espanholas) exigia contribuição extraordinária. A aristocracia sofria, humilhada não só pelos invasores, como também pelo “abandono” da Casa Real e por ser objeto de repulsa do restante do povo português. O Corpo Eclesiástico sentia-se amedontrado, pois suas riquezas eram cobiçadas pelos inimigos, e não tinha como protegê-las. Havia, ainda, uma parcela de empregados da administração pública que se viam não só diminuídas as suas funções, como também pela precária estabilidade que tinham em seus empregos, pois suas funções poderiam ser repassadas a estrangeiros ou mesmo ser extintas. O texto, evidencia não só a importância dessas questões econômicas, para a insatisfação social, como também, o desejo da manutenção da sociedade como era⁸⁰, com distinções e privilégios⁸¹.

⁸⁰“A Aristocracia humilhada por muitos, e diferentes modos...” Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35, Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 3 – A dita tendência foi estimulada pela ocupação do Reino pelo Exército do Imperador dos Franceses em 1807.

⁸¹“Os ofícios da governança dos municípios conferiam, assim, nobreza, incompatível com os ofícios mecânicos...” Cf. Nuno G. Monteiro op. cit. p.47-51; Luís da Silva Oliveira. *Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal*. S/e.: Lisboa, 1806.

Dado esse estado de violência a que população portuguesa fora levada, submetida a privações e incômodos causados pelos Exércitos invasores, uma Revolução contra o Governo estabelecido era inevitável. Opressão e redução do poder financeiro da população tornaram-se causas da Revolução.

O levante contra o Governo Francês precisava de ajuda, buscada tanto na Grã-Bretanha, parceira na retirada da Corte para o Brasil, como nas Colônias. Portugal necessitava do comércio externo e de se abrir novamente às Navegações, para recuperar sua fortuna e direito de propriedade. Por isso a Revolução enalteceu a soberania da Casa de Bragança, uma vez que se esperava o retorno ao sistema que existia antes da invasão.

A invasão e as exigências dos franceses atingiam todos os Portugueses, sobretudo o que o autor chama “as primeiras classes da Nação”⁸² (Nobres, empregados da Administração Pública, e Ricos). Mas essas classes não poderiam fazer a Revolução: seriam as que mais arriscariam perder poder (político e/ou financeiro). Era melhor sofrer com a ocupação, do que perder tudo numa tentativa de Revolução, tais eram as ordens no Decreto de 26 de Novembro de 1807. Sobrava apenas ao Povo levar adiante a Revolução. Tinham menos a perder e não enxergavam quais seriam seus riscos, caso a Revolução fosse frustrada. Tais fatores levavam à Revolução Oclocrática.

Na Espanha, a situação vivida, principalmente pelo Povo, foi semelhante e os frutos dos tumultos e levantes de Março de 1808 agitaram

⁸²Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 4 – E foi atizada pela Revolução de Espanha.

ainda mais a multidão, ciente do poder que possuía. As Revoluções Oclocráticas alastravam-se pela Espanha. A fronteira física entre Portugal e Espanha auxiliava o movimento das tropas espanholas em território português e facilitava a comunicação dos fatos sucedidos em Espanha, quase como uma epidemia.

O exército francês invasor de Portugal, era composto também, de tropas espanholas. O General Taranco ocupou a Província do Minho. No Além-Tejo e no Reino do Algarve, havia o General Marquês del Socorro. Já o General Carrasa, embora espanhol, contava com tropas francesas e estava diretamente subordinado ao General Junot, ocupando a Capital e as Províncias da Estramadura e Beira⁸³. Como todas as tropas espanholas eram formadas por soldados de diferentes regiões e quase em sua totalidade tinham algum familiar ou amigos que haviam sofrido com a passagem das tropas francesas por Espanha, e já conheciam de antemão o que o Povo Português estava por sofrer. Antes aliados dos franceses na Invasão de Portugal, as Tropas Espanholas acabaram por relevar a rivalidade com Portugal diante do sofrimento causado por um inimigo em comum.

Os dissabores entre as Cortes de Paris e Madri, foram muitos após a invasão, principalmente relacionados com a divisão da administração do território português. O principal acontecimento, que culminou com o término da parceria entre França e Espanha, deu-se na discussão sobre a administração da região d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes⁸⁴, na qual o general espanhol Taranco entendia que era seu direito governar as duas

⁸³Cf. José Mattoso. op. cit. Damião Peres. op. cit.

⁸⁴Cf. José Acúrsio das Neves. op. cit. Cópia Manuscrita do documento "Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808" cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 4 – E foi atizada pela Revolução de Espanha.

Províncias, fazendo uma Proclamação no dia 13 de Dezembro de 1807, mas o General Junot o fez saber que o Governo sobre a Província de Trás-os-Montes não o cabia e num Decreto de 22 de Dezembro de 1807 nomeou para o Comando Militar da Tropa Portuguesa na Estramadura, Beira e Trás-os-Montes, o General Marquês de Alorna⁸⁵.

De acordo com a Convenção de Fontainebleau, ao general espanhol cabia somente a Província d'Entre Douro e Minho, no entanto o mesmo tinha nas Instruções que trazia de seu Rei, que deveria governar sobre as regiões ocupadas pelo Exército Espanhol, e ainda sabendo que S.A.R. D.João VI havia deixado um Governo em Lisboa e não querendo fortalecer o Governo Francês, fez saber que ele iria governar em nome do Príncipe Regente, D.João VI. A situação gerou um desconforto tal entre as tropas francesas, principalmente em seu Comandante General Junot, que só foi resolvido no Decreto de 1º de Fevereiro de 1808, no qual determinava Portugal inteiro seria governado em nome do Imperador Francês. Sendo assim o Rei espanhol Carlos IV ordenou a retirada de todas as tropas espanholas de Portugal para os limites fronteiriços espanhóis, deixando então o General Junot somente com as tropas que ocupavam as Províncias de Estremadura, Beira e Trás-os-Montes. Eram com essas tropas que Junot deveria não só ocupar as demais Províncias como também conter os movimentos de insurreição que já brotavam.

Foi dentro deste quadro, que não poderia ser mais profícuo para uma Revolução, afinal a Espanha passara a ser inimiga da França, sendo esta

⁸⁵Cf. Cópia Manuscrita do documento "Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808" cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 4 – E foi atizada pela Revolução de Espanha.

obrigada a conter os levantes populares em Portugal e Espanha, que se deu em Maio de 1808 os levantes em Espanha e em Junho e Julho do mesmo ano em Portugal.

O rompimento entre Espanha e França e as resoluções adotadas nos acontecimentos de Baiona⁸⁶, levaram a abdicação do Rei Carlos IV⁸⁷ em favor de Fernando VII. Esse marchou para Madri, onde se encontraria com Murat para obter o reconhecimento francês de sua coroa. Não o obteve. Convocado por Napoleão até Baiona, numa tentativa frustrada, tentou conseguir o apoio do Imperador Napoleão, para manter seu trono. Napoleão, no entanto, o obrigou a devolver a coroa a seu pai Carlos IV, que por sua vez cedeu os direitos ao trono ao Imperador francês. Todo esse episódio foi definido por Godechot como “las tragicómicas conversaciones de Bayona”⁸⁸. Nesse momento houve um contágio nas manifestações revolucionárias em Portugal. Cabia ao General Quesnel, com quartel general na cidade do Porto, o governo da Província do Minho, mas este não possuía tropas francesas para tal controle. Resultado do apontamento de Napoleão, Fernando VII⁸⁹ assumiu como Rei da Espanha, e ordenou que as tropas espanholas localizadas na região da Galícia retornasse a Portugal sob o comando do General em Chefe do Exército Francês Junot. Ou seja, o Governo era

⁸⁶Cidade francesa, na região (departamento) Pyrénées Atlantiques, também situa-se na região de influência cultural do País Basco.

⁸⁷Carlos IV, Rei de Espanha (1748-1819), casado com Maria Luísa de Parma, Aclamado em 1788. Abdica em nome de seu filho, Fernando VII, em 19 de março de 1808. DEZOBRY ET BACHELET. *Dictionnaire Général de Biographie Et d'Histoire...Paris*. DEZOBRY, 1857, vol.1, p.542.

⁸⁸Jacques Godechot. *Europa y América en la época napoleónica*, Labor, Barcelona, 1976, p. 103.

⁸⁹Fernando VII, Rei de Espanha (1784-1833), filho de Carlos IV, Rei de Espanha, e de Maria Luísa de Parma. Subiu ao trono em 19 de março de 1808. Renunciou no mesmo ano. Recuperou o reino pelo Tratado de Valença (11 de dezembro de 1813). Casou-se em segundas núpcias com Isabel de Bragança, filha de D.João VI de Portugal. Aurea Javierre. “Fernando VII” in Joel Serrão. op. cit.

francês, mas as tropas de sustentação voltavam a ser Espanholas. Pouco tempo depois de sua ascensão (menos de 2 meses de Reinado) Fernando VII, foi obrigado a retirar-se para Baiona e posteriormente foi obrigado a abdicar e mantido preso no Castelo de Vilançay⁹⁰, em favor de Napoleão que nomeou seu irmão José I⁹¹, o novo monarca da Espanha.

A notícia sobre a substituição do recém entronado monarca não tardou a chegar as Tropas Espanholas que novamente viu um desentendimento com o Imperador Francês, retirou seu apoio do Governo do General Junot, revoltando-se contra o General Quesnel, prendendo o então Governo Francês da Cidade do Porto, no dia 6 de Junho de 1808, nenhum empregado da Administração Pública ou qualquer outro Português tomou parte nesse levante, tendo o Governo Francês exaltado a tranquilidade dos portugueses nesse momento.

Em sua retirada com as Tropas Espanholas, o General D. Domingo Beleta avisou aos empregados Portugueses da Administração Pública que deixaria o Governo da Cidade do Porto livre, cabendo a escolha do novo Governo, ou mesmo se estes continuariam ou não vassalos de S.A.R., aos Portugueses. Nesse movimento de saída, por onde as Tropas Espanholas passavam tentavam agitar as multidões excitando à Revolução.

Coube ao Brigadeiro Luís de Oliveira, por ter maior patente militar, o Governo das Armas da Cidade, mas foi tão fraco que não se resolveu em tomar partido, não se colocando nem a frente da Revolução nem por reprimi-

⁹⁰ Localizado na Região de Indre, França.

⁹¹ José I (1768-1844), nomeado Rei de Espanha por seu irmão de Napoleão Bonaparte em 1808. Permaneceu na Espanha até 1813. Casou-se com a filha de um negociante de Marselha, Marie-Julie Clary, em 1794. Ocupou também o trono do Reino de Nápoles entre 1806-1808. DEZOBRY ET BACHELET. op. cit. vol.1, p.1442.

la. Com o surgimento de um outro oficial de menor patente defendendo a Revolução, o Povo começou por se insurgir até que o Capitão Maris, que comandava o Corpo de Artilharia, que se mostrava como o mais decidido para a insurgência recebeu do Brigadeiro a autorização para que a Junta do Arsenal lhe fornecesse o que fosse necessário para condução e apoio do movimento do Povo.

O General Junot numa tentativa de frustrar os planos dos Revoltosos, fez marchar de Almeida para o Porto um corpo do Exército Francês liderado pelo General Loison, que era odiado pelo Povo por dois motivos: primeiro tinha executado parte de um Regimento Português e segundo pelos boatos que submeteria a Cidade do Porto (leia-se sua população) a castigos por não ter se levantado contra os Movimentos Espanhóis. Por esta razão o Povo só fez em acelerar tumultos para que a retomada da cidade não acontecesse. No dia 18 de Junho, foi aclamada a Soberania do Príncipe Regente, sendo o Depósito de Armas e um Armazém de Munições de Guerra invadidos e toda sorte de produtos que ali se encontravam levados para guarnecer a Revolução.

Aparentemente, tal movimento deixou assustado parte da população da Cidade, inclusive a maior parte das famílias Nobres e Ricas, causando até mesmo a fuga do Brigadeiro Luís de Oliveira, que temia por não ter apoiado a Revolução. Este estava certo, o Povo logo o caracterizou como traidor.

O tempo para os tumultos estava posto. Todos queriam falar e representar em primeiro suas vontades, até que no dia 12 de Julho, começou a ser discutida a idéia de Ordem e organização de um Governo, porque de outra maneira seriam vencidos pelas Tropas Francesas por não estarem

organizados. O Povo, junto com Eclesiásticos, Magistrados, Militares, Nobres e Comerciantes foram convidados a participar de uma reunião na qual ficou decidido que seria estabelecido uma Junta composta por: dois Eclesiásticos, dois Desembargadores, dois Militares e dois Cidadãos, sendo estes ali mesmo escolhidos, e fazendo do Bispo do Porto seu Presidente. A esta Junta cabia o exercício do Supremo Governo, enquanto não se restabelecesse o Conselho que S.A.R. havia deixado no Decreto de 20 de Novembro de 1807. Houve um certo desentendimento na formação da Junta porque alguns militares nela queriam participar, tendo sido justificado que na Junta Governativa deveria haver um número equânime de vozes de cada um das classes, foi decidido a criação de uma Junta Militar que deveria ser presidida pelo Governador das Armas do Porto e que estaria diretamente submetida a Junta Governativa. Faz-se um grifo nesta figura, porque foi ele a origem da primeira Convulsão Política. No Alem-Tejo, os Espanhóis obrigaram algumas povoações a se rebelar contra o domínio Francês, incitando a Revolução ou a adesão a esta através do contágio epidêmico. Nesse momento as forças Revolucionárias Portuguesas deveriam se preocupar principalmente com o General Junot, uma vez que a França perdia sua aliada e agora teria de combater as duas Nações Ibéricas. Como foi a Revolução de Espanha, a de Portugal contagiada pela primeira também era Oclocrática.

Revolução Portuguesa Oclocrática.

O movimento Revolucionário que se deu em Portugal em resposta a Invasão Francesa foi oclocrático. Nem por isso, como o próprio autor do documento ressalta, o movimento foi contra a Casa de Bragança ou os interesses da Grã-Bretanha. Nesse mesmo documento ora analisado, a

parceria entre a Grã-Bretanha e a Família Real Portuguesa já havia sido demonstrada no Parágrafo 3º (divisão do autor) e sua importância estratégica do ponto de vista militar e econômico também é ressaltado por outros autores entre os quais: Jorge Pedreira, Fernando Novais, José Jobson de A. Arruda, Jorge Borges Macedo... Nesse texto o autor enumerou diversas razões que caracterizam esse movimento como Oclocrático. Mesmo porque como foi mostrado, as revoluções anteriores – Revolução Francesa e Espanhola - e que serviram de exemplo para a Portuguesa, também foram.

Ora, como se pode perceber os fatores para classificar uma convulsão política como Oclocrática. Sabe-se que para ser Oclocracia, é a multidão quem deve tomar e exercer o Poder da Pública Autoridade, todos, sem exceção, são senhores nas decisões. Na Revolução Francesa, ao som de Liberdade e Igualdade, o Povo conduziu a revolução e ao mesmo som, foi conduzido a guilhotina⁹².

No caso da Revolução Portuguesa, o som, a não ser por uma pequena diferença, fora o mesmo. Os ideais de Liberdade e Igualdade também davam uniformidade ao movimento, mas aqui se ressalta a diferença, o fator “monarquia” não era questionado, pelo contrário, o amor a Monarquia e a Soberania de S.A.R. dava coesão ao Povo português diante de seu ódio frente a Dominação Francesa. O autor do documento faz a seguinte ressalva: ao analisar um movimento revolucionário, no seu processo de caracterização, não se pode somente se ater ao princípio aparente, mas “ir desentranhar do

⁹²Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 5 - Aparece a Revolução Portuguesa tal qual estas coisas prometiam. Principais caracteres da Oclocracia.

centro deles o princípio real”, é “preciso analisar miudamente os fatos”⁹³. E é nesse sentido que segundo o autor a Oclocracia pode ser definida ou em Manifesta ou em Dolosa. No primeiro tipo, a Manifesta, “a Multidão apreende o exercício da Soberania, e a proclama ao mesmo tempo, que ela lhe pertence: o seu modo de proceder vai conforme com a sua teoria”⁹⁴, e tem-se como exemplo a Revolução Francesa. No segundo tipo, a Dolosa, “a Multidão apreende o exercício da Soberania, e ao mesmo tempo aclama uma outra, sendo os seus fatos manifestadamente contraditórios com as suas palavras. Assim na Revolução Portuguesa, quando o Povo obrava, como se lhe pertencesse o exercício da Soberania, e juntamente aclamava a da Sereníssima Casa de Bragança, estava só praticamente Oclocrático, e a sua Oclocracia era Dolosa, porque não aparecia manifestadamente. Antes se cobria com palavras, que excluía aquela enfermidade”⁹⁵.

Ao longo dessa mesma nota do qual os trechos acima foram retirados o autor continua discorrendo sobre a enfermidade – Oclocracia. Pontuou ainda que o primeiro caso de mais fácil identificação, a tarefa do “médico” é mais difícil, porque se faz necessário mudar a prática e a teoria. Ir aos princípios da organização social para poder esclarecer os prejuízos que aquela atitude – Oclocracia- trazia para aquele Povo. E o melhor remédio, oras deixar o Povo se cansar de suas próprias atitudes, até perceberem que estavam errados desde o início. No entanto, o autor não demonstra que esse

⁹³Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 5 - Aparece a Revolução Portuguesa tal qual estas coisas prometiam. Principais caracteres da Oclocracia.

⁹⁴Cf. Nota XIV - Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo.

⁹⁵*Ibidem*.

processo alem de demorado, pode trazer danos longevos, uma vez que não há um ponto definido para sua reversão, e os danos causados pela Multidão podem avassalar uma sociedade, sua economia e uma Nação.

Já no segundo caso, o remédio não traz tão duros prejuízos para a população, e tal situação é mais fácil de “curar” ou corrigir como o autor vai tratar num outro capítulo. Ora, era só demonstrar para essa Multidão que existia uma contradição em reclamar a Soberania de uma Casa Reinante exercendo a Multidão mesmo o poder do Soberano. O que para o caso Português tornava muito viável mostrar ao Povo, a todo momento que se pudesse, que se a Soberania da Casa de Bragança era aclamada, como poderia a própria Multidão exercer direitos antes nunca utilizado por ela. Constituía um ato criminoso exercer o poder Régio⁹⁶.

É uma característica da Revolução Oclocrática, a Multidão ser o centro de onde o movimento se inicia, e ter a vontade individual substituída pela vontade geral. Numa sociedade não oclocrática, só quem pode coagir, decretar, decidir aquilo que melhor convém a determinada população, é aquele que administra ou exerce o Governo. Num momento oclocrático, cabe a todos definir o que convém ou que prejudica ao Público. Cada cidadão ou fração da sociedade se considera Governo e age em seu nome.

A seguir o autor elencou 8 razões que demonstram que a Revolução Portuguesa de 1808 fora Oclocrática:

Como primeira razão, o que se vê é a vontade de todos os cidadãos de participar dos negócios públicos, como se de uma hora para outra toda a

⁹⁶Cf. Nota XIV - Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo.

população passasse a conhecer todos os assuntos que afligiam a Nação, e todos obtivessem conhecimento instantâneo para solucionar os problemas, nos trechos a seguir, tal colocação fica evidenciada: “todos indagam as notícias, todos discorrem sobre elas, todos resolvem definitivamente o que convém, e o que é prejudicial ao público, do mesmo modo que o faziam os Deputados de uma Assembléia”; “e toda uma Nação parece um Congresso permanente para as deliberações do Governo”. O autor terminou esta primeira colocação afirmando: “aonde ele não aparecer, pode segurar-se, que não existe a dita enfermidade”⁹⁷.

Como segunda, o que se vê é quase uma auto-proclamação do próprio espírito. O Povo passa elogiar aqueles que estavam no Governo. Oras, nesse momento, quem é que estava no Governo, senão o Povo. Foram capazes de se auto-elogiarem afim de extrair maiores favores deles mesmos, e “louvarem como grandes medidas administrativas gravíssimos desvarios”. No mais ainda “Hão de girar publicamente como se fossem fatos verdadeiros, notícias inteiramente fabulosas, que os mais curtos conhecimentos da Geografia, da Estatística, e da História impediram não só desacreditar, mas até de referir”. O autor criticou o modo como o Povo escrevia, como seu linguajar era impróprio e injurioso, “porque tal é a linguagem do Povo, e ele é quem dá a Lei ao espírito público”⁹⁸ e sublinhou que os conhecimentos adquiridos ao longo dos séculos anteriores “hão de ser perdidos naqueles

⁹⁷ Cf. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 5 - Aparece a Revolução Portuguesa tal qual estas coisas prometiam. Principais caracteres da Oclocracia.

⁹⁸ *Ibidem*.

momentos: a Nação parecerá envolta ainda nas mantilhas da barbaridade apesar de ter gentes ilustradas” fazendo crer que os letrados, nesse momento de revolta, acabam por não se mostrar, com medo ou falta de comprometimento com o movimento revolucionário.

A proclamação dos princípios democráticos aparece como a terceira razão para se caracterizar a oclocracia. A Multidão impera e é orgulhosa da Soberania. A exaltação ao amor a Liberdade e ao Patriotismo aparece sempre com entusiasmo na voz dessa população, e como os princípios são democráticos, acabam por levantar-se contra as doutrinas Monárquicas. Quando o Povo se apropria do Governo, essa tendência de elevar os princípios democráticos frente a monarquia deve ter certo zelo. As Guerras dos Povos, tendo o Povo como seu principal interlocutor “são as mais formidáveis” “uma Nação levantada em massa é invencível” deveria provar que tais afirmações são verdadeiras, mas o autor pondera na nota XV a idéia de Guerra dos Povos x Guerra dos Reis, e a qual conclusão se chega: A atitude de um Povo tomar o Poder é louvável, mas dizer que sua organização administrativa é melhor do que quando estão sob uma monarquia é errada. Citando como exemplos os tempos vividos por Cartago e Roma na Antiguidade, o autor descreve que em nenhum outro momento tais Cidades ou Civilizações viveram tão grandes apogeus senão quando estavam sob a égide de uma Monarquia. Podiam até não ser classificadas como monarquias, mas seus líderes, grandes generais no caso de Cartago, e os primeiros-cidadãos no caso de Roma, tendo Otávio Augusto como o primeiro

*Princeps Senatus*⁹⁹, conseguiram reunir em suas pessoas todo o Poder do Estado, fazendo deles superiores aos seus concidadãos. Depois continua citando os casos de monarquias européias como Rússia, Espanha, Suécia, Dinamarca, França... que desde que eram governadas monarquicamente conseguiram manter estabilidade Política que levou a estabilidade social, territorial... e ainda elogia a Monarquia pontuando que essas “são muito mais próprias para atacar. E para se defender, do que os Governos Republicanos: que as guerras dos Reis são, as que apresentaram sempre maiores resultados”¹⁰⁰.

Na nota seguinte (Nota XVI), que tem relação com o trecho que diz respeito a “uma Nação levantada em massa é invencível” o autor discorre sobre como a Política é feita quando a Multidão está no Poder relatando ainda que quando há Guerra “entre os Povos Civilizados só os que entram no numero dos combatentes são considerados como instrumentos da Guerra, e conseqüentemente só eles são expostos aos seus golpes” o que deixa de fora o restante da população. Seguindo nessa linha de pensamento, o autor explica que as forças de uma guerra não se dá pelo número de pessoas lutando mas sim de soldados de fato, pois não são parte de um exército treinado. Os cidadãos comuns quando entram na guerra não servem para combater, e ainda morrem rapidamente, prejudicando sua Nação gerando falta de mão de obra, mercado consumidor e afins. Ora o autor destoa, ignorando completamente o fato de que em uma guerra, nem sempre o que é conhecido como sociedade civil (não militares) é poupada, ou mesmo que

⁹⁹ Primeiro dos Cidadãos ou Primeiro dos Senadores.

¹⁰⁰ Cf. Nota XV. Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo.

essa mesma sociedade civil pode ser treinada com técnicas milicianas, que pode ajudar a defesa de sua Nação.

Como quarta razão, o autor apontou a inveja da Multidão para com as Classes que são superiores na sociedade civil. Durante os momentos em que existe uma Oclocracia, tais classes ficam mais expostas a perseguições debaixo dos princípios da Revolução. Não é necessário que tal pessoa seja rica ou nobre, até mesmo um funcionário público, que no desempenho de suas funções ou era odiado ou era enaltecido, nesse momento, pode ser visto como um inimigo da causa. O Povo que exerce a Suprema Autoridade, é fácil de se “iludir”, bastando que para que as perseguições fossem executadas e aceitáveis, dar razões contra os princípios da Revolução, como já foi dito, por exemplo: tornar o alvo das perseguições afrancesados ou aderentes, no caso de Portugal nesse período, bradando palavras de Patriotismo no combate aos invasores e aos concidadãos. Como é de fácil condução “e grande parte da multidão, à qual é natural obrar por imitação, e sem refletir, há de proceder de boa fé, acreditando ligeiramente, e sem exame tudo quanto se lhe apresentar como motivo das atrocidades, em que a fazem ter parte, por mais inverossímil, e absurdo, que isso seja”¹⁰¹.

A desconfiança aparece como a quinta razão. Não desligada de outras características apresentadas como sendo do Povo tais como: “ignorante, suspeito, inconstante, supersticioso e governado pelo coração”. A partir

¹⁰¹Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 5 - Aparece a Revolução Portuguesa tal qual estas coisas prometiam. Principais caracteres da Oclocracia.

deste ponto, o autor discorre sobre outras razões, todas movidas a partir da desconfiança, mas vamos nos ater a primeira citada até o momento. Em nota, vai dizer “É igualmente manifesto, que a ignorância produz as suspeitas. Quem ignora é semelhante ao que marcha por entre as sombras, e que não vê por onde caminha” mais a frente, na mesma nota, pontua ainda “A Luz, que mostra as coisas, como elas são, é o único remédio, que convenha a todos estes, mas a ignorância não a deixa acender” e conclui que “quem marcha com os olhos vendados há de encostar-se com demasia já para um lado; já para outro, sem que lhe seja possível seguir fixamente a mesma vereda” do qual se pode tirar como conclusão que o Povo por qualquer motivo julga validando para o bem ou para o mal as diversas acusações. E com essa afirmação anterior o autor faz uma última ressalva que julgo importante apontar aqui “renasceram os procedimentos criminais arbitrários, e todos os outros inseparáveis sócios dos Governos suspeitosos¹⁰²”, nesse trecho o que é importante frisar é que embora exista um processo nem sempre ele é oficial ou respeita os direitos do cidadão fazendo uma clara alusão aos processos judiciais, que ele mesmo, um desembargador tinha como responsabilidade¹⁰³.

Outros fatos foram apresentados dentro ainda do quesito desconfiança, como: a “oscilação sobre a sorte do Estado, passando de uma

¹⁰²Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 6 – Continua a relação dos principais caracteres da Oclocracia.

¹⁰³De acordo com a biografia do autor, e apresentado nessa dissertação em capítulo anterior, ele foi preso numa ação conhecida como Setembrizada, e tal ação tomou lugar durante a noite, como se fosse uma ação escondida da população. Seu direito a defesa nunca foi permitido, e como não teve um julgamento, o que se pode apontar é que ele nunca foi considerado culpado, e essa é a opinião que transparece. Daí a relevância em apontar tal razão. Ele era um homem do Judiciário, que sempre desempenhou funções públicas, e mesmo depois desses fatos continuou por apoiar a Monarquia como antes, e ajudava-a sempre que Possível ou quando solicitado.

extremosa segurança a um excessivo pavor”; os milagres ou as infelicidades como justificativas para quaisquer acontecimentos, tendo a imaginação um papel importante, “o entendimento será uma faculdade com que se não conte, atribuindo-se tudo à vontade até o entender, e o acreditar¹⁰⁴”, é a vontade ou o desejo que tornará fatos reais ou desacreditados. Uma ressalva é feita pelo autor a respeito da vontade ou daqueles que governam com o coração, quando em algumas instâncias a razão age “e só se decreta aquilo, que é possível executar física, e moralmente”.

¹⁰⁴Cópia Manuscrita do documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808” cuja autoria é de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, localizada no IHGB sob o códice Arq.1.4.35. Transcrição do documento em anexo. Parágrafo 6 – Continua a relação dos principais caracteres da Oclocracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação imposta ao Governo Português frente às negociações com Napoleão levou à saída da Família Real junto com a Corte, deslocando territorialmente o centro de poder para o Brasil, causando a cisão (econômica do Brasil frente a Portugal, e o processo de independência política.

Essa situação, somada às diversas batalhas que envolveram as Invasões Napoleônicas, propiciou maior circulação das idéias da Revolução Francesa, já discutidas em certos círculos portugueses. A transferência da Corte impediu, todavia, no momento inicial, combate às agitações políticas. Frente ao “abandono”, até membros da Igreja apoiavam os ideais franceses, e o próprio Príncipe Regente deixara Instrução aos seus vassalos, para que acolhessem os invasores.

O documento estudado expõe o ambiente favorável ao aparecimento de novas idéias e de sua aceitação pela população portuguesa que, embora conservadora, almejava parte das liberdades, de que tanto franceses como ingleses dispunham. Para o autor, Vicente José F. Cardoso da Costa, nesse momento, entre 1807 e 1808, o povo tomou o poder e de fato o exerceu, fazendo de Portugal um exemplo real de Oclocracia.

Este o tema principal do documento: a Oclocracia, ou o governo das massas anárquicas. Para o autor, ao longo de quase todo o documento, a Revolução Portuguesa de 1808 foi, de fato, Oclocrática. Tomando o cotidiano da sociedade portuguesa, e refletindo sobre o papel da Oclocracia no curso da História, discutiu as características da Revolução Francesa e sua

influência em outras revoluções como os acontecimentos em Espanha e em Portugal em 1808.

Aquilo que ele próprio classificou de “Memórias a quem tratar de escrever a História Filosófica (da Revolução Portuguesa)” constitui grande estudo de caso. Apresenta os fatores, ou em suas palavras os sintomas, da Revolução em Portugal, usando como referência a Revolução em Espanha, e enumerando quais são os 8 sintomas de uma revolução oclocrática. Aponta, ainda, a existência de 2 momentos diversos: o primeiro, mais imediato, de tomada do “Poder” ou da “Pública Autoridade” e o segundo, posterior, de exercício dessa Autoridade.

Da segunda parte do documento, pode-se extrair a postura do autor frente à revolução popular. Nela estão pontuadas as diversas razões sobre a necessidade de se corrigir a Oclocracia.

A Oclocracia é enfim, um mal necessário. As “primeiras classes da Nação”, embora soubessem e compreendessem o que se passava, não podiam agir, pois tinham muito a perder arriscando-se. A Igreja, embora tenha tido papel na organização, se é que se pode falar de organização num movimento Oclocrático, também arriscaria muito caso tomasse a liderança da Revolução. Sobrava o Povo. E foi o Povo quem liderou, decidiu e agiu, tomando o Poder (Pública Autoridade somada à ocupação territorial) exercendo suas funções.

O poder Oclocrático, para o autor, se faz necessário no início. Não deve, todavia, alongar-se por muito tempo. O poder deve ser devolvido às mãos de quem já desempenhava aquelas funções, pela experiência no exercício, pelas virtudes que tais pessoas possuíam, ou mesmo no caso

português, o pelo direito que cabia àquelas pessoas, tendo aqui como grande exemplo a soberania da Casa de Bragança.

Vicente José Ferreira Cardoso da Costa foi acusado de afrancesado e portanto de favorecer a Revolução Portuguesa nos moldes da Revolução Francesa. No entanto, o texto exalta a idéia da manutenção da Monarquia Portuguesa, ou pela Família Real ou pela Casa de Bragança, ou pelo Príncipe Regente Nosso Senhor. A própria Revolução Oclocrática se mostra passo necessário, embora perigoso. Somada a outros fatores como: saída da Família Real, abertura dos portos no Brasil, cortes de gastos do Estado português, emigração de mão de obra, favorece a instauração da ordem liberal em Portugal, tal qual viria a acontecer em 1820.

Há inumeros exemplos comparativos ao longo do documento ou em suas notas, nos quais a Monarquia aparece como a melhor forma de Governo. Então como dizer que o autor era um afrancesado, ou um agitador político ou mesmo um simpatizante da Monarquia Napoleônica?

Ao demonstrar a necessidade de se corrigir tal forma de Governo e mostrar as mazelas que o Povo produzia contra si próprio, na Oclocracia, afirmou que os populares não tinham a menor idéia do que estavam causando a si mesmo ou às demais classes da Nação.

Ora, se ele escreveu esse documento durante tal período, quer dizer no mínimo, que estava consciente não só dos acontecimentos, mas dos futuros prejuízos que a manutenção daquela ação oclocrática poderia trazer. Todavia ao considerar a oclocracia etapa necessaria ao avanço liberal, como não julgá-lo ou classificá-lo como um afrancesado ou agitador político.

O que transparece no documento e no estudo do período é que os homens letrados estavam em certo grau influenciados pela Revolução Francesa, e nessa linha de raciocínio seriam todos culpados. Mas o que dizer de sua opinião sobre a manutenção da Casa de Bragança como Família Real de Portugal. O que se viu pelo estudo de sua biografia, mesmo esparsa e diminuta, foi que o autor desempenhava diversas funções no Governo Português Metropolitano, e mesmo depois de ser “culpado” ou “condenado” sem processo legal, Sua Magestade D.João VI continuou solicitando seus serviços, e ele continuou atendendo e trabalhando em nome de Seu Rei, tendo Esse mesmo reconhecido que as ações tomadas entre os dias 9 e 10 de setembro de 1810, acabaram por ser medidas extremas e desnecessárias, tendo o próprio Governo Inglês desencorajado tal ação. O autor nunca esteve contente ou de acordo com a Invasão Francesa, seus escritos e publicações caminham todos na direção contrária, e tal documento ressalta ainda mais esse caráter a favor da Monarquia.

Se é que se pode dizer que houve papel de agitador político, e ela se restringiu ao período da Ocupação, no qual esses escritos eram contrários a manutenção do poder na mão dos Invasores, sua agitação era no sentido de restaurar o poder da Monarquia portuguesa.

O que se extrai desse documento é esse papel do autor, como um homem letrado que viveu num período de grandes agitações políticas, mas manteve seu caráter de ponderação, sua fiel devoção à Família Real Portuguesa e sua preocupação com o melhor para a Nação. Talvez fosse um homem deslocado de seu tempo, pensando viver em Roma antiga.

FONTES , OBRAS DE REFERÊNCIA E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Bíblia Sagrada, São Paulo: Paulinas, 1956.

CARVALHO, Bonifácio Gomes de. Continuação da feliz, e gloriosa Restauração da Comarca de Campo de Ourique pela parte do Poente, Lisboa, 1808, 3p.

CHABY, Claudio de - *Excerptos Historicos e Collecção de Documentos relativos á Guerra denominada da Peninsula*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.

Collecção de Proclamações, editais e pastorais, etc. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1808, 504p.

Collection Complete dès Oeuvres de L'Abbé de Mably, tome Dixième Contenant lês Entretiens de Phocion et lês Príncipe de Morale. A Paris, De l'imprimerie de Ch.Desbriere, rue et place Croix, chaussée Du Montblanc, ci-devant d'Antin. L'an III de La Republique, (1794 à 1795). Disponível em <<<http://books.google.com.br/books>>>.

Correspondência sobre as campanhas militares do exército anglo-luso (originais de Wellington, Hil, Crawford, Campbell, Hamilton, e outros para William Beresford Arquivo Nacional da Torre do Tombo, M.N.E. Cxs. 204-215

COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da. Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808. Cópia Manuscrita, localizada no IHGB sob o código Arq.1.4.35.

COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da, Correspondência oficial relativa à comissão de que foi encarregado o doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa : sobre os melhoramentos da ilha de S. Miguel, em 1824-1828. -Ponta Delgada : Typ. Archivo dos Açores, 1881.

COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da, Explicação da arvore que representa o prospecto do Codigo civil portuguez, -Lisboa : na Typ. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822.

COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da, Os bons desejos de hum portuguez, ou a sua receita para se animar a circulação paralisada acudindo-se aos males do papel-moeda e a miseria publica, -Lisboa : Typ. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822.

FREITAS, Joaquim José Pereira de. Biblioteca Histórica, Política e Diplomática da Nação Portuguesa - Tomo I, Londres, Casa de Sustenance e Strecht, 1830.

Manuel Barata In Arquivos e Coleções Particulares – ACP. Disponível em <<<http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000021>>> acesso em 22 de outubro de 2010.

MINERVA LUSITANA. Coimbra, 1808 Minerva lusitana / [red. José Bernardo de Vasconcelos Corte Real, Joaquim Navarro de Andrade, Luís do Coração de Maria]. – Nº 1 (11 Jul. 1808) – nº 173 (6 Jul. 1811). – Coimbra : na Imprensa da Universidade, 1808-1811.

MONTESQUIEU. Lettres persanes, Paris, Edition André Lefèvre, 1873

NEVES, José Acúrsio das, História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino, Porto: Edições Afrontamento, 2008 (Tomos I e II 1811 e Tomos III, IV e V 1812).

OLIVEIRA, Luís da Silva, Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal, Lisboa, 1806.

POLÍBIOS. História (trad.), Brasília: UNB, 1985, p. 327

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social, São Paulo: Cultrix, 1971.

SMITH, Adam. La riqueza de las naciones, México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

TACITO, Publio Cornelio. Annali. Milano: BUR, 1997.

TOCQUEVILLE, Alexis de. “Da espécie de liberdade que se encontrava no antigo regime e da sua influencia sobre a Revolução”, In: O Antigo Regime e a Revolução, São Paulo: Hucitec, 1989, 3 ed.

OBRAS DE REFERÊNCIA

DEZOBRY, C. e BACHELET, T. Dictionnaire general de biographie et d'Histoire de mythologie, de Geographie ancienne et moderne comparée des Antités et des Institutions Grecques, Romaines, Française et Etrangères, Paris: Dezobry e Magneleine et Etudieurs, 1857, 2v.

Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa e Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia

KRAJESKI, Paul C. Oxford Dictionary of National Biography , Paulo C. Krajewski, 2008.

SERRÃO, Joel (dir). Dicionário de História de Portugal. Porto: Livraria Figueirinhas, março de 1992.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Isabel Maria Banond, Monografia sobre a vida e obra de um autor do Século XIX: Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, coordenação Ruy de Albuquerque e Martim de Albuquerque. - [Lisboa] : Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2001.

ARANHA, Brito. Nota acerca das invasões francesas em Portugal. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1909.

ARAÚJO, Ana Cristina B. de. As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais, In: Mattoso, José (dir). História de Portugal, vol V. [n. d.]: Editorial Estampa, [n. d.].

ARAÚJO, Ana Cristina. Memórias e Mitos da Guerra Peninsular em Portugal. A História Geral da invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves” in Revista de História das Idéias, Homenagem a Luís Reis Torgal, v.29, p.195-218, 2008.

ARRUDA, José Jobson de A., O Brasil no Comércio Colonial, São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial” in: José Tengarrinha (Org.). História de Portugal, 2ª ed. São Paulo: Unesp e Bauru: Edusc, 2001.

ARTOLA, Miguel. La Burguesía revolucionaria: (1808- 1874), Madrid: Alianza/Alfaguara, 1983.

BAILYN, Bernard. As origens ideológicas da Revolução Americana, Bauru: Edusc, 2003.

BALTASAR, Isabel, D. João VI: As duas faces do poder, Lisboa: Roma Editora, 2009.

BOBBIO, Norberto. “Sociedade Civil”, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de Política, Brasília: UNB, 1997, 7 ed.

CAETANO, Antonio Alves Caetano. A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão: Constantes e linhas de força, Lisboa: Tribuna, 2008.

- CAPELA, José Viriato. Política, administração, economia e finanças públicas portuguesas (1750-1820). Braga: Instituto de Ciências Sociais; Universidade do Minho, 1993.
- CARDOSO, José Luis, História do Pensamento Económico Português. Temas e Problemas , Temas de História de Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- CARVALHO, Alberto Martins, “Cartismo” in: SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, vol. 1.
- CASTRO, Armando. A Dominação inglesa em Portugal com 3 textos do séc. XIX em antologia, Porto: Afrontamento, 1974.
- CHATELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER, E. Dicionário das Obras Políticas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 717.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia de La violência: La guerra em lãs sociedades primitivas, México: Fondo de Cultura Economica, 2004.
- COSTA, Leonor Freire, Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII). Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- CRUZ, Antonio. “Casa dos Vinte e Quatro” In: SERRÃO, Joel, Op. cit., p. 515, v. 1.
- D’ALCOCHETE, Nuno Daupias, “Setembrizada” in: SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, vol.5.
- D’ANDRADE, Gomes Freire. A dominação inglesa em Portugal. Lisboa: Editor João António Rodrigues Fernandes, 1883.(reed.Editora Europa, 1942).
- DEYON, Pierre. O mercantilismo. São Paulo: Perspectiva, 1973. Para uma crítica da época ao sistema mercantil.
- DIAS, J. S. da Silva. A Revolução Liberal Portuguesa: amálgama e não substituição de classes, In: Pereira, Ferreira & Serra (orgs). O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX, v. I. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- ELAZAR, Daniel. Exploring Federalism. Alabama: The University of Alabama Press, 1987.
- FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade Tupinambá, São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1970, 2. Ed.
- FERRAZ, Maria de Lurde de Freitas. "O vinho da madeira no século XVIII. Produção e mercados internacionais", In: Colóqui Internacional de História da Madeira, Funchal, 1990.
- GODECHOT, Jacques. Europa y América en la época napoleónica, Labor, Barcelona, 1976.

- HECKSCHER, Eli. La Epoca Mercantilista, México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- HOBBSBAWM, Eric. Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality, New York: Cambridge University Press, 1992, 2. ed.
- HOBBSBAWM, Eric. Las revoluciones Burguesas (trad. Espanhola de The Age of Revolution), Madrid: Ediciones Guadarrama, 1974, 3. ed., 2v.
- KING, Preston. Federalism and Federation. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.
- LEFEBVRE, Georges. “A declaração dos direitos do homem e do cidadão”, In: O surgimento da Revolução Francesa, São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- LIMA, OLIVEIRA. D. João VI no Brasil 1808-1821, Rio de Janeiro: José Olímpio, 2 ed., 1945.
- MACEDO, Jorge Borges de, O bloqueio continental- Economia e guerra peninsular, Lisboa: Gradiva, 1990.
- MADUREIRA, Nuno Luís. Mercado e Privilégios: A indústria Portuguesa entre 1750-1834, Lisboa: Estampa, 1997.
- MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria e, COSTA, Vicente José, Um deportado da “Amazonas”: monografia histórica: época liberal no Açores (1810-1834)-2a ed.. -[s.l. : s.n.] 1930, Ponta Delgada -- Tip. Fernando de Alcântara.
- MALAFIA, Eurico de Ataíde. A guerra peninsular. DA gênese ao seu termo (1793-1813). Braga: Universidade do Minho, 2007.
- MARTINS, Conceição Andrade. Memória do vinho do Porto, Lisboa: ICS/ Universidade de Lisboa, 1990.
- MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno, História Económica de Portugal- Uma perspectiva global, Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- MATTOS, Gastão de Mello de. “Ordem de Cristo” In: SERRÃO, Joel.
- MATTOS, Gastão de Mello de. “Ordenanças” In: SERRÃO, Joel. Dicionário de História de Portugal, op. cit., v. 4, p. 446.
- MATTOSO, José. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Elites e poder- Entre o Antigo Regime e o Liberalismo, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. D. José, Lisboa: Circulo de Leitores, s/d.

- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, Considerações sobre a Revolução Política de 1808' – um inédito de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa. *passim*.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, Napoleão Bonaparte- Imaginário e política em Portugal (c. 108-1810), São Paulo: Alameda, 2008.
- NOVAIS, Fernando A, Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), São Paulo: HUCITEC, 2001, 7ª Ed.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830), Lisboa: 1994.
- PERES, Damião, História de Portugal, Barcelos: Portucalense Editora, 1934.
- RICUPERATI, Giuseppe e IEVA, Frédéric. Manuale di Storia Moderna, Torino: UTET, 2005.
- RÓNAI, Paulo. Não perca seu latim, Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980, p. 142.
- ROSSOLILLO, Francesco. “Nação”, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de Política, Brasília: UNB, 1997, 7 ed., v. 2.
- RUDÉ, George. The crowd in history: a study of popular disturbances in france and england, 1730-1848 , London: Lawrence and Whishart, 1985, ed. rev.
- SALGADO, Graça (org.). Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 269.
- SANTOS, Eugénio dos, D. Pedro IV, Lisboa: Círculo de leitores, 2006.
- SANTOS, Fernando Piteira. Geografia e Economia da Revolução de 1820. Lisboa: Publicações Europa América, 1980.
- SCHAMA, Simon. “The Cultural Contruction of a Citizen”, In: Citizens. A Chronicle of the Frenche Revolution, New York: Alfred A. Knopf, 1989.
- SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa, Lisboa: Horizonte, 1979, 2v.
- SOUSA, Ivo Carneiro de. Quando o Porto recuperou a casa dos vinte e quatro (1795). Porto: Humanidades, n. 2, abril 1972.
- STRAUSS, Leo e CROPSEY, Joseph. Historia de la Filosofía Política. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- TENGARRINHA, José. Manuel Fernandes Tomás. A Revolução de 1820. Lisboa: Serra Nova, 1974.
- TESTONI, Saffo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). Dicionário de Política, Brasília: UNB, 1997, 7 ed.

- TORRES, Rui de Abreu “Juiz de Fora”, In: SERRÃO, Joel. Dicionário de História de Portugal, Dicionário de História de Portugal, Porto: Figueirinhas, s/d, p. 417, v. 3.
- TORRES, Rui de Abreu. “Desembargo do Paço”, In: SERRÃO, Joel (org.). Dicionário de História de Portugal, Porto: Figueirinhas, s/d, v.2., p. 289.
- TORRES, Rui de Abreu. “Juiz do Povo”, In: SERRÃO, Joel (org.). Dicionário de História de Portugal, Porto: Figueirinhas, s/d, p. 416, v. 3.
- TULARD, Jean e outros, Histoire et Dictionnaire du Consulat et de l'Empire, Paris, Laffont, 1995.
- VALLADARES, Rafael. La Rebelión de Portugal 1640-1680, Valladolid: Junta de Castilla-León, 1998.
- VENTURA, António. Napoleão- História e Mito, Lisboa: Editora da universidade de Lisboa, 2008.
- VICENTE, António Pedro, O tempo de Napoleão em Portugal- Estudos Históricos, Lisboa: Comissão portuguesa de história militar, 2000.
- VICENTE, António Pedro. “A influência inglesa em Portugal”, In Revista de História das Idéias nº10. Coimbra: 1988.
- VICENTE, António Pedro. Guerra Peninsular 1801/1814. Lisboa: QuidNovi,2007.
- VITORINO, Pedro. Invasões Francesas 1807-1810, Porto: Livraria Ribeiro, 1945.
- ZENHA, Edmundo. História do município no Brasil (1532-1700), São Paulo: Progresso,1948.

ANEXO

CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS
SOBRE A
REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1808

DE

VICENTE JOSÉ FERREIRA CARDOSO DA COSTA

O documento “Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808”, base desta dissertação está depositado no IHGB e foi cedido através de convênio firmado entre a Cátedra Jaime Cortesão e o Instituto. A presente transcrição, com revisões, toma por base a versão da Profa. Dra. Regina Wanderley.

Este manuscrito original, escrito por letra amanuense, com emendas, aditamentos e entrelinhas do punho do autor, pertenceu ao Visconde de Cairú¹⁰⁵, de quem passou a seu filho Bento da Silva Lisboa, barão do mesmo título, e deste, sucessivamente, a outros herdeiros.

Comprei-o no Rio de Janeiro, em novembro de 1903, por intermédio do sr. Tancredo de Barros Paiva (vendedor de livros), à sra. D. Ignácia Luisa Lisboa, viúva de José da Silva Lisboa, filho do Desembargador Nicolau da Silva Lisboa, e neto do primeiro possuidor.

Por estar muito deteriorada a encadernação da época, que tinha, mandei fazer-lhe esta nova encadernação.

Manuel Barata¹⁰⁶

¹⁰⁵ Op. Cit.

¹⁰⁶ Manuel de Melo Cardoso Barata (Belém, PA, 04.08.1841; 13.10.1916). Político e historiador; diplomado pela Faculdade de Direito do Recife (1872); vereador da Câmara Municipal de Belém (1879-82); membro da comissão de elaboração do estatuto do Clube Republicano do Pará (1888); membro do diretório do Partido Republicano do Pará (1890); signatário da Constituição Republicana de 24.02.1891; senador da República; vice-governador do estado do Pará (1889); membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos de São Paulo, Bahia e Ceará (<http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000021>).

Considerações Políticas Sobre
A Revolução Portuguesa
de1808.

Pelo Dr. Vicente José Ferreira Cardoso
da Costa

Les images du desordre n`ont
Fait naitre des ideés d`ordre¹⁰⁷

Bernardin de Saint Pierre
Études de la Nature. Etud 13
Tom.3 pag 163. Nouvelle Edit.
1797

¹⁰⁷As imagens de desordem não
Faz(em) nascer (surgir) idéias de ordem.

Sinopse

Introdução.....§1

Primeira Época da Revolução
Seu rompimento.

Tendência de Portugal para uma Revolução Oclocrática por
causa da antecedente Revolução
Francesa.....§2

Estimulada pela ocupação do Reino pelo Exército do Imperador
dos Franceses em
1807.....§3

E atuada pela Revolução d' Espanha
.....§4

Aparece a Revolução Portuguesa tal qual estas coisas
prometiam. Principais caracteres da
Oclocracia.....§5 e §6

Trata-se da Província d'Entre Douro, e Minho
.....§7

Da Província da
Beira.....§8

Da Província de Trás-os-
Montes.....§9

Da Província do Além-Tejo, e Reino de
Algarves.....§10

Corolários deduzidos do que fica exposto sobre a primeira época da Revolução§11

Segunda Época

Desde o rompimento da Revolução até o restabelecimento do Governo Português em Lisboa.

Necessidade que havia de corrigir a Oclocracia.....§12

E por isso muito mais extenso, e importante o nosso assunto nesta época. Respondesse a sua dúvida sobre a existência da Oclocracia na mesma Época.....§13

Mostrasse a existência do princípio morboso da Oclocracia. 1º Documento: Todos fazem Proclamações.....§14

2º Documento: O contexto das Proclamações.....§15

3º Documento: O testemunho de outros Papéis Públicos.....§16

4º Documento: Fatos Oclocráticos, e primeiramente os do Bispo do Porto§17

Em Segundo lugar os dos Chefes do Exército Português.....§18

Em Terceiro lugar o de outras diversas pessoas.....§19

Mostra-se que apareceram as emanações Oclocráticas, declaradas no §5.....§20

E as declaradas no §6.....§21

Considerações Políticas sobre A Revolução Portuguesa de 1808

§1

Introdução

A multidão¹⁰⁸, isto é, a grande massa do povo entra sempre necessariamente em todas as Revoluções Políticas, que se dirigem a transferir o Governo de um Estado, por efeito do choque das suas mesmas forças internas, daquelas mãos, em que ele reside, para outras. He necessário inutilizar a força, que sustenta a Pública Autoridade nas mãos, que a exercitam, e só a massa do povo, que constituem a força real da Nação¹⁰⁹, é que pode desarmar a sua força moral, ou representada, que escuda o Governo.

Mas a dita multidão quase sempre figura naquelas crises secundariamente, e dirigida por uma fração da sociedade civil¹¹⁰, que formou o plano para a Revolução, e que emprega, e faz obrar o povo no momento oportuno, como um instrumento necessário para os seus intentos: e assim aconteceu na

¹⁰⁸Sobre o tema da multidão na História ver : RUDÉ, George. *The crowd in history: a study of popular disturbances in france and england, 1730-1848*, London: Lawrence and Whishart, 1985, ed. rev.

¹⁰⁹A palavra Nação utilizada para designar os mesmos contextos significativos a que hoje se aplica, fez seu aparecimento no discurso político europeu durante a Revolução Francesa embora seu uso, naquele momento, estivesse distante de ser uniforme. “O termo Nação deixou de ser um termo vago que podia ser atribuído a simples idéia de grupo ou a idéia de comunidade política.” ROSSOLILLO, Francesco. “Nação”, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*, Brasília: UNB, 1997, 7 ed., v. 2., pp. 795-796. Sobre o tema, ver também: HOBBSAWM, Eric. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*, New York: Cambridge University Press, 1992, 2. ed.

¹¹⁰A expressão sociedade civil teve no curso do pensamento político do último século varios significados sucessivos. O último, corrente na linguagem política de hoje, é oposto do primeiro. Em sua ascepção original, corrente na doutrina política tradicional e, em particular na doutrina jusnaturalista, sociedade civil contrapõe-se a Sociedade natural, sendo sinónimo de Sociedade política, e portanto de Estado. BOBBIO, Norberto. “Sociedade Civil”, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*, Brasília: UNB, 1997, 7 ed., v. 2., pp.1206-1211.

Aclamação Portuguesa de 1640¹¹¹, em que os Aclamadores se serviram dele para os movimentos do primeiro dia, no qual se surpreendeu **(3v)** o Governo, que existia em Lisboa em nome dos Reis de Espanha, proclamando-se a Soberania da Sereníssima Casa de Bragança. Sucede conseqüentemente, que a dita Multidão não chega a apropriar-se da Pública Autoridade, sendo momentâneas, e provocadas as suas agitações, no meio das quais ela obra como Soberano, e sendo estas reprimidas por quem está à testa da Revolução, logo que se realiza a metamorfose da translação do Governo. O Povo pois figura nestas Revoluções, mas não as dirige: he um instrumento, de que se faz uso nelas, sem que ele seja constituído o centro do movimento, sem que ele se aproprie do exercício da Soberania, e sem que apareça a Oclocracia^{1 112}.

Outras Revoluções porém há, ainda que muito menos freqüentes, que partem da multidão, e que se realizam pela Multidão, sem haver um projeto formado, e sem haver um Chefe; e a esta Classe pertence a Revolução de Espanha de maio de 1808¹¹³, e a de Portugal de junho e julho do mesmo Ano. Nas desta natureza aparece a Oclocracia: o povo ocupa o exercício da soberania, e o retém por um mais, ou menos dilatado período de tempo; e ainda quando depois é obrigado pela necessidade a confiá-lo a algum Cidadão, ou a alguma Junta, Conserva por

¹¹¹Além das obras clássicas de História de Portugal referenciadas ao longo do trabalho, o livro de Rafael Valladares tras leitura recente sobre o tema.VALLADARES, Rafael. La Rebelión de Portugal 1640-1680, Valladolid: Junta de Castilla-León, 1998.

¹¹²O primeiro autor a usar o termo foi Políbios: “(...) *Devemos portanto afirmar que há seis espécies de governo: as três mencionadas inicialmente, faladas por todas as bocas [monarquia, aristocracia,democracia], e as três naturalmente afins a elas, quero dizer a autocracia, a oligarquia e a oclocracia. A primeira de todas essas espécies a aparecer foi a autocracia, cujo surgimento é espontâneo e natural; em seguida nasceu a monarquia, derivada da autocracia por evolução e pela correção de defeitos. Esta se transmuta em sua forma afim degenerada, quero dizer a tirania, e em seguida à dissolução de ambas é gerada a aristocracia. Essa degenera por sua própria natureza em oligarquia, e quando a maioria, inflamada pelo ressentimento, vinga-se desse governo por causa das injustiças cometidas pelos detentores do poder, é gerada a democracia; finalmente, da violência e do desprezo à lei inerentes a esta resulta no devido tempo a oclocracia*”, POLÍBIOS. *História* (trad.), Brasília: UNB,1985, p. 327

¹¹³Sobre a revolução de 1808 na Espanha ver: ARTOLA, Miguel. *La Burguesía revolucionaria: (1808- 1874)*, Madrid: Alianza/ Alfaguara, 1983.

longo tempo os **(4)** hábitos do seu poder, e a lembrança da sua Soberania, e de que faz o Soberano.

E é muito necessário atender a esta diferença, quando se quer indagar o espírito de qualquer Revolução, ou seja, para regular a sua marcha, ou seja, para escrever a Sua História: porque de outra sorte havendo logo a falta elementar sobre a classificação, e conhecimento da natureza do fenómeno político, de que se trata, nem se poderão acertar as medidas convenientes para a sua direção, nem será possível observar a necessária ligação, que houve nos sucessos, que lhe seguiram.

É por isto, que propondo-nos a fazer algumas Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808, para servirem como de Memórias a quem tratar de escrever a Sua História Filosófica, julgamos indispensável começar indagando as causas, que a promoveram, e mostrando, como elas esmo a conduziram a pertencer à classe das Revoluções Oclocráticas.

§2

*Tendência de Portugal para uma Revolução Oclocrática por causa de antecedentes da Revolução Francesa*¹¹⁴.

(4v) A multidão quase sempre, e quase em toda parte sofre muitas privações, sendo a sua existência sumamente incômoda, e dolorosa, e daqui resulta, que ela olha constantemente com inveja, e com ciúme para quem governa, desejando ocupar a Pública Autoridade, por esperar, que no exercício dela há de aumentar os seus meios de gozar, e diminuir a suas ocasiões de

¹¹⁴Para o contexto geral da Revolução Francesa, dentre a vasta bibliografia produzida, indicamos apenas os trabalhos clássicos de Hobsbawm e Soboul. HOBBSAWM, Eric. *Las revoluciones Burguesas (trad. Espanhola de The Age of Revolution)*, Madrid: Ediciones Guadarrama, 1974, 3. ed., 2v. e SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*, Lisboa: Horizonte, 1979, 2v.

sofrer¹¹⁵. Mas ainda que estes seus naturais sentimentos a conduzam para a Oclocracia, contudo acostumada a obedecer, e a sofrer, e precisando de vencer estes seus hábitos para insurgir contra o Público Poder, que esta afeita a respeitar, esta sua natural, e habitual inércia paralisa aqueles outros impulsos, se causas externas, e poderosas os não vem por em ação, e movimento. Ela não ganha de repente a força de que necessita para isto, é pouco a pouco, que vai sentindo o seu poder, e vencendo aqueles seus hábitos: acostuma-se primeiro lentamente, e por degraus a não respeitar, e a não obedecer, e só depois disto é, que ousa derribar o Poder Público, e apropriar-se da sua autoridade.

Quando esta então com esta tendência mais veemente, ou um fato, que a humilha, e eletriza, ou o aumento da **(5)** grande soma das sua privações, e opressões, ou o contágio da Oclocracia, a conduz a uma Revolução. Serviu Túlio em Roma para abater o Senado¹¹⁶, tinha estendido os privilégios do povo, Henrique VII de Inglaterra¹¹⁷ aumentou o poder dos comuns para reprimir os grandes: ambos eles trabalharam, por fazer orgulhoso o Povo, e este destruiu depois uma, e outra Monarquia.

Em Portugal muitas cousas se podiam apontar, que tinham de longo tempo preparado na multidão a tendência para deixar de respeitar, e para deixar de obedecer: mas escusamos de as referir, porque não eram necessárias nenhuma outras para produzir nela esta disposição, além da precedente Revolução da França. As vozes de igualdade e de liberdade, vagamente enunciadas, a Soberania do Povo, os Direitos do homem, a abolição dos tributos, dízimos, e distinções, tudo isto idéias

¹¹⁵“Com efeito, o povo, acostumado a devorar os bens alheios e a depender para sua subsistência da propriedade de seus vizinhos, encontrando um paladino ambicioso e ousado, mas excluído das funções de governo por sua falta de recursos, instituí o império da violência; unindo então suas forças o povo agora massacra, exila e saqueia, até regredir para a animalidade total e achar novamente um senhor e autócrata”. POLIBIOS. *História, op. cit.*, p. 331.

¹¹⁶
¹¹⁷Durante o reinado de Henrique VII o poder real aumentou rapidamente. RICUPERATI, Giuseppe e IEVA, Frédéric. *Manuale di Storia Moderna*, Torino: UTET, 2005, v.1, p. 35.

muito lisonjeiras para o Povo, sendo tão pomposa, e estritamente apregoadas desde Paris por toda a Europa, haviam necessariamente de dispor todos os Povos para as Revoluções e Portugal não existia fora da órbita infectada com os princípios Revolucionários.

A Revolução Francesa, é **(5v)** verdade que já tinha acabado, e começando por atacar a Monarquia, havia terminado com o triunfo do Poder Monárquico, apresentando na sua primeira época a Monarquia destruída pelos excessos da liberdade¹¹⁸, essa última este mesmo Governo levantando o seu trono sobre as ruínas da mesma liberdade. A França, depois de ter destruído o seu trono, e ameaçado os de todo o Mundo, depois de ter aclamado a Soberania do Povo, obedecia, e curvava-se reverentemente diante do seu Imperador¹¹⁹, e o Povo aterrado com os horrores, e estragos Revolucionários havia chegado à crise do pavor, durante a qual ele pode ser impunemente desprezado, como observou Tácito ¹²⁰ ". A França devia assustar os Governos da Europa, mas era como uma Potência, que a Revolução tinha feito demasiadamente poderosa ^{III}, e que estava dominada por um Soberano de nova origem, e a quem todas as circunstâncias conduziam aos desejos de engrandecimento, e à necessidade de se fazer formidável aos outros Soberanos ^{IV}. Mas a sua Arma já não era a Revolução; ela já queria a obediência passiva dos Povos, já não levava na frente dos seus Exércitos as árvores da Liberdade, nem as plantava nos Campos das suas vitórias; a Rebelião contra o Governo já era um crime no seu Código; e os esforços patrióticos para a **(6)** Recuperação da liberdade dos Povos, tão celebrados noutro

¹¹⁸Sobre o termo Liberdade no período anterior a Revolução Francesa, veja-se: TOCQUEVILLE, Alexis de. "Da espécie de liberdade que se encontrava no antigo regime e da sua influencia sobre a Revolução", In: *O Antigo Regime e a Revolução*, São Paulo: Hucitec, 1989, 3 ed., p. 123 e seguintes.

¹¹⁹Comparar com o final do trecho de Políbios citado acima.

¹²⁰

tempo, e aos quais um Decreto da Convenção em 1793 prometia o auxílio da França, eram hoje castigados por ela com a morte de Offer, e com a perseguição dos seus companheiros: tanto é certo, que entre os homens, e entre as Nações o interesse influi muito nas Regras da sua Moral!

Mas os princípios Revolucionários existiam espalhados pela Europa, e sempre que pudessem, haviam de brotar Revoluções Oclocráticas, em que a multidão figurasse, ocupando a Pública Autoridade: e eis aqui voltadas contra a França as Armas, que ela mesma tinha preparado. O Seu Governo sustenta hoje os princípios da Moral Social, de que depende anexo do Corpo Político; detesta a Revolução dos Povos, mas não pode deixar de sofrer muitas vezes contra se o Resultado da influência dos princípios Revolucionários, que há tão pouco tempo semeou por toda a Europa. A antiga Monarquia Francesa foi ajudar na América uma destas lutas desorganizadoras da Ordem Social¹²¹, e dentro em poucos anos foi vítima do fogo elétrico da Revolução, que ela havia atizado em Climas tão distantes. A nova França tendo espalhado tanto na Crise, que precedeu à Sua Reorganização as sementes da Revolução, tem hoje de combater, como **(6v)** suas inimigas. É isto mais uma prova, de que o estabelecimento de uma Moral errada se Revolta freqüentemente contra aqueles mesmos, que lhe deram o nascimento, e de que assim no Mundo Físico, como no Moral se não podem esperar frutos saudáveis, quando se cultivam árvores venenosas.^v

A Revolução Francesa, pois, já tinha acabado: já não era temível aos outros Estados por si mesma, mas os princípios Revolucionários que ela tinha proclamado, e espalhado por toda a parte, as já referidas vozes gerais da Liberdade, e de

¹²¹Sobre a Revolução Americana e o apoio Francês ver: BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*, Bauru: Edusc, 2003.

igualdade¹²² a que se atribuem pela máxima parte dos homens idéias tão pouco exatas, como muito lisonjeiras para eles, esta substituição da vontade individual dos Cidadãos¹²³, ainda de uma fração em lugar da vontade geral¹²⁴, este espírito de inovações, esta efervescência de todos os sexos, e de todas as classes para falar, e decidir em Política, todas estas emanações daquela Revolução existiam semeadas pela Europa, e preparavam em toda ela outras análogas à sua natureza.

Ainda mesmo quando alguma tivesse ostensivelmente fins muito diferentes, **(7)** mesmo opostos dos que tiveram os franceses nas agitações, por entre eles haviam de transluzir as suas máximas Revolucionárias, envenenando com o seu Contágio todos os movimentos populares, que aparecem: e as Nações da Europa se não tinham os franceses para os seduzir com os seus discursos, e inflamar com as suas declamações, a fim de atijarem a desorganização social, tinham grandes inimigos a combater nos princípios Revolucionários, por eles derramados n'outro tempo, e que ainda existiam, talvez sem se conhecer já a sua origem.

Todas as Revoluções, que aparecerem, enquanto o tempo, e novas gerações não fizerem esquecer aqueles delínios, hão de sofrer a influência da Revolução Francesa, e hão de participar das suas erradas máximas. Ainda que as causas sejam diversas, e aparentemente diversos os destinos, como os meios são semelhantes, e os sucessos se parecem, será impossível, que na massa geral dos homens se faça como convém aquela separação

¹²²Sobre a idéia de Liberdade e Igualdade no contexto da Revolução Francesa ver: LEFEBVRE, Georges. "A declaração dos direitos do homem e do cidadão", In: *O surgimento da Revolução Francesa*, São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 176 e seguintes.

¹²³Sobre a formação da idéia de cidadania no período ver: SCHAMA, Simon. "The Cultural Contruction of a Citizen", In: *Citizens. A Chronicle of the Frenche Revolution*, New York: Alfred A. Knopf, 1989, p. 123 e seguintes.

¹²⁴Essa expressão indica no Contrato Social de Rousseau a vontade coletiva do corpo político que visa ao interesse comum. Ela emana no povo e se expressa pela lei que é votada pelo povo em assembléia; assim é garantida e não limitada a liberdade do cidadão". TESTONI, Saffo. *Dicionário de Política, op. cit.*, p. 1298 e seguintes. Ver também: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*, São Paulo: Cultrix, 1971.

das causas, e destinos, e será impossível, que não se apropriem a todos os movimentos populares, que aparecerem, os princípios Revolucionários da França, que estão nas **(7v)** idéias, e no coração dos Povos. Portugal não necessitava de outros motivos afim de tender para uma Revolução Oclocrática.

§ 3

A dita tendência foi estimulada pela ocupação do Reino pelo Exército do Imperador dos Franceses em 1807 ¹²⁵

Esta tendência para uma Revolução foi estimulada em Portugal, quando ele foi ocupado pelo Exército Francês nos fins do ano de 1807, ainda que o dito Exército já não fosse Revolucionário. Esta ocupação fez, com que o dito Reino acesse à “Causa Continental”¹²⁶, que o separava da Grã-Bretanha, que lhe fechava os seus Portos, e que por consequência lhe interrompia toda a sua Navegação, e Comércio Externo. Portugal tendo vastíssimas, e importantíssimas Colônias, e sendo banhado pelo Mar em toda a sua extensão, não podia deixar de se ter dado ao Comércio Marítimo. As idéias Políticas, que haviam prevalecido na Europa, desde que nela se considerou o Sistema mercantil¹²⁷, como mais conveniente para aumentar a Riqueza, e a prosperidade das **(8)** das Nações, tinham caminhado entre nós muito rapidamente desde os tempos do Senhor Rei D. José¹²⁸. A cultura vinária¹²⁹, por isso que era o

¹²⁵Sobre as invasões francesas na península Ibérica ver: NEVES, J. Acúrcio das. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Lisboa: Afrontamento, 1985; VITORINO, Pedro. *Invasões Francesas 1807-1810*, Porto: Livraria Ribeiro, 1945.

¹²⁶MACEDO, Jorge Borges de. *O Bloqueio Continental*, Lisboa: Guerra, 2 ed., 1990.

¹²⁷Sobre o tema ver a obra clássica de HECKSCHER, Eli. *La Epoca Mercantilista*, México: Fondo de Cultura Económica, 1943; ver ainda DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973. Para uma crítica da época ao sistema mercantil SMITH, Adam. *La riqueza de las naciones*, México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

¹²⁸Sobre o reinado de D. José ver trabalho recente de MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José*, Lisboa: Circulo de Leitores, s/d.

¹²⁹FERRAZ, Maria de Lurde de Freitas. "O vinho da madeira no século XVIII. Produção e mercados internacionais", In: Colóqui Internacional de História da Madeira, Funchal, 1990, v.

nosso mais importante artigo de exportação, tinha merecido todo o favor do Governo, e em consequência dele fazendo-se mais produtivos, do que em algum outro ramo os cabedais empregados na dita cultura, eles correram quase todos para este objeto, impelidos pela força do interesse, que produziam, e pela natural propensão dos homens para empregar o seu trabalho, e fundos sempre com preferência naquilo, que lhes promete mais proveito. Uma grande parte da Nação subsistia desta cultura direta, ou indiretamente: do primeiro modo os Proprietários das Vinhas, e do segundo, os que trabalhavam nos seus amanhos, e na tanoaria, os que tinham devesas de Castanhos, ou vinhais que serviam para os arcos das Pipas, e todos os que traficavam no Comércio deste Gênero, e que serviam para a sua exportação, mediando entre o produtor, e o consumidor, que em grande parte se ia procurar fora do Reino, e por meio da Navegação. Fechados os Portos, ficaram todos eles reduzidos à maior necessidade do meio da abundância de um **(8v)** de um gênero, que deixava de ser riqueza, logo que perdia o seu valor venal. O Sal, a fruta, a cortiça, os panos de linho, e outros alguns produtos Nacionais de menos consideração, correndo a mesma sorte, que os vinhos faziam aumentar a miséria da Nação. O Comércio e a Navegação entre a Metrópole e as Colônias tendo se suspenso¹³⁰, estancava outros muitos mananciais da riqueza, e da subsistência dos particulares, fazendo até diminuir consideravelmente o consumo de algumas Fábricas, que havia, e de que se proviam as mesmas Colônias¹³¹. Conseqüentemente os

2., pp. 935-965. MARTINS, Conceição Andrade. *Memória do vinho do Porto*, Lisboa: ICS/ Universidade de Lisboa, 1990.

¹³⁰NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 6 ed., 1995.

¹³¹ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial" in: José Tengarrinha (Org.). *História de Portugal*, 2ª ed. São Paulo: Unesp e Bauru: Edusc, 2001, p. 245-264; MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégios: A indústria Portuguesa entre 1750-1834*, Lisboa: Estampa, 1997; PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa: 1994;

efeitos do dito Sistema Continental quase, que em nenhum outro país podiam ser tão sensíveis, e tão pesados, como n'este Reino, que pela descoberta da América, e pelas colônias, que tinha n'esta parte do Mundo se havia acostumado aos lucros provenientes do Comércio exclusivo entre elas¹³², e a Metrópole, e que pelo aumento da cultura vinária precisava da Inglaterra para consumo dos seus vinhos; uma vez, que a adesão do dito Sistema cortava todas as suas relações com as colônias, e com a Grã-Bretanha. A falta dos pagamentos do Erário, donde muitos particulares tiravam **(9)** tiveram a sua única sustentação a ausência da Casa Real, que em Lisboa sustentava um grande número de famílias, o licenciamento da Tropa, eram outros tantos mananciais da pobreza. E isto tudo, quando Exércitos muito numerosos, e exigentes, e uma Contribuição extraordinária, superior a todas as forças da Nação, obrigava os Portugueses às maiores despesas. Acrescia o geral desgosto, proveniente da ocupação estrangeira, o natural pundonor da Nação mortificado¹³³, os empregados na Pública Administração vendo diminuída a sua consideração, e temendo ver extintos, ou confiados a estrangeiros os seus empregos. A Aristocracia humilhada por muitos, e diferentes modos, e o Corpo Eclesiástico olhando para as suas riquezas, como um objeto da cobiça do inimigo, e considerando-as por isso sumamente precárias. Portugal, posto num estado de violência pelo concurso de todas estas causas ao mesmo tempo, estava sendo excitado a todo momento para uma Revolução contra o Governo existente, de que ele vinham aquelas suas privações, e incômodos.

CAETANO, Antonio Alves Caetano. *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão: Constantes e linhas de força*, Lisboa: Tribuna, 2008.

¹³²NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, op. cit.

¹³³Posteriormente, no século XIX, a revolta contra a dominação estrangeira em Portugal passaria a ser dirigida contra o ingleses. Veja-se, por exemplo, os textos publicados por CASTRO, Armando. *A Dominação inglesa em Portugal com 3 textos do séc. XIX em antologia*, Porto: Afrontamento, 1974.

Os homens não permanecem jamais em um estado, que lhe seja violento **(9v)**, e involuntário, senão enquanto lhes faltam os meios para saírem dele, diz muito doutamente Tito Lívio no Liv.8 Cap.21 ^{VI}. Quase que todas as medidas e cautelas para prevenir aquele efeito se inutilizam, existindo tão poderosas causas, que o excitam: as ditas medidas, e cautelas tendendo sempre à opressão, e ao empobrecimento, se por uma parte tinham os meios de realizar, o que se deseja, pela outra acrescentam a vontade da insurreição.

*Follas licet omni, quod unquam est Auri at que argenti:
seuntum, gladium que reliques*

Et jacula, et galeano; spoliatis arma super sunt. ^{VII 134}

Portugal portanto havia de levantar-se contra o Governo Francês, logo que tivesse quaisquer meios: e as causas excitantes deste seu levantamento fariam necessariamente, que lhe procurasse a Grã-Bretanha, e as Colônias. Era somente desta sorte, que se abria a Portugal a Navegação, e o Comércio externo, e que os Portugueses se julgariam restituídos aos seus antigos mananciais de fortuna, e de propriedade¹³⁵: conseqüentemente a Revolução Portuguesa pelas suas causas excitantes havia de aclamar a Soberania **(10)** da Sereníssima Casa de Bragança, e unir-se a Grã-Bretanha. ^{VIII}

E estas causas excitantes da Revolução ainda que obrassem sobre todos os Portugueses, e ainda muito mais poderosamente sobre as primeiras classes da Nação, compostas dos Nobres, dos empregados na Administração Pública, e dos ricos, com tudo sendo estes, os que tinham mais que perder, daí resultava, que a Revolução não pudesse ter origem nele,

¹³⁴ Tollas licet omne, quod usquam est
Auri, atque argenti; sentum, gladiumque relinques
Et jacula, et galeam: spoliatis arma supersant.
¹³⁵

houvesse de partir do Povo necessariamente. As ditas classes, ainda que as mais oprimidas sendo as que arriscaram mais, quando a insurreição se malograsse, eram por isto conduzidas a quererem antes sofrer muito, do que a expor tudo. Além disto nela é, que haviam algumas pessoas instruídas, e as quais os seus conhecimentos mostravam por uma parte as dificuldades da empresa, e a probabilidade, de que ela abortasse, ou logo no princípio, ou com o intervalo de pouco tempo, e faziam ver pela outra as circunstâncias desastrosas, que neste caso veriam sobre a Nação, sujeitando-a a males muito maiores, do que ela padeceria, sofrendo tranqüilamente a ocupação **(10v)** estrangeira, como S.A.R. Ihe ordenara no Decreto de 26 de Novembro de 1807¹³⁶, que fez publicar, havendo de retirar-se para os seus Estados além do Atlântico¹³⁷. A multidão nada d'isto via, e nada d'isto sabia pesar, e por isto só ela é, que se podia deliberar a fazer uma Revolução, em que expunha menos, e de que não previa os danosos resultados, que eram mais prováveis. E desta sorte tudo concorria, para que a Revolução Portuguesa fosse Oclocrática.

§4

¹³⁶ Em 26 de novembro de 1807 Dom João publica um decreto declarando: "*Tenho procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade de que até agora tem gozado os meus fiéis e amados vassallos e apesar de ter exaurido o meu Real Erário, e de todos os sacrifícios a que me tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar os portos dos meus reinos aos vassallos do meu antigo e leal aliado, o rei da Grã-Bretanha, expondo o comércio dos meus vassallos a total ruína, e a sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos de minha coroa. Vejo que pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e rei da Itália, a quem eu me havia unido no continente, na persuasão de não ser mais inquietado (...) e querendo evitar as funestas conseqüências que se podem seguir de uma defesa, que seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuízo da humanidade, (...) tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassallos, passar com a rainha minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América, e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até a paz geral.*" Decreto de 26 de Novembro de 1807, pelo Príncipe Regente D. João, In: FREITAS, Joaquim José Pereira de. *Biblioteca Histórica, Política e Diplomática da Nação Portuguesa - Tomo I*, Londres, Casa de Sustenance e Strecht, 1830, pp. 33-35.

¹³⁷ Ver o clássico LIMA, OLIVEIRA. *D. João VI no Brasil 1808-1821*, Rio de Janeiro: José Olimpio, 2 ed., 1945, 3v.

E foi atizada pela Revolução de Espanha

Os sucessos Políticos da Espanha desde Março de 1808, fazendo agitar nela a multidão, habituando-a aos tumultos, e dando-lhe a conhecer a influência, que podia ter para dispor do Governo atearam naqueles Reinos o fogo das Revoluções Oclocráticas, e não era possível, que ele se deixasse de comunicar a Portugal, bastando para isto a contigüidade dos dois Estados, e a qualidade epidêmica, que tem aquelas comoções^{IX}. Mas os espanhóis influíram ainda mais diretamente **(11)** nos movimentos de Portugal. O Exército que havia ocupado este Reino no fim do ano de 1807, e que obrigou S.A.R. a embarcar-se para os seus Estados do Ultra-Mar, era composto de um grande número de Tropas Espanholas, que necessariamente haviam de participar dos sentimentos de sua Nação, e comunicá-los ao país em que existiam. O General Taranco ocupou com um Exército espanhol a Província do Minho. O Além-Tejo, e o Reino do Algarve foi ocupado por outro Exército da mesma Nação debaixo do comando do General Marques del Socorro: e além destes corpos havia um terceiro comandado pelo General Carrasa (sic), que fazia parte do Exército Francês, e que vinha às ordens do General Junot¹³⁸, destinado para a Capital,

¹³⁸“JUNOT (Andoche), duc d'Abrantès, né em 1771 á Bussyle- Grand (Côte- d'Or, m. le 29 juillet 1813), s'engagea en 1792, et montra une valeur si impétueuse, qu'on Le surnomma *La Tempete*. Attaché au chef de bataillon Bonaparte, au siège de Toulon, Il Le suivit plus tard em Italie et en Egypte, où Il fit admirer as bravoure, devint aide de camp du grand homme, qui Le nomma commandant de Paris, general de division, Grand-Aigle de la Legion d'honneur, et, em 1805, ambassadeur á Lisbonne. Il rejoignit La grande armée, et se distingua á Austerlitz. Chargé dénvahir Le Portugal em 1807, Il prit Lisbonne, et as brillante conduite dans cette campagne lui valut Le titre de due d'Abrantés et le poste de gouverneur du Portugal. La bataille de Vimeiro, qu'il perdit contre lès Anglais, Le 30 août 1808, lui fit conclure La convention de Contra, qui lui attira La disgrace de Napoléon. Junot reparut sucessivement au siège de saragose, dans La campagne d'Allemagne en 1809, em Espeigne et em Portugal, 1810, em Russie, 1812, em illyre enfin, comme gouverneur general. Les douleurs que lui causaient sés anciennes blessures, et lès chagrins politiques, derangerent bientôt sés facultes mentales. Ramené chez son père à montbard, Il se precipita par une fenetre, et monrut de as chute. Sa femme a laissé dès Memoires” Dezobry, C. e BACHELET, T. *Dictionnaire general de biographie et d'Histoire de mythologie, de Geographie ancienne et moderne comparée des Antités et des Institutions Grecques, Romaines, Française et Etrangères*, Paris: Dezobry e Magneleine et Etudieurs, 1857, 2v., p. 1459.

Estremadura e Beira. Estas Tropas sendo tiradas dos diferentes Reinos da Espanha, tendo neles as suas famílias, parentes, e amigos, eram por eles instruídas das violências, e opressões, que tinham feito os Exércitos Franceses na sua marcha pelos ditos Reinos, assim os que se dirigiram a Portugal, como os que depois se destinaram para a mesma Espanha debaixo do Comando do Grão Duque de Berg: e sendo as ditas relações até feitas com a exageração, que regularmente **(11v)** enfeita sempre semelhantes notícias, as Tropas Espanholas, apesar de figurarem de aliados dos franceses nas Operações de Portugal, estavam com eles n'uma real dissensão, e obraram com os portugueses, como se fosse a mesma sorte das duas Nações. Todos se julgavam debaixo do cativoiro Francês, ^x e esta igualdade de desgraça fazia esquecer aos dois povos. A sua anterior rivalidade; e isto ainda antes de aparecerem na Espanha os primeiros movimentos revolucionários contra os franceses.

Sucedeu ao depois, que as Cortes de Paris, e de Madrid entraram em dissensão¹³⁹ talvez por outras muitas causas; mas sendo certamente uma delas relativa ao limites da Província d'Entre Douro, e Minho. O General espanhol, que entrou nela, entendeu, que o seu comando abrangia também a Província de Traz-os Montes, que ficava entre os dois Rios; e assim em sua Proclamação de 13 de Dezembro de 1807 (Corr. Brasil N2 pag81)¹⁴⁰ se dirigiu aos Povos das duas Províncias:

¹³⁹ARTOLA, Miguel. *La Burguesía revolucionaria: (1808- 1874)*, op. cit.

¹⁴⁰ *Collecção de Documentos Officiaes relativos a Portugal.*

[*Continuada de pag. 10.*]

N. B. A seguinte Proclamação era em Hespanhol e Portuguez.

D. FRANCISCO deTaranco e Lhano, condecorado pelo Imperador de Todas as Russias com a Ordem Militar de S. Jorge, Patraão de Zaratano em Biscaya, Tenente General dos Reaes Exércitos de S. M., Governador, Capitão General do Reyno de Galiza, Presidente da sua Real

Audiência, subdelegado da Renda de Correios, e Caminhos nelle, e actual General do Exercito de Operaçoensdeste Reyno, &c. &c.

Vizinhos e Moradores d'entre Douro e Minho, e Traz-os-Montes não altereis vosso repouso; vivei quietos e tranquillos, na confiança de que o Exercito Hespanhol, que mando, não vos inquietará nas vossas leys, usos, e costumes: Tratai-o com a sincera amizade, que persuade

mas passados poucos dias recebeu um ofício, assinado por Mr.Herman, como Intendente Geral das Finanças de Lisboa, no qual em um Post-Scriptum se lhe inculcava da parte **(12)** do General Junot, que não adiantasse medidas nenhuma governativas sobre a Província de Trás-os-Montes: e daí pouco tempo viu ele General espanhol nas Gazetas de Lisboa e Decreto de 22 de Dezembro de 1807¹⁴¹, pelo qual o General Francês nomeava para o comando Militar da Tropa Portuguesa na Estremadura, Beira, Trás-os-Montes o General Português

seu valor, e character humano; e achareis huma exacta correspondencia : Eu vola prometto, e afianço em nome do meu Rey, e Senhor taõ justo, como benéfico: General das suas Armas, Justiça, e Clemência, serei fiel executor das suas ordens Soberanas; ellas todas se dirigem a

proteger-vos na deplorável situação, em que vos achaes, pela auzencia do vosso Soberano, a livrar-vos da pérvida dominação Ingleza, e da sua politica ambiciossa, que soube aparentemente ser vosso intimo Amigo, sendo vosso padrao destruidor: Tende por seguro, que todas as providencias, que se tomam, vão encaminhadas a melhorar vossa sorte, tirar-vos da vergonhosa tutela do governo Inglez vosso fascinador, e organizar o Systema político. Ja chegou o tempo de que conheçais os verdadeiros interesses da vossa Pátria, e que unindo vossas vontades, e forças ás nossas, vingaremos junetos os ultrages, que a ferocidade traidora dos Inglezes tem feito com todas as Naçoens da Europa ; que nos ponhamos ao abrigo das suas maquinaçoens, e gozeis da protecção com que o meu catholico Monarcha vos convida.

Quanto vos prometto será religiosamente cumprido, e vos asseguro debaixo de minha palavra, que todo o soldado Hespanhol, que seja culpavel de pilhagem, ou outro delicto será castigado com todo o rigor da Ley: que qualquer natural ou habitante do Reyno de Portugal, que tenha parte em alguma conjuração, ou tumulto contra o Exercito Hespanhol será arcabuzado. A Cidade, Villa, ou Aldea, onde se dispare hum tiro á Tropa Hespanhola, entregará o Delinqüente, ou ficará responsável do attentado ao mesmo se obrigará a Justiça da Jurisdição, ou Freguezia, em cujo território se mate a um indivíduo da Milícia Hespanhola; e alem disto, pagará de contribuição o tripulo valor do seu producto annual, tomando a quatro dos principaes vizinhos como fiadores da paga.

Se posso forrar a imposição das penas referidas, terei particular satisfacção, que se augmentará observando, que os Portuguezes e Hespanhoes se amam; e que, longe de se fazerem acredores da pena, por suas virtudes, se fazem dignos do prêmio. Porto 13 de Dezembro de 1807.

FRANCISCO DE TARANCO

¹⁴¹O documento intitulado "O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de Sua Majestade o Imperador e Rei, General em Chefe, em nome de Sua Majestade o Imperador dos franceses, Rei de Itália" trazia o seguinte texto "Considerando quanto cumpre regular de uma maneira exacta as relações de serviço entre as tropas portuguesas e francesas; e querendo dar ao sr. Marquês de Alorna uma característica prova clara da sua particular estima; considerando outrossim ser indispensável que haja um centro de comando, ao qual possam dirigir-se todas as ordens do General em Chefe; decreta o seguinte: O sr. Tenente-General Marquês de Alorna, ex-Govenador da província do Alentejo, é nomeado Inspector Geral e Comandante das tropas portuguesas de todas as armas estacionadas nas províncias de Trás-os-Montes, Beira e Estremadura. Ele apresentará ao General em Chefe a formação de um Estado Maior capaz de o ajudar nas importantes comissões que lhe são confiadas pelo presente decreto, que será notificado aos dois exércitos, francês e português. Dado no Palácio do Quartel-General em Lisboa, aos 22 de Dezembro de 1807. Junot.". CHABY, Claudio de. *Excerptos Historicos e Collecção de Documentos relativos á Guerra denominada da Peninsula*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, pp. 18-19.

Marquês de Alorna¹⁴²; e deu isto causa a uma discussão entre os ditos Generais Espanhol, e Francês, sustentando este, que segundo a Convenção secreta¹⁴³, ao primeiro pertencia o

¹⁴²O terceiro marques de Alorna era D. Pedro de Almeida Portugal. Nasceu aos 16 de janeiro de 1754 e faleceu em janeiro de 1813. Foi também sexto conde de Assumar. Não partiu para o Rio de Janeiro por que se opunha a política do príncipe, era favorável ao partido francês. Em 1807 tomou todas as providências a seu alcance para se opor a invasão, porém o tenente coronel Lecour, que enviara a Lisboa, voltou com ordem de não por obstáculos a marcha do general Solano. Teve de se resignar a obedecer as ordens do regente que partiu para o Brasil. Junot decidiu licenciar o exército e organizar a Legião Portuguesa para ir combater no estrangeiro. Entraram nesta Gomes Freire de Andrade e Manoel Martins Pamplona, amigos do Marques de Alorna. Napoleão ordenou que a legião entrasse em França e que se aquartelasse em Grenoble. Quando se preparou a terceira invasão de Portugal que a presença de alguns portugueses de importância no exercito poderia facilitar os seus intentos e o Marquês recebeu ordem de se apresentar a Massena, com o qual entrou em Portugal. A regência de Lisboa odereceu mil moedas a quem o apresentasse vivo ou morto. Seguiu-se um processo instaurado no juízo da inconfidência em que o condenaram a morte. Em março de 1812 foi encarregado de supervisionar as tropas da legião que se encaminhavam para a Rússia. Após a retirada de Napoleão deste país foi juntar-se aos restos do grande exército as margens do Dnieper . Acompanhando a retirada veio falecer em Koenigsberg. *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, v.2, s/d., p. 111.

¹⁴³*Convenção secreta, concluída em Fontainebleau, entre S. M. o Imperador dos Francezes, e El Rey de Hespanha; pela qual, as duas altas partes contractantes ajustam tudo o que diz respeito á occupação de Portugal; em Fontainebleau, aos 27 de Outubro, de 1807.* NAPOLEÃO, pela graça de Deus e a constituição, Imperador dos Francezes, Rey de Itália, e Protector da Confederação do Rheno, tendo visto e examinado a Convenção concluída, arranjada, e assignada, em Fontainebleau aos 27 de Outubro de 1807 General de Divizaõ Miguel Duroc, Gram Marechal do nosso Palácio, Gram Cordaõ da Legião de Honra &c. &c. em virtude do plenos poderes, que nos lhe conferimos; de uma parte; e da outra parte por D. Eugênio Isquierdo de Ribera y Lezaun, Conselheiro Honorário de Estado e de guerra, de S. M. o Rey de Hespanha, igualmente munido com plenos poderes pelo seu Soberano ; o theor da qual convenção éra o seguinte.
S. M. O Imperador dos Francezes, Rey da Itália, e protector da Confederação do Rheno, e S. M. o Rey de Hespanha desejando entrar em um arrançamento, relativamente á occupação e conquista de Portigal, conforme as estipulaçoens do tractado assignado na data de hoje, tem nomeado; a saber; S. M. o Imperador dos Francezes, Rey da Itália e Protector da Confederação do Rheno ao General de Divizaõ •Miguel Duroc, Gram Marechal do seu Palácio, Gram CordaÕ da legião de Honra, e S. M. Catholica, El Rey de Hespanha, D. Eugênio Isquierdo de Ribeira y Lezaun.seu Conselheiro Honorário de Estado e de o-uerra, os quaes depois de haverem mutuamente trocado os seus -plenos poderes, concordaram nos seguintes artigos.
ART. I. Hum corpo de tropas Imperiaes Francezas de 25,000 homens de infantaria, e 3000 de Cavallaria, entrará em Hespanha, e -marchará directamente para Lisboa; seraõ unidas estas a um corpo de 8000 homens de infantaria Hespanhola, e 3000 de cavallaria, com 30 peças de artilheria.
ART. II. Ao mesmo tempo uma divisão de tropas Hespanhola consistindo em 10,000 homens, tomará posse da Provincia d'entre Douro e Minho, e da Cidade do Porto ; e outra divizaõ de 6000 homenstambém tropas Hespanho!as,tomará posse do, Alemtejo,e do reyno dos Algarves.
ART. III . As tropas Francezas seraõ sustentadas e mantidas por Hesjianha, e o seu pagamento providenciado por França, durante o tempo occupado na sua marcha por Hespanha.
ART. IV. Ao momento em que as tropas combinadas entrarem Portugal, o governo e administração das Provincias da Beira, Tra-os-Montes, e Estremadura Portugueza (que devem ficar em estado de seqüestro) seraõ investidos no General Commandante das tropas

comando, não do que ficava entre aos dois rios Minho e Douro, mas o da Província, que em Portugal tinha o nome d'Entre Douro e Minho; o que com efeito era conforme com o estipulado na dita Convenção de Fontainebleau, que se fez pública depois da Revolução de Espanha (Crr. Bras. Nº 5 pag 431¹⁴⁴).

Franéezas ; e as contribuiçoens impostas, nas mesmas Províncias, serão em beneficio da França. As Provincias, que devem formar o Reyno daLuzitania Septentrional, e o Principado dos Algarves serão administradas, e governadas pelos Generaes, commandantes das Divizoens Hespaníolas, que entrarem nas mesmas, e as contribuiçoens impostas nellas serão a beneficio de Hespanha.

ART. V, O Corpo Central estará deDaixo das ordens do Commandante das tropas Francezas, aquém taõbem obedecerão as tropas Hespanholas, unidas a este exercito. Com tudo se o Rey da Hespanha ou o Principe da Paz julgar conveniente ir ao exercito, as tropas Francezas, com o General, que as commandar, ficarão" sugeitõs às suas ordens.

ajunetará em Bayonna, cerca dos 20 de Novembro, próximo futuro, ao mais tardar, estando prompto para entrar na Hespanha, para o fim de marchar para Portugal, no caso em que os Inglezes la mandassem reforços, ou ameaçassem com um ataque. Este corpo adicional, porém, não entrará na Hespanha até que as duas altas partes contractantes tenham concordado sobre este ponto.

VII. A presente convenção será ratificada, e as ratificaçoens trocadas ao mesmo tempo, que o tratado desta data. Dado em Fontainebleau, aos 27 de Outubro, de 1807.

(Assignado) DUROC, E. IZQUIERDO.

Nos temos aprovado e por esta approvamos a Convenção acima, em todos e cada um dos artigos, que nella se contem, e a declaramos aceita, ratificada, e confirmada, e nos obrigamos a que será inviolavelraente observada. Em testemunho do que passamos as presentes assignadas com o nosso próprio punho, e contrassignadas, e sedadas com o nosso sello Imperial, em Fontainebleau, aos 29 de Outubro, de 1807.

(Assignado) NAPOLEÃO.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros: CHAMPAGNY,

O Secretario de Estado .* H. MABET.

(Correio, n.5 e continuação no n.6)

¹⁴⁴*Tractado secreto entre S. M. Catholica e S. M. o Imperador dos Francezes, pelo qual as altas partes contractantes*

estipulam tudo, que diz respeito á futura condição de Portugal. Fontainebleau, 27 de Outubro, de 1807.

Nos Napoleão pela graça de Deus, e a constituição, Emperador dos Francezes, Rey de Itália, e Protector da Confederação do Rheno, tendo visto, e examinado o Tratado, concluído, arranjado, e assignado em Fontainebleau, a 27 de Outubro de 1807, pelo Generalde Oivizaõ. Miguel Duroc, Gram-Marechal do nosso Palácio, Gram Cavalleiro da

Legiaõde Honra &c. <*fcc. em virtude de plenos poderes conferidos por nós, para este fim, com D. Eugênio Isquierdo de Ribeiro y Lez.au n. Conselheiro Honorário de Estado e da Guerra, de S- M. o Rey de Hespanha, o qual também estava munido com plenos poderes pelo seu Soberano, o qual tractado he na forma seguinte:—

S. M. O Imperadar dos Francezes, Rey de Itália, e Protector da Confederação do Rheno, e S. M. Catholica o Rey de Hespanha desejando regular, por commum consentimento o interesse dos dous Estados, e determinar a fatura condição de Portugal, de maneira que seja consistente com a boa Política de ambos os pa.zes, tem nomeado para seus Ministros Plenipotenciarios • a saber S. M. o Imperador dos Francezes Rey de Itália, e Protector da Confederação do Rheno, ao

Generalde Divizaõ Miguel üuroc, Gram Marechal do Palácio, Gram Cavalleiro da Legiaõ de Honra ; e S. M. Catholica Rey de Hespanha A D. Eugênio Isquierdo de Ribeira e Lezaun, seu Conselheiro Honorario de Estado e da Guerra, os quaes Ministros, havendo ambos mutuamente trocado os seus plenos poderes concordaram no seguinte.

O General em Chefe do Exército Francês não devia governar no território ocupado pelo General Espanhol, conforme as Instruções, e mui estreita recomendação, que ele trazia d'El Rey, seu Amo, que também era conforme com as estipulações da já citada Convenção, mas **(12v)** existindo em Lisboa o Governo Português, que S.A.R. deixara, e não querendo o General Faranco declara-lo extinto na Província do Minho, para não ir na

ART. I A Província de Entre-Douro e-Minho, com a Cidade do Porto, se transará , em plena propriedade e soberania, para S. M o Rey de Etruria com o titulo de Rey da Luzitania Septentrional.

ART. II. A Provincia do Alemtejo, e o Reyno dos Algarves, se traspassarão, em pie a propriedade e Soberania, para o Príncipe da Paz para ser por elle -ozado, debaixo do titulo de Principe dos Algarves.

ART. III- As Províncias da Beira, Tra-los-montos, e Estremadura Portugueza, ficarão por dispor, até que haja uma paz, e não se disporá, dellas segundo as circumstancias, e segundo o que se concordar entre as duas partes contractantes.

ART. IV. O Reyno da Luzitania Septentrional será tido pelos descendentes deS. M. o Rey de Etruria, hereditariamente, e conforme ás leys da successao, estabelecidas na familia, que occupa o throno de Hespanha.

ART. V. O Principado dos Algarves será tido pelos descendentes do Principe da Paz, hereditariamente, e conforme ás leys de successao estabelecidas na familia, que occupa o throno de Hespanha.

ART. VI. Se não houver descendentes ou herdeiros legítimos, do Rey da Luzitania do Norte, ou do Principe dos Algarves, se disporá por investidura do Rey de Hespanha, de maneira que nunca se unirão debaixo de uma só cabeça, nem se anexarão á coroa de Hespanha.

ART. VII. O Reyno da Luzitania Septentrional eo Principado dos Algarves, reconhecerão como Protector S. M. Catholica, El-Rey dé Hespanha, e em nenhum caso os Soberanos destes paizes, faraõ paz ou guerra sem o seu consentimento.

ART. VIII. No caso de que as Provincias da Beira, Tra-os-montes e Estremadura Portugueza, tidas em seqüestro, se devolvão, na paz geral, á casa de Bragança, em troca de Gibraltar, Trinidad, e outras Colônias, que os Inglezes tem conquistado á Hespanha, e aliados o novo Soberano destas Provincias terá, relativamente a S. M. Calholica El Rey de Hespanha, as mesmas obrigaçoens, que tem o Rey da Lusitânia Septentrional, e o Principe dos Algarves, e as terá debaixo das mesmas condiçoens. .

ART IX: .O Rey de Etruria cede o Reyno de Etruria, em plena propriede e soberania a S M. o Imperador dos Francezes e Rey.

ART X. Assim que as Provincias de Portugal forem definitivamente ocupadas, os differentes Príncipes, que as devem possuir nomear-nos mutuamente commissarios para verificar os seus limites naturaes.

ART. XI. S. M. O Imperador dos Francezes e Rey de Itália garante a S. M- Catholica ElRey de Hespanha a posse de seus domínios no Continente da Europa, situados ao sul dos Pyrneos.

ART. XII. S. M. O Imperador dos Francezes e Rey de Itália, se obriga a reconhecer a S. M. Catholica o Rey de Hespanha como Imperador das *Duas Américas*, quando tudo estiver prompto para S. M. assumir este titulo, que pode ser ou ao tempo da paz geral, ou, ao mais tardar, tres annos depois daquella epocha.

ART. XIII- As duas alias partes contractantes, concordam mutuamente em uma igual divizaõ das ilhas, colônias, e outras possessoens transmarinas de Portugal.

ART XIV. O presente tratado, será tido em segredo. Será ratificado e trocado em Madrid, dentro de 20 dias, ao mais tardar, da data da sua assignatura. Dado em Fontainebleau, aos 27 de Outubro, de 1807.

(Assignado) NAPOLEAÕ.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros; CHAMPAGN-.

O Secretario de Estado: - MARET.

destituição do dito Governo adiante do General Francês, sucedia, que este dirigindo os seus Decretos ao mesmo Governo, que os comunicava a todo o Reino em nome do Príncipe Regente Nosso Senhor, vinha por esta maneira indireta a governar naquele distrito, o que atizava o ciúme, e a indisposição dos Officiaes Espanhóis para com os Franceses. O Decreto 1º de Fevereiro de 1808¹⁴⁵, que terminou tudo, determinando que Portugal se

¹⁴⁵ *O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rey, General em Chefe.*

Habitantes do Reyno de Portugal.

Os vossos interesses fixaram a attenção de S. M. o Imperador, Nosso Augusto Senhor; toda a irresolução deve desaparecer : decidio-se a sorte de Portugal e segurou-se a sua felicidade futura ; pois que Napoleão o Grande o tomou debaixo da sua Omnipotente protecção.

O Principe do Brazil, abandonando Portugal, renunciou todos os seus direitos á Soberania deste Reyno. A casa de Bragança acabou de reynar em Portugal. O Imperador Napoleão quer que este bello paiz seja administrado, e governado todo inteiro em seu nome, e pelo General em Chefe do seu Exercito.

A tarefa que me impõem este signal da confiança de meu amo, he difficil de cumprir ; mas eu espero preencherla dignamente, ajudado dos homens mais instruídos do Reyno, e da boa vontade de todos os seus habitantes.

Eu tenho estabelecido um Conselho de Governo para me illuminar a respeito do bem que devo fazer; mandarse-há Administradores á Províncias, para se segurarem os meios de melhor administração, e estabelecerem nellas a ordem, e a economia. Eu ordeno que se abram estradas, e rompam canaes, para facilitar as communicações, e tornar florescente a agricultura, e industria nacional, dous ramos tão necessários á prosperidade de um paiz, a qual

será fácil de estabelecer com um povo espirituoso, soffredor, e intrépido. As tropas portuguezas, commandadas pelos mais recommendaveis de seus chefes, formarão bem depressa uma so familia com os Soldados de Marengo, de Austerlitz, de Jena, de Friedland; e não haverá entre elles outra rivalidade, que a do valor, e da disciplina.

As rendas publicas bem administradas segurarão a cada empregado o primeiro de seu trabalho a Instrucção publica, esta mãe da civilização dos povos, se derramará pelas Províncias; e o Algarve e a Beira-alta terão também um dia o seu Camoens. A Religião de vossos Pais, a mesma que todos professamos, será protegida, e soccorrida pela mesma vontade, que soube restauralla no vasto Império Francez, mas livre das superstições que a deshonram; a Justiça será administrada com igualdade, e desembaraçada das delongas e arbítrios voluntários que a sopeávam. A tranquillidade publica não será mais perturbada por horríveis, salteadores, resultado da ociosidade; e se acaso existirem malvados incorrigiveis, uma policia activa livrará delles a Sociedade : a desforme mendicância não arrastará mais os seus fatos immundos na Soberba Capital, nem pelo interior do Reyno: estabelecer-se-hão casas de trabalho para este fim ; o pobre estropeado ali achará um asylo, o preguiçoso será empregado em trabalhos necessários á sua própria conservação.

Habitantes do Reyno de Portugal estai seguros, e tranqüilos repeli as instigações daquelles, que queriam conduzir-vos á rebelião, e a quem não importa que se derrame sangue, com tanto que seja o sangue do Continente: entregai-vos com confiança aos vossos trabalhos; vos recolhereis o seu fructo: se he necessário que façais alguns sacrificios, nos primeiros momentos, isso he para pordes o Governo no estado de melhoras a vossa sorte. Elles são aliás indispensáveis para a subsistência de um grande plano, necessário aos vastos projectos do Grande Napoleão : seus olhos vigilantes estão fixados em vós ; e a vossa futura felicidade está segura : elle vos amará tanto como aos seus vassallos Francezes: cuidai porém em merecer

os seus beneficios por vosso respeito, e vossa sugeição á sua vontade.

conservaria inteiro, e seria governado todo em Nome do Imperador, veio pôr o último remate às desconfianças, e a ocasionar o rompimento entre as duas Nações, que poucos meses antes, entrando em Portugal como Aliadas, haviam cooperado para a sua ocupação (Pode ver se o dito Decreto no Corr. Bras. Nº 3 pag.165¹⁴⁶). O certo é, que a Corte de Madrid

Dado no Palácio do Quartel-general em Lisboa, no primeiro de Fevereiro, de 1808.

JUNOT. (Correio, n. 3)

¹⁴⁶O General em Chefe do Exercito Francez em Portugal, em Nome de S. M. o Imperador dos Francezes Rey d'Itália, em observância das suas Ordens decreta.

ART. 1. O Reyno de Portugal será daqui por diante administrado todo inteiro, e governado em Nome de S. M. o Imperador dos Francezes Rey da Itália, pelo General em Chefe do Exercito Francez em Portugal.

2. O Conselho de Regência creado por S. A. R. o Príncipe do Brazil, no momento em que este Principe abandonou o Reyno de Portugal, fica supprimido.

3. Haverá um Conselho de Governo, presidido pelo General em Chefe, composto de um Secretario de Estado, encarregado da Administracção do Interior, e das Finanças com dous Conselheiros de Governo um encarregado da Repartição do Interior, e outro encarregado da Repartição das Finanças.

De um Secretario de Estado encarregado da Repartição da Guerra e da Marinha.

De um Conselheiro de Governo encarregado da Justiça, e dos cultos com o nome de Regedor.

Haverá um Secretario Geral do Conselho, encarregado dos Arcbivos.

4. Os Senhores Corregedores das Comarcas, Juizes de Fora, Juizes do crime e Juizes ordinários ; os Dezembargadores dos differentes Tribunaes, o Senado da Camara, o Presidente do Terreiro publico, em uma palavra, todos os encarregados da administração publica são conservados, á excepção das reduçoens, que o interesse publico mostrar, que he necessário fazerem-se pelo tempo adiante, e das mudanças nos objectos relativos, a seus cargos que, a nova organização do Governo julgar indispensáveis.

5. Mr. Herman he nomeado Secretario de Estado encarregado da Repartição do Interior e das Finanças. D. Pedro de Mello he nomeado Conselheiro de Governo da Repartição do Interior. O Senhor d' Azevedo da Repartição das Finanças. Mr. Lhuite he nomeado Secretario

de Estado encarregado da Guerra, e da Marinha.

O Senhor Conde de S. Payo he nomeado Conselheiro do Governo encarregado da Guerra, e da Marinha. O Senhor Principal Castro he nomeado Conselheiro de Governo encarregado da Justiça, e dos cultos, com o titulo de Regedor.

Mr. Vienes Vaublanc he nomeado Secretario Geral.

6. Haverá em cada Provincia um Administrador geral, com o titulo de Corregedor Mór, encarregado de dirigir todos os ramos da Administração, de vigiar sobre os interesses da Provincia, de indicar ao Governo os melhoramentos que devem fazer-se, tanto a respeito da Agricultura, como da Industria ; devendo conresponder-se sobre qualquer destes objectos, com o Secretario de Estado da competente Repartição, e com o Regedor pelo que pertencer á Justiça, e ao Culto. Haverá igualmente em cada provincia um Official General encarregado de manter a ordem, e a tranqüilidade : as suas funcçoens são puramente militares ; mas nas cerimonias publicas terá o seu lugar á direita do corregedor mór.

Haverá um Corregedor Mór na Província da Estremadura, que residirá em Coimbra, e um Corregedor na Cidade" de Lisboa e seu Termo, o qual será demarcado de uma maneira exacta.

7. O presente Decreto será impresso e aífixado em todo o Reyno, para ter força de Ley. O Secretario de Estado do Interior e das Finanças, o Secretario de. Estado da Guerra e da Marinha, e o Regedor são encarregados da sua execução, cada um pela parte que lhe toca. Dado no Palácio do Quartel-general, no 1 de Fevereiro, de 1808.

mandou retirar de Portugal os seus Exércitos, e que o Marquês del Socorro conseqüentemente evacuou o Além-Tejo e Algarve, que ocupava, retirando-se para a Estremadura Espanhola e Andalusias, apesar das veementes reclamações, e **(13)** instâncias, que contra isso lhe dirigiu o General Junot e o General Espanhol da Província do Minho teve também ordem para retirar as suas tropas para a Galisa tomando as posições convenientes nas fronteiras do dito Reino, para depois obrar segundo os Despachos, que recebesse, o que se começou a executar logo. E tudo isto, que se conformava com os desejos, que a Tropa Espanhola tinha de um rompimento com a França, concorria a eletriza-la contra esta Nação, conduzindo-a a excitar os portugueses para o mesmo fim.

O General em Chefe do Exército Francês achou-se desta sorte somente com a Tropa do seu Comando, que era destinada para a ocupação da Estremadura, Beira, Trás-os-Montes, tendo de sustentar com ela a de todo o Reino, para o que não podia ser bastante, quando necessitava de opor em toda a parte uma resistência aos movimentos da insurreição, que tantas, e tão graves coisas promoviam, e que mesmo os seus antigos aliados assopravam.

Nestas circunstâncias romperão as comoções populares por toda a Espanha no fim de maio de 1808, promovidas **(13v)** proximamente em Razão dos acontecimentos políticos de Baiona¹⁴⁷, de que haviam Resultado a abdicação da Coroa de Espanha por Carlos 4º, em favor do Imperador dos Franceses, para que ele lhe deputasse um Soberano, que julgasse mais conveniente: e as Províncias Portuguesas que eram limítrofes daqueles Reinos começaram também a agitar-se popularmente. Trás-os-Montes, o Algarve, e o Além-Tejo voltaram-se contra o Governo Francês, a que estavam sujeitos, só por efeito do Contágio da Oclocracia espanhola, mas na Província do Minho

JUNOT.
¹⁴⁷

houveram ainda coisas mais próximas para produzirem o mesmo resultado. Desde o Decreto de 1º de fevereiro de 1808, ela era governada, como todo o Reino, em nome do Imperador, e pelo General em Chefe do seu Exército, tendo o seu Governo imediato o General Francês Quesnel, que tinha o seu Quartel General na Cidade do Porto: mas este não era sustentado por outra alguma força Militar, se não pela Espanhola que Fernando 7 subindo ao Trono da Espanha fizera conservar ou voltar da Galiza para aquela Província, revogando as anteriores Ordens de El Rey seu Pai; e mandando, que ela estivesse debaixo do Comando do General em Chefe do Exército Francês^{xl}. O Governo era **(14)** Francês, e toda força, que o sustentava era espanhola: e entre os oficiais achava-se o Conde de Macedo que comandava um Regimento, que era Camarista de Fernando VII, e que recebera dele uma carta ao tempo de sua jornada para Baiona; a qual o tinha inflamado muito no serviço do dito Soberano, e depois que o viu detido em França, e soube dos outros sucessos, que eram relativos à sua Pessoa, e Real Família, ardia todos os dias nos desejos de se unir à causa, que começava nas Espanhas a seu favor. Tudo comprometia a segurança do enorme Governo Francês, que havia na Província do Minho, e produzindo sem efeito todas estas causas, o General Quesnel, e outros Franceses empregados no Governo da Cidade do Porto foram presos pela Tropa Espanhola no dia 6 de Junho, figurando ela debaixo do Comando do Marechal D. Domingos Balesta, que era o Oficial Espanhol de maior Patente, que havia na mesma cidade, o qual nós conhecemos, e tratamos pessoalmente; e era de um caráter sumamente imbecil e indeliberado, e que não seria nunca o primeiro agente em um semelhante fato, se o dito Conde, e os outros mais Espanhóis o não impelissem. Marchou para **(14v)** a Galiza a tropa espanhola, levando consigo os Franceses, que haviam preso, e na sua marcha foi excitando à Revolução todas as Povoações da Província do Minho por que passava. Nem os Portugueses empregados na Pública Administração, nem o Povo

da Cidade do Porto tomou parte alguma no referido movimento dos Espanhóis, tendo sido eles louvados pelo Governo Francês, na Gazeta de Lisboa de 14 do dito mês, em razão da tranqüilidade em que se conservaram, acolhendo mesmo alguns franceses, para que não fossem presos. ^{xii}

No Povo, porém começou logo a reluzir aquela inquietação e desassossego que precede quase sempre aos tumultos; e o Brigadeiro Luís de Oliveira, que por ter a Patente Militar da maior graduação, ficara com o governo das Armas daquela Cidade, e seu Partido, quando se retiraram os espanhóis, era de um caráter fraco, e irresoluto, sendo por conseqüência incapaz em tais circunstâncias de tomar um partido, e de o seguir com firmeza. Nem se resolveu a pôr-se à testa da Revolução, que a cada instante se apresentava como mais próxima, nem se deliberou a empregar os meios, que tinha na sua mão para comprimi-la. Quando os Franceses foram presos **(15)** pelos Espanhóis, o Sargento-Mor Raymundo José Pinheiro, que governava o Castelo de São João da Foz na entrada do Douro, e no qual estava a Bandeira Francesa, fez logo por sua autoridade substituir-lhe a Portuguesa; e o dito Brigadeiro, que era superior ao Governo do dito Castelo, mandou arriá-la, e restituir a outra, que se tinha abatido; e por Ordem do Governo Francês decretou a prisão do dito Sargento-Mor, que fugiu dirigindo-se para Galiza. Pela outra parte, o Capitão Maris, que comandava o Corpo de Artilharia, que havia no Porto, era um dos que se mostrava mais resolvido para a insurreição, e tinha o mesmo tratado a este respeito com o dito General, sendo por Despachos deste, que a Junta do Arsenal da mesma Cidade forneceu ao dito Capitão tudo o que era preciso no Corpo de Artilharia, para ele conduzir, e apoiar o movimento do Povo, como com efeito conduziu, e apoiou poucos dias depois. Portanto, o dito Brigadeiro nesta oscilação, sem se resolver a tomar um partido, como é necessário nas grandes crises, querendo por medidas encontradas conduzir-se de maneira, que não ficasse comprometido em nenhum dos eventos,

fazia-se necessária Vítima de todos eles. **(15v)** Se prevalecesse o Governo Francês, ele teria de lhe responder pela inação de não conter poderosamente o espírito da insurreição, que havia luzido no Povo, e de ter concorrido para o referido fornecimento de Artilharia. E se prevalecesse a insurreição, ele havia de ser considerado por desleal à sua Nação, e a seu Soberano, como quem não tinha feito tudo, o que podia para ajudar. Ambos os partidos haviam sido poucos servidos, para que o Brigadeiro fosse por algum deles olhado como benemérito, e contra ambos tinha feito muito, para ser perseguido por aquele, que preponderasse.

Estando nesse estado a Cidade do Porto e o seu povo, uma circunstância sobreveio, que acelerou o seu rompimento. O General Junot, vendo a Província do Minho, e principalmente aquela importante Cidade Governada no Nome do Imperador, e debaixo das suas Ordens, mas sem força alguma que sustentasse este governo, que se tornava dessa sorte, e em tais tempos somente nominal, e muito precário, havia feito marchar de Almeida para o Porto o General Loison com um Corpo de Exército Francês. Por uma parte a pessoa **(16)** deste General, muito odiosa na dita Cidade pela execução, que tinha feito na Vila das Caldas em um Regimento Português, que era da sua guarnição, e que tivera um alboroto contra alguns Soldados Franceses; e pela outra os rumores espalhados de que o dito General ia castigar a cidade, por ela se não ter oposto aos anteriores movimentos dos Espanhóis; estas duas causas enchendo de pavor o Povo do Porto, e dando mais um pretexto para ele ser conduzido a insurgir, e logo; fizeram com que a Revolução aparecesse mais aceleradamente.

O Povo do Porto, apoiado pelo dito Comandante da Artilharia, e pelo Corpo que estava debaixo do seu Comando, rompeu em um tumulto no dia 18 de junho, aclamando a Soberania do Príncipe Regente Nosso Senhor, e inventivando contra o Governo Francês. Todos os sinos da Cidade tocaram a

rebate: a multidão arrombou o Depósito das Armas, e apropriou-se de 80\$000 (sic ?) espingardas, que nele se achavam: fez o mesmo a um Armazém de Munições de Guerra, e passou todo aquele dia, e noite em alaridos pelas ruas, dando tiros sem fim ou destino algum, e assustando a maior parte das famílias nobres e ricas da Cidade, que temiam todos os desastres à **(16v)** vista de uma semelhante perturbação. O Brigadeiro Luís de Oliveira, receando, que o tumulto se dirigisse contra ele, resolveu-se a fugir para o interior do Minho, mas foi logo popularmente apregoadado como traidor, por senão ter levantado contra os franceses, e ter obedecido às suas Ordens; e assim começou a série de todas as grandes desgraças, que não tiveram nenhuma outra coisa mais, do que a sua indeliberção, e a indiscreta maneira de discorrer, que sempre se encontra no Povo, e muito mais entre os seus tumultos, e talvez também o interesse que tinham os Officiais Militares, que eram de menor graduação à sua, e que todos desejaram fazer a primeira Representação naquele acontecimento.

Na madrugada do dia 12 houve quem fizesse conhecer ao Povo assim tumultuado, que era necessário estabelecer-se a Ordem, e organizar-se um Governo, a que todos obedecessem, porque de outra sorte seriam infalivelmente sacrificados à vingança dos Franceses, aos quais senão poderia fazer opposição alguma, enquanto durasse aquela confusão: e convencido, ou guiado o Povo desta sorte, à voz do seu Nome foram convocados alguns Eclesiásticos, Magistrados, Militares, Nobres **(17)** e Comerciantes a fim de se acharem nas Casas da Câmara, para onde se dirigiu também o Povo, e Parte do dito Corpo de Artilharia, que lhe servia como de apoio. Demorando-se porém o Bispo, que era um dos convocados, resolveram, os que estavam já na Casa da Câmara mudar aquele ajuntamento para as salas do Palácio Episcopal, em razão da sua maior grandeza; o que se executou. Tratou-se a matéria por todos, os que estavam presentes, e determinou-se, que se estabelecesse uma

Junta composta de dois Eclesiásticos, dois Desembargadores, dois Militares, e dois Cidadãos; os quais foram todos logo ali nomeados, escolhendo-se o Bispo para servir nela de Presidente. Fez-se um Termo desta deliberação, e eleição, que todos os assistentes assinaram; e nele se declarava, que a dita Junta teria o exercício do Supremo Governo, enquanto se não pudesse restabelecer em Lisboa o Conselho que S.A.R. havia deixado, quando se embarcou para o Brasil, e que constava do Decreto, e Instruções de 20 de Novembro de 1807.^{XIII}

Deve-se porém observar, que uma das causas, que lembrou, e que se procurou promover naquele congresso, tinha sido, a entrarem na Junta seis Oficiais Militares: eram já muitos os que àquele tempo **(17v)** se tinham apresentado na frente do Povo, como mais ativos, e mais interessados na sua causa: todos cobiçaram ter parte na Pública Administração, e era por isso necessário um maior número de lugares na Junta, que fossem destinados para os Militares, afim de todos poderem entrar nela. Mas havendo quem refletisse, que semelhante organização inutilizaria todo o resto da Junta, fazendo com que a sua parte Militar se apropriasse de todo o poder, iludiu-se o dito projeto, lembrando, que na Junta devia haver um igual número de vozes em cada uma das Classes, de que ela se compunha: porém que, como o mais que havia a cuidar naquele momento, era relativo a Milícias, se devia constituir uma Junta Militar, composta de seis membros, e sujeita à Junta Governativa, para que por ela se dirigisse imediatamente tudo, o que pertencesse ao Armamento necessário, e às medidas de defesa. Este arbítrio conciliou todos os interesses; e foram eleitos os seis militares, que haviam de compor a dita Junta, a qual devia ser presidida pelo Governador das Armas do Porto. E convém notar este Artigo, porque ele foi a origem da primeira grande Convulsão Política; que houve poucos dias depois, e de que em seu lugar havemos de falar. **(18).**

No Além-Tejo também os espanhóis vieram mesmo obrigar em algumas povoações os movimentos dos Portugueses; e pode ver se em prova disto, o que sucedeu em Castelo de Vide, como consta da Minerva Lusitana do dia 7 de setembro de 1808¹⁴⁸. Desta sorte os ditos Espanhóis concorrerão para a Revolução de Portugal, atizando a indisposição dos Portugueses contra os Franceses, dando-lhe o exemplo revolucionário, comunicando-lhes o seu contágio, e desassustando-os do Poder da França, por que desligada da Espanha, não só perdia as forças desta Potência para a opressão de Portugal, mas precisava de as destruir antes de atacar este Reino; e os Portugueses conseqüentemente olhavam para a força Francesa comandada pelo General Junot, como a única, que tinham para vencer.

E como a Revolução da Espanha era Oclocrática, desta mesma natureza havia de ser também a de Portugal, que era uma emanção daquela.

(18v) §5

¹⁴⁸O relato do Minerva Lusitana de 07 de setembro inicia dizendo que “No dia 06 de Julho entrarão na Praça de *Castelo de Vide* 300 a 400 homens de Recrutas Hespanholas commandados pelo Tenente Coronel *D. Vicente Peres*, o qual leu em Camera hum Officio do Excellentissimo General da Extremadura *D. José Gallaso*, para haver de ser reconhecido Governados daquela Praça, no dia 7 de manhã se ajuntou em forma a Tropa de Hespanhola para acompanhar a Bandeira Portuguesa do Regimento de Infantaria N. 8., (...). Dahi entre repiques de sinos e vivas ao PRINCIPE REGENTE dados por um Povo assás numeroso se encaminharão ao Castello, onde se postou a Bandeira Militar, e tornarão para Villa acompanhando até as Casas da Camara o seu Estandarte, o qual de poz em uma das janellas, e ali se conservou até o dia 10, em que pelo Senado foi levado à Igreja da Misericordia, que estava magnificamente ornada para nella se orar, pela tranquillidade pública. Fez-se a festa por direcção da Camara de Tropa Hespanhola, e Portuguesa, Clero, Nobreza, e Povo (...) mostrou a grande utilidade, que resultava a Portugal da alliança entre os Vassallos de S. Magestade Católica, e do PRINCIPE N. S. para haverem de destroçar o inimigo; e ao encerrar do Santissimo Sacramento desembanhou o Governador Hespanhol a sua espada, e toda a Officialidade o imitou, e com elles protestarão as pessoas asistentes defender a Religião, e ambas as Coroas. Esses sentimentos causarão huma extraordinária satisfação em todos os concurrentes, não só por que vião restaurado o Governo do seu legitimo Soberano, sendo a segunda povoação da comarca, que se subtraio a escravidão, mas também por se divisar a fidelidade com que as Authoridades daquela Villa se portarão, dando as mãos humas as outras, para que nada faltasse a tão brilhante acção, que finalizou com muitas descargas de Mosquetaria, e Artilharia, estando por duas noites iluminada toda a Villa(...).” MINERVA LUSITANA. Coimbra, 1808 Minerva lusitana / [red. José Bernardo de Vasconcelos Corte Real, Joaquim Navarro de Andrade, Luís do Coração de Maria]. – 7 de setembro de 1808, suplementos, n. 2.

Apareceu a Revolução
Portuguesa tal, qual estas
Causas prometiam. Principais
caracteres da Oclocracia.

Que a Revolução Portuguesa apareceu aclamando a soberania da Sereníssima Casa de Bragança, e unindo-se Grã-Bretanha, como exigiam as circunstâncias referidas no §3, é um fato manifesto, e que não pode ser de nenhuma sorte equívoco. Agora que ela tivesse os caracteres Oclocráticos, e que fosse revestida de todas as emanções da Oclocracia, como era possível, quando acontecesse em consequência das anteriores Revoluções Francesa, e Espanhola (§2, e 4), e cousa, que se não pode perceber tão obviamente, e que requer uma muito mais séria atenção. Trata-se de conhecer o espírito de uma Convulsão Política, e ele nem sempre é conforme com o que se proclama, sendo portanto necessário para a descobrir, analisar miudamente os fatos, que acompanham, remontando ao princípio real, de que eles emanam, e sem confiar inteiramente nos exteriores, que os revestem.

Na Revolução Francesa empreendida com o pretexto de se procurar a (19) liberdade, e igualdade para os Franceses, o princípio aparente de todos os movimentos havia de ser necessariamente o ano da mesma Liberdade, e igualdade: e por isto faz uniforme o véu com que se cobriram todas as diversas facções que predominam nos diversos períodos de sua carreira. Moderantistas, Jacobinos, Girondinos, Montanheses todos triunfaram, e foram à Guilhotina precedidos do som das mesmas aclamações da Liberdade, e da igualdade: com elas em um dia triunfaram, como Patriotas, e no outro caminharam ao Cadafalso como Traidores. Na Revolução Portuguesa o princípio aparente de tudo, o que se fazia, era, e havia de ser necessariamente a aclamação da Soberania de S.A.R. e mais o

ódio dos Franceses, e à sua dominação. Mas assim como na França aquele mesmo véu do amor da Liberdade, da igualdade cobria todas as facções, e servia a todos os projetos, sem que todos, quisessem o mesmo, apesar de fazerem as mesmas aclamações, sendo-nos necessário para conhecer o espírito de cada um daqueles partidos, não nos limitarmos à consideração o seu princípio aparente, mas devendo para isso desenvolver o seu princípio real: assim também na Revolução Portuguesa, (19v) para se encontrar o seu espírito, há de ser preciso não atender somente às palavras, que acompanhavam todos os movimentos, mas analisando os fatos, ir desentranhar do centro deles o princípio real, de que partiam; porque esse também é, que se deve ter como princípio real da Revolução^{XIV}.

Portanto ainda que já demos na nota 1^a uma idéia geral da Oclocracia, contudo recordaremos, e desenvolveremos aqui mais alguma coisa, o que ali dissemos para que passando depois a comparar com isso a Revolução Portuguesa, se veja evidentemente, que ela foi da Classe Oclocrática.

É da sua natureza partirem elas da multidão, sem haver outro centro comum, de que lhe venha o movimento, e por isso é também a elas essencial a substituição da vontade individual de cada um dos Cidadãos, ou de cada fração de Cidadãos em lugar da vontade geral. Na Sociedade Civil não Oclocrática, só quem exercita o Governo, é que ousa decretar, que isto ou aquilo convém, ou prejudica ao bem geral, e também só ele é quando ousa coagir os cidadãos a executar ou a (20) omitir estas ou aquelas ações, como conformes, ou desconformes com o dito fim. Os Cidadãos, que não são o Governo, ainda quando lhes parece, que isto convém, que aquilo prejudica a dita sociedade, consideram, que lhes falta o direito para nela definir o bem civil, e o mal civil, e para obrigar os outros a conformar-se com as suas determinações, empregando as suas forças em execução delas. Portanto cada um se abstém de decretar; o que se há de fazer, ou omitir, e muito mais de obrigar os outros a

executar, o que ele julga ser do público interesse: deixa cada um ao Governo determinar, e fazer executar, o que lhe agrada como vantajoso à Sociedade, e obedecendo-lhe, enche pela sua parte todas as suas obrigações.

Nos momentos porém em que reina a Oclocracia cada Cidadão, ou cada fração de Cidadãos se atribui o direito de definir, o que convém, e o que prejudica ao Público, e de decretar o que é conforme com as ditas duas definições informando, e perseguindo como inimigo do Estado a quem lhe parece que se desvia delas. Portanto, cada Cidadão, ou cada fração, de Cidadãos ousa considerar-se, como se fosse o Governo, e ousa atribuir-se a expressão (20v) da vontade, e da força geral.

Desta essencial natureza da Oclocracia resultam todas as emanções, que acostumam acompanhar, e as quais nos cumpre agora referir brevemente, para depois mostrarmos como todas. Mas apareceram na Revolução Portuguesa, de que tratamos, assim no seu rompimento como na Época, que se lhe seguiu até a restituição do Governo de Lisboa, e na subsequente ao seu restabelecimento.

1º. Como cada Cidadão, ou cada fração de Cidadãos se arroga nos momentos de Oclocracia a autoridade de definir o bem, e o modo civil, por isso é sempre a primeira emanção desta moléstia uma geral efervescência em todas as Classes da Sociedade, para falar nos negócios públicos predizendo os futuros acontecimentos, censurando umas medidas administrativas, e inculcando outras, como as mais úteis, e como as unicamente proveitosas. Todos os Sexos, todas as idades, todas as proposições, todos os ajuntamentos, e todos os instantes do dia, são principalmente dedicados a conferir sobre estes assuntos, quase que não se ouve falar em outra coisa: todos indagam as notícias, todos discorrem sobre elas (21), todos resolvem definitivamente o que convém, e o que é prejudicial ao público, do mesmo modo que o faziam os

Deputados de uma Assembléia. Em todas as Praças, e em todas as ruas se encontram ajuntamentos mais, ou menos numerosos de pessoas mesmo das mais ínfimas Classes, que se entretêm naquelas matérias, como se tivessem a seu cargo a Pública Administração: toda uma Cidade, e toda uma Nação parece um Congresso permanente para as deliberações do Governo. Isto que nos outros tempos além dos homens d' Estado, e dos que pretendiam ser, entretinha somente uma pequeníssima classe de pessoas, que o Autor das Cartas Persanes¹⁴⁹ finalmente retrata debaixo do nome da Nação dos Novelistas (Lettre 130)¹⁵⁰, isto é

¹⁴⁹Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu, foi um político e filósofo iluminista francês, célebre por sua Teoria da separação dos poderes, a qual é encontrada na Constituição de muitos países da modernidade. 'Cartas persas' foi publicada por Montesquieu em 1721. É um relato, em forma epistolar, da estada de dois persas em Paris, na época do reinado de Luís XIV. Por meio dos personagens Usbek e Rica, os dois persas, o autor faz a crítica das instituições políticas, dos costumes e da Igreja da França de seu tempo. Ver também: STRAUSS, Leo e CROPSEY, Joseph. *Historia de la Filosofía Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

¹⁵⁰"LETTRES CXXX.

RICA A ***.

Je te parlerai dans cette lettre d'une certaine nation qu'on appelle les nouvellistes, qui s'assemblent dans un jardin magnifique, où leur oisiveté est toujours occupée. Ils sont très inutiles à l'Etat, et leurs discours de cinquante ans n'ont pas un effet différent de celui qu'aurait pu produire un silence aussi long: cependant ils se croient considérables, parce qu'ils s'entretiennent de projets magnifiques, et traitent de grands intérêts.

La base de leurs conversations est une curiosité frivole et ridicule: il n'y a point de cabinet si mystérieux qu'ils ne prétendent pénétrer; ils ne sauraient consentir à ignorer quelque chose; ils savent combien notre auguste sultan a de femmes, combien il fait d'enfants toutes les années; et quoiqu'ils ne fassent aucune dépense en espions, ils sont instruits des mesures qu'il prend pour humilier l'empereur des Turcs et celui des Mogols.

A peine ont-ils épuisé le présent, qu'ils se précipitent dans l'avenir; et, marchant au-devant de la providence, la préviennent sur toutes les démarches des hommes. Ils conduisent un général par la main; et, après l'avoir loué de mille sottises qu'il n'a pas faites, ils lui en préparent mille autres qu'il ne fera pas.

Ils font voler les armées comme les grues, et tomber les murailles comme des cartons; ils ont des ponts sur toutes les rivières, des routes secrètes dans toutes les montagnes, des magasins immenses dans les sables brûlants: il ne leur manque que le bon sens.

Il y a un homme avec qui je loge, qui reçut cette lettre d'un nouvelliste; comme elle m'a paru singulière, je la gardai; la voici:

"Monsieur,

Je me trompe rarement dans mes conjectures sur les affaires du temps. Le 1er janvier 1711, je prédis que l'empereur Joseph mourrait dans le cours de l'année: il est vrai que, comme il se portait fort bien, je crus que je me ferais moquer de moi si je m'expliquais d'une manière bien claire; ce qui fit que je me servis de termes un peu énigmatiques; mais les gens qui savent raisonner m'entendirent bien. Le 17 avril de la même année, il mourut de la petite vérole.

Dès que la guerre fut déclarée entre l'empereur et les Turcs, j'allai chercher nos messieurs dans tous les coins des Tuileries; je les assemblai près du bassin, et leur prédis qu'on ferait le siège de Belgrade, et qu'il serait pris. J'ai été assez heureux pour que ma prédiction ait été accomplie. Il est vrai que, vers le milieu du siège, je pariai cent pistoles qu'il serait pris le 18 août (Note 16); il ne fut pris que le lendemain: peut-on perdre à si beau jeu?

o ofício de todos os Cidadãos, e de quase todas as horas. Fica entrando em qualquer das mais pequenas cidades, infectadas com esta moléstia, parecer-lhe ia encontrar nela mais Soberanos, do que se tinham conhecido em Isfahan¹⁵¹ desde a origem do Império Persano: parecer-lhe-ia ver ali mais desvelos empregados a bem da Pública Administração, do que os Monarcas da Pérsia todos juntos tinham consumido para humilhar o Imperador (21v) dos Turcos, e o do Mogol, e ficaria sem dúvida extraordinariamente surpreendido quando não pudesse

Lorsque je vis que la flotte d'Espagne débarquait en Sardaigne, je jugeai qu'elle en ferait la conquête: je le dis, et cela se trouva vrai. Enflé de ce succès, j'ajoutai que cette flotte victorieuse irait débarquer à Final pour faire la conquête du Milanais. Comme je trouvai de la résistance à faire recevoir cette idée, je voulus la soutenir glorieusement: je pariai cinquante pistoles, et je les perdus encore; car ce diable d'Alberoni, malgré la foi des traités, envoya sa flotte en Sicile, et trompa tout à la fois deux grands politiques, le duc de Savoie et moi.

Tout cela, monsieur, me dérouta si fort, que j'ai résolu de prédire toujours et de ne parier jamais. Autrefois nous ne connaissions point aux Tuileries l'usage des paris, et feu M. le comte de L. ne les souffrait guère; mais, depuis qu'une troupe de petits-maîtres s'est mêlée parmi nous, nous ne savons plus où nous en sommes. A peine ouvrons-nous la bouche pour dire une nouvelle, qu'un de ces jeunes gens propose de parier contre.

L'autre jour, comme j'ouvrais mon manuscrit, et accommodais mes lunettes sur mon nez, un de ces fanfarons, saisissant justement l'intervalle du premier mot au second, me dit: Je parie cent pistoles que non. Je fis semblant de n'avoir pas fait d'attention à cette extravagance; et, reprenant la parole d'une voix plus forte, je dis:

M. le maréchal de *** ayant appris... Cela est faux, me dit-il, vous avez toujours des nouvelles extravagantes; il n'y a pas le sens commun à tout cela. Je vous prie, monsieur, de me faire le plaisir de me prêter trente pistoles; car je vous avoue que ces paris m'ont fort dérangé. Je vous envoie la copie de deux lettres que j'ai écrites au ministre. Je suis, etc."

LETTRE D'UN NOUVELLISTE AU MINISTRE.

"MONSEIGNEUR,

Je suis le sujet le plus zélé que le roi ait jamais eu: c'est moi qui obligeai un de mes amis d'exécuter le projet que j'avais formé d'un livre pour démontrer que Louis le Grand était le plus grand de tous les princes qui ont mérité le nom de Grand. Je travaille depuis longtemps à un autre ouvrage qui fera encore plus d'honneur à notre nation, si Votre Grandeur veut m'accorder un privilège: mon dessein est de prouver que, depuis le commencement de la monarchie, les Français n'ont jamais été battus, et que ce que les historiens ont dit jusqu'ici de nos désavantages sont de véritables impostures. Je suis obligé de les redresser en bien des occasions; et j'ose me flatter que je brille surtout dans la critique. Je suis, monseigneur, etc."

"MONSEIGNEUR,

Depuis la perte que nous avons faite de M. le comte de L., nous vous supplions d'avoir la bonté de nous permettre d'élire un président. Le désordre se met dans nos conférences, et les affaires d'Etat n'y sont pas traitées avec la même discussion que par le passé; nos jeunes gens vivent absolument sans égard pour les anciens, et entre eux sans discipline: c'est le véritable conseil de Roboam, où les jeunes imposent aux vieillards. Nous avons beau leur représenter que nous étions paisibles possesseurs des Tuileries vingt ans avant qu'ils fussent au monde; je crois qu'ils nous en chasseront à la fin, et qu'obligés de quitter ces lieux où nous avons tant de fois évoqué les ombres de nos héros français, il faudra que nous allions tenir nos conférences au Jardin du Roi ou dans quelque lieu plus écarté. Je suis..."

De Paris, le 7 de la lune de Gemmadi 2, 1719."

MONTESQUIEU. *Lettres persanes*, Edition André Lefèvrechez Alphonse Lemerre, 1873.

¹⁵¹ Antiga cidade persa pertence hoje ao território do Iran.

descobrir com todas as suas indagações nem os grandes Estados, nem os enumeráveis Vassallos daqueles Soberanos, que tão afincadamente tratavam das matérias do Governo. Eis aqui o primeiro grande caráter da Oclocracia; aonde ele não aparecer, pode segurar-se, que não existe a dita enfermidade.

2º . Como a multidão é quem impera, e uma natural tendência encaminha a quase todos para lisonjear aqueles, que Governam, esperando assim multiplicar as suas ocasiões de gozar, e diminuir as suas ocasiões de sofrer, por isso na Oclocracia as idéias, e os sentimentos populares hão de formar o espírito público. Ele há de inculcar com máximas filhas de uma consumada Sabedoria os mais pueris, e ridículos absurdos: há de honrar muitas vezes como ilustres virtudes as mais vergonhosas e indignas ações: porque geralmente falando, tal é a ciência, tal é a moral do Povo.

Hão de girar publicamente (22) como se fossem fatos verdadeiros, notícias inteiramente fabulosas, que os mais curtos conhecimentos da Geografia, da Estatística, e da História impediram não só desacreditar, mas até de referir: hão de adaptar-se, e louvar-se como grandes medidas administrativas gravíssimos desvarios, que jamais deixariam de excitar riso a quem tivesse os primeiros elementos da Política, porque tão pouco exatas são as idéias da multidão em todos estes artigos, e elas formam o espírito público. Não há de aparecer dignidade de expressão nem no que se escreve, nem no que se fala, enchendo-se todos os discursos e escritos de nossos injuriosos, e debaixo impróprios, porque tal é a linguagem do Povo, e ele é quem dá a Lei ao espírito público. Todas as lições dos Séculos passados na Ciência Militar, na Jurisprudência, na Administração, e na Política hão de ser perdidas naqueles momentos: a Nação parecerá envolta ainda nas mantilhas da barbaridade apesar de ter gentes ilustradas; porque elas trataram somente de se esconder, visto que imperando inteiramente a ignorância popular, nem elas hão de esperar de a

poder corrigir, nem se-hão de deliberar a seguir o carro do seu (22v) triunfo.

3° . Como a multidão é quem impera, e ela é muito orgulhosa da sua Soberania, quando ocupa o exército da Pública Autoridade, é por isso uma outra emanção da Oclocracia a constante e sucessiva proclamação dos princípios Democráticos, sumamente lisonjeiros à multidão e com os quais vão sempre de mistura as doutrinas anti- Monárquicas. Há de falar-se muito no amor da Liberdade e no Patriotismo, e sempre com sumo entusiasmo: hão de honrar-se como heróicos os atos, por que a multidão em qualquer parte que seja, se apropria do Governo, desviando-o das mãos, em que ele estava há de inculcar-se que as Guerras dos Povos, são muito mais formidáveis que as Guerras dos Reis.^{xv} que uma Nação levantada em massa é invencível: ^{xvi} que nenhum povo é escravo quando quer ser livre^{xvii} e outras semelhantes preposições tão lisonjeiras para a multidão, como destituídas de verdade, sendo bem analisadas, há de aparecer uma inteira falta de respeito pela qualidade Real, e para com a Monarquia: estas considerações que se guardam por comum interesse do Reinado de Soberano a Soberano, ainda quando entre eles se levantam as maiores dissensões , e as mais cruentas e (23) teimosas hostilidades não se hão de ver nos momentos de Oclocracia, porque na multidão, que impera falta o comum interesse, de que elas partiam^{xviii}. Há de atender-se somente, se o Rei, de que se trata, serve ou não aos nossos interesses; no primeiro caso seu nome há de ser acreditado, e no segundo desonrado com injúrias de toda a natureza, e condição, que elas forem; mostrando-se desta sorte, que nada se atribuem à qualidade de Rei; e que se atende somente, enquanto aos Monarcas, o serviço que eles nos fazem, ou deixam de fazer.

4° . Como a multidão é quem impera, e ela olha regularmente com inveja para as classes, que são superiores na Sociedade Civil, ou pela sua qualidade, ou pelos seus empregos, ou pela sua riqueza, os que entram nestas Classes estão muito

mais expostos a ser vítimas do seu furor nos momentos, em que existe a Oclocracia; - mas sempre as suas perseguições hão de ser cobertas com o princípio aparente da Revolução. Um Funcionário Público, que se tinha feito odioso no exercício dos seus empregos, e algumas vezes mesmo pelo seu bom desempenho, como sucede freqüentemente na Sociedade Civil corrompida, (23v) e viciosa; o outro que pela indisputável superioridade do seu merecimento, ou tinha conseguido mais distintos empregos, ou humilhava a mal fundada vaidade dos seus Colegas, e que por qualquer destes motivos se fazia o alvo da sua inveja os que possuem riquezas, que podem ser objeto de pilhagem, a qual entra sempre naqueles momentos em as vistas de uma grande parte da multidão, todos estes, e semelhantemente muitos outros, que por diversos motivos excitam contra si as paixões dos particulares, correm grande risco em tais tempos pela facilidade, que há de iludir o Povo, em cujas mãos reside a Suprema Autoridade. Há de esconder-se porém sempre a verdadeira causa da perseguição substituindo-se lhe a outra geral, que pretexta a Revolução. Se ela é v.g.¹⁵² dirigida em ódio para com a dominação Francesa, todos esses serão informados, como seus aderentes, e apaixonados, e nessa qualidade perseguidos, atribuindo-se a efeitos do Patriotismo, o que é filho do ódio, da vingança: e grande parte da multidão, à qual é natural obrar por imitação, e sem refletir, há de proceder de boa fé, acreditando ligeiramente, e sem exame tudo quanto se lhe apresentar como motivo das atrocidades, em que (24) a fazem ter parte, por mais inverossímil, e absurdo, que isso seja.

§6

¹⁵²V.g.= *verbi gratia* (por exemplo).

Continua a relação dos principais caracteres da Oclocracia.

5° . Como a multidão impera, e ela é ignorante, e conseqüentemente suspeitosa, inconstante, supersticiosa, e governada sempre pelo coração, sem que o entendimento exercite alguma das suas funções^{XIX}, por isto enquanto existe a Oclocracia, em primeiro lugar há de reinar a desconfiança. Quaisquer palavras, quaisquer fatos, quaisquer gestos e até o silêncio serão bastante matéria para as suspeitas, e pleníssimas provas da existência dos fantasmas, que elas originam: todo o mal sucesso há de ser atribuído a traição: todo o discurso acizanando sobre os perigos, que se devem temer, e que convém considerar, e prevenir, há de ser olhado, como um testemunho infalível da desafeição à Causa, que se trata. Há de aparecer o crime de Lesa Majestade vago, e indeterminado, que possa ser aplicado a tudo aquilo que se quiser; serão favorecidos as **(24v)** denúncias até com a fatal promessa do segredo; renasceram os procedimentos criminais arbitrários, e todos os outros inseparáveis sócios dos Governos suspeitosos. Em segundo lugar há de estar o público sempre em uma contínua oscilação sobre a sorte do Estado, passando de uma extremosa segurança a um excessivo pavor: há de ver se muitas vezes em um dia apregoadado como Herói, quem no outro há de ser assassinado por traidor. Em terceiro lugar tudo será explicado por causas extraordinárias: serão milagres todos os acontecimentos úteis, serão filhas de infidelidade, e de perfídia todas as desgraças; ainda quando existam muito visíveis causas naturais, de que nasça qualquer acontecimento, ele não se lhes há de atribuir, e sempre há de ser o resultado de uma coisa, que se não veja.

Não crer no que toca nos sentidos, e acreditar somente o que produz a imaginação, e eis aqui o critério da vontade, que há de ser adaptado. Enquanto lugar tudo o que se quiser que aconteça é o que se há de acreditar, como

acontecido. Sejam quais forem os testemunhos, que o abonem: tudo o que se desejar, que não exista, será desacreditado, como não existente, sejam quais forem os testemunhos, que deponham em contrário. **(25)** Quando algum acredita há de julgar-se, que lhe deseje, e quando não acredita há de ser isso um argumento seguro, de que não deseje. O entendimento será uma faculdade com que se não conte, atribuindo-se tudo à vontade até a entender, e o acreditar. E desta nulidade do entendimento, e predomínio da vontade sobre a multidão resulta igualmente, que as deliberações, e as medidas, que se tomarem, hão de ser consideradas somente por um dos seus lados, sem se atender nem à existência dos meios necessários para a sua execução, nem aos inconvenientes, e aos prejuízos, que deles se hão de seguir: nascendo daqui decretarem-se umas coisas, que são inesquecíveis por falta de meios, e outras, que fazem mais dano, do que proveito ao mesmo fim, a que são destinadas. Nos conselhos em que entra a razão, e a vontade não se resolve cegamente segundo os impulsos desta: depois de constar, o que se quer, examina-se tão bem aquilo, que se pode, e só se decreta aquilo, que é possível executar física, e moralmente; mas quando neles entra somente a vontade não importa coisa alguma mais além daquilo que se quer. Ora a multidão segundo temos dito delibera sempre em conselhos, em **(25v)** que predomina a vontade, e de que o entendimento é inteiramente excluído.

6º . O espírito da vingança é também dominante na multidão, e por isso ele aparece sempre, como uma necessária emanção da Oclocracia, devendo-lhe a sua origem estas cruéis atrocidades, que se praticam no meio da dominação popular, e que são exercitadas umas vezes contra os mesmos Concidadãos, e outros contra os inimigos. Nós já observamos noutro lugar, que sendo a multidão à parte menos civilizada da sociedade civil, havia de ser necessariamente aquela, que nos seus costumes, e propensões assemelha-se mais aos Povos Selvagens que também estavam ainda por civilizar. O interesse, diz Mr.

Robertson^{153XX} não é nem a mais freqüente, nem a mais poderosa causa das hostilidades contínuas, que substituem entre os Selvagens. A principal causa deve procurar-se nesta paixão de vingança que abrasa o coração dos selvagens com tanta violência, que a necessidade de a satisfazer, talvez pode ser olhada como o caráter distintivo dos homens no estado anterior ao da sua civilização. Este, pois, há de ser também o caráter distintivo da multidão, que é uma classe já existente no estado da vida civil, mas ainda muito pouco adiante na Civilização: e passando o mesmo Escritor no **(26)** dito lugar a considerar os motivos, que podem fortificar tanto esta paixão entre os selvagens acrescenta: Quando se deixa a cada indivíduo o direito de vingar as suas injúrias com as suas próprias mãos, toda a ofensa é ressentida com uma extrema vivacidade, e a vingança é exercida com uma animosidade implacável. Eis aqui pois os mesmos motivos, que fortificam o espírito da vingança nos momentos em que reina a Oclocracia; como a vontade individual é então substituída à vontade geral, cada cidadão, ou cada facção de cidadãos se julga com a autoridade de vingar as suas injúrias com as suas próprias mãos.

Em consequência disto hão de aparecer os mais sanguinários juízos, e procedimentos Criminais, mesmo os

¹⁵³“ROBERTSON, Willian. Historien anglais, né a Borthwick (Escosse) en 1721, d'unc ministre plesbyterien, m. ca 1793, embassa la carrière eclesiastique au sortir de l'université d'Edimbourg, se libra à la predication, fut longtemps dans une etait voisin de l'indigence, étant ministre de une petite paroisse, et ayant recueilli chez lui un frère et six soeurs que la mort de son père et de sa mère laissa à sa charge. Passionné pour le étude et la cultura des lettres, il s'essaya dans la critique, et fut un des fondateurs de la Revue d'Edinbourg. Mais savant jusqu'à l'erudition, doné d'espirit de méthode, de recherche et d'examen, el se esaya dans le genre historique, et composa l'Histoire d'Ecosse sous les régnes de Marie Stuart et de Jacques VI, Londres, 1759, in 4°.; l'ouvrage est fortement empreint de l'espirit de la Reformation, et traite Elisabeth avec une juste sévérité. Le succès fut très-grand , et comença la fortune en meme temps que la réputation de Robertson, qui devint successivement chapelain ordinaire du roi pour l'Escosse, principal de l'université d'Edinbourg, et historiographe d'Ecosse. Dix ans après, il donna l' Histoire du regne de Charles- Quint, 1769, 3 vol, ou il retrace les grands événements du regne de ce prince, qui ont contribué à changer les moeurs, les lois, la politique de l'Europe. L'Introduction qui fait le quart de l'ouvrage est un très beau tableau de la situation de l'Europe depuis l'empire romain jusqu'au XVI siecle, et de la marché de la civilisation , favoriséepars le progresse du cristianisme. En 1777 et 1780 il publia l'Histoire de l'Amerique, 2. Vol, récit tres impartial de la decouverte du Nouveau-Monde mas qui s'arrete a la conquete du Mexique et du Perou par les Espagnols (...)” *Dicctionaire de Biografie et historie*, Op. cit. , p. 2306-7.

terrivelmente dirigidos ao único fim da vingança, e sem que ao menos se trate de disfarçar este seu espírito totalmente contraditório com o da Justiça^{XXI}. Há de ver se publicamente louvada a vingança, como se fosse uma virtude civil, e até cristã, hão de exortar-se os cidadãos a praticá-la, e eles mesmo a exercitaram muitas vezes com as suas mãos cometendo as mais horríveis crueldades, que chegaram a ser quase geralmente honradas, ou pelo menos olhadas com indiferença, e desculpadas. **(26v)**

Mas onde o dito espírito de vingança se há de manifestar ainda mais, será sem dúvida na maneira de proceder na Guerra: Mas há de ser despida de todas estas regras de humanidade com que, o Direito das Gentes a tem adoçado entre os Povos Civilizados, e há de ser moldada aos usos dos Selvagens; e isto pelo mesmo motivo de predominar a multidão, e viver ela muito atrasada ainda na civilização. Transladaremos aqui o quadro da Guerra entre as tribos dos Sertões da América ao tempo da sua descoberta, tal que até(sic.) é traçado pelo dito Mr. Robertson no mesmo lugar, para no decurso desta obra fazermos notar a analogia, que ela tem com a Guerra, feita aos Franceses na Península.

As Nações Selvagens, diz ele, são dirigidas nas suas Guerras Públicas pelas mesmas idéias, e animadas do mesmo espírito, que as impele na persecução das vinganças particulares... Nestes termos a Guerra, que entre as grandes Nações se faz com pouca animosidade, é feita entre as pequenas Tribos com toda a violência de uma rixa particular. O ressentimento destas Nações é tão implacável, como o dos indivíduos... Quando **(27)** as Nações polidas têm obtido a honra da vitória, ou um aumento do território podem terminar gloriosamente uma guerra: mas os Selvagens não ficam satisfeitos, senão depois de terem exterminado as Tribos, que era o objeto da sua raiva. Eles combatem, não para conquistar, mas para destruir.

O desejo de vingança¹⁵⁴ é o primeiro, e quase o único princípio, que um selvagem trata de gravar na alma dos seus filhos. Este sentimento cresce com eles à proporção, que se aumenta a sua idade, e como a sua atenção só tem um pequeno número de objetos, à que seja dirigida, ele adquire um grau de força, que se não conhece entre os homens, cujas paixões são dissipadas, e enfraquecidas, pela variedade dos seus gastos, e das suas ocupações^{XXII}. Este desejo de vingança que domina o coração dos Selvagens, parece-se mais com o furor, e instinto dos animais, do que com uma paixão humana... A respeito dos seus inimigos, a vingança é acompanhada de uma ilimitada raiva. O homem dominado por esta paixão, vem a ser o mais cruel de todos os animais: ele não sabe nem conduzir-se, nem perdoar, nem disfarçar. **(27v)**

A violência desta paixão é tão conhecida dos mesmos Americanos, que é dela que eles se servem sempre para excitar os Povos a armarem-se. Eles recorrem somente às emboscadas e aos estratagemas. Não põe a sua glória em atacar o inimigo em frente, e com a força descoberta Surpreendê-lo, e destruí-lo, e eis aqui o maior merecimento de um Chefe, e a maior glória dos seus guerreiros.

Até aqui o Ilustre Historiador da América: nós não duvidamos de acrescentar, que a guerra dirigida pela multidão necessariamente se há de parecer muito com este quadro, e que enquanto existirem alguns restos da Oclocracia, hão de também sempre deixar-se ver na Guerra algumas sombras destes costumes selvagens.

7º. Nada porém é tão capaz de manifestar a existência da Oclocracia, como é por uma parte a maneira, por que se fala à multidão, ainda mesmo em nome daqueles, que parecem governá-la: e pela outra, a nenhuma consideração

¹⁵⁴Sobre a questão da vingança nas sociedades indígenas ver: FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1970, 2. Ed. e CLASTRES, Pierre. *Arqueología de La violencia: La guerra em las sociedades primitivas*, México: Fondo de Cultura Economica, 2004.

guardada para com as outras classes superiores da Sociedade. Quem está à testa da Pública Administração nos momentos, em que domina a Oclocracia, como que se conhece inferior à Multidão **(28)** e por isso espreita a vontade do Povo para a lisonjear, e quando aparece alguma vez a corrigi-lo, é sempre com um tom humilde, como quem suplica, e sem manifestar esta superioridade, que dá o império. Ainda quando tem a repreender faltas gravíssimas, sempre o faz de maneira, que parece desculpá-las, denominando-as v.g.(sic.) excessos de zelo, para lhe dar assim como uma origem virtuosa. Quem não vê, que um semelhante comportamento é aquele, com que um criado zeloso procura desviar o amo, a quem serve, de precipícios, a que ele se entregava? Quem não conhecerá, que este modo de tratar é só próprio dos inferiores para com os seus superiores? Todos os outros Cidadãos espreitam da mesma sorte o espírito do Povo para se moldarem com ele falando sempre a linguagem, que lhe agrada, e todos eles dão nisso mesmo um testemunho de reconhecerem a Pública Autoridade nas mãos da Multidão.

E pela outra parte, há de faltar-se à toda a consideração devida pelas leis, e pelos costumes para com as classes mais distintas da sociedade: porque essas distinções ofendem a multidão, e **(28v)** desaparecem sempre que ela domina.

Os privilégios do Corpo Eclesiástico, da Nobreza, dos Magistrados, dos Militares, dos homens de Letras, em uma palavra, de todas as Classes mais qualificadas, serão inteiramente desprezadas, e nem haverá constância para os alegar, nem serão atendidos, ainda que se aleguem: E por quê? Porque impera a multidão, que desejando nivelar-se com as Ordens Superiores da Sociedade, procura constantemente o abate-las para igualar a si; por cujo motivo todos os Demagogos, que quiseram agradar-lhe, seguirão o caminho de cortar pelos direitos, e pelos privilégios das primeiras Classes, aumentando ao mesmo tempo os do Povo seja pois qual for aparentemente o

Governo do Estado, quando ele falta à contemplação, que Leis, e costumes decretavam a favor das primeiras Ordens da Nação, não se pode dirigir a outros fins, que não sejam o democratizá-la, e o lisonjear a população, e se os não tem em vista, então obra à toa, e sem saber o que faz. Semelhante igualdade e nivelação de direitos, e de considerações no meio da Sociedade Civil não foi nunca promovida por quem procurava sustentar uma Monarquia, porque é certamente derribar o Trono, destruir os degraus, que medeiam entre ele e o pavimento. **(29)**

8º Finalmente como denominando a Oclocracia, a vontade, e a força individual substitui a vontade, e a força geral: e um Cidadão, ou uma fração de Cidadãos não pode com sua força individual coagir todos os outros membros da Sociedade, por isso os tumultos, e as agitações populares acompanham sempre o Estado enfermo com aquela moléstia. Eles são os únicos meios, porque uma pequena força Social pode figurar, como uma grande força; segundo é preciso para produzir o mesmo efeito, que convém à força geral.

Estas são as principais emanções da Oclocracia, e quando elas existem, não pode deixar existir aquela enfermidade. Vejamos pois, agora como nasceu, e como caminhou a Revolução Portuguesa de 1808, para conhecermos se lhe convém a ser classificada no número das Oclocráticas, e se esta classificação será bastante para manifestar a causa de todos os fenômenos, que nelas apareceram. Nós consideraremos a dita Revolução em três períodos separadamente, 1º no do seu nascimento, o 2º naquele que mediou entre a sua origem, e o estabelecimento de Governo em Lisboa; o 3º no que se seguiu à organização deste Governo. Esperamos, que o nosso trabalho faça ver à **(29v)** aos nossos Leitores, que conservando ela em todos os ditos períodos a caráter de Oclocrática, em maior, ou menor grau, os sucessos de Portugal corresponderam perfeitamente ao que era de esperar de uma Revolução nascida

com aquela natureza, e que se lhe nutriam sempre em vez de ser corrigida.

§7

A Revolução começou Oclocrática em toda parte

Trata-se da Província do Minho

A glória que cada uma das Povoações do Reino se queria atribuir em consequência do fato da sua Revolução, e a ambição das pessoas, que desejavam meter a cara de todas as suas façanhas, praticadas nestes momentos com a esperança delas lhe produzirem grandes remunerações, e Despachos, estas duas coisas fizeram, com que tenhamos muitos documentos, para nos servirem de guia, quando tratamos de indagar o espírito, e a natureza destas comoções em o seu princípio. Fizeram-se imprimir Relações do modo, porque uma grande parte das Cidades, e Vilas a dominou a S.A.R. insurgindo contra a dominação estrangeira, e estes monumentos provam evidentemente, que a Revolução Portuguesa de 1808 começou Oclocrática. A **(30)** vontade individual substituída em toda parte em lugar da vontade geral: Em toda a parte reconhecido o Supremo Poder, e a Suprema Autoridade nas mãos do Povo; estes dois princípios essenciais da Oclocracia aparecem desmascaradamente em todas as ditas Relações, e foram acompanhados das outras emanações, que referimos nos §§ antecedentes, em umas Povoações mais, e em outras menos: e para o demonstrar trataremos primeiramente das Províncias do Norte de Portugal ,e hão depois das outras, que ficam no Sul.

A grande Cidade do Porto é a principal Povoação das ditas Províncias do Norte: e já vimos no §4 como nela se fez a Revolução popularmente entre tumultos, e alaridos, ocupando a multidão o Supremo Poder, e a Suprema Autoridade: tanto assim,

que no *N.1 do Leal Português*¹⁵⁵, em que se refere este acontecimento se atribui todo ele ao Povo, sem se designar pessoa alguma esta, e determinada, que nele figurasse, como centro da unidade, e como primeiro agente. O testemunho da dita Gazeta, dando tudo por feito, sem dizer por quem, era bastante para se conhecer, que tinha sido a Multidão quem obrara tudo. Mais além disto temos os Artigos assinados pela junta do Porto aos 4 de agosto de 1808, para o restabelecimento do **(30v)** Conselho do Governo em Lisboa, e a mesma Junta reconhece neles, que deveu ao Povo daquela Cidade a sua Instituição:^{xxiii} e é certo que todas as Pessoas Eclesiásticas, e Seculares, chamadas para o congresso, em que se estabeleceu a dita Junta, foram convocadas na madrugada do dia 12 de Junho por gentes do Povo, e à Ordem do Povo.

Temos porém ainda um outro monumento muito mais expressivo para caracterizar de Oclocrático todo aquele sucesso, e é a carta que o Juiz do Povo¹⁵⁶ da dita Cidade escreveu a S.A.R. dando-lhe parte daquele fato: Nós a trasladamos aqui em uma Nota por não sabermos, que esteja impressa:^{xxiv} e em cada período dela se verá tudo atribuído ao Povo, reluzindo por toda ela o mesmo orgulho, que é próprio da multidão, quando ocupa a Soberania, e as inventivas, e acusações contra as Ordens Superiores da Sociedade, que aí se designam pelos Grandes, e pelos empregados no Governo. Aí se atribui ao Povo: ter botado a mão, e segurado os traidores Portugueses, e Jacobinos: ter convocado aos que julgou

155

¹⁵⁶“Magistrado popular que a partir de cerca de 1620, e procedente de eleição entre os seus pares presidia a casa dos vinte e quatro. A designação de juiz do povo substituiu a de juiz dos vinte e quatro em uso desde o reinado de D. João II. De entre as suas múltiplas e variadas obrigações, cumpria ao Juiz do Povo fazer ao Rei as lembranças convenientes ao bem comum, ao serviço de Deus e ao serviço do monarca, convocar as reuniões dos vinte e quatro e trabalhar dia e noite no bem do povo. Com a extinção da casa dos vinte e quatro por decreto de 07 de maio de 1834 o cargo de Juiz do Povo foi, como é obvio, extinto também.” TORRES, Rui de Abreu. “Juiz do Povo”, In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Figueirinhas, s/d, p. 416, v. 3. Para o caso da Bahia ver: SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 269.

verdadeiros Portugueses das duas classes do Clero, e Nobreza: aparecendo desta sorte logo, o império da desconfiança, e esta dirigida principalmente contra as Ordens superiores da Sociedade, e aparecendo ao mesmo tempo o exercício **(31)** da Pública Autoridade nas mãos da multidão. Querendo-se louvar os acertos da Junta Suprema do Governo, a grande prova, que se dá, é ter ela feito eleger logo Juiz do Povo, como se disto dependesse principalmente a Salvação da Pátria. Esta eleição era demasiadamente lisonjeira para a multidão, e não podia deixar de ser o primeiro cuidado do Governo, quando ela imperava, e quando todos estavam temendo, e receando os seus excessos: e por isso mesmo também ela necessariamente havia de ser considerada nesta carta como objeto da primeira importância. Este cargo de Juiz do Povo, e esta Casa dos Vinte e Quatro Misteres¹⁵⁷ havia sido abolida pelo Senhor Rei D. José na sua Carta Régia de 10 de Abril de 1757¹⁵⁸ dirigida à Câmara do Porto, por ocasião do tumulto do dia 23 de fevereiro do mesmo ano, em que a plebe da cidade figurou principalmente. A dita Carta Régia existe no livro 15, Prop[riedade]. Prov[edoria]. da Câmara do Porto à página 40, e impresso no fim da sentença, proferida pela Alçada, que foi castigar o dito delito

. Fomos nós, servindo o lugar de Juiz de Fora do Porto, e sendo por isso o Presidente da sua Câmara, que pedimos no Ano de 1795 a S.A.R., quisesse tirar aquela nota, que permanentemente envergonhava a Cidade, representando-lhe **(31v)** outras nações, pelas quais nos parecia necessária a restituição da Casa dos 24; e S.A.R benignamente atendeu às

¹⁵⁷Existia em algumas das principais cidades portuguesas e era formada por vinte e quatro homens, dois de cada ofício ou profissões organizadas. “(...) Cabia-lhe quando do seu funcionamento regular e já como instituição participar de actos da administração municipal através de delegados seus em número de quatro, e também da eleição dos procuradores da cidade às cortes. (...)”. O último período de atividade da Casa dos Vinte e Quatro foi assinalado pela participação na revolta contra os franceses em junho de 1808. CRUZ, Antonio. “Casa dos Vinte e Quatro” In: SERRÃO, Joel, *Op. cit.*, p. 515, v. 1.

¹⁵⁸Extinta por D. José em 1757, foi reestabelecida por D João, príncipe regente, em nome de D. Maria I em 04 de abril de 1795. SOUSA, Ivo Carneiro de. Quando o Porto recuperou a casa dos vinte e quatro (1795). Porto: Humanidades, n. 2, abril 1972.

nossas Representações, e expediu a Carta Régia de 4 de Abril do mesmo ano, para que a Cidade tivesse os Representantes do seu Povo, de que estava privada. Nos primeiros quinze dias depois da eleição, estando nós ainda em Lisboa, houve uma desordem popular na Igreja da Sé em o ato de uma Procissão, a que devia assistir a Câmara, dando ocasião à ela a dita recente eleição. Talvez que o caso fosse representado à S.A.R. com maior vulto, do que ele merecia, mas o Mesmo Senhor fez-nos partir logo para o Porto, confiando, que a nossa presença concorresse para restituir a tranqüilidade pública, mandou suspender o Ministro, que servia na nossa ausência, e ao Chanceler, que governava as Justiças, comutou o informar sobre o caso, não se procedendo mais em coisa alguma relativamente aos ditos Representantes do Povo, até sua Real Resolução. O Chanceler informou; mas S.A.R. nada resolveu sobre a sua informação: continuou pois, a existir sempre a primeira eleição, que se fez, e a servirem os primeiros eleitos. Voltando nós a Lisboa, tendo ainda o exercício do mesmo lugar, expusemos à S.A.R. **(32)** a necessidade de mandar proceder à nova eleição, e que ela se continuasse a fazer anualmente, como nas outras Câmaras do Reino, e o Mesmo Senhor o determinou assim, expedindo um Aviso para Câmara em Junho, Julho ou Agosto de 1800, cuja execução se cometeu a Pedro de Mello Breyner¹⁵⁹, que ia então ser Governador das Justiças da Relação do Porto. Mas ele não executou o dito Aviso; ignoramos o motivo, nem nos coube tratar mais desta matéria, porque passamos ao exercício de Desembargador da Relação do Porto, deixando o lugar de Juiz de Fora.

Mas o Governador das Justiças não havia de suspender a execução do dito Aviso, senão em consequência de alguma Representação, que fizesse a S.A.R. e que o Mesmo Senhor

¹⁵⁹Pedro de Mello Breyner (Lisboa, 4 de Dezembro de 1751 — Lisboa, 29 de Dezembro de 1830) foi um alto aristocrata e político português, presidente do Real Erário e membro do Conselho de Regência de 1807. *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, v.16, s/d., p. 823.

atendesse. O primeiro Juiz do Povo eleito morreu no exercício do seu cargo, e talvez alguns dos outros Membros da Casa dos 24, e iam ficando vagos, os seus lugares pela falta da reeleição, motivada pelo que fica dito. Eis aqui a história que é necessário saber para a inteligência do Artigo da Carta, em que se fala da eleição de Misteres, e Juízo do Povo do Porto.

E continuando com o fio do discurso, **(32v)** que cortamos, o dito Juiz do Povo anuncia ter feito diversas Proclamações, e as montou (sic) um tecido de elogios ao mesmo Povo, concluindo-se com a representação do direito com que ele ficava para com S.A.R., a fim de conseguir as suas graças, e pedir-lhe a de se recolher logo ao Reino, e aquela Cidade usando-se da frase: É esta a Graça que o Povo pede, e eu em nome de S.A.R. já lhe afiancei.

Pode haver um Documento mais próprio, do que é este para provar a existência da Oclocracia no primeiro período da Revolução da Cidade do Porto? Ele patenteia quase todos os caracteres desta enfermidade, que referimos nos §§ antecedentes, e mostra no Povo da dita Cidade o mesmo orgulho, que Roberto Souttiewel na carta copiada em a Nota 5 considerava como difficilimo de corrigir, e sumamente danoso em outra desgraçada época da História Portuguesa.

No mesmo dia 17 de Junho insurgiu Guimarães contra o Governo estrangeiro: e temos a Relação deste acontecimento em um suplemento extraordinário à Minerva Lusitana Nº 5, datado do dia 12 de Outubro de 1808¹⁶⁰. Aí mesmo se trata muito de persuadir que a Vila começava a aclamar a Soberania de S.A.R. sem ter conhecimento algum, do que se passava em Trás-os-Montes, e na Cidade do Porto, pretendo-se, que até ela se antecipara algumas horas a esta Cidade: e isto vem a ser um

¹⁶⁰“Na provincia dentre Doiro e Minho pode gabar-se a Villa de Guimarães de haver sido a primeira povoação, que arvorou o Real Estandarte“. MINERVA LUSITANA. Coimbra, 1808 Minerva lusitana / [red. José Bernardo de Vasconcelos Corte Real, Joaquim Navarro de Andrade, Luís do Coração de Maria]. – 12 de outubro de 1808, suplementos, n. 5.

testemunho, de que imperava a Oclocracia: porque sem haver os ditos conhecimentos, era tão indiscreto erguer a sua voz isoladamente em semelhante matéria, Guimarães uma Vila do centro de uma Província, sem meios alguns para sustentar a empresa, em que se metia, que só a multidão que obrou inconsideradamente, sem calcular a proporção, que há entre os meios, que tem, e os fins a que se propõe, é que se podia arrojara semelhante façanha.

Depois disto a maneira, porque se refere esse acontecimento por intervenção de montões de Povo, que por chegar um Próprio ao Corregedor, se persuadiu, que ele trazia a notícia de ser preso em *Lisboa Junot*. Como o havia sido no Porto o General Francês porque ideou esta tão popular! Era o mesmo prender um General, que estava à testa de um tão grande Exército da sua Nação, que prender outro, que comandava Tropas estrangeiras, que se deliberaram à prendê-lo! uma Procissão, em que os Retratos de S. M., e de S.S.A.A. iam debaixo de um Pálio.(33v) a Aclamação da Soberania Portuguesa em alaridos pelas ruas, obrando cada um pela sua vontade individual tudo aquilo que lhe parecia a propósito: o armamento do Povo com chuços, alabardos, e espadas, sem haver contra quem (neste momento não havia em toda a Província do Minho nenhum só francês) o anúncio de terem aparecido logo : Cantigas e "Pesquinadas" contra Junot e Loison¹⁶¹ e outros Ministros da

¹⁶¹Louis Henri Loison: "General Francês, n. em 1771 e m. em 1816. Foi conde do Império, por cartas patentes de 3.v.1810. Era em 1792 general de brigada e viu-se gravemente comprometido por praticar odiosas exacções na ocasião da tomada da abadia de Orval e por isso foi posto de parte; porém, cini no 13 Vendimário desse provas de seu republicanismo, combalendo os realistas revoltados, voltou ao serviço e tomou parte na campanha de Itália; em 1799, fazendo parte do exército da Helvética, cobriu-se de glória no Reuss e no Saint Gotardo, pelo que foi felicitado por Bonaparte que o levou a Itália, assistindo à batalha de Marengo, onde foi nomeado general de Divisão; foi o ponto culminante da sua carreira militar, Napoleão nomeou-o governador do Palácio de St. Cloud em 1805. Tomou parte, como comandante de uma divisão, na invasão de Portugal em 1807, tornando-se notável pela crueldade com que reprimia as sublevações. Na provincia da Beira sublevada deixou após a sua passagem um rastro de fogo e de sangue. Encarregado por Junot de reprimir a revolta de Évora, tendo sob suas ordens as brigadas Margaron e Solignac. Fazendo parte do 2º. Exército invasor, do comando do marechal Soult, associou-se as manobras tendentes a fazer deste marechal um Rei de Portugal. Implicado na conspiração militar de latiffe, foi afastado do serviço (1810) e somente chamado de volta em 1811. Durante a campanha da

iniquidade Francesa: a notícia fabulosa de ter chegado *Loison* à Vila de Amarante, acreditada logo, e produzindo um alboroto, toques de Sinos a rebato, e um ajuntamento de Povo em massa: a multidão de homens, e até de mulheres armadas, que se dizia chegar ao número de 30\$, marchando a encontrar um Corpo de Tropa regular, e caminhando desta sorte muitas léguas: quando chega este Exército popular a Mesanrio, aonde supunha os franceses, a disposição feita: para o cerco, e para o ataque: = tudo isto, e quanto contém de mais a dita Relação, apresenta evidentíssimos caracteres Oclocráticos e o desordenado Império da multidão. Se ele não existisse, havia de caminhar-se de outra sorte: cada indivíduo havia de fazer somente, o que se lhe mandasse por quem tivesse o exercício do Público Poder, nem havia **(34)** de deliberar-se por meio de notícias tão fabulosas, nem havia de fazer armar bandos de Povo para marcharem muitas léguas, sem armas convenientes, e sem disciplina, indo se sustentando ao caso do que acharam pelo caminho, e não tendo proporção alguma para obrar em oposição a uma única Companhia de soldados, quando tivesse uma Peça com artilheiros, que a servissem.

Barcelos manifestou o mesmo espírito na sua Aclamação da Soberania Portuguesa. A Relação deste sucesso atribuído ao dia 20 de junho está impressa em uma Folha avulsa, coligida em um volume intitulado = Coleção de Proclamações, Editais, Pastorais, e Relações. Lisboa ano de 1808 vendida na Loja da Gazeta¹⁶² =.

É a Multidão quem obra tudo. Ela junta no Terreiro da Praça, convoca os Magistrados, e Câmara do Paço do Conselho, descobre as Armas Portuguesas, arvora na Torre a Bandeira Nacional, elege um seu Procurador Representante, este propõe a abolição = do Governo do Tirano da França = a observância das

Rússia, mais uma vez caiu em desgraça (...) considerando-se finda sua carreira militar. *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, v.2, s/d., p.394, v. 15.

¹⁶²Diferentemente do informado no texto, o local de edição da coleção é Coimbra. Ver o exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal: *Collecção de Proclamações, editais e pastorais*, etc. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1808, 504p.

bLeis Pátrias (ninguém as tinha abrogado até aquele tempo) a concorrência para a defesa comum, a energia na expulsão dos inimigos, e a aplicação do Real, destinado por Ordens Régias ao (34v) encamamento do Cavado, e a de todos os mais impostos para a Guerra: proposições, que, além de outras muitas, foram adotadas pelos mesmos Magistrados, e Câmara, encarregando-se à intendência sobre a arrecadação, e mais objetos a ela concernentes ao Doutor Juiz de Fora. A dita arrecadação havia de estar necessariamente incumbida à alguém anteriormente pelas Ordens de S.A.R.. A multidão não só dispõe dos tributos, desviando-os daquilo, para que os Soberanos os destinaram, mas até decreta nova, e diversa arrecadação: e faz tudo isto o Povo de uma pequena Vila de Portugal: É tudo isto Oclocrático ou não?

Não vimos Relações impressas da Revolução feita em Braga, Vianna, Arcos e outras Vilas da Província do Minho, mas sabemos, que todas elas obraram popularmente. Nos Arcos¹⁶³ a multidão, que veio dos Campos, e Montes vizinhos, insultou, feriu, e prendeu na Cadeia Pública o Juiz de Fora, queimou os Processos de alguns Cartórios, fez um Termo, em que restituía à Sereníssima Casa de Bragança a Soberania de Portugal, mas não para acreditar como acreditava de antes: declarou abolidos os Dízimos, e os Foros, que das terras se pagavam a diversos Senhorios: estabeleceu Leis Econômicas, que declarou imudáveis, para que o Vinho, a Carne, o pão, o leite e outros gêneros fossem vendidos pelos preços sempre então **(35)** determinados, que eram todos muito baixos, e sem proporção alguma com o valor natural destas espécies; criou e proveu, Postos Militares, e Civis: e tudo isto se praticou no meio de alaridos, e de tumultos populares. A requerimento do dito Juiz de Fora se conheceu ao depois destes excessos por Ordem da Junta

¹⁶³ Arcos de Valdevez: vila próxima de Viana do Castelo.

do Governo do Porto, e da Devassa, e averiguações remetidas à Relação da mesma Cidade consta tudo, o que fica referido.

Viana passou por uma semelhante convulsão, em que gentes da ínfima plebe se arrogaram a primeira Autoridade para decretar entre motins, e alaridos as pessoas, que deviam ser presas, e mortas, como apaixonadas dos Franceses, e pelo povo se estabeleceu a Junta do Governo da mesma Vila composta de um crescido número de Deputados, gritando a multidão, que Viana declarava a Guerra ao Imperador dos Franceses, e a todos os seus Aliados.

A Cidade de Braga fez-se também célebre pelos seus excessos populares. Os ódios e as vinganças de alguns dos seus moradores para com outros conduziram o Povo aos mais escandalosos insultos contra alguns deles com gravíssimos prejuízos de suas Propriedades, fazendas, e móveis que foram arruinados entre as aclamações = Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor, e morram os Franceses = Temos **(35v)** em prova disto um Documento na Carta, que se imprimiu no Leal Português N^o2^o e se diz escrita por Honesto Probo a um seu amigo de Braga, a qual é datada de Coimbra aos 2 de julho de 1808. Nela se exprime o desejo de = haverem cessado essas agitações tumultuárias, em que me fala = Este monumento provavelmente mandado fazer de propósito para se imprimir naquela Gazeta, a fim de espalhar as saudáveis, e convenientes idéias de concórdia, e de união entre os povos, objeto muito louvável e digno dos cuidados do Governo: esta carta abriu o errado caminho, que depois se trilhou sempre para conduzir o Povo à tranqüilidade, e que era muito mais capaz de o levar aos tumultos. Pareceu, que imputando-se eles aos artifícios, e às tramas dos Emissários Franceses, o ódio, que o Povo tinha para com esta Nação, o conduziria a desviar-se dos ditos meios, que se atribuíam aos seus inimigos. Porém a causa deles era outra, a saber, o desejo de satisfazer os ódios particulares, e a propensão do Povo de todo o tempo, e de todas as Nações para

ser conduzido facilmente aos motins. Aquele remédio, de que se lançou mão, certificava o Povo, de que tinha entre si gentes vendidas aos inimigos, e que não eram o instrumento das suas tramas, e conseqüentemente o dito remédio facilitava os tumultos, porque **(36)** confirmava a multidão nas suspeitas com que eles se pretestavam, e cobriam, conduzindo-a a acreditar as vozes de qualquer Cidadão, que afetando zelo, e Patriotismo gritava contra o seu inimigo, infamando-o de ser um desses Emissários Franceses. Como existia a Oclocracia, e por conseqüência o Império estava nas mãos do Povo, não havia quem tivesse vigor para repreender diretamente os seus alborotos, apontando a verdadeira, e muito repreensível causa, de que nasciam! Era preciso lisonjear quem imperava, e para estranhar aqueles excessos, não os atribuir a ele! É esta a emanção da Oclocracia, que notamos na §6 nº7. Mas quem não vê, que era um desacerto querer semear a confiança entre os cidadãos para que eles se não persigam tumultuariamente, e para obter este fim testemunhar-lhes, e autenticar-lhes a existência dos motivos, que produziam a sua desconfiança, e quando originavam, ou cobriam as suas mútuas perseguições, e os seus alborotos. ~ O Povo era conduzido à tumultuar sempre com o pretexto de perseguir Emissários Franceses, pois para que se não amotinasse seria útil afirmar-se-lhe que entre ele existiam esses Emissários Franceses - Para o curar daquela enfermidade, não era óbvio, que convinha pelo contrário empregar todo desvelo, para lhe desvanecer **(36v)** a crença e a preocupação da existência de semelhantes pessoas entre os Portugueses ~ Não há entre vós esses fantasmas que vos alucinam, todos os Portugueses estão unidos nestas causas sem exceção alguma, vossas mútuas paixões de ódio, e de vingança são a origem dos vossos tumultos falar assim ao Povo, persuadi-lo destas verdades não era a medicina inculcada pela Sabedoria? Pode esta ditar jamais, que o Médico destinado a curar um doente, lhe inculque como causa de sua enfermidade uma coisa, que a não

produz, ocultando a verdadeira origem, de que ela nascia? O enfermo conduzido por um tal médico, tratava de remediar aquilo, que não produzia a sua moléstia, e deixava progredir livremente a outra causa, de que ela se originava, e conduzi-lo assim seria pretender curá-lo, ou pretender assassiná-lo? Ao menino que tem medo de Papões, que cai em uma convulsão, quando lhe parece, que os vê, ninguém pretendeu curar ainda até o dia de hoje, afirmando-lhe, que existiam junto deles essas quimeras, que o inquietavam; negar-lhe, que as haja, desvanecer-lhe a sua preocupação a este Respeito, foi o remédio, de que sempre se usou em semelhantes circunstâncias. A dita Carta desviou-se deste caminho, e seguiu-se em Portugal **(37)** constantemente em todo o período da Revolução o outro errado, e absurdo, que ela havia trilhado.

§8

Tratava-se da Província da Beira

Passemos à Província da Beira, e vejamos como em toda ela começou a Revolução, de que tratamos. A História deste sucesso na cidade de Coimbra está escrita na Minerva Lusitana Nº2º¹⁶⁴. São três pessoas particulares que saem do Porto no dia

¹⁶⁴“No dia 22 de Junho sahirão do Porto o Dr. José Bernardo d’Azevedo, José Pedro Silva, Custódio José da Meia e alguns outros voluntários com o destino de surpreender a guarnição Franceza, que estava na cidade, de fazer reclamar o PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR, e de descobrir as suas Reaes Armas. (...) He incrível a alegria, e a coragem, que immediatamente appareceo em todos os nacionaes, aqui habitantes; huma grande parte delles se juntou logo aos primeiros, que tinham entrado, e forão atacar o Quartel Francez (...) prenderão, sem a menor resistência, a todos os Francezes, que ali se achavão, o seu commandante, que era hum Tenente, foi preso na Sophia, e o Comissário de guerra, e todos os mais Francezes foram presos, ou nas ruas, ou nas casa onde estavam aquartelados.

O nome do nosso amado PRINCIPE era entretanto aclamado com incessantes vivas por toda a Cidade, onde se não dormio em nota aquella noute, e onde, depois de se ter hido buscar o Juiz do Povo, se descobrirão as Armas Reaes da Casa de Camera, de Santa Cruz, e dos outros lugares públicos. (...)

A fermentação popular continuou por todo o dia 24 de Junho, e pelo meio da tarde a maioria do Povo acompanhada de seu Juoiz, que tinha consultado muitas das pessoas principaes, e da maior consideração da Cidade, aclamou solenemente para Governador della ao Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Manoel Paes de Aragão Trigoso Vice-Reitor da

22 de Junho, quando já havia ali uma Junta do Supremo Governo, as que por sua individual deliberação vem fazer a Aclamação de S.A.R. em Coimbra. Uma delas, que é Custódio José da Maia nos contou, que ele fora mandado pelo Bispo Presidente da Junta, afim de examinar se pela entrada se dirigia alguma Tropa Francesa contra a Cidade, dando-lhe o mesmo Bispo uma Portaria, que ele então nos mostrou também, para que todas as Autoridades Públicas o auxiliassem, por ir mandado à uma diligência, e que ele não encontrando tropa alguma, que marchasse sobre o Porto, em vez de retroceder com esta notícia se servira da dita Portaria para pedir o auxílio das Milícias do Ois¹⁶⁵, de que falava a citada Gazeta, e que com elas marchara, e os outros dois companheiros **(37v)** para revolucionar Coimbra. Este emissário, expedido pelo Governo do Porto para um fim, esquece-se dele no caminho, indo fazer coisa diversa daquelas, a que era mandado, e serve-se para isto da Portaria do Bispo, que se lhe entregara para outro destino, deixando ficar o dito Bispo na ignorância daquilo, que desejava saber, e à cuja indagação o tinha mandado! É isto Oclocracia ou não?

Em Coimbra tudo é feito pela multidão: ela escolhe para Governador o Vice-Reitor Manoel Paes de Aragão Frigoso, um Eclesiástico já velho, e é ela, quem lhe entrega o Governo da Cidade: convida para General o Marechal Bernardim Freire¹⁶⁶, que ali se achava tendo a Junta do Porto chamado aquele tempo para exercer o Governo das Armas daquele Partido, em que fora provido por S.A.R. antes da ocupação Estrangeira! É isto o

Universidade (...) O povo se dirigio depois a case do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bernardim Freire de Andrada, a fim de que quizesse aceitar o Governo das Armas; porem ele o recusou, dizendo, que de boa vontade o acceitaria, se do Porto não lhe tivesse vindo carta officio para ir ocupar o Posto de Governador d'aquella Cidade(...)“ MINERVA LUSITANA. Coimbra, 1808 Minerva lusitana / [red. José Bernardo de Vasconcelos Corte Real, Joaquim Navarro de Andrade, Luís do Coração de Maria]. – 13 de julio de 1808, n. 2.

¹⁶⁵ Atual Óis da Ribeira, próximo de Aveiro.

¹⁶⁶ FREIRE DE ANDRADE (Bernardim): Marechal de campo, governador das armas do partido do Porto, n. em Lisboa 18-11-1759, m. em Braga, assassinado pela plebe fanática e tumultuante, em março de 1809. *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, v. 11, s/d,p. 831.

Supremo Poder, e a Suprema Autoridade ocupada pela multidão, ou não.

Alguns particulares da Cidade de Coimbra consideram que é útil tomar o Forte da Figueira, e o governador de Coimbra, encarrega esta empresa a um Sargento de Artilharia, estudante na Universidade, que no dia 25 de Junho parte para a executar com 40 Voluntários, quase todos Estudantes: vão pelas Vilas e **(38)** lugares, que medeiam entre Coimbra e a Figueira, aclamando em todas elas a S.A.R., e convocando os Povos, para que os seguissem: chega este concurso à Figueira começa-se a tratar sobre a entrega do Forte, o Chefe recebe uma Ordem do Governador de Coimbra no dia 27, para que se retirasse imediatamente para aquela Cidade: mas não obstante isto continua a seguir a sua começada empresa, porque lhe parece isso mais acertado; faz-se uma Convenção para a entrega do Forte, e por meio da qual eis que ele foi entregue, sendo uma das condições, ir o Comandante para Peniche com a sua gente, levando espingardas, e mochilas, mas sem pólvora, nem bala. O Povo diz, que não tinha aprovado a Convenção, e faz prisioneiro os Soldados, e Oficiais, com o pretexto de terem aqueles conservado alguns cartuchos de pólvora. Nomeia-se para Governador do Forte um Major, e conduzem-se presos para Coimbra o Governador, e seu filho, que passados meses se julgaram inocentes, como se vê da Gazeta de Lisboa de com os ditos presos foram conduzidos também os Franceses apreendidos pelo modo sobredito, e mais três peças de Artilharia. Toda esta relação consta da *Minerva Lusitana* N5¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Coimbra, 25 de Junho

Tendo alguns Particulares desta Cidade considerado quanto era importante tomar o Forte da Figueira, e aprisionar os Francezes, que alli se achavão de guarnição; tanto para lhe tirar as armas e munições de guerra, de que havia grande falta, como para podermos comunicar com a Esquadra Ingleza; o Excellentissimo Senhor Governador desta Cidade, encarregou a Bernardo Antonio Zagalo, Sargento d'Artilharia, e actualmente Estudante na Universidade, do comando da expedição que devia ir atacar aquelle Forte, dando-lhe igualmente ordem, para os Ministros e Capitães Mores do Lugares intermédios lhe prestarem todo o auxílio de gente, que elle pedisse. Na tarde deste dia partio com efeito aquelle Sargento com hum

É tudo isto Oclocrático, ou não? **(38v)** .. O Sargento parte incumbido, e autorizado pelo Governador de Coimbra, mas quando este o manda recolher, não lhe obedece, e continua a fazer, o que tinha começado. Ele era o Chefe da expedição, ajusta uma Convenção, por motivo da qual se lhe entrega o Forte, mas o Povo não quer estar, pelo que ela prometia aos Franceses, e retendo o Forte, procede contra eles, como se a não tivesse havido. O Governador da Figueira, e seu filho são logo presos pela multidão, um outro Militar, é por ela nomeado Governador: ela conduz peças de Artilharia da Figueira para Coimbra, como necessárias para a defesa: está ou não está a Pública Autoridade nas mãos do Povo?

De Coimbra se mandam Emissários com Ordens e Proclamações pra diversas partes ainda remotas: uns foram para Miranda, Espinhal, Pedrogão, e margens do Zezare, outros para Ceia, Gouvêa, Viseu, Guarda Covilhã, Castelo-Branco, e em todas as Povoações proclamaram a restauração do Governo Legítimo, e a Guerra Nacional contra os Franceses. *Minerva Lusitana* Nº 7¹⁶⁸. Quem manda estes Emissários, que autoridade tem sobre aquelas Cidades e Vilas? - Não era Porto, aonde residia a Junta, em que se reconhecia existir o Supremo Governo? - É tudo isto Oclocracia, ou não?

As mesmas reflexões merecem a expedição, que de Coimbra se dirigiu à Condeixa, Ega, **(39)** à Soure, Pombal, Leiria, a qual se refere na *Minerva Lusitana* Nº10=11=12= e 13¹⁶⁹.

Destacamento de 40 voluntarios, quase todos Estudantes. MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, n. 5, 16 de julho de 1808.

¹⁶⁸“*Continuação das medidas da defeza, que se tomarão desde o dia 26 de junho*

(...) Também se passarão as ordens necessárias para se juntarem todas as Companhias dos Milicianos desta Cidade; e effectivamente se achão juntas, e se lhes tem agregado muitos Soldados de linha veteranos, de maneira que fazem hum corpo de perto de 1200 praças.

Não esqueço mandarem-se emissários com Ordens, e Proclamações para diversas partes, ainda remotas. Huns forão para Miranda, Espinhal, Pedrogão, Sertão, e margens do Zerzere, outros para Cia, Gouvea, Viseu, Guarda, Castello-Branco, Covilhã, etc. e em todas as Povoações proclamarão a Restauração do Governo Legítimo, e a guerra Nacional contra os Francezes” MINERVA LUSITANA, *Op. Cit.*, n. 7, 19 de julho de 1808.

¹⁶⁹Ver a “*Relação da marcha, e do sucesso da expedição do Destacamento que de Coimbra se dirigio a Pombal e Leiria*”, publicada no número 10 da MINERVA LUSITANA, que informa: “julgando-se conveniente fazer aprisionar as Brigadas Francezas, que se achavão em

Um Furriel, e quinze companheiros, uns Estudantes, e outros Soldados de Cavalo, compunham o respeitável Corpo incumbido desta empresa, o qual partiu daquela Cidade aos 28 de Junho. Em Pombal põe em cautela, e segurança os pérfidos, e vis partidistas dos Franceses... Por impedimento da Autoridade Legítima, e vontade do Povo entregou o Governo Civil ao Vereador mais velho Doutor Luís Antônio, e o Militar ao Capitão de Milícias de Leiria Francisco Peregrino de Menezes, para que guarnecesse a Vila examinasse os passageiros, e prendesse os suspeitos. Dita *Minerva Lusitana* N^o107¹⁷⁰. Aqueles poucos, e nada autorizados agentes prendem, constituem Governos, dão autoridades, e jurisdições Civas, e Militares. É tudo isto Oclocracia, ou não?

Continuam para Leiria com as Ordenanças de Pombal, e com o bando de Povo, que se seguiu, afugentam, e perseguem vinte *Gens d'arenes*__, que era toda a força inimiga, que ali existia. O resultado deste brilhante combate, diz a dita *Minerva Lusitana* N^o11¹⁷¹, foram quatro prisioneiros, cinco cavalos, três doentes que se achavam no Hospital, e quatro feridos, que ainda puderam fugir. Não tem tudo isto manifestadamente o cunho popular, e até na maneira **(39v)** porque se faz a relação? Um dos Estudantes vai à Câmara tirar o Estandarte Real, levanta-se a Bandeira Portuguesa: procuram o Bispo e querem o nomear

Pombal e Leiria, e fazer ali acclamar o nome do nosso Augusto PRINCIPE, se expedio para esse fim o nosso Destacamento composto de hum Furriel e 15 companheiros Estudantes e Soldados de Cavallo, o qual sahindo de Coimbra no dia 28 de junho (...). MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, n. 10, 23 de julho de 1808; n. 11, 26 de julho de 1808; n. 12, de 27 de julho de 1808; n. 13, 28 de julho de 1808.

¹⁷⁰Ver “*Relação da marcha, e do sucesso da expedição do Destacamento que de Coimbra se dirigio a Pombal e Leiria*”, citada acima.

¹⁷¹(...) Seis camaradas somente poderão seguir vinte Francezes fugitivos; seus nomes devem passar à mais remota idade= José Joaquim de Sá, João Pedro Corrêa, Gonçalo Veléz Zuzarte, Joaquim Mouge, Manoel José Soares da cunha Paixão, Caetano Rodrigues de Macedo afungentão com terror vinte Solvados velhos, e aguerridos. Seis moços sem experiência fazer tremer vinte heroes de Marengo, e Fena! Quatro Drgões Francezes de Cavallaria forão aprisionados. (...) Os resultados desse brilhante combate forão quatro prisioneiros, sinco cavallos, três doentes, que se achavão no Hospital, e quatro feridos, que ainda poderão fugir. Da nossa parte não houve o mais pequeno perigo”. Em: *Relação da marcha, e do sucesso da expedição do Destacamento que de Coimbra se dirigio a Pombal e Leiria*”, citada acima.

Governador civil da Cidade, o que ali teve a sabedoria, e virtude de recusar: consultam o Povo sobre a eleição do Governador Militar, e é eleito Miguel Luís de Ataíde. Recebem um Ofício do Juiz do Povo de Thomar, pedindo-lhe o seu socorro, e ao mesmo tempo o Juiz dos Povos da Pederneira, e Nazareth vem exigir-lhe os mesmos auxílios: e em consequência disto vão tomar os Fortes de S. Gião e Nazareth, mas quando tem de voltar, já não podem entrar em Leiria, porque no dia 5 de Julho tinha ela sido ocupada por um Corpo de Tropas Francesas comandado pelo General Margaron¹⁷², o qual maltratou os seus moradores, como era de se esperar, sendo este o único fruto daquela grande expedição, e façanhas; e os seus agentes foram obrigados a recolher-se à Figueira fugitivos por caminhos desconhecidos, e infinitos trabalhos e riscos. Toda a conquista foi abandonada, e dela resultou unicamente trazerem cinqüenta prisioneiros para a Figueira, o que nem compensava os estragos de Leiria, nem diminuia as forças, que o inimigo tinha para empregar em defesa da sua ocupação, muito mais, estando os apreendidos naqueles destinos **(40)** de guarnecer os Fortes Marítimos, de que foram tirados, Fortes, que não se podiam sustentar subsequente, nem impediam o desembarque dos Ingleses, que se fazia em diversa passagem. Não tem tudo isto o mesmo cunho popular e Oclocrático?

Loison entretanto retirava-se pela Província da Beira dirigindo-se para Lisboa com uma Coluna do Exército Francês composta de 48 homens pouco mais, ou menos. Esperava-se, que ele chegasse à Cidade da Guarda no dia 2 ou 3 de Julho tendo se recebido aí as suas Ordens para se lhe terem prontas **48 reções**. O ajuntamento do Povo, feito para a Procissão de Nossa Senhora da Visitação, que as Câmaras do Reino

¹⁷²Margaron, Pierre: nasceu em 1 de maio de 1765, em Lyon e morreu em 16 de dezembro de 1824, em Paris. Em 1807 é colocado no 1.º Corpo de Observação da Gironda, participando na invasão de Portugal. Acompanha o general Loison ao Alentejo, combatendo em Évora e depois no Vimeiro, tendo sido nomeado Barão do Império em princípios de 1809. Cf. TULARD, Jean e outros, *Histoire et Dictionnaire du Consulat et de l'Empire*, Paris, Laffont, 1995.

costumam acompanhar no dia 2 de julho, motivou fazer-se a Revolução da Guarda naquele dia, aclamando-se a Soberania de S.A.R. e dando-se por extinto o Governo estrangeiro, tudo isto a impulsos da multidão, e com alaridos populares, sem lembrar, o que se havia de fazer poucas horas depois, quando chegassem os Corpos do Exército Francês, que se esperavam. Uma ação desta pode deixar de ser Oclocrática? Ela não manifesta o império da vontade sem conselho, que existe, quando a multidão domina? Estabeleceu-se um Conselho de Governo interino, sendo seu Presidente o Bispo. O General Francês chega a vista da Guarda no dia 3, que era o primeiro Domingo **(40v)** do mês, e conseqüentemente o dia do mercado mensal, que há naquela Cidade e concorreu a ele das Aldeias vizinhas ainda mais Povo, do que era costume por causa da notícia da Revolução feita no dia antecedente, de que lhe tinham chegado as primeiras notícias, desafiadoras da sua curiosidade. O General viu aquela multidão despedindo vozarias, e parou para reconhecer, o que seria. Foi-lhe muito fácil adquirir este conhecimento: eram miseráveis paisanos, somente armados com os seus paus: a relação impressa deste sucesso^{xxv} consta como único meio tomado para a defesa, a condução de uma peça de Artilharia, construída de ferro, carcomida de ferrugem, que não servia a cem anos, sem asas, e incapaz de ter exercício algum, a qual estava no Castelo, e que alguns paisanos tiveram o divertimento de conduzir sobre um carro para o Monte fronteiro à estrada de Almeida, e tendo a mesma relação dito anteriormente, que o Conselho do Governo se juntara logo depois de estabelecido, para dar as providências, que pedia o aperto das circunstâncias, não refere, quais elas foram, e somente que a presença do inimigo fizera, com que todos fugissem, deixando deserta Cidade, que sofreu um saque, a morte de dezessete pessoas, que talvez não poderiam retirar-se por velhos, aleijados, ou doentes, e que o delírio dos seus Concidadãos sacrificou à vingança da Tropa. À mesma relação, quando **(41)** se trata de

justificar a indiscrição deste procedimento no meio de uma absoluta falta de todos os recursos, diz Perguntar-se-a que recursos tínhamos nós para negar as 48 rações, e o alojamento, que Loison tinha mandado aprontar? Nós respondemos, que não tínhamos nenhum, que quisemos muito livremente quebrar os ferros da escravidão Francesa com uma formal negativa à execução das suas Ordens, que quisemos fazer o sacrifício das nossas Casas, e dos nossos bens, que não podíamos defender, à função da liberdade, que tínhamos agrilhoadas, enfim, que não quisemos por mais tempo ser escravos do maior Tirano do Mundo¹⁷³.

Pode haver alguém que fale desta sorte, a não ser a Multidão inconsiderada, a qual ignora, que ao homem é proibido obrar, quando não tem os meios necessários para os fins a que se propõem! Que ignora, o quanto é diferente o perder de salvar, e defender! Que não considera nunca as conseqüências das suas ações, que afronta sem conselho todos os perigos com muita ousadia, quando não tem força, que lhe resista, e que foge apenas, que ela aparece!

O General Francês continuou a sua marcha deixando a Cidade, e ela torna a povoar-se. Por ordem do Bispo se forma um Corpo de gente armada, composto de Cônegos, e mais Clero, que fazia a Guarda da Cidade (41v) com todo o rigor da disciplina militar. Manda-se fazer uma Proclamação a qual anuncia ao Povo as seguintes Fabulosas e mentirosas notícias, que foram o alicerce de todos estes movimentos = O Exército Francês na Espanha para a defesa tem tão poucas esperanças, como a de Portugal. Cem mil Espanhóis montaram os Pirineus única porta; por onde podiam entrar os socorros para ambos os Exércitos. Os Generais Franceses já conhecem os perigos a que os reduziu a ambição, e o erro do seu Monarca. A mesma França coberta de luto, e cansada já de ver derramar o sangue de seus

¹⁷³Refere-se à Napoleão Bonaparte.

filhos, já se nega às Conscripções = Eis aqui as hipóteses, que se formavam, e se tinham como princípios para deliberar sobre objetos e de tão grandes conseqüências! O Povo já tinha preso diversas pessoas com o título de traidores, talvez porque se espantavam deste delírio: e por isto na referida Proclamação, se repreendem os tumultos, e a anarquia. E tal é a História da Revolução da Cidade da guarda, deduzida da mesma relação, que os seus principais agentes fizeram imprimir muito vaidosamente: e ela manifesta ostensivelmente o Império da multidão. O dito General Francês dirigia-se para a cidade do Porto, indo da Praça de Almeida, como já anunciamos noutro lugar: mas foi obrigado a retroceder por causa **(42)** dos Levantamentos da Província do Minho, que se comunicaram até o Peso do Rigor aonde ele começou a ser inquietado pelo Povo no dia 21 de junho de 1803. *Minerva Lusitana* Nº3¹⁷⁴. Destes movimentos populares feitos contra ele, e contra a Tropa do seu comando, soaram as notícias por toda a Beira, exageradas como regularmente sucede, mas que são de semelhante natureza, e elas comunicaram à Oclocracia por toda a Província. Na Aldeia de Souropires da Comarca de Trancoso, um Tenente Coronel de Milícias proclamou a Soberania de S.A.R. no dia 27 do mesmo mês: ele passou Ordens ao Juiz de Fora de Pinhel para impedir a remessa das contribuições para o Governo Francês, chamou da mesma Cidade os Soldados, que eram do seu Comando para se defender do dito Corpo de Tropa Francesa comandado por

¹⁷⁴“Hoje de manhã sahio desta Cidade em direitura para o Porto o General Loison, que vinha d’Almeida com 2562 praças, e 3 peças de Campanha. Atravessou o Douro na barca de Régoa, e tendo almoçado nesta pequena povoação continuou a sua jornada pela estrada Real para Mesamfrio. Estava a jantar neste lugar, quando 30 homens de hum valor extraordinário, investindo a sua bagagem, lhe tomarão muito ouro, e cousas ricas, e lançarão ao Douro os livros da Sua Secretaria. Ao estrondo dos tiros, e (segundo dizem) avisado por hum juiz Juiz de Fora, retrocedeo immediatamente; mas sendo atacado por huns 40 homens, entre os quaes havia um frade, que carregava com a maior promptidão, e não errava tiro, estes lhe fizerão d’entre as Vinhas hum fogo tão horrível, que elle entrou outra vez na Regoa com a perda de 40 mortos, e com muitos feridos, afora parte das bagagens, e muitos prisioneiros. A não serem os avisos, que havia recebido, e o valor intempestivo, ainda que superior a todos os elogios d’aquelles poucos Transmontanos, Loison se teria entranhado pelo Douro, e estava inteiramente perdido”. MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, n. 3, 15 de julho de 1808.

Loisson, o qual saindo do Celorico se avizinhava à sua Aldeia. Veio à Vila de Trancoso, inflamou o Povo, e fez aí também aclamar o Mesmo Senhor. O General Francês, sabendo destes seus movimentos, dirigiu uma Partida à dita Aldeia, a qual lhe queimou o seu Palácio, os seus armazéns de vinho e de azeite, os seus grandes Celeiros de pão, imensas arrobas de lã, e as suas ricas mobílias, e levou-lhe todos os seus gados, bestas e bois^{xxvi} (42v)

A Ordem dirigida pelo dito Tenente Coronel ao Juiz de Fora de Pinhel, e a notícia do que se passava em Trancoso, excitou o Povo daquela Cidade para romper na Aclamação de S.A.R. como rompeu no mesmo dia 27. Escreveu-se logo para a Junta da Cidade Rodrigo a implorar a seu auxílio de gente, de´anos, de que se carecia naquelas circunstâncias: deram-se Ordens aos Juizes do Termo¹⁷⁵, e Ordenanças, procurando-se armas, e pondo-se espias, (este artigo das espias era, o que dava o primeiro cuidado, e a maior confiança, mas elas não eram destinadas a descobrir os movimentos do inimigo, para lhe opor a devida resistência; destinavam-se unicamente ao conhecimento dos seus passos para obrigarem a fugir os Povos, e a desamparar as suas Povoações, e todos os seus bens, logo que verdadeira, ou falsamente se dizia, que os Franceses se avizinhavam): o General Francês encaminhou-se para a Cidade e entrou nela no dia 30: fugiram todos = tendo a Constancia de darem por bem sacrificados à Causa Pública os seus bens, que lhe ficavam na mesma Cidade = os quais com efeito lhe foram saqueados. Entregar os bens aos inimigos, será por acaso sacrificá-los à Causa Pública? Não é tudo isto popular e Oclocrático?^{xxvii} (43)

¹⁷⁵“O concelho tinha competência sobre uma determinada área que se chamava Termo.[Era] esse território sobre o qual se exercia a jurisdição municipal.” Cf. ZENHA, Edmundo. *História do município no Brasil (1532-1700)*, São Paulo: Progresso, 1948, p. 45.

No mesmo dia 27 de Junho a Vila de Freixo de Numão¹⁷⁶ da Comarca de Trancoso aclamou também a S.A.R., sem ter os meios alguns de defesa, estando *Loisson* em distância de sete léguas = e acrescento que ainda não constava, que a Beira estivesse unida à Causa Comum = assim e declara a notícia desta Revolução, impressa na *Minerva Lusitana Supp N°3*¹⁷⁷ datado do dia 30 de Setembro. É notável que sempre se acrescentavam circunstâncias as mais próprias para desvanecer, e para criminalizar as operações, e acrescentavam-se, como se elas servissem para as fazer mais dignas de Louvor! Parecia, que o sistema, e as idéias geralmente adaptadas acreditavam tanto mais um fato, como glorioso, quanto ele era mais desarroado! É isto, ou não, popular e Oclocrático?

No dia 30 de Junho a Cidade de Viseu, de que *Loison* acabava de sair, rompeu também na sua Revolução. Residia nela o General que governava as Armas da Província, o Bispo e os diversos Magistrados, mas de nenhum deles partiu aquele Movimento Público, de nenhum deles se julgou necessária a intervenção, e autoridade para aquele fim. Um negociante e outro companheiro foram, os que aclamaram a S.A.R. por impulsos, e deliberação inteiramente sua: um Clérigo **(43v)** foi pôr as Armas Portuguesas nos Lugares, de que elas se tinham tirado, também por seu arbítrio particular. Um Cadete do Regimento N°11 põem-se à testa dos paisanos: note-se, que nenhuma Cidade, aonde estava o Quartel General do Governo de uma Província, não houve nenhum Militar mais autorizado, do que um Cadete, para

¹⁷⁶Hoje, distrito da Guarda, na Beira Alta.

¹⁷⁷“Tendo chegado à Villa de Freixo de Numão no dia 27 de junho das 8 para as 9 horas da tarde a feliz notícia, de que na Cidade do Porto se havia organizado a Suprema Junta do Governo, e reunido os cidadãos da quella Cidade contra os injustos desígnios do Tyrano Usurpador do Throno de Portugal, e de toda a Europa, proclamando-se o Nosso Augusto Príncipe no dia 18 do mesmo mez, immediatamente romperão os habitantes daquella Villa nos mais festivos vivas, e aclamações do Nosso Legítimo Soberano, acompanhadas de salvas, e luminárias por espaço de três dias (...) pois que naquella ocasião se vião todos desarmados, e ameaçados pela marcha do Exército inimigo comandado pelo cruel Loison, que transitava por Celorico da Beira, e Sorpires, sete legoas distante daquella Villa acrescento que ainda não constava que a Beira estivesse unificada á causa comum(...)” MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, 30 de setembro de 1808, suplemento, n.3.

tomar aquele Comando. Os dois primeiros agentes com o Sub-Chantre da Sé convidaram o Cabildo, o General, o Senado, os religiosos de S. Antônio, e de S. Felipe Neri, para assistirem ao Te Deum, que se devia cantar na Sé pelo Excelentíssimo Bispo em ação de graças por tão plausível motivo *Minerva Lusiana* Nº19 datada de 11 de Agosto. Quem não vê em tudo isto a Oclocracia, e a Pública Autoridade, ocupada pela Multidão?

No dia 2 de Julho um moço, que freqüentava os Estudos da Universidade de Coimbra, natural da Vila de Alpedrinha, indo visitar dois outros Estudantes, seus Contemporâneos, natural do Lugar de Val de Prazeres, do distrito, e Jurisdição da mesma Vila, que tinham chegado de Coimbra, e sabendo deles, o que se passava nesta Cidade relativamente à Aclamação de S.A.R. concebeu logo o projeto de fazer o mesmo na Vila de **(44)** Alpedrinha. Comunicou o seu projeto ao Juiz de Fora, que lhe deu a sua aprovação (e se ele não desse, era logo declarado traidor, e preso) juntou a si mais pessoas, e passaram todos a gritar pelas Ruas: Viva o Príncipe Regente de Portugal, morra Napoleão = descobriram as Armas Reais: ao toque de todos os Sinos, e tambor pelas Ruas juntou-se o Povo, que aumentou os alaridos, e esta multidão encaminhou-se para o Lugar de Val de Prazeres, e nessa mesma noite aí se fez uma semelhante aclamação de S.A.R. : ela recolhe-se de madrugada à dita Vila, põe o Tope Nacional, espera nas estradas, os que transitam para o mercado de Castelo Branco, fazendo-lhe pôr o mesmo Tope = persuadindo a todos os indivíduos de diferentes Terras, e indiretamente à Cabeça da Comarca a seguir o honroso exemplo de aclamar S.A.R. =

No dia 4 junta-se o Povo da Vila, e Termo, e celebra um Instrumento desta Aclamação, no qual nomeia com nome de S.A.R. o Juiz de Fora para Governador da Vila, e o Capitão Mor para Segundo Governador = jurando todos com o Juiz de Fora perder seus bens, expor suas vidas, e derramar seu sangue na

Restauração do Trono do seu legítimo Soberano, jurando ao mesmo tempo eterno ódio (44v) contra o Tirano Napoleão, e seus satélites, e vingança contra os seus atentados e opressões = Chega nesse dia à Vila a Proclamação do General Junot, datada do dia 26 de junho¹⁷⁸ = apenas ela foi lida, logo foi feita em mil pedaços naquele mesmo lugar, em que se acabava de celebrar o dito Auto, desejando todos fazer o mesmo ao seu Autor = Fazem-se festas, e preparos para a defesa: uns procuram chumbo para formar balas, outros esquadrinham pólvora, outros aprontam, e limpam as poucas Armas de Fogo, que conservavam ocultas do inimigo, e até = um industrioso moço com seus irmãos pretendeu fazer uma peça de Artilharia de pau para atacar o inimigo: e tudo isto se fazia, sabendo-se que um Corpo de Tropas Francesas devia chegar à Vila de Atalaia muito vizinha daquela Vila. Não pode haver coisa alguma que tenha mais caracteres Oclocráticos e populares.

O dito Corpo de Tropas Francesas, comandado por *Loison* com efeito, dirige-se para Alpedrinha, fugiram todos, mas sempre ficaram mortos trinta e três pessoas, quase todos velhos, cochos,

¹⁷⁸ A proclamação de 26 de junho é citada no Correio Braziliense: “No Porto, em Vianna, Entre Douro e Minho, e parte da Beira tem pegado em armas cem mil Portuguezes, e se os seus valentes patrícios no Sul se unirem a elles, não podem deixar de destruir um punhado de Francezes, que agora occupam a Capital: mas para vencer he necessária a unanimidade; e que naõ sejam nem intimidados por ameaças, nem conrompidos com promessas; que se determinem, valorosa e resolutamente, a livrar-se da oppressão, e restabelecer o Governo do seu legítimo Principe.— O General Junot no seu ultimo Edictal de 26 de Junho fulminou as mais sanguinárias ameaças contra os habitantes de Portugal; ameaçou-os com a destruição das mais leaes e populosas cidades; e seus habitantes se acham condemnados a serem passados á espada por um punhado de homens, que, ao mais. poderão chegar a dez mil, o que não tem comparação com a população de Portugal. Desgraçados destes injustos oppressores se os leaes Portuguezes os attacarem destemidamente; a rectidão da sua causa deve triumphar. Se forem cortados os caminhos da seducção, naõ se abaterá o enthusiasmo, que anima os batalhoens. Uma resistência vigorosa, juncta aos enérgicos esforços, que agora fazem os vossos valorosos vizinhos e amigos, os Hespanhoes, que se acham empenhados na mesma gloriosa causa, deve produzir os mais felizes effeitos ; pois ainda existem em Portugal milhares de pessoas, que anciosamente desejam imitar seus antepassados na lealdade e gloria. Repito a todos os leaes Portuguezes, que, todo o adjutorio, de que he capaz a Esquadra de S. M. B., será dado a favor de uma causa tão justa, gloriosa, e honrada, como he a restauração de seu legítimo Principe, em cujo nome se devia levantar o Estandarte no Sul, assim como se fez no norte, para que se unam a elle todos os vassallos leaes.—Dado a bordo do Navio de S. M. B. Hibernia, anchorado na barra do Tejo, 1 de Julho, de 1808.

(Assignado) CARLOS COTTON, Almirante de Azul, e Commandante em chefe da Esquadra de S. M. B” Correio Brasiliense, n. 001, 1808.

e crianças, que se não puderam retirar tão prontamente; deu-se na Vila um rigoroso saque: incendiaram-se duas moradas de Casas, e uma **(45)** grande Adega de Vinhos, sendo avaliada em meio milhão a perda total. E assim, que se faz mal aos inimigos, ou que se faz mal à Pátria? Tudo, o que referimos, consta da Carta do Juiz de Fora, dirigidas ao Governo de Coimbra na data de 26 de Agosto de 1808, e impressa aos dois de Setembro seguinte na *Minerva Lusitana Suplemento N.º 1*¹⁷⁹.

A Vila de Covilhão exposta aos mesmos perigos, e com iguais meios de defesa, é conduzida pelo seu Juiz de Fora a aclamar a S.A.R. no dia 3 de Julho. Chega logo subseqüentemente o susto de *Loison*, e a notícia de estragos feitos por ele na Guarda, interrompe-se a celebração do solene Te Deum, destinado para o dia 4: toca-se arrebate, juntam-se 680 homens, dos quais só trezentos tinham espingardas, e une-se um Batalhão do Regimento de Milícias da Guarda. O Juiz de Fora¹⁸⁰ = dá as suas Ordens, dispõe, e providencia tudo, que nada faltasse, fez distribuir pelos homens de espingarda algumas porções de pólvora, e bala, e aos de outras armas os dispor nas

¹⁷⁹“O Capitão Mor de acordo contigo convoca as suas Ordenanças, e apenas começavam a chagar a essa Villa dos differentes Lugares, quase todas sem armas de fogo; e menos munições q que principiavam a ser revistas, foi então, que improvisadamente entrou na Villa a maior parte da divisão do General Loison, que acabava de chegar de Attalaya. O desmedido entusiasmo de alguns Habitantes, que tinham armas de fogo, e em estado de servirem-se delas, e sinaladamente do Reverendo Cura, que se diz ter morto o Official que vinha a frente da Cavallaria, os impeliu a fazer-lhe fogo, e dis[putar-lhe a entrada mas, sendo as forças tão desiguaes, como de cem para hum, tiveram de retirar-se, sem que então morresse algum dos nossos, e o Inimigo fazendo hum grande cerco à Villa, e lançando huma Colluna pelo meio entrou n’ella, a tempo que quase toda a gente se havia retirado. Então sofremos a já sabida desgraça de um rigoroso saque, o incêndio de duas moradas de Casas, e de huma grande adega de vinhos, e a perda certa de 33 pessoas mortas, e alguns feridos, porém a maior parte Velhos, Coxos, Mulheres, e ainda Crianças, e finalmente o insulto em nossos templos, e o furto de huma sagrada Relíquia. Mas essas desgraças, Senhor, se bem que sensíveis, longe de afrouxar os ânimos augmentaram, e redobráo a raiva para a vingança, pois cada hora se lembra do que perdeu, mas deseja sacrificar o resto, e a própria vida, com o tanto que morra o inquo Usurpador, e todos os seus Agentes(...)” MINERVA LUSITANA, *op. cit.*, 2 de setembro de 1808, suplemento, n. 1.

¹⁸⁰ Juizes por El Rei, Juizes de fora ou juizes de fora parte eram como o próprio indica, indivíduos estranhos ao conselho, sem o foro de vizinhos, em muitos casos letrados, isto é, com graus universitários, que recebiam do monarca a autoridade e a quem os conselhos tinham de pagar o ordenado certo, ao contrário com o que sucedia com os juizes da terra. A instituição dos juizes de fora, uma das mais típicas conseqüências da política centralizadora, remonta aos princípios do século XIV (...). TORRES, Rui de Abreu “Juiz de Fora”, In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal, op. cit.*, p. 417, v. 3.

milhares posições, com todos formou o Campo de Defesa, destacou guardas avançadas e descobertas de Campo: ocupou os sítios mais vantajosos para atacar, e perseguir o inimigo: e tudo se achava em tal disposição que um corpo da sua melhor disciplina não teria mais a fazer. (45v) Felizmente, a Divisão Francesa não se dirigia para o Covilhão, o que o Povo atribuiu o medo naquela grande força, e daquelas grandes disposições, não obstante saber, que a dita Divisão se compunha de quatro mil e quatrocentos Praças: mas chegou-lhe a notícia dos estragos, que ela fizera em Alpedrinha: o Juiz de Fora pôs em ordem o melhor da sua gente, e com um Batalhão do primeiro Regimento de Milícias da Guarda marchou para atacar o inimigo: dirigiu os seus Ofícios ao Bispo de Castelo Branco, e aos Governadores de Salvaterra do Extremo Legura, e Alcântara, convidando-os, para que viessem com as suas gentes unir-se ao ponto, que entre se destinassem, afim de que com as forças juntas de comum acordo, e mãos dadas acabassem de uma vez com o dito inimigo (ele ia em marcha para Lisboa; e não cabia no tempo fazerem-se ligas, e Tratados de aliança para o atacar, e executarem-se estas Convenções): o Bispo respondeu, que não estava autorizado para a dita ação: os Governadores de Alcântara, e Segura chegaram com a sua gente, e Zibreia, e Ladoeiro mas voltaram sem fazer coisa alguma, assim com os do Covilhão, porque os Franceses foram seguindo o seu caminho. É tudo isto popular, e Oclocrático, ou não?^{xxviii} **(46)** No dia 7 de Julho Penamacor¹⁸¹ = arvorou = Estandarte da Liberdade, da fidelidade e da honra = Fez-se a Procissão da Aclamação, cantou-se o Te Deum, organizou-se uma Junta para cuidar nos meios da segurança, e de defesa, levantou-se, e armou-se uma Companhia de Caçadores. A dita Junta despachou Deputações à Espanha, pedindo auxílios de gente, armas e munições à Praça de Alcântara. E na Relação deste sucesso impressa aos 6 de

¹⁸¹ Município da Beira.

outubro de 1808 no *Suplemento 4º à Minerva Lusitana*¹⁸² mete-se aos olhos dos Leitores, que a dita Revolução se fazia no mesmo momento, em que o Exército Francês de Loison passava na Serra do Catram, na pequena distância de três léguas daquela Vila, coma as mãos saindo ensangüentadas da mortandade, e crueldades praticadas nos infelizes, e inermes paisanos da Cidade da Guarda, e carregadas do roubo e da pilhagem. Quanto mais temerária, e indiscreta era a ação, mais excitava a vanglória de quem tinha praticado, não se caprichava em inculcar madureza, e conselho, mas sempre o contrário! É isto popular, e Oclocrático, ou não?

Castelo Branco tinha feito a sua Revolução aos 22 de Julho, conduzida pelo Bispo. *Minerva Lusitana* N.13¹⁸³. Aveiro havia também **(46v)** feito a sua nos 22 de Junho, organizando os Cidadãos uma Junta de Direção para a defesa da Cidade, invocando o Bispo para presidente *Minerva Lusitana Supl.Nº 2*¹⁸⁴ datado do dia 7 de Setembro de 1808. Vila Nova da Palhaça¹⁸⁵ fez o mesmo, logo que soube da Revolução do Porto, sendo conduzida pelo Capitão Mor de Soraes¹⁸⁶, assistnete no Lugar da Palhaça, o qual para isto convocou as suas Ordenanças¹⁸⁷ presenciando aquele ato o Excelentíssimo Bernardim Freire de

¹⁸²(...)Passou-se depois a organizar huma Junta Provisional para se darem as providências necessárias, e se cuidar nos meios de segurança, e defesa contra o inimigo. (...) A mesma Junta enviou a Hespanha, à Villa, e Praça de Alcantra huma Deputação a pedir auxilio de gente, armas, e munições.(...)” MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, 6 de outubro de 1808, suplemento, n. 4.

¹⁸³“Nesta Cidade reina o maior entusiasmo e patriotismo para repellir os nosso amigos Protectores. O nosso Excelentíssimo Prelado tendo publicamente clamado- Viva a nossa Sancta Religião, Viva o nosso amado PRINCIPE, Vivão os Portuguezes- foi immediatamente seguido pelo povo com as mesmas acclamações, e descobrindo-se logo as Armas Portuguezas, se dirigião à catedral a fazer preces ao Onnipotente pelo bom êxito de huma tão gloriosa empreza. Todos os Ecclesiasticos se achão alistados, e fazem a guarnição da Cidade, onde também se cuida com toda a energia em organizar algumas Companhias de Caçadores e Cavallaria.(...)” MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, 28 de julho de 1808, n. 13.

¹⁸⁴Conforme citado acima.

¹⁸⁵Vila próxima de Aveiro.

¹⁸⁶Vila de Sorões, próxima de Aveiro.

¹⁸⁷Ordenanças, ou melhor, as Tropas de Ordenança eram a forma de organização da população em armas para o serviço militar em Portugal e no Império Português. MATTOS, Gastão de Mello de. “Ordenanças” In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, op. cit., v. 4, p. 446.

Andrade, que se encheu de satisfação com ele. *Minerva Lusiana Suplemento. Nº11*¹⁸⁸ datado de 2 de Janeiro de 1809.

Em uma palavra, Povoações grandes e pequenas, de toda a consideração, e Ordens dirigidas pelo primeiro, que se resolveu a faltar, fizeram uma Revolução Política, sem ligação, ou nexo algum, sem meios de sustentar, o que empreendiam, começando todos a obrar como se cada uma delas fosse um Estado Soberano, e independente. Que mais manifesta Oclocracia pode haver?

§9

Trata-se da Província de Trás-os-Montes

A Província de Trás-os-Montes apresentou a mesma cena. Os seus movimentos **(47)** Oclocráticos anteciparam-se alguns dias aos das outras províncias. Mas visinha da Espanha havia de sentir mais cedo o contágio da Oclocracia, que ela comunicou a Portugal.

Foi na Vila de Chaves, aonde se manifestaram os primeiros sinais daquela moléstia. Na noite de 7 de julho = os Músicos dos Regimentos desorganizados daquela Praça, acompanhados de várias pessoas da plebe, e de pouca idade = saíram pelas ruas da Vila com um Concerto de Música; aclamando o Nome de S.A.R. em cujo exercício se ocuparam a maior parte da noite: ao que acedeu o Governador da Praça, mandando colocar nas minas do Castilho a Bandeira encarnada com as Armas Reais, firmada com vinte e uma peças de artilharia = sinal da guerra declarada à França = tudo popular. Não só o fato mais o modo de praticar, e até as expressões! Há uma Relação impressa deste sucesso da Vila de Chaves na Coleção, que referimos na Nota, (25), e dela deduzimos as circunstâncias, que relatamos.

¹⁸⁸Conforme citado acima.

A notícia do que se passara em Chaves, chegando à Vila Pouca de Aguiar comunicando-lhe logo a eletricidade Oclocrática, e recebendo-se nela no dia 9 seguinte uma Carta vinda do Porto, referindo, que os funcionários Franceses, residentes naquela Cidade, **(47v)** haviam sido presos, e conduzidos à Galiza pelas Tropas Espanholas, os habitantes da Vila, romperam logo na aclamação de S.A.R. como se aqueles Funcionários, de que Portugal se achava livre, fossem a força inimiga, que dominava o dito Reino. Temos também uma Relação impressa deste sucesso de Vila Pouca de Aguiar na Coleção a pouco referida.

Bragança apesar de ser a Capital Militar da Província aonde tinha o seu Quartel o Tenente General, que a governava, só no dia 11 é, que se revolucionou contra o Governo estrangeiro, e não foi do dito Tenente General, que partiu a Revolução: ela se atribui a um Abade, que residia na mesma Cidade, o qual comunicou a outros particulares, os quais suspenderam a sua execução = por alguns embaraços em ponto de subsistência = Mas chegou no dia 11 à dita Cidade a notícia da prisão dos Funcionários Franceses, feita pelos Espanhóis no Porto em o dia 6 antecedente, e deram-se por vencidos todos os ditos embaraço. O dito Abade, e mais algumas pessoas, que estavam na sua Casa, quando aí se recebeu a dita notícia, saíram logo publicando a sua resolução, e dirigindo-se à Casa do Tenente General, o qual encontraram em uma Igreja, e recebeu com alegria a informação do que se passava. Ele = foi então proclamado **(48)** chefe desta empresa, e acompanhado pelo seu Estado Maior, e os Insurgentes, se recolheu ao Quartel General com incessantes aclamações de inumerável Povo, que reciprocamente se abraçava por um tão feliz sucesso, gritando todos, Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor, Viva o Nosso

General Sepúlveda¹⁸⁹ = Já a este tempo um Cônego, que era um dos principais, e mais acérrimos Insurgentes, tinha feito repicar os Sinos da Catedral, ao que corresponderam os das mais Igrejas, saindo ele ao depois clamando pelas duas, Viva o Príncipe Regente, Viva D.João VI , Viva a Real Casa de Bragança. Seguiram-se as iluminações, e o Te Deum: ornasse o dito Abade com o Laço Nacional sobre o peito, que os outros imitaram; expediram-se Ordens pra se organizarem, e armarem os Regimentos de Linha, e Milícias, e os Corpos das Ordenanças concorrerem os Oficiais Militares, que viviam na Província ao Quartel General para se oferecerem no Serviço; solicita-se a comunicação das Juntas do Governo, e Generais das Províncias limítrofes da Espanha, finalmente instituiu-se por insinuação do dito Abade debaixo da presidência do mesmo General uma Junta Provisional do Supremo Governo, para a qual se pediu à Casa uma das Câmaras da Cidade, e Vilas notáveis da Província, seu Representante, ou Ato **(48v)** de ascensão . Além deles elegeram-se para a dita Junta dois Eclesiásticos, dois Fidalgos, dois Militares, dois Representantes do Povo, dois Negociantes, um Deputado Conselheiro da Fazenda e conseqüentemente o Corpo Governativo era numerosíssimo, quando as circunstâncias pediam toda a concentração da Autoridade Pública, e que ela fosse exercitada ditatorialmente.

Bragança deu com tudo um singular testemunho dos seus desejos a bem da Ordem, e da Organização de um Sistema social, que foi dissolver a sua Junta, para que na do Porto se concentra-se toda a Suprema Autoridade, visto que a situação desta Cidade, a sua importância, e os seus maiores recursos lhe atribuíam a preferência, e a Supremacia entre todas as

¹⁸⁹Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda: nasceu em 16 de abril de 1735, em Lisboa e morreu em 18 de abril de 1814, em Lisboa. Foi notável pela parte que tomou na restauração do Reino. A notícia da sublevação do Porto contra os invasores franceses correu celere e chegou a Trás os Montes onbde fez aclamar o Príncipe regente e chamou as fileiras os transmontanos organizando as fileiras de milicianos e organizando uma junta que ele próprio presidiu. *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, v.28, s/d., p. 359.

Povoações das Províncias do Norte: fato este, tanto mais digno de louvor, e de admiração, quanto menos foi imitado, e quanto mais ele concorria pra se remediar a Oclocracia, em cujo berço havia nascido a Revolução. Deduzimos também as circunstâncias referidas da Relação impressa sobre a Revolução de Bragança, que se acha na mesma Coleção, que temos citado.

A Cidade de Miranda seguiu no dia 13 de Junho o exemplo da de Bragança um Capitão de Ordenanças, e Vereador **(49)** da Câmara, recebendo a notícia do que se passara em Bragança no dia 11, saíam pela Cidade com a divisa Nacional, gritando = Viva o Príncipe Regente, Nosso Senhor, Viva a Casa de Bragança, morra Junot, morra Napoleão = Fosse-lhe unindo o Povo, dirigindo-se todos à Casa do Juiz de Fora, que se prestou aos seus desejos, descobriram-se conseqüentemente as Armas Reais, seguiram-se iluminações, repiques de sinos, Bandos, fogos de alegria, e Epigramas análogos ao feliz assunto. Poucos dias depois chegou de Ofício a declaração da Guerra contra a pérfida Nação pelo Excelentíssimo General Governador das Armas da Província, cuja notícia encheu a todos de satisfação, e foi festejado com novos testemunhos públicos de contentamento.

Mas pouco depois, veio interromper estes regoujos a notícia, de que um Exército Francês de 20 se vinha aproximando de Burgos para zamora com o destino de entrar em Portugal pela província de Trás-os-Montes. Miranda achava-se sem munições, sem armas, e sem um só soldado, mas nada bastou a conter o entusiasmo dos Mirandezes. Congregou-se logo o Clero, Nobreza, e Povo na Casa do Senado, deliberam sobre as providências, que deviam adaptar-se em conjuntura tão crítica, cria-se uma Junta Provisória Subalterna à Junta Suprema, enumera-se para Presidente e Governador da Praça **(49v)** o Juiz de Fora, o qual pronuncia uma Proclamação mui enérgica, e acomodada às circunstâncias: e ele resolve de acordo com a Junta, que se recorresse à Zamora, pedindo-lhe armas, pólvoras,

e bala, a cuja Deputação foram mandados um clérigo, um religioso, e um cidadão.

Parece incrível, que lembrasse, e que se adaptasse este arbítrio. Pois o Corpo inimigo dirigia-se para Zamora, e aí é, que nós havemos de buscar o nosso socorro? Ou Zamora se dispunha a recebê-lo, ou a resistir-lhe: no primeiro caso não havia de querer dar Armas contra ele, para não ser castigada por esse fato: no segundo caso, sendo ela a primeira, que se tinha de defender, não podia repartir com os outros aquilo, de que ela mesma necessitava. Com efeito, os Deputados regressaram, sem obter coisa alguma, porque a Cidade estava esperando pelo Marechal Bessieres¹⁹⁰ com uma Colunana de 18.000 homens.

No Armazém da Praça havia meia arroba de pólvora: um Religioso pela sua diligencia pôde conseguir de Bragança oito arrobas com a bala competente. Com esta munição mandou-se fazer um Cordão de Ordenanças pela arraia em circunferência de quatro léguas. Ao mesmo tempo formou-se um Corpo de Guarda no interior da Cidade, o qual montavam por uma **(50)** alternativa regular os Clérigo com mandados, por um Abade, os Religiosos com mandados pelo seu Geral, e os Paisanos de todas as Condições debaixo do Comando do dito Vereador, Capitão das Ordenanças, o qual nenhum filho em qualidade de Alferes, e com um criado em qualidade de Soldado fez um serviço efetivo, aprontando por sua conta muitas armas, e uma caixa de Guerra, e sustentando de pão, e soldo um Tambor todo o tempo, em que a Cidade esteve sobre as armas. Eis aqui as disposições para resistir a um Exército Francês de 18.000, ou 20.000 homens!

Ele tomou a direção de Burgos, certamente, por que esse era o seu destino, porém Miranda ficou julgando, que as suas medidas acima referidas tinham produzido esta resolução, e decorria da maneira seguinte. Os três Deputados, que tinham ido

¹⁹⁰ Jean-Baptiste Bessires: Nasceu em 1768, em Preissac e morreu em 1813. Este General Francs participou das campanhas de Napoleo na Espanha e em Portugal. *Dictionaire de Biographie et histoire*, Op. cit., p. 290, v.1.

à Zamora, publicaram por toda a Cidade, e por todos os Povos, por onde passaram, que Portugal estava todo em Armas, e que só na Província Transmontana havia um Exército de 50.000 homens de Tropa regular, cujo boato confirmado ao longe pelo aparato do Cordão das Ordenanças, causou tanto terror aos Soldados de Bessieres, que este foi obrigado a retroceder para Burgos. **(50v)** Que General podia haver na Europa, que acreditasse a existência de 50.000 de Tropa regular na Província de Trás-os-Montes? O Cordão das Ordenanças pela Fronteira invés de confirmar semelhante boato, mostrava evidentemente, que ele era falso. Tropa regular não faz assim a guerra, estendendo cordões. Ele era ,pois um sobrescrito que dizia aos inimigos, que ali não havia Tropa daquela natureza. Mas desta sorte se foi habituando o Povo Português a confiar nestas supostas ilusões, feitas ao inimigo, como sendo capazes de produzir a sua defesa, e é incrível a grande soma de males, que disto resultara: ele descansava, no que não devia descansar: parecia conseqüentemente vantajoso estar sempre iludindo o Público, representando fantásticas desgraças dos Franceses, imaginários triunfos a favor da nossa causa: e quando chegava o momento perigoso, os inimigos tinham a seu favor além da Sua força, os efeitos da surpresa, que afetava necessariamente os Portugueses à vista de uma invasão, e de sucessos, que estavam muito longe de todas as suas idéias, e de todas as suas esperanças. Uma Relação impressa, e junta na Coleção de que falamos na Nota 25, com o título = Relação fiel, e exata de Revolução de Miranda do Douro¹⁹¹ = foi o Documento, **(51)** de que nos servimos, e de que deduzimos todos os fatos, que dela contamos.

Temos também impressa a História da Revolução da Vila de Ruivães¹⁹², a qual se acha junta em a mesma Coleção. Ela foi dirigida pelo Juiz Ordinário no dia 14, apenas soube dos

¹⁹¹ Panfleto de quatro páginas, sem maiores informações sobre o local de impressão e a data.

¹⁹² Publicação não localizada nas bibliotecas portuguesas.

sucessos de Bragança. Há uma coisa muito notável na mesma Relação, e é declarar o Juiz, que depois de fazer a aclamação de S.A.R. pela mesma maneira popular, que temos referido, tratando todos das outras Povoações, acrescentara = Eu estou pronto à sacrificar antes a minha vida, bens e família, do que reconhecer domínio Francês, eu nunca fiz registrar suas Ordens nos Livros desta Câmara, de que sou Cabeça = Não há testemunho mais evidente da Oclocracia dominante em Portugal! O Juiz Ordinário de uma das Vilas mais insignificante do Reino ousa atribuir-se muito gloriosamente um fato, que mostrava a inteira desorganização de todos os princípios da Sociedade Civil! Um Juiz Ordinário de uma Povoação tão insignificante, que havia de ter recebido aquelas Ordens por via das Autoridades reconhecidas, que lhe eram Superiores, inculca a sua vontade individual, como a sua Suprem Ley, e como aquela a que ele tinha aderido com preferência à todas as outras! **(51v)** É isto exatamente, o que se chama Oclocracia.

Vila Real no dia 16 seguia o exemplo das outras Povoações da sua Província, e a aclamou a S.A.R. no meio de uma multidão de gentes de todas as classes, arvorados os Estudantes dos Regimentos de Milícias a toque de Caixas; ação que foi depois repetida no dia 23 em consequência do Ofício do Chanceler Governador das Justiças, e Casa do Porto, datado do dia 21 antecedente, de que se lavrou um termo nos livros da Câmara, e que se imprimiu em um Papel. Volante, intitulado = Relação dos acontecimentos de Vila Real, relativos à feliz Restauração de Portugal¹⁹³ = e que se juntou na Coleção referida na Nota 25. Este ato acabava, dizendo, que se fazia a dita aclamação pela deliberação tomada na Cidade do Porto pelo Governo Interino em Junta ali estabelecida = a que nós aderimos já, salva a Autoridade Militar, que compete ao Excelentíssimo General Governador das Minas da Província, de que têm emanado Ordens

¹⁹³ Panfleto de 1801 com três páginas, sem outras informações.

providentes para a defesa da Província = Esta cláusula mostra o defeito, que houve desde o princípio na Junta do Porto na participação da suas Ordens. Ela apenas foi estabelecida, mandou ao Chanceler, que tinha o governo da Justiça da Relação do Porto, que fizesse aclamar a S.A.R. **(52)** em todas as Jurisdições do seu Distrito. Ora, o Governo das Justiças do Porto compreende também a Província de Trás-os-Montes, e os seus Magistrados estão sujeitos ao dito Governador nos Negócios de Justiça, não lhe tendo porém sujeição alguma aos Negócios Políticos e Militares, que pertencem a Funcionários muito diferentes. Portanto a Junta do Porto, que devia conhecer isto, procederia mais regularmente, entendendo-se com o General da Província de Trás-os-Montes, para que dele emanassem as Ordens para estas aclamações, devendo limitar-se os Ofícios do Governador das Justiças a mandar os Magistrados, que nos Papéis Judiciais instituíssem o Nome de S.A.R. em lugar do Imperador dos Franceses, que se lhe havia substituído; não se procedendo assim havia de resultar necessariamente, o que sucedeu, isto é, que os Magistrados Subalternos obedecessem, e cumprissem as Ordens dos seus Superiores com cláusulas, e condições, o que era desairoso, e mostrava a inconsideração com que se faziam as coisas. Mas se não ouvissem outras faltas, estas perdoaríamos nós muito facilmente.

§10

Trata-se da Província do Além-Tejo e Reino do Algarves

Vejamos o que se passou ao Sul de Portugal, **(52v)** no Além-Tejo, e no Algarve.

O Governador da Praça de Vila Real de Santo Antônio no Algarve, achava-se no Lugar de Olhão, e indo para a Igreja Matriz no dia 16 de Junho, vendo o concurso de muito Povo, que lia num Edital do Governo Francês, que estava fixado ao lado da

Porta da Igreja, cujo Edital convocava os Portugueses para tomar armas contra os Espanhóis, e Ingleses, correu por entre o Povo, que lia, deitou a mão ao dito Edital, arrancou-o, e rasgou-o, e pisou aos pés, e falando àquela multidão, conseguiu facilmente inspirar-lhe o entusiasmo de insurgir contra a dominação estrangeira.

Entraram todos na Igreja, ouviram Missa, e saindo dela, rodearam no adro o dito Governador, gritando-lhe, que os dirigisse como seu Chefe para se livrarem dos Franceses. Ele tranqüilizou-os, e incumbindo-se da direção da empresa, mandou buscar duas peças de Campanha do Calibre de 6, que estavam assestadas na Ilha da Barra de Armona¹⁹⁴ com as suas munições, e guardadas por pés de Castelo, mandando conduzir também a pólvora, que houvesse no paiol da Fortaleza de São Lourenço da mesma Barra de Faro, e pondo-se em defesa com este pouco, enviou um Emissário ao Comandante da Esquadra Inglesa, que estava fundeada **(53)** na Costa em frente do Lugar de Figueireta em Espanha, pedindo-lhe o auxílio d'Armas, e munições. Achou-se na mesma Esquadra pelo Comissário de Faro um Capitão de Milícias de Tavira, que estava pedindo o mesmo auxílio, para afim de se prevenir com ele, e aproveitar-se deste socorro, quando se lhe oferecesse ocasião de salvar a Pátria. O Comandante da Esquadra não pôde fornecer coisa alguma nem a um, nem a outro, porque não estava abastecido para isto.

Partiram, pois da Esquadra ambos aqueles Portugueses, dirigindo-se para Aiamonte, afim de suplicarem da sua Junta do Governo o pretendido socorro. Assim o fizeram, e conseguindo 130 Espingardas, com elas se retiraram, e chegaram ao Lugar de Olhão.

O Governador Francês, que estava em Faro, destinou-se a comprimir aquele Levantamento, e mandou embarcados entre Caiques alguns soldados, e oficiais, os quais caíram no poder

¹⁹⁴ Ilha do Algarve, próxima a Olhão.

dos Portugueses. Destinava marchar com toda a força, que pudesse juntar, não só de Tropa Francesa, mas também de Portugueses, mas quando estava nesta disposição, um homem marítimo, subindo com disfarce à Torre de Nossa Senhora do Carmo tocou a rebate, e com este toque levantou-se o Povo, correu sobre o General Francês, **(53v)** prendeu-o, e desta sorte a expedição destinada contra o Leão, foi posta em fuga, dispersando-se por toda a parte os Soldados Franceses, de que ela se havia de compor. O Povo de Faro tomou por seu Chefe a um Tenente Português: e desta sorte se restituiu no Reino de Algarve a Soberania à S.A.R.; formando-se uma Junta do Governo, à que presidia o Conde Monteiro Mor, que era Governador daquele Reino pelo Príncipe Regente Nosso Senhor. Consta o referido de uma Relação impressa, com o título = Declaração da Revolução principiada no dia 16 de Junho de 1808 no Algarve, e Lugar de Olhão, a qual se acha na Coleção referida na Nota 25¹⁹⁵.

Nenhuma disposição anterior, nenhum plano, nenhuma medidas antecipadas, tudo filho do momento, e depois de se levantarem, é, que se anda pedindo armas, e buscando os meios de defesa já na Esquadra Inglesa, já em Aimonte: o Povo é quem obra tudo entre tumultos, e alaridos, e temos conseqüentemente uma Revolução Oclocrática, muito feliz pelas poucas forças, que o inimigo tinha no Algarve, e pela surpresa que lhe causou o Levantamento popular de Faro, de que resultou, a prisão do General, e a dispersão da Tropa, que ali havia, e que se retirou fugitiva para o Além-Tejo.

A Revolução **(54)** do Algarve comunicou-se logo ao Além-Tejo pela parte do Poente da Comarca d'Ourique, em toda a extensão da Costa, que fica entre o Algarve, e a Península de Setúbal.

¹⁹⁵ *Declaração da Revolução principiada no dia 16 de Junho de 1808 no Algarve, e Lugar de Olhão pelo governador da Praça de Villa Real de Santo António, José Lopes de Sousa para a Restauração de Portugal. Lisboa, 1808, 48p.*

A Vila de Monchique, que é a última do dito Reino para a partet do Norte, convidou os moradores da Vila de Odemira, que é a primeira do Além-Tejo na dita Costa, confinante com o Algarve: eles acederam ao convite, participando à Câmara de Vila Nova de Mil Fontes, que também se uniu à Revolução.

Alguns dos habitantes destas Vilas, que já tinham proclamado a Soberania de S.A.R., partiram para a Vila de Santiago de Cassen, e aí aclamaram a Soberania Portuguesa na madrugada do dia 27 de Junho. O Governo estabelecido nesta Vila expediu os seus Emissários na mesma manhã para a Praça da Vila de Sines, onde estava uma pequena guarnição Francesa, e ela foi presa pelo Povo, e conduzida para o Algarve, ficando desta sorte a dita Praça unida à Revolução. Os habitantes de Sant'ago¹⁹⁶ saíram também no mesmo dia para Grândola, e fizeram, com que ela levantasse, apesar de alguma irresolução, que houve por causa de estar esta Vila mais perto da Força Francesa, que **(54v)** ocupava Setúbal.

Estabeleceram-se duas Juntas do Governo, uma em Sant'ago, outra em Grândola, as quais se reconheceram sujeitas à de Beja, constituída como Suprema na Província de Além-Tejo. A Junta de Sant'ago, querendo promover a defesa contra os ditos Franceses, estacionados em Setúbal, e dos quais teria algum ataque, e não tendo nem armas, nem pólvora, recorreu no dia 28 à Esquadra Inglesa do Almirante Cotton¹⁹⁷, que mandou logo um Fragata ao Porto de Sines, a qual distribuía Espingardas, Pistolas, Espadas, pólvora, e bala pelos Povos das

¹⁹⁶ Santiago do Cacém, no Alentejo.

¹⁹⁷ Sir Charles Cotton, 5th Baronet: With the Battle of Trafalgar and the collapse of French hopes of invasion, Cotton took command of several ships stationed off the Tagus in Portugal. After the French invasion of Iberia, Cotton closely supported the Portuguese defences and subsequently the army under Sir Arthur Wellesley which fought at the Battle of Vimeiro. In 1808, Cotton remained off Portugal and arranged Lisbon as the principal harbour for the British invasion of Iberia later in the year. He also planned and executed the seaborne extraction of the 30,000 men of Sir John Moore's army trapped in Galicia. Cotton's plans allowed a fleet to transports to remove the vast majority of the army after they had defeated close French pursuit at the Battle of Corunna. Late in the year, Cotton was recalled to Britain. KRAJESKI, Paul C. "Cotton, Sir Charles" In: *Oxford Dictionary of National Biography*, 2008.

sobreditas Vilas. Consta o referido de uma Relação impressa com o título: Continuação da feliz, e gloriosa Restauração da Comarca de Campo de Ourique pela parte do Poente¹⁹⁸, que se acha junta na dita Coleção referida na Nota 25.

Na parte continental do Além-Tejo haviam começado também pelo mesmo tempo os movimentos do Povo contra a dominação estrangeira. Os habitantes de Vila Viçosa deram o exemplo ao 20 de Junho, e os de Beja quase na mesma época, e com maiores estragos, por serem mortos dois Magistrados da Comarca às mãos da multidão desenfreada. Corpos do Exército Francês, comandados pelo General Avril¹⁹⁹, e pelo **(55)** Coronel Marausin, entraram naquelas quase inernes Povações, porque as armas, que tinham, nem merecem este nome, quando se trata de fazer frente à Tropa regular dispersaram, os que se lhe quiseram opor, e renasceu uma aparente tranqüilidade, filha do medo, e dos estragos bélicos, a que elas se expuseram, sem ter meios para os repelir. Gazeta de Lisboa do dia 8 de julho de 1808.

O Juiz de Fora de Marvão apenas soube, que em Badajós se tinha erigido uma Junta em nome de Fernando VII, dirigiu-se a ela com uma Carta, dando-lhe os parabéns pela sua resolução, e certificou-lhe iguais desejos de aclamar a S.A.R., pedindo-lhe Tropa para o dito fim. A Junta respondeu-lhe, que ainda lhe não podia dar auxílio algum, e o dito Magistrado recorreu à Junta de Valença de Alcântara, de que recebia uma igual resposta: foram conhecidos, e acusados aos Franceses estes seus Paços, e o Governo estrangeiro perseguiram, mas ele auxiliado por um

¹⁹⁸ CARVALHO, Bonifácio Gomes de. *Continuação da feliz, e gloriosa Restauração da Comarca de Campo de Ourique pela parte do Poente*, Lisboa, 1808, 3p.

¹⁹⁹ Avril, Jean-Jacques: Nasceu em 11 de Novembro de 1752, em Loudun (França) e morreu em 19 de Junho de 1839, em Le Bouscat (França). De 1801 a 1807 ocupa postos administrativos no sul de França, sendo nomeado general de brigada no Corpo de Observação da Gironda que invade Portugal. Enviado em Março de 1808 para Estremoz, sob o comando do general Kellermann, é encarregue da repressão do levantamento de Vila Viçosa que ataca no dia 19 de Junho, permitindo que a vila seja posta a saque. Participa na batalha do Vimeiro, regressando a França após a Convenção de Sintra. TULARD, Jean. *Histoire et Dictionnaire du Consulat et de l'Empire*, Op. cit

Estudante conseguiu fugir ao perigo, retirando-se para Valença de Alcântara. Pediu aí Tropa para vir salvar da Cadeia, e do castigo uns presos que o tinham sido por causa da sua fuga e não a conseguindo, sabendo, que a Tropa Francesa tinha saído de Marvão, assim mesmo sem **(55v)** Tropa veio de Valença ao termo daquela Vila, correu por ele, convocando Povo, e chegando a juntar 90 homens, com os quais entrou pela meia noite em Marvão, soltando os ditos presos, e prendendo o Governador, que conduziu à Valença. Conseguiu então, que se lhe dessem 180 soldados, com os quais entrou na dita Vila em o dia 26, tomou as Armas, que haviam escapado aos Franceses, e aclamou a S.A.R. no dia 27. *Minerva Lusitana Suplemento. Nº9*²⁰⁰ datado do dia 2 de janeiro de 1809.

O Corregedor de Beja, que se retirou da Cidade, quando ela foi acometida pelos franceses, segundo dissemos, dirigiu-se à Aiamonte a pedir a sua Junta armas, e munições para a defesa da Cidade, e conferindo-lhe ela duzentas, das que se haviam entregue aos dois Comissários do Algarve, de que acima falamos, veio o dito Ministro requerê-las ao Conde Monteiro Mor, e à Junta de Algarve, a que ele presidia, e conseguindo-as, e mais 4 Peças de Campanha, alguns Artilheiros, e alguma Tropa de Infantaria, entregou tudo à direção Militar do já referido Governador e Capitão do Algarve, que também lhe concederam para o acompanhar, e partiu para Beja por Bertola, indo restituir a dita Cidade ao estado de insurreição contra o Governo estrangeiro, de que ela a pouco tinha saído. **(56)** E como

²⁰⁰“Entre os modos diferentes, com que os bons Portuguezes manifestarão a sua magoa pelo bárbaro Decreto do 1º. De Fevereiro de 1807 merece especial menção o modo porque o juiz de Fora de Marvão, António Leite de Araújo Ferreira bravo, fez publico naquella Villa o seu sentimento; porque apenas lhe constou, que já não éramos governados em nome, e autoridade do nosso muito amado PRINCIPE REGENTE, participou `Camara, que n'ao podia continuar a servir o seu lugar, pretextando moléstia; veste-se todo de lucto, até pondo fumos na espada e chapeo, e deste modo apparece em todos os lugares; protesta à vista do povo na Igreja do Espirito Santo, que só sendo restituído o seu Augusto, e Legitimo Soberano continuaria a exercer o seu cargo; e depositou a sua vara na Capela do Senhor dos Passos da dita Igreja. Com tudo quanto se publicou a ordem para que se picassem as Armas Portuguezas, rogou ao juiz Vereador, não fizesse tal; mas que as tirasse do pelourinho, e que lhas mandasse para sua casa, onde as conservou até o tempo da nossa liberdade. (...)” MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, 2 de janeiro de 1809, suplemento, n. 9.

Presidente da Junta de Beja, que se dizia Suprema no Além-Tejo, tratou de levantar Regimentos, de dispor os preparos necessários para sustentar a defesa da Cidade, e despachou um Marechal de Campo o dito Governador, e em Tenente Coronel o dito Capitão. Conta tudo isto da dita Relação já citada pouco acima com o título = Declaração da Revolução principiada no dia 16 de Junho dito²⁰¹.

Em Castelo de Vide entraram no dia 6 de Julho trezentos à quatrocentos homens de Recrutas Espanholas, Comandados por um Tenente Coronel, o qual leu um ofício do General da Extremadura para ser reconhecido Governador daquela Praça. No dia 7 se juntou a Tropa Espanhola para acompanhar a Bandeira Portuguesa do Regimento de Infantaria N° 8, que cercou o Tenente Coronel do dito Regimento, e que acompanharam os outros oficiais, que haviam pedido a sua demissão ao Governo Francês, e chegando à porta do Juiz de Fora, saiu ele com a Câmara, e com o Estandarte dela, e foram aclamando a S.A.R. até ao Castelo, em que se pos a Bandeira Militar, e voltando às Casa da Câmara, puseram o seu Estandarte em uma janela, aonde se conservou até o dia 10, em que foi levado pelo Senado à Igreja de Misericórdia magnificamente **(56v)** ornada, para nela se orar pela tranquilidade Pública. Fez-se a festa, e ao encerrar do Santíssimo Sacramento desembainhou o Governador espanhol a sua espada, o que imitou toda a Oficialidade, e com eles protestaram as pessoas assistentes defender a Religião, e as duas Coroas. Porto Alegre aclamou também a S.A.R. pelo mesmo tempo, estabelecendo uma Junta, de que era Presidente o Bispo, e recebendo um

²⁰¹Trata-se da *Declaração da Revolução principiada no dia 16 de Junho de 1808 no Algarve, e Lugar de Olhão pelo governador da Praça de Villa Real de Santo António, José Lopes de Sousa para a Restauração de Portugal*. Lisboa, 1808, 48p. , citada anteriormente.

Comandante Espanhol. *Minerva Lusitana Supementol* Nº 2²⁰² datado do dia 7 de Setembro de 1808.

No dia 20 de Julho chegaram à Évora pelas sete horas da noite dois Oficiais Militares, um Espanhol, outro Português com cem homens de Tropa de pé, e de cavalo, dizendo, que até ao dia 22 havia de entrar naquela Cidade um grande corpo de Exército Espanhol, e Português, para lhe ajudar a sacudir o jugo estrangeiro. Em consequência desta notícia aclamou-se logo S.A.R, repentinando-se em altas vozes por todos as partes = Viva o Príncipe Regente, viva a Real Família = e havendo três dias de luminárias. *Minerva Lusitana* No 12 em a data de 27 de Julho de 1808²⁰³.

No dia 29 seguinte o General Loison chegou à dita cidade inteiramente destituída de meios suficientes para se defender: e Comandando um Corpo de **(57)** Tropas Francesas venceu a tal, qual resistência, que se lhe pretendeu fazer, e que se lhe podia fazer, e além dos muitos Portugueses que morrerão, foi a Cidade saqueada. O Desembargador Corregedor de Évora fugido ao estrago dos Franceses, foi perseguido por facciosos Portugueses, que com o pretexto de traidor lhe deram uma cruelíssima morte, e pouco depois retirando-se da Cidade a Tropa Francesa, novos tumultos sucederam, e o respeitável Arcebispo tão conhecido por letras, e Virtudes foi preso pelos seus Diocesanos, figurando nisto principalmente Eclesiásticos, o que conduziram para Beja, aonde a Junta Suprema do Além Tejo

²⁰²“Na noite de 30 de julho recebo o Governador de Castelo de Vide D. Vicente Peres, hum officio do Comandante Hespanhol da cidade de Portalegre, e o Juiz de Fora da mesma Villa recebo outro enviado pelo Corregedor da Comerça: em ambos se participava, que os Francezes tinham chegado a Estremôz, e dali marchavam para Portalegre, que se tomassem as medidas precisas para a defesa, reunindo-se todos em um ponto, que parecia o melhor daquela cidade, com a Artilharia” MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, 7 de setembro de 1808, suplemento, n.2.

²⁰³“Hoje às 7 horas da noite chegarão a esta Cidade 2 Officiaes militares, hum Hespanhol, e outro Portuguez com 100 homens de pé e de Cavallo, e dizem, que até o dia 22 deve aqui entrar hum grande corpo de tropas Hespanholas e Portuguezas, para nos ajudar a sacudir o tyrannico jugo, que nos opprime. Em razão desta agradável noticia deo esta Cidade as maiores demonstrações de alegria, e acclamou o nosso Augusto Soberano, repetindo-se por todas as partes em altas vozes= Viva o PRINCIPE REGENTE; Viva a Familia Real= havendo depois 3 dias de liminarias.” MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, 27 de julho de 1808, n.12.

a conservou recluso em um convento, até que ela deixou de existir, e se restabeleceu em Lisboa o Governo Português.

O Tenente Coronel, de que falamos proximamente tratando de Beja, foi mandado partir desta Cidade aos 13 de julho com 30 Soldados de Infantaria, e 20 de Cavalaria para formar o Cordão ao Sul do Sudam o que ele executou, juntando algumas ordenanças de Sant'ago de Cassen²⁰⁴, e de Grândola que fariam o número de 1800 homens. Aceitou quatro peças de ferro, que havia achado em Melides, sobre as margens do dito Rio no sítio de Montalvo, para segurar a Vila de Alcácer do Sal contra a invasão do inimigo, e fez, com que nela se aclamasse a S.A.R. no dia 26, e se formasse a sua Junta de Governo. **(57V)** Consta da Declaração da Revolução principiada no dia 16 de Junho de 1808²⁰⁵ de que acima falamos.

Mas a 14 de Agosto entrou a dita Vila de Alcacer um Corpo de Tropas Francesas com seu Parque de Artilharia debaixo do comando do General Klerman²⁰⁶; e conseqüentemente fugiram todos os moradores da Vila, a Junta, o Clero, Nobreza, e Religiosos que andaram vagando pela Charneca. Por ordem da Junta de Beja vieram em seu auxílio o Marechal, e Tenente Coronel feitos pela dita Junta, de que temos falado mais vezes, sendo acompanhados da Tropa, que comandavam: retiraram-se os Franceses de Alcácer primeiramente para Setúbal, e depois para Palmela no dia 18 de Agosto. Pediram então os ditos Oficiais licença à Junta para irem ocupar Setúbal, e conseguindo-a, marcharam para a dita Vila, que já tinha aclamado à S.A.R, e formado a sua Junta de Governo poucos dias antes, logo que os

²⁰⁴ Santiago do Cacém, no Alentejo.

²⁰⁵ Documento citado anteriormente.

²⁰⁶ François-Étienne Kellermann nasceu em 4 de Agosto de 1770 e faleceu em 2 de junho de 1835. Conde, Marquês e Duque de Valmy. Entrou no Exército aos 15 anos e fez parte da embaixada francesa nos Estados Unidos da América entre 1791-1793. General de Brigada em 1797, foi promovido a General de Divisão, por seu desempenho em Marengo. Participou da ocupação de Lisboa em Novembro de 1807. Encarregado de restabelecer as comunicações entre Lisboa e Madri quando a Revolta começa em Espanha. Permaneceu em Espanha até 1811, quando é reformado por ser culpado de requisições abusivas. Chamado a ativa em 1813, participou das Campanhas da Alemanha. TULARD, Jean e outros, *Histoire et Dictionnaire du Consulat et de l'Empire*, Paris, Laffont, 1995.

Franceses se retiraram dela, em cuja ocasião procedeu o Povo de Setúbal com os mesmos alaridos, e bandos, que temos referidos das outras Povoações do Reino, prendendo o Corregedor da Comarca, e mais outras pessoas.

O General Grendorge²⁰⁷ mandou **(58)** no dia 24 seu Ajudante de Campo anunciar o Tratado de Evacuação ao Comandante da vanguarda do Exército do Sul, que era este Corpo, de que temos falado, o que ocupou Setúbal: pedindo primeiro, que se lhe assinasse sítio para o dito Ajudante fazer a entrega da Carta em parte, aonde estivesse livre a sua pessoa. O Chefe do regimento e Setúbal, que fazia de Governador da Vila, tenha se antecipado a receber o Emissário, e este depois de tratar com ele pediu-lhe licença para entrarem Setúbal e visitar uma família, a quem era obrigado: concedeu-lhe o dito Governador e conduziu-o ao seu Quartel com outro Oficial de Palmela, e com dois dragões: mas o povo (diz a Relação deste acontecimento) que já tinha aclamado o Príncipe Regente Nosso Senhor por seu Legítimo Soberano, e de algum modo se tinha posto em ação de desfazer, teve por traição a dita Licença, não querendo reconhecer o Francês como Emissário, mas sim como espia, e prendeu os ditos quatro Franceses, sendo depois todos mortos pela Tropa, sem que os seus comandantes pudessem remediar. Que discursos! Que tropas! Que Ochlocracia!

Apesar porém da Convenção para evacuarem os Franceses Portugal participado como fica dito (diz a mesma Relação) **(58v)** que continuara a atividade dos ditos Oficiais da referida Vanguarda do Exército do Sul, a tomar os pontos de defesa da Vila, do porto, e a tratar do sítio de Palmela, obrando-se com

²⁰⁷ Jean-François Graindorge nasceu em 1 de Julho de 1770 e faleceu em 1 de Outubro de 1810. Barão do Império Francês. Em 1791 era tenente de um batalhão de Voluntários. Em 1799 foi promovido a Coronel por sua atuação no Exército da Helvécia. Entre 1805 e 1807 serviu sob o comando de Lannes. Em outubro de 1807 foi transferido para o 1º Corpo de Observação da Gironda, abandonando Portugal com o Exército de Junot. Em 1809 regressou a Portugal sob o comando do General Massena, morrendo na batalha de Buçaco em setembro de 1810. TULARD, Jean e outros, *Op. cit.*

tanto acerto, que todo o soldado francês, que saía da praça, era aprisionado e morto.

Os Franceses evacuaram Palmela em o dia 4 de Setembro, e no dia 7 foi S.A.R aclamado na mesma Vila, e estabelecida a sua Junta do Governo por cooperação do referido Marechal, o qual mandou no dia 12 fazer semelhante aclamação, e semelhante estabelecimento de Junta na Vila de Coimbra, e o mesmo na vila Azeitão em o dia 13. Consta todo o referido de uma Relação impressa com o título = Continuação da narração dos acontecimentos, que ocorrerão na Vanguarda do Exército do Algarve²⁰⁸ = a qual ainda junta na Coleção referida na Nota 25.

§11

Corolários deduzidos, do que fica exposto sobre a primeira época da Revolução.

Esta foi a maneira, porque a Revolução Portuguesa de 1808 começou em todas as Províncias do Reino. Nós seguimos as Relações, que foram impressas, ou nas Gazetas, ou **(59)** avulsamente, as quais mostram com toda a evidencia, que foram publicados por aqueles, que primariamente intervieram nestes acontecimentos e nós copiamos na parte mais substancial até as suas mesmas palavras. Ninguém poderá dizer, que pintamos os fatos a nosso sabor, para sobre eles discorrermos: nós os referimos, como os descreveram, os que mais julgavam honrar-se com eles. E não será necessário coisa alguma mais além das ditas Relações, por nós fielmente seguidas, para se conhecer que a Ochlocracia se desenvolvera em toda a sua extensão nesta época sobre Portugal.

Em toda a parte a vontade individual apareceu substituída em lugar da vontade geral, julgando-se cada cidadão autorizado

²⁰⁸ *Continuação da narração dos acontecimento que ocorrerão na vanguarda do exercito do Algarve commandada pelo Tenente Coronel Sebastião Martins Mestre.* Panfleto de 5p., sem maiores informações de edição e data.

para levantar a voz em público e aclamar um novo Estado Político, que parecia mais conforme com as suas idéias. Cada Cidadão por tanto se julgava o todo da Nação, ou o seu Chefe: e eis aqui na prática entre nós o princípio essencial da Oclocracia. (§5)

A forma da Constituição Política do Reino desapareceu logo com a instituição das Juntas do Governo na maior parte das Povoações, e o seu estabelecimento pelo que temos visto, parecia, que era o primeiro cuidado dos que figuravam naqueles **(59v)** movimentos. É fácil de conhecer o motivo, por que se seguiu esta virada: ela era indispensável para se ingerirem na Administração Pública as muitas pessoas, que cobiçavam esta influência, e que a não podiam ter, conservando-se a anterior organização Política, em que elas não entravam. Seguia-se nisto o exemplo da Espanha, que também começou a sua Revolução estabelecendo Juntas de Governo em todas as suas Povoações de alguma consideração: o motivo foi sem dúvida o mesmo. E quando na América o Reino de Granada acumula as suas queixas contra a Espanha Européia a fim de se separar dela, conta neste número muito particularmente, não se lhe consentir o estabelecimento de outras semelhantes Juntas no seu Território, e estas queixas nasciam da mesma cobiça dos que pretendiam entrar nas Juntas; Correio Brasiliense. Nº 34 pags 216²⁰⁹.

O nosso sistema Administrativo estava organizado: todos os Poderes Públicos se acharam entregues aos seus respectivos Funcionários: estas Juntas vinham a ser umas rodas novas, que se introduziam na máquina Política destinada para se mover sem elas, e não podiam deixar de a desarranjar. E qual era a função destas novas rodas, que se introduziram na máquina? Que eram **(60)** estas Juntas? Qual era a sua Constituição, e qual o seu Poder? Elas podiam tudo, por isso mesmo, que se não conhecia, o que podiam. Tratando do segundo período da Revolução nós

209

veremos a cada uma delas exercitando todos os Poderes Majestáticos, que lhes agradavam fazer uso, bem como se cada uma delas fosse o chefe de um Estado.

Qual era o empenho, que os Portugueses diziam ter nestes seus movimentos? Repelir a dominação estrangeira e restituir-se a Soberania da Sereníssima Casa de Bragança. E sendo assim, porque se não entregava a Pública Administração aos Funcionários Militares, e Civis, a que ela tinha sido confiada pelo mesmo Soberano, que se aclamava? No Minho, Beira, e Trás-os-Montes havia Tenentes Gerais com os Governos Militares, em Algarve residia um Governador ainda mais autorizado: em todas as Comarcas do Reino havia os Magistrados Civis, e estas molas davam todo o movimento a nossa organização Administrativa. A que fim pois se dirigia introduzir nela uma nova força motriz, que paralisava as outras? É verdade que faltava o centro comum do movimento, porque não podia obrar ainda o governo, que sua Alteza Real. **(60V)** a deixara em Lisboa: mas as províncias do Norte reconheciam como Suprema a Junta do Porto, eis aqui substituindo este centro de que se carecia: porque motivo pois não obstante isto, se instituíram, e se conservaram todos as outras?

Todos os que sabem alguma coisa da História Moderna, conhecem a anarquia, em que por tantos séculos viveu sepultada a Europa por causa das pequenas frações, em quando estava dividida a Soberania nos diferentes Estados, de que ela se compunha: todos conhecem, que nestes desgraçados tempos de discórdia, e de barbaridade, os sanguinolentos Anais da História não oferece outra coisa mais, de que uma tediosa, e fria repetição de Guerras Civis e Religiosas, e de Massacres perpétuos. Este sistema Político era muito anárquico, e muito fraco para poder durar, se não fosse universal, como era: a mais pequena Potência, governada, como o são presentemente os Estados da Europa, teria com suma facilidade conquistado todos estes Reinos, sem subordinação, e cujos membros divididos não

tratavam, senão de se dilacerarem mutuamente. Os desvelos dos Soberanos conseguiram com muito trabalho, e depois de consumido muito tempo, organizar Constituições Políticas, que concentrassem o Poder, para que ele fosse capaz. **(61)** de dar a força necessária à Pública Administração: e Portugal imitando Espanha só um momento com as suas infinitas Juntas de Governo, destruir as obras de tantos séculos, e que tinha merecido os louvores de Robertson²¹⁰, de Lolme²¹¹, e de outros Políticos seus iguais!

Isto quando? Naquela mesma época, em que na Europa havia um Potência tão formidável, e tão anti- anárquica, como é o atual Império da França! E adotava aquela Constituição para lutar com este Império?

As Juntas criadas pelos povos estavam-lhes todos os dias lembrando o seu Poder, porque eles as tinham feito, elas não eram um Simulacro, que perpetuava aos olhos do Povo, a memória de sua autoridade. Nós as fizemos, nós as podemos desfazer, e substituir-lhes outras, não era possível que isto deixasse de lembrar à multidão em todos os instantes. As Juntas pois eram o mais proveitoso fermento para a anarquia. E não sucederia o mesmo, se conservada a anterior Constituição do Reino, se confiasse a Pública Autoridade às pessoas, que tinham do Soberano, e não do Povo.

E pela outra parte as Juntas não podiam tão depressa esquecer-se, de que deviam ao Povo a sua origem, para que **(61V)** deixassem de lisonjear, como ao seu Criador Político. Tudo pois concorria neste estabelecimento para nutrir a Oclocracia, e por isto louvamos Bragança, por ter dado o útil, e único exemplo da dissolução da sua Junta.

Se se comparassem as relações, que fizemos do princípio da Revolução Portuguesa com a teoria, que demos sobre as

²¹⁰Provavelmente o citado autor da História da América.

²¹¹Jean- Louis de Lolme: nasceu em 1741, em Genebra e morreu em 1804. Mudou-se para a Inglaterra, onde se tornou cidadão. Sua obra mais importante é *A Constituição da Inglaterra*, publicada em 1775.

emanações da Oclocracia, há de achar-se, que estas apareceram todas. Há de vir-se a dominação do espírito popular, e conseqüentemente em tudo inconsideração que é própria dele: Donde resultou quase em toda a parte, começar-se por aclamar a Soberania Portuguesa, com o inimigo à vista, indo-se depois ao acaso pedir os socorros necessários para sustentar aquela aclamação os quais nunca se acharam: passando imediatamente a multidão para a crise de pavor, no meio da qual desamparava as Cidades e Vilas deixando-as entregues ao destroço, e saques dos Franceses.

Há de ver-se aparecer em tudo o orgulho próprio do Povo, quando ocupa a Pública Autoridade, donde resulta os louvores, que ele mesmo se atribuía o desprezo, com que falava de todos as grandes Nações da Europa, que os Franceses tinham vencido, e com que olhava as forças da França, arrogando-se a primeira consideração entre as Gentes, não tendo feito, senão prender alguns Portugueses, a que chamou traidores, e fazer **(62)** fugir, aprisionar, ou matar algumas dezenas de Franceses que foram surpreendidos por montões de Povo, quando não esperavam ser atacados, e que estavam isolados em pequeníssimos Corpos no centro de muito populosas Cidades, Vilas, e Povoações. Não eram desta natureza os grandes feitos; que honraram o Nome Português nos brilhantes dias de sua glória: e quando se comparavam com eles as fraquezas do povo Português na época de que tratamos, dando-se-lhe um louvor só digno daquelas façanhas, fazia-se um gravíssimo dano à Causa, em que se entrava. Nós lamentamos isto muitas vezes naquele mesmo tempo, e muita gente se lembrara de nos ouvir dizer, que quando se tratava, ou se devia tratar de fazer uma Nação Valente, nada era mais contrário a isto, do que louvar-lhe fraquezas, como feitos heróicos, porque isto era habituá-la a ser fraca, e honrar-se com a fraqueza. O General Lorfom com um Corpo de Tropas, que se dizia composto de 4000 homens atravessou toda a Província da Beira, no meio desses

levantamentos, perseguido aqui por 30.000 homens, a cola por 6.000 homens, sentindo todos chegarem tarde para o não destruírem completamente: e ele castigou a seu arbítrio as Povoações, que lhe pareceu, e recolheu-se à Lisboa. Todos porém triunfaram dele!

Há de ver-se enquanto a Moral relativa à Guerra, o mesmo espírito de vingança, que é próprio da multidão, quando **(62V)** impera, segundo mostro no § 6 N^o 6.

Há de ver-se em tudo a crença, e a ignorância popular: a confiança nas notícias mais fabulosas, e mais inacreditáveis, e nos meios de defesa, e de força os mais impotentes, e pueris: e a confusão do valor com a temeridade, e com a loucura, referindo-se como muito gloriosas ações, que se empreenderam sem haver nem aparência dos meios necessários, para se sustentarem, com se jamais se pudesse chamar valoroso, quem se louvava sem fim algum, e só por indiscrição em um precipício irremediável!

Há de ver-se em toda a parte a desconfiança, e as perseguições irregulares filhas dela, e todas estas feitas à sombra do princípio aparente da Revolução. O Povo prendeu muitas, e diversas pessoas, no meio dos seus tumultos da aclamação, e prendeu-os como? Carregando-os logo de insultos, e de impropérios, destruindo-lhes seus móveis, arruinando-lhe seus bens, e tudo com o pretexto de serem desleais a S. AR e aderentes aos Franceses. Estas perseguições foram dirigidas principalmente contra as classes invejadas na Sociedade pelo Povo, ou seja pela sua riqueza, ou seja, pelos seus empregos, e autoridade. Muitos Magistrados foram presos por aqueles, que deviam somente obedecer-lhes, e este terrível exemplo fez com que **(63)** os outros para evitarem semelhante sorte fossem obrigados a prostituir-se a outra ainda mais desgraçada de se fazerem Povo, órgãos do Povo, e cooperadores nos seus desatinos. Veja-se com atenção, como o Juiz do Povo do Porto

na sua Carta, por nós trasladada na Nota 24 gaba o seu Povo, por ter praticado semelhantes procedimentos.

Não podemos porém deixar de referir aqui o nome de duas pessoas, que nesta Cidade entraram muito principalmente no número destes perseguidos: elas foram José de Souza e Melo e Manoel Teles Correa Maria. O primeiro era Deputado da Companhia da Agricultura, e Comércio dos Vinhos do Alto Douro, e tinha recebido muitos testemunhos da Beneficência de S.R, que lhe deu o Fôro de Fidalgo; a honra de Comendador, e que até por uma Carta Régia dirigida à Câmara do Porto determinou, que ele fosse Vereador Vitalício na dita Cidade. Ele tinha exercitado muita autoridade, e usado de muita prepotência em razão dos seus considerabilíssimos empregos; a inveja tinha olhado para ele com uma inquietação, e por isso muitos do Povo o aborreciam; mas ele nada menos era, do que afeiçoado à alteração do Estado Político do Reino pela invasão dos Franceses, nem era possível que o fosse, quem estava tão feliz, e tão favorecido no Governo de S.AR, e que não podia esperar nem mais, nem tanta fortuna debaixo da dominação estrangeira. Pela outra parte parecia, que todos os testemunhos, que **(63V)** ele tinha da Real Beneficência, deviam ser outros tantos garantes da sua segurança, e consideração, para com o povo, quando ele aclamava a soberania que lhe havia dado . Mas não sucedeu assim: O Povo correu as suas casas para o prender, declarando-o traidor, e porque o não achou, quebrou-lhe as vidraças, e estragou-lhes os móveis, e havendo quem lembrasse, que ele estava escondido no convento das Freiras Carmelitas do Porto, aonde tinha parentes muito próximos, um tumulto pretendeu romper aquela austera clausura, para ver se achava nela. Foi preciso, que o Bispo Presidente da Junta viesse em pessoa pedir à multidão, que desistisse daquele empenho, e muitas horas se passaram sem praticar, sem que o concurso se dissolvesse. Chegava a noite, e ou por isso, ou por outra alguma coisa, finalmente os governados se retiraram despachando as

instantes preces de quem os governava. E o Bispo julgava ter ganhado um triunfo quando acabava de deixar de ser governo.

O segundo, de quem nos lembramos era um cavalheiro da Ordem de Cristo²¹², Cidadão da Cidade do Porto, que há muitos anos exercitava o lugar de Procurador da mesma cidade, porque S.A.R. tinha expedido um Aviso do Desembargo do Paço²¹³, que o mandava conservar nele, enquanto não ordenasse o contrário. O seu ofício e o seu gênio o conduzia a entender freqüentemente com os vendedores dos gêneros, de que se provia a cidade, e com outras **(64)** muitas pessoas da classe do Povo, com que o Governo econômico tinha freqüentes relações. Era, pois, odioso a muita gente, e daquela Classe que imperava, mas não entendia nem uma só palavra Francesa, nem jamais tinha tido opinião alguma Política, nem era capaz de a ter. Assim foi declarado pela multidão Inconfidente, e ela o procurou na sua casa para o prender e porque o não encontrou, exatíssimas diligências se fizeram, a fim de o descobrir, até que foi achado e escondido atrás do Altar de uma Capela junto ao Quartel Militar da Praça de Santo Ovídio. Dali foi arrebatado pelo Povo entre apupadas, e insultos da ínfima plebe, que lhe atirava à cara com os animais mortos, e com as frutas podres, que encontrava pelas ruas, e chegando este infame triunfo ao Paço do Bispo, este mandou recolher na cadeia a dita desgraçada vítima, que nela se demorou bastante tempo, até que foi solta finalmente, por não haver culpa alguma contra ela, e pouco depois morreu acabrunhada com aquele trabalho.

Quase que em toda a parte houveram fatos semelhantes, filhos das vinganças populares, e todos cobertos com nome de

²¹²Ver: MATTOS, Gastão de Mello de. "Ordem de Cristo" In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, op. cit., p. 236, v. 2.

²¹³Tribunal superior do Reino também chamado mesa do desembargo do paço, ao qual competia submeter a despacho do monarca os negócios relativos à concessão de revisão dos processos em que se recorresse ao Rei e a resolução dos conflitos entre tribunais ou autoridades, o recrutamento e provimento de juizes, entre outras questões. TORRES, Rui de Abreu. "Desembargo do Paço", In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Figueirinhas, s/d, v.2., p. 289.

Patriotismo, tanto assim que na Relação de Barcelos, que acima referimos, contando-se a sua Revolução se lhe dá como singular merecimento, não ter experimentado os tumultos populares, que se viram nas outras povoações; e de Vila Nova de Foz-Côa²¹⁴, diz a Minerva Lusitana Nº 17 **(64V)** na data de 5 de Agosto de 1808 = os motins, que por ocasião da Revolução se tem experimentado nesta Vila, começam a dissipar-se, e a Vila a restituir-se à sua tranqüilidade, e Ordem com a passagem do Regimento de Infantaria de Bragança. Os malvados, que os ocasionavam para roubarem os negociantes ricos ali estabelecidos com o pretexto de espias de Lagarde²¹⁵, e vendidos a Junot, tem desaparecido, e principia-se a fazer depósito de vários roubos para depois expiarem uma parte de seus crimes.²¹⁶

Assim começou a Revolução de Portuguesa de 1808, e ninguém poderá duvidar de que nesta sua primeira época fosse Oclocrático e seu espírito, e de quem nela aparecessem todas emanações da Oclocracia. Vejamos se ela conservou o mesmo espírito, e se aparecerem estas mesmas emanações no segundo período, que decorreu até o estabelecimento do Governo de Lisboa. Mas antes disso cumpre fazer a reflexão seguinte.

E como seria possível, que as pessoas direitas, que havia em Portugal quisessem tomar parte em uma empresa desta sorte começada? Como seria possível, que elas não vissem com horror as conseqüências de uma semelhante desorganização Política? Elas todas viam, e conheceram os frutos desta desordem, e julgaram-os irremediáveis, quiseram ao menos preservar os seus nomes, de aparecerem em uma História, que havia **(65)** de desonrar os que entrasse nela, e procuravam por isso constantemente anular-se neste primeiro período, em que

²¹⁴Município localizado na Beira.

²¹⁵Pierre Lagarde desempenhou função de Diretor geral da polícia do Estado de Veneza. Foi nomeado por Napoleão intendente geral da polícia do Reino de Portugal em 23 de março de 1808. Lagarde também acumulou os cargos de conselheiro do novo governo e de redator da coluna sobre Lisboa publicada na *Gazeta de Lisboa*.

²¹⁶O autor cita integralmente a informação contida na Minerva. MINERVA LUSITANA, *Op. cit.*, 5 de agosto de 1808, n. 17.

dominava a ignorância, e o delírio. Os demagogos e os cortesãos do povo foram os que se apresentaram para a dirigir, e foi neles, que recaiu a principal influência sobre a Administração Pública. A honra do Nome Português pede, que se faça esta observação, para que se não julgue desconhecimentos, que havia no Reino, pelos que se manifestaram no começo desta crise. Se tudo, o que os vindouros hão de ver escritos nesta época, lhes indicar o maior atrasamento em todos os ramos das ciências, eles não devem decidir por isto, que os portugueses estivessem no primeiro período da sua Civilização. Nenhum dos homens conhecidos, e acreditados na classe da Literatura, apareceu, ou figurou nos primeiros dias desta Revolução, e sendo ela começada com tão maus auspícios, era mesmo inevitável, que ou fossem perseguidos, ou se escondessem o que eram capazes de aparecer distintamente, quando o Conselho, e a Sabedoria presidisse. (65v) (66)

2ª Época

Desde o rompimento da Revolução até o restabelecimento do Governo Português em Lisboa.

§12

Necessidade que havia de corrigir a Oclocracia

Assim começou a Revolução Portuguesa Oclocrática em toda a parte do Reino ao mesmo tempo que ela se dizia dirigida a restabelecer a Soberania da Sereníssima Casa de Bragança nos seus Estados da Europa. Para isto era necessário vencer os Franceses, que estavam em Portugal, e poupar depois uma vigorosíssima defesa contra as outras forças Militares da França, que necessariamente haviam de entrar na Península: e nestas circunstancias curativo da Oclocracia era o mais importante objeto, que deveriam ter em vista aqueles, que o Povo tinha

escolhido para governar porque sem o dito curativo continuaria a multidão a ter o exercício do Público Poder, ou a influir nele ativamente, e nada mais era preciso, para que se não pudesse levar ao fim aquela empresa começada.

A multidão é igualmente **(66v)** inconstante, que temerária, e sempre semelhante às ondas do mar, que se levantam sem motivo, e que uma vem, e outras vão. Quando pois há Filipes²¹⁷, que pretendem subjugar a Grécia, para que eles o consigam é bastante conservar-se a Causa Pública entregue a um semelhante agente: e abrigar-lhes os caminhos para os seus fins, confiar o Governo à mãos tão inconstantes, e que se podem fazer obrar tão facilmente. Apesar de todo o ciúme dos Romanos pela liberdade, ele nas suas maiores crises políticas escolhiam um Ditador, que unia em si o poder de todos os Magistrados, e toda a Autoridade Pública. Para conservarem a liberdade deixavam de ser livres por algum tempo. Tanto conheciam eles a necessidade de se extirpar inteiramente a Oclocracia para vencer nos grandes perigos do Estado!^{XXIX}

E não se devia retardar nem um só momento a cura desta enfermidade, porque toda a demora a fazia progressivamente cada vez mais dificultosa. A continuação das moléstias produzia o hábito morboso, e este é quase sempre mais difícil de corrigir, do que a mesma enfermidade, principalmente nas moléstias morais, porque nelas tanto maior é o numero dos atos, que tem habituado o enfermo ao vício, que se pretende corrigir, quanto mais cresce a resistência, que ele põem ao seu curativo.

***Principius obstat, sero medicinae
paratuo (67) cum mala perlongas involuere moras***²¹⁸

²¹⁷Trata-se dos Filipes da Macedônia.

²¹⁸Segundo Paulo Roónai: Principis obsta, sero medicina paratur/ cum mala per longas convaluere moras, “Opõe-te aos começos”, isto é, “resiste desde o começo; recorre-se tarde ao medicamento quando o mal tomou forças em virtude da longa demora”. Ovídio. (Remédios do Amor, 91/92) dá esse concelho em relação a paixão amorosa, mas a sentença (frequentemente reduzida as duas primeiras palavras) cita-se muito com a aplicação a uma

Sucede, porém, que a Oclocracia é semelhante a estas moléstias de langor, que sendo por uma parte doces, e agradáveis ao doente, pela outra tem unicamente o seu remédio nos atos, que para ele são de maior repugnância. A multidão de nada gosta com tanto excesso, como do exercício da Pública Autoridade; ela não conhece, que está gravissimamente enferma, quando a Oclocracia a predomina, esta enfermidade parece-lhe tão doce como a quietação ao enfermo uma moléstia de langor: e entretanto o seu remédio está em ela se desabituvar desse exercício, de que mais gosta, assim como o remédio do enfermo de uma moléstia de langor consiste principalmente em retirar dessa quietação, que ele mais ama. Que difícil moléstia! O enfermo gosta de sua enfermidade! O seu curativo depende das privações, que lhe são mais dolorosas! Os Médicos Políticos, que neste caso lisonjearem o doente, são os seus assassinos. Que se diria daquele, que chamado para curar um hidrópico devorado por uma ardente sede, em vez de lhe estorvar o caso das bebidas, que lhe engraveciam o seu mal, lho receitasse ou consentisse? Isto não seria exercitar a Medicina, mas empregar o pérfido arbítrio de um charlatão ignorante, que não trata senão de dar seu doente um alívio tão passageiro, como funesto. É verdade, que se este for tão ignorante, como a multidão, **(67V)** há de agradar-se talvez mais do quem a cura desta sorte: a sua ignorância fará com que ele sinta o benefício momentâneo, e com que não veja, quais hão de ser os seus futuros procedimentos. Mas a arte de lisonjear os doentes não é a arte de os curarem, assim como também a arte de ignorar os homens, não é a arte de os fazer felizes.

E porque em semelhantes épocas aparece quase sempre um grande número de adutores e de cortesãos do Povo^{xxx} e estes são, os que mais nutre a Oclocracia, enganando a multidão

doença, um vício, etc. RÓNAI, Paulo. *Não perca seu latim*, Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980, p. 142.

com suas lisonjas, e impedindo assim o curativo da sua enfermidade, seremos desculpados, se nos demorarmos alguma causa mais sobre este assunto, para fazermos sentir os males, que semelhantes condutores chamam sobre os povos, a que lisonjeiam. Desejando, que nosso trabalho possa servir algum dia em outras crises, como aquela de que tratamos, para poupar a humanidade ao menos alguma parte das desgraças, de que fomos testemunhas, como elas principalmente vieram dos aduladores públicos, julgamos, que é importantíssimo desacreditar esta classe de gente, a fim de vermos, se por uma parte envergonhando algum, dos que alias entraram nela, a fazemos menos numerosa, e pela outra prevenimos a multidão contra estes seus assassinos, fazendo-lhe conhecer que eles o são. E porque o vencimento desta Causa é tão difícil, como importante, não nos contentaremos **(68)** com as nossas forças muito inferiores as que ela requer, e chamaremos em nosso auxílio alguns dos nomes mais respeitáveis da antiguidade, e alguns dos mais veementes discursos empregados por eles, quando se empenharam em debelar os aduladores do Povo, e os Sacerdotes da Oclocracia.

O nome de Licurgo é o primeiro, que se nos oferece neste lugar, e nos trasladaremos as mesmas palavras de Fócion e Aristias, tratando, das relações, de Moral com a Política (Entretiens de Fócion initie Ouvres completes de L'Abbé de Mably²¹⁹ Tom. II - pág. 50). Vós sabeis, dizia ele, qual era a situação de Lacedemonia²²⁰, quando os Deuses lhe deram a Licurgo por Legislador todos os Espariatas se tinham formado idéias falsas; e quiméricas sobre a felicidade. Os dois Reis

²¹⁹Gabriel Bonnot de Mably: nasceu em 14 de março de 1709 e morreu em 2 de abril de 1785. Também conhecido como o Abade de Mably. Estudou no colégio dos Jesuítas de Lyon. Abandonou a carreira eclesiástica após ter chegado ao subdiaconato. Um dos mais importantes inspiradores da legislação revolucionária da Revolução Francesa. O título da obra citada pelo autor em Português é "Conversas de Phocion sobre a política e a moral", de 1763. Ver: CHATELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER, E. *Dicionário das Obras Políticas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 717.

²²⁰Lacedemônia, região da Grécia antiga.

julgavam, que ela consistia em governar imperiosamente um montão de escravos; os ricos em roubar o Povo; e a multidão em desprezar as Leis, com que a queriam acabrunhar. As diferentes Ordens da República apenas se uniam algumas vezes pelos sentimentos de ambição, ou antes da avareza, que as faziam odiosas aos Povos vizinhos da Lacoma, nos quais elas exercitavam os seus roubos, e de que recebiam também as vezes a vingança.

Se Licurgo tivesse nutrido os erros da sua Pátria em vez de os dissipar, os Esparciatas expostos alternativamente às desordens da tirania, e da anarquia, e sempre desgraçados, lisonjeando-se de serem um dia felizes, (68V) não teriam acabado de se lacerar mutuamente, se não quando algum dos seus inimigos os tivesse reduzido à condição dos Helotes . Este homem divino, os meteu no caminho da felicidade. A sua operação foi simples: em vez de consultar somente os prejuízos daqueles a quem queria remediar, ele não consultou, senão a natureza; e desceu às tortuosas, e profundas cavidades do Coração humano, profanando os segredos da Providência.²²¹

Assim discorria Phocion em honra de Licurgo, e com razão, porque ele em vez de lisonjear seus enfermos, com estabelecimento do Senado, contrabalançou entre si o poder das duas Ordens, dos que governavam, e dos que eram governados,

²²¹Vous savez , Aristias , continua Phocion , quelle étoit la situation de Lacédémone quand les Dieux lui donnèrent Lycurgue pour législateur. Tous les Spartiates sétoient fait des idées fausses et chimériques du bonheur. Les deux rois croyoient qu'il consiste à gouverner impérieusement une foule d'esclaves , les riches à voler le peuple, et la multitude à mépriser les lois dont on vouloit l'accabler. Les différens'ordres de la république n'étoient quelquefois réunis que par des sentimens d'ambition , ou plutôt d'avarice, qui les rendoient odieux aux peuples voisins de la Laconie , sur lesquels ils exerçoient leurs brigandages , et dont ils éprouvoient à leur tour la vengeance.

Si Lycurgue eût nourri les erreurs de sapatrie au lieu de les dissiper, les Spartiates, tour à tour en proie aux désordres de la tyrannie et de l'anarchie , et toujours malheureux en se flattant d'être un jour heureux, n'auroient cessé, de se déchirer que quand un de leurs ennemis les auroit réduits euxmêmes à la condition des Ilotes. Cet homme divin les mit sur la route du bonheur. Son opération fut simple. Au lieu de consulter leurs préjugés, il ne consulte que la nature. Il descendit dans les profondeurs tortueuses du cœur humain , et pénétra les secrets de la Providence. *Collection Complete des Oeuvres de L'Abbé de Mably, tome Dixième – Contenant lês Entretiens de Phocion et lês Príncipe de Morale.* A Paris, De l'imprimerie de Ch.Desbriere, rue et place Croix, chaussée Du Montblanc, ci-devant d'Antin. L'an III de La Republique, (1794 à 1795.) p. 45 e 46

de maneira que uma não pode se submeter à outra; como se explica *Plutarcho in Licurgo* pág. 39: Num republica fluctuans, ac num apud. Regis ad tiranidem, modò apud multitudo linnum ad. Populare Imperium vergens, Senatis, quasi munitione quaedam, interjecto, a quo momento utrinque diversa, tutissimam adeptas est ordinatione, e um seniores esti semper in eo regibus auxilio sint; ne ad populum summa rerum deferatur, o ursusque??? Populum corroberent, ne ad tiranidem rex deveniat.²²²

Solon foi ainda menos lisonjeiro com os seus doentes: ele obstou, e desagradou à ambas as facções, que aliás teriam aniquilado a sua Pátria. *Interim* diz o mesmo *Plutarcho in Solon* pág 81, Sólon nutre factioni (69) placebat, sed et divites sublatis obligationibus offendeat, et pauperes, quod ubi speratam agrariam legem non tulisset.

E nós sem sair da Grécia juntaremos ainda mais os dois respeitáveis nomes de Demosthenes e de Phocion, que viveram nos tempos da invasão de seu Felipe: tempos muito análogos aos de que tratamos; os quais apesar de serem Cidadãos de uma República, e de se terem quase sempre dividindo em opiniões enquanto à Política, que se devia seguir assim mesmo concordaram ambos em nos deixar grandes documentos contra Cortesões do Povo.

Demosthenes na 3ª Felípica dizia assim aos Atenienses = Não é a minha intenção, quando falo desta sorte, chocar imprudentemente algum de vós. Eu não sou nem tão insensato, nem tão inimigo de mim mesmo, que haja de atrair

²²²Houve, nessa modificação do estado promovida por Licurgo, muitas novidades, mas a primeira e maior foi a instituição do Senado, o qual, misturado com o poder dos reis e igualado a eles quanto à autoridade nas coisas de consequência, foi, como diz Platão, um contrapeso salutar no corpo universal da coisa pública: a qual antes estava sempre em abalo, pendendo ora para a tirania, quando os reis tinham demasiado poder, ora para a confusão popular, quando o povo comum vinha usurpar a autoridade demais. E Licurgo pôs entre ambos esse conselho dos senadores, que foi como forte barreira mantendo as duas extremidades em igual balança e dando pé firme e seguro ao estado da coisa pública, porque os vinte e oito senadores que formavam o corpo do Senado se enfileiravam às vezes ao lado dos reis, tanto quanto necessário para resistir à temeridade popular e, também, ao contrário, fortificavam às vezes a parte do povo contra a dos reis, para impedir que estes usurpassem um poder tirânico. (LICURGO- ARQUIVO SALVO)

sobre mim o ódio dos particulares, sem algumas vistas de interesse público. Porém eu julgo, que um bom Cidadão deve preferir nos seus discursos a Salvação da Pátria à aprovação das suas palavras. Eu sei pelo ouvir dizer do mesmo modo, que vós o sabeis também, que era por esta regra, que se conduziam os Ministros do tempo do nossos Pais, estes Ministros, que os dos nossos dias louvam, sem os imitar, o famoso Aristides, Nícias, Péricles e aquele de quem eu herdei o nome. Mas depois que serviram aparecer Oradores lisonjeiros, que vos perguntam, (69v) que desejais vós? Que deverei eu propor? Em que vos serei agradável? Sacrificam-se os interesses da República, doçuras de um prazer passageiro. E que resultará daqui? Os vossos Oradores gozam de uma fortuna brilhante, ao mesmo tempo que o Estado se cobre de opróbrio. Ora refleti nas principais ações, que mostram a diferença da vossa conduta, e de dados vossos antepassados...

Demóstenes continuou depois a fazer o Paralelo de um, e de outro tempo; manifestando desta sorte, como tudo se dirigia em proveito de Atenas, quando os seus Oradores, não tinham só em vista agradar a multidão, e como pelo contrário tudo concorreu para sua ruína, desde que eles se propuseram principalmente a lisonjeá-la. Em todas as outras Phipicas(?) repreende a cada passo estar propensões populares, sempre fatais, quando se trata de combater um inimigo poderoso, este diário apetite de inventar fábulas, lisonjeiras para a Nação; esta facilidade de acreditar em vantagens; esta constante ocupação de habitar nas Praças, e nos Lugares Públicos, falando em novidades, e discorrendo quase sempre erradamente sobre os sucessos; esta tendência para as mútuas acusações, tudo isto repreendia quase em cada período aquele Orador do Povo, diante de quem faltava.

Phocion pode dizer-se, que em toda a história da sua vida nos deixou uma seguida cadeia de exemplos e de documentos (70) contra os ditos cortesãos do Povo. Em uma Assembléia, em

que ele atacava um arbítrio Político sumamente agradável ao Povo, e que era apoiada por Demóstenes, dizendo-lhe este = o Phocion (?), os atenienses vos farão morrer, se entrarem em furor = Respondeu-lhes= e a vós eles vos farão morrer, se fizerem sábios = Ocident et, oh Phocion, Atenienses isbi insanierint, le vero, inquit ibi sapuerint.(Plutharc in Phocion, pág. 652). Em outra ocasião, em que o Povo tumultuado contra ele por se opor aos seus desatinos, rompeu impedir-lhe, que desse contas da sua Administração Pública, Phocion respondeu-lhe tranqüilamente, e sem medo dos seus furores = Deixou primeiramente, que eu vos salve = Sinite, inquam, est prius vos servem: (Plutarc, ibidem) E quando se tratou da guerra com os Beócios, que ele queria desviar, porque os Atenienses lhe eram inferiores em armas, desatendendo a multidão os seus discursos, deu-lhe, que ela sim o poderia obrigar a fazer o que não quisesse, mas nunca a dizer o que não sentia = potestis quidem dicebat, me cogere, est fariam, quod nollem: cogere, est dicam, quod nom sentio, nom potestis. (Plutarc, Ibidem) Era outro provérbio seu, que ele exercitando as Magistraturas para bem dos Cidadãos, nunca jamais sofreria, que estes se precipitassem em uma manifesta ruína = nos quidem, que ob salestem civium. Magistratum gerimus (71v) nunquam patiemur nostros se in apertum exitium procipitare. Plutarc ibidem pág 655.

Não tinha sido conforme ao seu conselho a maneira da pacificação de Atenas com Filipe: e o Povo, que a tinha querido como ela fora feita, estava já pouco depois arrependido, e Phocion disse-lhe = temendo isto, que vos desagrada agora, é, que eu impugnei a opinião de Demóstenes: Mais uma vez , que vos convencionastes, ninguém vos poderá aprovar, que faltando aos ajustes, façais mais iníqua a vossa sorte, e aumenteis as vossas dores: lembrai vos, que os vossos maiores se salvarão a si, e mais a Grécia, umas vezes mandando, e outras obedecendo, mas fazendo sempre o que convinha a uma, e a outra situação. Destruí-se Tebas, e Alexandre para não fazer o mesmo a Atenas,

exigia, que ela lhe entregasse Demóstenes, Licurgo e Hyperide, e Charidemo, e proibia a todas as cidades da Grécia a dar asilo aos Tebanos. Duríssima, e vergonhosa pareciam estas condições à Assembléia dos Atenienses, e fitando os olhos em Phocion, quase todos desejavam ouvir o seu parecer, e mesmo para este fim repetiram muitas vezes o seu nome: ele finalmente chegando a si Nicodes, a quem tratava com maior amizade, disse-lhes = Estes = (apontando para Cortesões do Povo) levaram à vossa Cidade a tal ponto de desgraça, que (71) até se Alexandre pedisse, que se lhe entregasse este Nicodes, eu diria, que vós o devíeis, satisfazer. Eu me compadeço também, a atenienses, daqueles, que de Tebas fugiram para nós, mas basta, que entre outros Gregos se chore pelo Tebanos: e portanto é mais proveitoso pedir por eles, e por nós ao vencedor, de que ir contender com ele, sem termos alguma proporção com as suas forças. Tudo o que temos referido, consta no mesmo Plutarco na vida de Phocion, que mereceu apesar da sua austeridade que lhe dessem o cognome de = bom= como diz o mesmo Escritor pág 633 = Admirari guidem possit non hemo quo modo ita severus, et durus nomem Boni invenerit.

E quem poderá dizer, que este ilustre Ateniese não era Patriota? Quem poderá dizer, que não era virtuoso? que não foi um grande General? que não foi um respeitável Político? Quem se poderá dizer menos suspeito de ser vendido aos inimigos da Grécia, do que aquele que recusou pertinazmente os donativos de Alexandre, e que fez voltar os seus Embaixadores com os presentes, que ele lhe oferecia? Quem poderá pois ter a imprudência de suspeitar, que Phocion aconselhava os Atenienses, para que fosse útil, ou proveitoso a Felipe ou Alexandre? Nós estamos certos, de que ninguém fará esta injustiça ou virtuoso Phocion, senão quem na História da sua vida tiver tantos vícios, (71v) quantas virtudes ele tinha. A sabedoria lhe ditava os seus conselhos, os mais convincentes, e os mais saudáveis para a sua Pátria nas circunstâncias, em que

ela estava, e se alguns deles se conformavam com os desejos dos inimigos, era quando prometia menos desgraças à Atenas a satisfaze-los, do que contesta-los. São relativos sempre no Universo assim os bens, como os males, e se algum destes servem para evitar outros ainda maiores, perdem a sua natureza, entram na Classe dos bens. Assim alia utilmente o Navegante uma parte da carga no meio da tempestade, para salvar a outra: assim utilmente corta o Cirurgião a perna, que comunicaria a gangrena ao resto do Corpo: assim utilmente se derriba a casa vizinha da que está ardendo, antes de lhe chegarem as lavaredas, para que estas não lavrem a muitos outros edifícios: e quem considerar o aleijamento, o corte da perna, e a destruição da casa isoladamente, sem atenção aos maiores males, que se pretendem evitar com estes arbítrios, há de considera-los como danosos, e há de impregnar do uso deles. Mas nem por isso deixará de ser filho da Sabedoria o conselho de quem penetrando no futuro, e pesando as conseqüências, decretar aquelas medidas, que suposto sejam desgraçadas, previnem desgraças muito maiores.

Phocion tinha estas vistas penetrantes, e quando persuadia aos Atenienses, que se acomodassem com as suas circunstâncias (72) e se sacrificassem as coisas, que ofendiam o seu orgulho, e os seus interesses, era sempre para diminuir maiores desgraças à sua Pátria. Foi finalmente vítima dos prejuízos, e fúrias populares, excitadas por Agnonides; e o virtuoso Phocion não só foi morto pelos seus Concidadãos a quem tinha servido sempre com muito proveito, mas o Povo decretou além disso, que seu cadáver fosse conduzido para fora dos limites d'Ática, e que nenhum Ateniense pudesse acender o fogo, para dar a Sepultura às suas cinzas. Houve contudo uma mulher, Megarica, que fez eterno o seu nome, porque recolheu as cinzas deste Ateniense, entregando aos cuidados dos seus Deuses domésticos para que eles o restituíssem algum dia ao túmulo dos seus maiores, quando os Atenienses saíssem do seu

delírio: e com efeito bem depressa chegou este dia: eles conheceram a seu Crime, erigiram uma Estátua de bronze a Phocion, sepultaram as suas cinzas à custa do Público, e condenaram a morte o sedicioso Aguonides.

Serviram as lições e a história deste grande homem para afastar os Cortesãos do Povo, que hão de sempre conduzi-lo às desgraças, que sofreram os Atenienses, quando o lisonjearem, tendo ele de combater Felipes. Sirvam as lições, e a história deste grande homem, para excitar em todos a virtudes, com que ele no meio das mais veementes paixões da multidão, lhe falou sempre com **(72v)** verdade, e com prudência, a fim de lhe diminuir os seus desastres. Sirva o arrependimento dos Atenienses; e a honrosa Sepultura, e a Estátua de Phocion, para que os sensatos, e virtuosos conselheiros dos seus Concidadãos em semelhantes crises não temam a morte, nem mesmo uma morte, que pareça infame, porque a posteridade fará seguramente justiça aos seus nomes. E o suplício, e a morte de Agnonides, nunca depois chorada, nem desenhada, sirva de exemplo aos Criminosos Demagogos, que nas crises Políticas assopram a alucinação popular, e por meio de atrocidades, como o suplício de Phocion.

E passando da Grécia à Roma, como foi que D. Capitolino salvou a República, dilacerada pelas divisões intestinas, e que desafiaram os seus inimigos para tomarem armas contra ela? Ele disse lhe = Eu bem vos queria agradar, mas eu estimo antes salvar-vos, sejam quais forem os vossos sentimentos para comigo: quem cuida somente dos seus interesses particulares, falando à multidão, há de agradar-lhe muito mais, do que o outro, que só atende ao interesse geral , porque vos credes, que tornam a vossa causa estes vossos Cortesãos, que lisonjeiam as vossas idéias, e que conhecendo, que seriam nulos, se reinasse a concórdia entre as Ordens do Estado, querem antes conservasse a testa de uma empresa criminosa, e serem os Chefes das perturbações, e sedições, do que deixarem de figurar. Quincio

depois atacou todas as idéias do Povo; mostrou-lhe quanto elas eram **(73)** erradas, e salvou Roma, porque não lisonjeou o seu doente no meio da sua Oclocracia. Mas Capitolino era o Cônsul, quando assim falou em Roma, se fosse um particular, e ocupassem o Consulado os Cortesãos do Povo, ele havia de chorar as desgraças da sua Pátria, sem levantar a voz contra quem tinha a Pública Autoridade, senão quando fosse chamado ao Senado, ou aos Comícios/Tito Lívio Decad. 1 Lib.3. p. 90 Edit. 1542/. Quando a Providência destina salvar os Estados, faz, com que nestas crises os seus Quincios ocupem o Consulado!

Como foi, que D. Fabio Máximo conseguiu salvar Roma no meio da segunda Guerra Púnica! Resistindo ao grito quase unânime dos Romanos, que acusavam de fraco, e de infiel: não fazendo caso das injúrias, com que a opinião, e com que a honra do seu nome era afrontada pelo Povo, e desagradando-lhe para lhe ser útil. Se o Ditador não tivesse tantas virtudes, e se propusesse a lisonjear as idéias da multidão, que até o privou da metade do Comando Militar para a confiar ao seu General da Cavalaria, Fabio veria destruída a parte do Exército Romano, que ficou debaixo das suas Ordens, e que salvou a outra parte entregue a Minucio. Liv. Hist. Decad. 3º Liv. 1º. Cap 2.

E do virtuoso Mr. Lamoignon diz o ilustre Flecher no seu Elogio fúnebre = É com este espírito, que ele desprezou muitas vezes as aclamações do vulgo, e que satisfazendo-se com as suas boas intenções lhe abandonou **(73v)** as aparências. Ele persuadiu-se, que um Magistrado devia pensar não no que se dizia dele, mas no que ele devia a si mesmo, e que para servir ao Público era freqüentemente necessário ter coragem de lhe desagradar.

§ 13

E por isso muito mais extenso, e importante o nosso assunto nesta Época. Responde-se a uma dúvida sobre a existência da Oclocracia, na mesma Época.

Tendo demonstrado assim a necessidade, que em Portugal havia, de que se corrigisse o espírito Oclocrático com que tinha começado a sua Revolução de 1808: tendo demonstrado, que somente serviria utilmente ao Povo Português, quem nestas circunstancias se não dirigisse unicamente a agradar-lhe, lisonjeando-lhe as suas idéias, e consentindo-lhe os maus hábitos, filhos da sua enfermidade, mas quem tivesse a coragem de lhe tirar da mão até violentamente os punhais, com que ele se assassinava, julgando salvar-se: segue-se examinar, como foi tratado nosso doente nesta segunda época da sua moléstia pelos Médicos **(74)** Políticos, a que se confiou a sua direção^{xxxI}: de maneira, que o nosso assunto no primeiro período, de que temos tratado, era muito menos amplo, e muito menos importante, do que o há de ser no outro, de que nos vamos ocupar agora. No rompimento da Revolução não havia nada mais para averiguar, senão se ela fora da natureza das Oclocráticas, para se conhecer a sua classificação, e a sua índole: esta primeira época abrangia, para nos explicarmos assim o primeiro dia da moléstia, e nele não tem o Médico a considerar, senão as causas predisponentes da enfermidade, e os sintomas, que acompanharam o insulto, para à vista destes conhecimentos fazer a sua capitulação. Na segunda época porém, em que vamos a entrar, já temos Médicos Políticos, e já temos tratamento do enfermo, e por isso as nossas Considerações, para serem tão proveitosas, como desejamos, não se limitando unicamente a mostrar, que nela o doente conservou o princípio morboso, e todas as emanções da Oclocracia; nós analisaremos os remédios, que se applicaram para corrigir a enfermidade, examinaremos, como eles obraram sobre o doente, fazendo com que o mal progredisse, ou retrogradasse: e quando nos pareça, ou que a moléstia foi abandonada, ou que era desacertada a medicina, de que se lançou mão, esperamos as razões das nossas censuras, apontando, qual outra teoria se

deveria seguir, para se colherem mais proveitosos resultados. **(74v).**

Este assunto assim tratado é sem dúvida muito extenso, e muito superior às nossas forças: mas também somente sendo ele revestido de todos estes atavios é, que pode ser muito proveitoso à posteridade. Nossos Leitores pois, saberão desculpar as nossas faltas.

Julgamos porém indispensável prevenir antes de tudo uma objeção popular, que pode ocorrer a quem entrar na leitura da segunda parte do nosso trabalho, sem ter refletido com toda a atenção nas idéias preliminares, por nós anteriormente desenvolvidas. Nesta segunda Época da Revolução, e muito mais ainda na 3^a aparecessem já Governos exercitando a Pública Autoridade: e haverá sem dúvida muita gente, que julgue contraditório com isto a existência da Oclocracia. Como se pode conceber, dirão eles, que seja Oclocrático o Estado Político, havendo Agentes do Público Poder, reconhecidos por tais, e que o exercitam ostensivelmente? Como se pode conceber, que seja Oclocrático o Estado Político, quando senão observam diariamente estas grandes, e terríveis agitações, por meio das quais a multidão impera, como dissemos no § 6 n^o 8? O Povo Português assim nesta 2^a, como na 3^a Época da Revolução teve muitos, e muito grandes intervalos de tranqüilidade, em que nem rompeu em tumultos, nem fez isso da sua força, e depois disto ninguém poderá dizer com verdade, que a Monarquia não estava restabelecida em Portugal, e que não tinha cessado **(75)** a Oclocracia.

Assim discorreram muitos, e assim talvez pensaram os Médicos políticos, que teve aquele Reino. Mas tudo isto são idéias populares, e as mais funestas à saúde do doente quando elas forem também dos seus Médicos. Há moléstias intermitentes, nas quais o enfermo aos olhos do vulgo parece muitas vezes restituído ao seu estado de saúde, sem que esteja, porque elas tem intervalos, em que desaparecem os seus

sintomas mais visíveis, que os indoutos confundem com a enfermidade. Nas que são desta natureza, os assistentes imperitos, e até o doente, se entrar na mesma classe, fazendo consistir toda a doença nos sintomas mais aparatos, e incômodos, quando estes cessam, julgam, que também ela desapareceu. Nada porém é mais fatal ao enfermo, do que este raciocínio. Os sintomas eram efeitos, e que uma causa permanente produzia com intervalos: quem pois atender somente aqueles efeitos cuidando, que neles consiste a doença, reputará curado o seu enfermo, quando nele existe ainda em todo o seu vigor o princípio morboso, que há de repetir no tempo, e ocasião competente os sintomas, que lhe são próprios, e que desaparecem na intermitência: e iludido por este modo, deixará subsistir, e progredir a causa, que é o mesmo que dizer a doença, procedendo nisto tão indiscretamente, como aquele, que reputando extinto o fogo, logo, que ele coberto de cinzas não deixa ver nem as lavaredas, nem talvez o fumo, conserva por **(75v)** meio desta sua imperícia o terrível ferimento, que há de produzir um outro incêndio.

E dois grandes inconvenientes acompanham este errado imperismo, sendo útil referi-los para se conhecerem plenamente os seus funestos efeitos. É o primeiro originar ele o uso dos remédios, que prejudicam ainda mais, do que aproveitam: é o segundo fazer desperdícios o melhor, e talvez o único tempo, que havia para o curativo, privando-se o doente de todo o socorro da medicina. Desejando ser entendido por todos, nós vamos desenvolver estas idéias.

Enquanto os primeiros inconvenientes, como o indouto curandeiro, de que tratamos, toma o sintoma pela única doença, dirige todos os seus cuidados a fazê-lo desaparecer, lançando mão de todo o remédio, que promete este resultado. Sucede porém haver remédios, a que o sintoma cede ao mesmo tempo que eles acrescentam o princípio morboso, vindo desta sorte a produzir um momentâneo alívio, e a engravescer a doença,

preparando um outro insulto, quase sempre maior que os antecedentes. Assim as bebidas espirituosas, utilizando para remediar os males, que digestões imperfeitas ocasionam nos estômagos debilitados, mas originando um colapso igual a ação, que deram, a troco de atalhar o sintoma, acrescentam à doença, fazendo mais débil o estômago, e conseqüentemente mais disposto para sentir novos ataques da mesma natureza. **(76)** daquele, a que se acudiu^{xxxii} o Médico porém, que é digno deste nome, considera o sintoma, e a doença, sem confundir uma coisa com a outra, não atende somente ao efeito, que do remédio ha de vir enquanto aquele, e adianta as suas considerações para calcular também os resultados, que dele hão de nascer relativamente à doença. E fazendo entrar em conta tudo isto, quando remédio é de natureza daqueles, que aproveitam ao sintoma, e prejudicam a doença, se tem outro, que produza beneficio sem este inconveniente, usa dele com preferência, abandonado o outro, que fazia por uma parte bem, por outra mal: e senão conhece o remédio, calcula, o que será mais proveitoso ao doente, se ir unicamente corrigir a doença no seu foco, deixando-o entretanto suportar o sintoma, se procurar aliviar-lhe, ainda que seja com um remédio, que engravessa a enfermidade: e depois destas meditações adapta aquele arbítrio, que produz maior soma de bem, do que de mal. Assim procede o Médico instruído na sua profissão, e é manifesto, que olhando-se para o sintoma como única enfermidade, serão necessariamente desprezadas todas as ditas considerações, e serão muitas vezes aplicados remédios, que se deveriam abandonar, já por haver outros, que dessem o mesmo benefício sem os seus estragos, já por serem mais graves os males, do que os bens, que eles originavam, acudindo a um sintoma momentâneo à custa **(76v)** de um permanente incremento da doença.

Enquanto ao segundo inconveniente, como por causa de exposto erro se julga finalizada a doença apenas desaparece o

sintoma, resulta daqui necessariamente não se tratar mais daquela, apenas que este passa, e quando vem o seguinte paroxismo tem se perdido o tempo, que medicou entre ele e o antecedente, e durante o qual é, que mais proveitosamente se podia com o uso dos remédios convenientes ter extirpado, ou corrigido o morbo, para que ou não aparecesse o novo insulto do sintoma, ou aparecendo ele fosse muito menos violento, do que os anteriores.^{xxxiii} E se se continuar sempre com a mesma preocupação, sucederá infalivelmente, que não se dando ao doente tratamento algum no entrevado dos acessos, e deixando-se conseqüentemente substituir a enfermidade, eles hão de repetir sucessivamente at que ou destruirão o enfermo, ou a moléstia venha a se destruir pelas forças da natureza a si mesmo abandonado; sendo em um, e outro caso igualmente repreensível a conduta do Médico, porque em um, e outro caso padece o enfermo grandes estragos, que ele lhe podia evitar, se dirigisse o seu curativo, como convinha, e porque em nenhum deles empregou a medicina da maneira, que devia.

À vista do que temos dito, muitos **(77)** dos nossos Leitores já terão adiantado certamente as suas idéias até aonde nós os queríamos conduzir mas em proveito dos outros, que não poderem caminhar tanto sem auxílio alheio, nós iremos aplicar à Oclocracia as doutrinas referidas.

Os tumultos, e as agitações populares são um sintoma da Oclocracia, e que por isso nós contamos no número das suas emanções: (§ 6 nº 8º) a doença porém não consiste neste sintoma, mas sim na Pública Autoridade ocupada pela multidão, e na substituição da vontade individual em lugar da vontade geral (§ 5) e aquele sintoma é por sua natureza intermitente, como é fácil de conhecer.

Nós dissemos que os ditos tumultos eram a arena, de que a multidão se servira, para executar os seus decretos, quando ela

imperava: ora, em nenhuma espécie de Governo, os seus Agentes estão em uma contínua ação de decretar, e conseqüentemente outro tanto há de suceder à multidão, quando ela ocupar a Pública Autoridade: há de ter intervalos de quietação no exercício dela, bem como os Monarcas, quando esta lhes pertence. Mas da mesma sorte, que enquanto a estes senão pode dizer, que eles deixam de ter nas suas mãos a Público Poder naqueles intervalos, em que não usam dele, o mesmo se deve entender relativamente à multidão, existindo a Oclocracia. Contanto que assim o Monarca como o Povo exercita o dito Poder, sempre que isto lhe agrada, é isto, quanto basta para se afirmar, que ele **(77v)** o tem ocupado, ainda que entre uns, e outros dos seus exercícios do Governo medeiam intervalos, em que não apareça este exercício. A multidão pois ainda quando Oclocratia não usa daquele mais, senão quando chegam os momentos, em que lhe é preciso ostentar a sua força, para executar, o que lhe agrada: e não se poderá considerar, que deixa de ter ocupado a Pública Autoridade, por isso que nem sempre está fazendo uso dela.

Portanto consistindo a Oclocracia na Pública Autoridade ocupada pela multidão: e sendo os seus tumultos a força que ela emprega para ser obedecida, quando padece aquela doença, uma vez que os agentes da Pública Autoridade não estão continuamente exercitando atos filhos dela, sem que se possa dizer que a não tem ocupado nos intervalos, em que os ditos atos não aparecem, ficam sendo manifestos os seguintes corolários. 1º Os tumultos na Oclocracia são um sintoma intermitente pela sua mesma natureza. 2º Pela falta do dito sintoma em mais, ou menos dilatado período, não se pode deduzir, que não existe aquela doença: e muito menos se pode concluir isto, quando ou não se apresenta a causa provocadora do sintoma, ou existe a sua força repelente, como se conhece, do que dissemos na Not. 32. E a vista destes Corolários salta aos olhos de todos a respostas, que tem a dúvida ponderada contra a existência da

Oclocracia em Portugal no 2º, e 3º período da sua Revolução, naquela parte, em que a dita dúvida **(78)** dúvida era deduzida de não ter o Povo manifestado os seus tumultos às vezes por dilatado tempo. Como estes são um sintoma intermitente da moléstia, não se pode dizer, que esta não existiu, por que aqueles não apareceram. E a história mostrará a causa, porque não apareceriam ainda existindo a Oclocracia, visto que a de apresentar naquele Reino nos ditos dois períodos, uma grande força Militar Inglesa, que organizou outra Força Militar Portuguesa; e as quais ambas eram remédios, que desviariam o dito sintoma, ainda quando ele não estivesse corrigido.

E se a suspensão dos tumultos não é por si bastante para se negar a existência da Oclocracia, ainda menos pode servir para isto a verem-se Governos estabelecidos e, exercitando o Público Poder. Nós já mostramos (Not. 14) que a Oclocracia era algumas vezes dolosa, cobrindo-se com exteriores não Oclocráticos: e estes exteriores podem ser de duas naturezas, a saber, 1ª quando a multidão exercita a Pública Autoridade imediatamente por si, mas invocando a nome de um Soberano, por quem ela diz; que obra ; 2º quando aparecem Governos, mas dependentes dela, que temendo-a, e respeitando-a, se a moldam à sua vontade, e seguem os seus impulsos. É evidente, que em ambos estes casos a multidão retém ocupada a Pública Autoridade, e que por conseqüência existe a Oclocracia sendo na segunda espécie os Governos, dela **(78v)** dependentes, como temos dito, um véu; que disfarça aquela moléstia da mesma sorte, que o nome do Soberano, que se invocava na primeira, era outro véu, com que também a dita enfermidade se cobria. Quando os Maires²²³ do Palácio no Antigo Reino de Austrásia²²⁴, hoje a Lorena, tinham ocupado todo o exercício da Soberania, não sendo os Reis, senão uns fantasmas condecorados, que

²²³Do francês, prefeitos.

²²⁴Alsácia, hoje região da França.

algumas vezes se mostravam ao Povo, e que ate por isto são designados com o epíteto de = fa (linemos??) = que exprime a sua fraqueza, e estúpida inércia:^{xxxiv} ninguém poderá duvidar, que a Pública Autoridade estivesse ocupada pelos ditos Maires, apesar de haverem os nulos Reis, com que a ocupação se cobria: e o mesmo se deve entender relativamente à multidão, quando a ela presidem Governos semelhantes aqueles Reis, que servem somente para seguir os impulsos das vontades populares^{xxxv}.

Na primeira Época da Revolução Portuguesa vimos o Povo, exercitando por si imediatamente toda a Pública Autoridade, e sempre em Nome do Príncipe Regente Nosso Senhor; e vimos consequentemente uma Ochlocracia dolosa da primeira espécie. Nesta Segunda, e terceira Época, ainda que temos Governos à testa da multidão, poderemos achar uma Ochlocracia dolosa da Segunda espécie. E é isto quanto basta, para que seja popular, e pouco exato o raciocínio seguinte = Existem Governos, logo não se pode dizer existente a Ochlocracia = E depois de prevenirmos contra ele os nossos Leitores, **(79)** à parte do nosso trabalho, em que vamos a entrar, lhes mostrará se com efeito existem ou não a Ochlocracia nas ditas duas Épocas.

Mas antes de entrarmos nele, como uma das suas partes há de ser, analisar o tratamento, que se deu em Portugal à Ochlocracia, para se conhecer, se ele era, ou não proveitoso, concluiremos este §, trasladando as idéias de um respeitável Político, muito análogas, às que temos desenvolvido, e também àquelas, que nos hão de produzir a História da Revolução Portuguesa nas duas Épocas seguintes = Senhor Conde (escreve *Mably des maladies Poliliques, e de leur traitement. mihi??? ouvres Posthumes de l'Abbé Mably Tom.1. pág. 188, Lausane 1798*) eu vou ter a honra de vos responder com uma história. Eu conheci na minha mocidade dois mancebos debochados, que sendo em parte grandes senhores, e em parte, mulheres do Mundo, se acharão por fim severamente castigados da sua libertinagem. Os sintomas das doenças fazem-se gravíssimos, e

é necessário entrar em cura. Um chama um Doutor de boa Sociedade, doce, agradável, e o melhor homem do mundo, o qual não trata, senão de comprazer o seu doente. Aparece um sinal da enfermidade no braço, ou na coxa? Aplica-se algum pequeno emplastro, ou com uma fomentação faz-se com que ele se recolha, e cuida-se unicamente em tirar ao veneno a força necessária, para sair à cútis. O outro pelo contrário cai nas mãos de um Médico, que o trata com o rigor da escola antiga. Ele despreza os sintomas para atacar como grande General a sede (79v) da moléstia, e sua origem. O réu sofre muito, e promete repetidas vezes não cair noutra, e passados dois meses acha-se muito melhor, do que jamais estivera E sabeis vós o que sucedeu ao seu companheiro, que tão docemente havia sido tratado? Enquanto ele se lisonjeia de se ver curado bem depressa, o veneno, que não podia sair para o exterior, fez estragos interiores. Cada uma das partes nobres foi sucessivamente afetada, e ele morre por fim depois de dois, outros anos de langor, porque já não é possível conservar-lhe a vida por mais tempo. A aplicação da minha parábola é fácil de fazer. O veneno Político, que infecta na minha opinião toda a massa de Estado, são os vícios da nossa vida particular. É aqui aonde reside o foco de todos os nossos males, porque as idéias, e os hábitos, com que estamos familiarizados, nos inabilitam, segundo eu tomei a liberdade de vos provar, para satisfazer com uma certa energia, e com uma certa constância as obrigações, que nós devemos encher para com a Pátria. Quando os sintomas do mal se manifestam de uma maneira muito sensível em alguma parte do Governo, se o Secretário de Estado, que está incumbido do doente se assemelha ao meu benigno Professor, ele pode sem dúvida palhear o mal, e obrigar os sintomas a retirar-se, mas o veneno, que não foi destruído, circula sempre com a mesma força, e se apresentará por uma outra forma, produzindo um novo mal. Acreditai-me, Senhor Conde, só com o meu (80) outro

Médico é, que se pode conseguir o curativo, e verdadeira saúde.²²⁵

Assim discorria Mably, e ele nos deixou desenhada em miniatura a ação, que havemos de ver representada em grande no resto destas nossas Considerações, a moléstia no seu foco, ou internamente abandonada, ou nutrida, os seus sintomas exteriores corrigidos, para que retirassem da cútis, e se não apresentassem aos olhos de todos o veneno: comprimido, e não curado, produzindo horríveis estragos, e apresentando-se debaixo de diversas formas: e o indouto Médico de quando em quando com uma Medicina Sanguinária, e cruel, castigando os seus próprios desacertos no miserável doente: esta é a História de Portugal, em que vamos a entrar, e que deveria cobrir-se com o véu do esquecimento, para não magoar os vindouros, se as relações dos naufrágios, e das epidemias não compensassem as dores, e a sensibilidade dos que as estudam, com o benefício de

²²⁵ Monsieur le Comte , je vais avoir l'honneur de vous répondre par une histoire. Dans ma jeunesse, j'ai connu deux jeunes débauchés qui , moitié grandes dames et moitié filles de l'opéra, se trouvèrent enfin très»évèremment punis de leur libertinage. Les symptômes de la maladie devinrent trèsgraves , et il n'est plus temps de reculer. L'un appelle un docteur de bonne compagnie , doux, plaisant et le meilleur homme du monde, qui ne cherche qu'à plaire à son malade. Un indice se montre-t-il au bras ou à la cuisse? on applique quelque petit emplâtre, ou par quelque fomentation on le repousse en dedans , et on se borne à ôter au venin la force nécessaire pour se porter jusqu'à la peau. L'autre malade , au contraire , tombe. dans les mains d'un docteur qui le traite avec toute la sévérité de l'ancienne discipline. Il néglige les symptômes pour attaquer en grand capitaine, le siège du mal et sa source. Le patient souffre beaucoup , promet bien de n y être plus repris , et deux mois après se porte beaucoup mieux que jamais. Pour son compagnon qu'on avoit fort ménagé, savezvous ce qui lui arrive! tandis qu'il se flatte d'être bientôt guéri, le venin qui ne pouvoit pas se porter au-dehors, fait des ravages intérieurs. Chaque partie» noble est à son tour atteinte, et il meurt enfin , après deux ou trois ans de langueur, parce qu'il n'est plus possible de le faire vivre. L'application de ma parabole est aisée à faire. Le venin politique qui infecte à mon gré toute la masse de l'état, c'est le vice de notre vie privée. C est-là le foyer de tous nos maux , parce que les idées et les habitudes avec lesquelles nous sommes familiarisés, nous rendent incapables, ainsi que j'ai pris la liberté de vous le prouver, de remplir , avec une certaine énergie et une certaine constance , les devoirs que nous devons à la patrie. Quand les symptômes du mal se manifestent d'une manière trop sensible dans une partie du gouvernement, si le le secrétaire d'état qui en est chargé ressemble à mon docteur débonnaire; il peut sans doute pallier le mal et obliger les symptômes à se cacher; mais le venin qui n'est pas détruit, circule toujours avec la même force; il se montrera sous une forme nouvelle; il produira un nouveau mal. Croyez-moi, monsieur le Comte, il n'y a de salut et de véritable santé qu'avec mon autre docteur. *Collection Complete des Oeuvres de L'Abbé de Mably. Oeuvres Posthumes.* Tome Treizième. A Paris, De l'imprimerie de Ch. Desbriere, rue et place Croix, chaussée Du Montblanc, ci-devant d'Antin. L'An III de La Republique, (1794 à 1795.), p.223 a 225.

servirem, ou para desviar a repetição de semelhantes desgraças, ou para ensinar a diminuir os seus estragos.

§14

Mostra-se a existência do princípio morboso da Ochlocracia. 1º Documento = Todos fazem Proclamações

O princípio morboso da Ochlocracia é a substituição da vontade individual de cada um (80v) dos Cidadãos, ou de cada fração de Cidadãos em lugar da vontade geral, que reside, e se exprime unicamente pelo Governo na Sociedade Civil não afetada daquela moléstia, e enquanto esta permanece, cada um dos Cidadãos, e cada fração de Cidadãos se arroga a autoridade de definir o bem Civil, e de fazê-lo executar segundo essas suas definições, inculcando, e perseguindo como infiel a quem se desviar dela. Foi isto, o que dissemos, e o que demonstramos no § 5. e este princípio morboso apareceu manifestamente em Portugal neste 2º período da sua Revolução: e será o 1º Documento que produziremos para o provar, este geral uso das Proclamações, que todos se arrogarão a fazer, e que o Governo lhes tolerou.

A verdade do fato, que alegamos, que não pode entrar em dúvida: existem as Proclamações em grande número, divulgadas pela Imprensa, À vista do Governo, e com seu consentimento, e licença: não eram somente as pessoas, que gozavam de alguma Função Pública, as que se arrogarão o direito de falar à Nação por aquele modo sobre os negócios do Estado, fizeram uso dele todos os sexos, todos as idades, todas as profissões, em uma palavra, todos os Portugueses, que quiseram usar dele. Cada um, como se fosse o Soberano, e como se a sua vontade individual pudesse ser apresentada aos seus Concidadãos para regra da sua conduta, cada um nas ditas Proclamações falava ao Povo sobre os ditos negócios, e tratava de o conduzir para

aquilo, que (81) a sua individual vontade lhe inculcava, como proveitoso à Nação. Esta prática subsistiu em todo o curso da Época de que tratamos,^{xxxvi} e ela é manifestadamente Oclocrática.

Que eram estas Proclamações? Eram uns Editos, nos quais cada um dos Portugueses, que ousava publica-los, tratava de mover os outros por aquilo, que lhe parecia útil à defesa da Independência Nacional, a reparação dos seus direitos, e a vingança das suas injúrias: eram uns Editos Monitórios_daquela mesma natureza do que Tibério dirigiu aos Romanos, para que eles cessarem de lamentar a morte de Germânico:^{xxxvii} ²²⁶e a quem pode pertencer a faculdade de publicar semelhantes Papéis, senão aquele que tem nas suas mãos a Pública Autoridade, e que se deve considerar órgão da vontade geral? Em todas as ditas Proclamações seus Autores falam, como se por suas vozes falasse a nação. E como pode um particular fazer isto, sem que manifeste a viciosa substituição da sua vontade individual em lugar da vontade geral? Não foi esta a primeira ocasião, que Portugal teve de se defender dos seus inimigos: a nossa história apresenta muitas outras, e em nenhuma delas o Povo Português. Se arrogou semelhante poder: usavam dele os Soberanos para falar aos seus Vassalos, e os Chefes dos Exércitos, e das Províncias, e os outros Funcionários Públicos nos diversos artigos das suas Repartições; e os particulares não se intrometiam naquilo, que pertencia a quem os governava. Heinécio²²⁷ no seu Opúsculo, que intitulou *Historia e dictorum, et e dici perpetui*, mostra, como entre os (81v) Gregos, e os

²²⁶TACITO, Publio Cornelio. *Annali*. Milano: BUR, 1997, p. 193.

²²⁷Johann Gottlieb Heineccius (Eisenberg, 11 de Setembro de 1681 — Halle an der Saale, 31 de Agosto de 1741), conhecido na literatura lusófona por Heinécio, foi um filósofo e jurista de Eisenberg, Turíngia. Foi um dos expoentes da filosofia jurídica, tentando demonstrar que a ciência jurídica é uma ciência racional e não um mero conhecimento empírico cujas regras não têm mais fundamento que a tradição ou o expediente do legislador. Com esse objectivo desenvolveu um conjunto de *princípios* do Direito e sobre eles construiu as suas teorias jurídicas sob a forma de um sistema filosófico. Teve grande influência na doutrina jurídica da segunda metade do século XVIII, em particular no sul da Europa. *Dictionnaire de Biographie et historie*, Op. cit. , p. 1291, v. 1.

Romanos era privativo dos empregados na Pública Administração este direito de fazer editos, que são o mesmo, que nós chamávamos editais, e que nesta época se converteram em Proclamações: e nega que aos particulares pertencesse semelhante faculdade^{xxxviii}: e os Romanos tinham uma Constituição muito mais popular, do que os Portugueses. Se lermos a Oração de Eschines?? contra Timário??? veremos, como em Atenas, apesar da sua Democracia, era por diversos modos limitado aos Cidadãos o direito de falar ao Povo, de maneira que nem a todos geralmente competia: e não se poderá duvidar, que fosse muito mais Democrativo Portugal, quando nele havia pessoa alguma, que fosse excluída de semelhante faculdade.

E é fácil de demonstrar, que é essencialmente Oclocrática a tolerância desta prática. Uma vez que seja admitido, como pertencente a cada um dos particulares o direito de proclamar aos seus Concidadãos sobre os Negócios Públicos, a cada um há de ser livre falar-lhes pela maneira, que ele entender mais proveitosa, instigando-os para aquilo, que ou as suas idéias, ou as suas paixões lhe apresentarem, como maior bem civil: porque não havendo uma fórmula estabelecida, que contenha a matéria desses discursos, para que todas se hajam de servir dela, e hajam de repetir os mesmos raciocínios, será absolutamente necessário, que a cada um deles se tolere o falar ao Povo, como lhe parecer: e admitindo isto, não fica adaptada à (82) substituição da vontade individual em lugar da vontade geral no meio da Sociedade Civil enquanto a direção dos Cidadãos para fins Sociais? O Divino Fundador da Religião, que professamos deixou aos fiéis as regras da sua crença, e da sua Moral, e apesar de que havendo estas regras estabelecidas, que definiam o bem, e o mal naquela associação, poderia dizer-se , que não ficava aberto o caminho para nela se substituir a vontade individual, em lugar da vontade geral, ainda quando a cada um dos fiéis se consistisse a faculdade de pregar, visto que estava

na lei a Doutrina, que se havia de anunciar, contudo ele não lha concedeu. Instituiu a Hierarquia Eclesiástica, fazendo a uns Doutores, e a outros Discípulos, a uns Apóstolos, e a outros Ouvintes, dando a dita faculdade somente aos primeiros, e nem assim mesmo se conseguiu evitar, que no meio desta Divina Sociedade se levantassem cismas, e facções, que lacerassem, nem assim mesmo se conseguiu conservar na sua união todos, os que nela entraram. Do seu Centro se tem separado um grandíssimo número de Crentes, que formam hoje diversíssimas Religiões, todas desligadas daquela primitiva associação. E que teria sido, se Jesus Cristo tivesse dado a todos os Cristãos o direito de pregar! E que teria sucedido, se dando-lhes este direito, as regras do bem, e do mal religioso fossem por ele tão vagamente constituídas, como o são nas Sociedades Civis as regras do bem, e do mal civil? Se assim tivesse sido o estabelecimento da Igreja, haveria hoje certamente (82v) quase tantas Religiões Cristãs, quantas famílias. Como Jesus Cristo queria fundar sua Religião por modo humano, deu-lhe a organização própria de todas as associações dos homens, e compôs a sua igreja de diversos Membros, dando a cada um as suas particulares Funções, e em vez de fazer a todos Apóstolos, a todos Profetas, e a todos Doutores, destinou a cada um dos fiéis os seus Ministérios, e ensinou-lhes, que se contivessem neles. Epist. 1 ad Conrinthios Cap. 12 Vrº13. Epist. ad Ephesius Cap. 4 Vrº11²²⁸. Pois as Sociedades Civis tem a mesma natureza, e é por isso necessário também nelas, que quem não é Apostolo, não tome o exercício de Apóstolo, para se evitar assim, que se não perca a unidade, que nelas é igualmente indispensável, que na Igreja: e admitindo-se outra teoria, ela será necessariamente

²²⁸1ª. Epístola aos Coríntios: 12- Porque, assim o corpo é um e tem muito membros, mas todos os membros do corpo, embora sejam muitos são contudo um só corpo; assim é também Cristo 13- Porque num mesmo espírito fomos batizados todos nós, para sermos um só corpo ou sejamos judeus ou gentios, ou servos ou livres; e todos temos bebido dum só espírito. 14- Porque também o corpo não é um só membro mais muitos. Epístola aos Efésios, Cap. 4 : 11- E ele a uns constituiu apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e doutores. Bíblia Sagrada, São Paulo: Paulinas, 1956.

a funesta origem de um caos, em que não há de haver, nem sistema, nem uniformidade.

E além de tudo isto bastava a origem, donde emanou o uso das Proclamações, que vemos entre nós, para que fosse manifestamente Ochocrático. A sua origem foi a Revolução Francesa, que tinha marchado no meio da mesma geral licença de proclamar, de tal forma, que somente uma Coleção de muitos volumes poderia incluir todas as Proclamações, que ela produziu. É evidente ser esta a fonte, em que beberam os Portugueses para substituírem aquele uso ao dos seus editais, e será bastante testemunho disto o ridículo (83) Plagiatos da forma final daqueles Papéis Republicanos = Vive la Republique! Vive la liberté! Guerre aux Pirens!???? E outros semelhantes, transladadas em as nossas Proclamações nos seus = Viva a Sereníssima Casa de Bragança! = Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor! Viva a Inglaterra! Morra Napoleão! Morram os Tiranos! Plagiatos este, que até o Governo adotou,^{xxxix} e a que não podemos deixar de atribuir o caráter de ridículo, porque não merece outro nome a prática de ir aproveitar até estas ninharias da Oclocracia Francesa, e isto uma Nação, que ao mesmo tempo queria apropriar-se uma glória superior a de todas as outras, e que declamando sempre contra a Revolução da França se cobria até com os seus mais desprezíveis vestidos. Por estas e outras imitações feitas algumas vezes mesmo, sem já se conhecer, que o são, é, que nos atrevemos a dizer no §2, que haviam de ter a qualidade Oclocrática todas as Revoluções, que no Mundo aparecessem, enquanto novos Séculos, e novas gerações não fizessem apagar a memória dos atavios da Oclocracia Francesa.

E o uso destas Proclamações é tão conseqüente, quando impera a multidão, como absurdo, quando se proclamou uma Monarquia. No primeiro caso, como as deliberações públicas dependem do Povo, são indispensáveis os Oradores, que ajam de desenvolver-lhe as matérias, conduzindo-o, e movendo-o para aquilo, que parece mais vantajoso. O povo há de resolver, e os

Oradores perorarão as Causas na sua presença, o falando da Tribuna, como se fazia em Atenas, e Roma, ou escrevendo (83v) Proclamações, como se usou na França. No Segundo caso, sendo necessário reconhecer o Poder Público na pessoa do Soberano, e convindo para este fim conduzir o Povo à condição passiva, que deve ter, nada pode ser tão inconseqüente, como o estar-lhe dirigindo discursos para o persuadir da mesma sorte, que se faria, quando ele houvesse de resolver. Estes discursos são outros tantos reconhecimentos, que se fazem da dependência, em que se está do Povo, são outros tantos meios de lhe recordar seu poder.

E ainda que se queira pretextar esta prática com a utilidade de encaminhar a opinião pública a favor das Operações do Governo, nem assim mesmo ela se poderá sustentar^{XL}. Quando se tivesse isto em vista, depois de uma Revolução Oclocrática, de que era preciso corrigir os defeitos, e a perpetuidade, em vez do uso das Proclamações que eram fatais para a moléstia, que se tratava de curar, como dissemos, conviria instruir o Povo e uni-lo ao Governo por meio de Escritos, que desenvolvessem, e louvassem o seu sistema Administrativo. Desta sorte se trabalharia por conseguir o bem, a que se dirigiam as Proclamações, sem suportar os seus inconvenientes. Elas ainda quando por uma parte fossem proveitosas para o dito fim, pela outra serviam de nutrir a moléstia, que se devia tratar de corrigir, e por isso, havendo outro remédio, que lembramos, igual às Proclamações para atrair a opinião pública, e que não **(84)** engravesca o doente, ele faria necessariamente com que se devesse abandonar aquele, que fazia por uma parte bem, por outra mal. E nós certamente em caso nenhum havíamos de proclamar ao Povo. Governando para restituir a Monarquia, havíamos de marchar sempre, e nunca apareceríamos Suplicantes na presença daqueles, que queríamos ter por súditos. Uma Proclamação destas, que não teria inconveniente, quando a Monarquia estivesse no seu estado de saúde, porque o

hábito passivo, em que a multidão se achava, fazia, com que ela não fosse um alimento nocivo, era venenosa nos períodos subseqüentes à Oclocracia, que fez perder aquele hábito, e do qual a regeneração é muito difícil. Sucede nas moléstias Morais, o mesmo que nas físicas: coisas, que são proveitosas, ou indiferentes no estado de saúde, são nocivas no curso da enfermidade.

E não devemos omitir numa outra consideração muito atendível na matéria, de que tratamos, e é, que se houvessem hábeis Demagogos que aspirassem ganhar a confiança da multidão, para depois disto fortes com ela em o momento favorável excitarem uma Revolução, e suplantarem o Governo existente, o dito uso das Proclamações lhe franqueava o caminho para este fim. Como era, que os Demagogos se conciliavam à afeição popular em Atenas, e Roma para em seu proveito disporem da multidão a seu arbítrio? Era uma das suas mais valentes armas o fazerem gratos ao Povo **(84v)** por meio dos seus Discursos recitados nas Assembléias Públicas, em que afetavam sumo zelo pelos seus interesses, e lisonjeavam as suas paixões e o seu poder. Se faltasse a Péricles esta ocasião de empregar a sua eloquência, e a sua Política, de modo, que se fizesse o ídolo da multidão, ele não teria conseguido dominar em Atenas, como dominou. O ostracismo, com que se desviavam da presença dos Atenienses aqueles Cidadãos, de que se temia, que por suas virtudes, e merecimentos arrastassem algum dia o Povo a receber a sua dominação, este meio de garantir a existência da República não concorreria tanto para o dito fim, como o evitar as freqüentes ocasiões, em que nas Assembléias Públicas falavam à multidão, os que queiram cativar.^{XLI} Quando pois o Governo Português subseqüente a uma Revolução Oclocrática, devendo temer muito os Demagogos que granjeassem uma excessiva consideração pública, porque eles podiam ser origem de novas convulsões, e mesmo imediatamente relativas ao dito Governo, quando este, consentindo esta licencia das Proclamações, supria

aos Demagogos Portugueses as Assembléias Públicas de Atenas, que lhes faltavam, servia muito mal à Nação e aos seus pessoais interesses.

E que causa seria mais fácil, do que desviar os Portugueses desta prática, que era entre eles nova, e a que não estavam anteriormente afeitos? Se pois senão evitou, foi necessariamente por um de tres motivos, o porque o **(85)** Governo não via as suas conseqüências, ou porque até receava de descontentar naquilo o Povo, o porque lhe parecia proveitoso ter aquele meio para dele se servir alguma vez, a fim de com as vozes dos particulares sustentar a sua Autoridade, como pouco abaixo mostraremos, que se praticou, e no primeiro caso o dito uso das Proclamações mostrará a suma inépcia do Governo, e nos outros a sua excessiva fraqueza, e a dependência, em que estava dos Governados, manifestando-se em todos eles a incapacidade dos Médicos, que tratavam de curar a Oclocracia Portuguesa.

§15

2º Documento = O contexto das Proclamações

Nossos Leitores não podem esperar, que nós entremos na empresa de analisar todas as Proclamações, que apareceram nesta Época, para mostrarmos, em como o seu contexto manifestava a Pública Autoridade; ocupada pela multidão, e a substituição da vontade individual em lugar da vontade geral, e consequentemente a existência do princípio morboso da Oclocracia: isto seria um trabalho muito dilatado, e igualmente desagradável, que inútil, bastando para satisfazer o nosso intento, referir algumas delas, em que aparecessem mais descobertamente, **(85v)** e quem desejar maior número de testemunhos, lendo as Coleções destes Papéis, depois de prevenido com as nossas considerações, achará muitos outros iguais; aos que neste § vamos oferecer.

Nós começamos pela Proclamação de um particular datado de 2 de Julho, e publicado na Cidade do Porto por José Rodrigues da Fonseca com o seguinte título = Proclamação do Povo ao mesmo Povo²²⁹. Ela depois de lembrar o sucesso do dia 18 de junho, que referimos no §4 continua na maneira seguinte = Ora nos começamos a Obra do nosso libertamento, e fizemos renascer o Governo do Nosso Amado Príncipe, que Deus guarde: erezimos um Governo em seu Nome^{XLII} que sem isso nada podíamos fazer: este tem bem dirigido as coisas, à exceção do Governador das Armas; mas este culpado, ou inocente se acha preso, já não governa, e aos Ministros pelas Leis é que pertence julgá-lo, e não a nós, e se nós podíamos Sentenciá-lo, e logo justiça-lo (como dizeis) para que o entregamos às Autoridades para o fazerem?^{XLIII} Nenhum dentre nós se achou capaz de o fazer, logo para que nós havemos agora queixar dos Ministros, e do Governo, pelo não ter feito? Não sabeis, que nós entendemos (como rústicos) uma coisa, e as Leis, que nos dirigem, são outras? Vamos todos à Casa do Ministro incumbido de (86) sentenciar, assim como aos mais réus, que julguemos culpados dar os nossos juramentos, e declarar, o que sabemos, para haver prova, e se fazer o Processo dos mesmos réus para serem julgados conforme os seus crimes. De que servem os nossos ajuntamentos tumultuosos, que fazemos, e os discursos vãos, que discorremos sem causa, contra o Governo, que nos dirige a completar a nossa glória. A Real, e Suprema Junta do Governo tem bem dirigido as cousas para se completarem os nossos desejos; agora temos um bom governador das Armas, que o Nosso Amado Príncipe tinha elegido para este Governo, ele é um bom Português, bom compatriota, um bom Cabo de Guerra; sabe conhecer a arte da Guerra, evitar o mal e seguir o bem, vós é verdade, que o não conheceis, e entretanto não vos são

²²⁹ *Proclamação do Povo ao mesmo Povo Dirigida ao Príncipe Regente D. João VI pela Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*. Porto: depois de 2 de julho de 1808, 2p. Observação da biblioteca nacional de Portugal: Título factício.

estranhos os vossos receios: mas para que farão essas Juntas, e esses discursos vãos, que ontem fizestes contra ele sem causa? Eu vos ouvi, e repreendi, e agora novamente vos digo, que confieis nele, e em todos os mais membros do Governo, e nos Ministros nomeados para sentenciarem os réus, pois que todos querem o seu, e o nosso sossego...

Portanto Camaradas, deixemos governar q.m. governa, que governa bem, e nós devemos vigiar os nossos interesses, e os nossos inimigos, e estamos prontos para nos arretarmos??? com eles, quando nos queiram inquietar; guardemos para então nossa coragem, e bravura, pois no (86v) Campo é, que devemos mostrar aos nossos inimigos nosso valor, e não na Cidade contra o Governo, e por consequência contra nós mesmos (isto nos deslustra): quando os Chefes nos ordenarem, mostraremos nossa valentia, aterrando com ela os nossos inimigos. Fechai os ouvidos àqueles, que vos quiserem seduzir contra o Governo, tratai-os como inimigos e perturbadores do sossego público, que não querem a nossa ventura.

Até aqui as palavras da Proclamação, que ninguém deixará de ter, por um testemunho da Oclocracia, que se nutria na Cidade do Porto para em algum tempo a enxovalhar com atrocíssimos crimes, e com o sangue dos seus Concidadãos. Havia um Governo, mas um Governo, de que o Povo, se erigia em Juiz: um Governo contra que ele murmurava publicamente, fazendo ajuntamentos tumultuosos, e discursos vãos: e tudo isto com ciência, e tolerância do mesmo Governo. E quem é o sustentáculo dele, quem vai julgar, e abonar publicamente mesmo na sua presença, e com a sua aprovação? E para com aqueles, aos quais tocava somente obedecer-lhe? É um do Povo, um simples particular. Opõe-se à Oclocracia, contrária ao Governo, a outra Oclocracia que lhe era nesta ocasião, e neste caso favorável. O dito particular ergue a voz para se declarar seu Juiz, e seu protetor, por ele reconhecido, e autorizado (87) no exercício destas funções até com as licenças, para que se

divulgassem pela Imprensa o momento, em que elas se preenchiam.

Erigimos um Governo... este tem bem dirigido as coisas para se completarem os nossos desejos à exceção do Governador das Armas... a Real Suprema Junta do Governo tem bem dirigido as coisas para se completarem os nossos desejos: agora temos um bom Governador das Armas, que o Nosso Amado Príncipe tinha elegido... vos é verdade, que o não conheceis, e entretanto não vos são estranhos os vossos receios. Mas para que foram essas Juntas, a esses discursos vãos, que ontem fizestes contra eles sem causa? Eu vos ouvi, e repreendi, e agora novamente vos digo, que confieis nele, e em todos os mais membros do Governo... Portanto, Camaradas deixemos governar, quem governa, que governa bem, e nós só devemos vigiar os nossos interesses, e os nossos inimigos...

Não se repreendem os atentados contra o Governo, porque ele é Governo, mais só porque governa bem, segundo o individual sentimento daquele Portuense: e logo deste princípio se deriva a obrigação de o respeitar, e de lhe obedecer, está destruído o fundamento destas obrigações, porque elas nestas hipóteses cessarão para com aqueles, que entenderem que ele governa mal. Não pode dizer cada um dos outros Portugueses a este (87v) José Rodrigues = e que particular autoridade tendes vós para decidir, que ele governa bem? Se atendes, porque o atendeis assim, também nós a havemos de ter, para julgar o contrário, quando essa for a nossa opinião: vos não sois mais do que um de nós = Não era manifesto, que autorizaram um Cidadão para falar desta maneira, era querer corrigir a Oclocracia com o alimento capaz de a produzir? Aqueles ajuntamentos populares, aqueles discursos do povo contra o Governo eram um sintoma de moléstia: esta consistia na Pública Autoridade ocupada pela multidão, na substituição da vontade individual em lugar da vontade geral, donde emanava a liberdade, que o Povo tomava para fazer aquilo, que se lhe repreendia: ela consistia neste

absurdo princípio, em nenhum outro Papel, mais descobertamente desenvolvido do que neste, quando ele atesta, que o Povo sustentava o seu poder para sentenciar, e executar logo aquele Governador das Armas, preso. E como se pretende curar isto? Dizendo que o Povo não sabe fazê-lo, porque não atende as coisas, mas nunca, que não tem autoridade? E não era um remédio, que acrescentava a doença consentir, que outro particular se atribuisse esse mesmo direito de julgar o Governo que nos mais se repreendia? Que cegueira! Não se entendia que o mal estava em o povo se meter a julgar destas coisas, mas **(88)** somente em ele dá sentenças contra o governo! Autorizá-lo, para que as desse a seu favor, era olhado como um bem, e mesmo aproveitado para remédio, como testifica a publicação deste Proclama! Não se chegava a conhecer, que dar-lhe autoridade para julgar o Governo favoravelmente, era dela também, para que aquele mesmo Juiz decidisse contra ele, quando assim o entendesse!

Fala-se de um novo Governador das Armas, eleito pelo Nosso Amado Príncipe: mas para o manter não se inculca como bastante esta eleição: faz-se uso das suas qualidades = é bom Português, bom Compatriota, bom Cabo de Guerra = e acrescenta-se = vós é verdade que não conheceis = como que se isto fosse necessário, estando a Pública Autoridade na mão desse Príncipe! E diz-se ainda mais = entretanto não vos são estranhos os vossos receios = sempre reconhecida no Povo a inspeção sobre quem o governa, sempre desculpada nele a desconfiança a respeito daquele Governador, que tinha sido eleito pelo Nosso Amado Príncipe! Como não o conheceis, tenha sido eleito por quem for, não vos são estranhados os vossos receios!

Também os Franceses chamavam = o nosso amado = ao desditoso Luis XVI, bem pouco tempo antes daquele, em que o levaram ao Cadafalso. Quando estas palavras acompanham os ataques feitos Direitos dos Soberanos, **(88v)** são sempre

traidores, e casos da rebelião. Mas os homens parecem nascidos para se enganarem, e enganarem os outros com palavras; a sua História apresenta uma sucessiva cadeia de exemplos, em que eles uma vez julgaram conservada a causa, só porque se lhe conservava o nome, e em que eles outras vezes entenderam mudada a coisa, só porque se lhe alterava a denominação. A verdade porém consite, em que S.A.R. não é amado Príncipe, nem para os seus vassalos, que se metem a fazer Juntas, e conferências tumultuárias a respeito dos Governadores, que o mesmo senhor elege, nem para os outros, que repreendem semelhante ousadia pelo motivo destes Governadores serem bons Portugueses, bons Compatriotas, e bons Cabos de Guerra, não estranhado os receios populares a respeito deles, porque o Povo os não conhece pessoalmente; e muito menos o que os que estando à testa da Pública Administração consentem a prática destes abusos e a disseminação destas doutrinas, inteiramente destrutivas dos Direitos da Soberania por si mesmo sediosas e fomentadoras dos tumultos, e da rebelião. Esta é a verdade, e nem jamais deixará de o ser, ainda que se esteja chamando-o sempre = nosso amado Príncipe = ao Soberano, para com o qual se proceder pela forma que acabamos de estranhar.

Não acrescentamos mais **(89)** provas deduzidas das Proclamações dos particulares, vale por todas esta, de que temos falado. As Proclamações porém, dos Funcionários Públicos são ainda mais autênticos testemunhos da Autoridade Pública ocupada pela multidão?

O Bispo do Porto era o Presidente da Suprema Junta do Governo, e consequentemente o primeiro dos ditos Funcionários, e nesta qualidade na data de 4 de julho proclamava ao Povo do Porto desta sorte = Portugueses, pelo Céu, por Jesus Cristo, ouvi um Governo que vos ama, que quer a Vossa felicidade, e que trabalha por ela. Que fazeis com as vossas turbulências... Pelo que há de mais sagrado no Céu, e na terra por Jesus Cristo rogai-vos o Governo, que vos sugesteis aos vossos chefes...

como se dirá, que tinha nas suas mãos o Governo do Estado quem proclamava desta maneira? Como se dirá que eram os Governados aqueles a quem ele falava? Ele não mandava, pedia, e pedia manifestando a suma dependência, em que estava até tê-la veemência das suas preces: falava não já, como se fala aos seus iguais, porém manifestamente com quem se dirige aos seus superiores. Quem tinha ocupado a Pública Autoridade este Proclamador, que assim pede, ou na multidão, a que se enviam suas súplicas?

Nós não achamos na História um exemplo, que se possa comprovar com este, a não ser a ridícula força do Imperador **(89v)** Justiniano, quando em Constantinopla, depois de ter nutrido por muito tempo, a licença popular no Circo entre as facções dos Verdes, e dos Brancos, dos quais nenhuma ele mesmo entrara, produzindo ela os frutos, que lhe são próprios, e manifestando-se perdida toda a Autoridade do Governo, entregue a Cidade aos maiores tumultos, e agitações, acompanhados de todos os crimes, e de todas as atrocidades, ele julgou remediado tudo isto, aproveitando-se em público com um crucifixo na mão, atribuindo todas aquelas desgraças a seus pecados, e pretendendo corrigir uma rebelião com o Ministro de Pregador. E que efeitos produziu o seu remédio? Ele acrescentou o desprezo popular para com a sua Pessoa, fazendo-se objeto de irrisão pública por aquele modo, com que pretendia reivindicar a sua Autoridade, e foi obrigado a fugir e a esconder-se no recinto de seu Palácio, e se Belisário lhe não acudisse com o remédio da força Militar, teria acabado naquele dia de ser Imperador. O Senhor Rei D. João IV teve também ocasião de ver na sua Capital começarem os tumultos do povo, e os seus procedimentos de licença: mas não apareceu como Pregador, corrigindo estes delitos = os Eclesiásticos foram incumbidos de repreender aos fiéis a sua insubordinação, e eles pregando como Ministros da Religião, lhes intimaram a doutrina da Igreja, que manda respeitar e obedecer ao Poder Público: **(90)** e o Soberano

figurou como Soberano, obstando com o seu poder e com a sua força aos procedimentos do Povo^{XLIV}, e todos satisfizeram, o que era do seu ofício.

Mas para proceder afim, é necessário conhecer a arte de governar os homens, e ter estudado as duas ciências, que Mr. Bentham designou com os nomes de Patologia Mental, e de Dinâmica Espiritual,^{XLV} das quais a primeira ensina a sensibilidade do homem, considerando como ente passivo, isto é, sujeito a influência de diversos objetos, que excitam sobre ele impressões agradáveis, ou dolorosas, e dos quais a outra mostra as forças motrizes, e conseqüentemente os meios de obrar sobre as faculdades ativas do homem: e o Bispo do Porto arranjou-se a querer governar, desconhecendo até a existência destas ciências, e como se o ofício de dirigir a Pública Administração fosse o mais fácil de todos quantos se conhecem no Mundo, e que por isso não carecessem de ser aprendido, como é necessário até nos menos complicados e nas Artes Fabris!

Bacon havia escrito o célebre Aforismo Político = Legis Non Decet esses disputantes, sed iulentes = de que outros Escritores Políticos modernos desenvolveram a Sabedoria^{XLVI}.

Que admiração não causaria a todos eles o ridículo espetáculo do Legislador, exercitando as funções de Pregador, publicando seus **(90v)** Decretos por meio de preces, dirigidas aos vassalos, e com as mãos erguidas! Este Bispo não tinha estudado bem nem as Escrituras; estas mesmas lhe deixaram a regra para se desviar deste modo de proceder, se acaso lhe tocasse alguma vez figurar como Soberano. Aos Apóstolos, de que lhe era Sucessor, tinha dito Jesus Cristo = Principes Gentium Dominatur e orum, et qui maiores sunt. Potestatem exercenti in eos non itaerit intervos... S.. Math. Cap.20 Vº 25. S. Marc Cap. Iº V41 S Lucas, Cap.22. Vsº 25: e esta Lição de seu Divino Mestre, assim como lhe ensinava, que ele na qualidade de Bispo não devia dominar, e exercer sobre os fiéis a visível, e externa Autoridade, que ostentam os Soberanos, também lhe fazia ver

que na qualidade de Rei, se lhe pudesse competir, devia exercitar aquela dominação, e aquele poder, que era próprio dos Chefes das Nações. Este Bispo porém para trocar inteiramente a doutrina de Jesus Cristo, quando figura de Sucessor dos Apóstolos na sua Pastoral de 6 de julho, de que falamos na Not. 43, manda, e ordena com a autoridade própria de quem domina, e quando nesta Proclamação tinha de encher as funções do Príncipe entre os Portugueses, pega-lhes e excita o ministério de Apóstolo. Em ambas as representações se esqueceu, ou não fez caso dos preceitos do Seu Divino Mestre, e **(91)** por esse esquecimento no exercício de Presidente da Suprema Junta do Governo, foi obrigado a estar pregando, e pedindo sempre aos Povos, que obedecessem àqueles, que o governavam, como mostram todas as mais Proclamações, que a união em pessoas dele, sem que pudesse corrigir a licencia popular. E nem podia suceder outra causa, sendo impróprio o uso do remédio, que empregava, e mesmo reprovado pela fonte de toda Sabedoria.

O Chanceler que servia de Governador das Justiças da Relação, e Casa do Porto proclamou também. Ele era não só o primeiro Magistrado da dita Cidade, mas de todas as Províncias do Norte, que tinham insurgido contra os Franceses, e conservando o seu cargo e usando dele, como a falar ao Povo do Porto dizendo = Ilustres Portugueses, almas generosas, amigos, e Concidadãos^{XLVII}.

Este respeito, com que principia, é próprio da importância da sua Magistratura? Ele manifesta uma igualdade pelo menos entre quem fala, e aqueles a que se dirigem os discursos. A Democracia Francesa deixou-nos repetidos modelos destes *ex ordios* conciliadores da benevolência popular em quase todas as Proclamações, que apareceram no meio dela, e este uso era análogo, e consequentemente com os direitos de igualdade, que faziam uma das bases daquela Constituição. Mas que espírito Filosófico, e Político aconselharia apropriar a mesma prática na Revolução Portuguesa de 1808, em que se proclamava a

Monarquia, e se dizia **(91v)** ressuscitada a Soberania da Sereníssima Casa de Bragança? Convinha acaso em tais circunstancias a ostentação desta igualdade Cívica, que o primeiro Magistrado daquele distrito caprichava de fazer neste Papel? Convinha ela acaso ao tempo, em que era preciso sobretudo se regenerar o Governo, fazendo esquecer ao Povo a Soberania, de que se tinha apropriado no ato da Revolução? Esta prática manifestava uma suma dependência, e abatimento da parte do Superior, e fomentava o orgulho popular, que era indispensável coibir.

Eis aqui um dos inconvenientes, que trouxe consigo a substituição, que se fez das Proclamações Francesas, em seu lugar dos nossos editais. O Povo acostumado a ver sempre o uso destas, não estranharia certamente se se lhe continuasse a falar pela mesma fórmula, e ela livrava destas ridicularias, ao mesmo tempo, em que introduzindo-se outras novas no tempo, em que dominava a Oclocracia, era quase inevitável que, elas aparecessem com os caracteres próprios destas enfermidades dominantes.

E que se deve dizer do contexto deste Papel, a qual, depois das costumadas lisonjas à multidão, e das abatidas Súplicas para que ela obedecesse ao Governo, não querendo deixar de falar do castigo dos chamados Réus do Estado, que era, o que principalmente agradava ao Povo, e de que ele unicamente tratava, se explica assim = A espada da Justiça, espada fatal para os malfeitores, não deixará <página 92> de punir **(92)** os Criminosos, os indignos Criminosos de Estado^{XLVIII}. Não se deve contudo proceder tumultuaria, e confusamente, nem é próprio das vossas honradas intenções, que se castiguem, senão aqueles que forem convencidos de seus horrorosos e detestáveis crimes? = este período nem é próprio das vossas honradas intenções, que se castiguem, senão aqueles, que forem convencidos dos seus horrorosos, e detestáveis crimes, este período fará internamente espanto a todos, os que meditarem nele! Fala o

Governador da Justiça de uma Monarquia, e fala ao Povo, e tratando do *Insgladii*, um dos próprios da Soberania, explica-se de modo, que manifesta a influência, que no exercício dele se deixava ter ao mesmo Povo? Nem é próprio de nossas honradas intenções! Como se os Sacerdotes da Justiça, para castigar, houvessem de atender às intenções de alguém! E como que no caso de deverem atender a algumas intenções, tratando desta matéria, se devesse ter essa consideração em Portugal com os do Povo! Pode esta frase na boca de semelhante Magistrado designar outra causa, que não seja o testemunho da Suprema Autoridade Pública, ocupada pela multidão, e de tal sorte que até as suas intenções deviam ser as regras dos Juizes, quando tratavam de castigar os delinqüentes? E se contra a esperança deste magistrado fosse das honradas intenções desses, a quem falava, que se castigassem os não convencidos dos crimes, que se lhes espantavam, deveria neste caso conformar-se com elas a espada da Justiça? A Soberania do Povo não pode **(92v)** ser reconhecida mais solenemente.

Que terríveis Médicos para curarem a doença, que lhes devia dar cuidado! Mas o Povo rompeu em alaridos, e tumultos, fez-se Oclocrático na primeira época da Revolução como mostramos, e os seus Médicos tiveram medo do doente: em vez de tratarem de o curar, não lhes lembrou senão, como se haviam de livrar dos seus furores! O remédio era só um, e consistia em curar o enfermo, em reduzi-lo à condição passiva, que ele tinha d'antes àquela condição, em que ele não metia medo, a quem o governava. E para isto o que convinha, era seguir todos os usos daquele tempo, de que se queriam regenerar os hábitos, como ensinava a todos à luz da mais curta razão. Em vez desta Medicina, substituíram-se usos novos, tratou-se o doente de maneira mais própria para lhe nutrir esses hábitos de poder, que produziam a sua moléstia, e desgraçada experiência mostrou a este mesmo Magistrado poucos meses depois, que não havia escudo, que defendesse o médico contra os frenesis de

semelhantes enfermos, senão aquele, que acabamos de expor. Apesar destes seus cortejos, e destas suas humilhações, o Povo do Porto, que ele lisonjeara tanto, quando chegou o mês de Março próximo, no meio de um dos seus acidentes atacou a Casa deste Ministro, arrebatou-o da Cama, em que vivia quase sempre pela sua idade, e moléstias, e sem que nenhum destes dois motivos bastasse para desarmar a fúria popular, **(93)** conduziu o indecente, e desumanamente a uma Praça, aonde tinha acabado de assassinar já doze desgraçadas vítimas, e argumentaria este membro com o sacrifício deste venerando ancião, que há mais de quinze anos exercia aquele respeitável, e importantíssimo emprego, se acaso o não livrassem das suas mãos.

Que proveitosa lição esta, para se não pretender evitar o ser vítima do Povo, lisonjeado, e nutrindo a sua Oclocracia! Se assim mesmo senão escapa das agressões populares, depois de prostituída à dignidade dos empregos, e de sacrifícios à obrigação do Ofício, deve certamente preferir-se o correr dos mesmos riscos, tratando-se de corrigir a moléstia, de que eles nascem. Ao menos então, salva-se a dignidade, e a consciência, que inutilmente se perde no outro caso, e deve ter-se toda a esperança, de que ainda quando se frustrarem os remédios, e se venha a ser vítima do doente, este algum dia há de cessar do seu delírio, tributando as honras, que os atenienses deram à memória de Phocion (§12), relativamente ao Médico, que morreu, por tratar de seu curativo.

Entretanto é necessário dar muita desculpa a este Magistrado, assim como aos outros, que o imitarão na prática, que acabamos de repreender. Nós veremos no § seguinte que o Bispo do Porto, Presidente da Suprema Junta do Governo, era um dos Portugueses, mais afetados da Oclocracia, e todo curso desta **(93v)** obra mostrará, que ele era quem mais se prostituía nas adorações para com o Povo: e este seu comportamento havia de obrigar necessariamente, a que o imitassem pois outros, que eram seus subalternos, se não tivessem uma coragem extrema, e

pouco vulgar nos homens. Eles temeriam sem dúvida por uma parte, que a falta de seu abatimento para com a multidão, se lhes fizesse muito sensível, e muito mais desagradável, depois daquele exemplo do Chefe, e pela outra, que este mesmo se ofendesse, reputando uma censura, que se lhes fazia o caminhar por uma estrada diferente. Sendo o Bispo do Porto, o que ele foi, era quase inacreditável, que os mais fossem, o que foram.

E antes de concluirmos este § faremos ainda memória de outra Proclamação em abono do que nele temos sustentado. Ela é do Desembargador Juiz da Inconfidência, e Intendente Geral de Polícia no distrito da Relação do Porto, datada de 1º de julho, e concebida nestes termos.

Moradores do Porto, o vosso demasiado zelo, e suma desconfiança pode bem levar-nos ao precipício, e isso é, o que pretende o Tirano para vos fazer sucumbir. Se vós confiais no Supremo Governo, que constituintes,^{XLIX} prestar-lhes sujeição, que ele é muito capaz de vos defender, e eu em seu abono porei minha cabeça; se porém desconfias de mim, o remédio é pronto, porque eu vou já demitir o cargo, que nem pedi, nem ambiciono. Não há nesta ocasião, só, que eu tenho feito ver (94) a minha fidelidade, sempre por ela mereça a estima do Soberano, já há muito, que algum de vós a conhece, e talvez em tempo, que a minha vida se arriscasse. Eu ainda conservo os mesmos Sentimentos. Os Jacobinos ainda não puderam abalar a minha constância, como porém a vida é preciosa, eu desejo dar mais em benefícios da Pátria, do que sacrificá-la em um tumulto. Eu quero antes morrer como um Simples Soldado em qualquer ação, do que sofrer de vós a injúria de desconfiar da minha honra, e fidelidade. Muitos Ministros há nesta Revolução de mais luzes, e por isso mais capazes do Lugar de Intendente Geral da Polícia fazer Justiça ao seu merecimento, e ide pedir outro ao Supremo Governador, que eu de boa vontade vos quero fazer a vossa. Tenho mais gosto de ir acompanhar meu filho ao Exército, aonde o fiz alistar, do que ocupar o lugar, para o qual, apenas me

julgaria capaz no tempo da questão, e não do tumulto, em que desgraçadamente vos vejo: no meio disto, confesso, se faz mister mão, que seja mais hábil. Se a vossa desconfiança nasce da falta de proposição dos Réus^L sabeí, que eu desejo fazer as coisas de forma que não seja notado de Sanguinário, desejo juntar nas Senteças todas as provas que puder descobrir para que a minha honra não padeça. Se em França se faz outra coisa, esta desgraçada Potência não serve hoje de modelo às outras; os Réus (94v) estão bem seguros; hão de ser punidos conforme suas culpas, a Devassa, que pelas nossas Leis se requer, ainda ontem se propiciou. Que desejo é este tão arrebatado de sangue de uns poucos indivíduos, dos quais já não temos nada a recear, e que levemente podereis ver no lugar que merecem pelos seus crimes? Não são estes os que vos devem merecer cuidado: aos que estão em Lisboa, e Almeida é, que devemos acometer, e vencer: correi, pois, mais a alistar-vos no Exército, e a unir as vossas forças contra os inimigos externos, do que contra esses já presos, dos quais em poucos dias vos prometo vejais a triste sorte, sendo culpados. Dai-me algum tempo, por que um homem mal convescido de uma doença, e ocupado em outras muitas causas, não pode fazer mais do que faz, concedendo-me tempo, eu vos prometo desempenhar as obrigações do meu ofício, e vingar com o castigo dos Réus a Religião, a Pátria, e o Príncipe, ofendidos. Porto, e Intendência Geral da Polícia 1 de julho de 1808 José Feliciano da Rocha Gameiro.

Não necessitamos de fazer longos reflexos sobre o contexto desta Proclamação: ela patenteia o mesmo medo, e a mesma submissão para com o Povo; a Suprema Autoridade por este ocupada de maneira, que se lhe pede, queira sujeitar-se ao Governo Supremo, se confia nele, e o Magistrado, que proclama, oferece à multidão a Sua cabeça, para o abonar.

Quem é o Governo, quais são os (95) Governadores? aonde reside a Soberania naqueles, que são afiançados, ou nos outros, perante quem se faz a abonação? O mesmo Magistrado oferece

admissão do seu Cargo ao Povo, se este desconfia dele lembrando-se do risco de lhe tirarem a vida em um tumulto: justifica-se sobre a demora do castigo dos inconfidentes, que era o objeto das inquietações, e nesta parte segue a prática, que repreendemos na nota 48. Em uma palavra ninguém poderá negar, que o Povo do Porto representava de Soberano nesta Peça.

Ela porém é sobretudo admirável porque este mesmo Magistrado havia começado a sua carreira por uma maneira muito diversa, e muito digna de louvor. A sua Proclamação de 22 de junho feita logo após do momento da Revolução, e dos dias antes desta, é talvez o único Papel que apareceu nesta Época com o cunho da Sabedoria. Nos a trasladamos ela dizia assim.

Portugueses fiéis! honrados Portugueses! A grande Obra da vossa Restauração está principiada: o dia 18 de Junho de 1808 fará a mais gloriosa Época nos fastos Lusitanos Bravos Officiais, que neste memorável dia fizestes abrir os nossos Corações afornalhados pelo Tirano Opressor do Universo, completam tão justos desígnios. Os franceses já não ousavam acometer-nos: é necessário procurá-los para os prender ao Carro do vosso Triunfo. Não, eu não desconfio do vosso valor; ele é (95v) sobejo para arrastar um pequeno número de miseráveis, que se acham cercados.^L Faz-se porém indispensável, ó Portugueses, mais que tudo, observar religiosamente as Ordens não só da Suprema e Real Junta, que nos governa, mas de todas as Autoridades Constituídas, e dos vossos Chefes. A Subordinação é anexo da Cadeia Civil: a falta dela reduz em um momento à horrorosa anarquia o Reino mais poderoso, quanto mais o nosso que vai alevantar-se das ruínas a que o tinha reduzido a fatal ambição do nosso inimigo.

Dois importantes objetos me foram pela Suprema Junta cometidos. O primeiro de castigar inconfidentes ao Estado: neste espero não terei trabalho algum pelo testemunho, que me tendes dado da vossa lealdade, e submissão ao nosso desejado, e

legítimo Soberano. Se porém algum existir, que ouse levantar a cabeça, ela lhe será cortada, e separada, bem como o joio do precioso trigo. Pelo que pertence ao segundo, objeto da Polícia, vós sabeis a lei: o cumprir com ela é um dever dos vassalos fiéis. Observando-as, vos poupais a trabalhos: e eu terei tempo de empregar-me em outros objetos, que vos possam ser úteis. Assim o espero, e de vós o confio. Porto 22 de junho de 1808 = J. F. R. G.

Conserva-se nesta Proclamação a dignidade própria de quem exercita uma parte do Público Poder: Inculcam-se os verdadeiros princípios da organização Social, fala-se nos **(96)** inconfidentes, removendo-se todas as idéias, de que os haja, e ameaçam. Se com o emprego da Autoridade os perturbadores da Ordem Pública, os fautores dos motins, e sedições.

Este Magistrado aparece ainda como ~ deve aparecer no seu edital de 22 de Junho, repreendendo diversos fatos, filhos da licença popular, e os alaridos, que se tenham observado no dia antecedente, e cominando penas contra os que continuassem semelhantes desordens.

Como se pode compreender um tal fenômeno? Este Desembargador começou mostrando, que entendia a vasêda?, que convinha seguir no seu ofício para restabelecer, e conservar a organização Social; e porque a abandonou? Estas suas Proclamações mostram, que o Povo estava mais Oclocrático no princípio de Julho, do que 22 de Junho, época imediata a Revolução! E como assim! Pois tanto mais tempo tinha doente de estar entregue aos Médicos, quanto mais enfermo aparecia? Sim, porque os Médicos o curaram mal.

O Magistrado, quando começou no exercício destes seus empregos, tinha os hábitos adquiridos nos outros lugares da Magistratura, que servia debaixo de um Governo Monárquico: e o Povo afeito a obedecer também não havia de perder de todo este seu hábito: e por isto, apesar da Sua convulsão **(96v)** revolucionária do dia 18, e 19, voltou à sua habitual condição

passiva, e poderia muito facilmente ser conservado nela, se acaso fora tratado como convinha. Mas o Bispo do Porto entrou a abençoar a Oclocracia; a multidão começou a prender a quem queria, e entre horrorosos insultos, e alaridos levava-lhe os presos ao seu Paço, e ele em vez de estranhar estes procedimentos, para ninguém tão ofensivos, como para aquele, que se propunha figurar de Soberano, deitava a benção aos que se tinham arrogado o uso da Força Pública, e mandava-lhe, que conduzissem à Cadeia as suas vítimas: gabava-lhe tudo isto, como patriotismo, e como zelo, e se alguém lhe refletia sobre estes abusos, e as suas conseqüências, dava-lhe em resposta = mas eles ainda me não vieram prender, nem desconfiam de mim, eles bem sabem, o que fazer = Ah! E como o haviam de prender, ou desconfiar dele, se o tinham pelo seu chefe, e pelo seu protetor na licença, que amavam! Se os acontecimentos Políticos dessem tempo, e ele não tomasse as medidas para fugir no mês de Março seguinte, ele veria, se chegava o momento de o prenderem, e de desconfiarem dele. Ainda assim, ele teve uma lição, no que o Povo de Ilhavo???, junto à Aveiro, fez a parte de sua comitiva, que o seguia na sua fuga do Porto, quando os Franceses, comandados pelo Marechal Soult entraram nesta Cidade. A plebe daquela Freguesia prendeu o seu Ajudante de **(97)** Ordens Arcipreste do Porto, José Pedro Vergolino, e outros Oficiais de sua Guarda e custou muito ao Prior da Igreja, e ao Capitão Mor salvá-los da morte. E quem estava na Cidade na madrugada do fatal dia quarta-feira de Trevas de 1809, que foi o da sua invasão pelo dito Exército ouviu ao Povo repetir muitas vezes em diversos magotes = é necessário matar a Sua Excelência, ele nos tem atraído = Mas sua Excelência tinha tomado a medida de já ter dormido da outra parte do Divino no Convento da Serra, não só naquela noite, mas nas três antecedentes, e por isso se poupou a ocasião de se enganar se o Povo nutrido, como ele tinha nutrido, sabia sempre bem, o que fazia.

O dito Povo, porém, conduzido por ele na forma, que acabamos de dizer, necessariamente, quando chegasse o princípio de Julho, havia de ter ratificado os seus hábitos Oclocráticos, esquecendo-se da sua anterior condição, já havia de obrar, e ser tratado, como Soberano, e já o Intendente Geral da Polícia havia de falar-lhes, como se fosse seu súdito, e como se servisse à Democracia. É nisto, em que se verifica moralmente a Sabedoria do provérbio = Parva sape sentila contempla magnum exctavil incendium = e quanto maior o exercitará, sendo assoprada?

Eis aqui como se entendem, e **(97v)** intimidem, e conciliam as proclamações deste Magistrado, datadas do dia 22 de Junho, e do 1º de julho seguinte. O Bispo do Porto desmantelou a Monarquia, e levou o Povo à Soberania, e reduziu-se assim, ao Intendente Geral da Polícia, e a todos à condição de seus vassalos.

§16

3º Documento = O Testemunho de outros Papéis Públicos

Podemos juntar às Proclamações, de que temos tratado, o testemunho de muitos outros Papéis Públicos, que demonstram evidentemente achar-se ocupada a Pública Autoridade pelo Povo: mas para não sermos demasiadamente extensos, depois de lembrarmos aos nossos Leitores a leitura da Carta do Juiz do Povo, que transladamos na nota 24, e que é um bom testemunho em abono do que dissemos, e juntaremos somente mais dois, os quais serão o Edital de 9 de Agosto do Intendente Geral da Polícia, e a Carta do Governador Interino das Armas do Partido do Porto, escrita ao Juiz do Povo da Cidade na data de 16 do mesmo mês, e procuramos estes datados, quase dos fins desta segunda Época, sobre que escrevemos, para se conhecer por eles, que em todo o decurso da minha (98) Época subsistiu a

Oclocracia, crescendo consequentemente esta enfermidade, em vez de se corrigir.

Diz o Intendente Geral da Polícia no Edital referido.

Faço saber, que tendo depois de feliz Aclamação muitos Povos arrogado a si um Direito Magistrático, e de Soberania, que lhe não compete, qual é o de suspender, e prender Magistrados, Governos, e mais Autoridades Constituídas por qualquer pretexto, por mais especioso, que seja, pois que só lhe é lícito recorrer à Real Junta, em que reside o Sumo Império, legalmente erigida, e reconhecida por todos os Povos do Reino, e que se o acham livres do cruel jugo Francês, e para que cesse de uma vez a dita péssima, errônea, e abusiva inteligência, que tantos males tem causado à liberdade, e boa administração da Justiça, sem a qual os Povos não se podem conservar, declaro, que daqui em diante será um dos meus maiores desvelos, não só como Intendente Geral da Polícia, mas como Juiz da Inconfidência, conhecer daqueles indivíduos, que se arrogarem a cometer semelhantes insultos, devendo saber, incorrem no crime de Lesa Magestade, urgiu atentarem contra as referidas pessoas, suspendendo-as, ou prendendo-as, e que na Devassa a que estou procedendo perguntarei **(98v)** por aqueles, que depois da publicação dele^{LII} se fizerem cúmplices de semelhantes atentados, como compreensivos no Capítulo dos inconfidentes, para serem castigados com a severidade das Leis: E para que chegue a notícia dos Povos do distrito da Relação, em que me é conferida Jurisdição: Ordeno, que publicado, e fixado nesta capital, se mandem Cópias assinadas por mim a todos os Corregedores das Comarcas, para que estes a façam publicar, nos Lugares mais públicos, mandando eles ditos Corregedores tirar outras Cópias autênticas para enviarem às Vilas e Lugares notáveis das suas jurisdições, para que se não possa em tempo algum alegar ignorância no caso inesperado de contravenção a este meu Edital, cuja execução muito se faz recomendável, por fazer muito à bem da tranqüilidade pública, que hoje se deve

muito promover, a fim de vermos completos os nossos tão justos, como gloriosos desígnios, de ver restaurar a Religião, a Pátria, e o nosso legítimo Soberano. Porto, e Intendência Geral de Polícia em 3 de Agosto de 1808^{LIII}. Seguem-se as assinaturas do Escrivão e do Intendente.

Diz o Governador Interino das Armas do Partido do Porto na Carta dirigida ao Juiz do Povo, e ao mesmo Povo da dita Cidade.

(99) Respeitável Cidadão, e digníssimo Juíz do Povo, o mais amável, e o mais fiel = Se eu tivesse a ventura de estar tão acreditado para com este vosso Povo, bem como este o está para comigo, todos seríamos bem felizes, e todos marcharíamos à nossa Causa, à da Religião, à da Pátria, e a do Nosso Augusto Príncipe: sim marcharíamos com aquela fé, e lealdade que sempre soube unir os homens, para os livrar das ruínas, para salvar o Decoro Real, e para tirar a Pátria do cativeiro. Poucos homens juntos trouxeram pela união em outro tempo os Portugueses ao que era seu, e com mais admiração hoje o Reino inteiro arquejou num momento, e assombrou tudo, tudo se espalhou, só nós nos unimos. A Causa toca a todos, e só todos a podem vencer os nossos Sábios Generais unidos pelo sangue, e pela Causa sairão do Vosso seio já unidos; eles vão vencer em Vosso nome, e eu fico ao Vosso abrigo, e à Vossa Conta para acertar, e é o acerto, que exijo de vós, pois sou fiel, e sou Português, e só de vós quero, o que tendes de mim, a opinião, veredicto, e a união a mim é quanto preciso de um Povo imortal, e imortal será o Vosso nome, se me ensinardes a acertar. Povo Português, amável Povo, a futura temporalidade cantará, alegre os vossos honrados feitos: os vossos ajuntamentos **(99v)** me confundem, e quanto mais contemplo neles, mais louvo a Deus^{LIV} Cinqüenta a Sessenta mil almas assoprando por vezes os pérfidos de uma, e outra Nação: as Armas indicando a vossa cólera, e vingança, venceram a Causa justa, e serão quando tudo se acalma, tudo volta tranqüilo à moradia sem sangue, sem remorso: um homem só alucinado faz mais desatinos, do que

tantos entusiasmados pela glória, pela fé, pela Pátria, pelo Príncipe, e ainda pelo seu padecimento! Mas que é isto honrado Povo, e Povo Santo? É o Governo de David, quando aspejava, é estar bem com Deus, que lhe merece, senão o maná Santo, a paz entre nós, a guerra para o Tirano. Portuenses célebres, e abalizados já desde muito, após, e a união é para nós e a guerra é para o Tirano. Quartel General do Porto 16 de agosto de 1808
= assinatura.

O primeiro destes testemunhos mostrou-nos o Povo arrogando-se o exercício da Pública Autoridade para depor, e prender os Magistrados, e Governadores, e todas as Autoridades Constituídas: os Governados procedendo contra os que os deviam governar, e procedendo, como se neles residisse a Soberania. O Segundo apresenta-nos o Governador Militar de uma grande **(100)** Cidade, e Partido, curvando-se tão baixamente diante do Povo, reconhecendo nele tanta Superioridade, que ainda figura mais como um escravo, falando a seu Senhor, do que como um Vassalo tratando com o seu Soberano.

Entretanto este segundo testemunho explica o primeiro. Porque a maior parte das Autoridades Constituídas tratava o Povo na forma, que este Governador do Porto o fazia, por isso é, que os Governados se arrogavam a autoridade de as depor, e de as prender. Se elas se manifestavam súbditas do Povo, como se pode estranhar, que este as tratasse nessa mesma consideração? Não afirmamos, que seja impossível fazer-se Oclocrático o Povo, sem que para isso concorra ativamente quem o governa, ainda que propendemos muito para esta opinião: mas não temos dúvida alguma em sustentar que é impossível, que ele se não faça Oclocrático, sendo tratado por quem o governa, segundo a escala desta Carta do Governador das Armas do Porto. Repugna essencialmente ao carácter dos homens em geral, e muito mais ainda ao da multidão na Sociedade Civil, que ela não apreenda o exercício do Público Poder, quando os seus Chefes se lhe submetem, e mesmo o desafiam para isto.

E vem aqui a propósito resolver **(100v)** uma questão, que pode haver na matéria da Oclocracia, e que ainda não tivemos ocasião de tratar. Há diversos Crimes na Sociedade Civil não Ochlocrática, em que a multidão abra com a sua força individual, como se ela fosse a força geral, ou a força Pública, que vem a ser o mesmo. Tais são por exemplo as assuadas, os motins, e os tumultos. Pode, pois, perguntar-se, quais são as notas, que os acompanham, e por onde se coubesse, que eles não são filhos daquela enfermidade.

As ditas notas são muito visíveis, e de tal maneira, que jamais se poderão confundir os motins, e tumultos Oclocráticos, com aqueles, que não são.

Como a Oclocracia consiste na Pública Autoridade ocupada pela multidão, há de resultar disto necessariamente, que quando esta rompe em motins e tumultos, existindo aquela doença, há de obrar, como Soberano, e como quem exercita direitos, que lhe pertencem. Portanto nenhum dos indivíduos, que tiverem entrado, naqueles procedimentos, tratará de encobrir a sua Cooperação, depois que eles tiverem terminado, antes ordinariamente cada um procurará atribuir-se a maior parte, que se puder atribuir neles: porque havendo sempre algum pretexto glorioso aos olhos **(101)** do vulgo, com que os ditos procedimentos se cobrem, cada um cobiçará ter nesta glória toda a porção, de que se puder apropriar.

Foi esta teoria a mesma, que nós vimos em prática nos tumultos Oclocráticos filhos da Revolução, de que tratamos, os quais todos se honraram com a capa do patriotismo, e do ódio aos inimigos, dizendo-se dirigidos a perseguir, e a prender os desleais à Causa da Nação. Veja se a Carta do Juiz do Povo do Porto na nota 24, e observe, se ele procura excluir o mesmo Povo de ter cooperado para as prisões tumultuárias feitas na dita Cidade, aos que se infamavam de traidores: há de achar-se muito pelo contrário, que ele chama exclusivamente para o seu Povo, toda a glória daqueles fatos. Veja se nas Relações de todas as

Revoluções parciais, referidas desde o §7, se em alguma delas aparece vestígios de haver quem procure tirar o seu nome da lista daqueles, que intervieram nos tumultos sempre pretextados com a perseguição, e prisão dos traidores: Há de achar-se pelo contrário muito apetite de se mostrar ostensivamente nas ditas Listas. Todos sabem, que nos alborotos de Março de 1809, em que na Cidade do Porto se forçaram as Cadeias, e se tiraram doze presos, que foram assassinados pela multidão **(101v)** na Lameda da Cordoaria; sendo um deles o Brigadeiro Luiz de Oliveira, todos sabem, que dois desses assassinos foram ao Paço Episcopal manifestar ao Bispo o Serviço, que acabavam de fazer, oferecendo-se lhe para outros semelhantes, que ele quisesse, e toda a Cidade viu que um deles conhecido pelo apelido de Mouro, andou por ela em todo aquele dia com a espada ainda ensangüentada, anunciando publicamente a todos, que encontrava, que ele fora quem matara Luiz de Oliveira, pedindo-lhes alguma gratificação por isto, a qual todos lhe deram, muitos somente com o receio, que ele fizesse também vítimas da sua Licencia. Toda a Lisboa é testemunha, de que nos motins, que nela houve pelos fins do ano de 1808, e princípio de 1809, a título de buscar Franceses, e de prender Jacobinos, nenhum dos que intervinha nestes procedimentos deixava de acompanhar os presos à Intendência Geral da Polícia, sem que jamais tratasse de esconder, que fora o principal agente, ou Sócio naqueles atentados.

É isto, o que não sucede nunca nos tumultos, e nos outros atos, em que a multidão substitui a sua força individual à força geral da Sociedade Civil não Oclocrática. Cada um dos cúmplices **(102)** procura esconder-se logo, quando passa o calor do procedimento, ninguém apregoa a sua intervenção, e muito menos a vai manifestar aos Depositários da Força Geral, aos empregados Civis, ou Militares. Este comportamento patenteia, que a multidão não tem ocupado a Pública Autoridade, que os seus fatos não são filhos desta ocupação visto que os esforços

de cada um para se esconder, são outros tantos testemunhos, de que ele reconhece a Pública Autoridade em outras mãos, e de que conhece ter feito, o que não tinha autoridade para fazer. Eis aqui, pois uma nota característica para se distinguirem os atos da força individual da multidão, classificando-se, quais deles são Oclocráticos, e quais não: e ainda há outra nota igualmente manifesta, que é a seguinte.

Os ditos Atos, quando são filhos da Oclocracia, e esta existe, serão publicamente honrados, ou ao menos desculpados com as capas gloriosas, com que eles se cobriram, ainda mesmo pelos Cidadãos, que não intervieram neles. E pelo contrário ninguém ousa louvar, ou desculpar os ditos atos, quando não existe a referida moléstia. E é manifesta a razão, porque sempre há de suceder isto. No primeiro caso a multidão tem **(102v)** ocupado a Pública Autoridade, e quem a tem nas suas mãos, é constantemente lisonjeado, e por isso louvado, ou pelo menos desculpado até nas suas atrocidades mesmo publicamente.

Nem o matricídio de Agripinus deixou de ser contestado em Nero por uma Apologia de Tessica, e o Senado, o Exército, e o Povo testemunharam por este Sucesso horrível o seu contentamento com festas, e com sacrifícios. E a morte de Clito ao qual Alexandre deveu a vida na passagem do Grânico, e que tinha sido tão proveitoso, como General aos triunfos da Macedônia nos tempos de Felipe, e mais do filho, a morte de Clito às mãos do Imperador embriagado no meio de um festim, quando ela neste restituído ao seu juízo excitava já os seus remorsos e arrependimento, foi desculpado pelos Filósofos Callisthene, e Anaxarco, e finalmente declarada por um Decreto, como um ato de justiça, somente para tranquilizar a desesperação, e a consciência do matador. Tudo isto foram testemunhos não da moralidade das ações, sobre que Mesrecahião, mas de que Nero, e Alexandre tinham nas suas mãos o exercício do Público Poder. Era por este mesmo motivo também, que o Governador das Armas nesta sua Carta **(103)**

louvava o Povo da Cidade pelos seus tumultos, a que chamava ajuntamentos até para os desfigurar no nome. Era por este mesmo motivo, que ele chegou à adulação de dizer que tanto mais contemplava neles, quanto mais louvava a Deus. Era por este mesmo motivo, que o Governo de Portugal nesta, e na seguinte época, sempre que foi constrangido a repreender no Povo o emprego da sua força individual, como se ela fosse a força geral, chamava aos seus atentados, excessos de zelo, e de patriotismo. Nada disto testificava, qual fosse a moralidade das ações, de que se tratava, mas somente que o Público Poder estava ocupado pela multidão.

No segundo caso, como o Povo não tem nas suas mãos o dito Poder, em vez de achar apologistas, ou desculpadores sobre o emprego da sua força individual, há de encontrar sempre quem investisse contra ele, porque os seus fatos são criminosos, e merecem ser censurados, e porque se não teme o castigo da censura, feita mesmo diretamente, antes se espera ganhar com ela na presença de quem exercita a Pública Autoridade, que é, quem em ambos estes casos se procura sempre lisonjear. É a mesma causa, o que flui nos louvores, e nas censuras sobre idênticos fatos, produzindo efeitos contrários, só porque são diversas as circunstancias.

(103v) Portanto, e é esta a instrução, à que destinamos o fim deste § excitados com a maneira, porque o Governador das Armas do Porto honrava os tumultos da plebe daquela Cidade: portanto, as duas notas características, e infalíveis, para os tumultos se classificarem no número dos Oclocráticos, e indicarem a existência da Oclocracia, são: 1º) não se esconder, antes ostentar-se publicamente a cooperação nele. 2º) serem publicamente honrados com louvores, ou ao menos desfigurados com desculpas, e isto ainda por aquelas pessoas, que parecem exercitar a Pública Autoridade. Quando estas duas notas concorrem no uso, que a multidão faz da sua força individual não haja nunca dúvida em capitular a existência da Oclocracia.

§ 17

4º Documento Fatos Oclocráticos, e primeiramente os do Bispo do Porto

Estes Documentos, que nos vão ocupar agora, hão de sem dúvida entreter a curiosidade dos nossos Leitores ainda mais do que os antecedentes, porque eles compreendem uma grande parte da História **(104)** da Revolução nos seus mais notáveis acontecimentos nesta época, de que tratamos: e sendo estes por nós

considerados politicamente nas suas causas, e nos seus resultados, aparecendo o nexos, que entre si tiveram, e o modo porque uns arrastaram os outros, aplainaremos consideravelmente o caminho, a quem se destinar escrever a História Filosófica da dita Revolução.

É o nosso empenho mostrar que ela conservara o caráter Oclocrático até o restabelecimento do Governo em Lisboa: e que melhor prova pode haver disto do que obediência dos fatos praticados neste período? Se neles aparecer aquele caráter, esta substituição da vontade individual em lugar da vontade geral na Pública Administração, quem poderá duvidar da existência, e predomínio da Oclocracia? O Bispo do Porto foi o Funcionário Público da maior representação, que houve nesta época, por ser o Presidente da Junta do Supremo Governo, estabelecida na dita Cidade: e o primeiro fato, que apresentamos em testemunho da existência daquela moléstia, é o seu comportamento.

Tinha-se instituído a referida Junta, sendo composta dos Deputados, que se nomeiam no *Correio Brásiliense* N.2 pag. 147, e tendo nela o Bispo somente as Funções **(104v)** de Presidente. Depositou-se a Pública Autoridade nesse Corpo Coletivo, como consta do Edital de 12 de Junho pelo mesmo Bispo assinado, que transladamos na Not.13, sem que se lhe atribuisse

particularmente alguma parte no exercício dela: consequentemente na Junta era, que se devia considerar existente a expressão da vontade geral, e da força geral; e se mostrarmos, que o Bispo substituíra a tudo isto, quando lhe parecia, a sua vontade individual, nós faremos ver, que ele era o primeiro Oclocrata.

Com efeito, a sua cobiça de governar fez, com que ele se atribuísse freqüentemente uma consideração quase Monárquica, arrogando-se toda a Autoridade, quando isto lhe agradava, e resolvendo por si coisas, que somente deviam ser reguladas pela Junta, de maneira que esta parecia muitas vezes mais o seu Conselho de Estado, do que o Tribunal do Supremo Governo. Em prova disto ser-nos-ia bastante transladar alguns períodos da sua Proclamação de 8 de Julho, que são o mais evidente testemunho da Soberania, que ele de fato se arrogava, quando queria, existindo de Direito na Junta. Eis aqui a maneira, porque se explica o Bispo, depois de anunciar, que para satisfazer os desejos do Povo, ia sem perda de tempo intentar a gloriosa empresa de libertar todo o Reino da Tirania dos Franceses, e de levantar em toda a parte as Reais **(105)** Armas do Príncipe Regente Nosso Senhor.

Para este fim (diz ele) já temos dado as precisas providências para formarmos um Exército de tanta força, e Ordem que ainda de longe ponha em fugida o inimigo: temos resolvido as Províncias, e Câmaras das Comarcas... temos mandado vir armamentos, e munições de Guerra... temos mandado vir um Governador das nossas Armas, que já estava provido neste emprego pelo nosso Augusto Príncipe, com a Patente de Marechal de Campo: o seu valor, e a sua Ciência Militar já foram conhecidos na Campanha contra os Franceses: a sua fidelidade ao nosso Príncipe Regente está provada pela demissão, que ele fez dos seus postos, por não querer servir debaixo das Ordens do Governo Francês, e pela prontidão, com que veio unir-se à nossa Pessoa para a defesa da Pátria, assim

que o mandarmos chamar...Temos, portanto um General de toda a nossa confiança, e isto se deve bastar, para o ser da vossa. Temos escolhido Magistrados honrados, por nós bem conhecidos, e experimentados para nos ajudarem na administração da Justiça, e toda esta marcha vai debaixo das nossas vistas, e de toda a nossa vigilância, e cuidado... Portuenses, (105v) ponde em Deus toda a vossa confiança, e depois também no nosso Bispo, e nas pessoas, de que ele se confiar...

Aqui aparece o Bispo atribuindo-se de fato toda a Pública Autoridade pela maneira mais descoberta, à vista da Junta do Supremo Governo, em que ela residia de Direito, e à vista de quem a tinha instituído. Ele é quem forma Exércitos, quem reúne as Províncias, quem manda vir armamentos, e munições de guerra, quem manda vir Generais, declarando, que o serem eles da sua confiança é quanto basta para o deverem ser da de todos os outros, ele é quem escolhe Magistrados para o ajudarem na administração da Justiça, tudo marcha debaixo das suas vistas, e da sua vigilância, e cuidado, e o Povo deve confiar depois de Deus nele, e nas pessoas, de que também ele se confiar. O Bispo é tudo, e faz tudo no exercício da Pública Administração: e tendo-se dito no Edital de 19 de Junho, que a Real Autoridade se via exercitada plena, e independentemente pela Junta, enquanto se não restabelecesse o Governo instituído neste Reino por S.A.R. quando eram 8 do mês seguinte, já a dita Junta não era nada, e já o Bispo se atribuía peculiarmente o exercício de toda aquela Real Autoridade. (106)

Se isto acontecesse tendo-se dissolvido a Junta, ou alterado a sua Constituição de maneira que deles passasse para o Bispo o uso da Real Autoridade, não se poderia concluir deste seu comportamento a existência da Oclocracia, porque ele nascia de outra Revolução, que a fizera transferir de umas mãos para outras: mas quando ele obrava assim existindo a Junta no mesmo estado, em que fôra criada, e exercitando também a Suprema Autoridade, como se via pelas suas Providências, Decretos

daqueles mesmos tempos, não se pode duvidar, que a vontade particular do Bispo era a vontade individual de um Membro da Sociedade Civil, e que ele o substituíra em lugar da vontade geral existente da Junta, temos, em que é indubitável existir a Oclocracia.

O pior porém foi, que o dito Bispo para se sustentar naquele estado, autorizava, que nele permanecesse também o Povo, imitando o sistema de nutrir a licença popular, que seguiram muitos outros, quando se quiseram fazer fortes com a multidão, que lisonjearam, para poderem realizar à sombra dela a usurpação do Público Poder, a que se propunham. Não nos atrevemos contudo a atribuir os procedimentos do Bispo a um projeto, que ele tivesse formado de imitar este Sistema, e acreditamos antes, que eles **(106v)** foram praticados ao acaso, sem que houvesse um plano consertado, e que o Bispo se propusesse de seguir. Se porém duvidamos das intenções, com que ele obrava, não temos dúvida alguma, de que ele sustentava a sua Oclocracia, nutrindo também a do Povo.

Quando se criou a Junta, e apareceu o Bispo com qualidade de seu Presidente, o Povo estava nos primeiros momentos da sua efervescência Oclocrática, e conseqüentemente Senhor da Pública Autoridade: e no fogo próprio de uma semelhante convulsão arrojou-se a prender diversas pessoas, que infamava de parciais, e amigas dos Franceses, e conduzindo estas suas primeiras vítimas ao Paço Episcopal entre os maiores tumultos, impropérios, e alaridos, o Bispo, a quem eles as apresentava, autorizava todas estas irregulares prisões, mandando-lhe recolher os presos na Cadeia, abençoando a multidão, que os acompanhava, e honrando estes atentados com o nome de patriotismo, e de zelo. Estes primeiros passos do Bispo, julgamos nós, que eram unicamente filhos do medo, que ele teve do furor popular, não nos sendo possível reconhecer nele o grande gênio, que seria preciso, para logo no meio desta crise de pavor geral formar um **(107)** projeto, que a

conduzisse à dominação do Estado: eles porém o fizeram logo o ídolo do Povo, por ser o sustentador das suas paixões, e dos seus procedimentos, e talvez lhe fizeram lembrar, que continuando a trilhar a mesma carreira, se podia fazer Chefe do Povo para assustar até a Junta com o respeito deste, arrogando-se as aparências Monárquicas, que se lhe faziam mais agradáveis, do que a conservação da qualidade de Chefe da Junta, para com ela reorganizar a Sociedade Civil dissolvida por meio daquela Convulsão.

O certo é, que ele se viu constantemente obrando com o Povo, e condescendendo com ele: aparecendo no meio dos seus tumultos para lhe pedir, que se tranqüilizasse, e que desistisse dos desatinos, que empreendia fazer, isto em vez de empregar para o dito fim a autoridade própria de quem governa. Resultou daqui nutrir-se o espírito Oclocrático, como necessariamente havia de acontecer, não podendo nunca o Governo reassumir plenamente a Autoridade, que lhe convinha, porque a multidão fazia sempre uma parte do que queria, desistindo da outra somente por condescendência aos olhos do Bispo, e quando este se recolhia, lisonjeado com o grande serviço de ter poupado a metade da desordem, vinha de fazer o maior mal possível, substituindo **(107v)** o Governo com baixas preces dirigidas aqueles, que deviam ser governados.

O certo é, que começou a haver um trato imediato, e muito freqüente entre o Bispo, e todas as pessoas do Povo: estas o estavam procurando a toda hora para lhe darem Partes ridículas, para lhe contarem novidades, para lhe proporem arbítrios, para lhe fazerem acusações, em uma palavra, parecia, que o seu projeto era governar uma Nação, como um Guardião governa o seu Convento, o qual gosta de saber tudo, de entender em tudo, e de regular tudo imediatamente por si: e logo que se segue este varedo está destruída a organização Social, e pelo menos a Constituição Monárquica, porque o Chefe se mete a nível com a última classe dos Cidadãos, e desaparece toda a gradação

indispensável, para que haja um Trono, o qual nem física, nem moralmente se pode conceber sem a existência de degraus. Um Trono ao mesmo nível do pavimento é uma idéia contraditória consigo mesma. Que representação inculcaria o Soberano, à presença do qual se fossem pessoalmente conduzir as pessoas, que se prendessem, bem como elas se levam às moradas de qualquer Juiz Ordinário? Que representação inculcaria o Soberano, que estivesse ouvindo imediatamente **(108)** por si os conselhos, os arbítrios, as novidades, os mexericos de toda a plebe de uma grande Cidade, e no momento de uma semelhante crise? E muito mais ainda, que representação inculcaria um Soberano destes, que tivesse o ridículo exercício, que acabamos de referir, para concordar geralmente com as propostas deste conselho o mais obscuro, de que se pode formar idéia? Não consta, que o Bispo dissesse nunca outra coisa aos diversos magotes de plebe, que conduziram presos à sua presença, senão que os levassem para a Cadeia: muito mais autorizadamente obra qualquer Juiz Ordinário, ou das primeiras Varas, relativamente aos presos, que se lhe apresentam pelas Rondas das Cidades, ou Vilas; ouvem a Parte, que se lhe dá, consideram as suas circunstâncias, e mandam soltar a uns, e prender a outros. Tudo isto nutria a Oclocracia, porque a Monarquia Portuguesa não era desta sorte, que se governava, nem o Governo de um Estado se reduz à estéril Função de ser informado daquilo, que os Governados obram na Pública Administração, e era necessário, que esta se reduzisse à regularidade, que tinha dantes, para que o estado de Revolução acabasse.

Conseguiu pois assim o Bispo a aclamação popular do mesmo modo, que adquire a dos discípulos nas primeiras **(108v)** escolas o Mestre, que não obriga a estudar, que não pergunta lições, e que dá muitos Sonetos: e o Pavor, que o Povo influía geralmente pelos seus atentados, e procedimentos, conciliava ao Bispo as adulações, e o respeito das outras classes da

Sociedade, e a inteira submissão da Junta. A algum dos seus Deputados ouvimos nós, que quando saía de Casa para ir para o Palácio do Governo, levava sempre consigo o dinheiro, que tinha para lhe servir no caso, que alguma agitação popular o obrigasse a fugir, sem que tivesse tempo de voltar às suas moradas.

Algumas outras coisas porém houveram, além desta, que acabamos de expor, as quais ajudaram muito a realizar esta submissão da Junta para com o Bispo, e quase a sua aniquilação, produzindo, que ele invadissem o exercício da Pública Autoridade. A mesma Constituição daquele Corpo abriu caminho neste acontecimento. Os dois Eclesiásticos, que se elegeram para Deputados, Manoel Lopes Loureiro, e José Dias de Oliveira, eram o seu Provisor, e o seu Vigário Geral, e acostumados a tratar o Bispo com a submissão própria destes seus anteriores empregos, não se haviam de poder esquecer dela tão facilmente no outro, em que entravam novamente, ainda que de muito diversa natureza. O Desembargador **(109)** José de Melo Freire, o Major Antônio da Silva Pinto, e o Cidadão Antônio Mateus Freire de Andrade, eram todos três dotados de caracteres muito brandos, e doces, sendo impossível, que entrassem em uma colisão com o Bispo, para o reduzir às Funções que unicamente lhe competiam, como Presidente da Junta. Ficavam pois, unicamente com a capacidade de ter alguma energia para sustentar a autoridade dela e os outros dois Deputados o Desembargador Luiz de Siqueira da Gama Ayala, e o Capitão Mariz, Comandante do Corpo de Artilharia, que não conhecemos pessoalmente, mas que certamente havia de ter resolução, visto ser quem fez romper a Revolução no Porto em o dia 18 de Junho, como dissemos no §4º. Este Oficial porém desgraçadamente foi envolvido nas prisões de 5 de Julho, de que logo falaremos: e conseqüentemente o Bispo achou-se nas melhores circunstâncias, que podia desejar, para satisfazer a sua ambição. Ajudou-o, porém ainda mais outra circunstância, que foi o ser escolhido o Palácio Episcopal para nele se fazerem as Sessões

do Governo. O Bispo enfeitou-o logo com uma Guarda, composta de Milícia Eclesiástica, de Clérigos e Frades, que com as suas espadas, e armas, faziam Sentinela de noite, e mais de dia em diversos Postos pelas escadas e salas do mesmo Palácio, havendo no pátio outra Guarda de Soldados. Este aparato, que **(109v)** talvez ao princípio se inculcasse dirigido ao Governo, pareceu muito brevemente próprio do dono da Casa, e concorreu para que aos olhos do Povo fosse esquecendo a Junta, e somente aparecesse o Bispo. Tais foram as coisas, que ajudaram a sua Oclocracia. Vejamos os efeitos, que ela produziu, e como se manifestou em algumas ocasiões, e em alguns fatos, sendo o primeiro o das prisões do dia 5 de Julho, de que se lembra o *Correio Brasiliense Nº2. pag.149*, ainda que classificando-o muito impropriamente pelas pouco exatas informações, que teve o seu Autor.

No Congresso do Clero, Nobreza, e Povo, de que falamos no § 4 celebrado na manhã de 19 de Junho, em que se elegeu, e instalou a Junta do Supremo Governo, decretou-se também, como ali dissemos, o estabelecimento de uma Comissão Militar, composta de seis Officiais, que se nomearam, e que devia ser presidida pelo Governador das Armas do Partido do Porto: comissão esta, em que se havia de tratar de tudo, o que pertencesse à guerra, objeto, que era o principal naquelas circunstâncias, em que se precisava preparar já os meios de defesa contra algum insulto dos inimigos, que estavam no Reino com bastante Força Militar, e já os outros mais poderosos, que se faziam indispensáveis para o expulsar do território Português, e recuperar a Independência Nacional. **(110)** Foi muito acisada esta lembrança, e até conforme ao que se praticara na outra bem sucedida Revolução Portuguesa de 1640, no princípio da qual logo o Senhor Rei D. João IV julgou necessário estabelecer um Tribunal para os Negócios Militares, que depois se conservou até os nossos dias com o título de Conselho de Guerra. E se o dito Soberano entendeu, que isto era indispensável, não obstante os

seus Conhecimentos Militares, quanto mais o não seria nesta Revolução de 1808, que começava por ter como Primeiro Funcionário Público um Bispo, que tinha passado a maior parte da sua vida nos claustros da Cartucha, e que nem sabia, nem podia saber dirigir a guerra com Espanha^{LV}.

A Junta porém desde o seu nascimento começou logo a olhar com ciúme para esta Comissão, e propôs-se a iludir neste artigo a Ata da sua própria instalação, ao mesmo tempo em que os Militares nomeados para aquele Corpo ambicionavam muito ver-se no exercício das suas Funções. Era um deles o Sargento Mor Engenheiro Luiz Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, que desde os primeiros movimentos da Revolução se associara ao Capitão Mariz, e que com este fora, ou figurava ser a sua origem. O Povo os aclamava a ambos, como seus Libertadores, e como os restauradores da Liberdade, e da Independência Nacional, e eles **(110v)** apareciam sempre na sua frente, como incumbidos de o reduzirem à disciplina Militar, e de o instruírem no manejo das Armas. Eram pois, estes dois Militares naquela época, os que mereciam principalmente a consideração do Povo, e que eram os seus mais respeitáveis Demagogos.

Nós estamos persuadidos, e é muito provável, que estes Oficiais se queixassem alguma vez do comportamento da Junta enquanto às evasivas, de que se servia, para desviar o estabelecimento da Comissão Militar, em que ou ambos eles, ou pelo menos Luiz Cândido havia de figurar: e estamos certos, de que o fato da Junta era Oclocrático. Os seus Membros neste artigo substituíam as suas vontades individuais à vontade geral, conhecida, e manifestada na Ata do dia 19, feita no Congresso do Clero, Nobreza, e Povo. Esta era a Lei fundamental, e não podia haver pior exemplo, do que faltar à sua observância, só porque assim o queria, ou porque assim o julgava mais acertado, a Junta, que era um Corpo instituído, e que não existia, senão por benefício da mesma Ata. Isto era uma terrível lição prática da Oclocracia, porque ensinava como princípio da Moral Civil fazer

cada um naquilo, que dependia da Pública Administração, tudo, o que lhe parecesse mais **(111)** vantajosa, princípio , que equivale ao outro, que autoriza a cada um para definir o bem, e o mal na Sociedade Civil, e para o fazer executar. Em ambos estes sistemas aparece a vontade individual substituída em lugar da vontade geral. Assim como só na Junta residia a expressão da vontade, e da força geral, enquanto a tudo o mais, que respeitava a Pública Administração, assim também ela mesma era só vontade individual naquilo, que se tinha determinado na sobredita Ata pelo Congresso do Clero, Nobreza, e Povo, que enquanto a Constituição, e forma da Junta do Governo Supremo, era a única expressão da vontade geral, que se podia reconhecer. Conseqüentemente a isto, quaisquer tumultos, que se levantassem pela falta do estabelecimento da Comissão Militar, de que falamos, todos eles seriam imputáveis principalmente à Junta, que deixava de cumprir uma das cláusulas, com que fora criada. Nem se pode conceber arbítrio mais impolítico, do que foi este, porque devendo remover-se dentre o Povo todos os motivos, que o pudessem conduzir as novas agitações, a Junta hia mesmo desafia-las, deixando de proceder em tais circunstâncias pela forma, que se lhe havia prescrito, e provocando por esse meio as paixões já dos que intervieram naquela Ata, já dos que nela foram elegidos para a Comissão Militar, **(111v)** aos quais todos se dava matéria para excitarem motins, e alborôtos.

Atemos porém o fio, que seguíamos, e de que nos desviaram estas considerações sobre o procedimento da Junta. Nós estamos persuadidos, e é muito provável, que estes Oficiais, primeiros Agentes da Revolução, se queixassem alguma vez das evasivas, com que se desviava o estabelecimento da Comissão Militar, em que ambos eles, ou pelo menos Luiz Candido havia de figurar: e também estamos persuadidos, e é muito provável, que a consciência da Junta, lembrando-lhe o motivo, que dava para descontentamentos, a trouxesse assustada com o receio dos

resultados, que eles costumam produzir em tempos tão perigosos. Mas houve quem denunciasse ao Bispo, que se traçava um projeto de revolução para destituir a Junta, e fazer instalar um outro Governo, e que Luiz Cândido era um dos que o promoviam, e ele deu logo Ordem ao Sargento Mor Antônio José da Silva Praça para prender o outro Oficial, o que aquele executou ao tempo em que este entrava em uma das Salas do Palácio Episcopal para ir tratar de coisas relativas ao Serviço, segundo o seu costume; e ficaram os ditos dois Oficiais ao pé de uma janela da dita Sala. Entrava o Capitão Mariz pela mesma Sala dirigindo-se para a Junta, de que **(112)** era Deputado e vendo ali o outro seu Camarada, e que ele esperava estivesse empregado no ensino dos exercícios Militares, de que estava incumbido, encaminhou-se para ele, e julgando-o solto estranhou-lhe a fala, que havia de fazer na Praça de Santo Ovídio, onde o estaria sem dúvida o esperando para o dito ensino; e soube então da sua prisão, porque Luiz Candido lhe deu por causa da falta, que se lhe argüia. Surpreendido o Capitão Mariz com este acontecimento, para ele tanto mais reparável, porque era um dos Deputados da Junta, segurou ao preso, que ele ia desembaraçá-lo, e encaminhando-se para a porta, que dava entrada para as Casas do Governo; achou-a fechada e arrebatado chegou a uma das janelas, que deitava sobre o pátio do Palácio, onde estava um grande concurso de Povo; gritando-lhes que acudissem aos seus libertadores, porque os queriam perder, ao que acudiu o Bispo em pessoa, dando-lhe a voz de preso, ao que ele se sujeitou. Estas são as prisões do dia 5 de Julho, que deram ocasião a dizer se no Correio Brasiliense já referido N^o 2^o, pág 149 = A insurreição porém não foi tão geralmente aprovada, que não houvesse, quem se oferecesse para reintegrar a Cidade aos Franceses, e nos 5 de Julho foram presas muitas pessoas, que se achavam acusadas de haver formado uma conspiração = É evidente, que o Redator **(112v)** estava muito mal informado, porque estes dois Oficiais

poderiam querer uma contra-revolução relativamente ao Governo, para lhe substituir outro, mas é impossível atribuir se lhes, que se oferecessem para reintegrar a Cidade aos Franceses, sendo eles, os que deram o primeiro impulso, e os quais se viram à testa da Revolução contra eles.

O Bispo teve o cuidado de mandar prevenir o Povo, que estava junto no Pátio do seu Palácio, e serviu-o nisto o Sargento Mor Raimundo José Pinheiro, que naquela época se achava também popularmente muito acreditado, e a prevenção, de que se fez isso, foi a mesma, que era própria daquela situação Oclocrática, de que se serviam os particulares, quando queriam infamar uns aos outros, expondo-os, e excitando o seu respeito e indignação, e os procedimentos da multidão; emprestou-lhes, que eram traidores: (Veja se o § 5 nº 4): e o Povo, correspondendo ao uso do remédio próprio para o agitar, não duvidou de crer, que o fossem aqueles mesmos, que até poucas horas antes aclamavam por seus Libertadores, e por seus Chefes; repetindo em altos gritos com o sobredito Sargento Mor = Viva o Governo, morram os traidores! = **(113)** Os dois Oficiais que foram conduzidos para as Cadeias, e processados sumariamente, sendo afinal condenado o Capitão Mariz a um degredo, e o Sargento Mor Luiz Candido a pena última ^{LVI} a qual com tudo se não executou, porque a Junta na noite antecedente ao dia da execução o fez transferir da prisão em que se achava, para uma embarcação, que estava no Douro, e destinadas a seguir viagem para a América, publicando um Edital concebido nestes termos = A Junta Provisional do Governo Supremo faz saber ao Público que o réu Luiz Candido Cordeiro Pinheiro Furtado, sendo condenado à morte por Sentença desta Relação pelo Crime atrocíssimo, e cujo perdão se pode perder imediatamente da incomparável Piedade de S. A. R., a dita Junta em testemunho do respeito, e felicidade, que consagra em nome de toda a Nação ao Seu Augusto Príncipe, se considerou obrigada a abster de lhe outorgar o perdão implorado, e a remeter o mesmo réu com suas

culpas, e Sentença á Soberana Presença do dito Senhor para resolver, o que for justo na Sua Real Consideração. Porto 29 de Julho de 1808, Bispo, Presidente, Governador. ^{LVII}

Tudo Oclocrático. Cada um obrando nas matérias da Pública Administração pela sua vontade individual **(113v)**: a Junta assim anulando uma parte da Ata de Sua criação: o Bispo mandando fazer prisões sem conhecimento da Junta, e sem o concurso da qual ele no Governo só era vontade individual: tudo feito sem conselho, tudo entregue ao acaso, sendo a infâmia de traidor a arma, que se empregava para se perder a quem se queria, o Bispo, e a Sua Junta, composta na sua maioria de Eclesiásticos, e de Magistrados, querendo governar a guerra, e dispensando-se de uma Comissão Militar, que para isso se criara no mesmo tempo, e pela mesma autoridade, que estabelecera a Junta: esta dando satisfações ao Público por Editais sobre as resoluções, que havia tomado relativamente à administração da Justiça em um caso particular: em uma palavra, tudo revestido dos atributos, que acompanharam a Oclocracia, segundo mostramos nos §§ 5, e 6.

Outro fato do Bispo inteiramente Oclocrático é a maneira, que ele seguiu para o restabelecimento do Governo em Lisboa. A expressão da vontade geral a este respeito estava na Ata Constitucional, de que temos falado, e que se publicou no Edital de 19 de Junho, de que nos lembramos na Not. 13. O Clero, Nobreza, e Povo, congregado para o **(114)** estabelecimento da Junta do Supremo Governo declarou, que a nomeava para exercitar a Real Autoridade plena, e independentemente, enquanto não fosse restituído o Governo, instituído neste Reino por S. A. R., motivo porque ela se intitulou Junta Provisional do Supremo Governo: e esta cláusula da dita criação era necessária, não somente para se guardar o respeito devido ao Mesmo Senhor, mas também para se ir conforme os princípios do Direito Público, a este caso aplicáveis. Não era decoroso para o Soberano, que os seus Vassallos se intromettessem a mudar, ou a

rever, e expurgar as eleições, que ele tinha feito para na sua ausência, e em seu Nome ser governado Portugal: e além disto tendo o Príncipe Regente Nosso Senhor os Governadores do Reino pelo seu Decreto de 26 de Novembro antecedente, e sendo a estes privados do seu exercício pela ocupação Francesa, e Decreto do 1º de Fevereiro de 1808, era conseqüente, e indispensável, que logo que cessasse aquele impedimento, eles renunciassem a autoridade que se lhes tinha cometido, e fossem instalados no exercício de suas Funções. A tudo isto pois, atendeu muito discreta, e consideradamente o Clero, Nobreza, e o Povo do Porto, estabelecendo um Governo, mas logo Provisional, até que pudesse governar **(114v)**, quem S. A. R. tinha escolhido: e o que este Corpo Constituinte se não atreveu a fazer, tomou a liberdade de o praticar o Bispo do Porto com a sua Junta, que viu um Corpo constituído, e constituído há tempos, com a cláusula de demitir o exercício da Pública Autoridade, logo que esse tempo chegasse, desistindo dela, para que a reassumissem, e a exercitassem os Governadores pelo Soberano nomeado: e a prova da resolução, que atribuímos ao dito Bispo com a sua Junta, existe nos seus ofícios de 4 de Agosto, dirigidos ao Almirante Cotton, Comandante da Esquadra Inglesa, que bloqueava o Tejo, os quais temos impressos na Corr. Brás Nº 10 pág 200. Estas são as suas palavras.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Snr~ = A Junta do Supremo Governo instituída nesta Cidade do Porto se considera obrigada a participar a V. Ex^a as deliberações, que elas têm tomado sobre o Governo de Portugal, logo que a Cidade de Lisboa seja livre do poder dos Franceses.

É crível, que a dita Cidade em razão da sua grandeza, e de ser a Capital do Reino, não queira reconhecer subordinação a outro qualquer Governo, e que antes pelo contrário pretenda, que ela seja reconhecida, como Suprema por todas **(115)** as suas Cidades, Vilas, e Povoações do Reino.

Convém prevenir, e contar todas estas dúvidas, que podem inquietar os Povos, ainda antes delas nascerem.

Para este fim nada pode ser tão sutil, como restituir e reintegrar o Conselho da Regência, instituído pelo Príncipe Regente.

E como por Autoridade Suprema foi instituído o dito Conselho da Regência, e a dita Autoridade Suprema reside hoje na Junta, instituída na Cidade do Porto, é certo, que por autoridade desta Junta deve ser restituído, e reintegrado o Conselho da Regência na Cidade de Lisboa, e para que assim se cumpra a Junta Suprema do Porto tem despertado um dos seus Membros com as Ordens que constam da cópia junta, nas quais consiste o modo mais simples, e mais legal, que se pode adotar para ser logo restituído o Conselho da Regência na Cidade de Lisboa, sem dar tempo, nem ocasião aos Povos, a que se ponham em desordem, e desassossego.

A sobredita Junta do Supremo Governo espera, que o III^{mo} e Ex^{mo} S^{or} Almirante C. Cotton tome debaixo de sua proteção esta importantíssima deliberação, que ela tem tomado, por ser sem dúvida a que mais convém ao bem de toda a Nação, e ao Serviço do Príncipe Regente do Brasil. **(115v)**

A mesma Junta consagra todos os seus ofícios de obséquio ao III^{mo} Snr Almirante C. Cotton. Porto 4 de Agosto de 1808.

Em Nome do Príncipe Regente Nosso Senhor

A Junta do Supremo Governo instituído nesta Cidade do Porto à instância do Povo da mesma Cidade a qual se tem unido, e se tem subordinado livre, e espantosamente as Cidades, Vilas, e pessoas constituídas em dignidade dos Estados Eclesiásticos, Civil, e Militar, as Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Beira, e vai seguindo o mesmo exemplo da Província do Além Tejo.

A Junta do Supremo Governo aliada com o Reino de Galiza pelo Tratado de 5 de Julho do ano corrente, reconhecida pela

Grã Bretanha, auxiliadas, e protegidas, pelos respeitáveis Exércitos, e Esquadra da mesma Nação Britânica.

A Junta do Supremo Governo tendo tomado a gloriosa empresa de restaurar a Monarquia Portuguesa em toda a sua extensão, e de restituir a Coroa de Portugal ao Seu Legítimo Soberano, o Príncipe D. João Nosso Senhor, atualmente assistente^{LVIII} nos seus Estados do Brasil.

A mesma Junta tendo para este fim tomado em consideração o resgate da Cidade de **(116)** Lisboa, ainda tiranizada, e oprimida pelo infame jugo do comum inimigo, e a total extensão, ainda nos mais pequenos restos da dominação Francesa em todo o Reino de Portugal.

E tendo outrossim tomado as medidas mais conformes, e aderentes às Reais Instruções do Príncipe Regente Nosso Senhor, e as mais proporcionadas, e conducentes à tranqüilidade, e sossego dos Povos de todo o Reino: tomou a resolução de fazer renascer, e interagir o Conselho da Regência, decretado pelo Príncipe Regente Nosso Senhor no dia 26 de Novembro do ano próximo passado de 1807, sendo feita a renovação do dito Conselho na forma, e com as declarações seguintes.

Primeira

O Des^{or} Luiz de Siqueira da Gama Ayala, Membro desta Junta do Supremo Governo desde a sua instituição, por Ordem da mesma Junta, em nome dela, e com a sua autoridade vá à Cidade de Lisboa, e juntamente o Des^{or} do Paço João Antônio Salter de Mendonça, como Proclamador da Coroa, e Secretário do Sobredito Conselho da Regência, em falta dele com o Des^{or} do Paço Manoel Nicolau Esteves Negrão, Chanceler Mor do Reino, logo que a Cidade de Lisboa esteja livre do poder dos Franceses, convocarão um Congresso das pessoas seguintes = D. Francisco de Noronha = Francisco da Cunha **(116v)** = O Conde Monteiro

Mor, se estiver em Lisboa = D. Miguel Pereira Forjaz e os sobreditos Des.^{res} Luiz da Siqueira da Gama Ayala, e João Antônio Salter Mendonça, ou na falta dele o Chanceler Mor Manoel de Nicolau Esteves Negrão.

Segunda

Neste Congresso, instituído na forma sobredita serão eleitos os Membros, que faltaram para o número dos cinco determinados por S. A. R. no Seu Decreto de 26 de Novembro, com a exclusiva, porém de todas as pessoas que jubila extensão do Conselho passaram a ser Membros do Governo Francês, e com a advertência, de que nesta eleição deverá lembrar, que no Decreto de 26 de Novembro se acha lembrado por S.A.R.. D. Miguel Pereira Forjaz, em Alvará de 23 de Novembro de 1674 são contemplados para a Regência do Reino os Arcebispos de Braga e Évora.^{LIX}

Terceira

Os ajustes, e contratos de qualquer modo feitos ente esta Junta do Supremo Governo, e o Reino de Galiza, e Grã Bretanha, ou com quaisquer pessoas destes Reinos, se haverão logo por firmes, e permanentes, afim de que tenham o seu plenário e devido efeito.

Quarta

O sobredito Conselho da Regência, **(117)** instituído e reintegrado na sobredita forma, logo que for reconhecido por esta Junta, (e não antes) deverá reassumir o Governo de todo o Reino na forma de que lhe foi conferido pelo Príncipe Regente Nosso Senhor, e pelo mesmo fato de reconhecimento, que esta Junta fizer do sobredito Conselho da Regência, ficará usando toda a jurisdição, e autoridade, de que ela tem usado até agora.

No caso porém, em que o mesmo Conselho da Regência, novamente restituído, venha a ser alterado, ou interrompido por nova invasão dos Franceses (o que Deus não permitiu) ou por qualquer outro motivo, por este mesmo fato esta Junta do Supremo Governo deverá logo reassumir, e por em uso o mesmo Poder, Autoridade, e Jurisdição, quem te sido desde a sua original instituição até agora. Porto Paço Episcopal em Julho. 4 de Agosto de 1808.

Não pode haver um movimento que patenteie mais evidentemente a Oclocracia, que afetava o Bispo do Porto. A sua vontade individual é substituída em lugar da vontade geral nos mais importantes objetos da Pública Administração, ele julga-se autorizado para definir o bem Civil, e faze-lo executar, até naqueles artigos, em que ele era unicamente vontade individual, ainda considerado copulativamente com a Sua Junta. **(117v)**

Dois eram os ditos artigos neste assunto do restabelecimento do Governo Português em Lisboa: a saber, 1º naquilo, que fosse contrário ao disposto por S.A.R. no Decreto, e Instituições de 26 de Novembro: 2º enquanto ao determinado na Ata do Clero, Nobreza, e o Povo, que estabeleceu o Supremo Governo na Cidade do Porto. No primeiro caso aquelas resoluções de S.A.R. eram a expressão da vontade geral, porque está na Constituição Portuguesa é a que se exprime pela voz do Soberano, quando ele determina sobre os Negócios Públicos: e conseqüentemente todos, e quaisquer outros Portugueses relativamente ao conteúdo nas ditas Resoluções, eram só vontades individuais.

A Ata do estabelecimento da Junta era no Segundo caso também a expressão da vontade geral em tudo aquilo, que nela se compreendia: porque na dita Ata se supunha existente assim a vontade de todos, que concorreram para a sua celebração, como a daqueles, que posteriormente a comprovaram pela sua acessão, e acolheição destas vontades é, que forma a vontade geral: e nem se considerava na Junta a expressão da vontade, e

da força geral nas matérias do Governo, se não porque ela tinha sido incumbida de governar pela dita Ata, que exprimia aquela vontade geral. E portanto, em tudo o que a Junta se interesse a fazer, contra o prescrito **(118)** nesta sua Lei fundamental, ela era somente vontade individual, substituída em lugar da vontade geral.

Como escrevemos para todas as classes de pessoas, ainda para as que não têm pleno conhecimento da teoria da organização Social, ser-nos-á desculpado o devido, que tornamos às vezes de demonstrar princípios tão evidentes, como estes, que acabamos de desenvolver: e suposto eles, fica sendo claríssimo, que este movimento, de que tratamos, é um autêntico testemunho da Oclocracia, de que estava enfermo o Bispo do Porto, e a sua Junta na Ata do dia 19 tinha se determinado, que a Junta do Porto exercitaria a Real Autoridade até se restabelecer em Lisboa o Governo, que S.A.R. deixara, eis aqui a expressão da sua vontade geral sobre o dito restabelecimento, ela não depende da vontade, e da deliberação da mesma Junta. E o Bispo 1º na Carta dirigida ao Almirante Cotton, bem como no preâmbulo da resolução, que a acompanha, trata do Governo em Lisboa, como de uma medida totalmente filha do seu arbítrio, esquecendo-se da vontade geral para lhe substituir a sua individual: e 2º procedendo, como se isto assim fosse, decretou o restabelecimento dela com as alterações expressadas na Condição 2º, 3º e 4º. E tendo S.A.R. regulado no Decreto, e Instruções de 26 de Novembro tudo quanto dizia respeito ao exercício da Comissão, dada ao Governo **(118v)** do Reino, o Bispo não fez caso algum destas Reais Resoluções, as quais, logo que se restituísse a Soberania ao Príncipe Regente Nosso Senhor, reviviam por si mesmo, apenas cessasse a ocupação inimiga, que as tinha feito suspender^{LX}. E em pleno desprezo delas, 1º excluía do Governo algumas pessoas por S.A.R. nomeadas^{LXI}: 2º em lugar delas mandou eleger outras por um Congresso organizado na forma da Condição 1ª, quando S.A.R.

tinha providenciado outra maneira de prover os Lugares, que vagassem, intervindo unicamente os votos dos Governadores, que excluíssem: e 3º restabeleceu Condições à reintegração, e ao reconhecimento do dito Governo deixado pelo Mesmo Senhor, sem os quais ele não seria reconhecido, segundo consta na Condição 3ª, e 4ª o que era uma perfeita rebelião contra os Decretos do Soberano.

Tudo isto são atos, filhos da individual vontade do Bispo com a sua Junta, e contrários à vontade geral exprimida já por S. A. R. no Decreto, e Instrução de 26 de Novembro, já pela Ata feita no Congresso do Clero, Nobreza, e Povo no dia 19 de Julho, e atos, que só poderiam ser legitimados, se ao Bispo com a dita Junta pertencesse definir ilimitadamente o bem Civil, e fazer executar as sua definições, quando só lhe competia este Direito para aquilo, que lhe não estivesse limitado na **(119)** Ata, que era a Lei da sua Instituição, e também no Decreto e Instituição de 26 de Novembro, que nelas tinham sido respeitadas, como deviam ser.

Juntaremos ainda um outro fato do Bispo do Porto em abono da verdade, com que lhe atribuímos o respeito Oclocrático. A Junta do Supremo Governo, por ordem datada do dia 26 de Junho determinou ao Desembargador Juiz da Inconfidência, que tirasse Devassa dos inconfidentes, que depois do feliz dia da aclamação de 18 do mesmo mês tivesse cometido o horroroso crime de traição à sua Pátria, e ao legítimo e verdadeiro Soberano de Portugal: o dito Magistrado assim o fez público pelo seu Edital de 28 de Junho. O Bispo porém na Pastoral de 6 de Julho, de que já temos falado, ordenando aos fieis de seu Bispado, para que fosse jurar na dita Devassa debaixo de incorrerem na pena de Excomunhão amplia o tempo prefixo no Edital conforme as Ordens do Governo, mandando-lhes, que eles jurem contra qualquer, que de algum modo seja inconfidente ao Real Trono, à Nação, e à Pátria, e tenha dado disto mostras públicas, ou particulares antes, ou depois da restauração feliz,

de que gozamos. O Governador manda devassar dos fatos posteriores ao dia 18 de Junho (eis aqui a expressão da vontade geral), e o Bispo que a este respeito na dita Pastoral é só vontade individual, manda às testemunhas que vão jurar relativamente aos fatos anteriores àquela data. E não **(119v)** nos demoramos em acrescentar muitas considerações sobre os inconvenientes, que tinha esse arbítrio de se admitirem acusações por fatos anteriores à Revolução, porque já satisfizemos a isto largamente no Paralelo do Governo Português, subsequente à Revolução de 1640, e 1808 desde o §2 em diante. Aqui unicamente trasladaremos alguns períodos de uma Carta de Demóstenes aos Atenienses, quando os instigava para se rebelarem contra os Macedônios subsequentemente à morte de Alexandre.

Vós deveis também, devia ele possuir vos de certos sentimentos, que não bastam por si para o restabelecimento dos vossos negócios, mas que juntos com as vossas forças, vos hão de facilitar o bom sucesso de todos os partidos, que vos resolvereis a tomar. E quais são estes sentimentos? Eles consistem em esquecer inteiramente do passado, e em não acusar alguma República, ou alguns dos Cidadãos, que em cada uma delas se declarou partidistas do Sistema, seguido atualmente pela Grécia (este sistema era aderir ao partido dos Macedônios). Porquanto o receio da nossa indignação ligará ainda mais os principais Chefes deste sistema aqueles, que tendo-se declarado seus amigos, conhecerem, que por isso ficam expostos a grandes risco. Despreocupados deste mérito, eles se **(120)** farão mais tratáveis para convosco, o que não é uma pequena vantagem. Seria indiscreto, ou antes impossível publicar nas Cidades da Grécia as disposições, em que estamos, mas vós fareis esperar aos Gregos de serem por vós tratados do mesmo modo que vós conduzireis um para com os outros. Digo pois, que não deveis queixar-vos de forma alguma, contra alguma das Repúblicas, contra algum dos Generais, dos Oradores ou dos

particulares, que precedentemente tiverem parecido favorecer o sistema atual, e que é necessário supor, que se dirigiam, como deviam dirigir-se, visto, que a bondade dos Deuses, conservando a vossa Pátria vos permite deliberar a seu respeito segundo a vossa vontade: acreditar finalmente, que bem como nenhum Navio, em que uns aconselhavam fazer uso das velas, e outros empregar os remos, todos tratavam da salvação comum, e que os Deuses por fim encaminhavam o sucesso da maneira, que nos era mais favorável. Se vos conduzireis desta sorte relativamente ao passado, conseguireis a confiança de todos os Povos, obrareis com a nobreza, e justiça, que convém, e ao mesmo tempo, que restabelecerei os vossos negócios, fareis possuir de melhores sentimentos aqueles, que nas Cidades da Grécia foram opostos às vossas vistas, ou fareis diminuir consideravelmente o número de culpados. Tratam pois os interesses públicos com grandeza d'alma, e com doçura, sem que vos esqueçam os interesses de **(120v)** de cada uma dos Cidadãos. Eu vos exorto o poder desta sorte, ainda que eu não encontrasse em muitos de vós uma igual generosidade, e que para comprazer a alguns indivíduos ou fosse abandonado, atraído, vítima da cabala, e das injustiças. Eu não penso, que se deva empecer ao bem geral, para satisfazer um ressentimento particular. Eu não misturo a animosidade pessoal em os grandes interesses da Pátria, e dou-me a mim mesmo por exemplo, do que aconselho aos outros.^{LXII}

Isto que Demóstenes aconselhava os Atenienses, é, o que seria também útil no Porto: as circunstâncias eram as mesmas, e de igual importância na nossa Causa as razões produzidas pelo Orador Grego. Convinha unir os Portugueses, não só os que estavam nas Províncias do Norte, já ligados com a Junta do Supremo Governo, mas também os outros da Estremadura, e Capital, que ainda se conservavam sujeitos aos Franceses, e para esta união era indispensável adotar o sistema, e se aconselhava ao Senado, e ao Povo de Atenas. Mas o Bispo do Porto ensinou aos Portugueses a desviarem-se dele, como

acabamos de ver; e se Demóstenes conduzia a Grécia a um partido desgraçado, por não haverem forças, com que vencer os Macedônios, ao menos ensinava o único meio, que havia de o seguir utilmente, ao Bispo, tendo a sustentar uma Causa igualmente difícil, empregava um arbítrio que seria bastante para fazer impossível o seu bom êxito, ainda quando faltassem as outras dificuldades que acompanhavam? (121)

§18

Em segundo lugar os dos Chefes do Exército Português.

Ainda que entendemos, que o documento mais irrefragável no assunto, de que tratamos, é mostrar, que nesta época da Revolução se adaptara geralmente a substituição da Vontade individual em lugar da vontade geral, contudo nossos Leitores não devem esperar, que ocupemos grossos volumes para lhes apresentar uma grande série de fatos desta natureza, como podíamos fazer, e devem contentar-se, com que lhes mostremos alguns dos mais notáveis. Eles mesmos depois refletindo nos outros de que suporam testemunhas, ou se acham referidos nas Gazetas, e Histórias do tempo, e analisando - as como nos tiverem visto analisar, as de que tratarmos, conheceram por si, que a sua natureza era Oclocrática, e que eles são incontestáveis testemunhos da Oclocracia, que dominava em Portugal.

Havendo porém de escolher alguns fatos Oclocráticos, entre os muitos, de que poderíamos lançar mão, preferiremos aqueles, em que intervieram as Pessoas, que mais figuravam nesta época da Revolução; porque eles se deviam considerar os mesmos expostos ao Contágio Oclocrático, e quando nem assim mesmo lhe escaparam, será indispensável concluir, que a dita enfermidade se tem feito muito geral. E esta nossa escolha servirá tão bem para mostrar as causas, que principalmente

concorreu para ela se inventar, que foi não a conhecerem aqueles, que se incumbiram da Pública **(121v)** Administração, em que eram os Médicos Políticos, que deviam tratar do seu curativo, porque se a conhecessem, nem se deixariam afetar dela, nem a citariam propagando como seu exemplo.

Já falamos do Bispo do Porto, e vamos tratar agora dos Chefes, que estiveram à testa dos Exércitos Portugueses, a saber o Marechal do Campo Bernardino Freire de Andrade, e o seu Quartel Mestre General D. Miguel Pereira Forjaz. Eles comandavam o Exército do Norte, que a Junta do Supremo Governo organizou, e que fez marchar contra os Franceses, que ocupavam a Estremadura, e a Capital; mas não obstante esta Sua Consideração Política, que mostrava existir a Real Autoridade na dita Junta, sendo eles os seus Súditos, o referido Marechal de Campo em uma Proclamação dirigida ao seu Exército, e ao Povo do Porto, quando havia de partir para aquela Comissão, dizia-lhes = Tenho Ordenado, que o Corpo, com que devo marchar, se Compunha de Destacamentos de diversos Corpos de Linha, e de Milícias do Exército... Mas é necessário atender à segurança externa destas Províncias, e a interna das Povoações principais, tendo a acautelarmos de um inimigo ardiloso, atraído, que emprega sempre que pode a sedução para conseguir os seus fins perversos. Do Governo das Armas desta Cidade fica encarregado durante a minha ausência um Oficial General, de quem tem todo o lugar de esperar haja de dar inteira satisfação desta Comissão com uma guarnição suficiente = ^{LXIII}.

(122) Quem deixará de entender, que o Soberano de Portugal é quem fala nesta Proclamação? Só a ele tocava dispor da força Militar do Reino, para lhe dar os diversos destinos, que mais conviessem ao interesse público: só a ele tocava falar do Governador das Armas do Porto na maneira por que ali se fala dele. Entretanto o Marechal Bernardino Freire exprime-se desta

sorte, a face da Junta do Supremo Governo, sem que nem esta, nem ele reparasse na estranheza daquelas expressões. A vontade individual daquele Comandante de um Corpo Militar é apresentado ostencivelmente, como se fosse a vontade geral: e ele associa logo aos seus diversos a idéia popular de um = um inimigo ardiloso, atraído, e que emprega sempre que pode a Sedução para Conseguir os seus fins perversos = para nutrir a desconfiança, como é próprio da Oclocracia. (§6 nº5)

Isto porém é coisa de pouca monta em comparação do Comportamento deste Chefe do Exército Português, e dos Oficiais que serviam no seu Quartel General enquanto a marcha, e operações do dito Exército, para expulsar os Franceses da Estremadura, e da Capital.

Desembarcando as Tropas Inglesas, Comandadas pelo General Wellesley, o Marechal Freire pôs o seu Exército debaixo do Comando do General Inglês, como este refere na sua Carta de 16 de Agosto de 1808 para o Secretário de Estado Lord Castlereagh^{LXIV}. E nem podia ser útil, nem admissível outra coisa: 1º porque o Exército Português era incomparavelmente menor do que o Inglês. 2º porque os Oficiais e Soldados deste eram muito mais **(122v)** disciplinados que aquele.

Juntaram-se a dois Exércitos em Leiria no dia 12 de Agosto, e no seu norte o General Inglês comunicou ao General Português o plano de marcha para a manhã seguinte fixando-se a hora, em que as Tropas Portuguesas haviam de partir, mas o General Freire em vez de executar, o que se tinha Concordado mandou fazer a proposição para um novo plano de Operações, insistindo nele com tanta pertinência, que o General Wellesley se explica desta sorte na Citada Carta = O General Freire foi informado deste estado de recursos e contudo persiste no seu plano, e o aconselho, que o não posso atribuir a outra Causa senão às suas apreensões, as quais porém ele nunca me deu a entender, de que nós não somos assaz fortes para o inimigo. =

E que é isto senão o predomínio da vontade individual nos negócios públicos? Um General, que tinha posto o seu Exército debaixo do Comando d'outro General, lá quando bem lhe parece desviando-se dos planos concertados, e com tal pertinácia, e este Confessa, não poder atribui-la senão o medo!

O que o General Freire praticava relativamente ao General Inglês, era praticado para com ele por todos os Corpos do seu Exército, cada um dos Officiais mais, ou menos graduados se julgava, autorizados para considerar a não vontade individual, **(123)** como se fosse a vontade geral, e para determinar com preferência a todas aquelas operações, que a sua inteligência lhe representava como mais proveitosas. O Espírito Oclocrático deste Exército chegava a um tão grande excesso, que será até muito difícil de crer; e nós julgamos que disto nasceu a sua falta de Cooperação com as Tropas Inglesas, que obrigaram os Franceses a evacuar Portugal, falta de Cooperação, que manifestadamente se acusa no Relatório da Mesa da Inquisição estabelecido para indagar as Circunstâncias da Convenção de Cintra, e que não vimos Contradita por nenhuma das Pessoas empregadas no Comando do dito Exército, e que elas não deixariam de fazer se tivessem matéria para isso.^{LXV}

Para se conhecer a qualidade deste Exército, bastava reparar na pueril extravagância do uniforme de alguns Corpos, de que ele se compunha. Traziam em volta dos chapéus largas fitas de diversas cores e qualidades, e nelas diferentes Letras N.g. = Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor = Morram os Franceses = Viva Portugal, Espanha, e Inglaterra = [desenho] Este enfeite é tão popular, e bruleico, que a primeira vista manifesta inércia de quem o usa, e de quem o deixa usar; o valor não se casa com estas ridicularias.

Estes Corpos pertenciam a diversas Províncias e Comarcas, e todas queriam atribuir ao seu descrito a preferência, e as mais gloriosas ações no rompimento da Revolução,

disputando entre si sucessivamente a este **(123v)** respeito; discussão esta que ocupava todo o seu Cuidado, parecendo ser o seu único emprego, e originando contínuas defensões. O que todos haviam feito, como mostramos no princípio destas Considerações, eram 1º Surpreender alguns Officiaes Servis Civis do Exército Francês, e algumas dezenas de Soldados, que se acharam isolados no meio de milhares de homens levantados Contra eles, e 2º prender alguns Portugueses, que se infamavam, como suspeitosos de adesão ao Governo Francês. E como estas haviam sido as suas Façanhas, e aquelas porque eles se diziam superiores aos Austríacos, aos Prussianos, aos Russos, em uma palavra a todas as Nações do Mundo, não lhes lembrava nenhuma outra Coisa senão Continuar nelas. Nós Contaremos dois fatos, que serão suficientes para provar o Espírito Oclocrático deste Exército, todo dirigido ao exercício de quadrilheiro, e ao emprego de fazer prisões.

Ratificada a Convenção de Cintra, e no intervalo de tempo necessário, para o Embarque do Exército Francês estiveram acantonadas em Mafra as Tropas Portuguesas, e o seu Quartel General. Achava-se entre elas um Corpo de Estudantes da Universidade de Coimbra, e dois destes pedindo Licença para virem à Lisboa tiveram a Resolução de prender ai algumas pessoas, que classificaram como apaixonados dos inimigos, sendo obrigado o Intendente Geral da Policia a faze-los ir à sua presença para lhes ordenar, que não ousassem praticar outros Semelhantes fatos: É com **(124)** efeito necessário, que o Espírito Oclocrático tinha chegado ao último excesso, para que dois mancebos se determinem pelas suas vontades individuais a vir fazer paixões em Lisboa, a primeira Cidade do Reino, aonde havia tantos Tribunais, e tantos Magistrados, e mesmo uma grande força Militar.

Eis aqui o segundo fato. Um Cirurgião d'Almeida, que vinha militando na Divisão Comandada pelo General Bacellar,

encontrou-se conosco em Lisboa, aonde tinha vindo com Licença, e ouvindo-o queixar da demora do Exército Português, acantonado nas imediações da dita Cidade, quando todos tinham muito, que fazer nas suas Províncias; como muitos eram Lavradores, ao tempo das Colheitas, cuidamos, que ele se referiam à falta, que nelas faziam, e concordemos com ele, em que seria justo, que se dissolvesse o Exército quanto antes, para que cada um fosse cuidar no aproveitamento dos seus frutos, ao que ele nos replicou = Não é isso, temos de ir fazer muitas prisões de Jacobinos que por lá há = e todos nós estamos por isto arrenegados com a demora, e já temos falado ao General para que nos deixe retirar = Nós ouvindo semelhante discurso ficamos surpreendidos, porque ainda então não conhecíamos o espírito **(124v)** do Exército Português, como ao depois conhecemos. Estes mandos de gente mal armada estavam com a idéia de cada um ir para os seus domicílios prender, a quem lhe parecesse! Pode haver mais manifesto espírito Oclocrático? Era tão geral, e tão conhecida esta Licença nos Corpos, de que se compunha o dito Exército, que o Governo Substituído em Lisboa ao dos Franceses, não consentiu, que algum deles entrasse nesta cidade justamente receoso, do que viesse perturbar a sua tranqüilidade.

E nem era possível, que outro fosse o Espírito do referido Exército, sendo o Quartel General de Bernardino Freire uma Escolha permanentemente de Oclocracia. Nem o dito General, nem os oficiais do seu Estado Maior tinham parte alguma na Pública Administração do Reino, e conseqüentemente enquanto a esta eram todos eles vontades individuais. Mas não obstante isto cada um falava no Quartel General de Mafra, como se fosse Soberano, cada um declarava traidor a quem lhe parecia com toda a publicidade, mesmo à Mesa, diante dos Criados, e dos Soldados, que o serviam. Um dizia = Nós lá vamos tomar conta de seus Ministros, que estiveram executando as ordens de Junot

= Outra vez repetia o General = Eu por mim hei de julgar traidores a todos os que serviram (125) os Franceses = n'outra ocasião perguntava por algumas pessoas da sua antiga amizade, que estavam em Lisboa, e que não tinham ido Corteja-lo dizendo = Ele faz bem em não vir cá, tem medo que eu o mande amarrar como fez o Fulano V^a = Estes e Semelhantes desatinos eram a diária cena daquele quartel General, funesta, e Criminosa Origem da maior parte das desgraças da nossa Pátria.

Preocupavam-se todos, ou quase todos que vinham naquele Quartel General, que eles iam a ser as primeiras pessoas de Portugal, e ninguém pode Saber, quais fossem os motivos, que lhes originavam Semelhante ilusão, porque eles não tinham feito Coisa alguma em serviço da Nação, Como Consta do que tem os escritos neste §, e na Nota última, autorizados com o testemunho do General Wellesley. E talvez que o próprio Conhecimento que eles tinham disto os Conduzisse ao empenho de quererem desacreditar, aqueles, que o precediam na hierarquia Civil, e que eles queriam Suplantar. Os arbustos rasteiros, o que a natureza nega à força, para se elevarem muito, não podem jamais lembrar-se de sobressair sobre os Ciprestes, senão quando estes se acharem caídos por terra, e as árvores criadas para dominar as outras vão erguendo altivas os seus ramos para ficarem sobranceiras às mais, sem lhes importar, que estas Conservem toda a sua elevação. Aqueles, **(125v)** que para serem os primeiros trabalham pela aniquilação dos outros, desacreditam-se com o seu próprio testemunho, manifestando, que eles não podem sobressair a par desses, que pretendem aniquilar. O homem entretanto, que se reconhece por grande, não procura ajuda de ninguém, porque ninguém o assombra, e destina-se a ser o primeiro, elevando-se acima dos outros por maiores que eles sejam.

Bernardino Freire, e o seu Quartel General fundavam todas as esperanças do seu engrandecimento em Portugal sobre a

destruição, dos que ofereciam, parecendo reconhecer, que só à falta de homens podiam ser os primeiros. Daqui veio a empresa, que tomavam. 1º de desacreditar todos, os que tinham servido com os Franceses para assim de um golpe aniquilarem a muitos: 2º de protestar contra o Artigo da Anistiada Convenção de Cintra, que se lhe representava como um obstáculo a seu engrandecimento, por lhe não deixar derribar os outros: 3º de empregar todos os meios para que ficasse vinculada entre os Franceses a maior parte da Grandeza do Reino, que inculpavelmente se achavam entre eles. E D. Miguel Pereira Forjaz que saiu da dita Escola trouxe consigo aquele = Mónita Secreta = e tão constantemente trabalhado pelo seu desempenho^{LXVI}. (126)

E que diremos relativamente ao Comportamento do Quartel General Português Sobre a Convenção de Cintra? O General em Chefe do Exército Inglês comunicou na data de 23 de Agosto ao General Freire os Artigos do Acordo, para a referida Convenção, pedindo-lhe, quis esse comunicar os seus Sentimentos aquele respeito. Consta dos Officiais no Correio Brasiliense N. 12 pág. 426. Nenhuma reflexão se lhe fez até o dia 30, em que se retificasse a Convenção; e no dia 14 do mês seguinte apareceu o General Português protestando contra alguns dos seus Artigos. Que fato pode haver mais Oclocrático!

O Marechal Freire não tinha outra Consideração Política no Estado Público do Reino, que não fosse a de General de um Exército da Junta do Porto. Esta havia sido informada sobre a Convenção, logo aos 24 de Agosto pelo General Wellesley na Carta impressa no Leal Português Nº 9. Os Artigos do Acordo foram comunicados ao General Bernardino Freire no dia 23 do mesmo mês, e depois a Convenção definitiva no 1º e 2º de Setembro/ Offícios no Correio Brasiliense Nº 12 pág.426 e seguintes/, e era impossível, que ele não participasse logo à Junta Sua Soberana as Comunicações referidas, devendo por

isso ter-se como certo, que ela nos princípios de Setembro havia de conhecer todas as Circunstâncias da Convenção de Cintra. **(126v)**

A Junta do Governo em que residia a Real Autoridade, e a que servia o General Freire, não faz reclamação alguma contra os ditos ajustes, vindo por isso a ratifica-los tacitamente, segundo os princípios no Direito das Gentes, Groc. de Jur. Bell. et Pae. Liv. 3.Cap.22. §3, e o dito General protesta contra eles no dia 14 de Setembro! O General do Exército Português, depois de Conhecida a Convenção pelo Governo Supremo, que então se reconhecia, e depois de aprovada por este com o seu Silêncio, não tinha mais direito para protestar Contra ela do que o teria qualquer outro Português: eram todos eles vontades individuais a este respeito porque na Junta de Governo existia a única expressão da vontade geral. E apesar de tudo isto ele fez o protesto como se fosse o Soberano, e à vista deste, e quando ele se tinha Calado e ratificado com o seu Silêncio o Tratado, contra que se protestava: e assim é que procede a Oclocracia.

E para concluirmos estas, acrescentamos somente algumas breves reflexões Sobre os dois Oficiais do 1º, e 2 de Setembro entre os Quartéis Generais dos Exércitos Inglês, e Português, os quais certificam o espírito Oclocrático, que reinavam nos Chefes das Tropas Portuguesas. Eles podem ver-se impressos no Correio Brasiliense Nº 12 pág. 426 e seguintes, o merecem ser copiados pela sua importância.

Eis aqui o primeiro dos ditos **(127)** dois ofícios.

Torres Vedras 1º de Setembro de 1809.

Senhor O Coronel Murrais me mostrou ontem por Ordem de Vossa Senhoria os artigos da Capitulação Concluída entre os Exércitos Britânico, e Francês: ontem mesmo dei parte ao General em Chefe do Exército Português, e em Conseqüência

das minhas instruções, Considerando por uma parte que a Capitulação entre os dois Exércitos Inglês e Francês está definitivamente Concordados, e que por outra parte o General Bernardino Freire d'Andrade servia de alguma sorte responsável ante o Governo provisório de Portugal, senão tratasse de obter para os habitantes do Reino de Portugal, tudo quanto lhe pudesse ser útil, e honroso ao Estado, e refletindo mais, que na Capitulação que Vossa Excelência foi servido fazer- me ver, não há um só artigo, em que o Exército Português seja Considerável, e que não obstante isto se acha um artigo, que garante aos Franceses a restituição dos Oficiais Civis^{LXVII} que o Exército Português fez prisioneiros, creio ser do meu dever em virtude das instruções, que tenho recebido, apresentar a Vossa Excelências as perguntas Seguintes.

1^a -Até que ponto se entende a garantia oferecida aos Franceses, sobre a restituição dos Oficiais civis, que estão em nosso poder.

2 - Se suceder, que o Governo Provisório de Portugal, reprovando a Conduta do General Freire, por não haver tomado parte nos arranjos feitos com os Franceses, ordenasse (127v) movimentos avançando em Combinação com o Exército Espanhol do Alentejo, se neste caso, o Exército Inglês se não oporia a isso?^{LXVIII}

3 - Se suceder, que pelos arranjos feitos entre o Exército Britânico e Francês, a honra, e a dignidade da Nação Portuguesa, e a autoridade de S.A.R. o Príncipe parecerem de alguma sorte Comprometidas; tomaram os Generais Ingleses, sobre se ou não responder?

Espero que Vossa Excelência se persuadirá, que nenhum momento particular guia a minha pena; que faço justiça aos Sentimentos de amizade, e lealdade da Nação Britânica; e pessoalmente pelo que toca, confesso a Vossa Excelência que

me tem muito honrado com o amigável acolhimento, que de Vossa Excelência tenho recebido; mas Vossa Excelência deve sentir muito bem, que o público não julgará da nossa Conduta particular; mas sim do que tiver um Caráter autêntico, não haverá outro meio de evitar a malevolência do público, senão obter de Vossa Excelência uma resposta tal, que todo o Povo Português saiba, que o General a quem ele confiou a direção das suas forças, não cedeu senão à urgência das Circunstâncias, e a necessidade absoluta de não Comprometer o exército debaixo de suas ordens. Tenho a honra de ser V^a = Assinado = Ayres Pinto de Souza= Ao General Hew. Dalrymple V^a V^a.

Eis aqui o Segundo dos ditos dois Ofícios

Quartel General de Cintra 2 de Setembro de 1808.

Senhor: Em resposta à vossa Carta datada de ontem, permite-me, que vos lembre, que aos 23 do mês passado mandei ao General Bernardino Freire uma Cópia dos artigos (128) do Acordo para uma suspensão de hostilidades entre os Exércitos hostis, que deviam servir de base à Convenção proposta para a evacuação de Portugal pelo Exército Francês. Em resposta à Carta, que se refere a estes artigos do Acordo, o General podia como coisa ordinária fazer as observações, ou recomendar as estipulações, que julgando-se próprias, e estou certo que vós me fareis a justiça de assegurar ao General, e ao Governo Português / se for necessário/ que eu vos aconselhei, e até vos instei que recomendasses à Sua Excelência a fazer-me o favor de me dar plenamente os seus Sentimentos nesta matéria, enquanto as negociações estavam em progresso. Como os meus desejos neste ponto jamais foram Satisfeitos, e como eu nunca recebi nem uma só palavra de Comento do General Freire relativamente

à base em que se funda a presente Convenção, espero que serei escusado em exprimir alguma admiração a esta tardia queira, sobre termos, que já estão fixos e Concordados; e a cujo respeito e a honra dos Comandantes do Exército, e frota Britânica esta empenhada, em tanto quanto a sua influência, e poder se pode supor, que se estende, segundo as Leis da Guerra Comuns e Conhecidas = Assinado = Hew. Dalrymple = Ao Major Ayres Pinto de Souza =

Primeiramente não testificam o império da multidão, as expressões, que vem no fim do primeiro Ofício = Uma resposta tal, que todo o povo Português saiba, que o General, a quem ele confiou a direção das suas forças, não cedeu senão à urgência das circunstâncias **(128v)** = Eis aqui o General Freire reconhecido, como General do Povo Português, e a quem este havia Confiado a direção das suas forças. A Soberania, Segundo esta expressão, residia no Povo, não obstante a Aclamação de S.A.R., e a existência da Junta do Porto.

O Bispo na Proclamação de 8 de Julho, que em parte transladamos no § antecedente, atribui-se a si o ter Confiado a este General o Comando do Exército, e este ofício atribuiu ao Povo Português. Cada um diz, e faz, o que ele pede a sua vontade individual! O Bispo para se dar ares de Soberano explica-o por aquele modo; este ofício, talvez para inculcar uma Comissão mais Capaz de impor, do que lhe parecia a dada pelo Bispo, e pela Junta do Porto apresenta a do seu General, como emanando de todo o Povo Português.

E não era um procedimento Oclocrático a apresentação deste ofício? Um Major empregado no Quartel General Português, que tinha sido mandado residir junto do Quartel General Inglês para as Comunicações, e relações, que devia ver entre um, e outro, recebendo uma participação importante, comunicando-a ao seu General, que estava distante muito poucas léguas, e sem esperar pela sua resolução, fazendo um ofício tão

importante, como este, e tão Capaz de Ofender o Quartel General Inglês, e de excitar um dissensão, e mesmo um rompimento com os Aliados, e com os indispensáveis, e necessários Aliados! Qual seria a Consideração Política, por que lhe caberia intrometer-se nesta discussão tão grave, e tão espinhosa? A sua vontade individual, e o mistério Oclocrático, que o afetava. As perguntas, que se contém neste ofício, são de tal natureza, que nem o General as poderia fazer, sem que fosse para isso autorizado pela Junta do Porto, que exercitava a Soberania, muito mais **(129)** podendo-se em poucos dias receber as suas ordens à vista da Curta distância, que havia entre Mafra e o Porto. Mas todos se julgavam autorizados para tudo, o que as suas vontades individuais lhe representavam como bem civil, e isto é, o que sucede quando domina a Oclocracia.

E quanto não é mais extraordinária e espantosa a apresentação do dito ofício, depois do que Consta na resposta do General Inglês no 2º Ofício? O General Português instado enquanto as negociações estavam em progresso para fazer as observações e recomendar as estipulações, que julgasse próprias, não despertando nem com as ditas instâncias para falar a tempo, e depois dele passar, fazendo queixas contra o que ele mesmo deixou ajustar, e propondo quesitos os mais Capazes de originar o rompimento entre os dois Exércitos aliados, o de levantar no Povo Português o espírito de dissensão contra os Ingleses, que se lhe representavam como fazendo arranjos, que comprometiam a honra, e a dignidade da Nação, e a Autoridade de S.A.R.!

É tudo isto por que? = Por não haver um só artigo em que o Exército Português seja considerado = como se confessa no Vosso Ofício! Em que sequer via, que houvesse esta Consideração? A Convenção era feita para que o Exército Francês evacuasse Portugal, e a isto se dirigiam todos os seus Artigos, e ao modo de o executar; em um semelhante contrato,

que se havia de estipular para o Exército Português? Apenas se poderia ter introduzido o nome do General Português, de mistura com o do General Inglês, nas estipulações, em que interveio somente o nome deste, mais isto era uma Coisa unicamente proveitosa à vaidade do General Freire.

E será sempre o público sacrificado **(129v)** a interesses particulares. Deles nasceram todos os desgostos, queixas, e clamores contra esta Convenção. A Junta do Supremo Governo ressentida por se não falar nela, como diz o General Dalrymple na Carta secreta de 3 de Setembro de 1808^{LXIX}: O Quartel General Português ressentido por se não falar nele, como consta deste ofício. Os afetados prejuízos de Portugal eram pretextos, com que se cobriam estes ressentimentos pessoais. Mas se a Junta queria figurar na Convenção, que se não lembrou disso a tempo e horas, para mandar um dos seus Deputados, como seu Comissionado junto aos Exércitos a fim de figurar, e de intervir em seu nome nas transações Políticas, que se deviam esperar? E se o General Português queria figurar nela porque se desviou do plano de marcha; e de operações Concertado em Leiria, para que as Tropas Portuguesas acompanhassem as Inglesas, como desejava o General Wellesley. Segundo este mesmo refere no já citado Ofício de 16 de Agosto? As Convenções bélicas sempre se fizeram no Campo, e entre os Generais, que pelejam, e quem deixa de empregar os meios necessários para obter os fins, que deseja Conseguir, quando ver frustrados seus desejos, deve queixar-se de si, e não dos outros. **(130)**

§19

Em terceiro lugar os de outras diversas pessoas.

E para concluirmos este assunto, juntaremos alguns outros fatos Oclocráticos de diversas pessoas de menor consideração

do que as antecedentes, para se conhecer como foi geralmente adaptada a substituição da vontade individual em lugar da vontade geral neste período da Revolução.

Um magote do Povo de Coimbra, e das suas vizinhanças fez a revolução da dita Cidade, nomeando para Governador dela o Dr. Manoel Paes de Aragão Trigoso como dissemos no §8, e este julgou-se logo autorizado para obrar como se fosse Soberano não só da Cidade, mas de Portugal decretando sobre todas as Autoridades Civas, e Militares. Damos em prova disto o seu Edital de 26 de Junho de 1808, concebido nos termos seguintes.

O Dr. Manoel Paes de Aragão Trigoso Fidalgo da Casa Real, Cônego, e Arcediago da Sé de Viseu, Deputado do Santo Ofício, Lente Jubilado na Cadeira de Prima da Faculdade de Cânones, Vice Reitor da Universidade de Coimbra, e Governador da mesma Cidade V^a.

Faço (130v)

saber a todas as Autoridades Civas, e Militares, que logo que estas receberem por serviço do Príncipe Regente Nosso Senhor, e por bem da Causa Comum, e Religião do Estado, ajam sem perda de tempo de se porem em Armas convocando as Ordenanças, Milícias, e quaisquer Militares, que tinham dado baixa desde o ano de 1801, e todos os Corpos Civas: e o executaram com a maior prontidão, zelo, e patriotismo, não prestando auxílio algum de víveres ao inimigo comum; e tomando todas as medidas, que lhe ditaram dever, e a honra de Portugueses, para que as tropas inimigas sejam embaraçadas, e destroçadas; para o que outro sim destruirão os caminhos, e pontes por onde possam passar, e muito principalmente com artilharia, ocupando os desfiladeiros, e outros pontos defensáveis

a fim de rechaçar o dito inimigo comum; e outro sim Vossas Mercês passaram estas Ordens a todos os Conselhos e terras das suas Jurisdições; e as comunicaram igualmente a todas as mais Autoridades, que assim o hajam de cumprir debaixo das penas do Crime de Traição ao Príncipe, e à Pátria; ficando cada um de Vossas Mercês responsável pela parte, que lhe tocar.
Coimbra 26 de Junho de 1808 = Manoel Paes de Aragão Trigoso
=LXX

Eis aqui um Eclesiástico, eleito em um dia pela população de uma Cidade para Governador dela, e no seguinte decretando coisas tão grandes, como as conteúdas **(131)** neste papel, e ao gênero humano, para nos explicarmos assim, visto que fala com todos, sem determinar pessoa alguma. Coimbra não tinha Governador, estava sujeita ao General da Província da Beira, enquanto ao Poder Militar, e aos Magistrados Relação do Porto, e Governador das Justiças da mesma Relação, enquanto ao Poder Civil. Como pois se lhe nomeou um Governador, sem se dizer, o que significava este emprego, sucedeu, como era natural, que ele se julgasse autorizado para tudo. Entretanto essas Autoridades Civis, e Militares, a que ele mandava, pela organização Administrativa do Reino estavam sujeitos a outros superiores, sendo desta sorte conduzidos ao grande embaraço de ignorarem, a quem deviam obedecer. E o que se lhes mandava, era tão vago, e indeterminado, que as ditas Autoridades ficavam também como Soberanos, para definir o bem e o mal Civil, destruindo cada uma delas, o que lhe parecesse destruir, e fortificando, o que lhe parecesse fortificar. Este Edital era pois um bando para o maior desgoverno, de que se pode ter idéia. Não importou a este Governador considerar, o que era necessário fazer para o fim, para que tinha sido eleito; assim como o tinham feito Governador vaga, e indeterminadamente, julgou também satisfazer o seu emprego, dando outra comissão igualmente indeterminada, e vaga, a fim de propagar a

desorganização **(131v)** civil, em que ele já se achava, e mais a sua Cidade. E as medidas de defesa, que se aconselham, são de tal sorte populares, ridículas, e importantes, que manifestam com toda a evidência o império da multidão.

O dito Eclesiástico, julgou-se também logo autorizado para criar Magistraturas novas, e para dar novas e diversas incumbências aos Ministros, que S. A. R. havia deixado em Coimbra. Eis aqui as palavras, porque ele se explicou no seu Edital de 25 de Junho.

E devendo eu pela obrigação do meu cargo aqui este fiel Povo Coimbrese me elevou, procurar, e prefixar os meios, e o modo mais pronto de severamente castigar, descobrir, e prevenir delitos, e delinqüentes da mais sediciosa, e detestável natureza; e havendo dividido pelas Autoridades Constituídas nesta Cidade pelo Príncipe Regente Nosso Senhor: diferentes ramos do serviço do Mesmo Senhor; a bem da Causa Pública, e beneficio comum desta Cidade, e Reino, em que estão empregados: Nomeie ao Desembargador Provedor desta Cidade Miguel Borges Tavares de Azevedo Gouveas e Castro pela minha Portaria de 25 de Junho pretérito, para Juiz de todos os Réus de Polícia, e Inconfidência, que forem compreendidos em delitos tão execrandos, para o que aceitará! Denúncias, ainda **(132)** em segredo, formará Processo, fará perguntar, e procederá a tudo o mais sumariamente, que lhe parecer necessário para o bem e inteiro conhecimento da verdade..... ^{LXXI}

E o dito Magistrado apareceu também logo com o seu Edital de 6 de Julho, no qual depois de dizer, que era próprio do seu cargo o conhecimento dos réus de Inconfidência acrescenta

e respirando do fundo do meu Coração o mais ardente desejo de conhecer, e separar estes membros gangrenados, e já perdidos pela perfídia do corpo são, nobre, fiel, de que se compõem a Sociedade Portuguesa, principalmente a da sempre Leal Cidade

de Coimbra: vou a certificar o Público, que não pouparei trabalho, forças, diligências para a mais exata, e escrupulosa indagação destes inimigos cruéis da Sociedade da Pátria, e de si mesmos: a toda hora de dia, e de noite me prestarei pronto a ouvir e receber Denúncias particulares, e secretas contra estes monstros inimigos declarados da Sociedade Portuguesa, não se exigindo para assim serem julgados, fatos decididos, provas pleníssimas, serão sim bastantes indícios veementes com suspeitas prováveis da sua traição, e infidelidade.....^{LXXII}

Como as suspeitas de traição, a perseguição de **(132v)** inconfidentes, e os procedimentos criminais arbitrários são emanações da Oclocracia (§ 6 nº5), não é de admirar nem a matéria destes Editais, nem a forma, porque eles são concebidos. Era natural, que dominando a Oclocracia, o Governador, que era sua criatura e Sacerdote, manifestasse os primeiros cuidados pela descoberta de traições e pelo castigo dos traidores, correndo muito afadigadamente atrás destes fantasmas populares, já para lisonjear o Povo, seu Criador, e Soberano, já para seguir as suas próprias prevenções, que provavelmente seriam idênticas com as da multidão, porque as faculdades intelectuais deste Governador estavam quase na mesma imperfeição, em que a ínfima classe das Nações conservava as suas.

Mas assim o Governador, como o Magistrado apareceu exercitando a Soberania, e decretando cada um deles os princípios, e regras de Jurisprudência Criminal, que lhes pareceu estabelecer: o primeiro declarara admitidas as denúncias em segredo; e o segundo acrescenta, que para se julgar alguém traidor se não exigiam fatos decididos, provas pleníssimas, sendo bastantes indícios veementes com suspeitas prováveis.

No Porto residia a Junta do Supremo Governo, e bastariam poucas horas para se lhe dar parte dos novos estabelecimentos, e das novas Leis, de que precisasse Coimbra, **(133)** e para se

receberem as competentes Resoluções; mas isto excluía a substituição da vontade individual em lugar da vontade geral, e esta substituição é da essência da Oclocracia. Por isso também quando pareceu a este Governador, que era conveniente dar uma Insígnia ao Corpo Acadêmico, que se tinha armado para ajudar a defesa do Reino contra os Franceses, ele não julgou necessário, que para o conseguir se recorresse à dita Junta do Supremo Governo, mas ele mesmo a concedeu,^{LXXIII} não obstante ser própria do Soberano uma semelhante concessão.

Assim como procedia o Governador de Coimbra, da mesma sorte obravam quase todos os mais Portugueses, intrometendo-se nas suas causas Públicas do mesmo modo, que se cada um deles fosse o Soberano, sem que alguém duvidasse do seu direito para semelhante intervenção. O Supremo Conselho da Regência do Algarve escreve a S. M. Britânica na data de 16 de Julho, pede-lhe um empréstimo de cinqüenta mil libras esterlinas, e sujeita à sua satisfação todos os fundos, e propriedades do mesmo Reino^{LXXIV}. Os Cidadãos de Coimbra quando lhes pareceu, tomaram o desígnio de organizar um Corpo Armado, e depois de o formarem entregaram a sua Lista ao Excelentíssimo Governador da Cidade. *Minerva Lusitana* N. 41.

Os Gazeteiros falavam ditatoriamente, diziam uma vez = Escolha Junot o que quiser (133v) o nosso Exército respira tanta humanidade para os homens infelizes, como vingança para inimigos obstinados: outra vez = em breve não teremos inimigos em Portugal, que combater: todavia não seríamos ociosos, nós iremos concorrer com os nossos vizinhos os valerosos Espanhóis para a limpar do resto desta peste, que ainda a possa infectar = Parecerá aquela fala do Chefe da Nação, ou o Chefe do Exército? Pois não: é o Leal Português N. 7, e N. 8, e todos os seus números estão cheios de semelhantes períodos sobre a direção dos negócios Públicos: podendo achar-se o mesmo em todos os Folhetos, que nesta Época inundaram a Nação.

Excede porém a tudo isto a ousadia do Juiz do Povo de Lisboa na sua Carta de 6 de Setembro de 1808 para o General Dalrymple, na qual depois de lhe agradecer a sua intervenção, e do Exército de S. M. B. na recuperação da Liberdade Portuguesa, acrescenta

Nada então resta Excelentíssimo Senhor, e a glória da Grã Bretanha, quanto a Portugal, está completa, mas a Portugal é, que resta muito. Os Portugueses estão afrontados na sua Religião, no seu Trono, na sua honra, nas vidas, e nos bens. E pode o Aliado fiel permitir, que isto fique sem desagravo? Os Exércitos Portugueses estimulados pelos escândalos da Religião..... estavam (134) prontos a sacudir da Capital o negro véu do opróbrio e da afronta, que a cobre. Eles cederam, e deveu ceder à Vossa Excelência o primeiro lugar..... mas não cederam, nem podiam ceder o direito da Nação a desafrontar os seus altares, e o seu Trono, a honra, e a segurança Portuguesa.

O nosso Monarca, ele mesmo, não podia tirar os direitos Sagrados, que a Nação pela sua Religião reclama^{LXXV}. Ele não era capaz de fazer, que a sua denúncia ofusasse a sua justiça, ele não impediria a torrente das unânimes vontades, que unindo os pastores ao rebanho, a Igreja à Majestade, solicitam a satisfação e o exemplo. O seu auxiliador, o seu aliado há de então deixar tudo isto sepultado nos horrores de um labéu para sempre? Primeiro, é necessário manejar a segurança de Lisboa, e a sua liberdade. Segundo são necessários reféns, ou penhores para o que Portugal tem França. Pois bem, sem ofender os direitos da gratidão, Portugal e Lisboa querem à custa de tudo desagravar-se. Vossa Excelência não falta aos seus tratados; mas permite, que a Nação, e os Generais Portugueses embarquem, o que respeita a salvarem estes ladrões aleivosos os seus furtos, e a obterem a sua impunidade. Lisboa sacrifica tudo à Vossa Excelência, mas por isso mesmo espera, que Vossa Excelência (134v) lhe conceda por si, e obtenha do Excelentíssimo

Almirante, que nestes dois pontos, os artigos se suspendam. Um bando de ladrões aleivosos não é exército, que entre em capitulação honrosa, e neste ponto a generosidade, e a clemência passam como disse o Orador Romano; a ser injustiça, e inércia. Deus guarde a Vossa Excelência..... Lisboa 6 de Setembro de 1808 = O Juiz do Povo =.^{LXXVI}

Aqui temos o Juiz do Povo de Lisboa escrevendo, como se fosse toda a Lisboa, e todo o Portugal! Portugal e Lisboa, querem desagrar-se! A vontade individual deste Português é apresentada, como se fosse a vontade geral de todos os Portugueses. Em que matéria? Em uma sumamente importante, e delicada, em que ele certamente não ousaria intrometer-se, e muito menos na maneira, porque o fez, nos tempos anteriores à retirada de S.A.R. para o Brasil. Quem se atreveria escrever desta forma ao General em Chefe de um Exército Aliado, que acabava de libertar Portugal, e não ter a idéia, de que ele era o Soberano, por cuja voz se exprimia o voto geral da Nação?

E cuidamos ter mostrado exuberantemente, que a Oclocracia predominou neste Segundo período da Revolução Portuguesa; tendo de acrescentar somente, antes de passarmos ao terceiro, algumas breves reflexões, **(135)** a fim de se conhecer pelos nossos Leitores com menos trabalho, que entre os Portugueses apareceram antão todas as emanações, ou sintomas da Oclocracia, que referimos nos §§ 5º, e 6º.

§20

Mostra-se, que apareceram as emanações Oclocráticas declaradas no § 5.

A1ª emanação Oclocrática, isto é, a geral efervescência de politicar, e de discutir sobre os negócios Públicos (§ 5º nº 1) apareceu neste período muito claramente. Todos se arrogavam o

direito de proclamar em semelhantes matérias § 14. Coimbra tinha uma Gazeta com o título de Minerva Lusitana, o Porto outra com o título de Leal Português, e ambas elas se enchiam com diversos, e objetos Políticos, mostrando desta sorte não somente, que os Redatores estavam afetados deste sintoma da Oclocracia, mas que ele se tinha comunicado geralmente: porque costumando-se buscar para a matéria de semelhantes Escritos aquela, que mais lisonjeia o Público, e que por isso atrai mais compradores aos Periódicos, uma semelhante escolha manifesta, que a Política era o mais doce, e o mais cobiçado alimento do Povo Português. **(135v)** E serve de prova o mesmo este grande número de Folhetos, que inundaram Portugal, todos cheios de análises, e de reflexões Políticas, incapazes de interter os sábios, e somente destinados para o vulgo; sendo certo, que seus Autores não o fariam imprimir se não fossem objetos de consumo, e que somente o poderiam ter na classe do Povo, suposto o seu merecimento Literário: Os Oradores Evangélicos tratavam da Política no Púlpito, e à face dos Altares em lugar dos Dogmas, e da Moral; este era o assunto, que entretinha os ajuntamentos, e os clubes populares, como se atesta na célebre Proclamação de José Rodrigues, que referimos, e analisamos no § 15: e ele fazia o objeto de todas as conversas entre todas as classes de pessoas, entre todos os sexos, e entre todas as idades, como se recordarão todos os Portugueses, que avivarem a lembrança daqueles tempos.

Apareceu igualmente a 2ª emanção Oclocrática, a geral adoção de uma Moral, e de uma Política pueril, e absurda, honrando-se como grandes virtudes as mais vergonhosas, e indignas ações, o hábito de acreditar, e de referir, como verdadeiras, as mais inverossímeis, e inacreditáveis notícias; e a falta de dignidade de expressão em tudo, o que se escrevia, e se falava (§ 5 nº 2). Nos **(136)** §§ antecedentes temos de tudo isto tantas provas, e tantos escritos, que parecia bastante avivar aos

nossos Leitores a lembrança do que temos escrito anteriormente; o Chanceler Governador das Justiças do Porto dizendo ao Povo = nem é próprio das vossas honradas intenções, que se castiguem senão aqueles, que forem convencidos de seus horrorosos, e detestáveis crimes = (§ 15): o Intendente Geral da Policia sendo fiador do Governo Soberano perante os governados, oferecendo-lhes por ele a sua cabeça, e também a demissão do seu cargo, se eles se não acham contentes a seu respeito (dº § 15): o Governador das Armas do Porto pedindo ao povo, que o ensine a acertar; e honrando os mais escandalosos tumultos populares, com chamar aos seus cúmplices = Povo santo = e aqueles crimes = e governo de David, quando arpejava = (§ 16 e Nota 54): O Bispo do Porto abençoando a licencia na multidão para prender, e conduzir aos cárceres entre os maiores insultos, e injúrias as pessoas, que queria (§ 17), para aí se lhes abrirem os assentos à ordem do Povo: pregando aos Vassallos, quando lhes flava como Soberano, e usando do tom mais imperativo, quando enchia as funções de Bispo (§ 15): obrigando os fiéis a ir jurar em devassas Crimes, debaixo da pena de excomunhão (Nota 43, e 50, e Paralelo do **(136v)** Governo Português Vª???? §13) para lhes abrir um precipício às suas más vontades, e lhe fomentar os seus ódios, e mútuas vinganças com as Armas da Igreja fundada sobre a mais desvelada caridade: em uma palavra, sendo a sua Política, e a sua Moral análoga, à sua Tática Militar, de que demos uma breve idéia na Nota 55.

Estes, e outros muitos monumentos por nós já referidos, e analisados seriam sobejos para se conhecer, que em Portugal apareceu neste período a Política, e a Moral, que dissemos ser própria da Oclocracia. Mas não queremos omitir a memória dos seguintes fatos, que pertencem a este Lugar, e a este assunto, ainda que não sejam necessários para prova do nosso sistema. Eles merecem ser referidos para serem por nós censurados, afim de que em outras crises semelhantes possam os nossos Escritos prevenir idênticos desatinos.

Dois pequenos Corpos Militares compostos de 136 homens, que serviam em Lisboa e Salvaterra, aonde o Governo Francês retinha ainda a Pública Administração, conduzidos por Oficiais Subalternos, e sem ordem dos Chefes, que os Comandavam, desertaram para o território Português, que se tinha levantado contra o Poder Estrangeiro; e este acontecimento é referido, e **(137)** muito louvado no Leal Português N. 6 datado de 10 de Agosto. E o General Bernardino Freire pelo mesmo tempo proclamava aos Soldados Franceses, convidando-os à deserção, e à rebelião, e dizia-lhes

Abandonais as vossas bandeiras, vinde a juntar-vos aos nossos Exércitos.... Este conselho sendo bem entendido, não se pode considerar como contrário aos deveres da honra; porém Soldados, se há entre vós alguns tão insensíveis às doces emoções da Religião, e da humanidade, que não queira deixar o seu posto, esses tais são dignos da Causa, que defendem, e da recompensa, que os espera. Tais monstros são um pesado encargo para o mundo. Soldados tornai a vossa resolução, enquanto é tempo.... Quartel General do exército Português 10 de Agosto de 1808 = Bernardino Freire d'Andrade. Correio Brasiliense N 6 pág. 440.

Eis aqui a maneira porque este General semeou entre a Tropa Portuguesa a insubordinação, que originou o seu assassinio poucos meses depois, e todos os outros, que cobriram de sangue, de horror, e de vergonha a Província do Minho no mês de Março seguinte!

Que torpe, que prejudicial, e que vergonhoso o modo de fazer a guerra! Os Romanos conquistaram o mundo, estabelecendo a mais exata Disciplina Militar, e isto **(137v)** com tanto mais cuidado, quanto eles se achavam mais em perigo. Tendo de fazer a guerra aos Latinos, que eram povos guerreiros, Mânlio condena à morte seu filho, vencedor de uma batalha, só porque a deu sem ser por ordem do seu General^{LXXVII}; tão importante julgava ele extirpar nos Exércitos o uso da vontade

individual! Bernardino Freire, para defender a Independência de sua Pátria contra as belicosas Tropas Francesas, entendeu, que devia marchar pela vereda oposta, estabelecendo uma Moral destruidora da Disciplina Militar, e ensinando à frente do seu Exército, que podia haver casos em que os Soldados deixassem as suas bandeiras, e se fizessem árbitros da sua conduta Militar sem faltar aos deveres da honra! Que torpe, que prejudicial, e que vergonhoso modo de fazer a guerra! Que idéias de Moral, e de Política!^{LXXVIII}

A hipocrisia civil é louvada na Proclamação do juiz do Povo do Porto, aonde tratando do comportamento dos Portugueses, para com o Governo Estrangeiro diz ele = E se pela coação intrusa aleivosamente, rendemos algumas vassalagens, a esse monstro de iniquidades, a esse chamado Imperador dos Franceses, foi tão somente com a mais referida hipocrisia = Deu glória! que idéia de grandeza, e de **(138)** virtude senão junta neste período à contrafeita, e atraíçoadora obediências dos governados para com aqueles, que os governam? Que bela Moral Civil? Quanto não será útil a sua propagação subsequente a uma Revolução Oclocrática, em que se precisa sobretudo reorganizar os vínculos Sociais entre o Governo, e os Governados? Que segurança não terão os Governos, quando chegar, a ser até glorioso tributar-lhe vassalagem com refinada hipocrisia para os atraíçoar no momento, em que eles menos o esperavam? Miseráveis Governos, que deixais propagar semelhantes doutrinas, quando vos parece, que elas vos são úteis em um, ou outro caso, vós ides assim abalando os alicerces da vossa existência, e preparando cenas de horror para vós, e para os vossos Povos: as bases do Governo Civil são comuns aos vossos, e aos dos vossos inimigos, e não podeis abalá-las de modo, que façais mal a estes, sem que vos impeçais também a vós. Espantosas experiências vos deviam ter ensinado esta verdade (veja-se a Nota 5). Usar de Armas igualmente funestas aos Vencedores, que aos vencidos é imitar a Sansão, que abala

as colunas do Templo pra destruir os Filisteus, mas que se sepulta debaixo das mesmas ruínas.

E que Moral Civil se ensinava ao Povo quando se escrevia, e se deixava correr **(138v)** na Minerva Lusitana N. 20 = de forma que os Sectários Franceses em Lisboa não passam de três dúzias de infames, que o Povo tem marcado para a sua indignação em tempo competente = ? É isto Oclocrático, ou não? Suscitar a idéia de três dúzias de Sectários Franceses, vagamente enunciados, para cada um meter neste número, quem quisesse! Fomentar desta sorte a intriga ao meio da Sociedade e desafiar a multidão para os seus excessos, com este reconhecimento da sua autoridade, e ainda mais com os ares de louvor, e de glória, que se lhe dava! As desgraças, que padeceu Portugal, foram muito inferiores àquelas, que lhe prepararam com estas lições os seus perversos, ou ignorantes Médicos Políticos.

E que estúpida arte de fazer valente uma Nação? Inculcar-lhe as mais repreensíveis fraquezas, como feitos heróicos! Loison pernoitava em um lugar vizinho do da Regoa, e diz a Minerva Lusitana N° 3 = um valeroso, cujo nome ignoramos, pediu instantemente à mulher da Casa, em que estava aquele General, que lhe quisesse abrir uma porta do seu quintal, a fim de poder ir matar: porém como a mulher tivesse filhos, e temesse que estes fossem mortos depois da desordem, o recusou constantemente fazer; tirando (139) assim a este novo Scévola a glória de acabar um novo Porsena =

O nome de Cévola que entrou de dia na tenda de Porsena, quando ele estava não só acordado, mas no meio dos seus Capitães, e defendido pelos seus Soldados comparado com outro, que nem contente com as trevas da noite, nem com o sono de Loison, ainda exigia o auxílio de uma mulher para lhe abrir a porta de um quintal a fim de cometer um assassinio! Uma ação de dedicado valor, e de desesperada coragem, comparada com a mais ridícula franqueza, e com a mais objeta traição! Respeitável Romano desculpai a Oclocracia Portuguesa um semelhante

insulto! E vós Restaurador da Literatura Portuguesa na Universidade de Coimbra, não vos desgosteis vendo este testemunho de atrasamento dos conhecimentos humanos, dado ali mesmo junto do templo das Letras, que vós restaurastes: Vosso Ilustre Neto estava muito distante de Portugal, para lhe conservar aquele espírito, que vós lhes comunicastes, e a Ignorância senhorando-se da sua Soberania, fez esconder em profundíssimas cavernas os filhos de Minerva, ali educados com os vossos desvelos, e com as vossas Lições! Portugal tinha muita gente capaz de honrar o vosso restabelecimento Acadêmico, mas o destino entregou a Pública Administração **(139v)** a outras mãos; e aparecer triunfante a Ignorância, ou a Sabedoria sempre dependeu de quem esteve à testa dela.

Trata-se de conduzir Prisioneiros Franceses ao Porto, e diz o Leal Português Nº 3º = Na tarde de 12 do corrente chegaram a esta Capital 64 Soldados Franceses aprisionados pelos valorosos Estudantes de Coimbra, havendo ficado muitos mortos, e extraviados, colhendo-lhe uma Bandeira que foi conduzida arrastada à Cauda de um Cavalo, demonstração muito proporcionada, para marcar o desprezo, que se deve ao sinal do ajuntamento dos homens mais perversos, que tem feito a desgraça da Europa inteira. Imenso povo seguia estes miseráveis, repetindo gloriosos vivas ao nosso Amado Príncipe, e as imprecações devidas aos seus, e nossos perseguidores =

Que idéia se dava do valor deste ridículo acompanhamento? Como é, que se queria excitar esta virtude entre o Povo Português? Referiam-se-lhe fraquezas, como esta de conduzir 64 prisioneiros entre montões de plebe, no meio de injúrias, e impropérios, e continuadas algazaras: uma Bandeira arrastada à cauda de um Cavalo: tudo isto se contava com ares gloriosos, e com um tom de aprovação, como se fosse uma façanha heróica. Não era isto habituar-se à multidão a **(140)** semelhantes fatos? E sendo eles vergonhosas fraquezas, não era conduzi-la a ser

fraca? Quando na batalha de Plátea foi morto Mardônio General de Xerxes um Egineta propôs a Pausânias vingar sobre o cadáver do General Persa, as injúrias feitas ao de Leônidas, que os Persas tinham tratado indignamente, e ao Rei de Esparta repreendeu muito severamente a proposta dizendo a quem lha fazia, que se reconhecia bem pouco a glória quando se procurava imitar os bárbaros. *Millot. Elem Dº Hist. Gener. Tom 1º pág. 280.* Ele queria fazer valorosa a sua Tropa, e sendo uma fraqueza ultrajar um cadáver, não lhe convinha autorizar hábitos desta natureza, que eram contrários aos outros, que ele desejava nutrir aos seus Exércitos. Pois não era nem menos fraco, nem menos vergonhoso este tratamento dado a uma Bandeira, e a uns poucos de Franceses desarmados, e presos; ele guardava somente a guerra das Tribos Selvagens da América, que já referimos no § 6 nº 6. Mas a Oclocracia reinando em Portugal havia de fazer, com que a sua guerra imitasse a dos bárbaros.

Desta sorte temos visto com a extensão, que permite a natureza desta obra, como a Moral, e a Política adaptada e seguida nesta época em Portugal, era totalmente Oclocrática, e absurda, parecendo extintos todos os conhecimentos humanos. **(140v)**

A outro nota, que aparece em semelhantes crises; isto é a relação, e a propagação das notícias mais fabulosas, e inacreditáveis, como se fossem fatos verdadeiros, apareceu também, e tão geralmente, que quase se fazia desnecessário referir provas para confirmação desta verdade, mas sempre referimos alguns exemplos mais notáveis, para, que nossos Leitores escusem de os mendigar por entre os Periódicos, e Folhetos, que se espalharam neste período entre os Portugueses. O Leal Português nº 6 dizia = De todas as partes, e de diversas classes de pessoas se recebem Cartas segurando, que em Paris houveram dois sanguinolentos combates, no primeiro dos quais a Tropa foi vitoriosa, mas no segundo prevaleceu o povo: que em consequência deste sucesso o

Senado enviou aos Reis Pais, e Godoy à Torre do Templo; e mandou por uma guarda de honra a Fernando 7º considerando-o somente como detido: que fora chamado o Imperador a Paris, e que o Senado quer examinar por si as Renúncias dos Soberanos de Espanha. Acrescenta-se, que pôde influir neste acontecimento uma nota mui enérgica, que achou meio de apresentar ao Senado o Conde de Florida Blanca como Presidente da (141) Junta Suprema de Múrcia. Nós não afiançamos a verdade destes fatos: mas eles não são impossíveis, pois na França, e no Senado mesmo há homens, que pensam com Justiça, e que não podem deixar de terem horror às últimas provas de ambição com que se tem caracterizado Bonaparte =

Referir estas notícias como possíveis é tão ridículo, como acredita-las: e a razão, que se dá é da mesma natureza. Não bastava, que houvesse alguns homens na França; e no Senado, que pensassem com Justiça, para que aqueles fatos se pudessem realizar.

No mesmo Leal Português Suplemento ao N° 8º vem com um caráter de Oficial a notícia de ter chegado à Espanha Fernando 7º, da prisão de Napoleão, Godoy, e seus sequases, de uma sublevação em Paris Bayona, e outras Províncias contra Bonaparte.

Na Minerva Lusitana N° 5º temos Murat fugindo de Madrid para Bayona escoltado por 80 homens de Cavalaria, e 4\$ portados pelo caminho, e que fora preso em Aranda do Douro. Que Bonaparte escapara do congresso de Bayona para Paris, e que à sua chegada fora preso pelo Senado, conduzindo-se (141v) o período desta sorte = Em todas as partes se acha com guerra, e sublevação de sorte, que se deve contemplar inteiramente perdido =

Na mesma Minerva Lusitana N° 9 = Por Cartas particulares de Espanha consta, que em Zamora se fizera por um Edital saber a

Público, que na noite do dia 5 de Julho tinha chegado um prego, que dava a notícia de que José Bonaparte, e o Príncipe da Paz tinham sido mortos pelos Franceses, e que estes depois de terem também prendido Napoleão, Carlos 4º, e sua mulher Maria Luisa se aclamaram Reis de Espanha, e Restaurador da França a Fernando 7º =

Pode haver relações mais fabulosas, do que estas para quem tinha alguns conhecimentos das cousas, e dos homens? E todas elas se escreviam, e depois se repetiam, e sustentavam como fatos indubitáveis entre o povo, de maneira, que se algum os contestava, era logo suspeitado de inimigo, sendo preciso acreditar, ou pelo menos fingir, que acreditava estes delírios, quem se não queria comprometer, e expor a perigos. Todos os Portugueses reduzidos à condição de meninos, ouvindo com toda a atenção, e confiança os contos das suas amas!

E que notícias se não **(142)** transmitiam ao Público sobre as forças Militares, que Junot tinha em Portugal? Vejam-se as Cartas do Leal Português N° 7 e da Minerva Lusitana N° 7, e todo o seu Exército se verá reduzido a 7.000, e na absoluta necessidade de se render. Pouco depois o mesmo Redator da Minerva Lusitana no N° 25 dando conta da batalha do Vimeiro, apresenta Junot naquele Campo com 11.000 a 12.000 confessando, que os Franceses eram mais em Portugal, do que se cuidava.

E não se tenha por cousa indiferente o curso destas mentiras. Elas preocupavam o Povo para esperar sempre sucessos extraordinários, impossíveis nas circunstâncias existentes; e assim a conduziam quase que à necessidade de se julgar atraído, ou pelo menos mal servido, quando os viam realizados. Era neste caso preciso recorrer a novos enganos para acomodar o menino, que se tinha nutrido até então com sucessos fabulosos. Por exemplo tinha-se feito esperar ao Povo, que Junot com o seu Exército se rendesse à descrição pela suma fraqueza,

em que o tinham figurado; quando depois aparecia a Convenção de Cintra para a evacuação do Reino pelos Franceses, feita como era compatível com as suas forças verdadeiras, que recurso havia senão dizer, que os Ingleses nos tinham servido mal? Os primeiros enganos originaram a inquietação popular, quando se fez a Convenção de Cintra, o outro, a que se **(142v)** se recorreu para a sossegar, excitava uma preocupação contra os nossos Aliados, que era fatalíssima aos nossos interesses. Que terrível Medicina! Excitar uma doença, para depois a pretender curar, excitando outras! Já o dissemos outra vez, e o repetimos agora, a arte de lisonjear os doentes não é a arte de curar, assim como a arte de enganar os homens não é a arte de os fazer felizes.

A falta de dignidade de expressão no que se diz, e no que se escreve é outro sintoma, dos que referimos no § 5º n.º 2º, e ele apareceu constantemente todo este período da Revolução. Bastaria para prova a Proclamação, que vem no Correio Brasiliense Nº 5 pág. 347, aonde o Juiz do Povo do Porto querendo referir a restituição das Armas Portuguesas em lugar das Águias Francesas, se explica assim = porque neste meio dia sobre o infame nome de Napoleão aparece cavalgado o do nosso Soberano, apresentando-se assim à nossa imaginação um verdadeiro retrato do Arcanjo São Miguel =

Este período é tão rasteiro, esta imagem tão ridícula, que não temos com que a comparar.

Pouco depois falando do Imperador dos Franceses diz = a esse monstro de iniquidade a esse chamado Imperador dos Franceses= Entretanto ele era um Soberano reconhecido por S. A. R., com quem o Mesmo Senhor **(143)** tinha tratado como tal. Mas isto não bastava nem para que o dito Juiz do Povo, nem para que o Governo do Bispo do Porto, que deixava imprimir, e correr semelhantes papéis, se julgassem obrigados a reconhecê-lo, e trata-lo como um Soberano.

O nome de Tirano é depois dado ao mesmo Imperador, sem se refletir que ele designa o Governo Monárquico; que assim chamavam a todos os Reis as Repúblicas Gregas, Romanas, e Francesas, quando tratavam de injuriar o Reinado, e que era indecente, e insofrível nos Vassallos de uma Monarquia. Entretanto deixava-se imprimir na célebre Proclamação do Guardião do São Francisco do Porto na data de 12 de Julho = morram os Tiranos = que quer dizer = morram os Reis = E na Proclamação de José Rodrigues datada de 2 de Julho termina assim = Morra o Tirano Napoleão, morram os nossos inimigos, morra toda a canalha Francesa = O mesmo Bispo do Porto conclui a sua Proclamação de 22 de Julho = e morram os Tiranos= e foi conseqüentemente geral, e diplomática esta expressão em Portugal, quando se aclamava a Soberania da Sereníssima Casa de Bragança mesmo modo que o tinha sido em Roma, expulsos os Tarquínios, e em França proscrita a Monarquia^{LXXIX}. Deixaram-se repetir nos Púlpitos, e divulgar pela Imprensa todos os impropérios, e todas as injúrias, que lembrou dizer contra o Imperador dos Franceses, e os **(143V)** outros Soberanos, seus Aliados, e o que mais é, contra os reis Católicos Carlos 4º, e sua Mulher, sem atenção aos estreitos vínculos, que os prendiam à Casa Real Portuguesa. E ao mesmo tempo parecia o Manifesto da Corte do Brasil datado do 1º de Maio, em que S. A. R. referiu todas as queixas, que tinha contra a França, sem nele se encontrar nenhuma destas frases plebéias, ridículas, e insultantes, que eram o mais rico verniz dos Escritos Portugueses desta idade. E não bastou este exemplo do Soberano, nem para os Vassallos, nem para o Governo; que em seu Nome regia Portugal; foi preciso, que o Mesmo senhor expedisse as suas Reais Ordens, para que se não desse licença = à publicação de Obras ou originais, ou traduções, em que se insulte a memória, e reputação dos Soberanos em geral, e muito particularmente dos que são parentes, ou Aliados da Sua Real Família =^{LXXX}

O 3º sintoma Oclocrático, a propagação dos princípios Democráticos, apareceu também nesta época. As investidas contra os Tiranos, e a nenhuma atenção pela Dignidade Real, de que acabamos de falar, é uma boa prova disto. E temos outro na maneira porque se descorria sempre que se anunciavam levantamentos dos Povos contra os Soberanos. Eis aqui o que se escreve no Leal Português Nº 9º depois de muitos louvores ao Povo Espanhol pelos seus levantamentos, e depois de muitas injúrias contra o Imperador = Ora (144) assim como em Espanha houve Povo, não pode também havê-lo em Áustria? Os Austríacos hão de certamente invejar as façanhas dos Espanhóis, e hão de como ele recuperar suas perdas... havemos pois ver também aceso nas margens do Danúbio aquele mesmo fogo, que vimos junto ao Douro, ao Ebro, e ao Guadalquivir. Fugirá dali a escravidão, pois a liberdade quando se despediu do Tigres, e do Reno, não perdeu a esperança de voltar = O mesmo Leal Português Nº 13 começa referindo com ares de muito gosto, e louvor, uma série de levantamentos de Povos contra os seus Governos concluindo-as com estas palavras = O Povo Alemão vai tomando a energia Espanhola = Note-se, que não se diz o Imperador de Alemanha, é da ação do Povo, de que se fala, e a que se dão louvores.

Tudo isto é Democrático: jamais se viu nenhuma Monarquia não Oclocrática gabarem-se os levantamentos dos Povos contra os seus Governos. Com efeito estes desejos foram cumpridos: a Áustria entrou na Guerra com a França, o Tirol levantou-se, e seguiram-se acaso as vantagens esperadas, e prometidas? De nenhuma sorte. A Causa geral da Europa, que se olhava nesses anúncios, ficou muito mais sacrificada à França, do que estava de antes, os Países levantados somente lucraram desgraças, e estes Profetas Políticos erraram (144v) os seus vaticínios. Mas o seu remédio foi muito fácil, e pronto, injúrias, e impropérios contra o Imperador da Áustria, porque não pôde realizar as

quimeras, que estes Italísticos ignorantes tinham pintados nas suas fantasias. Já o Imperador não é Herói, é tratado com toda a indignidade: sua filha, dada em Matrimônio ao Imperador Francês, é tratada com a mesma falta de respeito nos Escritos impressos, e licenciados em Portugal apesar do parentesco, que a une aos Soberanos deste Reino. Como é Rei, que nos não serve, nada se lhe tribute, do que é devido à sua dignidade Real! Nós mostraremos isto executado no seguinte período da Revolução, a que mais propriamente pertence a esta matéria.

O 4º sintoma Oclocrático apareceu também. As perseguições dirigiram-se principalmente contra as primeiras Classes da Sociedade, como provaremos tratando da 7ª emanção Oclocrática, e todos os perseguidos eram infamados de traidores, e de infiéis, como mostramos com os dois exemplos referidos no fim do § 11. **(145)**

E também as declaradas no §º 6º.

Referimos como 5º sintoma da Oclocracia as suspeitas, e desconfiança que se tem fácil e geralmente enquanto a fidelidade para com a Pátria, e para com a Revolução! A existência deste sintoma aparece, quase que em todos os Escritos destes tempos. As proclamações, que se divulgavam com muita freqüência, como dissemos, umas vezes incitavam contra os traidores, sendo neles comecem a fórmula final = Morram os traidores = e outras vezes tratavam de dissipar as ditas suspeitas, e desconfianças, mostrando tanto duma como outra sorte, que esta afecção Oclocrática dominava em Portugal. Pode ver-se a Proclamação do Povo, ao Povo, trasladada no § 15, em que José Rodrigues trata de acomodar a multidão sobre as suspeitas contra o Governo, e contra os que estavam à testa da Pública Administração! Pode ver-se a Proclamação do Chanceler Governador das Justiças da Relação, e Casa do Porto, referida no mesmo § 15, aonde ele lisonjeia o Povo prometendo-lhe o Castigo dos ingênuos Criminosos de Estado. Pode ver-se a

Proclamação do Intendente geral da Polícia, Copiada no mesmo §, no qual ele trata de justificar a sua fidelidade, e a do Governo, testemunhando que se desconfiava dela.

Se a caso lerem os Periódicos Folhetos divulgados nesta época, em que cada uma das suas páginas se deverá, que eles falam de traidores, imputando às traições todos os acontecimentos desgraçados. **(145v)**

A Minerva Lusitana Nº 1º tratando do General Loison, retrocedendo das margens do Douro para Lamego, diz assim = Outeiros das Caldas haviam de retumbar de uma maneira espantosa, naqueles escarpados Sítios, se alguns traidores o não avisassem daquele eminente perigo = Atribuindo a sua retirada aos avisos, que ele recebera dos Portugueses sobre as Comoções do Porto, e da Província do Minho, aos quais o Redator chamava traições. No Nº 20 querendo inculcar a necessidade de expulsar os Franceses brevemente da Estremadura, e de Lisboa, diz que isto é necessário; porque enquanto eles existissem ali = há de haver Compras, traições =. No Nº 6º tratando do surto em que esteve Coimbra no dia 26 de Junho

pela notícia de ter entrado Loison em Viseu no dia antecedente, acrescenta = os Covardes, e talvez alguns ocultos partidistas Franceses, julgam, que se Loison descesse de Viseu diretamente à Coimbra, Conquistaria esta Cidade =. No Nº 7 refere-se à prisão do Capitão Gama Português, que levava Cartaz de Junot para o General Loison, continuando-se a referir, que há traidores, dividindo-os em suas Classes, dando-se as regras da Justiça, que se deviam guardar com cada um. No Nº 9º descrevendo-se a marcha de Loison para o Douro, aí se acrescenta = Passou depois o General, e um infame Português Baita Thiziu Mor do Exército Português =, Lembrando-nos esta relação para referir a ligeireza, e inconsideração, com que se escreviam Semelhantes Coisas, para que o dito Baita não ia em tal acompanhamento,

(146) como depois se fez saber por ordem do Governo a seu requerimento, e mais Gazetas do Reino. Quando Leiria inteiramente indefesa foi entrada pelo Franceses em Julho, escreve a mesma Minerva Nº 12, que a dita Cidade fora ocupada por traição, e segundo se afirma de pessoas da mesma Cidade = Com uma palavra fez-se tão geral o império da desconfiança, e das Suspeitas, que quando se tratava da defesa, e da Conservação da Independência Nacional, e do vencimento dos Franceses era usual ouvir a todos = O Caso é evitar as traições =; Como se os inimigos não tivessem força alguma; e cada um chamava traição aquilo, que lhe parecia. Escrevemos à face de milhares de testemunhos, que presenciaram estes dias horrorosos, de que falamos, e com elas nos abonamos.

Conseqüentemente apareceu o Crime de Lesa Majestade vago, e indeterminado, e as presecuções Criminais arbitrárias. Um Juiz da Inconfidência se estabeleceu no Porto, e outro em Coimbra como temos dito, e o Bispo do Porto na sua façanhosa Pastoral de 6 de Julho, de que já temos falado, obrigava os seus Diocesanos a ir denunciar no Juízo da Inconfidência, o que soubessem = ou de ouvido de qualquer Secretário, ou Partidista do Governo Francês, a seus Costumes, e Contra qualquer que de algum modo seja inconfidente ao Real Trono, à Nação, e à Pátria, e tenha dado disto mostras públicas, ou particulares, antes, ou depois da Restauração feliz de que gozamos =: que bela maneira de Legislar? E no artigo das Leis Criminais? Tudo indefinido = Secretário ou Partidista do Governo francês e seus Costumes = Inconfidente ao Real Trono, à Nação, e à Pátria por mostras públicas, ou particulares = ? Nada disto estava (146v) definido, cada um o podia entender como quisesse, metendo na Classe dos Criminosos, quem lhe agradasse.

O Juiz da Inconfidência de Coimbra no seu Edital, que transladamos no §º 19 Convida a todos para denunciarem perante ele os inconfidentes até por meio de denúncias Secretas

Segurando-lhes logo, que não são necessárias para isso fatos decisivos, provas pleníssimas, serão sim bastantes indícios veementes com Suspeitas prováveis da sua traição e infidelidade

= Todos falavam a linguagem da multidão vaga e indeterminada? A liberdade Civil em nenhuma parte se viu mais arriscada? Todos podiam ser inflamados, perseguidos, e presos, e todos o foram, quando isso agradou ao Povo, porque o Bispo do Porto apoiava todos os seus procedimentos mandando-lhe, que levasse à Cadeia todos os que ele conduzisse à prisão ao seu Paço Episcopal, como fizemos ver no § 17. E não escaparam destes Arbitrários procedimentos populares, nem os Magistrados, Governos, e Autoridades constituídas, como pode constar do Edital do Intendente Geral da Polícia de 3 de Agosto, que copiamos no § 16. E assim como o Povo de Atenas enfatuado com as quiméricas esperanças. Sobre os destroços dos inimigos, que lhe tinham feito crer os seus lisonjeiros Cortesãos, do mesmo modo que os dos Portugueses lhe faziam acreditar outras semelhantes, segundo mostramos no § antecedente, assim como o Povo de Atenas, daquela forma iludido fez condenar à morte o primeiro, que deu a notícia da desgraça de Secilia, durante a Guerra do Peloponeso, da mesma sorte em Portugal se julgava inconfidente quem anunciava **(147)** um sucesso favorável aos Inimigos por mais verdadeiro que ele fosse. Quem temia que Loison de Viseu descesse à Coimbra, e se senhoriasse dela, pensava desta sorte, porque era partidista Francês, como anunciava a Minerva Lusitana no lugar acima referido. Nos acontecimentos da Província da Beira, que referimos no §º 8, se verá como se passava imediatamente da mais indiscreta Confiança, ao mais abolido pavor, da mesma sorte que sucedeu os Atenienses, de que há pouco nos lembramos, quando não puderam duvidar mais sobre a verdade do desastre da Secilia. Em um dia suma temeridade, e a mais extremosa valentia de palavras, e de injúrias verbais contra os inimigos que se não viam; apenas que eles se avizinhavam, Consternação, terror

pânico, fugir precipitadamente, e abandonar tudo. Eis aqui os quadros, que desenhemos, referindo diversos sucessos no dito § 8 e eles manifestam, que servira em Portugal esta Contínua Oscilação sobre a sorte do Estado, que foi por nós Contada entre os Caracteres Oclocráticos no dito Nº 5, de que tratamos. E para que não faltasse ao nosso doente o outro sintoma de prender por traidor por um dia, quem no antecedente aclamava por Herói, temos o Capitão Mariz, e o Sargento Mor Engenheiro Luiz Candido, presos, e condenados como traidores no Porto, poucos dias depois de andarem nesta Cidade como em triunfo por serem os primeiros Aclamadores da Independência Nacional. Veja-se o § 17.

Nas relações, que transcrevemos no princípio **(147v)** deste § já vimos como tudo entre nós se atribuía a Coisas extraordinárias, e escondidas, quais eram as perfídias, e as traições: e nos exemplos que demos de notícias fabulosas no § antecedente se vira, como elas todas se dirigiam a dar por existente, o que se desejava, de maneira, que o Critério dos Portugueses estava não no seu entendimento, mas na sua vontade: Conhecendo-se por este modo que Portugal, manifestava todas as emanções Oclocráticas, por nós apontadas no dito Nº 5.

O 6º Sintoma, de que nos lembramos Como próprio da Oclocracia, é o espírito de vingança, e ele apareceu em tudo entre os Portugueses nesta época. Quando se quer excitar a Nação para a guerra a fim de restaurar Lisboa, procura-se movê-la para o dito fim por meio do espírito de vingança, Contra o Intendente Lagarde, a quem se imputam infinitas Crueldades: Veja-se o Leal Português Nº 4 = Lagarde inspira a vingança, vingança que a Justiça autoriza, que a Humanidade reclama, que a sociedade pede em altos gritos, como fundamento da sua Segurança. Que esta vingança não tarde = Assim se excitavam para a guerra os Selvagens da América, como ensina Mr. Robertson no lugar, que transcrevemos no dito § 6º Nº 6. A

proclamação do Juiz do Povo do Porto, Conservada no Correio Brasiliense Nº. 5. pág. 349 diz = Vossa fome não esta saciada, vossa raiva se aumenta, protestando fartai-vos no sangue dessa porção de Franceses; que infesta a Augusta Lisboa, enfim ninguém vos pode Conter? Ah! Que Heróicos rasgos (148) de valor.... = Eis aqui o mesmo espírito de vingança, louvado, e engrandecido. O General Bernardino Freire na sua Proclamação de 10 de Agosto/Leal Português Nº. 7/ dizia = Mas uma Nação pacífica, e assassinada reclama a nossa vingança = : E esta expressão = vingança aos nossos inimigos = Era o que mais freqüentemente se encontrava, e se ouvia em todos os Escritos, e em todos os discursos do tempo. Ela se repetia pelos pregadores nas suas práticas Evangélicas, à face daquele Deus Sacramentado, que tinha deixado como novo Mandamento da sua Lei perdoar aos inimigos, fazer bem, a quem nos fazia mal, e que confirmou esta doutrina como seu exemplo rogando o seu Eterno Pai, por aqueles mesmos que estavam Crucificando. Milhares de pessoas, que hão de ler nossos Escritos serão testemunhas do que dissemos, e abonarão nossa verdade. E bastaria para Comprovar o período Seguinte da Proclamação do Guardião de São Francisco do Porto datada de 12 de Julho, de que já por vezes nos temos lembrado = Cravais o ferro no inimigo, dizia ele aos seus Súditos, e banhado no seu fumante Sangue, pendurai-o por cima das sagradas Vestes, e oferecei assim a Hóstia Pacífica sobre os nossos Altares = Quando os Franceses prisioneiros são levados ao Porto, Conduzem-se entre algazarras, e Alaridos, Leal Português. Nº 3, que referi isto como uma façanha e tratando no Nº 12 do embarque da Tropa Francesa em Lisboa diz, que ele fora feito = em meio de gritarias e apupadas = . Assim obravam os Selvagens da América com os seus prisioneiros, como refere Mr. Robertson (148v) no lugar acima citado. Nossos Leitores acharam muitos outros monumentos para se Certificarem da existência deste Sintoma Oclocrático, em que temos escrito nos

§§ antecedentes, e nos Períodos e Folhetos publicados nesta idade.

O 7º sintoma Oclocrático é anemia atenção, e o excessivo respeito para com o Povo, e ao mesmo tempo a nenhuma Consideração pelas outras Classes Superiores da Sociedade. E para prova de que Portugal apresentava esta emanção da Oclocracia, bastava o modo respeitoso com que se falava à multidão, como se conhece dos muitos Documentos por nós referidos nos §§ 15, e 16: Servindo de prova da desatenção para com as Classes Superiores da Sociedade, a maneira porque se fala dos Nobres na Carta do Juiz do Povo do Porto, que transladamos na Nota 24, e o testemunho do Intendente Geral de Polícia no seu Edital /§ 14/, aonde refere, que o Povo prendesse Magistrados, Governos, e Autoridades Constituídas. Os ricos são os perseguidos em Vila Nova de Foz-Côa Minerva Lusitana Nº 17. Os Eclesiásticos Seculares, e Regulares viram-se freqüentemente Conduzidos presos pela multidão no meio de insultos, e impropérios, com os seus hábitos Eclesiásticos, sendo desta sorte sepultados em Cárceres; e nem a dignidade Arcebisopal defendeu o Venerando Arcebispo d'Evora; de sofrer uma insultante prisão, como ressaltamos no § 10.

O 8º e último Sintoma da Oclocracia, **(149)** os tumultos populares, apareceu tão descoberto, e tão freqüentemente como consta das Proclamações do Bispo do Porto, e do Intendente Geral da Polícia dirigidas contra ele, e das quais algumas transladamos no § 15; e todas estas nossas Considerações Contém uma sucessiva Cadeia de provas da existência desta emanção Oclocrática.

Portanto não podemos deixar de reconhecer Portugal enfermo da Oclocracia, e afetado de todas as suas emanções, e sintomas, neste Segundo Período da Revolução. Conviria agora para proveito dos nossos Leitores, mostrar em Compendio como o mau tratamento dado ao doente pelos seus Médicos Políticos, foi

a causa de se engravecer, e de se perpetuar a sua enfermidade, mostrando ao mesmo tempo o regime, com que se devia ter dirigido o seu Curativo, para que se restabelecesse a sua Saúde. O Povo era enfermo, e os Governos eram os seus Médicos Políticos, e nós pretendemos, que destes, e não daqueles viesse à perpetuação da enfermidade. A multidão não tinha culpa, esta recaia toda sobre quem empregava no seu Curativo uma Medicina imprópria para Curar, e só Capaz para lhe engravecer a sua doença. Já temos demonstrado detalhadamente, mas Convinha apresentar juntas as idéias, que temos desenvolvido para apresentar debaixo de um **(149v)** golpe de Vista a Clínica, de que se fez uso, e outras que se deveria seguir. Este grande quadro é o principal objeto, a que destinamos todo este nosso trabalho: mas como na seguinte época da Revolução se seguiram todos os medicamentos errados, de que se fez uso nesta Segunda, de que acabamos de tratar, julgamos mais acertado reservar este assunto para o fim da Obra, evitando desta sorte o tratar dele duas vezes, e que nos Conduziria a desnecessárias, e fastidiosas repetições. Vamos pois examinar, se na 3ª Época da Revolução apareceu a Oclocracia com todos os seus caracteres: nova Cadeia de desacertos Políticos ocupara os nossos Escritos, todos eles imputáveis ao Governo restabelecido em Lisboa: o enfermo continuara a aparecer assassinado pelos Médicos. E depois de mostrarmos a perpetuação de sua enfermidade daremos o proveitoso quadro da errada Medicina, com que o seu Curativo foi sempre dirigido, para que ele se evite no tratamento de outras semelhantes doenças, e a Clínica, de que se deveria ter feito uso, para que ela sirva de regra aos Médicos, que na futura Sucessão dos tempos tiverem de curar da mesma moléstia a outro enfermo.

(150) EM BRANCO

(150v) EM BRANCO

(151)

I A Oclocracia é o Governo da Multidão, ou o Supremo Poder da Sociedade Civil, ocupado, e exercitado por cada um do Povo, ou por cada fração da dita Sociedade. O Governo de um Estado considera-se, como a coleção moral da vontade, e da força de todos os Cidadãos: quando o Soberano decreta, supõem-se, que ele exprime a vontade geral da Sociedade: e como ele reside também na sua força moral, incumbe-lhe empregá-la para fazer executar aquilo, que segundo a dita hipótese se considera, que é a vontade geral da dita Sociedade. Daqui nascem os dois primeiros atributos da Soberania, que são o Poder Legislativo, e o Poder Executivo. Em virtude do primeiro ela define o bem civil, e o mal civil, isto é, determina, o que os Cidadãos devem fazer, e o que eles devem omitir. Em virtude do Segundo ela constringe os Cidadãos a conformarem as suas ações com aquela regra. E o bem geral, ou maior bem para a Sociedade, é objeto a que a Soberania deve dirigir o emprego daqueles seus dois atributos. Destas mesmas Considerações resulta a obrigação, que tem **(151v)** cada um dos Cidadãos para obedecer à Soberania; porque é da natureza de todas as Sociedades, que cada um dos Sócios seja obrigado a conformar-se com a vontade geral dos associados, e na Sociedade Civil supõem-se, que o Soberano exprime esta vontade geral. Eis aqui um esboço da Moscologia de todas as Sociedades Cíveis, e a teoria da sua organização. Por qualquer forma, que se expliquem os diversos Escritores Políticos, que têm tratado desta matéria, todos eles em última análise vem a coincidir com estas idéias, existindo a diferença somente na maneira de as desenvolver, e de as enunciar. A Oclocracia destrói este Sistema: cada um do Povo, ou cada fração da Sociedade Civil se atribui o direito de definir o bem Civil, e o mal Civil, e de coagir os outros a conformarem-se com aquelas suas definições: cada um do Povo, ou cada fração da Sociedade Civil se arroga o direito de decretar, e de proibir aquilo, que lhe parece útil, ou prejudicial ao público, e de obrigar os outros a conformar-se com aquelas suas determinações, infamando, e perseguindo como inimigo do Estado, os que se desviam delas. Aparece, pois, então a substituição da Vontade individual dos membros **(152)** da Sociedade em lugar da vontade geral. A Pública Autoridade exercita-se no Corpo Político não Oclocrático com conselho, e com tranqüilidade, presidindo regularmente o entendimento a todas as Operações administrativas; e durante a Oclocracia sem Conselho, e com precipitação, escutando-se somente à vontade. No primeiro caso aparece um todo de ordem, e no Segundo um todo de desordem: no primeiro caso aparece uma Máquina, que tem uma Mola Real, de que partem todos os seus movimentos; no Segundo outra, da qual a mola Real existe em cada uma das partes da Máquina: no primeiro caso aparece um Círculo, que tem centro, de que partem raios iguais para todas extremidades: no Segundo um Círculo, do qual o centro se considera existente em cada um dos pontos da circunferência: e os primeiros Elementos da Física, e da Matemática demonstram desta sorte, quanto é absurda a Oclocracia. Ela é uma enfermidade da Sociedade Civil, e não uma das espécies das Constituições Políticas, como doutamente observa I. F. Dauray de Brie, *Theorie des Loix Socieles* Liv. 3 Chap. 2. Nos nossos Elementos da Oclocracia se verá descrita esta moléstia Política com todos os seus caracteres, **(152V)** sintomas, e acidentes, e com o tratamento, que convém ao seu curativo: parecendo-nos por agora bastantes as idéias gerais, subministradas nesta Nota, para se entender as nossas reflexões, quando no decurso desta Obra tivermos de falar em Oclocracia; as quais mesmo não seriam necessárias, se este nosso trabalho não passasse das mãos das pessoas instruídas nos Conhecimentos Políticos.

II In populo nihil modicum: terret, ni paveat, si pavere incosperit, impune contemnitur.

III A França havia de gozar necessariamente daquela robustez, que a História tenha apresentado sempre, como um efeito das guerras civis, as quais comunicando um movimento extraordinário a todas as partes, de que se compõe o Corpo Político, lhe subministrar uma nova força, e uma energia, que se nem sempre é permanente, é constantemente excessiva, enquanto dura. A antiga França nunca mostrou tanto poder como depois das guerras da Liga, e da menoridade de Luís¹³, e de Luís ¹⁴: a Inglaterra nunca apareceu tão formidável como depois de suas dimensões civis: e o Império Romano só foi Senhor do Universo, depois dos seus Marios, Seylas, e Trium-Viratos. O Império Francês, pois havia de gozar **(153)** também deste resultado da sua Revolução, e formando um Estado mais formidável um poder, do que nunca havia sido, expunha ao maior perigo a Liberdade Política da Europa. E pode descobrir-se facilmente a razão desta passagem da fraqueza para a força, que se observa nas Nações depois das suas comoções internas. Enquanto elas duram, o todo é fraco; por estar dividido, mais depois, que a divisão cessa pela reorganização do Corpo Político, a robustez aparece, e causa é esta. Durando aquelas agitações, cada uma das partes do Corpo adquire um novo vigor pelos esforços, a que é obrigada, em razão das circunstâncias, ou seja para suplantar seus rivais, ou seja para se defender deles. A necessidade é, que conduz todos os homens ao trabalho, e ao emprego das suas faculdades, de que resulta necessariamente a perfeição delas: e naquelas crises aparecem muitas, e diversíssimas causas, que obrigam os Cidadãos a duplicar os seus esforços, resultando daí conseguirem todos um individual aumento de suas forças. Como a divisão fazia, que não obrassem juntas, e uniformemente estas partes do todo, ainda que singularmente robustas, e mui fortificadas, ele não ostentava o poder, que lhe era próprio. **(153v)** Acabadas porém as agitações, aparecendo o centro da unidade, que faz empregar homogeneamente todas aquelas partes, que se haviam aperfeiçoado, então é, que o todo se apresenta formidável. Veja-se Montesquieu Grand. et Decad. des Romains. Chap. 11 pág. 42 Tom. 3 Edit. Amster. 1758.

IV Uma nova Dinastia colocada no Trono mais poderoso da Europa, suposta a extensão do seu território, e população, suposta a sua localidade, e suposta a energia, de que gozava por efeito da precedente comoção Revolucionária, necessariamente ameaçava de grandes alterações o Sistema Político da mesma Europa. A causa dos Povos, isto é, a Democracia havia expirado com o “Senatus Consulto” orgânico, que estabeleceu o Império Francês na família do Bonaparte. Pode dizer-se que o mesmo “Senatus Consulto” firmou na Europa o Sistema Monárquico. Mas se a causa do Reinado tinha vencido a causa particular dos Reis existentes ficava exposta aos maiores perigos. Aquela Dinastia nova não podia deixar de considerar como rivais as outras Dinastias, que ocupava os mais Tronos da Europa, e que a precediam no lustre da antiguidade: não podia deixar de olhar como prole de necessidade, e do medo quaisquer considerações, **(154)** que estas lhe tributassem: e isto principalmente considerado o Susto, que a todas causava o terrível exemplo de um Monarca deposto, preso, sentenciado, e morto cruelmente pelos seus Vassalos, consideração esta, que para o comum das gentes se não podia separar do estabelecimento da nova Dinastia, ainda que esta não tivesse parte alguma naqueles acontecimentos, e comesasse a figurar na França muito depois de todos eles. Era-lhe necessário, pois, estabelecer pontos de apoio para sua existência, colocando nos outros Tronos da Europa novos Soberanos, que, ou pertencessem à sua família, ou lhe devessem a sua origem, e que por qualquer destes dois Vínculos estivessem ligados à sua causa: era-lhe necessário destruir, ou pelo menos diminuir as forças das outras Dinastias antigas, enquanto o tempo lhe não dava lugar de se enlaçar, e amalgamar com elas. Destes princípios resultava a vereda Política, que tem seguido o Imperador dos Franceses estabelecendo Soberanias novas, acrescentando

às antigas, que tinham o mais pequeno poder e influência, e diminuindo as grandes, e mais respeitáveis, que ele não podia trocar por outras.

Sucedia então, que estas alterações Políticas, interessantes à nova Dinastia, estavam ostencivelmente Ligadas com a Glória da **(154V)** porque elas se não podiam realizar, senão em consequência das Vitórias dos Seus Exércitos, e ganhando a Nação este lustre, que resulta dos efeitos brilhantes, e da sua dominação, ou preponderância levada aos Países estranhos; sucessos estes, que em todos os tempos foram muito poderosos sobre a multidão a fim de atrair o seu respeito, e fixar a sua admiração para com aquele, a quem eles se atribuem. O Povo Francês enchia-se de orgulho com os triunfos do seu Imperador, apropriando-se dos Louros, que ele ganhava, e a quem estes eram principalmente vantajosos, era a consolidação da nova Dinastia. E mesmo poderia dizer-se, que até o dito Povo era vencido naquelas Campanhas gloriosas, porque o Imperador à força de triunfar dos Estrangeiros ia vencendo também os Franceses, do mesmo modo que Seila destruindo Mitridates na Ásia e ganhando troféus para os Romanos, que obrigavam Mário a ir amiudadamente render por eles as graças aos Deuses no Capitólio, ia também destruindo a dominação deste em Roma, e caminhando para a sua Ditadura. Quem se propõe a dominar de novo uma Nação deve rodear-se de glória para ou não deixar refletir na Sua elevação, ou para conseguir, que ela se lhe perdoe. Os predecessores **(155)** de Guilherme 5 (diz Mr. Segur L' Ainé, Fableau Historique, et Politique de l'Europe depuis 1786 jusqu'en 1796. F.1.Chap. 4. tratando das últimas discussões da Holanda com o Stathuder em 1787) os predecessores de Guilherme 5 haviam conhecido perfeitamente esta verdade, e o lustre, que eles tinham espalhado sobre a República, impôs Silêncio aos inimigos da Sua Autoridade.

Porque desejava Catão, que César fosse entregue, e perdido na Gália? Porque julgavam mais danosos para a existência da República os seus triunfos, do que as suas desgraças. Porque abandonou o Senado de Cartago a Aníbal na Itália, não lhe enviando reforços, com que reparasse as suas perdas? Hanon, e o seu partido queria a desfeita do General Cartaginês; tinha mais medo dele, do que dos Romanos. Dizia em Cartago, que não eram críveis os bons sucessos, que se contavam do dito General, e que por isto não convinha esgotar mais as forças da Nação para o socorrer: e os seus sucessos foram menos acreditáveis depois de Treveis, menos ainda depois de Trazimenes, e ainda menos depois de Canas. Não era, nem a incerteza, nem a incredulidade, que se aumentava com cada uma destas Vitórias, era o Susto, que crescia. É provável, que o Diretório Executivo obrasse debaixo do mesmo plano na sua expedição do **(155V)** Egito, entregue a Bonaparte. Em todos estes casos parecia conveniente destruir, ou desviar quem à força de vencer os inimigos da Pátria, e de lhe ganhar triunfos, ia firmando o alicerce para dominar essa mesma Pátria, que cobria de tanta glória Militar.

O Imperador dos Franceses precisava da guerra, e das Vitórias, porque fazendo triunfar aos franceses, é, que havia de ganhar a sua causa particular, segurando a sua Dinastia; o que talvez fizesse também a França o maior serviço, livrando-a de recair em novas Convulsões Políticas, que tão dolorosas lhe tinham sido, e que era muito natural, que experimentasse novamente com a queda da dita Dinastia. Eis aqui a Moscologia de toda a História na Europa nestes últimos dez anos. O Imperador dos Franceses tem sido, o que seriam muitos outros nas suas circunstâncias: os resultados foram maiores, do que o Mundo estava acostumado a ver a muitos Séculos: mais a causa em si nem é nova, nem extraordinária. Para obstar os interesses do dito Imperador, era indispensável não o deixar rodear de tanta glória Militar, e para isto as Dinastias antigas não tinham senão um de dois meios, ou evitar toda a ocasião de guerra, acomodando-se mesmo **(156)** com pretensões, a que aliás não deveriam mentir, ou unirem-se constantemente sem terem em vista outros quaisquer interesses

particulares, e estando intimamente persuadidas de que a única Causa, que haviam de olhar, como objeto de suas lutas, era a preponderância de uma Dinastia Soberana nova, ou das Dinastias Soberanas antigas, e que, sempre que fosse vencida, e humilhada uma das ditas Dinastias antigas, todas as outras o eram também nesse mesmo momento, e por esse mesmo sucesso. Mas o Sistema de dividir, que arruína as famílias particulares, e aniquila os Estados, e a Sociedade geral deles, de que se forma o Corpo Político da Europa, é quase irremediável, e inseparavelmente Ligado com a Natureza dos homens; porque nem todos podem ser Filósofos para ver as coisas, como elas são, analisando-as por todas as faces, nem ter a força necessária para dominar as suas paixões, trocando interesses particulares, e presentes pelas vantagens gerais, e futuras.

V Estas idéias por nós tão sucintamente enunciadas neste lugar, devem ser mais amplamente desenvolvidas pela sua importância, e pelo muito que interessa à humanidade o serem elas bem seguramente gravadas no espírito de todos os homens nos **(156v)** nossos dias, nos quais se tem feito muito mais preponderantemente a tendência fatal para a Oclocracia, que depois de se desolar a Europa, parece querer levantar também o seu Trono na América. Na declinação do Século passado as idéias de Liberdade, bebidas nos Escritos dos Filósofos, e derramadas na França por toda a Mocidade, que tinha ido servir na guerra da América Inglesa, exaltaram todos os espíritos, e inflamaram todas as ambições: quase que o único meio de adquirir uma reputação brilhante em Paris, era sustentar os princípios populares da Chilantropia, e falar a Linguagem dos amigos da Liberdade; o triunfo da Democracia Americana, sacudindo o jugo da Monarquia Inglesa foi por toda a parte geralmente aplaudido, celebrado, e Monarcas prodigalizaram louros aos seus Vassallos, que tinham ido combater além dos mares por um Povo contra um Rei, e não viram, que o entusiasmo, que mostrou todo o Paris nos festejos, e aplausos tributados a Franklin, como um dos primeiros instrumentos daquela Revolução, por uma parte manifestava a tendência do espírito público para semelhantes convulsões, e pela outra o acrescentava muito com a honra da Celebridade, que **(157)** se lhe associava.

Porém, além do que naquele acontecimento havia de extraordinário, e de maravilhoso, o que seria bastante no comum dos homens para os arrastar a admirar-lo, e engrandece-lo, e a louva-lo, não se considerava nele outra causa mais, do que admiração, que ia causar no Poder da Inglaterra: alegrava o mal, que se lhe fazia, e este contentamento impedia dever os frutos venenosos, que aquela sementeira provavelmente produziria mesmo para os que trabalharam nela, ou a festejaram. Poucos anos bastaram, para que ela brotasse na França uma louquíssima colheita: os espíritos ardentes, os homens ambiciosos, e as cabeças facciosas, que em toda a parte se encontram prontas, como os ventos para despedaçar o Navio mal governado, fizeram aparecer aí a mais espantosa Revolução, que viram os Séculos; a qual já tem produzido os efeitos demasiadamente extensos, e talvez ainda não bastantemente calculados. O Trono da França caiu, e os outros estremeceram todos ao som das vozes da Liberdade do Povo, e à vista da Pública Autoridade ocupada pela Multidão em um Estado Poderoso, no centro da Europa. Pois que! Essas vozes, e essa popular ocupação da Autoridade **(157v)** Pública não é o mesmo, que a Corte da França foi ajudar na América, e que ela festejou tanto, quando se considerava somente o mal, que daí vinha à Inglaterra! Já se conhece, que aquela sementeira ajudada na América pela Corte de França, a não havia de deixar impunida [impune] pelo desacordo de favorecer a luta de Povos contra o seu Governo assistido deles se libertarem das opressões, de que se queixavam! Já se vê, que esse exemplo sustentado, e honrado com louvores, relativamente ao Povo da América, podia lembrar em algum tempo ao Povo da França, que ele não era menos Povo, do que o Povo da América, e que o seu Governo não era

mais Governo, do que o Governo Inglês! Mas vejamos, que útil fruto produziu esta lição, que axiomas Políticos se aprenderam nela para os Governos estabelecidos se acautelarem de não apoiarem nunca mais idênticas lutas de Povos contra Governos, na certeza de que ainda quando daí tirassem alguma vantagem, era muito maior prejuízo, que lhes vinha de autorizarem, e de espalharem o Monarcomachismo, e as doutrinas, filhas da Soberania, **(158)** e Autoridade do Povo, que todas são consequência daquela perniciosíssima Seita.

Ela esterilizou-se finalmente no território Francês sufocada nos rios de sangue, que a regaram. Mas a França, cresce em poder, torna-se formidável na Europa, cumpre empecer aos seus progressos. Pareceu, que serviriam a este fim as comoções Populares de Março de 1808, que em Aranjues conduziram Carlos IV a abdicar em Fernando VII a Coroa de Espanha (Correio Brasiliense Nº. 1 pág. 10): e pareceu assim porque elas eram dirigidas contra o Príncipe da Paz NOME, a quem se atribuía a Ligação, que tinha havido entre a Espanha, e a França, desde que entre estes dois Estados se fizera a Paz de 22 de Julho de 1795. Este acontecimento é festejado pelos inimigos da França, e é louvado, e engrandecido por eles em muitos, e diversos escritos, que são outros tantos disseminadores daquelas mesmas doutrinas, que desde 1789 haviam perturbado a França, e justamente assustado a todos os Monarcas. Já se não considerava se não o mal, que dali se esperava contra a França, e ele alegrava tanto, que impedia de ver os frutos venenosos, que aquela sementeira produziria **(158v)** mesmo para quem a festejava.

A Corte do Brasil mostrou então um raio da Sabedoria, que a rodeia, e na Reclamação, e Manifestos da Princesa Nossa Senhora, e do Infante o Senhor D. Pedro Carlos, datados de 19, e de 20 de Agosto de 1808 (Correio Brasiliense Nº.7 pág. 544) são olhados estes procedimentos de Aranjuez, como uma criminosa sublevação, e tumulto popular contra a Pessoa d'El Rei de Espanha para obriga-lo a abdicar, e a renunciar o Trono a favor de seu filho o Príncipe das Astúrias, considerando-se ainda na Pessoa de Carlos IV todos os Direitos da Soberania. Era isto, o que a todos os Monarcas convinha. Sustentar por bem do Reinado, e se posteriormente a dita Corte foi com a torrente, que proclamava Fernando VII, ninguém deixara de ver neste seu procedimento um sacrifício feito à necessidade, e à impossibilidade, em que ela estava, de tratar por Soberano das Espanhas, a quem somente devia tratar como tal, depois da vereda, que tinham tomados todos os Reinos da mesma Espanha, e as Cortes da Europa, que se aliaram com eles. Às vistas menos perspicazes conheceram logo claramente, que as idéias Monarcômacas destrutoras dos Direitos do **(159)** do Reinado, eram, as que dominavam na Espanha, quando a viram no Maio seguinte insurgir toda em Nome de Fernando VII contra o Poder da França: o que era uma plena aprovação, e sustentação dessas comoções de Aranjuez, que a Corte do Brasil justamente havia classificado, como um tumulto popular, e uma Sublevação contra o Legítimo Soberano. Porque senão governava em Nome de Carlos IV. ele igualmente, que Fernando VII estava debaixo do poder dos Franceses; nem um, nem outro podia servir para direção dos negócios da Espanha, e qualquer deles, que se proclamasse, somente se conseguia um Nome, que fosse como centro da unidade para a Pública Administração: que tinha pois, mais o Nome do Filho, do que o Nome do Pai? Preferir aquele não era unicamente dirigido a sustentar, e a atribuir efeitos legais ao tumulto, e à Sublevação de Aranjuez? Não era óbvio, que para insurgir Contra o Poder estrangeiro, se não precisava de insistir nos ataques feitos pelo Povo ao Legítimo Soberano? Não era óbvio, que se achariam menos Cortes aprovadoras, e auxiliares dos Movimentos de Espanha, sendo eles **(159v)** em Nome de Fernando VII, do que sendo em Nome de Carlos IV? Não era óbvio, que no primeiro caso se subservia de mistura o ataque à Soberania de Carlos IV, o qual a nenhum Monarca convinha autorizar pelo perigo, que a todos resulta de semelhantes exemplos?

Pouco depois da parte do Sul o Povo Espanhol, e o Povo Português, e da parte do Norte o Povo do Tyrol insurgem contra os Governos, que a região debaixo do Nome, ou da influência do Imperador dos Franceses; um Coronel Prussiano com o seu Regimento abandona os Estados do Monarca, a quem servia, e vai ajudar uma causa, que a sua vontade individual lhe figurou, como boa: sempre que se sonha, em que a Holanda, em que uma Província da França, em que a Itália, em que qualquer outro País sujeito ao Imperador dos Franceses se revolta contra ele, há um motivo geral de alegria para os Governos, e Estados seus inimigos, e estes sucessos se anunciam nas Gazetas Ministeriais, fomentando-se em toda a parte semelhantes a conhecimentos com o cunho da celebridade, que se lhes imprime, e que arrebatam uma grande parte dos homens: as **(160)** mesmas pressões, e os mesmos discursos, que se empregavam pelos Democratas Franceses no curso da sua Revolução, são trasladados nos Folhetos, e Periódicos, que se imprimem na Espanha, e Portugal, e o mais é, que também nas Proclamações, e Papéis Oficiais dos dois Governos. Eis aqui arrebatando por outras Campinas da Europa essa mesma venenosa, e abominável sementeira da Oclocracia, que há pouco havia assustado a todos os Tronos! mas como era hoje empregada imediatamente contra a França, a quem se desejava empecer, alegrava o mal, que se lhe fazia, e este contentamento impedia de ver os frutos venenosos, que aquela sementeira provavelmente produziria para aqueles mesmos, que ou trabalhavam nela, ou a festejavam. A Junta Suprema de Espanha já sentia nos princípios do ano de 1810 os efeitos do mau sistema, que havia apoiado. Um montão da plebe de Sevilha amotinada fez, com que ela se dispersasse fugitiva, a fim de salvarem as vidas aqueles, que estavam figurando como Soberanos das Espanhas. (Correio Brasiliense Nº. 21 pág 198) E toda a Espanha já patenteou nas suas Cortes, que o espírito, que a animava nas suas comoções contra a França, era **(160v)** o mesmo, que havia dominado a esta no princípio da Sua Revolução de 1789: ela insurgiu pelo seu Amado Fernando VII, mas as Cortes já decidiram, que este Soberano não continuaria a ser, o que era d'antes; que se devia contentar com ser, o que os Franceses quiseram naquela época, que fosse o seu Luís 16: e isto mesmo, que assustou todos os Soberanos, quando praticado pelos Franceses; que levou ao Cadafalso aquele infeliz Monarca, é hoje o virtuoso Sistema Político do Governo da Espanha, e já não assusta, nem aos Reis, nem aos seus amigos. Que sucederia em 1790, se um General Português em uma grande festa fizesse uma saúde pública à Convenção Nacional, que marcava os limites da Autoridade Real da França para limitar o seu abuso, e se se visse impressa em uma Gazeta de Lisboa a notícia deste seu festejo? Qual seria a sorte do dito General? Pois hoje já depois de manifestado, que o espírito das Cortes de Espanha é o mesmo, que tinha sido dessa assustadora Convenção Nacional, um General Português faz uma saúde às Cortes de Espanha, que tratam de refrear **(161)** nos seus Soberanos o exercício do Reinado, e este seu cumprimento é muito gostosamente anunciado na Gazeta do Governo de Lisboa do dia 3 do mês de Junho de 1811. Nº. 131.

O contágio da Oclocracia atravessa o Atlântico, e esta enfermidade começa a brotar nas vastas possessões da América Espanhola (Correio Brasiliense Nº 21 pág. 190): gritam as Cortes de Espanha, e a sua Regência contra as Províncias insurgidas, e os seus movimentos são tratados de rebelião. Não lhes agrada, que os Povos da América Espanhola falem a mesma linguagem, que falam os Povos da Espanha Européia: o santo amor da Liberdade, e da Independência aqui pregado deixa de ser olhado como Virtude naqueles outros Climas: os Povos da América não são igualmente Povos, que os Povos da Espanha: não hão de poder-se arrogar os mesmos direitos, que estes se arrogam! Já as Cortes de Espanha, e já a sua Regência desagradam, que nas regiões do novo Mundo se proceda segundo as doutrinas Monarcômacas, que servem de fundamento a tudo quanto a mesma Espanha, há dois anos tem feito, tem escrito, e tem pregado. **(161v)**

Miserável condição dos homens! Sempre as mesmas cousas morais produzindo entre eles os mesmos resultados: os princípios, que a razão desaprova, revoltando-se comumente contra aqueles, que os apóiam; e os homens constantemente inadvertidos, correndo muito afadigadamente a pôs daquilo????, que lhes dá uma vantagem segundo as suas paixões do momento, sem refletirem se isso lhes causará no futuro um mal muito maior, do que o bem, que lhes parecia haverem conseguido! Não seria admirável, que a massa do Povo procedesse nessa maneira, enquanto ao Artigo, que tem sido o objeto das nossas reflexões nesta Nota, porque por uma parte a sua ignorância, e irreflexão não lhe permite nunca ver as coisas por todos os seus lados, e pela outra na dita multidão pode haver quem espere ganhar no sistema notoriamente danoso aos Soberanos, muito mais, quando tantas fortunas novas, que na França aparecem hoje, filhas da sua Revolução, podem iludir muitas almas ambiciosas para lhes fazerem cobiçar nos seus países uma semelhante inversão Política, esperando conseguir por meio dela iguais engrandecimentos. **(162)** Mas que as primeiras Classes dos Estados, aquelas, ao que a Oclocracia destrói sempre por este espírito de inveja, com que a multidão olha para os grandes, e para os ricos: que os Soberanos, e os que se inculcam pelos seus mais desvelados adirentes festejem tanto as insurreições dos Povos contra os seus Governos, quando estes são Franceses, ou da influência da França! que fascinados com o ódio para com esta Nação, não vejam, que a arena dos Levantamentos Populares contra os Governos, ainda quando empregada relativamente aos Estados sujeitos ao Imperador dos Franceses, é ofensiva de todos, os que gozam da Soberania, pela fatal lição, que ensinam aos Povos em geral! que não vejam, que uma arma, que abala os alicerces de todos os Tronos, por que abala os alicerces da Soberania, não pode convir nenhum deles, ainda sendo empregada para empecer o seu maior inimigo! que uma sucessiva cadeia de experiências espantosas lhes não faça conhecer, que cada um dos Soberanos é vencido, quando triunfa uma luta de Povos contra o seu Governo, seja este qual ele for! Isto é o que há de fazer sobre tudo admirável a extraordinária História dos nossos dias. **(162v)** Todos os Tronos da Europa foram ameaçados pela Oclocracia, que tinha o seu fosso na França, e alguns chegaram mesmo a cair: consideram-se todos os Soberanos com direito para atacar, e fazer a guerra á uma Nação que estava disseminando as doutrinas Monarcômacas, destrutoras de todas as associações civis: depois cessou esta peste naquele Estado de onde partia o seu contágio, e os Tronos ocupados pelas grandes Dinastias Velhas, ficavam muito expostos à destruição por meio das armas, e das vitórias do Imperador dos Franceses, mas entretanto livres de serem absorvidos pelos Vulcões revolucionários: com a capa, e com o pretexto de utilizar aos Soberanos contra a França, procuram os que se dizem amigos dos Reis renovar por toda a Europa, as erupções revolucionárias, autorizando o império da multidão, que há pouco tanto susto havia causado: qual se espera, que seja a sorte dos Monarcas, quando ao mesmo tempo se empregarem na sua destruição por uma parte dos Exércitos Franceses, e pela outra o espírito da insurreição, nutrido, e fomentado, como uma arma contra eles? Alguns Soberanos serão vítimas da ocupação, e da conquista, porém ainda mais **(163)** o serão das insurreições dos Povos, como foi Carlos IV na Espanha, e Gustavo Adolfo na Suécia. Há asilos, aonde não podem chegar, nem ser temíveis às armas da França, mas não há nenhum aonde não chegou o espírito das Revoluções Populares, se elas se fomentarem. E nem o sistema, que temos analisado se poderá desculpar com a imputação de serem insurreições promovidas pelo Imperador dos Franceses, a fim de o servirem nos seus projetos. Nós estamos intimamente persuadidos, que elas lhe são úteis, e que lhe facilitam as suas operações Militares: (Pode ver-se o nosso Paralelo do Governo Português, subsequente às Revoluções de 1640, e de 1808 no Artº 4º principalmente no § 36) mas não vimos a ele nunca ser o Panegirista da Revolução se as

promove clandestinamente, não as acredita com a ostensibilidade, com que o fazem os seus inimigos: e quando se lhes atribuem louvores, e celebridade, é, que se emprega o fatal meio de as multiplicar. Pode ver-se a Carta do mesmo Imperador ao Duque Regente da Suécia, depois da Revolução contra um Soberano, que se tinha mostrado o seu mais raivoso, e implacável inimigo: note-se como se passa ligeiramente por este fato, que livrara a França de um Rival, e lhe convertia **(163v)** em Aliado: nem uma palavra se encontra de aprovação, e muito menos de louvor enquanto ao Atentado para com a Soberania: tirava-se o partido, que o sucesso podia dar à França, mas não se prodigalizaram elogios aos movimentos populares, de que ele havia emanado. (Correio Brasiliense Nº 13. pág. 544) Mas ainda sendo, como se diz, estas insurreições dos Povos algumas vezes fomentadas pelo Imperador dos Franceses, desejávamos perguntar aos seus inimigos, como então lhes cumpre a eles aplaudir muito, e alegrar-se com estas armas, que ele emprega em seu benefício? Como lhes cabe a eles ter preparado, e enriquecido a terra com os louvores, e propagação das idéias Oclocráticas, e Monarcômacas, em os aplausos da Liberdade, e da Soberania do Povo, para que em o dito Imperador querendo possa mais facilmente fazer produzir os tumultos, e insurreições, que lhe fizerem conta? Se o Imperador dos Franceses fosse tão inconseqüente para os seus interesses, que assentado num Trono de novo restabelecido sobre as ruínas de outro, que a multidão havia derribado, se ele fosse tão inconseqüente para os seus interesses, que em tais circunstâncias tratasse de propagar a Oclocracia, **(164)** ele não seria tão formidável aos outros Soberanos, como o tem sido. O que é porém manifestadamente inconseqüente, é anunciar com muito gosto a notícia de qualquer insurreição popular; que parece ser empregada em ódio dos Governos adidos à França, e quando ela se malogra, e converte em proveito das arenas do Imperador, atribuí-la à sedução do mesmo Imperador: porque se esta imputação, é verdadeira, ora absurda a alegria, com que se dava aquele anúncio, e se este merecia os ditos transportes aos inimigos da França, não havia de ser uma arma, que esta preparasse em proveito deles. E contudo esta conseqüência tem sido a matéria da maior parte dos Periódicos, e Folhetos, que produziu a Espanha, e Portugal desde a época das suas Revoluções de 1808. Quase todos eles falam a mesma linguagem dos Periódicos, e Folhetos Franceses, quando estes tratavam de propagar a Oclocracia, e destruir inteiramente o Reinado: as mesmas expressões, e os mesmos, discursos se empregam, pois, nestes dois Reinos dizendo-se, que eram dirigidos a favor dos Reis, e será eternamente admirável, que houvesse, quem assim o acreditasse!

Era sem dúvida o mais extraordinário **(164v)** modo de iludir, e de atraíçoar os Soberanos: vender-lhes como serviços muito importantes a intervenção, ou cooperação para insurreições de Povos contra Governos, e fomentar as doutrinas Monarcômacas, sempre abomináveis a todos os Monarcas ilustrados, persuadindo-os, de que isso lhe era favorável! Que diria o Senhor Rei D. José de Saudosíssima memória, que tanto se empenhou na extinção da Sociedade Jesuítica, dando, como um dos principais motivos o ensinarem os membros dela as proposições Monarcômacas, que hoje se apregoam, como um Serviço dos Soberanos? Ele chegou a proibir, e a fazer declarar como impróprias das letras do Desembargador Francisco Velasco de Gouvea a Obra, que corria no seu nome intitulada = Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV = apesar de se dirigir a sustentar os Direitos da Casa de Bragança ao Trono Português, só porque alegava para isto como um fundamento a Aclamação dos Povos, e para o estabelecer se servia de proposições, que eram filhas daquela Seita. Vejam-se os Estatutos da Universidade de Coimbra Livro 4 tit. 3. Cap. 3 § 14. Veja-se Martim Pocit . de Jur. Civil § 358, e segs, Compendio, porque o mesmo Senhor mandou ensinar Direito Público à mocidade Portuguesa: e veja-se **(165)** a Deduç. Cron. e Anal. P 1. Divis. 12 § 649. e seguintes.

O dito Soberano conhecia, que lhe não era vantajoso como Rei autorizar as insurreições do Povo contra um Governo, ainda que intruso, e usurpador, nem mesmo quando isto se apresentava, como dirigido em benefício dos Legítimos Direitos da sua Sereníssima Casa.

Ele pensava como Oto na oração, que refere Tácito, quando falou aos seus Soldados depois de um tumulto, que eles tinham feito a favor do mesmo Imperador = Vosso zelo a meu favor, disse Oto, é na verdade, quem vos fez obrar, mas entre os alborôtos, as trevas, e a confusão geral pode também aparecer alguma ocasião, que seja contra mim = *Vos quidum istud prome, sed indiscursu et tenebris et rerum omnium confusion pateficri occasio, etram adversus me potest.* Lib. 1 Hist. Cap 84: e fez castigar dois daqueles, que tinham sido os principais na Sedição feita para o seu Serviço.

Vos quidem istud pro me, sed in discursu ac tenebris et rerum omnium confusione patefier occasio, etiam aduersus me potest. Lib. 1 Hist. Cap 84

TÁCITO. *Storie*, Milano: Bur, 2007, v. 1, p. 244-5.

Ele pensava com a sabedoria de Pompeu, quando pretendendo o seu triunfo, que alguns Romanos lhe contestavam, por não ter sido nem Cônsul, nem **(165v)** Pretor, e não haver exemplo, de que gozasse daquela honra quem não tivesse exercitado alguma das ditas Magistraturas: queixando-se, e fazendo uma espécie de tumulto os Soldados dos seu Exército, que não tinham recebido as liberdades, que dele esperavam, para ver se as conseguiam, excitado o General a fazer-lhes com o desejo de que eles concorressem para o apoiarem naquela sua pretensão, ele proferiu a sempre louvável Sentença = de que antes não queria triunfar, do que adulá-los para o conseguir = a qual lhe deu tanto crédito, que Servílio, um dos que mais se lhe opunham, exclamou = Agora é, que eu conheço, que Pompeu é verdadeiramente grande, e digno de triunfar. Plutarco in Pomp. pág. 548 Edit. Heidelberg 1561 in fol.!! Eis aqui o que é saber avaliar as coisas: muito agradável era a Pompeu a honra do triunfo, que pedia: mas se para obter lhe fosse necessário adular um tumulto da Tropa, antes queria não triunfar, do que habituá-la assim à licença: ele General conhecia, que lucrava mesmo no triunfo, do que perdia autorizando semelhante mau exemplo.

O Senhor Rei D. José não podia deixar de ver quanto era pouco útil aos Imperadores Romanos, aclamados pelos Exércitos, **(166)** ou pelas Guardas Pretorianas esta sua autoridade, por meio da qual subiam ao Império, se ela mesma os precipitava do Trono com uma facilidade igual àquela, com que os tinha elevado. E ainda neles havia uma razão particular que era, não terem outro caminho para a sua elevação, sendo-lhes preciso aproveitar aquele: e se os ditos Exércitos, e Guardas tinham sempre em perigo a sua existência Política, também eram a sua única origem. Mas quem tem direitos de Soberania fundados em outros mais seguros alicerces, não pode obrar senão em pura perda, quando os deixa abalar pelas doutrinas Monarcômacas.

E nem com a sua sabedoria, nem com o seu conhecimento dos homens, e das paixões humanas era compatível esperar, que os Povos habituados a insurgir contra os Governos, e vendo-se por isso freqüentemente louvados, se limitassem constantemente a fazê-lo, enquanto sujeitos ao Império da França, e se não julgassem nunca injustamente oprimidos, e igualmente autorizados para as suas Revoluções, estando debaixo do poder de outros Soberanos. Sila??? oprimiu Roma para se opor à dominação, a que Mario aspirava; oprimiu-a para que ela continuasse a ser livre, e por isso chegou um dia, em que abdicou a Ditadura. Mas deu **(166v)** um fatal exemplo contra a liberdade, que queria defender; nenhum houve, que o imitasse no abandono do Poder, tendo muitos, que o seguissem na violenta ocupação da Pública Autoridade, até, que por este modo fizeram acabar a República.

Montesquieu Grand. et Decad des Romains Chap 11, e 13, e Dialogue de Sila, et d'Eucrates.

É isto o que sucede quase sempre, quando se autorizam maus exemplos, ainda que se empreguem alguma vez para bons fins: eles são imitados depois sem a escrupulosa atenção das causas com que da primeira vez se justificaram. E concluímos transcrevendo as palavras do judicioso Embaixador da Inglaterra na Corte de Portugal Soutssel na sua Carta de 11 de Novembro de 1667, escrita a Lord Harlington Secretário d'Estado d'El Rei Carlos II na ocasião de outros movimentos populares de Lisboa, que ele tinha visto autorizar pelo Governo. Creio que é conveniente fazer-vos notar aqui. Mylord, que sejam quais forem as mãos em que venha a cair a Suprema Autoridade, certamente será necessário mais de um meio século para reduzir os Vassallos aquele grau de submissão, e de obediência, que devem ao seu Soberano, e em que se achavam antes destas perturbações: porque os mesmos Vassallos se acham em tão grande corrupção, e em tão (167) grande soberba por efeito da imaginação da sua pretendida autoridade (na qual com grande cuidado os têm capacitado com lisonjas introduzidas no seu espírito por diferentes partes, para lhes fazerem aprovar, e sustentar tudo, o que se imagina) que os ditos Vassallos se exprimem nos seus discursos por um modo tão silencioso, como aquele com que se podia imaginar em qualquer República. Deduc Chron e Anal. Pe 1ª §. 686. E parece-nos, que desta sorte temos evidentemente demonstrado, que nunca pode ser verdadeiramente útil a um Soberano, que se autorizam, e festejem as insurreições dos Povos contra os Governos, sejam estes quaisquer que forem: e pouco adiante teremos ocasião de demonstrar com igual evidência, que também nem isso pode ser nunca verdadeiramente útil aos Povos.

Mas não queremos, que alguém se persuada, que amamos o Despotismo, ou que tratamos de adular os Governos opressivos e injustos. O exercício de Poder arbitrário, e a Pública Autoridade dirigida unicamente pela vontade de quem governa sem atender, nem às Leis, nem aos fins da Sociedade Civil, nem aos direitos dos Cidadãos, não pode ser o ídolo a que (167v) prostitua o seu incenso, quem como nós tem sido vítima das apreensões, e tiranias do Governo de Lisboa na ausência da Casa Real Portuguesa, e quem como nós teve a constância de erguer a voz contra ele na Corte do Brasil anunciando-o primeiramente ao dito Governo, quando estávamos ainda debaixo do seu poder. Bastaria isto para remover de nós semelhante suspeita. Detestamos o Despotismo, e os Governos injustos, mas estamos convencidos; de que não convém nunca remediar estes males por meio de insurreições dos Povos, que eles tiranizam. A medicina é muito estragadora, e dolorosa, de maneira, que quase sempre é melhor sofrer o mal da doença, do que o mal do remédio. Ela comumente não produz, senão a mudança dos agentes do Despotismo, passando-se primeiramente para o Governo da multidão, que é o Despotismo de todos, e conseqüentemente o pior dos Despotismos, e caindo-se depois debaixo de um Governo, tanto, ou mais arbitrário, como aquele, que se queira evitar: E finalmente dá-se um péssimo exemplo, que arrisca a Sociedade Civil a sofrer repetidas convulsões Políticas. Pesando-se, pois, a soma dos males, a que sequer (168) acudir, e a soma dos males, que regularmente se encontram no remédio, julgamos, que será sempre muito melhor sofrer um mau Governo, do que pretender remediar isto por meio de uma insurreição dos Povos contra ele; e nem seríamos d'outra opinião, mesmo relativamente ao Governo de Lisboa, de que acima falamos, ainda quando estávamos sofrendo a sua prepotência.

VI Ar credi possit. ultum populum aut. hominem denique in ea conditione, cujus eum peniteat. dicutius, quam necessesit, mansurum?(Como acreditar que algum povo, algum homem enfim quisesse permanecer em uma condição desagradável por mais que o tempo necessário. TITO LÍVIO.

VII Invenal Satip: 8.

VIII A Esquadra do Almirante Cotton, que bloqueava o Tejo desde a ocupação Francesa, sendo a força a mais próxima, a que os Portugueses podiam recorrer em seu socorro, a união de S. A. R. com a Grã Bretanha, e a teimosa luta, em que esta Nação se achava com o Império da França, tudo isto encaminhava a direção de Portugal para a Inglaterra, quando tratava de insurgir contra Franceses: e o dito Almirante, convindo-lhe hostilizar a estes, havia necessariamente de ajudar a Revolução Portuguesa. Daqui nasceram as Deputações, que de diversas partes do **(168v)** Reino se dirigiam ao dito Almirante, e as Proclamações, com que este avivou os movimentos de Portugal. Podem ver-se algumas das ditas Proclamações no Correio Brasiliense Nº 3 pág 246. Nº 6 pág. 438. e na Minerva Lusitana do dia 11 de Agosto.

IX A relação dos ditos movimentos pode ver-se no Correio Brasiliense Nº 1º pág. 10, e Nº 2. pág 91. Se o Príncipe das Astúrias motivou aquelas fermentações populares de Madrid, e de Aranjues, que obrigavam o seu Pai Carlos IV à abdicação da Coroa, como parece coligir-se das Peças Oficiais, que vem no Correio Brasiliense Nº 2. pág. 24, e seguintes, ele foi nisto muito mal aconselhado. Ninguém devia zelar tanto o respeito devido à Majestade, como quem estava tão chegado a ela, e era o Herdeiro de uma Monarquia. Ele fazendo-se Chefe de um partido para extorquir d'El Rei seu Pai e Senhor, por força direta, ou indiretamente com o auxílio da multidão, quaisquer resoluções, que fossem, ensinava aos que haviam de ser Vassallos seus uma terrível lição, e que a ele mesmo podia ser fatal, se algum dia tomasse as rédeas do Governo. E é ditado pela Sabedoria tudo quanto a este respeito escreveu ao mesmo Príncipe o Imperador dos Franceses na sua Carta de 6 de Abril de 1808, que vem no Correio Brasiliense Nº 2. pág. 102. **(169)** A Corte do Rio de Janeiro olhou para aqueles acontecimentos mui sabiamente, quando os tratou de rebelião, e de tumulto contra Carlos IV, como já ponderamos na Nota (5). O dito Príncipe devia lembrar-se, que o maravilhoso edifício da Sociedade Civil é anti-natural, enquanto exige, que a menor força física existente no Governo pese mais do que a maior força física, que reside na grande massa dos Súditos: e que esta maravilha se vê realizada pelo hábito, que se forma na multidão de obedecer e de respeitar a quem exercita a Pública Autoridade, hábito este que a conduz a obrar maquinalmente, sem lhe deixar refletir nas suas forças reais, e nas da que eles imperam: e que em consequência disto, conduzir, ou apoiar o Povo em qualquer ímpeto contra quem governa, é dar-lhe a conhecer, o que ele pode, e dissipar-lhe a ilusão, que segurava a sua obediência, e mantinha a Ordem Social. Depois que o Império saiu da Família de Augusto por deposição de Nero, e que Galba o ocupou por efeito das tumultuárias aclamações dos Soldados, muito dilatados anos passaram sem que houvesse nenhum outro modo de o conseguir, que não fossem as comoções dos Exércitos, os quais depunham os Imperadores com a mesma facilidade com que os elevam: conheceram uma vez o seu **(169v)** poder, e custou-lhes muito a esquecer-se dele. Se os posteriores acontecimentos não tivessem feito acabar ao dito Príncipe tão cedo a carreira da sua Soberania, é provável, que outros tumultos o obrigassem a convocação de Cortes, que outros lhe fizessem sobrescrever involuntariamente, e por medo, às limitações dos seu Poder Real, e que outros, e outros conduzissem a Espanha aos mesmos excessos da França para com o seu Soberano. As paixões são a primeira origem dos nossos erros, não nos deixando ver nos sucessos senão aquela face, que as lisonjeia, e escondendo-nos a outra que nos faria horrorizar deles. A excessiva, e

rápida fortuna do Príncipe da Paz, e o desmedido favor dos Reis Católicos para com ele, excitavam muitas e veementíssimas paixões em Espanha, que impediam de ver outra coisa, que não fosse as suas humilhações. Mas o seu valimento era muito menos fatal a todos os que com ele se mortificavam, do que lhes havia de ser o abatimento do valido contra a vontade dos Soberanos, e a força dos impulsos da multidão.

X Será a propósito referir aqui uma anedota, que passou conosco, porque ela mostra qual era o espírito da Tropa Espanhola para com os Franceses, e ainda antes de aparecerem as comoções da Espanha. **(170)** Quando o General Táramo entrou no Porto com seu Exército o Chanceler, que servia de Governador das Justiças, mandou cumprimenta-lo em nome da Relação da dita Cidade, por uma Deputação composta de seis Desembargadores, e nós entramos no número dos ditos Deputados. Chegando ao Quartel General fomos recebidos por um Oficial de Estado-Maior, que nos entreteve civilmente no pouco tempo que o General se demorava a vir nos falar: e o dito Oficial, logo depois das primeiras civilidades, estando junto de nós perguntou-nos = Mas que é isto? Vós sabeis dizer-me, a que fim nós vimos a Portugal! Surpreendidos com semelhante franqueza, e receando que ela fosse um laço para nos sondar, respondemos essa é boa = ! A vós que vindes é que eu deveria perguntar isso = Ao que ele nos tornou = Nós ignoramos, mas eu creio, que Franceses de cá, e Franceses de lá, nos faremos cruces na boca = o General chegou, e terminou-se aquele Diálogo, mas nos tratamos subsequenteemente todos os Officiais do dito Exército, dos quais alguns fizeram depois grande figura na Revolução, como foi o General Blake; conhecemos que eram iguais os Sentimentos de todos eles; e que a referida abertura não fora artifício, mas uma erupção natural do que borbulhava no ânimo **(170v)** do dito Oficial.

XI Os sucessos políticos da Espanha, que produziram a Aclamação de Fernando VII seguiram-se muito pouco tempo depois das Ordens de Carlos IV para se retirarem as suas tropas de Portugal, e esta proximidade fez com que algumas delas se achassem ainda na Província do Minho, quando aquele Soberano começou a reinar: Ele fez pois conservar na dita Província as que ainda se achavam nela, e reverter algumas das outras, que já haviam entrado na Galiza, mandando-lhes, que estivessem às Ordens do General Junot, e cedendo assim do capricho que Carlos IV tinha insistido, relativamente ao seu comando. Conhece-se obviamente, que tudo isto eram sacrifícios feitos ao Imperador, para o conduzir a reconhecer, e apoiar a mudança da Soberania de Espanha: mas é notável, que sendo os procedimentos de Aranjuez contra o Príncipe da Paz, que trouxeram a abdicação de Carlos IV, pretextados e aplaudidos pelo Povo Espanhol, como dirigidos contra o valido, infamada de estar vendido aos projetos da França; delas resultassem imediatamente condescendências da nova Corte de Madrid a Paris, que se não tinham podido conseguir enquanto reinava Carlos IV, e que apesar delas se continuasse a supor, que a dita alteração da Soberania **(171)** Espanhola era em desvantagem da França.

XII O Marechal D. Domingos Belestá depois de presos os Franceses no Porto, e antes de partir para a Galiza fez juntar no seu Quartel General alguns dos Portuguezes empregados nas Governanças da Cidade, no Serviço Militar, e na Administração da Justiça; e expôs-lhe, que ele se retirava com o seu Exército, levando os Franceses, que ali estavam exercitando a Pública Autoridade; e que livre assim a Cidade da força que a oprimia, devia escolher, se queria continuar na obediência do Governo Francês, ou aclamar o Príncipe Regente Nosso Senhor, ou tomar outra qualquer situação Política, porque ele a deixava inteiramente na sua liberdade. Quase que não houve discordância alguma em pareceres; convieram todos, em que se tratasse de consultar só a vontade, ela era uniforme em

quererem todos ser Portugueses, e governados como antes, pelo seu Soberano, que se retirara para o Brasil: mas para isto se requeriam grandes forças, as quais faltavam, e que sem elas seria frustrada qualquer resolução, que se tomasse contra os Franceses, que ocupavam com um Exército a Capital, e a maior parte do Reino, mas que ela se voltaria em manifesta ruína da Cidade, e das Povoações, que o seguissem, sendo todos oprimidos, **(171v)** e castigados severamente pelo Governo Francês.

Não é possível censurar este acordo: por uma parte a consideração das grandes forças Militares da França, e da sua preponderância no Continente, que tirava todas as Esperanças de diversões poderosas, e duráveis em auxílio das Operações da Península, e a qualidade Oclocrática que tinha a Revolução de Espanha, e que a privava do centro de unidade, necessário para lhe sustentar a força que lhe era natural, tornava sumamente difícil o empenho de recuperar a Independência, Nacional Portuguesa, de uma maneira permanente; e pela outra parte, olhando-se os grandíssimos perigos, que se seguiriam se ele se malograsse, não era possível, que esquecesse aos poucos Portugueses juntos naquele congresso, que eles não tinham uma representação legal, e suficiente para resolver naquele assunto, expondo pela sua vontade individual aos ditos perigos toda a Cidade, e todas as mais Povoações, que, ou o exemplo, ou a força da Cidade atraísse a segui-la.

Mas se se considerasse, que os movimentos da Espanha se haviam de comunicar provavelmente ao Povo Português de todo o Minho, pelo natural contágio da Oclocracia, **(172)** e que o risco do bom sucesso, os males públicos cresciam muito no caso em que a Revolução partisse do Povo: se estas considerações tivessem feito tomar um, outro acordo, e se obtivesse do General Espanhol, que ele deixasse na Cidade um Corpo de mil, ou dois mil homens dos do seu Comando, para sustentarem nos primeiros dias as determinações, de quem tomasse o peso da Pública Administração: se obtido isto, se declarasse a Independência da Cidade, e Província, por essa Autoridade constituída, e sustentada com a dita força, e ela fosse dotada de conhecimentos necessários para dirigir tão grande empenho, e da energia precisa para a conduzir sem medo; neste caso, e só neste caso é, que da dita Cidade podia partir uma convulsão Política, que fosse realmente temível à França. Nos Arsenais da Cidade, e da Província havia mais de 100.000 espingardas, um grande Trem de Artilharia, muitas munições de guerra, muita riqueza; uma População, que podia fornecer em poucos dias um Armamento de mais de 50.000 Militares em estado de obrar, aproveitando-se os que tinham servido na Tropa de Linha, desde 1796, em que os Regimentos se puseram no pé de 1600 Praças, e os Milicianos, os quais ainda que tivessem **(172v)** sido desarmados pelos Franceses existiam na Província.

As outras duas Províncias do Norte, a Beira e Trás-os-Montes, mais separadas pela força estrangeira, seriam obrigadas a ceder à Província do Minho unindo-se à sua causa regularmente, e sem ser por comoções Populares: e isto podia impor também a Galiza, para dirigir a sua Revolução, que tendo começado Oclocrática poucos dias antes, ainda não tinha inveterado o hábito da Oclocracia, que por isso podia ser facilmente corrigido. Se debaixo deste Plano se aproveitassem discretamente os auxílios da Inglaterra, que infalivelmente os havia de prestar pelo próprio interesse na luta, em que estava com a França, havendo a grande oportunidade de os receber em toda a Costa da Galiza, do Minho, e da Beira, o Exército Francês, que estava em Portugal, seria obrigado a capitular com os Portugueses, e mais prontamente, do que foi; haveria alguma grande força Militar Portuguesa, que auxiliada da Inglesa fosse obrar nos Reinos da Espanha, com os seus Exércitos, que então havia, obrigando os Franceses a passar para além dos Pirineus, enquanto lhes não vinham novos reforços do centro **(173)** da França. Devia-se então ter em vista, que uma coisa era aquele movimento contra os Franceses, e outra a

guerra, que depois havia de sustentar-se contra eles: que naquele movimento inesperado não estavam os Corpos Franceses combinados de modo, que uns apoiassem os outros; e isto por isso mesmo, que eles o não esperavam: e que portanto lhes faltava a unidade; que havia de duplicar depois as suas forças, quando chegando novas Tropas, a sua guerra começasse debaixo de um sistema Militar: e que se era provável, que naquelas circunstâncias, os pontos essenciais dos Pirineus caíssem nas mãos do Peninsulares, e lhes fizessem possível ao depois com inferiores forças repelir as superiores da França, na curta Fronteira, em que estas os podiam atacar; lhes havia de ser impossível levar ao fim o seu empenho, se caminhando lentamente naquele momento, tivessem de contender depois no interior da Espanha com a muito superior força Francesa, dirigida militarmente, de modo que uns Corpos servissem de apoio aos outros. Tudo o que fosse acelerar, ou retardar nos primeiros meses da **(173v)** Revolução os seus resultados na Península, era tornar a empresa, no primeiro caso fácil, e no Segundo impossível.

Acrescia que desta sorte, e só desta sorte é que Portugal evitaria os subseqüentes rompimentos populares, livrando-se de passar por uma Revolução Oclocrática, a qual era o maior dos males, que os ameaçava; porque fazendo, ao menos por um tempo, que a multidão exercitasse a Pública Autoridade, a havia de tornar subseqüentemente orgulhosa e indócil a todo Governo regular, deixando, por muito dilatado período de tempo, o solo Português infectado com todas as terríveis emanções da Oclocracia, inteiramente destrutoras do Sistema da Organização Social, e diametralmente opostas ao bom êxito de uma empresa sumamente difícil, como era a vindicação da Independência Nacional Portuguesa contra o Império da França. Nas épocas difíceis para a República Romana, apesar de todo o seu zelo pela liberdade, um Ditador exercitava ilimitadamente o Público Poder: tanto se conhecia em Roma, que os grandes perigos dos (174) Estados necessitavam da concentração do Governo, e conseqüentemente, que a Oclocracia, e todas as suas emanções eram um veneno em semelhantes crises. Pode ser que até a Oclocracia Espanhola se corrigisse inteiramente, se a Revolução no Porto começasse na forma sobredita; porque a Organização da força Militar Portuguesa, obrando na Espanha contra os Franceses, provavelmente havia também de suprir ai o Império das vontades individuais dos Cidadãos, que tanto prevaleceram naqueles Reinos, e tanto com proveito dos inimigos. E pelo menos, poupar-se-iam a Portugal os males, que lhe vieram da direta, ou indireta intervenção do Povo na Pública Administração, e de que muitos exemplos desgraçados oferecerá a História Portuguesa desta Revolução.

XIII Este assento ou Ata, nunca se imprimiu; mas nós o vimos, e é datado do dia 18, e assinado pelo Clero, Nobreza e Povo, que assistiu. O seu conteúdo foi substancialmente publicado em um Edital datado do dia 19, e assinado pelo Bispo Presidente da Junta, o qual se imprimiu, e se acha nas Coleções dos Editais Proclamações, e Decretos da Junta. Ele dizia = ...que o Governo Francês se acha inteiramente abolido, e (174v) exterminado deste País, restituída nele a Real Autoridade do Nosso Legítimo Soberano, a qual será executada plena e independentemente pela sobredita Junta, enquanto não for restituído o Governo, instituído neste Reino por S. A. R. = Em conseqüência deste estabelecimento, assim temporário pela sua mesma constituição; continuou-se a intitular aquele Corpo Governativo = A Junta Provisional do Governo Supremo = como consta dos seus Decretos e Editais. E fazemos esta observação, porque nos há de ser necessário, quando tivermos de falar da restituição do Governo deixado pelo Príncipe Regente Nosso Senhor, e a qual se fez em Lisboa no mês de Setembro seguinte. Pode ver-se também o dito Edital no Correio Brasiliense N^o 2. pág. 147.

XIV Em atenção a isto é, que nós julgamos que a Oclocracia se deve dividir em Manifesta e Dolosa. Na primeira espécie a multidão apreende o exercício da Soberania, e a proclama ao mesmo tempo, que ela lhe pertence: o seu modo de proceder vai conforme com a sua teoria. Assim na Revolução Francesa, quando o Povo se atribuía a Soberania, e obrava como se o seu exercício lhe pertencesse, estava teórica, e praticamente Oclocrático, e a sua Oclocracia era manifesta.

Na segunda espécie a multidão a **(175)** apreende o exercício da Soberania, e ao mesmo tempo aclama uma outra, sendo os seus fatos manifestadamente contraditórios com as suas palavras. Assim na Revolução Portuguesa, quando o Povo. Obrava, como se lhe pertencesse o exercício da Soberania, e juntamente aclamava a da Sereníssima Casa de Bragança, estava só praticamente Oclocrático, e a sua Oclocracia era Dolosa, porque não aparecia manifestadamente, antes se cobria com palavras, que excluía aquela enfermidade. E vejamos permitido usar desta divisão no sentido, que expomos, do mesmo modo que a Medicina classifica as moléstias como Manifestas, e como Dolosas em atenção a aparecem elas umas vezes francamente com os caracteres externos, que lhes correspondem, e outras vezes sem que estes se deixem perceber à primeira vista.

É evidente, que é mais fácil de conhecer a primeira das ditas espécies, do que a Segunda, da mesma sorte que é mais fácil a qualquer Médico capitular as moléstias Manifestas, sendo reservado para os mais hábeis, e consumados Professores conhecer as Dolosas, enquanto elas conservam esta natureza. Mas também é mais fácil curar a Segunda, do que a primeira; **(175v)** porque nesta é necessário corrigir a prática e a teoria, os hábitos, e o Sistema, visto que nenhuma, e outra coisa consistem a enfermidade: e naquela só a prática, e os hábitos são viciosos, existindo sem a teoria, e o Sistema; o que mesmo subministra um grande auxílio para extirpar o mal. Para curar a moléstia na primeira espécie, é necessário remontar aos princípios da organização Social, fazer a sua Anatomia, analisar quais são as suas partes, e as suas ações, que competem a cada uma delas, e mostrar com exemplos, como se padecem gravíssimos males, perturbando-se aquelas partes daquele todo no exercício das suas respectivas funções: para que desta sorte se conheça, que é manifestadamente absurda, e sumamente danosa, a existência do poder Governativo nas mãos da multidão. E que difícil empresa! Quando se trata de ilustrar o Povo, em matérias tão abstratas, estando ele preocupado com as suas teorias, que lhe atribuem a Soberania, e necessariamente muito afeiçoado a sustentá-las! Julgando o Povo, que a sua saúde consiste naquilo mesmo, que é a sua moléstia, e conseqüentemente estando disposto a rebelar-se contra todo o curativo! Mas se este remédio lhe não aproveita, assim mesmo difícil como ele é, não há nenhum **(176)** outro senão deixado cansar de sofrer os estragos filhos da Oclocracia, que hão de conduzindo à docilidade necessária, para ser governado, e para se sujeitar, a quem quer que em tais circunstâncias se apresentar à testa da Pública Administração. Isto é tão natural à condição dos homens cansados de padecer os excessos da licencia popular, que na República Romana todos, os que conceberam projetos ambiciosos, os Pompeus, os Crassos, e os Césares trabalharam por semear a anarquia, como observa Montesquieu: *Grand, et Decad da Romains* Cap. 13. Eles procuravam assim desgostar do seu poder ao mesmo Povo, para que ele se lhes entregasse, reconhecendo como insuportáveis os inconvenientes do Governo Republicano.

Na segunda espécie, nem é necessário o uso daquele difficilimo remédio, nem também esta estragadora Medicina de deixar cansar o Povo de sofrer os males da sua mesma dominação: porque o seu curativo está em se lhe fazer notar a contradição, que há em reclamar essa outra Soberania, obrando ao mesmo tempo, como se ele fosse o Soberano. Na Revolução Portuguesa, por exemplo, bastava meter constantemente aos olhos do Povo,

que se **(176v)** era aclamada a Soberania do Príncipe Regente Nosso Senhor, seria indubitavelmente absurdo, e criminoso atribuir-se à multidão direitos, de que nunca tinha usado, antes, que o Mesmo Senhor se retirasse para o Brasil; não podendo isto deixar de lhe ser muito sensível, e muito veemente para o comprimir.

Estas mesmas considerações nos encaminham a observar, que assim como a Oclocracia Dolosa se cobre com véus não Oclocráticos, sendo necessário não confiar só nas aparências, para se conhecer se a Sociedade está, ou não enferma daquela moléstia, da mesma sorte acontece, que algumas vezes aparecem véus; e exteriores Oclocráticos, sem que contudo exista a Oclocracia. Quando concluída a primeira Constituição Francesa, e aceita por Luis XVI, se dissolveu a Convenção Nacional, estabelecida a Assembléia Legislativa, apareciam todos os exteriores anti-Oclocráticos, e parecia ver-se a organização de uma Monarquia temprada: mas quem deixaria de conhecer, que estes exteriores eram véus da Oclocracia, que triunfava em Paris refletindo, que os Oradores da Assembléia subiam continuamente à tribuna para recitar Filipicas contra os Reis: refletindo que todos os Clubes, e que todos os lugares públicos **(177)** ressoavam aclamações fogosas, e acusações violentas contra o Monarca, e a sua família: refletindo que no dia 20 de Junho de 1792 uma multidão desenfreada forçava as Tulherias, e oprimia o Rei de injúrias, e ameaços: refletindo que demitido [Jerônimo] Petion [de Villeneuve] do exercício de Maire pela Administração do Departamento, com o motivo de haver favorecido as desordens do dito dia, e sendo confirmada pelo Rei a sua destituição, ele fora com suma ousadia advogar pessoalmente a sua Causa, gritando o Povo por todas as ruas ao tempo, que ele passava,, [Jerônimo] Petion [de Villeneuve], oula mort.!,,: E que o Corpo Legislativo assustado pela fúria popular cedera aos seus impulsos, anulando o Decreto do Departamento: refletindo, que poucos meses depois esse mesmo Povo gritava por toda a parte com igual efervescência, [Jerônimo] Petion [de Villeneuve] et sés amis à la mort! Refletindo em que assim assustados constantemente o Rei, e o Corpo Legislativo, que ostensivamente ocupavam o Governo, temiam, e condescendiam com a multidão em todo o momento: refletindo, que quando Lafayette deixando o Exército veio a Paris para tentar a compreensão da Licencia popular, e falou ao Corpo Legislativo com toda **(177v)** a firmeza contra os facciosos, que oprimiam a Constituição, a multidão chegou mesmo a impor susto à Guarda Nacional, com que o General contava, de maneira, que ela não ousou ajudar os seus esforços: refletindo-se em toda esta espantosa série de acontecimentos tumultuários, que produziram a proscrição da Monarquia, e a morte do Soberano, partindo todos eles da população, e sendo esta quem ditava a Lei, ninguém deixará de reconhecer a Suprema Autoridade ocupada pela multidão, e consequentemente o império da Oclocracia, fossem quais fossem os exteriores, que a disfarçassem.

E pelo contrário, que Constituição Política existiu jamais revestida de tantos exteriores Oclocráticos, como foi a Francesa de 1793? Pode dizer-se, que nela estava mesmo sancionada a permanência de insurreições parciais, pelo constitucional estabelecimento dos Jacobinos, e de todos os outros Clubes, que lhe eram filiais, pelo poder concedido às Comuns, pela freqüência das Assembléias das Sessões, e pela obrigação, que havia de fazer aceitar todas as Leis pelo Povo. Tudo isto conspirava para acrescentar a influência popular na Suprema Administração **(178)** de maneira, que não temos idéia de organização alguma Social, que revestisse a multidão de mais poder, do que era esta, não havendo nenhuma outra, que lhe atribuisse tão grande parte da Soberania. Entretanto esta Constituição foi somente destinada a cobrir a tirania com um véu Democrático, e foi a que existiu quando a França era regida pelo Governo Revolucionário, o mais absoluto, e independente, que pode jamais haver. Ele era confiado inteiramente a duas Juntas, compostas cada uma de doze

membros, e que tinham os títulos de Junta da Saúde Pública, e de Junta da Segurança Pública. Seu poder estendeu-se tanto, que a mesma Convenção Nacional, que representava o todo da Nação, cedeu da sua inviolabilidade, dando às ditas Juntas o direito de prender os seus Deputados. Toda a França ficou comprimida debaixo do terrorismo deste Governo, e Robespierre, que se constituiu seu Chefe, dispôr arbitrariamente das propriedades, da indústria, dos braços, do ouro, e do Sangue de todos os Franceses. Nada menos existia em França, do que o governo da multidão; Robespierre era quem governava, sendo as comoções populares dirigidas **(178v)** por ele, e como um instrumento de sua dominação.

Na primeira Época, que descrevemos, a multidão dominava debaixo das aparências de uma Constituição Monárquica; aqueles a quem era confiado o Governo temiam o Povo, e obedeciam-lhe. Na Segunda Época o Povo debaixo das aparências de uma Constituição Oclocrática era governado pela individual vontade do Ditador, e obedecia ao seu absoluto poder: Na primeira época as comoções populares eram armas contra o Governo, na Segunda eram armas do Governo. Nenhum Estado houve menos Democrático, do que a França nos tempos de Robespierre: é por isso que ela ostentou uma tão grande força, que encheu de espanto a toda a Europa. Sem um governo tão central e enérgico era impossível, que a dita Nação resistisse aos grandes perigos, que então a cercavam. Coburg nos Flandres Senhor de Condé e de Valenciana, avançando até Landreczs, e Wimpffen com um Exército de descontentes chegando a vinte léguas de Paris. Bordéus armando-se para vingar a proscrição dos Gerondinos seus representantes: Leão revoltado, e juntando **(179)** dentro das suas muralhas uma multidão de descontentes que faziam um terrível foco de insurreição: O Rei da Prússia depois de lançar fora os Franceses de Frankfurt., Senhorando-se de Mogúncia, os Prussianos, e Austríacos reunidos ao Príncipe de Condé, tendo forçado as Linhas de Veissemborg, e provocando a emigração de cinqüenta mil Alsacianos: Landaw bloqueado, Strasbourg ameaçado, os Ingleses, e Espanhóis reunidos Senhores de Toulon, julgando-se no momento de se apropriarem de todos os departamento Meridionais: basta saber, que tal era a situação Política da França, e que ela não sucumbiu a tão poderosos inimigos, para se conhecer, que a multidão não governava, e que havia um governo concentro, e com unidade, fossem, quais fossem os seus exteriores. E se for necessário outro exemplo, nós o teremos no Paralelo de Seylla, e de Augusto, que Montesquieu traçou em muito breves linhas, Grand et Decad des Romains Chap 13. Seylla parecia encaminhar-se ao Reinado, porém no meio de suas violências luzia o espírito Republicano, com todos os seus Regulamentos ainda que executados como, se ele fosse um Déspota, tendiam sempre a uma certa forma de República, e por isso ele demitiu um dia a Ditadura espontaneamente, **(179v)** tendo conduzido à força os Romanos para a Liberdade, como se explica o dito Ilustre Escritor. Augusto pelo contrário falava sempre na dignidade do Senado, no seu respeito para com a República, e pedia no fim de cada dez anos, que o aliviassem do peso do Império, mas de modo que o conservou sempre: e apesar de todos aqueles exteriores, quem analisa as condições de Augusto, e os seus Regulamentos, conhece, que todos eles se encaminhavam visivelmente ao estabelecimento da Monarquia. Contudo, os exteriores iludiam o Povo, e enquanto Seylla fortificava a República, todos temiam cair debaixo do poder Real: e enquanto Augusto consolidava o Reinado, não havia Susto algum deste estabelecimento, falando todos somente da restituição da liberdade, que atribuíam aos destinos do Imperador. Tanto é necessário ao Político não confiar nas aparências! E discorrer sempre conhecendo o espírito dos acontecimentos, de que trata! Não foi somente na História moderna, que um Soberano destinando-se a seguir, quando reinasse, a Política de Maquiavel, começou por escrever o anti-Maquiavel. O que será porém singular na História de todas as Cidades, há de ser o espírito, que **(180)** dirigiu o

Governo de Lisboa no curso da Revolução Portuguesa de 1808. Nós o havemos de ver seguidamente, e ao mesmo tempo nutrindo a Oclocracia, e tremendo dela. Faltava este contraste para formosear o grande quadro dos sucessos Políticos do Mundo. Na primeira Época da França, que acima descrevemos, o Governo estava sempre assustado, temendo, e obedecendo à multidão. Mas não era ele quem animava a Oclocracia. Na Segunda o Governo assoprava as comoções populares, mas não era para lhes obedecer, e para se sujeitar a elas, antes para as fazer servir aos seus fins. E coube privativamente ao dito Governo de Lisboa, o unir as duas circunstâncias de fomentar a Oclocracia, e de tremer diante dela: de fazer agitar a multidão, para depois espreitar quais eram os impulsos da sua vontade, e obedecer-lhe cegamente, como há de mostrar toda a carreira da sua Administração.

XV Basta um leve conhecimento da História, e alguma reflexão para se conhecer a ligeireza, com que no meio do insensato orgulho Democrático, se proferiu esta preposição pela primeira vez, e tem sido ao depois repetida por esta máxima parte dos homens destinados unicamente (180v) para serem o eco dos outros. Quais foram os dias militares mais brilhantes para Roma, e Cartago; estas duas maiores Repúblicas, que o Mundo viu, e que por isso nos podem servir melhor do que algum outro Estado para calcular as forças das Nações, comparadas com as guerras dos Reis? Esses seus dias militares mais brilhantes foram os das Épocas em que elas se governavam Monarquicamente. Hannon, Hamilcar, Aníbal, Asdrúbal eram como Generais verdadeiros Monarcas de Cartago, e foram o mesmo em Roma, ou tivesse, ou não o nome de Ditador os Camilos, os Fábios, os Tlaminios, os Scipioens, os Metellos, os Paulos-Emílios, os Mários, os Pompeus, os Césares, e os Augustos. Eles reuniram nas suas pessoas todo o Poder do Estado, ou pelas suas Virtudes, ou pela usurpação, e sempre por um merecimento pessoal, que os fazia decididamente superiores aos outros seus Concidadãos. Pode dizer-se o mesmo da moderna República Francesa: a sua Força Militar, nunca sobressaía tanto como nos tempos em que ela teve um Governo Ditatório tal qual foi o de Robespierre (Not. 14), e naqueles que seguiram ao Consulado, pelo qual se regenerou o Governo Monárquico.

Como apareceu essa superioridade **(181)** das guerras das Nações nas Repúblicas das duas Grécias, e da Ásia Menor, que não puderam conservar a sua existência, senão por poucos Séculos, e que foram depois conquistadas pelos Monarcas da pequena Macedônia? Entretanto a China, o Indústão, a Pérsia, a Turquia, a Rússia, a Alemanha, a França, a Espanha, a Suécia, a Dinamarca, governadas Monarquicamente desde que se conhecem, tem conservado a sua existência Política por muito mais dilatado espaço de tempo, apesar do grande número das suas revoluções momentâneas. Qual das Repúblicas modernas da Europa teria cem anos de existência, pela sua própria força Militar? Qual não teria acabado muito mais cedo, se o ciúme dos seus vizinhos, e a Política da Europa lhes não tivesse garantido a existência para que o seu território não fosse engrandecer algum outro Estado? Por que razão apesar dessa grande decantada superioridade Militar das guerras das Nações, comparadas com as dos Reis, se não conservaram as Repúblicas Cisalpinas, Transalpina, e Helvética plantadas com tanto entusiasmo dos Povos? Por que razão deixaram todas elas de existir, logo que assim o quis a França já **(181v)** Monarquia?

Consulte-se a experiência de todos os Estados, e há de reconhecer-se infalivelmente, que as Monarquias são muito mais próprias para atacar, e para se defender, do que os Governos Republicanos: que as guerras dos Reis são, as que apresentaram sempre maiores resultados.

E se quando se engrandecem as Guerras das Nações, se consideram aqueles infelizes tempos, em que cada um dos Cidadãos obra

individualmente contra os Inimigos, como se a cada um deles, considerado singularmente, pertence-se o direito da Guerra, aqueles infelizes tempos, em que cada um dos Cidadãos arroga a faculdade de hostilizar quando, e pelo modo que lhes agrada, elas não foram nunca ver operações, que ostentem força porque necessariamente lhes há de faltar a unidade, e porque a experiência ensina, que assim no Mundo físico, como no Mundo moral somente a união das forças, obrando homogeneamente, é que produz as grandes forças, não podendo elas empregadas segregadamente **(182)** apresentar jamais um resultado igual ao outro, que produziriam se obrassem juntas. Se em alguma coisa é preciso um Chefe, e com poder ilimitado é quando se trata de dirigir a guerra, porque ela exige uma Severíssima disciplina, e a mais exata obediência dos Soldados, e de todos os aqueles, e que lhes hão de executar as Ordens do General; e ainda que a manutenção destas circunstâncias nutra o Despotismo, ele é então menos perigoso do que esta Licença Oclocrática, que para me explicar assim, concede a cada um dos Militares o direito de examinar a conduta e as Ordens dos seus Superiores. Ainda quando o sucesso era feliz, os Generais Romanos castigaram com a morte dos próprios filhos da liberdade, que eles se tinham arrogado de pelejar sem serem mandados pelos Chefes: eles conheciam que não podia haver uma vitória tão interessante, que compensasse a ruína da disciplina Militar, e seguindo constantemente este princípio é que eles poderão subjugar quase todas as outras Nações conhecidas no seu tempo, estabelecendo o maior Império, que viram todos os Séculos.

E se isto é assim, que consideração **(182v)** Militar se pode atribuir às Guerras dos Povos, em que cada um dos particulares usa do direito de obrar contra o Inimigo pelo seu individual conselho, e deliberação? Ainda quando todos eles sejam animados da maior coragem, esta há de ceder à disciplina, porque o valor não sendo governado, só produz desordem; e se a impetuosidade aproveita alguma vez, ela é desarranjada, apenas encontra resistência, e sendo repelida desaparece logo, e é substituída pelo pavor. Só o hábito Militar é, que ensina ao Soldado a firmeza, a reunião depois do desastre, e o sentimento antinatural ao homem de olhar com sangue frio para os perigos. E quando na Guerra se emprega somente o valor, morre-se muitas vezes sem utilidade alguma, ao mesmo tempo que o Guerreiro disciplinado não oferece nunca a sua morte à Pátria, sem proveito dela. São pois os Exércitos, os Corpos regulares de Milícia, os que fazem a Guerra com vantagens, sendo eles os que obram nas Guerras dos Reis, é preciso fechar os olhos à razão, e à experiência para lhes preferir as Guerras dos Povos no sentido, em que proximamente **(183)** as temos considerado.

Esta idéia de fazer cada um dos particulares ao Inimigo todo o mal, que pode, regulando-se para esse fim inteiramente pelo seu arbítrio singular, esta idéia é muito própria do Povo, o qual nem conhece a diferença, que há entre uma bulha, e uma guerra, nem sabe refletir, que mesmo nas bulhas três, ou quatro homens combinados, e instruídos no jogo das Armas, de que usam, obrigam a fugir diante da sua disciplina o duplo do seu número. O Povo em quase toda a parte está muito vizinho ainda do estado Selvagem, se excetuarmos o exercício das profissões de que cada um usa. Excitados por estas exortações, diz Mr. Robertson Histoire de l'Amerique Liv. 4º tom 2 pág. 296. Edit. Amsterd. 1779. excitados por estas exortações os Selvagens mais robustos lançam mão das suas Armas, transportando-se de furor.... guerreiros particulares juntam muitas vezes pequenas tropas, e vão atacar uma Tribo inimiga, sem consultar os Chefes da povoação. Um único guerreiro por um movimento, ou de capricho, ou de vingança se põem muitas vezes em campo só, e caminha muitos centos de milhas, para surpreender. (183v) e matar alguns Inimigos. As façanhas de um Guerreiro nestas excursões solitárias, fazem muitas vezes a parte principal da História de uma Campanha Americana, e os Chefes toleram estes rasgos irregulares de coragem, porque eles tendem a sustentar o espírito Marcial.

e acostumam o povo à audácia, e ao perigo. Mas quando se exercita uma Guerra Nacional empreendida por Autoridade Pública, delibera-se a respeito dela regular e lentamente. Os mais velhos se ajuntam, expõem as suas opiniões em discursos solenes, pesam maduramente a natureza da empresa, e discutem as suas vantagens, e desvantagens com muita prudência, e sagacidade Política... Se aduizam [Sic] é pela guerra ela é preparada com muita cerimônia. Apresenta-se um Chefe para dirigir a expedição, e ele é aceitado.... Assim expõe o dito Ilustre Escritor qual era a maneira de proceder na guerra entre os Selvagens da América; e quando compararmos com esta descrição a guerra da Península contra os Franceses, os constantes louvores, com que todos os Periódicos, e todos os Escritos do tempo louvavam as excursões dos particulares **(184)** sobre os inimigos, a confiança, que supunha nestes esforços singulares, e o entusiasmo com que o Público, e os Governos o assinavam, não poderemos deixar de reconhecer a uniformidade das idéias, que sobre a guerra tinham os ditos Selvagens, e os Peninsulares. Pois como? No décimo nono Século as Espanhas tão adiantadas em civilização, comparadas enquanto ao seu Sistema guerreiro com Povos tão pouco civilizado? Nada, com efeito, é menos digno de admiração, dominando na Península do Império da multidão, porque enquanto aos conhecimentos do que convém, ou não convém na guerra, a civilização do Povo é quase igual à civilização dos Selvagens.

E ninguém ouse dizer, que preferindo-se às Guerras das Nações às Guerras dos Reis se queira inculcar a influência do espírito Público, quando ele vai de acordo com as operações do Governo: porque a proposição, que analisamos, nem mesmo entendida neste sentido se torna mais tolerável, ou menos absurda; para não ser assim era preciso, que o espírito Público nunca fosse de acordo com as Guerras dos Reis, e fosse sempre de acordo com as Guerras dos Povos, ou pelo **(184v)** menos, que fosse mais vezes de acordo com estas, do que com aquelas, e as seguintes reflexões mostram, que semelhantes hipóteses são inadmissíveis. Os Franceses entram na Espanha, e em Portugal, e irritam os Povos destas duas Nações, os quais tomam as armas para repelir a sua dominação. Eis aqui uma Guerra dos Povos, de que se anunciam, e de que se esperam grandes resultados, porque ela vai de acordo com o espírito Público. Mas se nessas mesmas circunstâncias cada uma destes Estados tivesse um Rei, que rompesse na Guerra contra a França, pelo mesmo motivo, não iria também, e do mesmo modo o espírito Público conforme com essas Guerras dos Reis? A rivalidade, que subsidia entre os Espanhóis, e Portugueses, não fez, com que o Espírito Público fosse sempre de acordo com as Guerras dos Monarcas de Portugal contra os Monarcas de Espanha? Logo o acordo entre o espírito público, e a guerra não vem dela ser proclamada pelos Reis, ou pelos Povos, mas da coisa, que a produz, e do fim, a que se dirige.

E que coisa é o espírito Público? É o resultado, ou a soma do espírito dos particulares, que compõem a Nação, e **(185)** conseqüentemente a influência do espírito Público na guerra quer dizer o mesmo, que a influência da vontade com que os Cidadãos individualmente considerados entram, ou não entram na guerra: e atribuem-se grandes resultados ao dito espírito Público, quando ele vai de acordo com a guerra, porque parece que existindo ele todos os grandes sacrifícios, que então são necessários da parte dos ditos Cidadãos se hão de facilitar muito, visto que querendo eles o fim hão de prestar-se necessariamente a fornecer os meios. Mas a experiência de todos os dias mostra a ilusão destas esperanças. Quando se trata de coleções de homens querem eles certos fins, não é argumento infalível de haverem de empregar individualmente todos os meios, que estão em seu poder para estes se obterem. Cada um deseja o fim, mas também deseja empregar, para o conseguir, o menor preço, que lhe for possível. Quando o navio no meio da tempestade precisa de alijar um parte da carga para evitar o naufrágio, todos os passageiros desejam o alijamento, mas cada um

procura evitar, que a sua carga seja aliviada. Cada um quer que se evite o naufrágio, mas estima ainda mais isso, se ele se evitar à custa dos outros. Sucede, portanto, que **(185v)** cada um toma sobre si menos, que pode, se isto depende do seu arbítrio, e que a soma das forças empregadas não é igual à soma das vontades. Eis aqui a análise do natural caráter dos homens, a qual desvanece a ilusão, que prometia um grande, e espontâneo emprego das forças individuais dos Cidadãos a proveito da guerra, que tinha por si o espírito Público.

Falando portando geralmente o dito espírito Público, quando se trata de coleções de homens, e do emprego do seu trabalho, ou dos seus Cabedais produz somente vontades inertes, e é unicamente dado, a força dos Governos, a produzir nas ditas circunstâncias vontades ativas. Toda a Península grita, que é necessário exterminar os Franceses, que não pode haver mal superior à sua dominação: mas tratando-se de subministrar para este trabalho, e cabedais, custa a fazer os Recrutamentos, e a conseguir os subsídios, e não é porque não queriam todos o fim, mas sim porque deseja cada um consegui-lo com a sua menor despesa; e o próprio interesse de que parte este sentimento persuade também a cada um que a falta, ou admiração do seu concurso não há de obstar, a que se consiga o resultado, que entra nos desejos de todos. Se os Governos descansarem na **(186)** espontânea ação dos Cidadãos há de achar-se sem Exércitos, e sem Erários. E se concorre algumas vezes espontaneamente grande número de pessoas para o Serviço Militar é, ou porque ele lhe oferece melhor subsistência, do que lhe daria outro algum exercício, ou porque essa vida lhe promete a licença, e mais ocasiões de satisfazer as suas paixões; e por isso apenas se tratar de diminuir estas vantagens V. g. [sic] fazendo uma redução do soldo pelo pedirem assim as Públicas necessidades, ou coibindo a licença pelo pedir a disciplina; estes arbítrios hão de excitar murmurações, e queixas nos Exércitos, e muitas vezes a deserção dos Soldados. E não deixaram de ser fundadas estas nossas reflexões em razão do exemplo de um, ou de outro, que pelo seu particular caráter espontaneamente emprega tudo quanto tem, e tudo quanto pode a bem da causa, porque se decide a sua vontade coletivamente com as dos mais: em todos os ramos aparecem entusiastas, mas porque eles são raros fazem a exceção da regra, e há de errar sempre nos seus cálculos, quem os fizer considerando todos os agentes de qualquer empresa, como se fossem entusiastas.

E vem a ser **(186v)** a conclusão de tudo quanto temos dito nesta Nota, que isso que se diz nos momentos da Oclocracia em honra das Guerras das Nações, sendo bem analisado, não significa nenhuma outra coisa, senão que a multidão é quem domina, e que o seu Orgulho lhe atribui a aquela glória, ou os seus adutores espalham o seu prejuízo para o lisonjear.

XVI Esta é outra proposição Democrática dirigida a lisonjear a multidão, mas igualmente ilusória, que a antecedente. Nós a tínhamos analisado muito extensamente nesta Nota, mas como as considerações nela feitas serviram de matéria ao §37 do nosso Paralelo do Governo Português subsequente às Revoluções de 164, e de 1808 omitimo-las agora para evitar a sua repetição, remetendo os nossos Leitores ao dito lugar. Acrescentamos porém somente a seguinte judiciosa Observação do Barão de Bietfeld Instit Polilig. 1. P. Chap. 16 §9 = Enquanto a Política marcha às apalpadelas, e que se adotam máximas, cuja solidez não foi ainda confirmada pela experiência, acontece tomarem-se arbítrios, que alucinam o Vulgo, e que ele olha como vantajosos sendo realmente prejudiciais ao Estado. Podem **(187)** considerar-se desta natureza as convocações dos que tem feudos com obrigação de servir o Rei na Guerra, as Companhias dos Cidadãos, os Mineiros, e Caçadores arregimentados, o estabelecimento de uma Cavalaria Miliciania, que muitas vezes se tem proposto, e se pretendeu formar composta dos Cocheiros dos particulares, dos arrieiros, dos Aldeãos Vª???

a quem se devem fornecer armas, e uniformes, para cada um se ajustar montado no seu Cavalo em um lugar determinado, quando chega o momento de algum perigo. Todas estas espécies de invenções são ilusórias: semelhantes Milícias hão de fazer sempre uma oposição lamentável na presença de um inimigo aguerrido, como são nos nossos dias as Tropas Regulares das principais Potências da Europa. E o não é, que ordinariamente no Gabinete se põem alguma confiança em semelhantes medidas. O inimigo aparece, os Cidadãos armados V^a??? saem-lhe ao encontro: são derrotados, e ao Estado perde excelentes Vassallos sem utilidade alguma.

Assim escreve o dito Político, e quando referimos a máxima parte dos Planos de defesa, que se louvaram, de que se fez uso em Portugal na Revolução, **(187v)** de que tratamos, há de conhecer-se, que aqueles, que estavam à testa da Pública Administração eram desses Políticos, de que ele fala, e que sempre caminham as apalpadelas.

Estes arbítrios porém fazem ainda outro mal além do que lembra o dito Escritor, e é que servem de oferecer mais vítimas ao furor do inimigo, e às suas destruições. Segundo o sistema da Guerra adotado entre os Povos Civilizados só os que entram no número dos combatentes são considerados como instrumentos da Guerra, e conseqüentemente só eles são expostos aos seus golpes. As outras classes da Nação, que se chamam pacíficas, e não beligerantes, nem matam, nem morrem no meio das erupções bélicas. Estes arbítrios pois acrescentando o número dos agentes da Guerra aumentam necessariamente também o daqueles, que hão de sofrer os seus estragos; e com esta diferença que o aumento relativamente a fazer mal ao inimigo não corresponde ao número empregado, e que corresponde a ele relativamente ao padecimento dos seus golpes: o aumento V. g. é de cem mil homens, que empecem ao inimigo, como se fossem mil, **(188)** e que recebem os seus golpes, como se fossem cem mil, cedendo tudo em desvantagem do Estado, que marcha desta sorte a apalpadelas na Política da Guerra. São então mal fundadas as declarações, e as queixas contra o inimigo, porque mata os paisanos, e todas elas devem recair sobre quem faz com que a Nação não tenha paisanos, e que todos estes sejam combatentes. A falta de reflexão sobre este Artigo, que acabamos de expor, fará sem dúvida com que esta Revolução de Espanha, e de Portugal dirigida por quem em Política dirigia os seus passos apalpando haja de produzir indiscretamente, e sem proveito algum um vazio imenso na futura população da Península.

XVII Eis aqui uma outra Sentença Democrática empregada sempre para alucinar os Povos, que se querem conduzir a quaisquer empresas tendentes a alterar o seu atual estado Político. A natural repugnância dos homens à escravidão ensinou, que inculcar-lhes qualquer empenho como dirigido a recobrar a sua liberdade era um seguro meio para conduzi-los a sustentá-lo. Depois disto sendo a idéia da liberdade sumamente vaga o uso daquele meio podia servir para capa **(188v)** de todos os projetos. Na Revolução do Barbante de 1790, os Democratas o bem da liberdade propunham dissolver todas as autoridades, e convocar a Nação para dar a si uma constituição: e os Aristocratas dirigindo-se igualmente à defesa da mesma liberdade procuravam por todos os modos impedir aqueles arbítrios: Robespierre exercitando as suas crueldades empregava-as em benefício da liberdade do Povo: e Bonaparte estabelecendo o Consulado, e depois o Império na França servia também à liberdade do Povo. Os Franceses ocupando Portugal, obravam em favor da liberdade do Povo, e o mesmo motivo conduzia os Ingleses a fazer com que aqueles evacuassem este Reino. Em uma palavra não há projeto Público, que se não tenha coberto, e que se não possa cobrir com aquele sobescrito. Eis aqui os dois motivos, que obrigam a falar na defesa da liberdade do Povo em todas as ocasiões, que o querem

fazer entrar em algum trabalho: ele é empreendido sempre com os olhos no seu benefício.

Mas não bastava isto para atrair a multidão, era necessário persuadir-lhe ao mesmo tempo, que ela tinha os meios necessários para conseguir o que **(189)** se propunha, e como ela é inteiramente incapaz dos miúdos detalhes da análise, e é fácil de ser enganada com palavras, muito mais quando estas lisonjeiam o seu poder, lembra obviamente aluciná-la com esta Sentença, de que nenhum Povo deixou de ser livre, logo que ele quis conseguir a liberdade.

Ela porém é tão ilusória, e falsa como todas as outras, que temos analisado. As empresas dos homens, e muito mais tão grandes empresas não dependem nunca da sua vontade somente, requerem também o concurso dos meios, que são necessários, para se obterem os fins desejados, e falando eles, tornam-se estéréis as vontades. E para não irmos buscar exemplos anteriores aos nossos dias, que resultou dos esforços empregados pela Flandres, e pelo Barbante em 1790 a bem da sua liberdade? Os Belgas começaram mui felizmente, batendo as Tropas Imperiais, senhoreando-se de Gante, de Bruxelas, de Namur, e de Antuérpia, e proclamaram a Soberania do Povo. A Revolução no princípio convinha a Política das Cortes inimigas da de Viena, e não havia tomado um caráter, que as assustasse, porque era Aristocrática, e Sacerdotal. **(189v)**. Depois quiseram faze-la Democrática, os Reis abriram os olhos, mudou a Política dos Estados, cujos auxílios precisavam os Belgas: Exércitos Austríacos apareceram, os Barbanções debandaram-se, uma só patrulha de Hussares tomou posse da Capital, e todo o Barbante, e toda a Flandres cedeu sem resistência aos amassos do Marechal Bender.

Que efeito teve no mesmo tempo o empenho do Povo de Liège a bem da sua liberdade oprimido pela ambição do seu Bispo? Ele foi por fim obrigado a despedir o novo Príncipe Bohan, a que se tinha entregue sujeitando-se à Autoridade do seu Bispo, e aos Decretos da Câmara de Wetzlaer.

Qual foi a sorte dos seus esforços de Holanda em 1787 a fim de defender a sua liberdade contra as oposições de Statuder. O Duque de Brunswik à testa de um Exército de vinte mil Prussianos fez em menos de vinte dias, que as Províncias Unidas perdessem a sua causa.

E que resultado tiveram as vontades dos Polacos, e os seus desvelos para sustentar a sua liberdade à sombra da Constituição de 3 de Maio de 1791? Deixar a Polônia de ser uma Nação em 1794, **(190)** e ir o seu território aumentar os Estados da Áustria, da Rússia, e da Prússia. E as Revoluções de Espanha, e de Portugal, dedicadas também à sua liberdade contra a dominação Francesa poderão subministrar novos exemplos, e enriquecer esta lista, assim como ela foi enriquecida com o desgraçado sucesso do Tyrol em 1809. E há de ser em todo o tempo iguais às desgraças de todos os Povos, que sem atenção ao que empreendem, ao que tem para vencer, e aos meios, que tem para isto, assentarem, que a mudança da sua situação Política depende só da sua vontade, e muito principalmente se entregarem em tais circunstâncias à Pública Administração a pessoas tão ignorantes, e ineptas, como foram as que estiveram no Governo de Lisboa em todo o curso da Revolução Portuguesa de 1808. Neste caso ainda que a empresa seja sustentável, os erros do Governo hão de fazer infalivelmente, com que ela se perca.

É verdade, que os alucinadores do Povo costumam inculcar-lhe no meio das suas declamações a morte de todos, e a geral aniquilação do País como o último e glorioso recurso no caso de se inutilizarem os seus esforços, e não bastarem para conseguir o fim, a que se **(190v)** dirigiam. Isto porém merece a censura de Martial Epigr. 80 Liv. 2.

-Hic, rogo non furor est, ne moreare, mori?- e podíamos ajuntar todas as outras reflexões de que se servem os Filósofos, e Moralistas para repreender a fraqueza, e a imoralidade do suicídio individual, porque todas elas igualmente são aplicáveis ao Suicídio Político. Mas quando se trata de

Estados, que se gloriam de professar a Religião de Jesus Cristo, e de empresas, que se inculcam, também, destinadas em honra desta Religião, quem se atreverá a lembrar aqueles arbítrios, filhos da desesperação, e contrários à conformidade, que deve haver com os destinos do Altíssimo? E acresce, que nem eles são proveitosos para sustentar a posição Democrática, que temos analisado; porque acabar inteiramente a Nação, que pretendia ser livre, ainda que fosse possível, não era fazer-lhe conseguir a liberdade.

XVIII Esta decência é recomendada por todos os Políticos. É necessário desconhecer inteiramente os homens para ignorar o muito, que os hábitos, e as preocupações influem sobre as suas ações: e é com respeito a este conhecimento, que o interesse pessoal de cada um dos Soberanos pede, que nenhum tolere nunca **(191)** nos seus Vassallos as faltas de respeito, e de consideração para com algum dos outros; aliás os ditos Vassallos hão de se ir desabitando por este modo da veneração, com que olhavam para a qualidade Real, o que refletirá também em notório prejuízo do Soberano, que tolera a profanação da dita qualidade na Pessoa de outro Soberano. A multidão acostumada a zombar de um Rei, qualquer que ele seja, fica muito mais hábil para não respeitar o seu, do que o estava, enquanto não sabia, que os Reis podiam ser também o objeto de zombaria. E acrescentamos somente as palavras de Bielfeld Inst. Politig. Tom 2. Chap. 7 § 17 falando dos Manifestos de Guerra, porque elas compreendem todas as razões, de que se pode fazer uso em prova do que dissemos = É contudo necessário evitar ... principalmente as expressões chocantes, e odiosas. Uma linguagem impolida, um estilo grosseiro misturado de injúrias é indigno de um Soberano, quando faz falar de outro Soberano. Os Monarcas devem mutuamente tributar respeito e consideração à sua Dignidade. Além disto os termos injuriosos não provam nada, e pelo contrário tanto se mais civil, quanto mais sufrágios se **(191v)** se ganham na Europa polida, e tanto menos se azeda o espírito do adversário. É necessário lembrar sempre, que depois da Guerra vem a paz, e que é útil deixar a porta aberta para reconciliação.

Por isso a S. A. R. apesar de todas as suas razões de ressentimento, que tinha contra o Imperador dos Franceses, não usou nem de uma só expressão injuriosa para com este Soberano, quando declarou os motivos de queixa, que tinha contra ele, no seu Manifesto datado na Corte do Brasil em primeiro de Março de 1808 (Correio Brasiliense Nº 4. pág. 255)

Dominando porém a Oclocracia não se guardam estas contemplações com a qualidade do Rei, nem mesmo quando se vive debaixo do poder de um Monarca, e se aclama a sua Soberania. A multidão é quem impera, e nem ela sabe guardar coerência entre as suas ações, nem tem o pessoal interesse, que há nos Soberanos para conservarem respeitável aquela qualidade: e acresce ainda muito principalmente uma outra razão. Os Gregos, os Romanos, e nos nossos dias os Franceses nos momentos das suas Revoluções contra a Monarquia usaram de muitas **(192)** expressões, e de muitas Sentenças veementes, desonrosas a todos os Reis, aos quais geralmente chamavam Tiranos. Omnes autem, et habentur, et diantur Tyrani, qui protestale sumt. perpertua in ea civitate, quo libertate ufa sic est diz Cornélio Nepole in Miltiad. Cap. 8. nº 3. Consultam-se sempre os Escritos destas Nações, quando qualquer Estado se revoluciona, e Pelagiarios madevertidos transladam nas suas línguas tudo, o que neles encontram, e que lhes parece brilhante, ou seja pela força da Sentença, ou pelo fogo da expressão, e da eloquência, sem refletirem, nem lhes importar, se as suas circunstâncias são inteiramente iguais as em quem estavam os modelos, que imitam. Em consequência disto discursos empregados para ludibriar geralmente os Reis, e o Reinado, e que convinham ao espírito daquelas três Nações nos tempos, em que usaram delas, se vem muitas vezes inconsideravelmente repetidas em Diplomas dos Governadores, e em

Obras aprovadas por eles para correrem no meio das Nações, que se revoltam, mas não contra a Constituição Monárquica, antes aclamando, e obedecendo a um Rei.

^{xix} Para se não duvidar de que a ignorância seja um atributo da multidão **(192v)** basta refletir nos difíceis caminhos, que conduzem à Ciência, e que estes nem são, nem podem ser trilhados por ela. Por isto diz muito bem Puffendorfio de Jur. Nat. et Gent Lib 7. Cap. 2 § 15. que a aprovação da multidão é com justiça considerada muitas vezes, como uma nota do erro, acrescentando Barbeirac no nº 5º ao dito § muito respeitáveis autoridades em confirmação da dita Sentença, a qual é abonada pela experiência todos os dias, e pela História de todas as Nações, e de todos os Séculos passados.

Odi profanum vulgus, et arceo-. Cantava Horacio Carmin Lib. 2 Od. 1. e não se pode duvidar sobre o seu tato fino relativamente ao conhecimento dos homens.

É igualmente manifesto, que a ignorância produz as suspeitas. Quem ignora é semelhante ao que marcha por entre as sombras, e que não vê por onde caminha: teme encontrar princípios aqui, e ali, e torna-se necessariamente desconfiado, bem como o homem zeloso, que vê todas as infelicidades, que receia, só porque tem os olhos cobertos com a venda do ciúme. A luz, que mostra as coisas, como elas são, é **(193)** o único remédio, que convenha a todos estes, mas a ignorância não a deixa acender.

Daqui resulta também a inconstância própria da multidão, que o mesmo Lírico exprime, quando lhe chama:

Vulgus infidum

Carmim. Lib. 1 Od. 35 Vº 25, e na Od. 1. Vº 5.

.... mobiliū turba Quiritium

Quem marcha com os olhos vendados há de encostar-se com demasia já para um lado; já para outro, sem que lhe seja possível seguir fixamente a mesma vereda, e há de ser fácil de ser levado pela mão para onde o quiserem conduzir. Parecerá, pois, que nenhum momento quer uma coisa, e no seguinte outra, e destruirá com a mão esquerda, o que pouco antes havia plantado com a direita. A sua falta de vista, que o obriga a ver sempre com os olhos dos outros, é a causa da sua inconstância, e donde nasce não produzir ele confiança alguma em quem conhece aquele seu defeito. O bem da humanidade talvez pedisse, que entendêssemos a este respeito as nossas reflexões. Nos tempos desgraçados, em que é tão produtiva a **(193v)** semente das Revoluções, sumamente danosas ao gênero humano seria sem dúvida muito útil meter aos olhos de todas esta inconstância da multidão para assustar os seus perturbadores com os exemplos das vítimas, que têm produzido as apoteoses populares. Elas alucinam uma grande parte dos homens; as primeiras aclamações de uma turba desprezível, por isso mesmo que é turba, esperanças a cada um, dos que as conseguem, sobre a permanência daqueles cultos, e sobre os proveitos, que deles lhe hão de resultar. Mas como aqueles Sacerdotes são inconstantes nas suas crenças passam facilmente de adoração de uma divindade, para a de outro, sacrificando a primeira quase sempre aos cultos da segunda. O mais feliz destes popularmente divinizados é aquele, que vem a ser mais tarde vítima da multidão. Uma lista destas metamorfoses, apresentando sacrificados pelas mãos populares aqueles, que por elas haviam sido coroados pouco antes, seria muito proveitosa para assustar a ambição dos outros, que podem ainda ser reduzidos com o encanto das **(194)** aclamações das turbas, e com as esperanças, de que elas lhe sejam vantajosas: e este susto diminuindo o número dos Demagogos faria diminuir também o das agitações populares muito proveitosamente para a humanidade. Mas este quadro exige um campo maior, que o de uma Nota, e se o tempo não nos faltar nós trabalharemos algum dia para oferecer ao Público como um remédio proveitoso contra o veneno da Oclocracia.

A superstição é também sempre filha da ignorância.

.... *tantum terroribus addit.*

Duos timeant non nosse Deos....

Luncan. Phars. Lib. 3 Vº 416, e 417-. Quem conhece as coisas, e a ligação dos sucessos humanos, e achando nela a explicação dos fenômenos, que se apresentam aos seus olhos, não se recorre às causas extraordinárias: ignorando porém todas as causas naturais, que os podem produzir, é inevitável procurar causas ocultas, a que se atribua a sua existência. Eis aqui porque a multidão acredita facilmente em bruxas, feiticeiras, encantos, e na Mágica, e nos tempos das suas Revoluções em prodígios, em perfídias, e em traições. Ignora por exemplo qual é a extinção das forças **(194v)** da França, persuade-se por este motivo, de que ela já não tem nem Soldados, nem riquezas, nem causa alguma destas, que são indispensáveis para vencer na Guerra: e não podendo assim atribuir os seus triunfos à fonte, de que eles emanam, vai buscar uma outra imaginária, e escondida, e a ia-a facilmente na suposição das compras, e das entregas. Se a multidão conhecesse pois, o que ignora relativamente às forças da França, atribua-lhes os seus sucessos, sem que fosse recorrer a prestígios. As Tropas desta Nação fazem um movimento retrógrado, filha da Arte Militar, para depois obrarem mais vantajosamente: e a multidão imperita na dita Arte chama aquela Operação uma fugida vergonhosa atribuindo-a ou a um milagre, ou a uma declaração de Guerra contra a França, de que não há, nem pode haver esperança alguma provável, ou a outra semelhante coisa, sempre tão extraordinária, e maravilhosa, como a vinda do Senhor Rei Sebastião.

A ignorância finalmente anula as operações do entendimento. Elas consistem todas em perceber objetos e as suas relações, sendo evidente que **(196)** quanto maior é a ignorância menor é o número, que há destas percepções. E o entendimento desabitua dos exercícios, que lhes são próprios torna-se por fim até quase imbatível para todos eles, fazendo-se incapaz de receber modificação alguma, que não seja sumamente grosseira, e daquelas, que obram sobre todos os animais. Por isto ordinariamente sobre a multidão obram muito pouco os esforços dirigidos a conduzi-la por meio de argumentos, ainda que estes sejam os mais poderosos para convencer a razão, e produzem grandes efeitos as declamações dirigidas a mover a Coroação. No primeiro caso trata-se de lhe dar impulso com o uso de um instrumento, que não convém àquela máquina, e no segundo emprega-se outro, que lhe é análogo. A multidão é toda vontade, há de ser pois arrastada pelas paixões: é nada entendimento, e será portanto constantemente rebelde a todos os raciocínios: não hão de ser os Lógicos, mas sim os Oradores, que triunfaram delas. Na Oratória as Perorações produzem quase sempre mais fruto do que todo o discurso, e por quê? Porque elas não faltam ao entendimento, mas à vontade, não tratam de convencer o espírito, mas de mover o Coração, e a maior parte **(195v)** dos ouvintes é a multidão. A túnica ensangüentada de César apresentada aos olhos dos Romanos, excitando os seus afetos, aproveitou mais a Marco Antônio, do que lhe poderiam valer todos os poderosos argumentos da mais exata Lógica, que ele empregasse para os persuadir a vingar o assassinio do Ditador.

Concluiremos esta Nota ajuntando-lhe duas passagens de um Político muito profundo no conhecimento dos homens, da Organização Social, e da História, nas quais se descreve o natural caráter da multidão com as mesmas cores, com que a temos pintado, para deduzirmos dele as emanações da Oclocracia. Admirai comigo.... (*diz Mr. l'Abbé de Mably Ducours, e de la marche des passions dans la Societè ~ Tom 22 das suas Obras pág. 140 Lausannia 1798*) admirai comigo.... o Autor da Natureza, que parece ter destinado, ou para dizer melhor, que realmente destinou estas fezes???? da humanidade, para não servirem, se eu me posso explicar assim, senão de lastro ao navio da Sociedade. Pelo peso d'Alma,

que lhe embaraça o pensar, e por esta imobilidade, e que daí resulta, elas são próprias para resistir aos acidentes extraordinários, e (196) imprevistos, que poderiam perturbar a ordem adotada, e desarranjar o hábito dos costumes públicos. Com efeito se esta população se tira alguma vez da sua situação natural pelo fogo súbito, e violento de alguma paixão, que a extravagância da fortuna faz nascer, e que Leis demasiadamente grosseiras não poderão prevenir, vós observareis constantemente a todos os Historiadores, cuidadosos de pintar o Coração humano, que ela se cansa muito depressa do esforço, que fez para se separar dos seus hábitos. A sua imaginação não lhe apresenta, se não pensamentos torcidos, desligados, perturbados, e confusos: ela esquece-se do motivo, porque entrou em cólera, acusa-se logo de imprudência, e de temeridade, e torna a cair pelo peso da sua ignorância na sua *restina restina costumada*??? e que se lhe torna mais amável pela mesma experiência, que ela fez da sua loucura. E à pág 189 diz o mesmo Escritor = o seu orgulho acompanhado de uma ignorância, e de uma presunção, que a multidão é incapaz até de suspeitar, faz com que ela não ponha limite algum nem ao seu despotismo, nem aos pavores, nem às esperanças, que alternativamente a agitam, e que lhe persuadem constantemente, que ela (196v) sempre tem razão. O mar diz Cícero, não é nem mais tempestuoso, nem mais inconstante, do que os nossos Comícios. Tudo se altera muitas vezes em o espaço de um dia, e de uma noite. Uma palavra, que escapou, basta para fazer, com que os espíritos tomem uma nova disposição, e experimenta-se uma Revolução, de que é impossível descobrir a causa. Se tal era o capricho das paixões nas Assembléias de uma República, aonde o povo era conduzido pelo espírito Nacional o mais generoso, e era ilustrado pelas luzes, e prudência do Senado, e dos Magistrados os mais sábios depois dos da Lacedemonia, não temeríeis vós pela sorte de uma Democracia tal, qual fora estabelecida em Atenas pelas Leis de Sólon? Em um semelhante Governo está-se muito mais sujeito, do que em qualquer outro a obedecer aos acontecimentos, que são obra da fortuna. E por quê? Porque o Povo incapaz de pensar, e ainda mais de combinar diferentes idéias entre si, sempre tímido, ou temerário fora de propósito, se abandona assim nas desgraças, como nas prosperidades, já a um atrevido, e falo desses, já a um Cidadão tímido, cuja incerteza, a irresolução??? arremeda a prudência, e muitas vezes a um intrigante (197) ambicioso, que quer aproveitar-se dos vícios do Governo para estabelecer o seu crédito, e a sua fortuna.

^{xx} Histoire de l'Amerique Liv 4. pág. 292 Edit de Amsterd. 1779.

^{xxi} Nem a vingança, nem a expiação do Crime pode ser objeto das penas, diz o Cavaleiro Filangieri la Scienze de la Legisl. Liv. 4. Cap. 3. A vingança é uma paixão, e as Leis são isentas delas. A Justiça não se parece com estas divindades, a quem os homens cruéis sacrificam vítimas humanas para apaziguar o seu furor. As Leis quando castigam, tem diante dos olhos não o culpado, mas a Sociedade, elas são excitadas pelo interesse público, e não por um raiva pessoal, e procuram um exemplo para o futuro, e não um vingança pelo passado. E Hobbes de Civ Cap 3 § 11. diz no mesmo sentido, que a vingança, olhando só para o passado, é unicamente um vão triunfo, e uma falsa glória, que não tem fim, e que por consequência é contrária à razão. E é com o mesmo espírito, que Sêneca de Jra Lib. 1. Cap 16. deixou escrito = Num, ut Plato ait, nemo prudens punit; quia peccatum et sed nepeccetur.

^{xxii} Eis aqui um circunstância, muito digna de observar. A multidão parece-se (197v) com os Selvagens pela sua falta de Civilização, enquanto ao espírito de vingança: mas como já vive na Sociedade, cercada de maior variedade de gostos, e de mais ocupações do que os Selvagens, aquela afecção não tem nela tanta força, e tanta permanência como entre estes, e

conseqüentemente ela não subministra relativamente aos inimigos o mesmo vigor, e as mesmas vantagens, que dava aos Selvagens, sendo na multidão até destituída desta qualidade, que de alguma sorte a fazia útil aqueles.

^{xxiii} A Junta do Supremo Governo, instituída nesta Cidade do Porto à instância do Povo da mesma Cidade, é desta sorte, que começam os ditos Artigos impressos no Correio Brasiliense N. 10.pág. 21.

^{xxiv} Eis aqui o teor da dita Carta. Excelso, e Real Senhor = Aos Reais Pés de Vossa Alteza se prostra o reverente, e beija a Real Mão o Juiz do Povo da muito Nobre, e sempre Leal Cidade do Porto, e com a maior satisfação participa o seguinte. Apenas o Povo teve a infausta notícia de que S. A. R. se ausentará da Corte e da Cidade de Lisboa para os Estados da América, e se fez público o Decreto de 26 de Novembro de 1807, que se acha ainda gravado nos Corações, apesar das lágrimas que a umideceram, as Ruas, e Praças desta Cidade, (198) se viram logo cheias de todo o Povo, perguntando amargurados uns aos outros: que é isto Patrícios! Nós sem o nosso Príncipe amado, sem a Real Família, sem o nosso País, e Benfeitor! Que é isto! Que causas obrigam o melhor dos Soberanos a deixar de viver entre os seus filhos, e no meio do seu Povo, procurando tão remotos Climas, e expondo-se a tão evidentes perigos! Se acaso foram as Tropas dos malvados Franceses, não tinha Ele em cada um de nós um Herói, e em todos nós Soldados fortes, e corajosos? Não nos aprontaríamos todos a pegar das Armas, e com elas rechaçarmos não só um, mas muitos Exércitos até derramarmos a última gota de sangue? Acaso degenerou em nós o antigo Patriotismo, e valor dos Portugueses? Acaso.... porém oh resolução pelo Céu inspirada! Oh rasgo de um Príncipe Prudente, Sábio, e Intrépido! A ausência de V. A. R. poupou todo o sangue ao bom Povo, e tanto V. A. o previa, que naquele Decreto declarou, que ele era muito necessário, e útil aos fieis Vassallos. Nós o reconhecemos depois, por que logo que o Ímpio Governo Francês começou a decretar, vimos a maior parte dos Grandes, e os empregados nos Governos, aqueles mesmos a quem a V. A. liberalizou os maiores, e mais assinalados benefícios, unidos ao representante de Napoleão, deixando-se corromper por ele, para (198v) melhor tiranizarem a sua Pátria, e os seus mesmos Considadaões, chegando a cometer o Execrando atentado de pedirem novo Rei! Ah quanto é necessário a um Príncipe penetrar os horrorosos mistérios da iniquidade, descobrir as infames tramas dos Corações baixos, e vencer os perigosos inimigos, que cercam o Trono de ilusões, e enganos encobrendo seus vícios, e crimes com o exterior, e hipócrita virtude, só para agradarem aos seus Soberanos. Ah! quanto convém sempre a estes desprezar a vil lisonja, e a adulação, e só ouvir, e atender benignos a verdade, a qual porque foge das pompas das Cortes, sempre se acha na boca dos pequenos, e humildes, que respiram o amor ao trabalho, temem a Deus, ao seu rei, e à Justiça No Povo acharam sempre os Senhores Reis de Portugal lealdade, e Patriotismo, cuja verdade atesta a nossa História, e dela é prova e evidente a presente Restauração, a qual se deve somente ao Patriotismo, e Lealdade do Povo: a quem se atrever a negar-lhe esta glória, é um pérfido, um embusteiro, por que desde o terrível momento, em que o pestilencial Governo Francês infestou estes Reinos, não obstante o Povo ter contra si os Grandes, e os Governos, não esmorecem em procurar a ocasião de vingar V. A. R.; e quebrar os ferros da Pátria. O desejado e mais feliz instante chegou no sempre memorável dia 18 de Junho (199)do presente ano de 1808, em que somente o Povo desta Cidade aclamando a V.A.R., entre gostosos e repetidos vivas com heróico valor a restaurou, e sacudiu o pesado jugo, que a oprimia. Foi o Povo quem botou a mão, e segurou os traidores Portugueses, os Jacobinos, e Franceses, sem que para tão gloriosa empresa cooperassem os Grandes, e os empregados nos Governos, porque muitos destes foram presos como traidores à Nação. No dia seguinte ao de tão feliz restauração, o mesmo

Povo ainda com as armas na mão, unido ao Corpo Militar, fez convocar aos que julgou verdadeiros Portugueses das duas Classes Clero, e Nobreza, e estabeleceu em nome de S. A. R. uma Junta Provisional, composta de Membros, e Presidente para a dirigir, e governar segundo as Leis do Reino, a qual tem dado até agora claras provas de um vigilância inimitável pela defesa da Cidade, Províncias restauradas, e pelo bem público, de sorte que mandou logo se completasse a Casa dos 24 Misteres, e se elegeisse Juiz do Povo, do qual há anos estava privada esta Cidade desde o falecimento, do que fora eleito por virtude da Carta Regia de 4 de Abril de 1795. A Junta do Supremo Conselho preside o Bispo Diocesano, cuja integridade, Sabedoria, Patriotismo, e incorruptibilidade justificaram sempre a gloriosa eleição, que dele se fez. Não foi pois acertada a escolha de Juiz **(199v)** do Povo, por cair neste, posto que fiel, e leal Vassalo, e ter servido de Escrivão da dita Casa dos 24 Misteres desde o referido de 1795, inteiramente indigno de ocupar cargo tão melindroso. Porém confiado em Deus, em V. A. R., em nenhum Povo dócil por natureza, religioso, e submisso, e na bem conhecida Literatura, prudência, e Patriotismo do Advogado do Número desta Relação, João Pereira Baptista Vieira Soares, a quem escolhi para me dirigir, durante o meu emprego, tomei sobre mim aquele cargo de tanto peso, mui superior à minha capacidade, e logo proclamei primeira, e segunda vez na forma das Proclamações, que ponho na Real Presença de V. A. R. O Povo vive como sempre com submissão, boa ordem, prudência, e energia, virtudes, que sempre foram os fiadores das grandes empresas dos Portugueses: e no rosto de cada um se vê transluzir o amor da Pátria, do Príncipe, e o ardente desejo de assaltarem impetuosamente o pequeno resto do Exército inimigo, que oprime ainda Lisboa, e seus aflitos habitantes. Todos querem marchar para o ataque, como para uma vitória certa, e segura: todos confiam no Céu: porém a total desorganização, em que estavam as Tropas Portuguesas, faltas de Armamentos, e munições lhes suspende os passos por alguns dias. O nosso grande, e temível Exército **(200)** vai a formar-se com maior presteza, e energia, e bem cedo será Lisboa restaurada, sem perder talvez a menor gota de sangue.

Toda a mocidade, Real Senhor, tanto da Cidade como do Campo se tem alistado voluntariamente jurando defender a Pátria. São tantas as Recrutas, que se oferecem, que dão lugar a escolher-se: e aqueles, que por novos, ou defeituosos se rejeitam, retiram-se chorosos, e descontentes, pelos privarem da glória, a que aspiravam de vencer, ou morrer pela Pátria. Muitos particulares, e Corporações têm feito honradas ofertas, e concorrido com dinheiros, com fazendas para os fardamentos, e até mesmo com Cavalos para as Tropas: reinando em todos a competência de qual há de ser o primeiro, que mais há de acudir às necessidades da Pátria, e estreiteza do Estado. Ninguém há que deixe de cooperar para o bom êxito da Causa geral: o Povo não tem mais o que fazer para manifestar o amor, e respeito, que tributa, e consagra à V. A. R.. Os tempos felizes dos Senhores Reis D. João 5º, e 4º renasceram: V. A. R. é como Eles foram, Senhor dos Corações, e bens dos Vassallos mais fieis, e honrados: V. A. R. é o mais feliz Soberano da terra: ~ Sim, Real Senhor, um Povo, que valeu à Nação, salvou a Pátria, e arrancou de mãos **(200v)** inimigas, e sacrílegas a Coroa, Cetro, e Trono para o restituir ao seu amado Príncipe, faz-se credor da estima do seu Augusto Soberano, e de qualquer graça especial. O Povo não pede outra, senão a de V. A. R. dignar-se voltar logo a estes Reinos, e a esta Cidade do Porto pelo muito, que deseja, e anela (palavra a definir) de beijar a Real Mão, e pelo muito que importa para completa felicidade de todos, que V. A. R. viva como d'antes no meio de nós. Tenha esta Cidade a glória, e a primazia de possuir a V. A. R. depois de tão dilatada ausência, já que foi a primeira, que se determinou a libertar a Pátria. Seja um dia esta Cidade um teatro, que apresente a mais bela Cena aos olhos do Reis, e aos de todo o Mundo. Digne-se V. A. R. ver pela primeira vez um Povo, que extasiado rodeará por todas as partes o Régio Trono, e dará as mostras da

maior satisfação, nascidas de afeto sincero, e verdadeiro Patriotismo. É esta graça, que o Povo pede, e eu em Nome de V. A. R. já lhe afiancei: todos nós a esperamos, e ela nos fará invejados dos outros Povos, que juntamente conosco confessaram desassombradamente, que V. A. R. é o modelo dos Príncipes, e Verdadeiro Pai da Pátria, que o seu amor pelos Povos, é sem limite, e que um Príncipe como V. A. R. não pode deixar de ser (201) querido de todos os seus Vassalos. Deus guarde a Real Pessoa de V. A. R; e a toda a Real Família, como este Reino, e fiéis Vassalos de V. A. desejamos. Porto Vª??? O Juiz do Povo da Cidade do Porto.

^{xxv} Esta relação está na Coleção de Proclamas, Pastorais, Editais, e Relações, feita em Lisboa 1808, e vendida na Loge (loja) de Gazeta.

^{xxvi} Temos uma relação particular deste sucesso na Coleção de Proclamas, Vª???, que referimos na Nota antecedente.

^{xxvii} Vem com esta relação na Minerva Lusitana Suplemento Nº 8, datado do dia 22 de Dezembro.

^{xxviii} Conta tudo, o que referimos da Relação do que se praticou na Covilhão relativamente a feliz Restauração de Portugal, a qual se acha na Coleção referida na Not. 25.

^{xxix} Quanto aproveita às vistas ambiciosas de um Conquistador o estar a Pública Autoridade, ou uma grande influência sobre a Pública Autoridade, entre as mãos da multidão naqueles Estados, que eles pretendem subjugar, pode conhecer-se facilmente, lendo-se a História nas épocas, em que o Mundo veio representar semelhantes Cenas.

Os Anais de Felipe, invadindo a Grécia, ofereceram uma proveitosa lição sobre este assunto. Debalde ele teve contra si a intrepidez, e a veemente eloquência de Demóstenes, que fazia muitas vezes eletrizar os seus ouvintes com o fogo, em que ele estava abrasado: a (201v) Constituição de Atenas, tendo deixado o Supremo Poder dependente das resoluções do Povo, e merecendo por isto com justiça a censura de Anácarsis, que assistindo a uma de suas Assembléias se admira, de que entre os Gregos – pertencesse aos Sábios falar; e aos indoutos decidir (Plutharc. In Sólon.pág. 75 Edit, 1561 in fol.); esta Constituição inutilizou todos os esforços daquele Orador: o Povo que se podia chamar a bonecra, com que se divertiam os seus lisonjeiros Cortesãos, satisfazia-se sempre, que se lhe prodigalizavam louvores, e divertimentos. Péricles tendo aplicado para os Espetáculos mil talentos, que se deviam reservar para isso no Tesouro Público anualmente excluiu desta despesa os tempos da guerra, mas Êubolo oposto a Demóstenes, propôs o Decreto, para que se não interrompesse esta aplicação debaixo da pena de morte, e a multidão seguiu o Orador, que lisonjeava os seus prazeres, fazendo com que os fundos necessários para a defesa do Estado viessem a ser por uma Lei extravagante alimento da frivolidade. Plutarco (de glória Ateniense.) refere, que as representações de algumas Tragédias custavam mais dinheiro, do que teria sido preciso para a defesa da Grécia contra os Persas, investindo muito contra a imprudência de sacrificar o bem do Estado aos Teatros. Mas o Povo era, quem mandava, e Demóstenes inutilmente pretendeu por duas vezes atacar este abuso. Quando a Pública Autoridade depende de (202) semelhantes sufrágios, não se pode esperar um poderoso obstáculo às pretensões dos Felipes.

O mesmo Demóstenes tem sido olhado como mau Político, por haver proposto no negócio de Olinta unicamente um socorro de dois mil homens para fazer algumas correrias, quando eram precisos golpes decisivos, mas talvez, que o conhecimento da degenerada situação Política da sua Pátria o conduzisse àquela mesquinha, e insuficiente proposta. O certo é que Felipe teve a facilidade de dividir todos os Gregos entre si, porque era o Povo

quem decidia nos Negócios Públicos, e é impossível fazer unir as vontades de muitas mil pessoas: ele teve a facilidade de entreter utilmente em toda a parte pensionários vendidos aos seus interesses, porque a multidão era quem dirigia os Negócios Públicos, e no meio dela se podiam disfarçar os seus Oradores.

O Sábio, e virtuoso Fócion, por conhecer isto, é, que procurou sempre desviar os seus Concidadãos de irritar aquele Monarca com injúrias verbais, e com medidas impotentes para o vencer, apartando-se de Demóstenes, e dos outros Oradores de Atenas nos seus arbítrios Políticos, e quando depois de decidida a República a declarar-se abertamente como inimiga de Felipe, um destes Oradores lhe disse = Pois que! oh Fócion, ousais vós desviar os Atenienses da Guerra, quando eles já estão com as armas na (202v) mão? = Ele respondeu-lhe = Sim, e apesar de eu Saber, que havendo a guerra vós hei de comandar, e que havendo paz, vós me haveis de comandar a mim = E quando vencendo-se a deliberação a favor da guerra, Demóstenes com geral aclamação aconselhava, como um arbítrio capaz de desviar os males da República, que se desse a batalha a Felipe quanto mais longe de Ática, Fócion disse-lhe em alta voz = Meu amigo, não procuremos aonde havemos de dar a batalha, mas como havemos de conseguir a vitória, porque ela é o único meio de alongar de nós a guerra, ao mesmo tempo, que se formos vencidos, todos os males, e todos os perigos estarão imediatamente junto da nossa porta. =

A batalha, com efeito, perdeu-se, e os mais inquietos, e turbulentos Cidadãos entregavam a Caridemo o comando Militar, o que de tal sorte considerou todas as gentes sensatas, que recorreram ao Areópago, aonde por meio das suas lágrimas, e das suas preces conseguiram entrega-se a Cidade aos cuidados de Fócion. Mas nem então os conselhos do virtuoso Ateniense se adotaram, e eles foram pospostos aos do Orador Demadés, que arrastou consigo a multidão.

A notícia da morte de Felipe chegou à Atenas, e ele não queria sofrer, que os Atenienses se mostrassem tão alegres com **(203)** aquela novidade, nem fizessem por causa dela sacrifícios aos Deuses = porque, dizia ele, nada há, que mostra tanto a falta de coragem, como o alegrar-se com a morte de um inimigo, e além disto o Exército, que vos bateu em Cheronia, não fica com isto, diminuído senão de um homem. =

Felipe, com efeito, tinha sido assassinado, e os Gregos julgaram logo, que haviam recobrado a sua liberdade. Os Atenienses não quiseram obedecer mais a um General estrangeiro, e ligando-se com Átalo, irmão da segunda mulher de Felipe e inimigo de Alexandre, esperavam excitar, na Macedônia, tão poderosas rebeliões, que dessem lugar aos Gregos para restabelecerem a sua independência. O Etólios [sic] chamaram imediatamente para Archania Anchorani[sic] os Cidadãos banidos por Felipe. Argos, Elis, Esparta, e Arcádia deram o exemplo de revolta no Peloponeso, e os Tebanos denegaram a Alexandre o título de General, que tinham dado ao seu Pai, e estabeleceram um Decreto, porque se ordenava a evacuação de Cadméia aos Macedônios, que ocupavam esta Fortaleza, tendo massacrado uma parte da guarnição Macedônica. Tudo isto resoluções apressadas, que os Povos da Grécia tomaram, intimamente persuadidos, de que o Sucessor de Felipe se não poderia desembaraçar nos seus Estados da guerra, que lhe fariam os Bárbaros: e não porque medissem as suas forças, e as da Macedônia, e se propusessem a **(203v)** vencê-las, mas porque as julgavam aniquiladas lá por outras Nações. Estas hipóteses eram contudo falsas, ou de muito menor importância, do que se lhes atribuía: e Alexandre, vencidos estes obstáculos, apareceu na Grécia. Os Tebanos, em vez de levantar o cerco, que tinham diante de Cadmeia, insultaram aquele Príncipe, mas bem depressa se viram cercados mesmo na sua Cidade, e não obstante, todos os prodígios de valor, que lhes inspirou a desesperação, os Macedônios entraram em Tebas com as espadas nas mãos, e fizeram com que ela sentisse todos os horrores da guerra: todos os Soldados foram passados ao

fio da espada. Venderam-se trinta mil cativos, mulheres, velhos, e meninos, e proibiu-se a todos os Gregos com a pena de morte o dar auxílio a algum Tebano, sendo a Pátria de Epaminondas reduzida a cinzas, e ficando unicamente um montão de ruínas.

Atenas, que pouco antes tratava a Alexandre por um menino, e por um imbecil, treme ouvindo as desgraças de Tebas, e manda suplicar a paz; Demóstenes era um dos Embaixadores, mas o medo o assalta no caminho, e ele desampara os seus Colegas. Alexandre pedia primeiramente a entrega dos Oradores, que tinham alboratado o Povo, mas contenta-se por fim, com que Carideme fosse banido, e perdoa a pátria de Fócion. E Senhor da Grécia em uma só Campanha, congregou em Corinto os Deputados de todas as suas Cidades. Mas **(204)** apenas que entra nas suas Conquistas da Ásia, aparecem na Grécia novos e intempestivos movimentos para a liberdade. Esparta sublevou o Peloponeso, mas Antipater, que comandava na Macedônia, sufocou esta liga por meio de uma grande vitória, e tirou dos aliados toda a esperança de sacudirem o jugo. Atenas queria sempre ser livre, sem ter já nem a virtude, nem a coragem, que exige a liberdade: bastava o transporte de uma paixão para a fazer tomar as armas, e também um revés para a acabrunhar de terror. Ao primeiro boato sobre a morte de Alexandre, ela transborda de alegria, e julga-se outra vez livre da Macedônia, respirando unicamente guerra, e mais vingança: os Oradores atijam o fogo, e debalde se cansa Fócion para sufocar o incêndio. Ele não é escutado, e enviam-se Deputados a todos os Povos da Grécia para fazerem uma liga. Antipater marcha contra os Gregos, estes conseguem alguns bons sucessos, que enfatuam os Atenienses, e o seu General Leostene até ao ponto de ser insultado Fócion pela opinião, que tinha seguido sobre aqueles movimentos, mas ele sendo perguntado = se queria, que se não tivessem visto tão ilustres feitos, respondeu, que eles sim lhe agradavam, porém: que estimaria mais, que se tivesse obedecido ao seu conselho = placere quidem sib ista, male tamen suo consilio obtemperatum esse. (Plutarco. In Fócion. pág. 658).

E **(204v)** para se ver, quanto era Oclocrático o espírito dos Atenienses nesta época, ao qual se deve atribuir a maior parte de todas as suas desgraças, é proveitoso aqui transcrever, o que o mesmo Plutarco refere (pág. 659) sobre a expedição confiada ao mesmo Fócion contra Mício, que com um Corpo de Macedônios vexava naquele tempo o Território da República. O General viu-se rodeado daqueles, a quem devia comandar, os quais todos, como se fossem os Chefes lhe aconselhavam, o que a cada um parecia proveitoso, que se fizesse: um lhe dizia, que era preciso ocupar Calculina, outro, que era necessário postar a Cavalaria em tal lugar, outro, que convinha escolher tal campo, e acometer o inimigo desta, e daquela sorte, até que o proveito, e experimentado Fócion exclamou = Ah quantos Capitães eu vejo, e quão poucos Soldados! Ibi cumpassim ad ipsum concument, in officium que Imperatoris se se ingerent, alius colem occupare, ahus oquites eo mittere, alius hae parte invadere hostem pracipientes, Hercules, ait, quam ego multos duces, paucos milites video!

Crater, um outro general Macedônio se junta a Antipater, um revés aterra os aliados, eles abandonam os Atenienses para tratarem separadamente da sua paz, e Atenas foi obrigada a receber a Lei do vencedor. A nímia precipitação popular fez a desgraça desta República. Era uma imprudência **(205)** tratando de tão importantes matérias raciocinar, e deliberar sobre hipóteses, muito incertas, e muito mal calculadas: era um desatino arrostar os Generais de Alexandre ainda unidos, e acostumados à vitória. Esperando um pouco a discórdia os teria dividido, e a Grécia acharia a ocasião de recobrar a sua liberdade: mas quando esta ocasião chegou, não lhe pode aproveitar, porque estavam prodigalizadas as suas forças.

Eis aqui uma grande lição, que há mais de dois mil anos está ensinando aos homens a nulidade dos movimentos dirigidos pela precipitação popular contra as empresas dos Conquistadores. A confiança não nas próprias

forças, mas em sucessos estranhos, ou duvidosos, ou mal calculados, a desordenada alegria pelas mais pequenas vantagens, a rápida passagem do mais altivo orgulho para o mais abatido desalento, em uma palavra, o contrário de tudo quanto é preciso para vencer grandes dificuldades, que só podem ser surmontadas por maduras deliberações, executadas com firmezas, eis aqui os caracteres dos movimentos da Grécia, que acabamos de pintar contra as empresas dos Reis da Macedônia; eles manifestam evidentemente, que a nada se deve atender tanto, quando se trata da defesa contra Felipes, como a evitar, que a multidão nestas crises retenha a Pública Autoridade, ou **(205v)** uma grande influência na Pública Autoridade. E quem refletindo, e comprando, poderá deixar de descobrir na História Portuguesa dos nossos dias cenas inteiramente semelhantes as que apareceram nesta desgraça Peça.

E se a este exemplo quisermos juntar outro, nós o acharemos no meio da segunda guerra Púnica entre os grandes perigos de Roma, quando depois da batalha de Trasimeno, tão fatal aos Romanos, e o Senado desprezando as antigas regras, nomeou ele mesmo a D. Fábio Máximo Ditador para fazer frente a Aníbal. A salvação da República estava na prudência deste General, que se tinha proposto a salvá-la, cansando, e destruindo assim o seu inimigo: mas só Aníbal conhecia quanto lhe eram fatais os desígnios de Fabio. Todo o Exército Romano o tratava por covarde, chamando-lhe por zombaria o pedagogo de Aníbal, por isso que postado à sua vista, se não expunha nunca ao combate: e o General da Cavalaria Minucio excitava na Tropa estes mesmos sentimentos contra o seu Chefe. Os amigos do Ditador persuadiam-lhe, que desse batalha para se livrar da infâmia de medroso, mas ele respondeu-lhes = Cuido, que pelo contrário eu (206) acrescentareei essa infâmia, se me desviar do meu propósito por medo das censuras, e das injúrias: não é indecoroso o ser tímido para salvar a Pátria, e assustar-se com as invectivas, com as calúnias, e com a opinião dos outros homens a seu respeito, já não é próprio de quem for digno do meu grande Emprego, e convém somente ao que quiser ser escravo daqueles, a que se deve governar, para que eles não errem = (Plutharc. in Fab. pág. 162) Aníbal, para o fazer respeito aos Romanos, incendiando as propriedades dos outros, defendia cuidadosamente as do Ditador, para que não padecessem coisa alguma. Fábio foi obrigado a ir à Roma, e deixou o comando a Minucio, com ordem de não acometer o inimigo, mas ele desobedeceu, fazendo uma sortida sobre o seu campo, quando a maior patente do Exército Cartaginês andava forjando: matou a muitos, assustou os outros e retirou-se sem perigo, antes que Aníbal juntasse as suas Tropas. A vanglória de Minucio por este sucesso foi extrema, e a jactância dos seus Soldados; e a notícia do fato chegando à Roma, correu por entre a multidão já enfeitada com os ornatos da impostura. Fabio não só foi tratado, como medroso, mas o Tribuno da Plebe, Mitilio chegou a acusá-lo por traidor, e o Povo Romano associou-lhe no comando o referido General da **(206v)** Cavalaria, igualando-o no Poder Ditatório, fato, de que não havia exemplo até aquele tempo. Os dois Generais dividiram o Exército entre si, e Minucio pouco depois de tomar o comando das Legiões, que lhe pertenceram, dirigindo-se pela sua temeridade, fez tais manobras, que inteiramente cercado já pelos Cartagineses seria de todo destruído, se Fábio o não viesse salvar. Minucio conheceu seu erro, e restituindo-se com as suas Legiões ao comando do Ditador, emendou assim o Decreto da multidão Romana, que não entregou daquela vez a República ao General Cartaginês, só porque as virtudes de Fábio o fizeram superior aos ordinários sentimentos dos outros homens. Plutarco in Fábio refere todas estas particularidades, que nós relatamos para mostrar, quanto é perigosa a Pública Autoridade nas mãos da multidão, havendo necessidade de se resistir a um Conquistador.

^{xxx} Muito diversas, e muito poderosas causas fazem aparecer esta multiplicidade de aduladores Públicos nos momentos, em que predomina a Oclocracia. É uma delas o medo de incorrer na indignação do Povo, e de experimentar os excessos da sua fúria. Espíritos fracos, e destituídos de conhecimento dos homens, como são quase todos eles, não sai bem outro caminho para desviar de si **(207)** os furores populares, enquanto a multidão impura, se não o de serem seus submissos cortesões. Todos os seus prejuízos, todos os seus desacertos, todos os seus atentados são cobertos de louvores por aquela grande parte dos homens, que incapazes de grandes virtudes, estão prontos a sacrifica-las todas, quando o seu sacrifício lhes parece proveitoso, para com ele se escudarem de algum perigo. Foi por este motivo, que os Tiranos tiveram sempre na sua vida um grande número de Apologistas; e sendo a tirania da dominação popular, mais terrível, do que nenhuma outra, ela há de receber também os cultos da lisonja.

É outra causa a ambição. Se o receio de perder conduz a muitos para serem cortesões do Povo, quando ele impera, a cobiça de ganhar arrasta outros a seguirem a mesma carreira. É a multidão, quem distribui os empregos, as honras, ou as riquezas, ou quem influi, para que elas se consigam, e por isso todos os que pretendem alguma destas vantagens, hão de procurar agradar-lhe, lisonjeando o seu poder, e as suas idéias. Foi isto, o que deu ao Povo Romano os cortejos de Pompeu o Grande.

Há, porém, ainda outra coisa, que aumenta muito mais consideravelmente, o número destes aduladores populares nos momentos, em que aparece a Oclocracia: e é o interesse da Causa, que se adula, a qual **(207v)** arrebatada pelo próprio proveito uma grande parte das Nações, que constitui a massa do seu Povo: e nas outras classes havendo muitas pessoas, a quem a uniformidade das suas idéias com as da multidão reduz a serem também uma parte dela, tendo estas o entendimento tão pouco cultivado, como tem o seu a dita multidão, não podem deixar de pensar, e de sentir, como ela pensa, e como ela sente. E é por isto, que sempre foram muito raros os Fócions e os Quíncios Capitolinos, que ousaram contestar as idéias, e as propensões do Povo, quando ele ditava a Lei.

E um outro motivo costuma acrescentar o número dos Cortesões do Povo, quando ele acaba de se apropriar de Pública Autoridade, que estava em outras mãos, como sucedeu em Portugal na época, de que tratamos, e é o incenso, que se tinha tributado ao Poder, contra que o Povo insurgiu, principalmente se ela havia sido excessivo. Os que mais se tivessem desvelado nestes cultos, hão de quase sempre querer ofuscá-los, lisonjeando desmedidamente os novos Agentes da Força Pública. Veja-se o nosso Paralelo do Governo Português, subsequente às Revoluções de 1640, e de 1808 §§. 14, e seguintes.

^{xxxi} O que dissemos na Nota antecedente sobre as principais coisas, que produzem os **(208)** Cortesãos Públicos, deve servir para ensinar, quais são as pessoas, que nas crises, como a de que tratamos, hão de ser as menos capazes de estar à testa da Pública Administração: e um Barômetro, que se manifeste logo à primeira vista este importantíssimo conhecimento, é sem dúvida o mais proveitoso instrumento que nós podemos deixar à posteridade, para lhe sermos úteis no curativo da Oclocracia.

Os que tiverem as rédeas do Governo serão necessariamente os Médicos Políticos, de que há de depender o remédio daquela enfermidade: e sendo, pelo que dissemos no § antecedente, os Cortesãos Públicos aqueles, que mais concorrem, para que ela se prolongue, e se engraveça, é evidente, que nada pode haver tão prejudicial, como serem os ditos Médicos Políticos os aduladores da multidão. Quando isto desgraçadamente acontecer, a morte do doente é inevitável, visto que os seus Médicos em vez de lhe curarem a moléstia, concorrem, para que ela se acrescente. É necessário pois que o Governo não caia nas mãos de quem seja Cortesão do Povo, e por isto é muito importante a matéria da Nota antecedente, porque manifestando,

quais são as pessoas, que mais provavelmente hão de entrar nesta classe, ensina também quais serão aquelas, que mais cuidadosamente devem ser desviadas de ter a Pública Administração, ou de influir nela. **(208v)**

Os que recearem ser mal reputados na opinião pública, ou pelo seu comportamento lisonjeiro, ou pelos seus serviços ostensivelmente prestados ao anterior Estado Político, contra que insurgiu a multidão, são os mais arriscados a entrar na classe dos seus adutores, para verem, se com as novas fraquezas, e com os excessivos incensos queimados às Divindades daquele dia, fazerem esquecer os outros, que se ofertaram no dia antecedente, e de que eles desejam extinguir toda a memória. Estes são, portanto, os que mais desveladamente se devem separar da Administração Pública.

Os outros, com que é preciso ter quase igual cautela, são, os que por falta de instrução pensam, e sentem como o Povo: afetados das mesmas idéias, e dos mesmos sentimentos da multidão, se ocuparem, ou influírem no governo, hão de necessariamente ser adutores dela, não tratando jamais de consegui-las em propensões inteiramente semelhantes às suas.

Os timoratos e os ambiciosos também são inábeis, para dirigir utilmente a Pública Administração nestas circunstâncias, por serem nelas sempre cortesãos do Povo, uns persuadidos, que por meio das suas lisonjas populares se hão de **(209)** livrar dos perigos, e outros, porque se destinam a ganhar com esse preço. E vem a propósito uma anedota passada em Lisboa no ano de 1809. O Desembargador João Antônio Salter de Mendonça ia na sua carruagem para o Palácio do Governo, e um dos criados da traseira, perdendo o equilíbrio, caiu, e de tal sorte, que se ela continuasse a andar, o prejudicaria muito. Isto sucedeu na Praça do Rocio, quase sempre ocupada com pequenos magotes de Povo. Os que viram aquele desastre, querendo acudir-lhe, correram para a carruagem, gritando ao boleeiro, que parasse: mas o dito Desembargador ignorando o trabalho, em que estava o seu criado, a benefício do qual se dirigiam aqueles movimentos, e aquelas vozes, cuidou, que via um tumulto, que se dirigia para ele: abriu logo as cortinas, que se levava fechadas, e disse àquela multidão = Que querem Senhores? eu aqui estou, para o que determinarem = ao que ela respondeu, que não queria, se não salvar o seu criado, que ia caindo para entre as rodas: com o que se tranqüilizou o Secretário do Governo, objeto do divertimento de todos por esta causa naqueles dias. Ora quem é tão medroso, como este caso mostra, não pode deixar de ser adutor do Povo, nem pode ser útil para corrigir a sua Oclocracia. Tratando sempre de fazer a vontade de seu doente, como **(209v)** neste caso, não poderão jamais curá-lo.

Portando convém, que os incumbidos do Governo, subseqüentes às Revoluções Oclocráticas sejam pessoas 1º: que se não assustem facilmente. 2º, que não sejam capazes de querer engrandecer-se com os sufrágios da multidão. 3º que tenham as suas faculdades intelectuais aperfeiçoadas de maneira, que nem pensem, nem sintam como o Povo. e 4º, que não tenham incensado com muito excesso, e ostensibilidade o Público Poder, contra que insurgiu o mesmo Povo. Somente aqueles, em que se verificarem estes requisitos, poderão ser incumbidos utilmente da direção do Governo, quando é necessário remediar a Oclocracia, a que sempre dão origem as Revoluções (§ 1). E é muito importante esta observação, porque ela diz respeito à escolha dos Médicos, a que se há de confiar o curativo do doente em uma moléstia sumamente grave, e difícil de corrigir.

xxxii Ilustraremos isto com um exemplo no mesmo curativo da Oclocracia, para maior proveito dos nossos leitores. Quando a plebe de Lisboa, afetada desta enfermidade subseqüentemente à evacuação do Exército Francês, esteve por efeito dela à vista do Governo, exercitando por muitos meses a Pública Autoridade para procurar, e prender Franceses, e todos os outros, a que **(210)** dava este nome, empregando para o dito fim os tumultos, e

alborotos, no meio dos quais às ditas suas buscas, e prisões juntava os roubos, insultos, e destroço, que costumam acompanhar os procedimentos populares: o dito Governo, que tinha nutrido a Oclocracia por diversos modos, sendo um deles a tolerância dos referidos excessos, chegou a assustar-se, quando viu aparecer este sintoma mais amiudadamente, e com mais aparato (necessária consequência do aumento da moléstia pelo abandono, em que o doente se tinha deixado), e quis então cuidar do seu curativo. Mas de que remédio se serviu? Declarou ao Povo, que era chegado o momento, em que ele julgava conveniente separar do meio dos Portugueses os Vassalos do Tirano enquanto se não proporcionavam meios de o expulsar do Reino (Proclamação de 4º de Fevereiro de 1809 impressa na Minerva Lusitana N° 86 na data de 9 do mesmo mês e ano.)e deu conseqüentemente as suas providências, para que se retirassem de Lisboa, e se recolhessem a diversos distritos, que se lhes marcaram, todos os Franceses, que havia naquela Cidade, dos quais muitos residiam nela com suas famílias a trinta, quarenta, e mais anos.

Analisemos este remédio: Ele era empregado para acudir ao referido sintoma da Oclocracia Lisboense, e como este consistia nas populares prisões dos Franceses, pareceu ao Governo, **(210v)** que era excelente receita mandá-los sair de Lisboa, e prendê-los, e discorreria sem dúvida desta sorte = Nós fazemos, o que o Povo quer, e vendo ele satisfeita a sua vontade, ficará tranqüilo, deixando de empregar a sua força para obter um fim, que já se vê preenchido: e além disto as suas inquietações nascem da vontade de perseguirem Franceses, nós tiramo-lhes os objetos da perseguição, e ela cessará necessariamente = Estas razões manifestam, que se considerava o sintoma isolado, e como se nele consistisse a doença, em consequência do que não se ponderava coisa alguma mais, se não, se o sintoma cessaria com aquele remédio, e tudo o que prometia isto, era olhado, como uma descoberta maravilhosa, e digna de geral aprovação. A que referimos, porém, era tão insensata, como seria o arbítrio de prender na Cadeia todas as pessoas; que podiam ser roubadas, para desta sorte se evitarem os roubos, e os Ladrões. Talvez ainda não lembrou a ninguém este desatino, como um remédio para evitar o furto! Pois no seu espírito ele é idêntico ao outro, de que tratamos.

Mas continuemos com a análise. Suponhamos que o referido remédio, ainda que sumamente ridículo, e desacisado, com tudo atalhava aquele sintoma.que efeitos produziria ele relativamente à enfermidade? Esta consistia na ocupação da Pública **(211)** Autoridade pelo Povo, substituindo-se na Sociedade Civil a vontade individual de cada Cidadão, ou de cada fração de Cidadãos em lugar da vontade geral. A medicina, de que se fez uso, nutria, e acrescentava necessariamente esta moléstia, porque o Povo se via obedecido de tal sorte, que o Governo ia ser o executor das suas vontades. Não se lhe manifestava por este modo, que os seus tumultos, e irregulares procedimentos, eram um tão proveitoso meio para serem obedecidas, e executadas as suas resoluções, que eles constrangiam o Governo a ser o executor destas? E assim corrigia-se, ou aumentava-se a Oclocracia?

O menino grita insofridamente, para que se lhe dê a causa, que ele pede, e que ou se lhe não devia, ou se lhe não queria dar: seus gritos são sufocados, e suas lágrimas enxutas, fazendo-se lhe a vontade, entregando-se lhe, o que ele queria. Aquele acesso curou-se com o dito remédio, mas como ficou o doente, e a doença, de que ele nascia? O doente, mais enfermo, e a doença mais acrescentada. Há mais um ato, que ratificou o hábito morboso, e chegando uma outra semelhante ocasião redobrá ainda o sofrimento, e mais os gritos, até porque já se conheceu, que eles eram proveitosos para se conseguir, o que se desejava. Péssimo remédio! E porque? Porque sofria o sintoma acrescentando a enfermidade. E quem é capaz **(211v)** de conhecer, e de se desviar deste inconveniente? Quem não olhar isoladamente para o sintoma, quem não julgar que ele é todo o mal, e

quem distinguindo uma coisa da outra, ponderar, se aquilo, que aproveita ao paroxismo, prejudicará a doença.

E em que difíceis embaraços se não achará freqüentemente aquele Médico, que desta sorte caminhar no tratamento da Oclocracia? A multidão, pouco depois, tumultua-se, perseguindo os Nacionais, que lhe parecem aderentes aos inimigos, e o Médico da dita Escola, usando do seu remédio, fará separar do meio dela todos esses indivíduos, que ela mesma lhe apontar. Mas em uma hora será apontado um, em outra hora outro, e assim em todas as mais sucessivamente, e cada facção designará as suas vítimas, podendo acontecer, que sejam compreendidos nas Listas de proscrição, feitas no segundo dia daqueles mesmos, que formaram as do primeiro. A multidão, porém, não para aqui: amotina-se contra Funcionários Públicos, e contra chefes destinados para a comandar: e segundo aquelas regras daquela Escola, o remédio será desviar-lhe estes objetos. E quando ela se alborotar também relativamente ao Médico? A sua teoria fará, com que ele neste caso se proscrisse **(212)** também a si. O Governo, pois, que adotar semelhante sistema, ou há de ser interminavelmente ridículo executor dos delírios populares a título de lhe desviar as suas inquietações, ou há de mudar de remédio. No primeiro caso a experiência lhe mostrará, que os seus remédios se inutilizam, porque a uns paroxismos sucedem imediatamente outros, o que manifesta a existência da enfermidade, conhecendo além disso, que é impossível sustentar na prática semelhante sistema, que multiplica ao infinito a necessidade de condescendência. No segundo caso, era então mudar de receita, antes de ser feito tão ridículas experiências.

O Senhor Rei D. Manoel deixou-nos um grande monumento, e uma boa lição em abono da teoria, que temos desenvolvido, na sua Carta Regia de 27 de Abril de 1506, a qual se pode ser impressa no fim da Sentença da Alçada, que o Senhor Rei D. José mandou ao Porto para conhecer da rebelião sucedida na mesma Cidade em 1757. Era a dita Carta Régia escrita às pessoas, que o Mesmo Soberano tinha incumbido das providências sobre o tumulto de Lisboa contra os Judeus, referido por Damião de Góes na sua Crônica 1 Part. Cap. 103. Diz-lhe El Rei que tendo-lhe Ordenado, que pusessem em bom recado os **(212v)** Judeus, para os livrar da continuação dos insultos, contudo não os mandassem sair para fora da Cidade, porque isso parecia de alguma maneira fraqueza da Justiça. Eis aqui o que é olhar o sintoma, e a doença separadamente, e o que é não querer acudir aquele com um remédio, que prejudique a esta. Sendo os tumultos de Lisboa naquela época, dirigidos contra os Judeus, ou com o pretexto de perseguir judeus, separá-los da Cidade, era tirar o motivo da inquietação, mas este meio de a surpreender, manifestava a fraqueza da parte de quem devia governar, e a força da parte de quem devia obedecer, porque o Governo já não confiava no seu poder, para salvar os ditos Judeus das violências do Povo, empregando para aquele fim um meio indireto, que sempre deixava triunfante a multidão, pelo conhecimento, que se lhe dava, do que se lhes não podia fazer uma oposição direta: Ora, na subsistência desta opinião, é que consistia a enfermidade, que o Senhor Rei D. Manoel não queria nutrir, e por isso reprovou aquela medicina, que manifestava a força da parte dos governados, e a fraqueza da parte do Governo, medicina, que extinguiu o sintoma como um remédio danoso para a moléstia, e medicina, que foi a mais seguida em Portugal neste 2º e 3º período da **(213)** sua Revolução, como nós teremos de ver em repetidos exemplos, v. g. o Governador das Justiças do Porto preso pelo Povo, e conduzido à presença do Bispo da dita Cidade, e mandado por ele meter no Aljube para o desviar dos mesmos furores do mesmo Povo: o Marechal Nuno Freire de Andrade, que governava as armas em Coimbra, quando seu irmão Bernardim Freire foi assassinado em Braga, e contra o qual também a plebe de Coimbra, e da Beira se inquietou, desviado por isto não só do dito Comando, mas de todo o serviço

Militar, e o mesmo em outros muitos casos, de que teremos a ocasião de falar.

E se o Senhor D. Manoel procedeu assim, quando Portugal não tinha passado para uma Revolução Oclocrática, e quando o tratava unicamente de conservar o Povo na subordinação, em que ele estava, e que só tinha desaparecido momentaneamente naquela Revolução contra os Judeus, com quanto maior cuidado seguiria a mesma marcha, se governasse subsequente a uma Revolução daquela natureza, e tratasse de corrigir a Oclocracia já existente, e manifestada com tanto vigor, como mostramos, tratando da primeira Época da mesma Revolução? **(213v)**

E para deixarmos esta matéria plenamente desenvolvida, como sumamente importante ao fim, a que nos dirigimos, acrescentaremos ainda ao que temos o dito, mais uma observação, e é, que são duas causas entre si muito diversas no tratamento de qualquer enfermidade, desviar-lhe um sintoma, ou corrigi-lo. Desvia-se o sintoma em dois casos: o 1º quando ele tem uma causa, que aprovado, v. g. um golpe de Sol, ou de frio, e se a cautela o doente de maneira, que sobre ele não obre a dita causa: o 2º quando há um agente, que o reprime, e este é empregado para o dito fim. É evidente, que em nenhuma destas hipóteses se pode dizer corrigido sintoma. O que se fez unicamente, foi desviar-lo, e por isso ele tornará imediatamente a aparecer, logo que na primeira espécie se apresentar a causa provocadora, e na segunda se retirar a força repelente.

Quando porém o sintoma se não manifesta, nem mesmo à vista da Causa, que o provocava, e sem o auxílio de algum agente externo, que tenha a virtude de o reprimir, então, e só então é que ele se pode dizer corrigido, porque não aparecendo, quando costumava aparecer, e sem que isto se deva ao **(214)** emprego de uma força comprimente, é absolutamente necessário, que esteja curado em si mesmo, e não somente suspenso por efeito de causas externas, e isto é que se diz estar o sintoma corrigido.

Nós vamos exemplificar esta teoria na mesma espécie de Oclocracia. Os tumultos são um sintoma desta enfermidade, como temos dito. Suponhamos, que a causa, que os provocava, era a desconfiança das traições, e suspeita dos traidores, como é da sua natureza, e de fato sucedia na Oclocracia Portuguesa, de que tratamos. Depois, o Médico Político, fazendo, com que não houvesse a ocasião daquelas desconfianças, e daquelas suspeitas, conseguia desta forma, que não aparecessem os tumultos, o que ele fazia nisto, era unicamente desviar do seu doente o sintoma, evitando-lhe a causa, que lhe provocava. Por outra parte, uma força Militar proporcionada ao corpo da multidão Oclocrática é sempre um agente, que tem a virtude para comprimir aquele sintoma, se pois o Médico Político emprega este meio, e estando ele em atividade, se não observam os tumultos, deve dizer-se unicamente, que o dito sintoma está desviado por efeito da força, que se lhe opôs, e que ele o comprimiu. **(214v)**

Quando se dirá pois, que o dito sintoma está corrigido? Quando a multidão se não tumultua, apesar de não haver a Força Militar, que o comprimia, e apresentando-se-lhe aquelas coisas provocadoras, as desconfianças, e suspeitas de traição. Não se podendo neste caso atribuir a falta do sintoma, nem a um agente estranho, que o repulse, nem a remoção da causa, que o provocava, é indispensável entender, que ele não aparece por si mesmo; e que portanto se acha corrigido.

Esta observação é de suma importância para o Médico Político se não iludir sobre o estado do seu doente, a que a Oclocracia afetou. Sucede freqüentemente não aparecerem por mais, ou menos dilatado tempo àquela coisa, que excitavam a multidão ao emprego da sua força, e conseqüentemente aos tumultos, e isto, ou casualmente, ou pelos cuidados do Médico. Sucede outras vezes aparecerem as ditas causas, estando a multidão rodeada de uma grande Força Militar, que a assusta, e comprime, e que por isso lhe impede o rompimento dos seus motins. Em ambos estes casos, se o Médico é ignorante, e não atende a diferença, que há entre o

estar desviado, e o estar corrigido o sintoma, se o reputa o corrigido, **(215)** logo que ele não aparece, seja qual for o motivo: se considera por isto melhorado o seu doente, e talvez restituído à sua perfeita saúde, quando nele existe a moléstia em todo o seu vigor, estando unicamente suspenso um dos seus sintomas, porque o impedem causas externas ao enfermo, o dito Médico assim iludido, perdendo o cuidado da doença, e do doente, há de muitas vezes ser surpreendido, quando o menos esperar, com um novo paroxismo, tanto mais funesto, quanto menos prevenido se achava o Médico para lhe acudir, e qual talvez ele teria desviado, se não julgasse corrigido o sintoma quando o não estava ainda.

A história da invasão Macedônica na Grécia, que referimos na Not. 29, apresenta-nos intervalos de tempo, em que os Gregos apareciam tranqüilos, sem manifestarem as agitações próprias da Oclocracia, que os afetava, e isto porque as armas de Felipe, ou de Alexandre lhe comprimiam este sintoma da sua doença, que aliás estava em seu vigor. E poderia dizer-se por isto corrigido o sintoma, ou melhorada a doença? Apenas chegava a notícia da morte de Felipe, da retirada de Alexandre para a Ásia, ou **(215v)** de outro semelhante acontecimento, ainda que fosse mal averiguado, ou mal calculado, e apenas que esta notícia tirava aos Povos o medo daquelas armas, que eram a força comprimente dos seus alborotos, estes renasciam imediatamente, ressuscitavam os Demagogos, que acendiam os movimentos populares, e a multidão manifestava-se inteiramente Oclocrática, como dantes havia aparecido, apesar de se não terem visto anteriormente por algum tempo os seus tumultos. E porque sucedia isto? porque a moléstia existia, e o sintoma estava somente desviado por uma causa externa ao doente, cessando a qual, necessariamente este havia de recair nos acessos próprios do seu estado morboso.

A saúde é aquela situação, em que o Corpo Físico, ou Moral satisfaz por efeito das suas mesmas forças a todas as facções, que são da sua natureza: se ele para as satisfazer precisa de ser ajudado por causas estranhas, não está são; porque necessitando de um remédio para encher as ditas funções, manifesta por isso mesmo, que não tem em si a força, que elas requerem, e é isto, o que se chama uma enfermidade, ou um defeito na **(216)** máquina, que lhe perturba os seus naturais movimentos, e ações. Estes Corpos Morais, que chamamos Sociedade Civil, estão no seu estado de saúde Política, quando as duas partes, que os compõem, os Governados, e os Governantes se não perturbam mutuamente no exercício das suas funções, e isto mesmo por efeito da sua organização, sem ser preciso empregar um agente extraordinário para conter alguma delas, impedindo-a de invadir as funções da outra. Enquanto dura este estado de saúde, a classe dos Governadores não necessita de ter à vista um Exército para se conservar na sua situação pacífica, deixando livre aos Governantes o exercício da Pública Administração: porque ela não se mete nisso, nem ainda quando falta a dita Força Militar para sustentar o Governo, e permanentemente comprimir a multidão.

O hábito equivale à dita Força, e a faz desnecessária, enquanto a dita saúde Pública não se perturba: sendo por efeito do mesmo hábito, que a referida classe deixa de se apropriar as funções de quem governa, e deixa de empregar o seu poder para executar, o que lhe parece bem, ainda mesmo não tendo à vista quem **(216v)** reprima os seus movimentos. É por esta causa que nós víamos em Portugal grandes Cidades, como Braga, e Coimbra, habitadas por muitas mil pessoas, sem terem nem um pequeno Corpo Militar ativamente empregado para conter o seu Povo, e este habitualmente tranqüilo, sem se intrometer no que era próprio do Governo, nem jamais empregar a sua força para se executar aquilo, que lhe parecia de Público interesse.

Quando, pois, uma Nação sofreu uma Revolução Oclocrática, e que nela, conseqüentemente, se desarranjou a saúde Pública, perturbando-se naquela classe dos Governados aquele hábito, que a desviava, de se ingerir nas

funções próprias da outra classe, isto é, do Governo, esta Nação somente se deve julgar restituída à sua anterior saúde, quando na dita classe dos Governados se vir restabelecido o mesmo hábito, que sem auxílio de algum outro agente a inibia de entender na Pública Administração: porque somente nestas circunstâncias é, que a dita classe se mostra limitada ao exercício das suas funções por efeito da sua saúde, e não por auxílio de um remédio. Enquanto este for necessário para se obter aquele fim, existe a enfermidade: e enquanto **(217)** aquele fim se obtiver para à vista do remédio, não pode o Médico Político decidir sobre o restabelecimento do doente, porque há de ignorar necessariamente, se o satisfizer ele as funções, que lhes são próprias, é um efeito da sua saúde restabelecida, ou um resultado temporário do remédio, no uso do qual ele ainda está.

Portanto somente quando a multidão desassustada de uma Força Militar, capaz de comprimir as suas agitações, se conserva no estado passivo, que lhe convém, sem se intrometer na Pública Administração, e sem empregar o seu poder nas causas, que dela dependem, só neste caso é, que o Médico Político pode dizer, que desapareceu o sintoma Oclocrático, consistente nos tumultos populares, e isto principalmente, se estes não arrebatam apresentado-se-lhe as suas causas provocadoras: e estando presente a dita Força Militar, não se deve nunca deduzir, que o sintoma está corrigido, só porque ele não aparece: visto que pode estar desviado pela dita Força Militar, que é um remédio proporcionado para o desviar.

xxxiii Assim como nas febres intermitentes o Médico aproveita o espaço da **(217v)** intermitência para a aplicação dos remédios, dos quais se não pode fazer uso com utilidade, durante o paroxismo, da mesma sorte para o curativo da Oclocracia é tempo mais proveitoso aquele, em que o grande acesso, manifestado pelos tumultos, deixa o enfermo: porque existindo aqueles, este aparece em suma agitação, e inteiramente indócil, para que sobre ele possa obrar a Medicina relativamente à moléstia. Esta resulta da destruição do hábito passivo, que compete aos Governados na Sociedade Civil, e conseqüentemente a saúde há de nascer com o restabelecimento do mesmo hábito por meio de nova repetição de atos passivos, que o reproduzam. E quando está menos disposta a multidão para atos passivos, do que na crise de um tumulto? É, pois, indispensável nestes momentos tratar só de acalmar aquele paroxismo, para que ele produza os menores estragos, que for possível, reservando para a intermitência os remédios, que hão de restituir aquele hábito perdido. Por isso o tempo da intermitência deste grande sintoma é o que mais se deve aproveitar no tratamento da Oclocracia.

xxxiv Veja-se a História da França no decurso do Século VII, e princípio do VIII, época anterior à Carlos Martel.

xxxv Não nos deixemos, pois, iludir com os nomes, e com os exteriores. Nós vimos em nossos dias uma Constituição Política, a que se dava o nome de Monarquia Democrática, ou Democracia Real, e que na França excitou o entusiasmo de todos os partidos, que se formaram no curso da Assembléia Constituinte, porque esta extravagante denominação iludia a todos, por este hábito quase geral entre os homens de se deixarem governar mais pelas palavras, do que pelas causas, e fazia acreditar a cada um deles o triunfo da sua Causa: D'Escherny La Philosophie de la Politique Liv. 9 Tom. 2, pág. 297. A Monarquia, porém, triunfava tão pouco, apesar das palavras, e dos exteriores, como se viu bem depressa com a total aniquilação do Trono, e com o Suplício do Monarca, e nós atrevemo-nos a anunciar, que sempre que se admitirem Monarquias Democráticas, o império da multidão há de por fim dissipar até essas mesquinhas, sombras do Governo Monárquico, que por algum tempo se conservaram, e pelo mesmo motivo os Governos, que servirem de véu à Oclocracia, e que por sua inépcia, em vez de curarem

esta enfermidade **(218v)** tratarem somente de a paliar, acudindo apenas a alguns dos seus sintomas mais visíveis, logo que eles deixarem de ter uma Força Militar estrangeira não Oclocrática para os sustentar; hão de ter o seu dia 24 de Janeiro, em que se vejam aniquilados, e perseguidos, como em 1810 teve em Sevilha a Junta Central do Governo Espanhol. Muito precária existência é aquela, que depende de um tal sustentáculo permanente, o qual é impossível de se conseguir! E dissemos uma Força Militar estrangeira não Oclocrática, porque se ela tiver esta natureza, em vez de sustentar o simulacro do Governo, há de ajudar a multidão nos dias, como aquele dia 24 de Janeiro. Este dia, com efeito, já teria há muito aparecido para o Governo de Lisboa, se em vez do Exército Britânico, que está em Portugal, aí estivesse um igual Corpo de Tropas Espanholas.

^{xxxvi} Há diversas Coleções impressas, em que se acham estas Proclamações, podendo muitas delas ver-se naquela, que citamos na Not. 25.

^{xxxvii} Pode ver-se este dito em Tácito **(219)** Anal. Lib. 3 Cap. 6., e é o mesmo, que uma destas Proclamações, de que falamos.

^{xxxviii} Lib. 1. Cap. 1. §§ 2, e seguintes.

^{xxxix} O Bispo do Porto, que era o Presidente da Suprema Junta do Governo Português nas Províncias do Norte, deu este exemplo muitas vezes, havendo de falar aos Povos das distas Províncias. Pode ver-se as suas Proclamações de 3, e 4 de Julho, que finalizam = Viva o Príncipe Regente! Viva Portugal! Vivam os Portuenses! e a de 22 do mesmo mês, que acaba = Viva o Príncipe Regente! Vivam os Portugueses! Morram os Tiranos. E desejaríamos perguntar a este Presidente de uma Junta, que aclamava o Reinado, e a Soberania da Sereníssima Casa de Bragança, o que ele entenderá pela exclamação = Morram os Tiranos! = Os Franceses usaram também dela, mas foi, tendo abolido a Monarquia, protestando aboli-la em toda a parte, e invectivando por isto contra todos os Reis, que designavam com aquele nome. Veja-se a Not. 18. Se neste sentido o dito Bispo usava daquelas palavras era muito discreto o restaurador dos Direitos **(219v)** dos Monarcas Portugueses! Se entendia por Tiranos os Reis, que abusam do seu Poder, também servia mal à Monarquia, porque a doutrina do tiranicídio não lhe é muito favorável. Estamos certos, que se ele escrevesse esta expressão nos tempos do Senhor Rei D. José não havia de ficar impune, apesar do seu caráter Episcopal. E para se ver o fundamento, com que o afirmamos, remetemos nossos Leitores para a Declaração Cronológica, e Analítica P. 1. §§ 588, e seguintes, e §§ 658, e seguintes.

^{xl} As considerações, que fizemos na Not. 15 sobre as vantagens, que resultavam a guerra de ser ela apoiada com o espírito público, são aplicáveis à influência do mesmo espírito em todos os outros artigos da Administração dos Estados, e conseqüentemente é necessário não lhe atribuir tão grandes resultados, como vulgarmente se lhe atribuem. É, porém, certo, além disso, que nem os discursos dirigidos aos Povos são bastantes para formar o espírito de uma Nação. Eles ainda quando obram, produzem uma impressão passageira, e podem por isso utilizar unicamente **(220)** para aquilo, que depende de um momentâneo choque, exigindo a constituição daquele espírito causas permanentes, e as quais o produzem ainda sem Oradores. O Discurso de Bruto à vista do cadáver de Lucrécia fez romper os Romanos contra os Tarquínios, mas não foi quem lhe deu, nem o ódio ao Reinado, nem o espírito de liberdade: e as Práticas Evangélicas extraem lágrimas, excitam poderosos, e veementes afetos, e fazem mesmo uma conversão, que é a obra do momento, mas não dão o espírito religioso, que somente é filho da prática de repetidos atos das virtudes Cristãs.

^{XLl} Por esta causa, quando parecesse útil dirigir a opinião pública por meio de Escritos, como acima dissemos, deveria fazer-se uso dos Anônimos, para que o remédio aproveitasse, sem que se visse ao mesmo tempo de conciliar partidos aos seus Autores. Era preciso regenerar o Governo, que a anterior Oclocracia tinha feito desaparecer, e para isto convinha muito atrair todas as vontades, e todas as afeições aquele centro **(220v)** comum da Sociedade, e empecia este empenho qualquer diversão para outra parte, que se lhe desse, ou tolerasse. Quando os Éforos observaram o excessivo amor, e crédito, que Agesislau excitava nos Espartanos, impuseram-lhe uma multa, dando-lhe por motivo = que ele se apropriavam os Cidadãos, que pertenciam à República; e quando o excessivo uso, e freqüência dos Oratórios particulares chegou a fazer, com que os fiéis se esquecessem das Igrejas Públicas, as Leis Eclesiásticas muito politicamente trataram de diminuir aqueles para chamar a estas os Cristãos: Pocieg. Jurispr. Eccles. P. 3 §. 676. Tudo isto são providências filhas do mesmo espírito: e quando se trata de corrigir a Oclocracia pelo restabelecimento do Governo, é igualmente aconselhado impedir a apoteose de Divindades particulares, que chamem para si uma parte dos cultos públicos, quando se devia cuidar em os encaminhar todos para a grande Divindade Central da Sociedade Civil.

^{XLII} Eis aqui o erro, de que vinha todo o **(221)** mal. A lembrança, de que a multidão tinha estabelecido o Governo, era o que nela conservava a idéa da sua superioridade, e donde nascia esta absurda pretensão de entender, e de inspecionar sobre ele. Nós já dissemos no § 11, que a instituição das Juntas do Governo havia de produzir necessariamente este prejuízo popular, e que elas eram, por isso um alimento da Oclocracia, por estarem sempre lembrando ao Povo o seu Poder: mas se estes Oradores mudos impediam assim o curativo daquela enfermidade, quanto mais nocivos não seriam os outros, que lhe despertavam a mesma lembrança no meio dos seus discursos? = Erigimos um Governo.... A proposição era falsa. A quem falava este Orador? A multidão do Porto, que fazia aqueles ajuntamentos sediciosos, e que tinha aquelas criminosas práticas, que ele repreendia. E foi acaso a dita multidão assim irregularmente junta, que instituíra o Governo? Não. Na Nota 13 nós o vimos erigido, por uma Assembléia do Clero, Nobreza, e Povo, celebrada com tranqüilidade. Como diz, pois, José Rodrigues ao Povo tumultuado, e em facciosos Conventículos, que ele erigira o Governo, quando o Povo apenas foi uma das partes, que concorreu para a sua ereção, e não estando na desordem, em que o considera **(221v)** este Proclamador?

Assim como se repetem os erros, é necessário também, que se repitam as verdades. O exercício da Legítima e natural Soberania Portuguesa estava suspenso pela ocupação do Exército Francês, e logo que esta cessava pela insurreição dos Portugueses, aquela se vivia por si mesma, e só podia deixar de reviver, se Portugal insurgindo contra os estrangeiros lhe quisesse suceder na opressão dos Direitos dos seus Soberanos. Mas uma vez que o Reino não queria repelir a opressão dos inimigos, para ele mesmo se erigir em opressor, o que unicamente se fazia no restabelecimento destes Governos, era designar por um Acordo Social quem havia de reter a Suprema Administração Pública, enquanto S. A. R. não provia a respeito dela. E feito uma vez este Acordo, intervindo os sufrágios também do Povo, este ficava sendo o mesmo, que era antes dos Franceses invadirem Portugal, nem se podia arrogar autoridade alguma, que não exercitasse anteriormente a esta invasão: e por isto sempre que obrava ativamente a respeito da Pública Administração, estava em rebelião contra os Monarcas **(222)** Portugueses: e fomentava a dita rebelião este Proclamador, quando dizia ao Povo, que só lhe tocava = vigiar os nossos interesses, e os nossos inimigos = devendo dizer-lhe, que lhe competia unicamente obedecer = Esta vigilância sobre os interesses, e sobre os inimigos públicos incumbia ao

Governo, e com o pretexto dela é, que a multidão cobria os seus desatinos, e os seus atentados. Anunciar-lhe pois, que lhe incumbia esta vigilância, era abrir-lhe, o precipício para as desgraças, que se queriam evitar.

E para fazer estas verdades sensíveis ao Povo, não era necessário recorrer à teoria da Organização Social, a fim de lhe mostrar com Dacuray de Brie Theorie des Lois Sociales Liv 1 Chap. 1: que ainda mesmo naquela = O Poder Soberano é puramente instituinte, que organiza o Corpo Político, e não obra depois da organização; sendo o Povo, a massa dos Governados, composta de todos os Cidadãos, os quais depois de terem dado o seu acesso às Leis, não exercem alguma das funções do Governo. = Não era preciso subir a estes princípios, muito mais concludentes, e aplicáveis na espécie sujeita, em que se não tinham constituído a organização Social, mas somente estabelecido um. Agente para ter a Suprema **(222v)** Administração Pública até chegarem as ordens de S. A. R., o que era muito menos do que aquela instituição, e bastava recorda-lhe, o que o mesmo Povo praticava todos os dias nas eleições dos seus Representantes na Casa dos 24, e dos Juizes dos seus Ofícios, e no outros semelhantes casos, nos quais eles mesmos sendo os eleitores, concluídas as eleições, entravam imediatamente na classe passiva dos Governados, sem pretenderem jamais, nem superioridade, nem superintendência sobre os elegidos, por isso que os seus vistos lhes tinham dado aqueles exercícios; devendo observar-se sobretudo, que não era com o uso destes discursos, e com a explicação destas teorias somente, que se havia de conseguir a reorganização do Corpo Político, que no momento da Revolução tinha passado, e necessariamente havia de passar por uma metamorfose, que lhe perturba-se a sua anterior organização, a qual só podia ser restituída com os arbítrios Políticos capazes de regenerar na classe dos Governados o hábito passivo, que tinha perdido naquele momento.

^{XLIII} Este Governador das Armas é José Cardoso de Menezes, naquele tempo Coronel agregado a um dos Regimentos **(223)** da Guarnição do Porto, e no qual recaiu o Governo das Armas do Partido do Porto em razão de ser a maior patente, que havia nele, quando foi perseguido, e preso o outro Governador Luiz de Oliveira, de que falamos no § 4. A este seu sucessor no cargo prendeu-o a plebe do Porto, que ele governava, e no meio de um tumulto, e de muitos impropérios conduziu-o às Cadeias da Relação da dita Cidade, tudo isto, sem que obstasse o residir nela a Junta do Supremo Governo, presidida pelo Bispo, a qual parecia ter, nas suas mãos a Pública Administração. Esteve muitos meses preso, e afrontosamente, e sem culpa alguma, segundo se conheceu, e julgou, como consta na Declaração impressa na Gazeta do Governo de Lisboa datada de 14 de Abril de 1809. Quem é que tinha ocupado a Pública Autoridade, quando isto se praticava, a dita Junta, ou o Povo? Ambos; fazendo cada um aquilo, que lhe parecia proveitoso nos Negócios Públicos.

É, pois, este Militar o Governador das Armas, que o nosso Proclamador excetua do número daqueles, que tinham feito bem as coisas, passando a dizer depois = Está preso, e não governa, seja culpado, ou inocente = Parece que **(223v)** a afirmativa do primeiro período entrava em manifesta contradição com a dúvida do Segundo.

É, deste Militar que o Povo do Porto dizia, que o podia julgar, e logo executar, conforme atesta este seu Orador. O Governo deixou imprimir este Papel, que trazia a denúncia pública daquela criminosa doutrina. Repreendeu-a acaso depois de dar licença para se publicar que ela existia, o que valia o mesmo, que dar-se por Sabedor disso? Mandou devassar, e punir, quem proferia, sustentava, e divulgava máximas tão desorganizadoras da Sociedade Civil? E não bastava esta sua tolerância, e silêncio para se prepararem os assassínios do seguinte mês de Março? O Bispo do Porto Presidente da Suprema Junta, que na sua Pastoral de 6 de Julho, quatro dias depois de aparecer este Papel, julgava próprio do seu,

Ministério Episcopal impor a pena de Excomunhão maior *ipso facto incomenda* aos fieis, que não fazem jurar na Devassa da Inconfidência, o que soubessem, ou de ouvida contra qualquer sectário, ou partidista do Governo Francês, e os seus costumes, e contra qualquer, que de algum modo seja inconfidente ao Real Trono, à Nação e à Pátria, e tenha dado (224) disto mostras públicas, ou particulares antes, ou da Restauração feliz, de que gozamos: (que montão de expressões vagas, próprias para inquietar as consciências timoratas nas pessoas de probidade, para excitar mútuas desconfianças, e geral desunião, e para satisfazer vinganças antigas, e ódios velhos!) Este Prelado fez alguma Pastoral, impôs alguma Excomunhão para atacar alguma doutrina, que arriscava manifestadamente a transgressão do 5º preceito da Lei Evangélica, e que metia a espada na mão dos assassinos? Não: ele calou-se desta vez. Miserável lisonjeiro da multidão! Como ela perseguia inconfidentes, (que não havia, porque ninguém os viu justificados) sacrificou-se a espada da Igreja, a sua mais terrível pena ao apetite de se fazer agradável à plebe, e atacou-se com ela a Caridade, o primeiro dos seus Mandamentos. E como a doutrina, de que tratamos, ainda que sumamente errônea, anticristã, e anti-social, era da plebe, deixou-se correr impunemente, para não incorrer no seu desagrado! Se um Português dissesse, por exemplo, que temia os resultados da Revolução por causa das muitas forças do Imperador, ele era um delinquente gravíssimo, (224v) devia ser logo preso, e excomungado, quem o não delatasse, apesar de que a dita opinião, ainda quando mal fundada, não produzia mal algum: quem diz, que o Povo pode julgar, e matar logo o Governador das Armas, em Juntas, e Conferências Públicas, este é um inocente, não seja perseguido, nem denunciado, apesar de que semelhante doutrina seja capaz de arrastar as maiores desgraças à Sociedade Civil! O benefício, que este Bispo fez aos seus favorecidos, foi conduzi-los aos assassinios executados no Porto em o Março seguinte à vista dos seus olhos, e que alguns deles expiaram, perdendo a vida no patíbulo, talvez sem terem uma plena imputação daquelas atrocidades! O sangue de uns, e de outros pesará sobre a sua cabeça.

XLIV Port. Rest. P. 1. Liv. 3º, e 5º Tom. 1 pag. 305, e pag. 134 Ed. de 1731.

XLV Veja-se o Discurso Preliminar por Dumont aos Tratados da Legislação Civil, e Penal de Mr. Bentham no Tom. 1º das suas Obras. pag. 19.

XLVI Bielfeld Institut. Politiq. T. 1. Chap. 6 § 19. Il est meme de la Magestè du Souverain de faire, parler ses (225) Lois d'un ton imperatif. Veja-se Jeremias Benthon Traités de Legislation Civile, et penale Tom. 1 Chap. 32.

XLVII Esta Proclamação, assim como a de que falamos anteriormente, está impressa na Coleção, que referimos na Nota 25.

XLVIII Recomendamos aos nossos Leitores, que observem atentamente, como aqueles mesmos, que estavam à testa da Pública Administração, iam preparando as atrocidades, que havemos de ver praticadas pela plebe da Cidade do Porto em Março de 1809.

A dita plebe tinha preso muitas pessoas no ato da Revolução, como testifica a carta do Juiz do Povo, transladada na Not. 24: e prendeu outras posteriormente, já depois de restabelecido o Governo: chamando a todas elas traidores, e Reis de Estado, e pedindo conseqüentemente o seu sangue. Elas, porém, ou eram plenamente inocentes, como aquele Manoel Feliz Corrêa Maia, de que falamos no § 11, e o Governador das Armas, que deu matéria à Not. 43, ou eram argüidos de coisas, que nem podiam merecer o (225v) nome de inconfidência, nem exigir a Severidade de castigo. Veja-se a prova disto no §18 do nosso Paralelo do Governo Português, subsequente às Revoluções de 1640, e de 1808, aonde

mostramos a consideração, que mereciam todas essas arguições, segundo os princípios da Jurisprudência Criminal. A plebe porém não o entende assim, e todos os seus tumultos eram motivados principalmente, por não ver a execução destes seus criminosos, como demonstram evidentemente as satisfações, que lhe deram sempre, que a quisessem tranquilizar. A plebe estava prejudicada, reputando crimes, e crimes de Estado coisas, que o não eram.

O Governo não tinha ainda a barbaridade necessária para satisfazer a torto, e a direito os desejos da plebe, entregando ao último Suplício, os que ela julgava dignos desta sorte, ainda que realmente o não fossem; o dito Governo era fraco, como temos visto, e continuaremos a ver, e este seu defeito aproveitou a este respeito, para que ele se não fizesse instrumento de todas as atrocidades. Ele tinha porém a falta de virtude, e de fortaleza, que **(226)** bastava para reter os inocentes nas Cadeias, prolongando a decisão das suas Causas, e para não declarar sem culpa, e soltar aqueles, que a plebe prendera, e queria ver na forca, ainda que o mesmo Governo se persuadissem da sua inocência.

Que arbítrio, pois se tomou? O que era próprio destas qualidades morais do Governo; não contestar a preocupação popular, antes nutrida, dando sempre por certa a existência de atrocíssimos criminosos, que se achavam presos, inculcando-se, que se tratava do seu Processo, e prometendo-se contra eles gravíssimos castigos: e demorar o êxito destas Causas, para que a plebe se contentasse com a esperança dos Suplícios, e para que as vítimas da sua raiva sofressem alguma coisa menos, do que a morte. Tudo isto resultados da fraqueza, que produzia no Médico o medo do doente, e que desafiava as suas lisonjas para com este. Com efeito, o menor inconveniente, que tinha este remédio, era a injustiça para com os presos na demora das suas prisões, ainda que este mesmo não era de desprezar, o principal consistia em nutrir a preocupação da plebe, fortificar as suas **(226v)** desconfianças, fazendo, com que estas se estendessem também ao Governo. Este mesmo lhe segurava a existência, ela prometia o castigo de gravíssimos Réus, entreteendo-a com a necessidade de tempo, para se proceder com legalidade, e buscando nisto motivo, que cobrisse a demora das execuções. Usava-se de um sedativo, que suspendia por um pouco o paroxismo da Oclocracia, a tumultuosa inquietação popular, originada pela falta dos ditos castigos: mas ele preparava necessariamente um outro insulto mais veemente para o futuro. Ia correndo o tempo, e a plebe sempre com os olhos, e com as esperanças nos castigos, que ela desejava, e que se lhe tinham inculcado como justos, e nesta consideração prometido, e vendo que eles não chegavam nunca; não podendo duvidar da existência dos Réus, que lhe fora atestada pelos Funcionários Públicos, que era natural, que fizesse senão um outro tumulto maior, do que o primeiro, e tanto mais difícil de corrigir com outros destes sedativos, quanto ela já havia de desconfiar necessariamente, de que o Governo, e a justiça a iludia, querendo salvar aqueles que **(227)** reconhecia indignos criminosos, e que não acabava nunca de punir? Havia de incentivar contra o Governo, e contra os Magistrados, havia de querer partir contra eles, e por fim, quando se sobreviesse um acidente mais forte, havia de ir mesmo com as suas mãos fazer nos cárceres as execuções, que se lhe tinham prometido. E, com efeito tudo assim sucedeu, e não podia deixar de suceder. A natureza do remédio, de que se fazia uso, prometia todos estes resultados.

E qual era a causa destas últimas desgraças, quando elas sobreviessem? A imperícia dos Médicos, que para sufocarem um sintoma usaram de uma receita, de que ou não conheciam, ou não calculavam todos os efeitos, e que havia de desafiar indispensavelmente um outro acidente ainda maior. Os médicos eram lisonjeiros, e de comprazer com o doente, como aquele, de que falou Mably no lugar por nós trasladado em o fim do § 13.

A medicina, que convinha, era a do outro Médico, que o mesmo Escritor louva: atacar com todo o rigor da antiga escola a doença na sua origem:

despreocupar a plebe: explicar-lhe, quais eram os crimes **(227v)** de Estado seguindo as Leis do Reino, para que ela entendesse, que não merecia este nome nenhum desses fatos, a que o dava: repreender-lhe se logo nos primeiros dias do estabelecimento do Governo: o seu apetite de achar inconfidentes na Nação, quando ela estava toda unida nos sentimentos de lealdade para com o Soberano, e para com a Pátria, e muito convinha, que assim o estivesse (ainda quando houvesse, que capurgar, devia sempre falar-se desta sorte do Povo, e o Governo depois faria, o que devia fazer:) mostrar-lhe quanto era contrário à Causa, em que se lhe entrava, este motivo de desunião, e de intriga, excitado unicamente pelas paixões, e vinganças particulares, sem que nele houvesse, nem sombra de zelo público (era necessário meter-lhe isto aos olhos, para desacreditar procedimentos, que se queriam desviar, honrar-lhe a sua origem com a capa de virtudes, chamando-lhe v. g. excesso de Patriotismo, produziria infalivelmente o efeito contrário:) fazer-lhe ver, que a Justica é quem havia unicamente de tratar do castigo dos criminosos, se os houvesse, entrando neste número, era a sua primeira classe os que se arrogassem a jurisdição de prender, não sendo daqueles, a que as Leis a **(228)** concediam. E depois de instruir a plebe desta sobre, devia-se obrar a tudo conseqüente a este sistema; não deixar imprimir nenhum destes ridículos Papéis, opróbrio da Literatura da Nação, em que diariamente se falava em traidores, por quem ignorava, o que isto era, tendo unicamente nesta matéria as mesmas idéias, que a Plebe do Porto, todas vagas, e inteiramente diferentes, das que a Jurisprudência Criminal ensinava: (desgraçadamente este uso apareceu quase em todos os Papéis do mesmo Governo assim nestas, como na seguinte Época!) e não consentir, que pessoa alguma particular se arrojasse a fazer prisões, sem que temesse ser castigada, para o que bastava certamente o castigo de um, ou dois daqueles, que incorressem neste crime, que teve pena, e grave pena constituída pelas Leis.

Desta sorte, e como o uso destes remédios era que unicamente se podia corrigir a licencia popular naquela parte, em que se pretextava, e cobria com as aparências de zelo pelo castigo dos Portugueses inconfidentes, e desligados da Causa da Nação, aparências de zelo, com que se disfarçavam umas vezes ódios particulares, outras vezes os projetos da rapina, e que ainda não **(228v)** sendo empregadas dolosamente para este fim eram sempre funestas, porque honravam os tumultos, e o espírito de vingança, emanção do Oclocracia, como mostramos no § 6º, dando-lhes uma origem virtuosa. E como de se lhe dar uma tal origem, provinha o medo de repreender aqueles excessos, e o jeito, que nisto se buscava, sem que jamais se atacassem diretamente, para não parecer que se desaprovava a Causa, a que eles se atribuíam, era indispensável empregar remédios, que destruíssem este prestígio, o qual inabilitava os Médicos para se empregarem francamente no curativo da moléstia.

Estendemos os limites desta Nota talvez demasiadamente: mas a errada medicina, que nela censuramos, foi geralmente seguida nesta, e na segunda Época, e um dos meios porque mais se agravaram as inquietações populares, e as desgraças dos Portugueses, e convinha por isso desenvolver muito escrupulosamente esta matéria, para que nossos vindouros em outras semelhantes crises se desviem de tão funesta escola.

^{XLIX} Recorde-se neste lugar, o que dissemos **(229)** na Not. 42; e sobre o uso da palavra Tirano, veja-se também, o que escrevemos na Not. 39.

^L Este era todo o motivo das inquietações populares, e que deviam ser corrigidas, como dissemos na Not. 48. Note-se, que ainda se dizia começada a Devassa no dia antecedente, e já havia presos, e presos, que se estranhava não estarem ainda castigados. A comparação da França não convinha à França daquele tempo: ela não seria tão formidável, se o seu Chefe consentisse, em que o Povo andasse fazendo prisões arbitrarias,

como tinham as dos Réus lembrados nesta Proclamação: convinha sim à França no tempo dos seus acidentes Oclocráticos, quando se proclamava a liberdade, e a igualdade, a Soberania do Povo, e quando se fazia a guerra a todos os Tronos. Era esta França aquela, a que se devia atribuir a prática repreendida aqui, e quando os Portugueses proclamavam uma Monarquia, isto devia ser ainda mais capaz de lhe fazer odiosa a dita maneira de proceder, do que atribuindo-se ela à França já Monárquica, e já não declarada inimiga do Reinado. Era do tempo, devia-se lhe dizer, em que (229v) a França aborrecia os Reis, e vós quereis, e vós aclamais o Vosso: convém pois, que não imiteis nos vossos procedimentos aqueles, que mancharam as suas mãos no sangue do seu Monarca.

Se em França se faz outra coisa, esta desgraçada Potência não serve hoje de modelo às outras, diz este Ministro! Prouvera a Deus, que no assunto, de que ele tratava, a França fosse o seu modelo, e das outras pessoas incumbidas em Portugal da Pública Administração! O seu empenho era corrigir a Oclocracia: nenhuma Potência esteve nunca tão Oclocrática, como a França. Ela foi a primeira, que reduziu a ato a abstração da igualdade natural, indispensável, e a mais funesta origem daquela enfermidade: ela foi a primeira, que sobre esta base formou uma Constituição, que seria sublime para entes de tal sorte perfeitos, que não precisassem de ser governados, mas que era perigosíssima, e destrutora de toda Política Social, e de todo o Governo, sendo aplicada a entes, como o homem, que fraco, ignorante, e vicioso não se pode dispensar de quem o governa. Esta Nação padeceu (230) tanto no curso desta sua enfermidade, que o seu Diário Clínico há de encher de horror, e compaixão aos vindouros, e deve fazer, com que entre eles, para acalmar os furores de um Povo irritado, e para inspirar-lhe sentimentos de conciliação, de paz, e de concórdia, seja o bastante dizer-se-lhe = Lembraí-vos do Povo Francês = Esta Nação, seja ela hoje, o que for, está curada desta doença. Que grande modelo, pois para os Médicos Portugueses, que tratavam de a curar em um outro enfermo? Nele achariam todos os efeitos, todos os sinais, todos os acidentes da Oclocracia: os períodos, porque ela passou naquele doente, quais foram os remédios, de que se fez uso nele, quais destes se inutilizaram, quase engravesceram a doença, quais a remediaram. Que grande modelo para quem tinha de tratar um doente contagiado da mesma moléstia! E quem duvida à vista desta Proclamação, que tal era a tarefa do seu Autor! Que grande Teatro Prático, para quem tendo aprendido a Fisiologia, e a Patologia da Sociedade Civil conhece-se por meio destas Ciências a teoria do seu estado de saúde, e a teoria do seu estado enfermo; e instruído também da Semiótica, e da (230v) Terapêutica Civil soubesse por aquela os sinais, que designavam a saúde, e a doença, e por esta o uso, e a aplicação dos remédios convenientes para destruir a enfermidade, e estabelecer a saúde? Que rico Teatro Prático para um destes verificar, ou corrigir as suas teorias com a história, e com as experiências feitas sobre um doente, em que a Oclocracia se desenvolveu tanto, em que fez tão espantosas metamorfoses por um muito dilatado período de enfermidade, e em que finalmente esta se corrigiu?

Se a França esteve sumamente Oclocrática, se o não está hoje, e isto são duas verdades incontestáveis, ela deve ser um grande modelo para se aprender o tratamento da Oclocracia. Aproveitaram do Médico os remédios errados, de que se fez uso, para os evitar, e aproveitaram os outros, que utilizaram ao doente para ela os seguir.

Mas sobre os Médicos Políticos, que nesta Época teve em Portugal, influía inteiramente o Bispo do Porto, e ele tinha uma escola privativamente sua, e desconhecida na História da Medicina. Ele era Empírico, porque (231) nem tinha tido prática, nem a sabia: nem era Racionalista, porque não conhecia as teorias, e muito menos podia ser Empírico Racional, que combinasse os princípios com as experiências: curava unicamente dirigido pelo acaso, e se

no seu processo Médico aparecesse alguma regra, é a de fazer a vontade ao doente. E no assunto, que tratamos, teremos disto uma boa prova.

O doente queria o castigo dos seus presos, e tão violenta, e tão indiscretamente como se conhece, do que diz o Desembargador Intendente, e assim devia ser, porque este sintoma era próprio da doença, que o afetava: (§ 6 nº 6º) e qual foi o remédio, que pareceu melhor ao Bispo do Porto? Que se fizesse a vontade ao doente, que se castigassem estes presos, como o Povo desejava. O Magistrado não tinha provas, porque os julgasse dignos de castigo, e porque os pudesse punir, e assim o declara na sua Proclamação: o dito Bispo vendo-o neste embaraço, apareceu logo no dia 6 de Junho seguinte em seu auxílio com a sua façanhosa Pastoral, de que já nos lembramos na Not. 43, ordenando **(231v)** aos fieis, que debaixo da pena de excomunhão fossem jurar naquela Devassa, de que falava o Intendente da Polícia QUEM ERA?, dando como um dos seus motivos = que a falta destes juramentos iria a comprometer a pessoa e a legítima autoridade os Reais Ministros tão dignamente encarregados da veredicta pública destes atrocíssimos delitos = Que quererá dizer isto? Pois não castigar as pessoas, contra que não há prova de crimes, compromete os Magistrados? Como será este comprometimento? Ele estava somente nas idéias do Bispo, que nós repreendemos. O Povo queria aqueles presos castigados, e insurgia contra o Intendente, porque os não castigava, sem lhe importar, que ele tivesse provas, ou que não tivesse provas: eis aqui no que consistia o comprometimento do Magistrado, que só era comprometimento para o dito Bispo, que não sabia outro remédio para este caso, senão satisfazer o Povo. Ele, pois mesmo foi mendigar estas provas, que faltavam, desafiando os fiéis para que se as fossem dar debaixo da formidável pena de **(232)** Excomunhão. De maneira, que o medo de evitar o comprometimento do Magistrado, de quem o Povo exige condenações, faltando as provas, não é para o Bispo do Porto o repreender, e corrigir com a pena de Excomunhão, que arrisca, e compromete a administração da Justiça, da mesma sorte, que os Judeus a comprometeram em Jerusalém para com Pilatos no Processo de Jesus Cristo, mas sim mendigar provas, para que o Juiz condene, como o Povo queria, que foi também a prática, que tiveram os sumos Sacerdotes da Judia neste sacrílego Processo, de que nos lembramos S. Marc. Cap. 14 Vsº 55 = Summi vero sacerdotes: querobant adversus Jesum testimonium, at eum morti traderent = A inocência deste Réu não é comparável, com a de nenhum outro, mas a prática dos Sacerdotes Judeus, enquanto a forma do Processo, e ao desvelo de descobrir testemunhas é inteiramente comparável com aquela, que se praticou no Porto. Tinha uma única diferença, que na Judia o desvelo dos Sacerdotes sobre as testemunhas era para fazer mal ao Réu, e no Porto era para bemquistar o Magistrado: mas em ambos os casos, para satisfazer o Povo, e **(232v)** importando menos, que isto o satisfazer a Justiça. Veja-se o nosso Paralelo do Governo Português subsequente às Revoluções de 1640, e de 1808 § 13, aonde se achará esta Pastoral muito amplamente analisada.

Do que fica dito vê-se manifestadamente, que a Medicina do Bispo do Porto para curar a Oclocracia, se tinha alguma regra, era a de fazer a vontade ao doente, e foi por isto, que ele se achou sempre cada vez pior.

E porque esta sua maneira de pensar influiu tanto sobre os sucessos de Portugal, acrescentaremos ainda mais um testemunho de pouca exatidão das suas idéias na matéria de que tratamos. Ele pretendeu mesmo na nossa presença desculpar a licencia da plebe do Porto, já depois dela ter cometido as atrocidades de Março de 1809, espantosas atrocidades, de que já nos temos lembrado, e que em seu lugar próprio referimos mais miudamente: e dizia que todos os excessos, que se lhe argüiram, eram da natureza daquelas crises, lembrando os bem conhecidos tumultos, e atentados **(233)** populares do tempo da Aclamação do Senhor Rei D. João I, que as suas Crônicas, e os nossos Historiadores contam, e autorizando-se com eles para cobrir, os que foram prole dos seus desacertos, concluía, que não

podia ouvir dizer mal daquela gente. Nós o ouvimos discorrer assim, cheios do maior espanto: e para que noutras semelhantes crises se não reproduzam as desgraças, que houveram nesta, e isso em consequência de idênticos raciocínios, julgamos proveitoso mostrar, que eles são viciosos, e qual seja o seu vício.

É necessário distinguir a insurreição, e o estado subsequente a ela. Uma insurreição é o sinal da desorganização do Corpo Político, e ao som das suas vozes os Impérios caem em dissolução. Este fenómeno é inevitável, quando se trata de fazer passar a Pública Autoridade daquelas mãos, em que ela reside para outras, pelo choque das mesmas forças internas da Sociedade, como dissemos no §. 1º: e consequentemente, ou não há de haver Revolução, ou há de aparecer, e imperar (com maior, ou menor extinção, segundo a natureza da Revolução Oclocrática, ou não Oclocrática, dº §) este direito do mais forte, que constitui a licença, e que se exercita, **(233v)** quando domina a multidão. Os poderes morais, entretanto desaparecem, ou estão suspensos.

Mas o estado de Revolução não pode nunca ser um estado de Instituição. A Sociedade Civil sustenta-se unicamente pelos diques artificiais, que ela opõe a este direito formidável do mais forte; o primeiro, o mais natural, o mais verdadeiro, e também o mais perigoso de todos os direitos. A insurreição, pois, é um fenómeno, que se não pode jamais reduzir a princípio Civil, porque ela arrasta consigo a expressão desta grande Lei Natural, que o todo deve governar a parte, ou o maior número ao mais pequeno: e porque pela outra parte é evidente, que sobre o contrário deste princípio é, que rola todo o mecanismo, e todo o artifício da Sociedade Civil.

Portanto assim como é necessário o império da multidão, ou a Revolução, para que a Autoridade Pública se transfira de umas mãos para outras, pelo choque das forças internas da Sociedade Civil: assim também é necessário para a existência desta, que a Revolução se faça suspender, logo que se produziu aquele fenómeno. O estado **(234)** de Insurreição não há de passar a ser estado de Instituição; e na confusão de tudo isto é, que estava o vício do discurso do Bispo do Porto, quando desculpava os sucessivos excessos do Povo no decurso de dez meses com a essencial natureza das Revoluções, como se Portugal houvesse, ou pudesse ficar sempre em estado de Revolução, e como se ela houvesse, e pudesse ser o estado de Instituição Civil entre os Portugueses.

Tornamos a repetir, se as causas externas não viessem suspender a continuação deste seu sistema, e se este progredisse certamente teria chegado já o momento dele se enganar dos seus delírios Políticos com a experiência na sua mesma pessoa, que para muitos é, a que unicamente aproveita. Do mesmo modo que S. Exª atribuía a erros, e à falta de conhecimentos o espanto, que faziam aqueles excessos, assim também, quando em Setembro de 1792 se sacrificaram em Paris oito mil Aristocratas, que estavam reclusos nas prisões, Mr. Barrere, um dos Membros da Junta de Saúde Pública, disse, que estes massacres poderiam, talvez ser um crime aos olhos do vulgo, mas que não era uma grande virtude, na presença do homem de Estado: **(234v)** (Munitecer 11. Novembro 1792). passado um ano o Tribunal Criminal viu as causas com os olhos do vulgo, pronunciou, que os ditos massacres haviam sido execráveis, e condenou à morte Mr. Manoel, sendo uns dos motivos o ter sido também cúmplice neles (Moniteur 16 Novembre 1793). Se suceder, pois que venha um dia, no qual alguém, que tinha a Pública Autoridade veja os excessos, desculpados pelo Bispo do Porto, com os olhos, que ele chamava ignorantes, e faltas de conhecimentos, pode ser, que aqueles sejam julgados execráveis, como foram os de Paris, e que S. Exª tenha alguma coisa, que sofrer, como Mr. Manoel, pela parte que neles teve.

O Desembargador Juiz da Inconfidência, porém mostrou na sua Proclamação do dia 22 de Junho, que entendia melhor as coisas. A

Passagem da Autoridade Pública das mãos, em que estava para as outras, a que se queria transferir achava-se realizada, devia, pois terminar o estado da Revolução, e o império da multidão, e tais eram então as intenções do dito Magistrado. **(235)** E foi o Bispo do Porto, quem perturbou isto, por se não ofender, de que a Revolução se perpetuasse, passando a ser estado de Instituição; e por não chegar a perceber, que realizada a translação da Pública Autoridade das mãos dos Franceses para as dos Portugueses no nome de S. A. R., já não havia para que existisse o império da multidão, a não ser para com ele mesmo se destruir, e se inutilizar, o que com ele se tinha feito: para se conservar, o que se fez, já ele não era necessário, antes fazia-se preciso, que não existisse.

^{LI} Este foi um dos erros, em que se caiu sempre na época, considerar que os Portugueses não tinham nada mais que fazer, do que subjugar o Exército Francês, que ocupava Portugal, e inculcar isto sempre ao Povo: erro; que nascia da inteira falta dos conhecimentos Estatísticos, e Políticos, e das hipóteses, que por esta falta de adotaram, como feitos existentes. Supunham-se já acabado já todo o Poder da França, revoltadas contra ela todas as Nações, o mesmo Chefe do Império lutando contra as suas Províncias revoltadas, a Espanha sendo não só uma barreira **(235v)** capaz de nos defender de novas incursões, mas até uma Nação em circunstâncias de invadir os Estados da França, e de depor o Imperador. Nós teremos outras ocasiões de notar a continuação no sistema de propagar, e de crer estas hipóteses, e a influência, que isto teve no mau sucesso dos Portugueses. Aqui contentamo-nos com lembrar, que por semelhante modo se diminuía os esforços Nacionais, por se representar, que eles se requeriam em menos extensão, do que eram precisos. E dirigindo-se quem governava pelas mesmas hipóteses, também se havia de preparar com menos força, do que lhe era realmente necessária.

^{LII} Não podemos deixar de pedir a nossos Leitores, que reparem nesta cláusula. Os atos Oclocráticos mais espantosos, que são os de que trata este Edital, atos declarados criminosos expressamente nas nossas Leis, só hão de ser tratados, como tais para o futuro, e o Magistrado na sua devassa, nem há de perguntar, nem conhecer, nem proceder contra os que os tivessem praticado até aquela **(236)** época. Ele fazia calar as Leis, enquanto ao tempo anterior ao seu Edital, depois de neste confessar, que elas caracterizavam os ditos atos como crimes de Lesa Majestade. Eis aqui também o Intendente Geral da Polícia Oclocrática, substituindo a sua vontade individual à vontade geral, que se exprimia pelas Leis: eis aqui o Intendente Geral da Polícia autorizando até o dia 9 de Agosto a Oclocracia, que tinha havido, e que ele atestava.

Recomendamos aos nossos Leitores, que reparem nisto porque enquanto as pessoas, que o Povo tinha preso, e que pretendia ver castigadas por fatos vagamente enunciados, e que nenhuma Lei declarava por criminosos, havemos de ver pouco depois mandar o Bispo do Porto, que se mendigassem as provas, e os motivos necessários para satisfazer o dito Povo, não só da data das suas Pastorais, e Proclamações, e das do Intendente Geral da Polícia em diante; mas todos os tempos anteriores, com a maior extensão possível. Quando pode convir aos desejos do Povo **(236v)** mesmo irregulares, e ilegais, olhar para os tempos passados, vá o Magistrado examiná-los também, afim de ver se neles encontra pretextos para satisfazer aquelas vontades: quando a desatenção aos tempos passados era em proveito do Povo, que tenha manifestadamente delinqüido, apague-se a existência desses dias, não se haja conta com eles, como se não tivessem entrado na já mais interrupta sucessão dos tempos, ainda que para isto seja preciso dispensar as leis existentes.

Este espírito do sistema Legislativo da Época, de que tratamos, manifestará a todos, que o Povo era quem ocupava a suprema Autoridade.

Todos os atos do governo se dirigem da maneira mais favorável, ao que o mesmo Povo podia desejar, ou desejava.

^{LIII} Pedimos também, que se observe para o mesmo fim, que tivemos na Nota antecedente, como esta providência contra os fatos Oclocráticos foi unicamente mandada publicar por estes Editais sem mais enfeite algum que lhe desse importância: e pouco **(237)** adiante veremos mandarem-se publicar por bandos a toque de Caixas Militares na Cidade do Porto os outros Editais, dirigidos a apoiar os fatos Oclocráticos do seu Povo, que consistiam nas prisões, por ele arbitrariamente feitas, de que foram emanações estes atentados, que em Agosto se repreendem. Vejam-se os Editais do Intendente Geral da Polícia nas datas de 28 de Junho, e de 2 de Julho, para se ir jurar na Devassa contra Inconfidentes, publicados com os referidos estrondosos aparatos. De maneira que pretendia-se dar muito maior importância às providências provocadoras da desunião, e da intriga, e apoiadoras da Oclocracia, do que as outras, tendentes à tranqüilidade, à reorganização Social.

^{LIV} Entretanto, estes ajuntamentos, porque se louva Deus, eram, aqueles mesmos, em que se tinha preso afrontosamente o Governador das Armas José Cardoso de Menezes, julgado depois inocente (Not. 43): aqueles mesmos, em que se fez a prisão de Manoel Feliz Correia Maria, e se invadiu, e destruiu a Casa de José de Souza Melo, **(237v)** querendo-se romper a clausura das Religiosas Carmelitas para se examinar se ele estaria aí escondido. (§ 11): aqueles mesmos de que fala, e que repreende José Rodrigues na sua Proclamação, porque neles se sustentava, que o Povo podia julgar, e executar logo o sobredito Governador das Armas, porque neles se faziam conferências tumultuárias, e discursos vãos contra o Governador das Armas, que sucedeu ao preso, e por quem servia este que escreveu a Carta (§ 15): aqueles mesmos, a que se referia o Bispo na sua Proclamação de 4 de Julho, quando dizia = Que fazeis com as vossas turbulências, com os vossos tiros, e com a vossa falta de ordem, e de subordinação = e que o obrigavam a pedir ao Povo pelo Céu, e por Jesus Cristo, que desistissem deles (dito § 15): aqueles mesmos, contra que declamou o Intendente Geral da Polícia no 1º de Julho, chamando-lhe = tumultos em que desgraçadamente vos vejo = (dito § 15): aqueles mesmos, que constrangeram o dito Bispo a estar pedindo amiudamente ao Povo, que se aquietasse, como se pode ver da sua Pastoral, e **(238)** Proclamação de 8, e de 14 de Julho: em uma palavra aqueles mesmos tumultos, em que habitualmente vivia a plebe do Porto com geral escândalo, insultando gravíssimamente a uns, destruindo, e roubando, o que era d'outros, e espavorindo a todos com o receio de quando passariam por desgraças iguais àquelas, que viam sofrer a outros dos seus Concidadãos.

Eis aqui os ajuntamentos, porque louva a Deus este Governador das Armas, escrevendo ao Povo, que os fazia! Eis aqui como se nutria a Oclocracia, e a desordem! Os mesmos, que estavam exercitando as principais Funções Públicas, e que não deviam reprimir esta licencia, eram os que a honravam com os seus louvores! Infeliz Povo, quais são os vossos condutores! E a que infortúnios vos não encaminharam eles? O mês de Março seguinte os mostrará, e pouco depois os Suplícios, a que vos hão de conduzir os vossos desatinos desta sorte nutridos por aqueles, a quem incumbia de vos curar?

Os tumultos, e as agitações populares são sintomas intermitentes da Oclocracia (§ 13): não podiam pois existir permanentemente. E porque **(238v)** eles seguiam esta sua natureza, porque paravam, enchiam de alegria a este Governador! = e se não quando, tudo se acalma, tudo volta tranqüilo à moradia, sem sangue, e sem remorsos = ! Infeliz Povo, quais foram os vossos condutores! A explicação da Carta nestas palavras, que acabamos de inferir, exige que estendamos ainda mais esta Nota. O Bispo do Porto

louvava também com estas mesmas expressões, e com estes transportes a plebe daquela Cidade relativamente aos seus motins: o motivo do louvor era porque se não tinha feito sangue, como se não houvesse licença pública sem sangue, como se não houvessem atrocidades sem sangue, e como se estando o Povo afeito a não fazer uso da sua força particular, como sendo a força pública, não fosse mesmo natural, que começasse por excessos não sanguinários para depois chegar a estes! Que sangue houve nos alborotos daquela mesma Cidade no ano de 1757 por ocasião do estabelecimento da Junta da Companhia da Agricultura, e **(239)** Comércio dos Vinhos do Alto Douro? Nenhum. Pode ver-se a Sentença, que anda impressa. E nem por isso deixaram de ser severíssimamente repreendidos, e castigados nos Reinado do senhor Rei D. José. Nenhum sangue houve também nestes atentados, que se referem no Edital da Polícia, transladado neste §, e com tudo o Desembargador Intendente classifica-os com justiça em crimes de Lesa-Majestade.

Mas o Bispo do Porto, e este Governador seguindo a sua doutrina, que por desgraça chegou a ser popular na Cidade, julgava que era um sinal da assistência do Céu não ter havido sangue naquelas Convulsões populares: e porque o não tinha havido, dizia, que o Povo não havia feito nada, tratando todos os seus excessos como causa de pouca monta: e espalhada semelhante Moral, o Povo acreditava, que se podia recolher sem remorsos, como diz este Governador, uma vez, que não tivesse derramado sangue, e isto não obstante quaisquer outros males, que nos ditos seus argumentos fizesse.

Que péssima Moral para nutrir, e santificar mesmo teoricamente a Oclocracia? Que péssima Moral para **(239v)** radicar no Povo os hábitos da licença, que algum dia se há de fazer sanguinária pela sua natural condição, que não sendo reprimida faz sempre seguir excessos, os posteriores ordinariamente maiores, do que os antecedentes! Nenhum vício chega ao seu extremo no primeiro dia, começam todos imperceptivelmente, e a repetição dos atos é que os vai engravescendo, até eles chegarem ao seu maior auge, no qual até é muito mais difícil o curativo. Quem, pois só considera, e reconhece o vício, quando chega ao seu extremo, disfarçando os atos anteriores, que os nutria, é a causa desse extremo vicioso, que finalmente aparece, e que dificilmente se remedia.

A Moral, que acabamos de referir, tinha-se feito tão comum, e vulgar, no Porto por meio destes seus pregadores, como mostrará a seguinte anedota, que passou o mesmo conosco. Quando havendo de embarcar no Douro os Franceses, que tinham vindo de Almeida nos princípios de Outubro de 1808 debaixo da proteção Inglesa, o Povo do Porto se ancotinou, e esteve assim dois dias, conduzindo peças de Artilharia, que acestou contra os **(240)** Transportes Ingleses, que deviam conduzir os ditos Soldados, e que fez desembarcar, os que já neles se achavam a bordo para examinar as suas mochilas, e bagagem, não obstante a legítima reclamação dos Officiais do Exército Inglês, obrigando o mesmo Povo, a que se convencionasse com ele, adotando-se meios termos para conciliar as suas pretensões com as referidas reclamações, de modo que estas fossem sempre de alguma sorte atendidas: Quando todos estes fatos criminosíssimos, e dignos do mais severo castigo se praticavam no Porto, depois de já restituído em Lisboa o Governo do Reino, que S. A. R. havia deixado, um Criado nosso, e dos da classe mais instruída, que vivia na dita Cidade, e que fora testemunha de tudo, o que acontecera, escrevendo-nos para Lisboa, e remetendo-nos uma relação muito miúda daquele desacato civil, acrescentava = Sendo principalmente admirável, que o Povo em tudo isto nunca excedeu os seus limites = : ele queria dizer que não tinham feito sangue: de maneira que os limites, do que o Povo podia fazer sem remorsos, estendiam-se a tudo, o que não era sanguinário! Nós **(240v)** mostramos esta Carta a muitas pessoas em Lisboa, e remetemo-la para o Rio de Janeiro ao Conde dos Arcos para lhe dar a conhecer, qual era o espírito Oclocrático, que estava

desenvolvido no Porto, e que havia de produzir necessariamente os já referidos excessos, que com efeito produziu no Março seguinte.

Tal era a Moral Pública, estabelecida na dita Cidade pelo Bispo do Porto, ensinada a seu exemplo por este Governador da Armas, e quase geralmente adotada por todos. Pode haver algum outro testemunho mais evidente da existência da Oclocracia? Poderá requerer-se alguma outra prova? Nós sempre tivemos o maior horror pelos ditos atentados de Março, mas assim mesmo nos condoíamos muito dos seus imediatos autores, dos quais alguns perderam a vida na força. A maior parte da imputação não recaía sobre eles, mas sobre quem os tinha nutrido com tão errados princípios da Moral Civil, e que classificando, como inocentes, e até louváveis os não sanguinários excessos da multidão, prepararam assim de longe os outros, que derramaram **(241)** tanto sangue.

^{LV} O estabelecimento deste Conselho de Guerra foi feito por um Decreto, datado de 11 de Dezembro de 1640, o qual se pode ser na nossa Compilação Sistemática das Leis Extravagantes de Portugal Liv. 1º tit. 2º L. 1: e para se ter uma idéia de quais eram os conhecimentos Militares do Bispo do Porto, que julgou ser-lhe desnecessária a Comissão Militar, de que falamos, daremos aqui um ensaio da sua Tática, que ele nos deixou na sua Proclamação de 1º de Julho, de que já trasladamos alguns períodos no § 15. Diz o Bispo ao Povo, querendo corrigi-lo das suas turbulências, e desordens, no meio das quais passava todo o dia, e toda a noite, dando tiros, batendo tambores, e tocando sinos a rebato no centro da Cidade do Porto.

Que tiros não perdeis, que deviam empregar-se no inimigo, e ao depois não de faltar-vos? Que sinais não estais dando ao inimigo para se acautelar, e surpreender-vos? (ele estava distante da Cidade mais de vinte léguas por toda a parte) Portugueses, ouvi a quem vos ama, os Franceses não de acometer-vos nenhum **(241v)** golpe de mão, e de noite, estais perdidos, se vos não subordinais; e ouvis ao Governo (de maneira, que a subordinação não é necessária, se não para a guerra noturna): os tiros, os toques de tambores, os sinais dão aos inimigos um sinal certo, onde estais, onde se acha a força, e onde fica a fraqueza (o que tudo isto mostrava, era aonde existia a desordem, e o delírio. Em toda a guerra da Península, em os Exércitos Franceses ouvindo estes sinais de loucura, acometiam logo sem medo algum, repetindo muito afoitamente = Allons, Allons, desordre em Ville =) Ao inimigo encobrem-se os destinos para o acometer, para melhor se acautelar, e sair-lhe ao encontro, quando eles menos o pensam: é este o meio de vencê-los, sujeitai-vos aos Superiores em tudo, e por tudo, se quereis vencer aliás, ficais desgraçados: a força sem ordem é a de um valente touro, que cede à indústria, à destreza, de um fraco, e débil capinha..... Se vós puserem em um Porto, aí deveis permanecer, para quando chegar a ocasião de vosso combate. Os que estão avançados cometem **(242)** primeiro, e matando diminuem os inimigos; os segundos, quando chega a sua vez, minoram os contrários com as mortes, que lhes dão; os terceiros vencem, e destroem o resto. Mas se em montam ides aos pontos, destroçados aí, que resta? Ficais perdidos.....

Eis aqui a Tática Militar do Chefe primeiro, que teve a Revolução de 1808! Daquele, que nomeava os Generais, que tratava de formar Exército, e debaixo de cujas vistas tudo era conduzido, com ele diz na Proclamação referida no princípio deste §. Se se comparar a sua maneira de discorrer este respeito, há de achar-se nela uma perfeita analogia com a dos selvagens no primeiro período da Civilização, que referimos no § 6 nº 6.

^{LVI} Nós não chegamos a ver este Processo; ouvimos, porém referir uma circunstância a algum dos Magistrados, que nele interveio, a qual é um terrível indício da má fé, com que se procedia neste caso. Contou-se - nos, que o mesmo denunciante fora a Testemunha relativamente ao projeto de

contra **(242v)** revolução, que era a principal matéria do Processo, e que sendo um dos réus no ato das suas Perguntas instado com o dito juramento, em que se referia, que o Interrogado lhe participara os seus desígnios, e o convidara para Sócio, ele negara tudo isto sustentando a sua negativa com as razões de pouco conhecimento, que tinha daquele sujeito, para que o fizesse participante de uma tal confidência, e também com o pouco préstimo, que nele supunha para semelhante empresa, e que concluía pedindo ser acareado com a dita testemunha, e protestando, que havia de convencê-la de falsa enquanto ao que tinha jurado. Esta confrontação das Testemunhas com o Réu, ainda que não seja de absoluta necessidade nas Causas Crimes, contudo conduz muito para o conhecimento da verdade. Puthanan. Elem. Jur. Crimin. Cap. 13 § 825: Ferr. Pract. Crim. Tom. 3. Cap. 10 nº 12, e por isso o nosso Mendes P. 1. Liv. 5. Cap. 1. § 7 nº 87 desejava, que ela fosse muito mais freqüente, do que o era nos nossos Juizes: mas não se podia omitir, quando o réu a pedia em uma Causa tão grave, e consistindo quase toda a prova naquela singular testemunha, **(243)** que de mais a mais tinha sido o denunciante.

Contou-se-nos pois, que a Junta do Governo expedira um Decreto ordenando, que se fizesse a proposição destes réus sem mais delongas, nem preparatórios, e que assim se executara, ilidida a acareação requerida. Se isto foi assim, o Processo caminhou tão tumultuária, e desordenadamente, como tudo o mais.

Sabemos porém, com certeza, que o Tribunal se achava rodeado de uma população imensa, e sumamente inquieta ao tempo, em que se tratava de propor, e de sentenciar este caso, e isto de tal maneira, que os Juizes tiveram receio de sair dele, por meio de semelhante concurso, proferida a Sentença; lembrando a alguns a demorarem a saída, até verem, se o ajuntamento a dissolvia, lembrança que se não seguiu, e com muito acerto, porque a alteração no uso praticado, que era saírem os Juizes da Relação, logo que se intimava a Sentença ao Réu, podia ser bastante para inquietar o Povo, ou ao menos para lhe testificar o medo, **(243v)** que dele tinham os Magistrados.

Nós não nos admiramos, de que o Bispo, para se livrar daqueles Officiais, escrupuliza-se pouco de quaisquer meios, que lhe se vissem para isto, porque já vimos na Not. 54, que a Moral Civil do Porto nesta época só dava gravidade àqueles atentados, em que intervinha sangue e como o Bispo destinava evitá-lo com o arbítrio de embarcar o réu, condenado à pena última, como fez, podia não escrupulizar de coisa alguma mais, que lhe parecesse conveniente para a sua segurança, e para se apropriar da Pública Autoridade. O certo é, que ele foi, quem pela sua vontade individual mandou prender Luiz Cândido, e quem por outro ato da mesma vontade prendeu o Capitão Mariz, que era um dos seus Colegas na Junta do Supremo Governo, e quem havia de dirigir tudo o mais no curso deste negócio, vistas as qualidades dos outros Membros do Governo, que acima referimos. E não podemos omitir aqui duas reflexões, uma relativa ao desatino, com que o Bispo procedia, **(244)** e aos perigos, a que ele expunha tudo, e outra à facilidade, com que o Povo se sujeitaria à ordem, se o quisessem conduzir a ela.

Suponhamos, que o Capitão Mariz, em vez de se lembrar de recorrer naquela ocasião ao Governo, tomava o arbítrio de retroceder, e descia ao pátio do Palácio Episcopal, aonde estava a multidão, e forte com ela, que até então o seguia plenamente, gritava contra quem se arrogava tais autoridades, que não tinha, procedendo contra os melhores servidores da Revolução, e o infamava de inimigo dela por este mesmo fato: considerou acaso o Bispo isto, e o modo; porque poderia, e mais a Junta livrar-se da força, que estava quase toda na mão daquele Oficial Comandante d'Artilharia, e que era reconhecido, e aclamado pelo Chefe da restauração? Nenhuma coisade devia esperar mais, do que isto: e por conseqüência o Bispo expôs-se, e expôs-se a Junta, a que presidia, e expôs a Revolução

começada ao mais funesto princípio, com a maior imprudência, e desacordo, entregando a salvação de tudo aquilo ao acaso do Capitão Mariz **(244v)** se entranhar no Palácio Episcopal, ou de retroceder para o pátio, aonde tinha deixado o Povo; sendo esta sem dúvida a resolução, que devia esperar, que ele tomasse. E enquanto a facilidade, com que o Povo se sujeitaria à ordem, se acaso o quisessem reduzir a ela, este fato mostra, que ele viu presos, e condenados os seus primeiros, e mais acreditados Demagogos à voz do Governo, e que longe de empregar a sua força para os socorrer, os abandonou inteiramente: que depois da condenação, esperando o espetáculo do Suplício, frustando-se-lhe ele, também se tranqüilizara com algum intervalo de tempo, e com algumas preces do Bispo: e conseqüentemente é manifesto, que ele estava muito suscetível de ser conduzido, e curado, e que havendo boa vontade, retas intenções, e qualquer inteligência, seria muito fácil não o deixar reduzir ao estado Oclocrático, a que se reduziu pela repetição dos atos de licença, que se lhe toleraram, e que nele: extinguiram o hábito passivo, que d'antes tinha nos objetos próprios da **(245)** Pública Administração.

^{LVI}Este Edital não se pode entender, olhando-se somente para o seu contexto. Primeiramente recomendamos aos nossos Leitores, que notem as palavras = pelo crime atrocíssimo = sem se dizer, qual ele seja, nem explicita, nem vagamente: e depois disto, que mistura, e confusão de idéias não envolvem estas poucas linhas? Começa-se dizendo, que o perdão só podia depender imediatamente da Incomparável Piedade de S. A. R., e depois acrescenta-se, que a Junta se considera obrigada à abster-se de lhe outorgar o perdão: quem poderá entender isto? A quem pertencia este Direito de perdoar, ao Príncipe, como se diz no primeiro período, ou à Junta, como mostra o segundo? O que a Junta queria significar, era o seguinte. Segundo as Leis de Portugal, as Sentenças de pena última, proferidas aonde reside o Soberano, não podem ser executadas sem a sua confirmação, e os réus por isto ainda depois da última Sentença nos Juizes Criminais tem o recurso de suplicarem o Perdão Real: como a Junta do Supremo Governo (245v) residia no Porto, ai se havia de fazer a execução, e ela figurava de Soberano, insinuou-se a Luis Candido, que lhe supplicasse o perdão, fundado neste Direito, e a Junta, que lhe queria evitar o Suplício, deliberou remetê-lo para o Rio de Janeiro com a sua Sentença, e com o Requerimento para o Perdão, dizendo, que nem era justo privar o Réu daquele outro recurso, visto ser condenado, aonde residia a Junta Soberana, nem era respeitoso para com S. A. R. fazer esta o uso do Direito de agraciar, e que para atender a uma, e outra coisa se tomava a dita resolução. Foi isto pois, o que se quis manifestar neste Edital, mas que se não pode entender sem intérprete.

E devemos referir aqui onotável esquecimento, que houve na execução deste plano, e que originou um dos maiores tumultos, que assustaram o Porto nesta época. É costume na dita Cidade sair um dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia na madrugada nos dia em que se executam os réus de pena última, tocando pelas ruas uma campainha de um som rouco, e triste, sendo este o sinal, que certifica o Povo de haver **(246)** aquele espetáculo, e que o convida para encomendar a Deus o padecente. Este toque pois serve também, ainda que a isso não seja destinado, para juntar o numeroso concurso de espectadores, que sempre aparece naquele ato; não obstante ser tão desgraçado, e triste, o qual concurso costuma começar na Praça junto à Cadeia, e Relação, que é donde o réu há de sair. Fez-se o embarque, que referimos na noite antecedente àquela madrugada, em virtude da dita resolução da Junta, mas houve o descuido de se participar esta alteração à Misericórdia, para que não houvesse aquele sinal, anunciador da execução, que necessariamente havia de despertar o Povo, segundo o costume, para ir vê-la; descuido este sumamente grave, e de nenhuma sorte desculpável, porque quando aparecem sinais da Oclocracia,

e ela se pretende corrigir, deve ser o primeiro cuidado evitar todos os ajuntamentos da multidão, sendo por este motivo, que a Polícia vigilante, e é discreta nestes momentos espalha multiplicadas Rondas, incumbidas de não deixar ajuntar em ponto algum considerável número de pessoas; e era abandonar sumamente o doente, (246v) esquecer de evitar um fato, que havia de convocar concurso, e muito numeroso pela qualidade do réu, e pelas circunstâncias do tempo. Saiu pois o Irmão da Misericórdia na Forma do estilo, sem que houvesse padecente, e concorreu logo imenso Povo ao Largo da Cadeia, não podendo acreditar, que nela não estivesse já o réu, como se lhe dizia, e que crescendo cada vez mais o concurso, e na proporção dele também a inquietação, e barulho, não houve desatino, que lhe não lembrasse. Quiseram forçar as prisões para se desenganarem, se era verdade a falta do réu, que se lhe anunciava; invectivavam muito contra o Governo, e contra a Justiça, e estiveram toda a manhã muitas mil pessoas numa terrível agitação, imaginando diversos arbítrios, que se deveriam tomar naquele caso, todos ele à qual mais absurdo; veio o Bispo em pessoa, e andou pelo meio do barulho acomodando a uns, rogando a outros, sendo numas partes bem recebido, e noutras mal, até que se conseguiu dissolver o ajuntamento pouco, a pouco. Tudo se fazia assim d'oitiva, sem reflexão, e sem Conselho! E o Bispo em vez de desviar as ocasiões de ajuntamentos populares, que (247) ordinariamente produziavam tumultos, era desta sorte quem mesmo os provocava por meio de crassíssimos descuidos, para depois de ser obrigado a prostituir a sua autoridade, a fim de conseguir com humildes súplicas, o que ele podia ter prevenido, com o uso da circunspeção necessária na Pública Administração.

LVIII Não nos será estranho juntar aqui algumas breves reflexões sobre o estilo deste, Papel, as quais nos excita a fazer esta expressão = atualmente assistente nos seus Estados do Brasil = Nunca se empregaram estes termos, quando se falava de Soberanos: eles convém somente aos discursos relativos aos particulares. Dos Soberanos costuma dizer-se = que tem a sua Corte aqui, ou ali = Podia ter-se aprendido isto no Decreto de 26 de Novembro, de que tantas vezes se fala no mesmo Papel, e no qual S. A. R. declarou ao Reino, que transferia a sua Corte para o Rio de Janeiro até a Paz Geral, e não disse, que ia assistir para esta Cidade. Esta fase aplicada a um Soberano = assistente nos seus Estados do Brasil = não há de achar-se usada em outro nenhum Papel Diplomático além deste: é muito baixa, e imprópria para se aplicar a tais pessoas. (247v)

É igualmente digna de censura a expressão, que se acha no fim da Carta para o Almirante, quando se escreve = a que mais convém ao bem de toda a Nação, e ao Serviço do Príncipe do Brasil = Este título não é o que hoje compete ao dito Senhor; era, o que ele tinha na qualidade de particular, e de Príncipe Sucessor do Trono. Depois de S. A. R. entrou na Regência do Reino, e em Seu nome, o seu título é, Príncipe Regente de Portugal = Assim aparece nas suas Chancelarias, nas Leis, e na Moeda, e custará a entender, que se trata dele, quando se diz Príncipe do Brasil.

É igualmente estranha a frase, que vem na Condição 2ª falando-se de D. Miguel Pereira Forjas, como lembrado por S. A. R. no Decreto de 26 de Novembro. Neste Decreto não se acham lembranças de S. A. R., mas sim as suas Reais Determinações: ele não se lembra de D. Miguel Pereira Forjás, determina, que este seja substituto na Secretaria do Governo ao Conde Sampaio.

É talvez porém ainda mais imprópria a frase, porque começa o (248) Assento da Junta, dizendo-se ela instituída = a instância do Povo da mesma Cidade = Quem foi pois, que a instituiu? Seria ela mesma, quem se instituiu a si, diferindo às instâncias do Povo? Ela, que não existia antes da dita chamada instância? Não há mais célebre expressão. Se a Junta foi instituída à instância do Povo, era necessário, que houvesse um outro agente, que interviesse nesta instituição, porque figurando o Povo de quem

fez instâncias neste ato somente, a alguém as havia de dirigir, que as atendesse. Todos sabem a verdade; que é, que a Junta foi instituída por um Congresso do Clero; Nobreza, e Povo da Cidade do Porto, e é notável nestes termos, que a Junta apareça aqui desejosa de esconder a sua origem, que era a todos manifesta, lembrando-se unicamente, de instâncias do Povo para a sua instituição, como se em consequência delas aparece-se instituída miraculosamente, sem se saber o como, e vindo-lhe a poder imediatamente de Deus.

^{LIX} Esta lembrança do Alvará de 23 de Novembro de 1674 era muito alheia do assunto, de que se tratava, e ela foi, a que deu ocasião à usurpação, que fez o **(248v)** Governo de Lisboa de todos os Direitos Majestáticos, quando foi reintegrado. Esta Lei trata das Regências, para que se transfere o exercício de toda a Soberania pelo impedimento do Soberano, trata das Regências tais, qual é a do Príncipe Regente Nosso Senhor pela moléstia de sua Augusta Mãe, e não pode ser aplicável de forma alguma a um Governo Subalterno deixado pelo Soberano para governar uma parte dos seus Estados, segundo o Regimento, que é servido dar-lhe retirando-se para outra parte deles. Se o Governo, que se havia de restabelecer em Lisboa, fosse da natureza das Regências, de que trata este Alvará, seria igualmente extenso na sua Autoridade, que a Augusta Comissão de S. A. R., e porque assim o entendeu o Governo restabelecido em Lisboa é, que entrou a exercitar todos os Direitos da Soberania, o que o Mesmo Senhor lhe estranhou, e coibiu, como mostramos amplamente na Memória dos Exteriores, e pleno uso da Soberania que se arrogou o Governo de Lisboa depois da evacuação do Reino pelas Tropas Francesas. Para desviar o Bispo da lembrança, que faz aqui deste Alvará, bastaria, que ele refletisse, que **(249)** S. A. R. se não requisitou por ele no estabelecimento do Governo, quando se retirou para o Brasil: haviam dois Conselheiros d'Estado, o Cardeal Patriarca, e Luiz de Vasconcelos, e Souza, e a nenhum deles fez entrar no Conselho, que deixava para governar o Reino: e não concluiu nele também nem o Inquisidor Geral, nem o Patriarca, como Arcebispo de Lisboa, nem nenhum desses Arcebispos d'Évora, e Braga, que se apontam nesta 2ª Condição. E se o Governo, que se ia restabelecer em Lisboa, havia de ser o mesmo, que S. A. R. tinha deixado, segundo se inculca neste Papel, como se havia de regular por aquela Lei, de que o Mesmo Senhor nenhum caso fez, quando o estabeleceu? Não podemos atribuir esta advertência, se não o desejo de lembrar a necessidade de eleger um Prelado Eclesiástico, para deste modo se inculcar a pessoa do Bispo do Porto.

^{LX} No §. 6º; e 7º: do nosso Paralelo do Governo Português subsequente às Revoluções de 1640, e de 1808 já tratamos deste restabelecimento do Governo de Lisboa, considerando, como ele fora Oclocrático no modo, porque se diz **(249v)** feito no Aviso de 20 de Setembro de 1808: e quando chegarmos a falar da Revolução na 3ª Época, tornaremos a tocar neste assunto. Aqui somente nos incumbe mostrar, que era Oclocrática a maneira, porque o Bispo comandava restabelecer. E para que não pareça, que discorremos de outra sorte do que tínhamos escrito naqueles §§, cumpre-nos fazer observar, que quando dissemos, que apenas se restituísse a Soberania a S. A. R., revivia por si mesmo o Decreto, e Instruções de 26 de Novembro, não queremos por isso enunciar, que o Governo de Lisboa se podia declarar a si mesmo restituído, que foi, o que ele fez, e que nós censuramos nos ditos §§, por haver um outro Governo, que de Direito, e de fato estava no exercício da Real Autoridade. O Governo de Lisboa devia ser restabelecido pelo do Porto, logo que cessa a ocupação inimiga, transferindo-lhe, e cedendo-lhe toda a dita Real Autoridade, que havia exercitado, porque esta era a Lei fundamental, com que este fora criado pelo Ato do dia 19 de Junho, a qual ele não podia faltar, e a qual mandava

reviver o Decreto, e Instruções de 26 **(250)** de Novembro, como era conforme a Direito. Este Decreto, e Instruções reviviam por si mesmo segundo a nossa opinião, mas o Governo existente, é, que havia de fazer reviver o outro, criado pelas ditas Reais Ordens, considerando-se obrigado a isso, e sim se meter a alterá-los em coisa alguma.

^{LXI} Excluirão-se do Governo os dois Governadores Principal Castro, e Pedro de Mello Breyner, e o Secretário Conde de Sampaio, e ao que no §§ 6 citado na Nota antecedente dissemos sobre o Principal Castro, acrescentamos agora, que ele era filho legítimo dos primeiros Condes de Resende, de quem o Bispo do Porto também era filho, mas ilegítimo. Nós fomos muitas vezes testemunhas do respeito, com que o Bispo falava do outro seu irmão, mesmo no tempo da ocupação Francesa, confessando-nos as muitas finezas, e muito carinho, que ele praticava a seu respeito nesta época, para lhe desviar incômodos. Ninguém pois conhecia melhor, do que o Bispo os virtuosos sentimentos do Principal Castro, ninguém era mais obrigado, do que ele a acreditá-lo, **(250v)** para satisfazer já aos testemunhos da sua consciência, já aos ofícios da sua gratidão. E quem se não escandalizará na presente idade, e nas futuras, do que fosse o mesmo Bispo, quem procurou infamar o outro Eclesiástico por meio desta sua exclusão do Governador, que ofendeu a todos os Portugueses instruídos, e honrados? Tanto pode a cobiça de subir, que sendo necessário desviar para isso Principais Castros, e granjear a crédito de patriotismo com o sacrifício dos irmãos inocentes, e respeitáveis, não impedem a satisfação destes desejos nem o merecimento do irmão, nem a fraternidade do Bispo!

Nós ouvimos constantemente apontar o Principal Castro, quando os Franceses ocupavam Portugal, para modelo de comportamento, que todos deveriam ter. Obrou sempre passivamente, sem jamais se prostituir com abatimentos, e lisonjas desnecessárias para com o Governo invasor, manifestando em tudo, que não tinha nenhuma ambição de figurar com ele. S. A. R. deixou-o nomeado Regedor das Justiças no Decreto de 26 de Novembro. Ele viu, que o General em Chefe do Exército **(251)** Francês, logo depois de entrar em Lisboa, nomeara pelo Decreto de 3 de Dezembro a Mr. Herman para Administrador Geral das Finanças, apesar de Luiz de Vasconcellos, e Sousa ter o dito emprego na qualidade de Presidente do Erário, e de S. A. R. lhe ter nomeado por substituto a Pedro de Mello Breyner no dito Decreto de 26 de Novembro. Não tratou pois de entrar no cargo de Regedor, que era de muita autoridade, e lucro, para evitar, que excluindo-o o dito General deste exercício, se não visse um outro fato indecoroso para o Soberano, como tinha sido o praticado no Erário, e a que se não podia resistir nas circunstâncias, em que estava Portugal. Procurou, logo que lhe foi possível, dispensar-se da Pasta dos Negócios da Justiça, que lhe confiara o Governo Francês, alegando as suas moléstias, e tendo além disto a moléstia de acrescentar, que até lhe faltavam os conhecimentos necessários para o seu desempenho, porque sendo muito alheia daquela Repartição os exercícios públicos, que tenha tido, e a sua profissão, não estava preparado com os estudos, que requeria aquele emprego. Deu alguém testemunhos desta monta para **(251v)** patentear, que não ambicionava de luzir naqueles tempos? Quem se viu já mais afeiçoado a um Governo, senão aquele, que cobiça, o poder, e as fortunas, que podem vir da sua mão? E se isto é assim, o Principal Castro ganha a todos os Portugueses, sem exceção alguma na essencial nota exclusiva de aderência ao Governo Francês. Os homens não otram sem causa, e não a tinha para ser particularmente aderente a este Governo, quem não ambicionava de ganhar com ele. Não houve nenhum outro, que fosse chamado para tão grandes coisas, e que se desviasse delas; se havia alguém capaz de o imitar, faltou-lhe a ocasião de o fazer. Não tem comparação nenhuma com isto demitir subalternas Patentes Militares, quando não havia esperança alguma de crescer, ou de ter consideração por elas, circunstâncias estas,

em que a demissão consistia somente no abandono da pequena renda, que davam.

Reteve pois o Principal Castro Ministério dos Cultos, isto é dos Negócios Eclesiásticos, e será necessário **(252)** buscar para este arbítrio uma outra coisa, que não seja a ambição: é bem conhecido o caráter desta paixão, ela não tem limites: quem deixa os grandes empregos para reter os menos importantes, não é certamente por ela dirigido. O Principal Castro era um Eclesiástico, ele tinha-se dedicado para servir a Igreja: era chamado para este serviço, e em um emprego sumamente importante naquelas circunstâncias, porque ele havia de influir necessariamente para se sustentar, ou não sustentar a observância das Leis Eclesiásticas na Igreja Portuguesa; como poderia a sua consciência reta, e ilustrada autorizá-lo para se desviar deste destino? como poderia ela deixar de lhe lembrar, que a sua escusa faria empregar alguma outra pessoa neste exercício, e que se daí resultassem males à Igreja, eles passariam também sobre aquele, que se subterfúgio a servi-lo, e que por esse modo foi a causa do ingresso de quem a servia mal? O Principal Castro estava portanto na necessidade de obedecer a sua vocação, para servir a Deus, e à Igreja, ainda que pudesse **(252v)** desagradar aos homens. Quaisquer incômodos, e qualquer infâmia, que por isso lhe viesse da parte deles, eram no verdadeiro espírito da Religião os incômodos, e a infâmia do martírio, sempre honrosos para os verdadeiros Cristãos. Este Eclesiástico fez, o que devia, em conservar a Pasta dos Negócios Eclesiásticos; prestava-se desta sorte ao Serviço da Igreja, para que era chamado, e quando ela mais carecia das suas Letras, e das suas virtudes, que são sumamente raras.

E já que principiamos esta Apologia em abono do Principal Castro, que há mais de vinte anos conhecemos muito de perto, e que sempre nos tem forçado com a sua conduta a respeitá-lo cada vez mais, não queremos deixar de falar na Pastoral, do Cabido da Santa Igreja de Lisboa, sede vacante, que ele também assinou, datada do dia 2 de Julho, e na qual se persuadia a paz, a quietação, a obediência, e o respeito para com o Poder Temporal, que estava de fato governando o Reino, aos fiéis, principalmente os Eclesiásticos do Patriarcado, quando começavam a romper pelas Províncias os **(253)** movimentos populares contra os Franceses. Não queremos, que a nossa omissão a este respeito pareça a alguém um reconhecimento, de que o Principal Castro não podia ser desculpado nisto. Estamos muito pelo contrário intimamente persuadidos, que ele fez, o que devia.

Fez o que devia, como exercitando o múnus Apostólico no Pratriarcado. Já na antiga Lei era por Deus recomendado aos Israelitas a sujeição, e a obediência aos Príncipes do Século, ainda quando estes fossem tão ímpios, e cruéis, como um Nabucodonossor, e um Baltazar; mandava-se-lhes, estando cativos em Babilônia, que buscassem a paz da Cidade, que os tinha em ferros, e que orassem por ela ao Senhor, advertindo-se-lhes, que se não deixassem enganar pelos que lhes falavam de outra sorte em nome de Deus, porque este os não tinha enviado, e porque eles eram falsos Profetas: Jeremias Cap. 29 V.Sº 7, e seguintes; e os ditos Hebreus fiéis a esta doutrina, escreviam para os que tinham ficado em Jerusalém, remetendo-lhes dinheiro para preparem os holocaustos, e sacrifícios ao Senhor, e diziam-lhe = E rogai-lhe pela vida de **(253v)** Nabucodonossor Rei de Babilônia, e pela vida de Baltasar, seu filho, para que os seus dias sejam na terra, como os dias no Céu: e o Senhor nos dê forças, e alumie os nossos olhos, para que vivamos debaixo da sombra de Nabucodonosor, Rei da Babilônia, e debaixo da sombra de Baltasar seu filho, e para que o sirvamos por largos tempos, e achemos graça diante deles = Baruch, Cap. 1 V.Sº 11, e 12.

Esta doutrina, que obriga os súbditos a tributar sujeição, respeito, e obediência aos Príncipes do Século, ainda quando eles são opressores, como Nabucodonosor, e Baltasar, não expirou com a Sinagoga. Os

Herodianos, ou discípulos de Judas Galileu, que tinham por artigo da sua crença não se reconhecerem súbditos de César, que ocupava a Judéia com a força das suas armas, tentaram Jesus Cristo, perguntando-lhe, se se lhe devia pagar o tributo, e ele confundiu-os com a sua resposta = Redodite, quo sunt Cosaris, Cosari: S. Math. Cap. 22 V.Sº 16, e 17. Apesar porém disto, os inimigos de Cristo, e da sua Santa **(254)** Religião procuraram sempre malquistá-la, metendo aos olhos dos Soberanos aleivosamente, que ela conduzia os Povos a rebelar-se contra o Poder Temporal. O mesmo Divino Mestre foi acusado disto na presença de Pilatos. S. Luc. Cap. 23 V.Sº 5º, e 6º; e semelhantes acusações contra a sua Religião, e contra os fiéis, sendo acreditados pelos Imperadores Pagãos, os armavam para perseguir a Igreja. Por isso os apóstolos se desvelaram muito a recomendar os Cristãos, que desmentissem seus falsos acusadores com as suas ações, para assim desviarem um dos motivos, que originava as suas perseguições; respeitando, e obedecendo submissamente aos Príncipes, e aos seus delegados, e isto diziam eles, não só por medo da sua espada temporal, mas porque esta é também a vontade do Senhor, e uma obrigação de consciência. Pode ver-se a 1ª Epist. De S. Pedro Cap. 2 V.Sº 13: a 1ª Epist. De S. Paulo as Thimoteum Cap. 2 V.Sº 2, a sua Epist. As Titum Cap. 3 V.Sº 1, e sobre todas a sua Epist. Ad Romanos Cap. 13 V. Sº1, e seguintes. E S. João **(254v)** Crisóstimo, e Teodoreto escrevendo sobre esta última, acrescentam, que se o Apóstolo das gentes assim o mandava, quando os Príncipes eram infiéis, com muito maior razão se devia guardar este seu preceito, quando eles eram fiéis. E Santo Agostinho no Liv. 5 de Civitate Dei, parafraseando a doutrina de S. Paulo, diz como em fundamento dela, que aquele, que deu o Império a Augusto, o deu a Nero, que aquele, que o deu a Vespasiano, e a Tito, imperadores demetíssimos, esse o deu a Domiciano cruelíssimo, que aquele, que o deu a Constantino Cristão, esse o deu a Juliano Apostata.

Os fiéis da primitiva Igreja governaram-se sempre pela dita regra, como atestam Tertuliano Apolog. Cap. 30 Origenes contra Cels. Lib. 8 Cap. 427, e todos os outros Padres, de maneira que sendo tão freqüentes no Império Romano nos primeiros Séculos Cristãos as rebeliões contra os Imperadores; sendo quase todos assassinados em tumultos, e seus Sucessores eleitos pelos assassinos, que tinham feito **(255)** vagar o Trono, jamais sucedeu, que alguma destas catástrofes fosse manejada, ou ajudada pelos Católicos, apesar de serem eles tão perseguidos naqueles tempos pelos ditos Imperadores, dizendo o já citado Tertuliano no Apolog. = cui bello non idone, non prompti fuisset, etiam copus impares, qui tam libenter trucidamur, si non apud istam disciplinam magis occid liceret, quam occidere? = E não podemos omitir aqui o lugar de Santo Ambrosio, concione de Brasilicis non traddendis holeticis (mihi. Oper. Tom. 5 pág 98 Ed. de Paris 1632) = coactus repugnari non novi: Delere potero, potero flere, potero gemere, adversus arma, milites, Gothos quoque (suponhamos que estes eram os Franceses daquele tempo) lacrimo meo arma sunt; talia enim munimenta sunt Sacerdotes. Aliter nec debeo, nec possum resistere. E o Santo Bispo dizia isto na veementíssima Oração contra Auxêncio, que Valentiniano II favorecia, e lembrava-se dos Godos, que invadiam o Império: o seu zelo, e o seu vigor Apostólico manifestava-se na constância, com que estando ao alcance do poder deste Imperador, resistia a **(255v)** reedificação do templo de Vitória, que ele queria conceder aos Pagãos Romanos: e sendo capaz de toda esta energia naquilo, que julgava ser do seu Ofício para evitar a idolatria, quando fala de empregar a força, diz, que nem mesmo contra os Bárbaros Godos, invasores do Império Romano, lhe eram permitidas outras armas, que não fossem as lágrimas. Esta era a conduta de S. Ambrosio, e o Bispo do Porto nos nossos infelizes dias não tendo valor, quando estava debaixo do poder do Imperador dos Franceses para lhe não queimar desnecessários incensos, julgando-o inimigo da nossa Santa Fé (Vejam-se as suas Pastorais de 18 de Janeiro de 3, e de 14 de

Julho de 1808, e o § 16 do nosso Paralelo do Governo Português subsequente às Revoluções de 1640, e de 1808) somente era valoroso para meter nas mãos dos Eclesiásticos as armas contra ele nos momentos, em que se julgava livre da sua força. Fraco, quando o Santo Bispo era forte, valente, e armado, quando ele só tinha lágrimas!

Mas atando o fio, que seguíamos, o motivo, que obrigou principalmente **(256)** os Apóstolos a inculcarem tão amiudadamente este preceito da sujeição dos fiéis aos Soberanos, foi o verem, que os inimigos da Igreja a malquistavam na presença dos Imperadores, imputando-lhe a doutrina contrária; e que destas imputações, por eles acreditadas nascia uma grande parte do furor, e desvelo, com que a perseguiam, parecendo-lhe muito importante tirar este pretexto, que animava as perseguições. O Patriarcado de Lisboa, bem como todo o Reino de Portugal, e dos Algarves, estava há muitos meses ocupado pelas armas do Imperador dos Franceses, obedecendo-se-lhe em todo o dito território tranqüilamente. Os Povos começam a insurgir pelo meio de Junho contra este Poder, que de fato retinha a Soberania: e Vila Viçosa, e Beja já tinham sofrido no mesmo mês o castigo das armas Francesas, tendo originado os seus indiscretos movimentos populares a morte de muitos Portugueses: e ao mesmo tempo, os que governavam em Nome do Imperador, imputavam aos Eclesiásticos, o serem eles fomentadores daqueles levantamentos (Vejam-se os Boletins, do Exercito Francês em Portugal na **(256v)** Gazeta de Lisboa, datada do dia 8 de Julho de 1808.)

Foi nestas circunstâncias, que o Colégio da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa exercitando a Jurisdição Ordinária Sede Vacante, fez a Pastoral, de que tratamos, e inculcou aos fiéis, principalmente aos Eclesiásticos a Moral da Igreja, que temos exposto, e que os Apóstolos pregaram, e mandaram pregar. O dito Colégio teve o mesmo motivo, que estes, que era evitar a Igreja as perseguições, e os trabalhos, que lhe haviam de resultar necessariamente daquela preocupação, de que o Poder Temporal estava imbuído, e muito mais, se os fatos dos Cristãos a fossem apoiar. Portanto o dito Colégio só pode ser censurado, quando o tiverem sido primeiramente a S. Pedro, e S. Paulo, que lhe deixaram a lição, que lhe seguiu: e enquanto for verdade, que os Bispos enchem dignamente o seu Ministério, ensinando aos fiéis aquela mesma Moral, que lhe ensinaram os Apóstolos, há de, ser indubitável, que o Principal Castro subscrevendo a referida Pastoral, fizera, o que devia na qualidade de seu **(257)** Sucessor no Patriarcado de Lisboa.

O seu fim não era defender os Franceses, assim como também não tinha sido o de S. Pedro, e de S. Paulo defender Nero, ou Cláudio: eram os fins, a que todos se dirigiam, pregar a doutrina de Jesus Cristo, desviar os fiéis de crimes, e salvar a Igreja de perseguições inevitáveis, enquanto se entendesse, que a sua doutrina se cobria os levantamentos dos Povos contra os Poderes Temporais: e se eles preenchendo estes fins, promoviam também, o que era útil aos Imperadores, serviam a estes do mesmo modo, que Jesus Cristo a César, quando mandava, que se lhe pagasse tributo.

Nem esta Pastoral fazia coisa alguma mais, lido, e considerado todo o seu contexto, do que repreender, e proibir aos Cristãos a Oclocracia, isto é, a substituição das suas vontades individuais em lugar da vontade geral. Cada um deles, ou cada uma porção deles segregadamente considerada, não se podia dizer, que era o Governo, nem podia ter outra consideração, que não fosse a de uns particulares, aos quais não cabe nunca **(257v)** o direito de fazer a guerra, ou de se levantar com armas por mero impulso das suas vontades. Eles só podem empregar os ditos meios, obedecendo a quem os governa, de maneira, que as mortes, e os estragos, que fazem com o uso das armas, não são imputáveis a eles, mas aos que lhas mandam empunhar. *Per Deum, et Christum, et Spiritum Sanctum, et per Magestatem Imperatoris, quo secundum Deum, generi humano diligenda est, et colenda;* eis aqui a fórmula do Juramento Militar, que se introduziu no Império Romano, depois de recebida a Religião Cristã por Constantino: Viget. De

remilitari Lib. 2 Cap. 5: e os Cristãos só podem fazer a guerra, por obedecer a esta majestade do Imperador, quo secundum Deum, generi humano diligenda est, et colenda: e por isto mesmo já anteriormente estava escrito nas Constituições Apostólicas Lib. 8 Cap. 32 = Miles baptismum postulans doceatur ab injuris, et vexationibus abstinere: contentus esse suis Stipendus. Si us pareat, admititor. De sorte que só pode obedecer aos seus Soberanos, é que os Cristãos podem sem crime entrar na guerra.

Os (258) mesmos Escritores de Direito Público só autorizam os Cidadãos para tomar armas contra o usurpador, quando há uma legítima autoridade que lho determinava, como fizemos ver no Paralelo do Governo Português, subsequente às Revoluções de 1640, e de 1808 §. 20 Not. 6. Conseqüentemente usarem os particulares do direito de se armar por impulsos das suas vontades individuais, é igualmente criminoso pelas doutrinas da Religião, e pelos princípios de Direito Público.

E que repreender a Pastoral, de que tratamos? O fazer cada um dos fiéis por própria deliberação, pelas suas vontades individuais isso, que somente lhe pode ser lícito quando acontece preceito do Governo: proibia aos Portugueses principalmente aos Eclesiásticos manchar as suas mãos no sangue do seu próximo, quando não tinham sido legitimamente mandados empunhar as armas. E nestes termos ordenava-lhes, que cumprissem o 5º Mandamento da Lei; e como ele era transgredido manifesta, pública, e escandalosamente, culminou-se aos transgressores a Excomunhão, com que (258v) a Igreja puniu desde o seu princípio os pecados públicos de notório escândalo.

Enquanto aos Eclesiásticos em particular, consultados os Cânones, é uma coisa monstruosa, ver os Sucessores dos Apóstolos, e os homens consagrados ao Silêncio, e à Solidão, profanar desta sorte, que pinta a Pastoral, a Santidade do seu Ministério de paz, e de caridade, ou por uma espécie de apostasia violam os votos, que tinham feito a Deus. Empregamos aqui as próprias palavras do Abade Mably nas suas observações sobre a História da França Liv. 1 Cap. 5., escrevendo sobre o uso dos Eclesiásticos tomarem armas na França a título de servir o Estado; e mostra o dito Escritor, que este motivo era um pretexto, sendo outra muita diversa a causa, referindo na Nota 5 do dito Capítulo a Lei de Carlos Magno, que lho proibiu a instância dos fiéis, e principalmente dos Bispos, e dos Sacerdotes, que conheciam as suas obrigações, e as antigas regras da Igreja.

Sucedia porém, de mais a mais, que o Principal Castro intervindo (259) na publicação daquela Pastoral, fazia também, o que se deveria supor conforme com as intenções de S. A. R. expressadas no Decreto de 26 de Novembro de 1807, e o que era mais interessante ao seu Real Serviço, porque nada é mais contrário a ele, do que a propagação do Monarcomachismo, que será preciso sustentar, para se repreender a doutrina da Pastoral. Para se conhecer, quanto ela era digna de louvor, mesmo sendo civil, e politicamente considerada bastará ler, o que escrevemos na Nota 5, e no Paralelo do Governo Português, subsequente às Revoluções de 1640, e de 1808 desde § 20 em diante. Os levantamentos dos Povos contra os Franceses no Patriarcado poderiam fazer algum mal a estes, mas prejudicavam ainda mais aos Portugueses, não só pelas desgraças, a que os expunham, sem alguma discreta esperança, de proveito, mas principalmente pela terrível Moral anti-Social, que entre eles semeavam. No Folheto intitulado = Catálogo por Cópia = impresso em 1809 na Oficina Régia de Lisboa se acha a pág. 71 a Atestação do (259v) Almirante Cotton, em que ele declara, que comunicando-se-lhe o projeto de uma insurreição em Lisboa contra os Franceses pouco antes do dia 20 de Agosto, para a execução da qual se lhe pedia a sua intervenção, e armas, ele aconselhara, que se não intetentasse empresa alguma, porque se o General Junot se retirasse sobre a dita Cidade, inevitavelmente causaria a sua destruição. E não era desviar males aos Franceses? E poder-se-á por isto dizer, que o Almirante Inglês se destinava a servi-los, quando dava

aquele conselho? e não servia ele utilmente aos Portugueses, quando lhe pedia a execução de empresas, que se lhe serviam mais danosas, do que aos inimigos? Pois a Pastoral, de que tratamos, analisada politicamente é o mesmo, que a deliberação do Almirante Cotton. Também Fócion trabalhou, por desviar os Atenienses das insurreições contra os Macedônios, quando o conhecia, que delas não haviam de tirar, se não desgraças, e era tão benemérito da Sua Pátria, como testifica a honrada memória, que dela se nos conservou **(260)** por entre o curso de tantos Séculos. Veja-se o § 12 supra.

Há remédios, que produzem um benefício ao doente muito inferior aos males, que lhe originam, e não é inimigo do enfermo aquele Médico, que lhe desvia o uso de semelhantes receitas, e que por isso deixa de lhe evitar os padecimentos, que elas lhe podiam remover: ele causa-lhe muito maior proveito, desviando-lhe os males, que delas também haviam de nascer.

Portanto não há, que censurar no Principal Castro, por ele intervir na Pastoral de 2 de Julho, ou esta se considere religiosa, ou politicamente. E nossos Leitores desculparão aos cultos devidos à virtude a extensão, que demos a esta Nota.

^{LXII} *Ouvres completes de Demosthene, traduites em François par Mr. l'Abbé Auger* Tom. 2 pág. 449 Edit. de Paris 1788.

^{LXIII} Impressa na Coleção de **(260v)** Proclamações, Editais, Decretos V^a na Oficina da Universidade de Coimbra.

^{LXIV} Pode ver-se no Correio Brasiliense N. 12 pág. 424.

^{LXV} No dito Relatório se acham as passagens seguintes, que nos servem de fundamento ao que escrevemos neste lugar: e o dito Relatório está impresso no Correio Brasiliense N. 9 pág. 112. = Aparece que por muitas razões sólidas, e numeradas pelo Cav. Wellesley na sua narrativa, e com o auxílio de 6.000 Portugueses, de cuja cooperação ele tinha razões de esperar, grandes vantagens mas no que se achou depois muito enganado = E mais adiante = Aparece, que até aqui os Portugueses se moviam na sua esquerda, estendendo-se para o Tejo; mas agora levantaram-se tais dificuldades sobre a subsistência, e sobre o modo de proceder, que o Cav. Wellesley julgou mais proveitoso, dispensar com a sua cooperação com a condição, de que eles mandariam 1.600 homens, para ficarem à sua disposição, e a quem ele forneceria pão = ; e isto concorda com o que escreveu o dito General Inglês na Carta **(261)** de 16 de Agosto, que citamos, e de que trasladamos um artigo neste §. E mais adiante = Os Tenentes Generais Burrard, e Wellesley assitiram ao Comandante das forças nas discussões, que houve sobre este objeto; e parecendo-lhes, vistas todas as circunstâncias, comandando uma força, que obrava em aliança com o Soberano de Portugal, e combatia no seu país (donde não obtinha nenhum adjutório importante.

Estas relações sobre o Exército Português, comandado pelo General Bernardim Freire, eram-lhe sumamente desonrosas, e à Nação, e seriam indisputavelmente contestadas por ele, e pelos Officiais, que formavam o seu Quartel General, se se pudessem contestar; e por isso é que as julgamos verdadeiras uma vez, que se viram impressas, e correndo toda a Europa, sem que se desmentissem.

E ser-nos-á desculpado juntarmos aqui as reflexões seguintes ainda que elas estendam alguma coisa **(261v)** mais os limites desta Nota. A História de Portugal não oferece um quadro mais desairoso do que este! A Província d'Entre Douro, e Minho, a de Trás-dos-Montes, e grande parte da da Beira, livres inteiramente de Franceses desde os fins de Junho, e insurgindo contra estes com o maior zelo, e patriotismo, como se dizia, apresentando apenas um Corpo de 6.000 no meio de Agosto para sustentar a empresa,

que haviam tomado! E isto apesar dos socorros da Inglaterra em armas, e munições! As ditas Províncias tinham muitos Regimentos de Linha, muitos Regimentos de Milícias, e se os Franceses os haviam desarmado poucos meses antes, existiam no país os homens, e as armas. Esta parte de Portugal contém mais de milhão, e meio de habitantes, e ainda que se tirasse um soldado por cada cem almas, teríamos mais de 15\$000 Soldados, e as circunstâncias extraordinárias do Reino eram aquelas em que se abandonam as regras, e os cálculos ordinários para a organização dos Exércitos armando dois, e três homens para cada cem almas, o que formaria **(262)** um Exército de mais de 40\$000 combatentes. Armaram-se entretanto todos os Portugueses, sem excetuar nem Clérigos, nem Frades, e apenas havia um Exército de 6.000 homens, nos fins do segundo mês da Revolução!

São porém mais desairosas ainda as pretensões do General deste Exército relativamente à sua sustentação. Pretendia ele, que o Exército do país fosse sustentado pelos Ingleses, que acabavam de desembarcar dos seus navios em uma costa de Portugal, e para o seu auxílio! O General Wellesley na dita Carta de 16 de Agosto escrevia a este respeito com suma razão = Desde a minha chegada a este país o General Bernardim Freire, e os outros Officiais Portugueses exprimiram o seu desejo, de que o Comissário Britânico sustentasse as Tropas Portuguesas dos armazéns Britânicos durante a Campanha: particularmente em uma sessão, que tive com eles no Porto na noite de 24 de Julho, e outra em Montemor e Velho aos 7 do Corrente, e em ambas estas ocasiões eu lhe disse expressamente, que era impossível suprir as suas necessidades dos Provimientos Britânicos..... e que era uma (262v) proposição de natureza nova requerer, que um Exército desembarcado dos seus navios não somente suprisse o seu consumo de carne, mais igualmente suprisse o Exército do Estado, a quem era mandado auxiliar.....

O General Inglês exprimia-se pela maneira mais própria, e mais verdadeira, esta pretensão de uma natureza toda nova, e só própria do desgoverno, com que tudo se dirigia. Tratava-se de uma Revolução contra o Exército inimigo, que havia no país, e no fim de dois meses metade do Reino dirigido pelo Bispo do Porto, e por tais Militares, tinha um Exército de 6:000 homens, e para marchar a Estremadura em distância de quarenta, a cinqüenta léguas pelo interior do Reino era preciso, que este Corpo fosse sustentado pelos Ingleses, que desembarcavam dos seus navios! Pode haver um fato, que humilhe mais a consideração do nome Português? que seja capaz do que este para manifestar a nulidade de uma Nação? Ela certamente podia ostentar um poder incomparavelmente maior, se a sua Pública Administração caísse em outras **(263)** mãos. Esta pequenez, e esta pobreza, que Portugal mostrava, não era proporcionada aos seus recursos, mas sim à pequenez, e à pobreza dos que o governavam. Este somente cuidadosos, e somente hábeis para fazer prisões d'alguns Portugueses pelo novo crime de = adesão aos Franceses = apresentaram nesta época da nossa História o ridículo espetáculo de um Governo, que estando à testa de uma Nação, que insurgiu contra outra, que a dominava com o mesmo peso dos seus Exércitos, se propunha a conseguir a sua Independência, e a vencer os soldados inimigos com Devassas, Processos, e Magistrados, esquecendo-se de armar Exércitos, e de prover a sua subsistência. Mas isto há de acontecer sempre, que a Oclocracia dominar: a organização, e o provimento de uma grande força militar exige conselho, ordem, e sabedoria, e tudo isto falta quando a multidão impera.

Nós vimos na Nota (55) como o Bispo do Porto para se atribuir mais poder, do que lhe competia, iludiu o estabelecimento da Junta Militar, que se decretou na Ata Constitucional, porque se criou a Junta do Supremo Governo do Porto: talvez que se ela se organizasse, como se devia **(263v)** ter organizado, se não vissem no meio de Agosto os objetos Militares em tão deplorável estado, como acabamos de mostrar. A ambição do Público Poder é sobretudo repreensível, quando são inteiramente ineptas para o

sustentar aquelas mãos, que o pretendem; e esta era inegavelmente a condição do Bispo do Porto, no que respeita a dirigir uma Revolução, e a formar, e a prover os Exércitos, de que ela carecia.

^{LXVI} Nós fizemos ver no § 5 N^o 3^o, que uma das tendências nas Revoluções Oclocráticas era o empenho de desacreditar, e de suplantar as primeiras ordens do Estado sobre que se quer levantar a multidão quando impera. Em uma Monarquia a classe da Grandeza é sempre a mais distinta, e ela é por isso também aquela contra que principalmente se dirigem os movimentos oclocráticos. E os Demagogos, que se apresentam à testa da multidão, e que se propõem sempre a ganhar, com o seu auxílio mais consideração, do que lhe pretencia na anterior organização Política, assopram, e sustentam esta tendência contra a dita classe, parecendo-lhes, que só podem passar a ser os primeiros destruídos aqueles, que anteriormente o eram. O Quartel **(264)** General pois deste Exército Português, que comandou Bernardim Freire, e que por estar à testa da força Militar se persuadiu, que havia de conservar a primeira influência na Revolução, e tirar dela em seu proveito o principal interesse, manifestou constantemente estes mesmos destinos de aniquilar a Grandeza antiga do Reino, como quem esperava substituí-la.

Por isso não lembra nada ao General Inglês a respeito dos Portugueses, que se achavam em França, quando foi por ele rogado para lhe fazer as suas considerações sobre os Artigos propostos para o Acordo com o General Junot. No número dos ditos Portugueses estavam os Chefes das primeiras Casas da Grandeza do Reino, e para o fim proposto era um grande passo abandoná-los à sua situação, porque ela ao depois havia de produzir necessariamente ou motivos, ou pretextos para acabar com as suas Casas. E quando se protestou contra a Convenção, nem ao menos se quis lembrar a falta, que tinha havido de falar neles, o que será muito mais digno de reparo depois da reflexão seguinte. O Juiz do Povo de Lisboa meteu-se também a tratar com o General Inglês **(264v)** sobre os termos, que se deviam guardar com o Exército Francês, que estava em Portugal, e dirigiu-lhe para isto uma representação na data de 6 de Setembro de 1808 sobre que havemos de falar no § seguinte. E nela dizia entre as mais coisas = seguinto; são necessários reféns, ou penhores para o que Portugal tem em França = que era o Exército, de que temos tratado. O dito Juiz do Povo escreveu na mesma data ao General Freire/Correio Brasiliense N. 10 pág. 206/ remetendo-lhe a cópia da sobredita representação, e pedindo-lhe a sua intervenção perante o General Inglês sobre a sua matéria. Depois disto foi o que o General Freire protestou no dia 14 de Setembro contra a Convenção; mas nem mesmo sendo instado pelo Juiz do Povo de Lisboa ele se resolveu a queixar-se no seu Protesto, por se não tratar nela dos Portugueses detidos em França. Tal era o particular interesse, e cuidado, que havia no Quartel General Português pelo abandono daqueles seus cidadãos! E isto para que os Militares, e Grandes, que estavam entre os inimigos não viessem assombrar aqueles do dito Quartel General, que aspiravam a ser os primeiros Militares, e os primeiros Grandes do Reino! **(265)**

Por isso desagradou o Artigo da Anistia, muito saudável, e empregado utilmente em semelhantes ocasiões desde Trasibulo até aos nossos dias por todos aqueles, que como o General Inglês não tinham vistas sinistras, e particulares, mas se propunham unicamente ao interesse da causa pública. Os Grandes de Portugal habitavam em Lisboa, que era a Corte dos Senhores Reis deste Reino, e era também a dita Cidade, que tinha residido o Chefe do Exército Francês, e a sua principal força, e aonde se conservava a dominação estrangeira ao tempo da Convenção entre o Exército Inglês, e o Francês. Nada podia haver pois, que fosse mais contrário ao referido projeto do Quartel General de Bernardim Freire, do que era um Artigo, que tirava as esperanças de perseguir, e de inquietar aqueles, que mais se tinham em vista, e que principalmente se queriam destruir. Com o Artigo ajustado pelo General Dalrymple era impossível ir entender com os

Grandes, que por serem as primeiras pessoas tinham sido também aquelas, que conservaram mais relações, e mais ostensíveis relações com os que exercitaram em Lisboa a **(265v)** Pública Autoridade, e como um dos primeiros cuidados era dirigido contra tais pessoas, vinha a ser absolutamente indispensável, que o dito Artigo ofendesse muito o referido Quartel General.

De maneira, que o empenho era 1º aniquilar os Grandes de Portugal, que estavam entre os Franceses, abandonando-os à sorte, em que eles se achavam, e 2º impedir, que os residentes em Lisboa ficassem escudados com o Artigo da Anistia, para não poderem ser aniquilados.

Nós mostraremos na seguinte época da Revolução os meios constantemente empregados pelo Governo de Lisboa para desviar da pátria todos os Grandes, que estavam em França, e para os fazer odiosos ao Povo Português, e conseqüentemente a sua classe: porque é assaz conhecida a tendência, que tem a multidão para estender o seu ódio a uma classe toda em razão da sua fúria contra algum indivíduo, que lhe pertence. Na Revolução de 1640 o Povo de Lisboa viu, que a Soberania foi restituída à Sereníssima Casa de Bragança por intervenção dos Fidalgos, que se ligaram para o dito fim, e que foram os primeiros agentes daquela crise Política, mas **(266)** apesar disto quando passados poucos dias um par de Fidalgos fuge para Castela, o dito Povo insurgiu contra todos os outros, sem excetuar nem aqueles, que tinham sido os Aclamadores, e todos foram publicamente insultados, como refere o Conde de Ericeira, Portug. Rest. Tom. 1 p. 133. E outro semelhante acontecimento se pode ver na mesma Obra pág. 303. E isto em uma Revolução não oclocrática; que não partiu da multidão, e em que esta somente, figura conduzida pelos Aclamadores, que eram da classe da Grandeza; e estando à testa do Governo o S. D. João IV, que empregou logo a sua Autoridade contra as ditas agitações em ambos os referidos casos, como consta o mesmo Escritor! Que devia pois acontecer na Revolução de 1808 Oclocrática na sua origem, e que sempre conservou esta índole pela má forma com que foi dirigida?

LXVII Nós temos dito, que este Exército Português nada fizera, e aqui temos um bom testemunho em prova da nossa opinião. Ele não tinha, que restituir aos Franceses, senão os Oficiais Civis, que **(266v)** lhe fizera prisioneiros, e esta restituição era o artigo, em que ele unicamente tinha de ajudar o General Inglês ao cumprimento da Convenção de Cintra. E não era muito mais decoroso não excitar esta contestação, do que mostrar por meio dela, que os feitos Militares deste Exército consentiram em prender gente desarmada quais são os Oficiais Civis, e aos quais imprópriamente se dá a denominação de prisioneiros? A multidão, que não tem idéias claras nem de guerra, nem de valor, dava muita importância às prisões destes Oficiais, e também lhe chamava prisioneiros, mas outras deviam ser as idéias, e a linguagem Militar, se o espírito Oclocrático não dominasse a todos, comunicando a todos as idéias, e os sentimentos populares.

LXVIII Este Exército Espanhol do Alentejo era nada, assim como era nada a força Militar Portuguesa, que havia na dita Província, conforme se pode ver do que escrevemos no §. 10. Se os Ingleses se pusessem espectadores, como parecia desejar-se neste Ofício, e se seguissem as operações Militares inculcadas nele, os Portugueses somente tirariam as vantagens, que tirou Évora, também confiada, neste Exército **(267)** Espanhol do Alentejo. Mas acreditar em boatos, contar como existentes coisas, que não existem, e tomar grandes resoluções sem as medidas, e a segurança necessária, são afecções da multidão, e emanações da Oclocracia. Se se fizesse, o que se anuncia neste artigo, o mais que se podia esperar era tumultuar-se o povo de Lisboa, o que seria com efeito um embaraço para os Franceses, mas havia de ser muito maior para Portugal, não só pelos estragos, que sofreria aquela Cidade às mãos dos Estrangeiros, e dos

Nacionais, mas principalmente pela desorganização, a que se reduziria uma população tão extensa, e que depois havia de custar muito a restituir a tranquilidade civil. Recorde-se quanto isto foi custoso no Porto, uma vez que o povo se senhoreou da Pública Autoridade, e pense-se, que maiores dificuldades não haveria para vencer, se a Grande Cidade de Lisboa, passasse um dia pela mesma crise! Mas isto é o que nem entende, nem prevê, nem sabe calcular, que tem por inútil o estudo sobre a Ciência, do Governo para dirigir as grande sociedade Civis, persuadindo-se, que para isso baste a sua boa razão. E também isto **(267v)** é, o que entende sempre a multidão, e o que todos entendem nos momentos de Oclocracia, sendo essa a causa, porque ninguém se recusar de estar à testa da Pública Administração.

LXIX E bem depressa conheci.... que havia alguma coisa de enfado; e eu suspeito ser que o Governo Provisional do Porto não foi de forma alguma lembrado nestas transações. Estas são as palavras do General Dalrymple, a que nos referimos. Correio Brasiliense N. 12 pág. 425.

LXX Acha-se na Coleção de Proclamações Vª??? que referimos na Not. (25). E salta logo aos olhos a falta de uniformidade, que há, no seu contexto; porque começa falando indeterminadamente, como se costuma fazer nos Editais, e acaba como se fosse uma Carta dirigida a certas, e determinadas pessoas, e sem designar, quais elas sejam.

LXXI Acha-se, assim como também o Edital seguinte, na Coleção referida na Nota antecedente. E não podemos deixar de fazer observar o desvelo, com que o Governador inculca ter recebido do Povo aquele seu Cargo, porque este desvelo mostra por uma parte o permanente reconhecimento da **(268)** sua sujeição ao mesmo povo, e pela outra a inconsideração, com que se estava sempre lembrando à multidão a Soberania, que ela exercitava, e de que convinha se esquecesse, para que a Oclocracia se curasse.

LXXII Tais são as idéias Jurídicas vagas, e indeterminadas do povo, e também as que todos manifestam, quando domina a Oclocracia. Os Criminalistas ensinam o que são indícios veementes, mas não o que sejam indícios veementes com suspeitas prováveis. Mesmo este Magistrado se fosse consultado não havia de dar uma idéia clara destas suas expressões, e conseqüentemente elas não eram muito próprias para autorizar todos os procedimentos, que ele quisesse ter. Ninguém lhe poderia contestar, que houvesse, ou que deixasse de haver aqueles indícios veementes com suspeitas prováveis, porque todos ignoravam, o que isto fosse, ou cada um lhe podia dar a inteligência, que lhe agradasse, que vem a ser o mesmo.

LXXIII Minerva Lusitana N. 40 de 22 de Setembro de 1808.

LXXIV Pode-se ver a Carta no Correio Brasiliense **(268v)** N. 5. pág. 413. E note-se, que não se obrigavam a esta segurança os fundos, e rendimentos públicos, mas todas as propriedades do Algarve, o que abrange as pertencentes a cada um dos particulares: e parecia conseqüentemente, que aquela Junta se considerava com o pleno domínio, e disposição sobre os fundos do Reino, tendo nele expirado o direito da propriedade.

LXXV Eis aqui o Juiz do Povo de Lisboa marcando os limites da Soberania de S. A. R. segundo os seus luminosos conhecimentos de Direito Público Universal! E que é o que não pode S. A. R.? Privar a Nação do direito, que tem para se vingar. A vingança é o direito mais caro para o selvagem, e conseqüentemente para a multidão, quando ela impera, como dissemos no §. 6 nº 6º, e por isso necessariamente ele em, o que havia de dar mais cuidado a este Juiz do Povo, quando Portugal estava Oclocrático. Ele busca para capa das suas afecções a Religião; mas que Religião? a Religião mal

entendida, a Religião, que o Povo figura atribuindo-lhe as suas paixões, a Religião que exige dos fiéis a sua vingança, contrária diametralmente a de Jesus Cristo, que disse **(269)** aos Discípulos, quando tratavam de vingá-lo = nescitis cujus spiritus estis = S. Luc. Cap. 9 VSº 55. E pode ver-se a Epist. Ad Roman. Cap. 12 VSº 19 a 1ª ad Thessal. Cap. 5 VSº 15, a ad Hebreos. Cap. 10 VSº 30, a 1ª de S. Pedro Cap. 3 VSº 9.

E que Moral se manifesta nesta Carta? A que é própria do Povo. Aconselha-se ao General Inglês, que iluda, e fraude as suas convenções com uma esperteza ridícula só capaz de parecer bem à multidão ignorante.

E que dignidade de expressão aparece em um Ofício dirigido a uma pessoa de tanto respeito? A linguagem da ínfima plebe, impropérios, nomes injuriosos = Ladrões, furtos V.Vª E ao General que tinha contratado com o Exército Francês, disse-lhe, que contratara com um bando de Ladrões, e que um semelhante bando não é digno de Capitulação honrosa. Que grande polidez!

Mas como dominava a Oclocracia a Moral havia de ser inteiramente destituída de sentimentos nobres §. 5 nº 2, e não podia aparecer nem dignidade de expressão, nem polidez T. § 5 nº **(269v)** 2. Quem conhece os caracteres Oclocráticos, sendo esta Carta afirmava com toda a segurança, que Portugal padecia a Oclocracia, ainda que ignorasse inteiramente a sua história.

LXXVI Pode ver-se impressa no Correio Brasiliense N. 10 pág. 204.

LXXVII Montesquieu Grand S Decad. Des Romains. Chap. 2

LXXVIII Sane is peccat, qui alteri peccandi causam dat; et ideo illicitum quoque erit hostiles subitos ad prodicionem impellere. Esta é a doutrina de Martini Possit. de Jur. Civit. §. 760, que se ensinava na Universidade de Coimbra à mocidade, Portuguesa, e que também era a de Grocio de Jur. Bell. T. Pac. lib. 3 Cap. 1. § 21, e 22. E ainda que Puffend. De Jur. Nat. et Gent. lib. 8 Cap. 6 § 16 não considere imoral a aliciação dos subditos daquele, com quem temos guerra, a fim de nos servirem, ou de se voltarem para nós, contudo ele mesmo deixa ver, que não convém usar de semelhante arbítrio, para evitar, que nós não prejudiquemos com o exemplo dado aos outros. Ele depois de tratar a questão segundo os princípios da justiça, olhando-a pela parte **(270)** do útil acrescenta = O que há a este respeito, é que se precisa de tomar cuidado, para que se não cause prejuízo a si com o exemplo dado aos outros. De maneira que se este sistema não é imoral, é pelo menos impolítico. O General, que assim fala, ensina as seus próprios soldados, que é lícito algumas vezes aos subditos Militares separa-se da obediência dos seus superiores, e obrar sem que seja conforme as ordens dos Chefes. Quem pode duvidar, que os General Freire ensinando isto aos seus soldados Franceses ensinava também aos Portugueses, que eles podiam obrar pela sua vontade individual sem atenção a do seu Chefe, quando julgassem, que ele se desviava do caminho, que devia seguir! Se uns soldados procediam louvavelmente rebelando-se contra o seu General, quando eles entendiam, que isto era bem feito, porque não obrariam também louvavelmente os outros, se se rebelassem contra o seu nas mesmas circunstâncias de entenderem, que isto é, o que se devia fazer? Não se metia assim nas mãos dos soldados o arbítrio sobre a sua conduta Militar? E não era o **(270v)** abuso inseparável de um semelhante sistema? Podia haver Disciplina, podiam haver Exércitos, quando esta Moral Oclocrática se adotasse?

O General Freire o experimentou; porque ele assim afiou os punhais, com que foi assassinado. Autorizou os soldados para se desviarem do respeito, e da obediência para com os seus Chefes, ensinou-lhes a fazer uso da sua vontade individual em oposição as dos seus Generais; e os Soldados Portugueses quando o julgaram traidor, ainda que sem fundamento, fizeram

uso da Moral, que se lhe tinha ensinado, e assassinaram o General Freire, e a quase todos os Officiais do seu Quartel General. O pior foi, que a dita Moral errada não somente sacrificou a vida do seu fundador, mas também fomentou no Exército Português a Oclocracia, que sendo reuníssima a todos os artigos da Pública Administração, em nenhuma parte é tão esmagadora, como quando se trata de Exércitos, e de Guerras!

Portugal acabava de sair de uma Revolução Oclocrática, e precisava de organizar Exércitos, que **(271)** fizessem frente a outros acostumados a uma severa obediência. Devia ser pois o primeiro cuidado do General Português estabelecer na Tropa aquele hábito cego de obediência à voz dos superiores, que constitui o Soldado, e em que consiste a Disciplina Militar, de que sempre dependeram os grandes feitos bélicos. Mas ele ensinava pelo contrário aos Soldados, que podia alguma vez ser virtuosíssimo neles o uso da vontade individual em contraposição à do seu Chefe, e com esta sua Proclamação não conseguiu a deserção dos Franceses, que desafiou, porque estes não estavam afetados da Oclocracia, antes sim habituados à severa Disciplina Militar, que uma Proclamação não podia destruir; e ratificou nas Tropas do seu comando a dita enfermidade, que sendo geral na classe do povo carecia de Força Militar de Exércitos não Oclocráticos para ser corrigida.

Conhecendo-se esta escola da Moral Civil, e Militar seguida pelo General Freire, e pelo seu Quartel Mestre General D. Miguel Pereira Forjaz, que passou ao depois a ser Secretário do Governo de Lisboa, não fará admiração **(271v)** alguma, que o Exército Português se considerou inteiramente Oclocrático não só neste segundo período da Revolução, como dissemos no §. 18, mas também no seguinte até Março de 1809, em que Generais Ingleses vieram corrigir do modo, que era possível, a desorganização, e indisciplina da Tropa Portuguesa, filha destas, e d'outras semelhantes Lições.

Temos feito ver, que era torpe e prejudicial este modo de fazer a guerra, mas nós acrescentamos, que ele era vergonhoso, e cumpre-nos agora, desenvolver esta idéia. Este convite feito aos inimigos para que desertem, é um testemunho de fraqueza, porque mostra, que se deseja vencer sem ter inimigos, com que brigar, e este não é o caráter do valor. Mas o General Freire era fraco; e morreu como tinha vivido. Quando em Braga os seus súditos se levantaram contra ele, curvou-se logo humildemente na sua presença, e em vez de fazer uso da sua espada para sustentar a dignidade do seu Posto, e a obediência, que a Tropa lhe devia ter. Poucos meses antes o Conde de S. João, estando em Truxillo à testa de um **(272)** Exército Espanhol, foi igualmente vítima de uma insurreição da Tropa, que se voltou contra ele infamando-o de traidor. Mas o Conde empunhou a espada ao primeiro insulto, que se lhe fez, e castigou com ela os soldados insubordinados, enquanto teve vida: e sucumbindo aos furiosos, e desatinados golpes de 12\$000 homens, acabou como General. O General Freire ao primeiro insulto ajoelhou, pediu misericórdia, e fez humildes súplicas, que não lhe aproveitaram se não de ter uma morte menos gloriosa. O convite pois feito nesta Proclamação é filho desta mesma fraqueza, que ele mostrou na morte; queria assim livrar-se de ter inimigos, com que brigar.

LXXIX Podem ver-se todas estas Proclamações na Coleção por nós referida na Not. 25.

LXXX Veja-se o Aviso do Desembargo do Paço de Ex^a na data de 5 de Outubro de 1811 Correio Brasiliense N. 44. Deu causa a este Aviso, como ele mesmo diz, ter-se licenciado em Lisboa = uma tradução da obra que se publicou sobre o Gabinete de S. Cloud, em que se lê a **(272v)** a Carta V^a excessivamente injuriosa ao caráter de S. M. a Rainha d'Espanha, e que apregoa todas as calúnias, que se publicaram contra a mesma Augusta infeliz Senhora = Era a Mai da Princesa, Nossa Senhora, mas isto não

importou ao Governo, e Tribunais de Portugal, quando neles imperava a Oclocracia.